

Vol. 10, Nº 19 | julho - dezembro de 2025 | ISSN 2527-0525

OFÍCIOS DE *clio*

REVISTA DISCENTE DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO E DO PPG EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

História lésbica: narrativas,
epistemologias e interseccionalidades



OFÍCIOS DE *clio*

Revista Discente dos cursos de graduação e
do PPG em História da Universidade Federal
de Pelotas

Vol. 10, Nº 19 | julho-dezembro de 2025 | ISSN 2527-0524



leh

Reitora:

Ursula Rosa da Silva

Vice-Reitor:

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Ensino:

Antônio Maurício Medeiros Alves

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

Marcos Britto Corrêa

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Fábio Garcia Lima

Pró-Reitora de Planejamento e Administração:

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:

Taís Ullrich Fonseca

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sebastião Peres

Vice-Diretora:

Andréa Bachettini

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Coordenadora:

Lisiane Sias Manke

EXPEDIENTE

Editora-Chefe:

Prof^ª Dr^ª Márcia Janete Espig - *Universidade Federal de Pelotas*

Editora Assistente:

Laura Bergozza Pereira – *Universidade Federal de Pelotas*

Equipe Editorial:

Alexia Francis Peter Demari – *Universidade Federal de Pelotas*

Amanda Rodrigues Guelso – *Universidade Federal de Pelotas*

Eduardo Goulart Reyes Barbosa - *Universidade Federal de Pelotas*

Francine Sedrez Bunde – *Universidade Federal de Pelotas*

Felipe Carderan – *Universidade Federal de Pelotas*

Isabelle Brancão Chaves – *Universidade Federal de Pelotas*

Leonardo Silva Amaral – *Universidade Federal de Pelotas*

Lucas Viscardi Marques – *Universidade Federal de Pelotas*

Patrik Fonseca Paz – *Universidade Federal de Pelotas*

Pedro da Silva Fouchy – *Universidade Federal de Pelotas*

Víctor Blaskoski Lehugeur - *Universidade Federal de Pelotas*

Capa:

Designer Ana Carolina Gonçalves.

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Aldrin Castellucci - *Universidade do Estado da Bahia*

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro - *Universidade Federal da Bahia*

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^a Carla Beatriz Meinerz - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^a Carla Rodrigues Gastaud - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Clarice Speranza - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Dalila Müller - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^a Eliane Teresinha Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Gilberto Calil - *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

Prof. Dr. Guinter Tlajia Leipnitz - *Universidade Federal do Pampa*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^a Luiza Horn Iotti - *Universidade de Caxias do Sul*

Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - *Universidade Federal do Rio Grande*

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – *Universidade Federal de Santa Catarina*

Prof. Dr. René Ermaini Gertz – *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dra. Alessandra Gasparotto - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof.^a Dr^a Ana Inez Klein - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Ana Maria Sosa González – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Bruno Rotta Almeida - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Daniele Gallindo G. Silva - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Elisabete Leal - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Larissa Patron Chaves - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Lisiane Sias Manke - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Lorena Almeida Gill - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Patrícia Weiduschadt – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo César Possamai - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Rejane Jardim - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Sebastião Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Viviane Saballa - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Wilian Bonete – *Universidade Federal de Pelotas*

PARECERISTAS AD HOC DESTA EDIÇÃO

Alina Nunes
Amanda Nunes
Ana Luísa Vilela
Beatriz Barbosa Bender
Benito Bisso Schmidt
Bruna Silva
Camila Braga
Camila Macedo
Carlos Roberto Figueiredo Nogueira
Caroline Passarini Sousa
Christian Ferreira Mackedanz
Darlise de Gonçalves
Elaine Bortone
Etefania Cristina Pavarina
Euler Zanetti
Fábio Joly
Fernanda Lédo Flôres
Gabriela Teixeira Gomes
Geovane Constantino Bitencort da Costa
Geza Guedes
Jaíne Chianca
Janine Maria Viegas Cunha "Nina Fola"
Jéssica Rivetti
Joana Carolina Schossler
João Paulo Garrido Pimenta
José Maria Vieira de Andrade
Letícia Batista
Luciana do Carmo Narciso
Luís Edmundo Moraes
Luiz Felipe Anchieta Guerra
Marcela Filizola
Marcelo Souza Oliveira
Marcia Bertotto
Marcos Borges
Maria Clara Hallal
Mateus Santos
Natalia Lucietto Potrich
Pamela Peres Cabreira
Paula Evelyn Silveira Barbosa
Rodrigo da Silva Vital
Suane Felipe Soares
Taiane Mendes Taborda
Tais de Almeida
Tatiana Pastorini Torres
Wellington Barbosa da Silva
Wesley dos Santos Graper
Zuleide Paiva da Silva

Sumário

Apresentação do Número 19

Equipe Editorial p. 9

Dossiê História lésbica: narrativas, epistemologias e interseccionalidades

Julia Aleksandra Martucci Kumpera e Letícia Emília Batista p. 16

História Lésbica no Brasil: análise de um campo em construção

Jessica Marques Toledo e Joyce Mirella Alves de Souza p. 22

Leitura cinematográfica de *Senhoritas em Uniforme* (1931) e a lesbianidade na República de Weimar

Cristal de Macedo Oliveira Rosa p. 42

Berlim em Tons de Violeta e Glamour: o despertar da cena lésbica e o movimento homossexual em Weimar (1919-1933)

Neff Borba Araquan Vieira p. 57

Serafina Dávalos: uma história lésbica através da imagem

Ludmila Neves Müller e Isadora Tiemi Coelho Issagawa p. 76

Representações da AIDS na comunidade lésbica: uma análise das tirinhas de 1987 em *O Essencial de Perigosas Sapatas*

Camilly Lopes Santos e Úrsula Duarte Graf Lichnowsky p. 88

A utilização da estética *Lesbian Chic* pelo grupo estadunidense *Lesbian Avengers* durante os anos 1990

Mariana Gonçalves Ferreira p. 104

Entre o público e o privado: vínculos e imagens lésbicas em *The Apartment* (1975) e *Lesbianism Feminism* (1974)

Alina dos Santos Nunes p. 119

CHANACOMCHANA: resistência lésbica durante a Ditadura Militar com a análise da primeira edição de 1982

Karina Tomaz da Silva e Darcylene Pereira Domingues p. 140

‘Alternativa’ para denunciar: Chana Com Chana contra o sistema

Kleire Anny Pires de Souza p. 158

Humor, desejo e política: estéticas da irreverência em chanacomchana

Elaine Alves da Silva p. 180

Entre Chana e Organa - Reflexões sobre a emergência da imprensa lésbica brasileira e portuguesa

Letícia Emília Batista p. 194

Nós, Mulheres: a lesbianidade no Jornal Nós Por Exemplo (1991-1995)

Izabela de Paula Gomes p. 215

Ditadura militar, lesbianidade e memória no Brasil: reflexões a partir do relatório final da Comissão Nacional da Verdade

Julia Aleksandra Martucci Kumpera p. 234

A Lesbianidade como resistência no futebol e nos futebóis

Julia Beatriz Silva Vicente Chaves p. 254

Violência política interseccional: lesbofobia contra deputada estadual de Minas Gerais

Deborah Ramos da Silva p. 274

Dossiê Ensino de História

Realidades cruzadas: proposta de intervenção pedagógica com realidade virtual e aumentada para a Educação Patrimonial no Grande Bom Jardim, Fortaleza-CE

Walter Ferreira Rebouças p. 289

Experiências Pedagógicas na Educação Patrimonial: interfaces entre PIBID, formação docente e práticas escolares

Thamires Vitória Dias Viana p. 302

Narrativas escolares sobre o processo abolicionista na Escola Marineide Pereira Cunha, PIBID/História - Mossoró/RN

Eletice Costa de Meneses Neta, João Paulo de Souza e Pedro Henrique da Silva Pereira p. 317

Os ecos do PIBID: Direitos Humanos no Ensino de História

Ana Vitória Campos Moura, Kaylane Moraes da Costa e Laryssa dos Santos Ribeiro
.....p. 330

A imaginação histórica como abordagem para a Educação em Relações Étnico-Raciais: uma experiência em Estágio Supervisionado

Arthur Will Tocchetto de Oliveira e Marina de Oliveira Bortolatto p. 342

História, Memória e Identidade Cultural: experiências de estágio em um espaço museológico em Caririaçu – CE

Gisela Lauriano de Sales e Maria Eduarda Rodrigues Soares p. 363

Artigos Livres

Garanhão do cativo ou corpo subjugado? A reprodução de escravizados sob a lógica colonial

Clodoaldo Matias da Silva p. 381

Práticas policiais, criminalidade e racialização: a construção histórica do negro como ameaça (1877–1914)

Maria Clara Turcato da Costa p. 401

Criminalidade e hierarquias sociais em Sant’anna do Catú-Ba: o caso de Manoel grande e Alexandre Correia Lima, 1888

Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus p. 418

“Desnaturadas, bárbaras e cruéis”: as mulheres e o crime de infanticídio na Salvador republicana (1890-1930)

Tainara Santos de Santana p. 432

“Todo caminho deu no mar”: fotografias de viagens de veranistas a Tramandaí (1900-1960)

Lilian Oliveira Trevisan Lima p. 447

O Fascismo: origens, ideologia, manifestações e legados contemporâneos

Alessandro Fernandes p. 465

A agência feminina em Cuba: Mariana Grajales e o Pelotão Feminino na Revolução Cubana

Mariana Ventura Martins p. 481

Além da invisibilidade: a dominação masculina em Bourdieu e a resistência das operárias metalúrgicas de Caxias do Sul/RS (1975–1981)

Stela Tondello Nardello p. 496

Algumas reflexões sobre o tratamento dado à loucura durante a Ditadura Civil-Militar brasileira através do filme “Bicho de Sete Cabeças” (2001)

Giovanna Kopp da Cruz p. 517

O Poder Local na Ditadura Militar e as Estâncias Hidrominerais: o caso de Monte Alegre do Sul – SP

Larissa de Godoi p. 529

História e Evolução Constitucional da Gestão Hídrica no Brasil

José Cristiano Santos de Paula p. 540

“Não há distância que nos separe”: a zona urbana picoense através dos programas da Rádio Difusora de Picos (1980-2000)

Graziela Reis da Silva p. 561

Coletivos negros como sinônimo de permanência para estudantes negros da Universidade Federal de Pelotas

Milene do Nascimento Pereira p. 578

Resenhas**Entre Memória e História: a reconfiguração da independência por Valdei Araujo**

Maria Eduarda Fernandes Dantas p. 595

Apresentação do Número 19

Apresentação

Prezados(as) leitores(as), autores(as), pareceristas, editores(as) e demais colaboradores da Revista Discente Ofícios de Clio, é com grande satisfação que a Equipe Editorial apresenta a edição de número 19 de nossa revista. Reafirmamos nosso compromisso com a construção ética, responsável e colaborativa nas Ciências Humanas, fortalecendo nosso objetivo de constituir um espaço aberto para a publicação de discentes da graduação e da pós-graduação em História e áreas afins. Nesta edição, reunimos contribuições que mobilizam diferentes abordagens teóricas e metodológicas, contemplando debates sobre gênero, raça, memória, política e cultura, evidenciando a pluralidade de perspectivas que constituem o fazer historiográfico.

O presente número conta com quinze artigos que compõem o dossiê temático intitulado *História Lésbica: Narrativas, Epistemologias e Interseccionalidades*, proposto pelas doutorandas Julia Aleksandra Martucci Kumpera, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Letícia Emília Batista, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Além disso, esta edição reúne seis artigos na seção permanente de Ensino de História, treze artigos na seção de artigos livres e uma resenha.

Para iniciar a seção permanente de Ensino de História contamos com o artigo intitulado *Realidades cruzadas: proposta de intervenção pedagógica com realidade virtual e aumentada para a Educação Patrimonial no Grande Bom Jardim, Fortaleza-CE*, escrito por Walter Ferreira Rebouças, mestrando no Programa de Pós Graduação em História, Cultura e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará (PPGHCE/UECE). O autor apresenta uma proposta de intervenção pedagógica em Ensino de História e Educação Patrimonial para estudantes do Ensino Médio de uma escola na periferia de Fortaleza (Grande Bom Jardim). Sua sugestão consiste em superar os limites que tendem a afastar os jovens do patrimônio histórico urbano. Para isso, a metodologia fundamenta-se no emprego reflexivo da Realidade Virtual (RV), possibilitando experiências imersivas em espaços centrais da cidade, bem como na utilização da Realidade Aumentada (RA), que permite inserir e problematizar narrativas históricas no cotidiano do ambiente escolar. Pretende-se, dessa forma, fortalecer a formação de uma consciência histórica crítica, articulada à compreensão do direito à cidade como prática social.

Em seguida, o artigo intitulado *Experiências Pedagógicas na Educação Patrimonial: interfaces entre PIBID, Formação Docente e Práticas Escolares*, da graduanda Thamires

Vitória Dias Viana, aborda reflexões sobre a Educação Patrimonial a partir de uma experiência pedagógica realizada no Programa Institucional de Bolsas para Iniciação à Docência (PIBID), realizada no município de São Luís (Maranhão). A autora discute a importância da Educação Patrimonial como meio de preservar a identidade coletiva e de desenvolver a criticidade dos alunos em sua realidade sociocultural. Ao tratar dos aspectos histórico-arquitetônicos da colonização portuguesa presentes no município, a autora descreve sua experiência prática na “Oficina dos Azulejos”, que busca conscientizar os alunos sobre a permanência e os significados do patrimônio colonial da cidade.

Dando continuidade às discussões propostas sobre educação patrimonial e formação docente, no artigo *Narrativas escolares sobre o processo abolicionista na Escola Marineide Pereira Cunha, PIBID/História – Mossoró/RN*, os autores Eletice Costa de Meneses Neta, João Paulo de Souza e Pedro Henrique da Silva Pereira analisam uma experiência pedagógica desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) com estudantes do 9º ano do ensino fundamental na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte. Partindo de discussões sobre educação antirracista, da Lei 10.639/2003 e do conceito de racismo estrutural, o trabalho busca problematizar a narrativa tradicional que atribui a abolição da escravidão à ação da princesa Isabel, destacando o protagonismo da população negra no processo abolicionista. A partir da realização de um percurso histórico de memória negra pela cidade, organizado em parceria com o projeto de extensão *Procurando Rafael*, o estudo discute o potencial de práticas pedagógicas que articulam ensino de História, educação patrimonial e memória local para promover novas leituras sobre a história da abolição e fortalecer a consciência histórica dos estudantes.

Prosseguindo nas reflexões acerca das experiências formativas proporcionadas pelo PIBID, o artigo *Os ecos do PIBID: Direitos Humanos no Ensino de História*, das autoras Ana Vitória Campos Moura, Kaylane Moraes da Costa e Laryssa dos Santos Ribeiro, graduandas em História na Universidade Estadual do Piauí, apresenta reflexões sobre a importância do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), a partir do relato de experiência das próprias autoras e de sua relação com os debates acerca dos direitos humanos e sua legislação.

Expandindo a análise sobre práticas de ensino de História, o artigo *A imaginação histórica como abordagem para a Educação em Relações Étnico-Raciais: uma experiência em Estágio Supervisionado*, dos autores Arthur Will Tocchetto de Oliveira e Marina de Oliveira Bortolatto, graduandos em História pela Universidade Federal de Santa Catarina,

discute um projeto de ensino desenvolvido com estudantes do 9º ano. O trabalho tem como tema central a Educação para as Relações Étnico-Raciais, com aprofundamento na história da escravidão no Brasil, e apresenta como principal objetivo o combate à desumanização dos sujeitos escravizados.

No mesmo horizonte analítico das experiências de estágio supervisionado e de suas interfaces com a educação histórica, o artigo *História, Memória e Identidade Cultural: experiências de estágio em um espaço museológico em Caririaçu – CE*, de Gisela Lauriano de Sales e Maria Eduarda Rodrigues Soares, vinculadas à Universidade Regional do Cariri (URCA), apresenta e analisa uma experiência de estágio desenvolvida no Museu José Nogueira de Melo, localizado no interior do Ceará. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e em registros de diário de bordo, as autoras refletem sobre as articulações entre história, memória e identidade cultural no contexto do espaço museológico. Nesse sentido, discutem o papel do museu tanto como ambiente educativo não formal quanto como espaço de preservação e ressignificação de memórias individuais e coletivas. O estudo evidencia, ainda, como práticas educativas — tais como oficinas e atividades mediadas com o acervo — contribuem para a valorização do patrimônio local e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento da comunidade em relação à sua própria história.

Na seção de artigos livres desta edição, apresentamos *Garanhão do cativo ou corpo subjogado? A reprodução de escravizados sob a lógica colonial*, de Clodoaldo Matias da Silva, mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O trabalho analisa a reprodução forçada de pessoas escravizadas no Brasil como prática de dominação colonial e estratégia de acumulação patrimonial, tomando a figura de *Pata Seca* como eixo simbólico de reflexão. A partir de pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e do diálogo com a história social, com a pedagogia crítica e as epistemologias decoloniais, o autor problematiza a construção da masculinidade negra, o controle sobre o corpo e a sexualidade no cativo, bem como os conflitos entre memória, oralidade e apagamento institucional, destacando ainda as implicações pedagógicas desse debate para o enfrentamento do racismo estrutural.

Na esteira das discussões sobre raça, controle social e a construção histórica da criminalidade, o artigo *Práticas policiais, criminalidade e racialização: a construção histórica do negro como ameaça (1877–1914)*, de Maria Clara Turcato da Costa, mestranda em História Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisa as práticas

policiais repressivas vigentes no final do Segundo Reinado e ao longo da Primeira República, com ênfase em seus contornos raciais. Com base em notícias veiculadas na imprensa da época, a autora busca examinar de que maneira se constituiu a representação do sujeito negro como uma ameaça à ordem social.

Aprofundando a análise sobre as dinâmicas de criminalização e hierarquias sociais no pós-abolição, o artigo intitulado *Criminalidade e hierarquias sociais em Sant’anna do Catú-Ba: o caso de Manoel grande e Alexandre Correia Lima, 1888*, escrito pela pós-graduanda Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus, da Universidade Estadual de Feira de Santana, analisa um processo-crime de 1888 ocorrido em Sant’anna do Catú (BA), envolvendo a agressão praticada por Manoel Martiniano de Santana, trabalhador rural livre e mestiço, contra Alexandre Correia Lima, jovem membro de família proprietária de terras e escravizados. A partir de uma análise qualitativa dos autos, a autora demonstra que este conflito aparentemente havia sido motivado por uma roçagem indevida, mas estava inserido em um contexto mais amplo de disputa por posse de terras e autoridade masculina. O estudo aborda as hierarquias sociais do Brasil escravista e como estas influenciavam as relações locais, marcadas por desigualdades de classe, raça e geração, para compreender como diferentes experiências de masculinidades moldam as ações dos envolvidos, propondo enfim a agressão como uma resposta às tensões produzidas por relações de poder, ao invés de um atributo natural aos homens.

Deslocando o olhar para as relações de gênero e suas interfaces com o campo jurídico, apresentamos “*Desnaturadas, bárbaras e cruéis*”: *as mulheres e o crime de infanticídio na Salvador republicana (1890-1930)*, de Tainara Santos de Santana, graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O estudo analisa as representações e interpretações construídas em torno de mulheres acusadas de infanticídio em Salvador durante o período republicano, buscando compreender como discursos jurídicos, médicos e morais qualificavam essas mulheres e seus atos. A partir da análise de processos criminais e de fontes produzidas no âmbito da justiça e imprensa, a autora investiga as narrativas mobilizadas para caracterizar essas acusadas como “desnaturadas, bárbaras e cruéis”, evidenciando como concepções de maternidade, moralidade e gênero influenciavam a interpretação desses crimes e a construção das imagens femininas no contexto urbano da época.

Em outra frente de análise, voltada às transformações das práticas sociais e culturais, o artigo “*Todo caminho deu no mar*”: *fotografias de viagens de veranistas a Tramandaí (1900–1960)*, de autoria da mestra em História Lilian Oliveira Trevisan Lima, da

Universidade Federal de Pelotas, examina o processo de modernização das viagens de veraneio para Tramandaí (RS) ao longo da primeira metade do século XX, tendo as fotografias históricas como principal fonte de investigação. A autora analisa de que modo as mudanças nos meios de transporte, na infraestrutura viária e nas práticas sociais contribuíram para a constituição da experiência do veraneio no litoral norte gaúcho. Além disso, discute como esse processo se configurou de maneira desigual entre distintos segmentos sociais, uma vez que, em seus primórdios, o veraneio estava restrito às elites econômicas, enquanto os trabalhadores figuravam majoritariamente nos bastidores da atividade turística.

Ampliando o debate para o campo das ideologias políticas e suas reverberações contemporâneas, o artigo *O Fascismo: origens, ideologia, manifestações e legados contemporâneos*, de Alessandro Fernandes, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGD/UNISINOS) e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPP/UFRGS), debruça-se sobre as raízes desse movimento característico do século XX, que vem sendo cada vez mais debatido diante de interpretações sobre seu possível ressurgimento. Investigando suas bases ideológicas, seus mecanismos de disseminação e as diferentes formas de interpretação, o autor evidencia como sua influência extrapola o contexto de seu surgimento, na Itália entre guerras, associada a Benito Mussolini.

No âmbito das discussões sobre gênero e protagonismo feminino em processos históricos, o artigo *A agência feminina em Cuba: Mariana Grajales e o Pelotão Feminino na Revolução Cubana*, de Marina Ventura Martins, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, propõe uma nova abordagem para a análise da Revolução Cubana. A partir de um referencial teórico ancorado na História das Mulheres, a autora busca compreender esse processo revolucionário sob a perspectiva da participação feminina, especialmente a do Pelotón Mariana Grajales, conhecido como “Las Marianas”.

No mesmo horizonte analítico acerca das relações de gênero e trabalho, o artigo *Além da invisibilidade: a dominação masculina em Bourdieu e a resistência das operárias metalúrgicas de Caxias do Sul/RS (1975–1981)*, de Stela Tondello Nardello, doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, propõe uma leitura sobre a resistência operária metalúrgica em Caxias do Sul/RS, com base em registros do *Jornal de Caxias* no final do século XX. Dialogando com Pierre Bourdieu, a autora examina como a

dominação masculina se manifesta nesses espaços e como as práticas de resistência tensionam a ordem simbólica vigente.

Adentrando o campo das representações culturais e suas articulações com a experiência histórica, o artigo *Algumas reflexões sobre o tratamento dado à loucura durante a Ditadura Civil-Militar brasileira através do filme “Bicho de Sete Cabeças” (2001)*, de Giovanna Kopp da Cruz, graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), discute os tratamentos destinados a internos de hospitais psiquiátricos durante a ditadura no Brasil. Para isso, utiliza como base analítica o filme *Bicho de Sete Cabeças*, estabelecendo relações entre cinema e história.

Versando sobre os impactos das políticas centralizadoras do Regime Militar no Brasil, o artigo *O Poder Local na Ditadura Militar e as Estâncias Hidrominerais: o caso de Monte Alegre do Sul - SP*, de Larissa de Godoi, mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), analisa o poder local no período ditatorial, com foco no município de Monte Alegre do Sul (SP). A autora investiga de que maneira o poder central limitou a autonomia local a partir de interesses políticos, administrativos e econômicos, especialmente no que se refere ao controle da estância hidromineral, evidenciando impactos duradouros na organização política e no desenvolvimento econômico do município.

Deslocando a análise para o campo das políticas públicas e das questões ambientais, o artigo *História e Evolução Constitucional da Gestão Hídrica no Brasil*, de José Cristiano Santos de Paula, mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo, examina, a partir dos marcos constitucionais, as transformações na gestão da água no país. O autor destaca aspectos históricos, políticos e normativos, buscando compreender seus desdobramentos e impactos ambientais ao longo do tempo.

No campo das representações e da construção de memórias urbanas, o artigo *Não há distância que nos separe: a zona urbana picoense através dos programas da Rádio Difusora de Picos (1980–2000)*, de Graziela Reis da Silva, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), investiga como a programação da Rádio Difusora de Picos contribuiu para a construção de representações sobre o espaço urbano da cidade de Picos (PI). Com base na metodologia da História Oral e em entrevistas com ouvintes, a autora, em diálogo com Sandra Pesavento, Denis McQuail e Michael Pollak, analisa o papel do rádio como mediador das percepções urbanas e formador de memórias coletivas.

Por fim, no campo das discussões sobre permanência estudantil e relações étnico-raciais no ensino superior, o artigo *Coletivos negros como sinônimo de permanência para estudantes negros da Universidade Federal de Pelotas*, de Milene do Nascimento Pereira, graduanda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e membra fundadora do Coletivo Preto Beatriz Nascimento, examina o papel desses coletivos no apoio à trajetória acadêmica de estudantes negros. A análise fundamenta-se em questionários aplicados a integrantes de diferentes grupos da instituição.

A resenha intitulada *Entre Memória e História: a reconfiguração da independência por Valdei Araujo*, de Maria Eduarda Fernandes Dantas, graduanda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), apresenta uma síntese da obra *A Independência Narrada: Introdução à História da Historiografia no Brasil*, de Valdei Araujo, publicada em 2022, no contexto do bicentenário da Independência. A autora destaca a relevância da obra para a compreensão das disputas narrativas em torno do processo de Independência, evidenciando que se trata de um estudo que não apenas interpreta o passado, mas também analisa as condições históricas que possibilitaram tais interpretações.

Confiantes de que este número apresenta uma edição de elevada qualidade acadêmica, nossa equipe deseja a todos/as os/as leitores/as uma proveitosa leitura dos artigos reunidos, esperando, ainda, contribuir para o aprofundamento dos debates em torno das temáticas abordadas.

Equipe Editorial

Márcia Janete Espig

Alexia Francis Peter Demari

Amanda Rodrigues Guelso

Eduardo Goulart Reyes Barbosa

Francine Sedrez Bunde

Isabelle Brancão Chaves

Laura Bergozza Pereira

Leonardo Silva Amaral

Lucas Viscardi Marques

Pedro da Silva Fouchy

Víctor Blaskoski Lehugeur

Apresentação do Dossiê:**História lésbica: narrativas, epistemologias e interseccionalidades**Julia Aleksandra Martucci Kumpera¹, UFFLetícia Emília Batista², PUC/SP

No Brasil, os estudos sobre lesbianidades constituem um campo em construção que enfrenta barreiras institucionais, sociais e culturais para conquistar espaço e protagonismo. Embora, no âmbito das Ciências Humanas, a produção brasileira se destaque pela pungência das pesquisas sobre gênero e sexualidades, aquelas dedicadas exclusivamente às lesbianidades ainda disputam maior inserção no campo acadêmico.

Em linhas gerais, a historiografia brasileira reflete esse cenário mais amplo, marcado por hierarquias de poder e dinâmicas sociais de apagamento da lesbianidade, que contribuem para sua baixa credibilidade como objeto de pesquisa acadêmica. A existência de produções historiográficas pioneiras, como os trabalhos de Lígia Bellini (UFBA), Tânia Navarro-Swain (UnB), Patrícia Lessa (UEM) e Maria Célia Orlato Selem (Unicamp), constituem exceções que confirmam a regra. Tais produções permaneceram como pesquisas pontuais, sem força suficiente para constituir um novo campo, de modo que a História Lésbica tem se situado entre correntes historiográficas e áreas de estudos, frequentemente ocupando um não lugar nos trabalhos sobre feminismo e história do movimento LGBT+.

Mais recentemente, a partir dos anos 2010, observa-se um certo “boom” de produções historiográficas sobre lesbianidades. As próprias organizadoras deste dossiê, Julia Aleksandra Martucci Kumpera e Letícia Emília Batista, inserem-se nesse contexto como parte de uma nova geração de pesquisadoras dedicadas ao tema. Em suas dissertações, interessaram-se pela trajetória do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) e pelo boletim que publicaram, o *ChanacomChana*, ainda que tenham trilhado percursos analíticos distintos em suas abordagens.

Antes de apresentar os artigos que compõem esta proposta, gostaríamos de fazer duas breves ponderações. A que nos referimos com o termo “História Lésbica”? Sem a pretensão de oferecer uma definição definitiva, importa sublinhar que se trata de um campo de estudos voltado às experiências de amor, desejo e intimidade entre mulheres; aos discursos, práticas e representações sobre a homossexualidade feminina; e às formações políticas, sociais e

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Doutoranda em História Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

institucionais que intervêm nos modos de pensar e agir sobre a lesbianidade. Pode-se acrescentar, ainda, que o campo se constitui também como uma crítica teórico-política ao heteropatriarcado e ao regime da heterossexualidade compulsória e, como se observa neste dossiê, apoia-se em referenciais teórico-metodológicos diversos.

Sob essa perspectiva, este dossiê assume caráter inédito ao reunir, pela primeira vez, pesquisas voltadas às intersecções entre história e lesbianidades em uma proposta dedicada especificamente ao tema, reivindicando, assim, a legitimidade e a necessidade de consolidação desse campo no interior da produção historiográfica.

É nesse cenário que a proposta se abre com o artigo *História Lésbica no Brasil: análise de um campo em construção*, de Jessica Toledo e Joyce Souza, propondo uma reflexão sobre a constituição da história das lesbianidades no Brasil a partir de um levantamento bibliográfico na área da História. Ao mapear um campo ainda em consolidação, as autoras evidenciam tanto a marginalização das experiências lésbicas na historiografia quanto os avanços recentes desse debate, especialmente com o crescimento das pesquisas nas últimas décadas. Esse mapeamento não apenas situa a leitora e o leitor no debate historiográfico, como também justifica e reforça a pertinência deste dossiê.

Em termos de organização, o dossiê se divide em quatro eixos temáticos. O primeiro reúne trabalhos que dialogam a partir do contexto da República de Weimar, explorando diferentes formas de experiência e representação da lesbianidade no período. O artigo *Leitura cinematográfica de Senhoritas em Uniforme (1931) e a lesbianidade na República de Weimar*, de Cristal de Macedo Oliveira Rosa, analisa o filme alemão *Senhoritas em Uniforme* (1931), de Leontine Sagan, a partir de uma abordagem interdisciplinar que articula história, cinema e sexualidades. O estudo examina a representação da lesbianidade, considerando tanto seus elementos internos quanto suas condições de produção e recepção, evidenciando as tensões entre perspectivas conservadoras e inovadoras na narrativa, ao mesmo tempo em que destaca os impactos duradouros do filme.

Na sequência, o artigo *Berlim em Tons de Violeta e Glamour: o despertar da cena lésbica e o movimento homossexual em Weimar (1919–1933)*, de Neff Borba Araquan Vieira, investiga as formas de sociabilidade das mulheres lésbicas em Berlim. A partir da análise de espaços como clubes, cafés e redes associativas, o artigo evidencia esses espaços como territórios de sociabilidade, resistência e construção identitária. Ao situar essas experiências em um contexto de tensões entre abertura cultural e avanço conservador, destaca o protagonismo dessas mulheres na criação de redes de apoio e visibilidade.

No que se refere às formas de representação, o segundo eixo agrupa pesquisas que exploram diferentes suportes, linguagens e contextos de produção de imagens, ressaltando seu papel na construção da memória, identidade e visibilidade lésbica. Nesse sentido, o artigo *Serafina Dávalos: uma história lésbica através da imagem*, de Ludmila Neves Müller e Isadora Tiemi Coelho Issagawa, analisa a apropriação e ressignificação da fotografia histórica de Serafina Dávalos pelo grupo Aireana, no Paraguai. A partir do campo da cultura visual, as autoras demonstram como a imagem ultrapassa seu caráter documental para se tornar um símbolo político do movimento lésbico-feminista em um contexto de apagamento institucional.

Em outra dimensão da cultura visual, *Representações da AIDS na comunidade lésbica: uma análise das tirinhas de 1987 em O Essencial de Perigosas Sapatas*, de Camilly Lopes Santos e Úrsula Duarte Graf Lichnowsky, examina a HQ de Alison Bechdel a partir de duas tirinhas publicadas em 1987, abordando a representação da epidemia de HIV/AIDS nos Estados Unidos. Articulando História e Ciência da Informação, o texto analisa a invisibilização das mulheres lésbicas nas estatísticas e políticas de saúde, bem como a construção de discursos de prevenção, cuidado e resistência.

Ainda no contexto estadunidense, *A utilização da estética Lesbian Chic pelo grupo estadunidense Lesbian Avengers durante os anos 1990*, de Mariana Gonçalves Ferreira, investiga como o grupo se apropriou da estética Lesbian Chic no contexto da cultura midiática. O texto evidencia que, ao mesmo tempo em que utilizava imagens e padrões difundidos pela mídia, o grupo os subvertia como estratégia de ativismo, mobilizando essa linguagem visual para ampliar a visibilidade de pautas lésbicas e tensionar exclusões de raça, classe e expressão de gênero.

Por fim, *Entre o público e o privado: vínculos e imagens lésbicas em The Apartment (1975) e Lesbianism Feminism (1974)*, de Alina dos Santos Nunes, analisa dois videodocumentários de Rita Moreira e Norma Bahia Pontes, produzidos nos Estados Unidos, explorando as relações entre esfera pública e privada nos movimentos feministas dos anos 1970. Em diálogo com a história das mulheres e o cinema feminista, o artigo discute como essas produções mobilizam imagens de mulheres lésbicas para refletir sobre sociabilidade e resistência, destacando seu papel na construção de memória e visibilidade lésbica.

O terceiro eixo compõe uma seção dedicada à imprensa e à circulação de ideias, com atenção especial ao boletim *ChanacomChana*, editado pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) em São Paulo, na década de 1980. Em *CHANACOMCHANA: resistência lésbica*

durante a ditadura militar com a análise da primeira edição de 1982, Karina Tomaz da Silva e Darcylene Pereira Domingues realizam um exame minucioso do conteúdo da primeira edição do periódico, à luz dos processos políticos e sociais do período da redemocratização brasileira. As autoras identificam um “duplo processo de resistência” resultante da publicação do boletim: por um lado, a afirmação da identidade lésbica frente às estruturas da heterossexualidade compulsória; por outro, a organização política das lésbicas, com a elaboração de demandas públicas.

Já Kleire Anny Pires de Souza, em “*Alternativa*” para denunciar; *Chana Com Chana contra o sistema*, insere o boletim na história da imprensa brasileira, particularmente da imprensa alternativa. A partir do conceito de representação de Roger Chartier, a pesquisadora demonstra como o periódico se constituiu em um veículo de denúncia e instrumento de visibilidade e empoderamento.

Deslocando as lentes de análise, Elaine Alves da Silva se debruça nas charges e poesias publicadas no *ChanacomChana*, afirmando que compuseram uma estética de irreverência que ocupou um lugar central no projeto político do periódico. Para a autora de *Humor, desejo e política: estéticas da irreverência em Chanacomchana*, o humor gráfico operou como um instrumento de crítica às normas heterossexuais, enquanto a poesia permitiu construir espaços de elaboração sensível das experiências vividas por mulheres lésbicas. O estudo amplia a compreensão do projeto editorial do boletim, considerando a dimensão estética como parte constitutiva da estratégia de afirmação identitária e intervenção cultural do GALF.

Ampliando o escopo para uma perspectiva comparada, *Entre Chana e Organa: reflexões sobre a emergência da imprensa lésbica brasileira e portuguesa*, de Leticia Emília Batista, analisa a emergência da imprensa lésbica no Brasil e em Portugal a partir das revistas *Chanacomchana* e *Organa*. O texto evidencia como essas publicações funcionaram como espaços de resistência, produção discursiva e afirmação identitária, articulando redes de contato, apoio e circulação de ideias em escala transnacional.

Por fim, o texto *Nós, Mulheres: a lesbianidade no Jornal Nós Por Exemplo (1991-1995)*, de autoria de Izabela de Paula Gomes, desloca o recorte temporal para a década de 1990. A autora analisa o periódico *Nós Por Exemplo*, editado pelo Núcleo de Orientação em Saúde Sexual, sediado no Rio de Janeiro, privilegiando duas questões centrais. Primeiro, os debates em torno da epidemia de HIV/AIDS, o que permite compreender as redes de solidariedade e ativismo tecidas como respostas ao adoecimento. Segundo, as discussões em

torno da lesbianidade, a partir dos textos da seção “Nós mulheres”, que expressam transformações na agenda política do movimento lésbico.

O último eixo deste dossiê, dedicado à memória e às disputas no tempo presente, inicia com o artigo *Ditadura militar, lesbianidade e memória no Brasil: reflexões a partir do relatório final da Comissão Nacional da Verdade*. A partir da análise do capítulo “Ditadura e homossexualidades”, publicado no segundo volume do relatório final da CNV, Julia Aleksandra Martucci Kumpera debate a construção da memória sobre as experiências lésbicas no período ditatorial. Para isso, examina três elementos considerados paradigmáticos da repressão à lesbianidade: a censura à escritora Cassandra Rios, a Operação Sapatão e o Levante do Ferro’s Bar, conectando a narrativa produzida pela CNV e a produção historiográfica sobre a temática.

Em seguida, Julia Beatriz Silva Vicente Chaves, em *A lesbianidade como resistência no futebol e nos futebóis*, debate as relações de gênero e sexualidade no contexto do futebol brasileiro. A autora analisa a construção discursiva da lesbianidade na exposição virtual “Diversidade em campo: futebol LGBTQIA+”, lançada pelo Museu do Futebol em 2022, e nas redes sociais. Assim, evidencia os mecanismos que perpetuam o futebol como um esporte masculino, bem como os estigmas da lesbianidade no mundo esportivo.

O artigo *Violência política interseccional: lesbofobia contra deputada estadual de Minas Gerais*, de Deborah Ramos da Silva, encerra o dossiê. Silva articula os estudos feministas e sobre violência política de gênero na análise do caso da deputada estadual Bella Gonçalves (PSOL-MG). Alvo de ameaças misóginas e lesbofóbicas em 2023, o artigo discute como gênero, sexualidade e posição político-ideológica se conectam na produção de formas específicas de violência contra mulheres lésbicas de esquerda. Ao avaliar as respostas institucionais, a autora também promove uma reflexão sobre a necessidade de políticas públicas que enfrentem a lesbofobia como uma dimensão da violência política de gênero do país.

Este dossiê se caracteriza pela multiplicidade temática, temporal e teórico-metodológica das pesquisas aqui reunidas. Soma-se a isso a filiação institucional diversificada das autoras, vinculadas a Programas de Pós-Graduação em História das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, o que evidencia a capilaridade e o adensamento progressivo de um campo que se fortalece justamente na pluralidade de vozes, deslocando centralidades geográficas e afirmando a produção de conhecimento em diferentes contextos do país. Cabe destacar, ainda, que todos os artigos são de autoria feminina.

Nesse movimento, torna-se visível não apenas a expansão de uma área historiográfica, mas também o esforço contínuo de disputar narrativas, deslocar silenciamentos e inscrever as lesbianidades no centro da produção do conhecimento histórico. Os trabalhos aqui reunidos ampliam o repertório de possibilidades de pesquisa, tensionando objetos, métodos e enquadramentos teóricos, reafirmando a potência crítica de uma historiografia das lesbianidades. Ao mesmo tempo, abrem brechas para o que ainda está por vir, indicando as potencialidades do campo e suas contribuições para o alargamento de problemas, fontes e categorias de análise.

Referências

- BELLINI, Ligia. **A coisa obscura**: mulher, sodomia e Inquisição no Brasil colonial. Salvador: EdUFBA, 2014.
- LESSA, Patrícia. O que a história não diz não existiu: a lesbianidade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. **Em Tempo de Histórias**, v. 7, p. 120-132, 2003.
- LESSA, Patrícia. O feminismo-lesbiano em Monique Wittig. **Revista Ártemis**, v. 7, p. 93-100, dez. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2154>>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- SELEM, Maria Célia Orlato. **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica**. 2007. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. **Cadernos Pagu**, n. 12, p. 109–120, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634809>>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- SWAIN, Tânia Navarro. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SWAIN, Tânia Navarro. Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e continuum lésbico. **Bagoas**: Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 5, 2010.
- SWAIN, Tânia Navarro. Lesbianismos: cartografia de uma interrogação. **Esboços**: histórias em contextos globais, v. 23, n. 35, p. 11-24, 2016.

História Lésbica no Brasil: análise de um campo em construção

Lesbian History in Brazil: analysis of a field under construction

Jessica Marques Toledo¹, UFJF

Joyce Mirella Alves de Souza², UFJF

Resumo

O presente artigo tem como objetivo trazer um debate inicial sobre o desenvolvimento da história das lesbianidades no Brasil. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico a partir de pesquisas acadêmicas sobre o tema na área da História. Através dessa proposta, trazemos algumas reflexões sobre como as ações das mulheres lésbicas ao longo do tempo foram ou não incorporadas por áreas da historiografia como a história das mulheres e história das homossexualidades, discutindo a importância da inserção de pesquisadoras lésbicas nos programas de pós-graduação em História para que as experiências de lesbianidade sejam levadas em consideração na escrita da História.

Palavras-chave: História lésbica; Movimentos sociais; Lesbofeminismo.

Abstract

This article aims to spark an initial debate on the development of the history of lesbianism in Brazil. To this end, we conducted a bibliographical survey based on academic research on the topic in the field of history. Based on this proposal, we offer some reflections on how the actions of lesbian women over time have been incorporated into areas of historiography such as women's history and the history of homosexuality, discussing the importance of including lesbian researchers in graduate programs in history so that the experiences of lesbianism are incorporated into the writing of history.

Keywords: Lesbian history; Social movements; Lesbofeminism.

Introdução

A insurgência de pesquisas que tem a experiência lésbica como objeto de estudo central no campo da História tem sido um movimento que vem crescendo, e nos leva a refletir sobre o surgimento de um campo da História Lésbica. Ainda que tenha ocorrido a incorporação de novos sujeitos, objetos de estudos e metodologias na prática historiográfica nos anos finais do século XX, as abordagens sobre as lesbianidades ocupou as margens das

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF) vinculado à linha de pesquisa "História da Arte, Patrimônio, Cultura e Sociabilidades". Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: jessicatoledo.ppg@gmail.com

² Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF) vinculada à linha de pesquisa Política, cultura e trabalho. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: joysouza123jf@gmail.com

pesquisas históricas, sejam elas no campo da História das Mulheres ou no campo crescente da História LGBT+.

Nesse sentido, no campo historiográfico os silêncios sobre a experiência histórica de lésbicas enquanto sujeitas históricas ainda é um problema. Existe não apenas um problema de fontes pela falta de dados e documentos sobre mulheres lésbicas, o silêncio, o apagamento lésbico é atravessado por uma escolha política, pois os estudos das lebianidades são postas à margem daquilo que interessa à historiografia e a quem pesquisa.

Assim, a “marginalização da história sobre mulheres lésbicas abre uma lacuna bibliográfica do tema, e estabelece uma dificuldade em avanços da produção acadêmica sobre o tema” (Oliveira, 2020, p. 15). Dessa forma, ao longo deste artigo será possível perceber que o avanço do campo tem ocorrido pela inserção de historiadoras lésbicas nas universidades, que mobilizam a lesbianidade a partir de uma perspectiva política.

O presente artigo, portanto, tem como objetivo abordar a trajetória da emergência das pesquisas historiográficas sobre lésbicas no Brasil, avaliar a produção existente e a sua constituição como um campo de pesquisa, e compreender a importância e as contribuições da teoria lesbofeminista e do movimento lésbico no Brasil nesse processo. A metodologia proposta articula levantamento bibliográfico e análise crítica da produção acadêmica brasileira sobre lesbianidade, privilegiando trabalhos no campo da História. Esse levantamento busca mapear dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação, bem como artigos, capítulos de coletâneas e dossiês temáticos publicados em periódicos e livros.

A análise terá caráter crítico e interpretativo, atenta tanto ao volume e diversidade da produção, quanto às condições de possibilidade de sua emergência. Além disso, serão mobilizados aportes do lesbofeminismo e da teoria lesbofeminista como referenciais epistemológicos capazes de iluminar as operações de apagamento e as estratégias de resistência presentes na trajetória da história lésbica no Brasil.

Quando as lésbicas entram na história? A emergência da História Lésbica no Brasil

No século XX, a historiografia concebeu um dos maiores debates epistêmicos provocados pelo movimento historiográfico francês da *Escola dos Annales*. Diante de uma prática, até então, marcada pelos princípios positivistas e um método científico pautado na neutralidade e objetividade, o surgimento da Escola dos *Annales*, em 1929, através de

intensos debates causou uma revolução na forma com que historiadoras e historiadores pudessem enxergar a sua prática. De acordo com o autor Peter Burke

A mais importante contribuição dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da História por diversas áreas. O grupo ampliou o território da História abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las (Burke, 1992, p. 153).

No centro dessa renovação, a Nova História proposta pela terceira geração da Escola dos *Annales*, em 1968, reconhecia a importância dos elementos culturais e “se abria ao diálogo com as mais diversas ciências: antropologia, sociologia, literatura, geografia, psicologia, entre tantas outras, além de ampliar seu olhar sobre as fontes” (Matos, 2010, p. 114). Com isso, tornou-se possível evidenciar a experiência de grupos sociais historicamente silenciados e invisibilizados pela narrativa histórica oficial.

Dessa maneira, ao incorporar novas abordagens, o trabalho com o objeto de pesquisa e as fontes passou a se distanciar da concepção de documento como expressão da verdade, aproximando-se de uma abordagem que busca compreender em quais condições essas fontes foram produzidas, a interrogá-las (Bloch, 2001, p. 8), compreendendo as condições históricas, sociais e políticas de sua produção.

Ao apresentar o panorama da Escola dos Annales e a renovação metodológica impulsionada pela chamada Nova História, buscamos evidenciar as possibilidades que se abriram para a inclusão de sujeitos e experiências antes silenciados pela narrativa histórica tradicional. A incorporação desses novos sujeitos esteve diretamente relacionada com as lutas dos movimentos sociais, mobilização social e conquistas de direitos.

Contudo, é importante destacar que, embora nos anos finais do século XX, diversos grupos socialmente marginalizados tenham passado a incorporar seus debates à historiografia como resultado, em grande parte, das transformações promovidas pela terceira geração da Escola dos Annales, a lesbianidade permaneceu invisibilizada nesse processo.

Ao analisar o que efetivamente foi produzido sobre a temática lésbica no Brasil, percebemos que, mesmo com os avanços historiográficos dedicados à história das mulheres, das populações negras e dos grupos LGBTQIA+ de forma mais ampla, a história das lésbicas como um campo de pesquisa ainda segue como um campo marginal.

A invisibilidade das lesbianidades na historiografia não decorre apenas da falta de fontes, mas de um apagamento sistemático que nega sua própria existência. Como mostra

Tânia Navarro Swain, a lésbica rompe com a lógica patriarcal ao simbolizar a possibilidade de uma vida feminina sem homens, sendo, por isso, desqualificada socialmente e excluída da narrativa histórica. Esse silêncio é uma operação política e simbólica que retira a lesbianidade tanto da história quanto da cidadania (Swain, 1999, 1226).

A década de 1970 foi um período crucial para o surgimento e a reorganização dos movimentos sociais no Brasil, especialmente em meio à repressão da ditadura civil-militar e ao início da abertura política (Araújo, 2000, p. 116). Nesse contexto, destacamos o movimento feminista e a criação do movimento homossexual despontaram como dois importantes marcos na luta por direitos.

No entanto, embora a lesbianidade estivesse presente e imbricada em ambos os movimentos, suas pautas foram sistematicamente secundarizadas. No interior do feminismo, a presença de mulheres lésbicas era muitas vezes vista como um estigma. Já no movimento homossexual, fortemente hegemonizado por homens gays, as experiências lésbicas eram frequentemente invisibilizadas ou tratadas como meras extensões das questões masculinas. Assim, a lesbianidade permaneceu em um lugar de marginalidade, mesmo dentro de espaços que, em tese, deveriam acolher e promover sua existência política (Soares, 2019, p. 4).

Sendo assim, diante desse contexto, a organização política de lésbicas emergiu um pouco depois da consolidação dos movimentos feminista e homossexual, o que contribuiu para que seu reconhecimento enquanto movimento social também ocorresse em um momento distinto. Podemos observar essa diferença ao compararmos os primeiros encontros e congressos desses grupos, enquanto o movimento feminista e o movimento homossexual já articulavam espaços nacionais de debate e reivindicação na década de 1980, a organização autônoma de lésbicas começou a se estruturar apenas na década de 1990. Esse descompasso deixa evidente os efeitos concretos da marginalização das pautas lésbicas dentro dos próprios espaços de militância, o que atrapalhou sua visibilidade e força como sujeito político.

Ao longo da década de 1980 e 1990, o movimento feminista já apresentava uma estrutura organizativa mais consolidada, evidenciada por eventos significativos como o II Congresso da Mulher Paulista, realizado em 1980, que se tornou um marco do feminismo como um movimento social de alcance mais amplo (Moraes, 2017, p. 128). Nesse sentido, em 1980, também já havia o início de uma articulação nacional do movimento homossexual destacado pelo 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (Facchini, 2003, p. 90). Essas articulações evidenciam a estruturação e o fortalecimento desses movimentos no tecido social brasileiro nesse período.

Em relação a ambos movimentos, neste contexto, da década de 1980 a organização política de lésbicas estava dando seus primeiros passos, contando com criação de sete grupos: Grupo Lésbico-Feminista/SP, GALF: Grupo Ação Lésbica Feminista/SP, Grupo Terra Maria Opção lésbica/SP, Grupo Iamaricumas/RJ, Grupo Libertário Homossexual/BA, Grupo Terceira Dimensão/RS, Grupo Gaúcho de Lésbicas Feministas/RS (Campos, 2009, p. 113). De acordo, com o Relatório do Seminário Nacional de Lésbicas SENALE de 2006, a organização política das lésbicas e seu fortalecimento aconteceu na década de 1990, e tem como um marco a criação do Seminário Nacional de Lésbicas em 1996, que surgiu “da necessidade de se ter um espaço onde as especificidades das lésbicas pudessem ser discutidas de uma forma mais ampla e democrática, já que nos encontros mistos esse espaço era e continua sendo insuficiente” (SENALE, 2009, p. 7).

O SENALE causou um grande impacto para o crescimento do movimento lésbico no Brasil, foi palco de criação de novos movimentos lésbicos, além de ampliar a nível nacional a politização de mulheres lésbicas (SENALE, 2009, p.7). Ao longo dos anos, essa organização representativa se constituiu como um lugar que reivindica as lésbicas “como sujeito político, e o SENALE tem se traduzido como espaço de troca de vivências, experiências, mas, também momento de construção de diretrizes para políticas públicas e diretrizes para as diferentes expressões do movimento.” (SENALE, 2009, p. 13). Além disso, mantém um movimento contínuo até os dias atuais.

Sendo assim, considerando que a construção historiográfica sobre grupos subalternizados está intimamente ligada às reivindicações e mobilizações dos movimentos sociais, é possível, com base em dados sobre a produção acadêmica, comparar o processo de inserção dessas temáticas no campo da História. A análise do surgimento e consolidação de objetos de pesquisa como a história das mulheres e dos sujeitos LGBTQIA+ revela os diferentes momentos e ritmos em que esses grupos passaram a ser reconhecidos como dignos de investigação historiográfica.

Essa diferença evidencia que o reconhecimento historiográfico de certos sujeitos não depende apenas da existência de fontes ou de trajetórias históricas, mas também do valor político atribuído a essas experiências dentro das instituições acadêmicas e das dinâmicas de produção do conhecimento e na sociedade. Com base nos dados do *Levantamento de teses e dissertações de História sobre mulheres (1973-2000)* realizado pela historiadora Branca Zilberleib (Zilberleib, 2022), no mapeamento do projeto *Historiografia das dissidências sexuais e desobediências de gênero no Brasil (1994-2022)* (Canabarro, 2022), e no

levantamento bibliográfico realizado por nós para essa pesquisa, é possível identificar as diferentes dinâmicas de emergência e consolidação das pesquisas nesses distintos segmentos.

A análise comparada desses dados revela como determinados campos como a história das mulheres ou dos sujeitos LGBTQIA+ de modo mais amplo, vêm ganhando espaço de forma mais estruturada ao longo dos anos, enquanto o recorte específico sobre lesbianidades ainda aparece de forma tímida. Esses levantamentos permitem perceber não apenas a disparidade quantitativa entre os temas, mas também os momentos históricos que favoreceram a legitimação de certos objetos como dignos de investigação no campo historiográfico.

Assim, a primeira pesquisa de História da Mulheres no Brasil data os anos de 1973, a partir da pesquisa de doutorado *“Siminário de Mininas Orphãos e Educandas e Nossa Senhora da Gloria (Primeiros Ensaio para a Profissionalização Feminina em São Paulo - 1825-1935”* de Wanda Rosa Borges. Contudo, de acordo com a historiadora Branca Zilberleib, é preciso entender que

Se for preciso datar o campo, afirmamos que ele nasceu em meados dos anos 90. Diferentemente do que costuma aparecer nos balanços, antes dessa época, não havia uma área. Havia pesquisas sobre mulheres, que respondiam a agendas de pesquisa diversas, mas não uma área mais ou menos autônoma dedicada ao tema. A partir do momento em que outros aparatos para o desenvolvimento de tais estudos foram criados – revistas, grupos institucionalizados, grandes projetos de pesquisa e as sínteses expressas nos balanços – começou a existir uma área (Zilberleib, 2022, p. 134).

Observa-se que, de fato ao longo dos anos, a produção de pesquisas sobre a história das mulheres começou a se consolidar de forma mais significativa a partir da década de 1990. Enquanto entre as décadas de 1970 e 1980 foram identificados apenas 19 trabalhos acadêmicos entre teses e dissertações voltados a essa temática, na década de 1990 houve um crescimento expressivo, com a produção alcançando 128 pesquisas (Zilberleib, 2022, p. 136). Esse salto quantitativo indica não apenas o fortalecimento dos estudos de gênero no campo historiográfico, mas também a incorporação das pautas feministas como objeto legítimo de investigação acadêmica. É importante destacar que nesse período da década de 1990, o movimento feminista vivia uma fase de organização estruturadas contando com organizações não-governamentais e financiamentos internacionais para as suas ações (Novelino, 2019, p. 62).

Analisando as produções historiográficas LGBTQIA+, a primeira pesquisa datada pelo mapeamento do projeto Historiografia das dissidências sexuais e desobediências de gênero no Brasil (1994-2022) (Canabarro, 2022), é registrada em 1994, a partir da pesquisa de

mestrado *“Páginas de prazer – a sexualidade através da leitura no início do século”* de Claudio Denipoti. No entanto, também, é importante destacar que esse marco inicial não representa a consolidação de um campo de pesquisa. Pelo contrário, o número de trabalhos permaneceu reduzido por um longo período. Entre 1994 e 2013, das 240 pesquisas identificadas no total do mapeamento, apenas 56 foram produzidas nesse intervalo de quase duas décadas.

Dessa maneira, é apenas a partir de 2014 que se observa uma consolidação mais significativa desse campo de pesquisa. Entre 2014 e 2022, foram identificadas 184 novas pesquisas voltadas às dissidências sexuais e de gênero, o que representa um crescimento expressivo em relação aos períodos anteriores. Esse avanço indica uma ampliação do reconhecimento acadêmico da temática LGBTQIA+ no campo historiográfico, resultado, em grande medida, das transformações políticas, sociais e institucionais.

Desde o início dos anos 2000, o debate em torno dos direitos da comunidade LGBTQIA+ passou por um processo crescente de institucionalização no Brasil. Ainda nos anos 1990, observou-se um crescimento na criação de ONGs voltadas para a defesa dos direitos da população LGBTQIA+, impulsionado por financiamentos nacionais e internacionais que fortaleceram especialmente o movimento homossexual (Facchini, 2003, p. 120).

Um marco importante nesse processo foi a criação do programa Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004 pelo governo federal (Torres; Santos, 2024). Essa iniciativa representou significativa relação entre o Estado e os movimentos sociais LGBTQIA+, ao propor políticas públicas de enfrentamento à discriminação e promoção da cidadania dessa população. O programa simbolizou o reconhecimento da pauta como parte da agenda de direitos humanos, contribuindo para a maior visibilidade e articulação institucional das demandas do movimento (Torres; Santos, 2024, p. 25).

Assim, paralelamente ao avanço historiográfico observado a partir da década de 2010, no campo dos estudos da comunidade LGBTQIA+ (Canabarro, 2022, p. 1), é possível identificar alguns marcos cruciais na luta pela cidadania dessa população no Brasil. Esses marcos não apenas refletem avanços institucionais e legais, mas também contribuem diretamente para a ampliação do reconhecimento social e político da comunidade.

Entre esses marcos, podemos destacar a aprovação da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011, e a criminalização da LGBTfobia, em 2019 (Buzolin, 2022, p. 7). Essas conquistas contribuíram para romper o silêncio histórico e epistemológico

em torno das experiências LGBTQIA+ no debate público, abrindo caminhos para que essas vivências fossem também reconhecidas como objeto legítimo de pesquisa e produção historiográfica e para o fortalecimento da temática como um campo.

Embora os campos da História das Mulheres e da Historiografia LGBTQIA+ tenham avançado, a historiografia voltada para as lesbianidades como objeto de pesquisa mostra-se um campo muito pouco explorado. Diante do levantamento que realizamos, a primeira pesquisa sobre lésbicas data de 1989, a dissertação de mestrado de Lígia Bellini. E desde 1989 até 2024 existem apenas 30 pesquisas historiográficas voltadas para o estudo das lesbianidades. Diante do mapeamento feito por Ronald Canabarro das 240 pesquisas sobre histórias LGBTQIA+, entre 1994 até 2022 somente 21 pesquisas abordam a lesbianidade como objeto de pesquisa (Canabarro, 2022, p. 1).

A consolidação do SENALE nas primeiras décadas do século XXI representou um marco fundamental para o movimento lésbico no Brasil (SENALE, 2009, p. 3). Juntamente com a criação de importantes organizações como a Liga Brasileira de Lésbicas, fundada em 2003 (Salem, 2007, p. 1), e a Articulação Brasileira de Lésbicas, fundada em 2004 (Rede ABL, 2025, p. 1). Esses espaços foram cruciais para a estruturação de uma perspectiva política que reconhecesse as lésbicas como sujeitas políticas.

Essas iniciativas lésbicas não apenas abriram espaço a visibilidade das pautas específicas das mulheres lésbicas dentro do campo mais amplo das lutas LGBTQIA+ e feministas, mas também contribuíram para o fortalecimento de uma identidade coletiva baseada em experiências próprias de opressão, resistência e produção de saberes. Assim, esses marcos históricos desempenharam um papel fundamental na consolidação de uma agenda política lésbica, na construção de redes de articulação nacional e, portanto, na reivindicação de cidadania.

Sendo assim, é imprescindível destacar a importância do movimento lésbico para a inserção das lésbicas na historiografia. Isso se evidencia pelo fato de que, após a primeira pesquisa acadêmica sobre lesbianidades em 1989, os dois dos quatro trabalhos que a sucedem têm como foco central o próprio movimento lésbico que são as pesquisas: *“A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica”* de Maria Célia Orlato Salem e *“Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)”* de Patrícia Lessa. Ou seja, a presença das lésbicas na História começa a se firmar a partir do momento em que elas mesmas passam a se constituir como sujeitas políticas organizadas, reivindicando o direito à memória, à representação e à produção de conhecimento sobre suas

existências.

Além disso, é possível afirmar que o aumento mais expressivo no número de pesquisas a partir de 2018 se deve ao fortalecimento do movimento lésbico. Um marco fundamental nesse processo, para além de articulações políticas e a militância ativa de lésbicas, foi a elaboração do Dossiê sobre o Lesbocídio, lançado em 2018 (Pere; Soares, 2018, p. 4), que teve como objetivo mapear e denunciar as violências direcionadas especificamente contra mulheres lésbicas no Brasil.

Esse documento não apenas deu visibilidade às formas específicas de opressão que recaem sobre lésbicas, como também mobilizou debates políticos e sociais em torno da urgência de reconhecer essas violências como estruturais e sistemáticas (Pere; Soares, 2018, p. 10). Mostrando as especificidades e deixando claro, também, a necessidade de descolar a lesbianidade como a apenas uma versão da homossexualidade masculina.

Diante dessas colocações cabe ressaltar que a consolidação da História das Mulheres ao longo das décadas do século XXI (Wolf; Possas, 2005, p. 585), foi de suma importância para o desenvolvimento tanto de pesquisas sobre lesbianidades, como pesquisas da comunidade LGBTQIA+ como um todo. A incorporação de epistemologias feministas como ferramentas metodológicas

Opera-se uma deshierarquização dos acontecimentos: todos se tornam passíveis de serem historicizados, e não apenas as ações de determinados sujeitos sociais, sexuais e étnicos das elites econômicas e políticas, ou de outros setores sociais, como o proletariado-masculino-branco, tido como sujeito privilegiado por longo tempo, na produção acadêmica (Rago; Margareth, 1998, p. 45).

Dessa forma, abriu-se espaço para a interrogação crítica sobre o corpo, a sexualidade e das vivências silenciadas pela produção em volta do sujeito universal, masculino, branco, hétero, permitindo o surgimento de narrativas que visam compreender como essas dimensões foram historicamente construídas, reguladas e vivenciadas. Essa ampliação do escopo historiográfico a partir da lente feminista e lesbofeminista foi essencial para o reconhecimento da lesbianidade como um campo legítimo de produção de conhecimento.

Os avanços da pesquisa historiográfica sobre lesbianidades no Brasil

Ao analisar de que maneira as pesquisas sobre história lésbica vão se desenvolvendo no Brasil, é possível afirmar que sua expressão mais concreta passou a existir a partir dos anos 2000, mas ganhou uma conotação maior em termos de números de pesquisas realizadas de

2019 em diante. Partindo dessa realidade, nos vimos diante do desafio de mapear as pesquisas sobre lésbicas na área de História no Brasil.

Cabe ressaltar que não realizamos um levantamento esgotante da produção de pesquisas em História com o protagonismo da temática lésbica, deixando em aberto a necessidade de se analisar e pesquisar a bibliografia existente com mais profundidade, uma vez que, trata-se de um levantamento geral que não teria espaço para detalhar nas delimitações desse artigo.

Portanto, buscamos trazer em linhas gerais a que pé anda a produção de conhecimento em História sobre mulheres lésbicas, a fim de refletir de que maneira essas sujeitas vem sendo inseridas na historiografia no geral e como o campo de História das Mulheres abre espaço para que experiências femininas fora do padrão heterossexual possam fazer parte da construção de conhecimento a respeito da atuação das mulheres ao longo do tempo.

No levantamento que realizamos, optamos por incluir teses, dissertações e livros escritos por historiadoras e historiadores brasileiras e brasileiros que tenham como foco as experiências lésbicas. Com isso, encontramos o total de 29 pesquisas realizadas em programas de pós-graduação em História de diferentes universidades do Brasil, contando com 5 teses e 24 dissertações. Além desses 29 trabalhos, encontramos apenas 1 livro, escrito pela historiadora Tânia Navarro Swain, intitulado “*O que é lesbianismo*”.

Tabela 1 - Produção de pesquisas sobre lesbianidades em História (Brasil)

Título	Autora/autor	Tipo de produção	Ano de publicação
A coisa obscura: mulher, sodomia e Inquisição no Brasil Colônia	Lígia Bellini	Dissertação	1989
O que é lesbianismo	Tânia Navarro Swain	Livro	2000
Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960	Nadia Nogueira	Tese	2005
Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil 1979-2006)	Patrícia Lessa	Tese	2007

A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica	Maria Célia Orlato Selem	Dissertação	2007
Sobre os fragmentos poéticos de Safo de Lesbos e idéias da existência de uma voz feminina: reflexões sobre História, Lingüística e Literatura.	Lettícia Batista Rodrigues Leite	Dissertação	2009
“Onde estão as respostas para as minhas perguntas”?: Cassandra Rios - A construção do nome e a vida escrita como tragédia de folhetim (1955-2001)	Kyara Maria de Almeida Vieira	Tese	2014
O que eu sei, o que eu acho que sei e o que me disseram: diálogos com jovens sobre lesbianidades	Talita Gonçalves Medeiros	Dissertação	2015
(I)moralidade e censura: prazeres desviantes e sexualidade na obra de Cassandra Rios	Isabela Silva Nóbrega	Dissertação	2015
(C)elas e elas: desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na ala feminina do Presídio Regional de Joinville (2003-2013)	Camila Diane Silva	Dissertação	2015
La literatura erótica de Cassandra Rios: O Bruxo Espanhol (1959) Y Uma Mulher Diferente (1968)	Leidy Carolina Diaz Cardozo	Dissertação	2018
A importância de se ver nas telas: lesbianidade no cinema brasileiro (1990-2010)	Camila Nadedja Teixeira Barbosa	Dissertação	2019
Mulheres sodomitas nas visitasões do	Iara Silva de Jesus	Dissertação	2019

Santo Ofício na Bahia			
Chanacomchana: um sopro do lesbianismo paulista nos anos de 1980	Letícia Emília Batista	Dissertação	2020
Medicina Psiquiátrica e sexualidade feminina: um estudo de caso sobre lesbianismo e abjeção no Brasil (1930-1940)	José Eduardo Matos Tavoraro	Dissertação	2020
Em busca de visibilidade: o movimento das lésbicas em Belo Horizonte (1998-2024)	Maria Cruz Ferraz	Dissertação	2021
“O lesbianismo é um barato”: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979- 1990)	Julia Aleksandra Martucci Kumpera	Dissertação	2021
Vai ter chanacomchana sim!:: construção de um grupo lesbiano feminista em São Paulo na década de 1980	Jaíne Chianca da Silva	Dissertação	2021
O cinema interseccional de Adélia Sampaio	Bárbara Brognoli Donini	Dissertação	2021
“Tribadistas, Safistas e Clitoristas” no discurso do Médico José Ricardo Pires de Almeida: os estudos de higiene moral no Rio de Janeiro (1832-1906)	Vanessa Alves Gouveia	Dissertação	2022

Memórias dos amores e dissabores: Narrativas da Homoafetividade e das violências entre egressas da Penitenciária Regional de Campina Grande PB (2013-2021)	Verônica Figueirêdo Pereira	Dissertação	2022
Resistência e visibilidade lésbica na redemocratização: uma análise interseccional do boletim Chanacomchana (1981-1987)	Fanny Spina França	Dissertação	2022
Lesbianismo, juventude e violências: imprensa alternativa como forma de resistência (1978-1987)	Kleire Anny Pires de Souza	Dissertação	2023
“O jornal é nosso” e “o amor entre mulheres”: embates nas páginas do jornal Lampião da Esquina (1978-1981)	Nayara Brito Pereira	Dissertação	2023
Um gato sem rabo e outras histórias lésbicas: a história de vida e a produção de vídeos de Rita Moreira	Alina dos Santos Nunes	Dissertação	2023
Lesbianidade censura e transgressão: a escrita autobiográfica de Cassandra Rios	Ingrid Mancilha Cesar	Dissertação	2023
Da volúpia do pecado e dos delírios da carne: desejo e sexualidade em Cassandra Rios (1948)	Flávia Mantovani	Tese	2023
Entre Repressões e Resistências: memórias lesbianas no contexto da ditadura civil-militar brasileira e redemocratização(1968-1988)	Camila Diane Silva	Tese	2023

Censura e Marginalidade em Cassandra Rios: o esquecimento como política	Hévila Maria Sousa Santos	Dissertação	2024
“ChanacomChana também é bacana”: lésbicas e comunicação militante na abertura política brasileira (1981--1987)	Wagner Roberto Locks Reis	Dissertação	2024

Fonte: elaboração própria das autoras.

A partir do levantamento e da construção dessa tabela, observamos algumas questões. A primeira delas, é que, das 30 obras que mapeamos, somente 2 foram escritas por homens, o que demonstra a importância e o protagonismo das historiadoras em uma produção historiográfica sobre mulheres lésbicas. Além disso, ao visitar a biografia das autoras, é possível perceber que a maioria das historiadoras que escrevem sobre lésbicas são mulheres lésbicas.

Sendo assim, fica explícito que a produção historiográfica sobre lésbicas é predominantemente construída por historiadoras lésbicas. Isso nos traz algumas pistas para pensar como escrever uma história lésbica. Quando usamos a expressão “história lésbica”, usamos porque as lésbicas não estão sendo colocadas como protagonistas nem da história das mulheres nem na história das homossexualidades, uma vez que essas duas áreas temáticas da historiografia carecem de conceitos e ferramentas analíticas que dêem conta de captar as especificidades das experiências de mulheres lésbicas no decorrer do tempo.

Nós, como historiadoras que tratam da lesbianidade como tema de pesquisa em nossos trabalhos, encontramos constantemente uma dificuldade gigantesca no que diz respeito ao uso de termos, e isso demonstra como é necessária uma historiografia que possua conceitos que dêem conta de falar sobre lésbicas. Não temos um conceito próprias de uma história lésbica, ou uma produção que esteja falando especificamente sobre isso.

Não encontramos uma categoria de análise de historiografia que pudesse usar como referência nesse momento. Esse silêncio, essa falta de conceitos, de ferramentas de análise, de terminologias não é uma mera coincidência, e sim, um silêncio planejado, um silêncio que é fruto de todo um processo de apagamento das experiências de mulheres lésbicas, e também de sua produção teórica.

Entretanto, cabe ressaltar que, ainda que as lésbicas tenham encontrado uma série de dificuldades para se colocar enquanto sujeitas históricas na historiografia, existe uma produção de pesquisas em História nessa área que vem crescendo nos últimos anos. Como é possível observar na tabela, até o ano de 2019 tínhamos apenas 13 pesquisas realizadas, sendo 3 teses e 9 dissertações, e 1 livro. De 2019 a 2024, portanto, tivemos um “boom”, com a produção de 16 pesquisas. Ou seja, em 6 anos tivemos mais produções do que tivemos em 30 anos. Esse “boom” de produções reflete a entrada de uma nova geração nos programas de pós-graduação em História.

Outro ponto importante de se colocar é que, a partir da leitura das referências bibliográficas das pesquisas citadas na tabela, é possível observar que mais de 90% dos trabalhos utilizam autoras lesbofeministas como referência bibliográfica. Dentre elas, as mais usadas são Adrienne Rich e Monique Wittig, sobretudo nos usos dos ensaios “*Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*” (Rich, 2019) e “*O pensamento hétero*” (Wittig, 2022).

Sendo assim, podemos perceber que a teoria lesbofeminista está presente na maior parte da produção historiográfica sobre lésbicas no Brasil, e que essa característica é importante para entender qual o nível de análise está sendo utilizado para compreender historicamente as questões em torno de sujeitas históricas lésbicas. Esse aspecto demonstra a necessidade de questionar a heterossexualidade, de entendê-la como uma instituição (Rich, 2019, p. 27) e um regime político (Wittig, 2022, p. 62), para que assim as ações e experiências das mulheres lésbicas possam de fato serem historicizadas.

A ausência de uma tradição e de um conhecimento sobre experiências de lesbianidade no passado, ou seja, a falta de referências positivas sobre ser lésbica na sociedade, ainda hoje é um dos grandes impedimentos que mulheres têm para viver sua lesbianidade de forma plena, impedindo também que essas possam se compreender enquanto grupo e produzirem conhecimento histórico sobre si.

Como Gerda Lerner aponta, as mulheres durante séculos fizeram o movimento de registrar suas ações, contudo, até o século XIX elas faziam isso sem ter conhecimento da obra de suas antecessoras e isso teve como consequência um grande atraso na construção da consciência histórica feminina. Somente no século XIX elas conseguiram fazer esse movimento de registrar suas ações, refletir e escrever sobre as especificidades de suas experiências tendo conhecimento da obra de suas antecessoras (Lerner, 2022, p. 307).

Ter conhecimento dessas obras, portanto, foi primordial para despertar nas mulheres lésbicas um senso de consciência política e histórica que as unia enquanto grupo, e isso se reflete, por exemplo, na forma como as lésbicas produziram o boletim Chanaomchana e a forma como trabalharam suas lesbianidades de forma política. Assim como o movimento feminista e todo o processo de construção de consciência política e histórica feminina formado como consequência desse movimento impactou diretamente na criação e desenvolvimento da história das mulheres (Tilly, 1994, p. 31), o movimento homossexual juntamente com o processo de politização da homossexualidade impactou na escrita de uma história das homossexualidades (Veras; Pedro, 2014, p. 98).

O movimento lésbico e as produções teóricas do lesbofeminismo vêm traçando o mesmo caminho, sendo extremamente importantes para historicizar as experiências de mulheres lésbicas. Portanto, seguindo em uma experiência semelhante à história das mulheres e à história das homossexualidades, que estão relacionados ao movimento LGBTQIA+ e ao movimento feminista, percebemos que a historiografia que vem trabalhando temáticas sobre lesbianidade está também relacionada à atuação do movimento lésbico, e ao impacto das teorias lesbofeministas.

Consideramos extremamente importante colocar esse aspecto em evidência por perceber que, ao tentar encontrar as lésbicas dentro das produções historiográficas sobre homossexualidades e sobre mulheres, nenhuma dessas áreas conseguiu dar conta de realizar uma inserção plena das mulheres lésbicas em suas produções, sobretudo porque suas chaves analíticas deixavam de fora, ora as especificidades da homossexualidade feminina, ora a heterossexualidade enquanto instituição política e regime político.

Portanto em linhas gerais, as lésbicas só encontraram espaço de protagonismo em produções historiográficas quando essas produções passaram a incorporar, tanto uma discussão teórica que dê conta de compreender o que significa ser uma mulher homossexual, e compreender o que significa a heterossexualidade para além de uma prática sexual, para além de um elemento naturalizado das relações entre os sexos.

Isso só acontece quando existe um empreendimento, que é também uma escolha política, de incorporar as discussões lesbofeministas no debate, utilizando-as como ferramentas de análise, adicionando conceitos que falem especificamente das experiências lésbicas. Após realizar todo esse movimento de analisar, tanto produções clássicas sobre a história das homossexualidades, quanto produções clássicas sobre a história das mulheres e as

produções historiográficas sobre lésbicas, percebemos que esse movimento só acontece plenamente nas pesquisas que trata especificamente das experiências lésbicas.

Ou seja, as lésbicas foram plenamente incluídas na História quando esta foi produzida a partir de uma historiográfica que dialoga, em alguma medida, com as teorias lesbofeministas. Ter esses aspectos da influência do movimento lésbico e do lesbofeminismo na produção de uma historiografia lésbica é importante para compreender porque hoje nós encontramos de forma palpável uma produção teórica e historiográfica, termos consolidados e amplamente utilizados como “história das mulheres”, “história das homossexualidades”, mas ainda não temos o termo “história lésbica” consolidado.

Se as lésbicas não podem ser encontradas como sujeitas históricas protagonistas de pesquisas nem dentro das produções clássicas da História das Mulheres nem da História das Homossexualidades, precisamos que, o mais rápido possível possamos falar sobre uma “História Lésbica”. Precisamos nos estabelecer no território da historiografia construindo e trazendo nossos conceitos, advindos de nossas lutas cotidianas, de nossa atuação política dentro dos movimentos lésbicos e da leitura das produções teóricas de nossas companheiras. Conceitos que dêem conta de falar plenamente sobre nossas experiências, conceitos produzidos por quem vive a lesbianidade na pele, pois como aponta Adrienne Rich:

Nossas relações fieis e duradouras, nosso trabalho de ativistas sociais em nome das mulheres e das crianças, nossa ternura e força bem como nossos sonhos e visões de mulheres - apenas começaram a ser retratadas, na literatura e na academia, por lésbicas (Rich, 2019, p. 115).

Considerações finais

Acreditamos que mesmo que as produções sobre lésbicas em História no Brasil ainda tenham um número pequeno de trabalhos, esse cenário vem melhorando. As pesquisas historiográficas que trazem as lésbicas como protagonistas foram crescendo timidamente desde o final da década de 1980 até a segunda década dos anos 2000.

Contudo, ao perceber que entre 2019 e 2024 o número de pesquisas sobre o tema quase dobrou em relação aos últimos 30 anos, é possível observar que esse cenário vem melhorando no Brasil, trazendo as lésbicas para a historiografia, tanto como agentes históricas, quanto como intelectuais, sendo utilizadas como referências teóricas importantes. Acreditamos, inclusive, que a possibilidade de existência desse artigo, está inserida nesse contexto, no rol de uma geração de historiadoras lésbicas que, cada dia mais, vem trazendo a lesbianidade como tema na História.

Esse apagamento faz com que nós fiquemos invisíveis dentro do tecido social no qual vivemos (Lessa, 2003, p. 5). Precisamos nos tornar visíveis, uma vez que, só é possível ser aquilo que podemos ver, aquilo que podemos imaginar. As lésbicas existem, portanto, precisam existir também na História, pois aquilo que a História não diz, não existiu (Navarro-Swain, 2000, p. 13).

Sendo assim, se para entrarmos na História, precisamos criar conceitos, precisamos nos reinventar, precisamos trazer nossos conhecimento para a historiografia, precisamos dar nomes para aquilo que ainda não tem nome, assim faremos. E quem sabe um dia, as próximas historiadoras que forem falar sobre lésbicas não tenham tantas dificuldades e desafios. Se for preciso inventar e reinventar os termos para que possamos nos incluir nessa historiografia, nós aceitamos o desafio, pois “uma lésbica que não reinventa o mundo é uma lésbica em processo de extinção” (Brossard, 2023, p. 107).

Referências

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- BELLINI, Ligia. **A coisa obscura**: mulher, sodomia e Inquisição no Brasil Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro, Zahar, 2001. Primeira edição em francês em 1949.
- BROSSARD, Nicole. **Cartas Lésbicas**. Tradução Monalisa Gomyde. Ilhéus, BA: As Ondas Editora, 2023.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BUZOLIN, Livia Gonçalves. Pluralismo político: o Poder Judiciário e os direitos LGBT. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 18, n. 1, e2206, 2022.
- CAMPOS, Núbia Carla. **A lesbianidade como resistência**: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.
- CANABARRO, Ronald. **História Transviada** – Historiografia das dissidências sexuais e desobediências de gênero no Brasil (1994-2022). Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://www.historiatransviada.net.br/>>. Acesso em: 28 de jun. 2025
- FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 84–87, 2003.
- LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LESSA, Patrícia. O que a História não diz não existiu: a lesbianidade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. In: **Tempos de Histórias**, n. 7, 2003.

MATOS, Júlia Silveira. Tendências e debates: da escola dos Annales à história nova. **História**, Rio Grande, RS, v.1, n.1, 2010.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Breve história do feminismo brasileiro na década da mulher**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH), v. 2, 2017. p. 128. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/filefield_paths/trajetoria-lygia-tomo-ii-2-breve_historia_do_feminismo_br_0.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é Lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. Lesbianismo: identidade ou opção eventual? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 1999, Florianópolis. História: fronteiras. **Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História**. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH 1999.

NOVELLINO, M. S. F. MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL NO SÉCULO XX. Revista Feminismos, [S. l.], v. 6, n. 1, 2019.

OLIVEIRA, Luana Farias de. **Imposição hétero, interdição lésbica: a heterossexualização de mulheres**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020. p. 15.

PERE, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil (2014–2017)**. Janeiro 2018. [S.l.]: Grupo de Pesquisa Lesbocídio – As histórias que ninguém conta (NIS/UERJ) e Nós: dissidências feministas; Agência Patrícia Galvão, 2018.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

REDE ABL. **Produção de pesquisas históricas: teses e dissertações sobre lesbianidades no Brasil (2005–2024)**. Disponível em: <<https://redeabl.blogspot.com/p/onde-estamos.html>>. Acesso em: 28 jun. 2025

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e Existência Lésbica e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2019.

SELEM, Maria Célia Orlato. **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica**. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília, 2007.

SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas. **Relatório do I SENALE – Encontro no Rio de Janeiro**. [S.l.: s.n.], outubro 2009. Disponível em: <https://senale.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/relat_rio_senalefinal1.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getulio Vargas, 1996.

SOARES, Tayla Marques. **A trajetória do movimento lésbico no Brasil e sua relação com os movimentos feminista e homossexual**. 2019. 10 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu** (3) 1994.

TORRES, Geovane Gesteira Sales; SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos. A influência do Programa Brasil Sem Homofobia em políticas LGBTQIA+ subnacionais de um estado brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 40, 2024.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clío: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, set./dez. 2014. p. 98.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero e outros ensaios** Tradução Máira Mendes Galvão. Primeira edição, Belo Horizonte, MG. Autêntica, 2022.

WOLFF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lidia M. Vianna. Escrevendo a história no feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, dez. 2005. p. 585

ZILBERLEIB, Branca. **A mulher como problema de pesquisa em História**: emergência de estudos sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira recente (1973-2001). Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Leitura cinematográfica de *Senhoritas em Uniforme* (1931) e a lesbianidade na República de Weimar

*Cinematic reading of *Girls in Uniform* (1931) and the lesbianity in Weimar Republic*

Cristal de Macedo Oliveira Rosa¹, UFRJ

Resumo

Este artigo visa investigar, a partir de uma abordagem interdisciplinar, o filme *Senhoritas em Uniforme* (1931), de Leontine Sagan, baseado na peça de Christa Winsloe. Os objetivos principais são verificar como o longa-metragem representa a experiência da lesbianidade na narrativa, e averiguar se o filme pode ser incorporado em uma história do cinema lésbico, avaliando a questão do legado. Com essa finalidade, o trabalho levará em consideração estudos que combinem os campos de História, cinema e sexualidade.

Palavras-chave: Lesbianidade; Cinema; História.

Abstract

This essay aspires to investigate, founded on an interdisciplinary approach, the film *Girls in Uniform* (1931), by Leontine Sagan, based on Christa Winsloe's play. The main aims are to verify how the feature film represents the experience of lesbianity in the narrative, and to ascertain whether the movie can be incorporated in a history of lesbian cinema, evaluating the matters of legacy. To this end, the paper will consider studies that combine the fields of History, cinema and sexuality.

Key-words: Lesbianity; Cinema; History.

Introdução

Senhoritas em Uniforme (Leontine Sagan, 1931) foi a primeira adaptação da obra-prima de Christa Winsloe para as telas. Conhecida primeiramente como *Ritter Nérestan* (Cavaleiro Nérestan), e depois como *Gestern und Heute* (Ontem e Hoje), a história gira em torno de Manuela, uma órfã que é levada pela tia até um internato, onde se encanta por Fräulein von Bernburg, sua tutora. Entre uma cena de beijo entre as protagonistas e uma defesa apaixonada do “grande espírito do amor”, a obra foi vista pela crítica tradicional como um posicionamento cauteloso contra os exageros de um sistema autoritário (Kracauer, 1998, p. 226).

De maneira que, a centralidade da lesbianidade na narrativa só foi reconhecida em estudos posteriores nos campos da sexualidade e da representação LGBTQ+ no cinema, tais como os de B. Ruby Rich (1981) e Richard Dyer (1990).

¹ Mestranda no programa de História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-graduanda em Produção Cultural LGBTQ+ na Unyleya e formada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Diante disso, este artigo propõe uma análise dos elementos internos do filme (cinematografia, planos-sequência, texto), bem como, das condições de produção e recepção (especificamente da comunidade lésbica), a fim de que sejam respondidas as seguintes questões: Como o filme retrata a experiência lésbica? É uma representação que conversa com as percepções da lesbianidade na República de Weimar²? É plausível incluir o filme em uma história do cinema lésbico?

Assim, além dos dois autores já mencionados, serão mobilizados também os textos de Veronica Mayer (2012) e Kerstin Fest (2012), autoras que fizeram uma investigação mais recente da fonte.

Produção e crítica

*Mädchen in Uniform*³ foi lançado em novembro de 1931, com supervisão de Carl Froelich, direção de Leontine Sagan e roteiro de Christa Winsloe. Estrelado por um elenco inteiramente feminino, contou com duas atrizes de renome nos papéis principais: Hertha Thiele (Manuela) e Dorothea Wieck (Bernburg). O filme se enquadra na Nova Objetividade que, segundo Nunes (2024, p. 82), valorizava uma estética realista, ainda que se inspirasse em métodos soviéticos e expressionistas.

Apesar de nunca ter confirmado, Winsloe parece ter baseado ao menos um pouco da ambientação da história na sua própria trajetória. Órfã por parte de mãe aos onze anos, foi matriculada em um internato em Potsdam (onde foram gravadas cenas do filme). Posteriormente, teve relacionamentos públicos com mulheres, tais como a repórter americana Dorothy Thompson e Simone Gentet, com quem passou seus últimos anos (The Legacy Project, 2024). Em 1933, a autora escreveu o livro *Das Mädchen Manuela* (A Criança Manuela), uma outra versão da mesma história, mas que, assim como nas peças, culmina no suicídio da protagonista.

A ideia de alterar o final parece ter saído do supervisor Carl Froelich, que julgava tosco mostrar uma menina se suicidando. Além disso, Froelich também foi responsável pela troca de intérpretes de Bernburg, de Margarete Melzer para Wieck. A intenção do produtor era deixar a personagem mais feminina do que era inicialmente no teatro. No entanto, embora tivessem uma pretensão comercial, Dyer argumenta que essas decisões acabaram por tornar ainda mais robustos os elementos relacionados à lesbianidade no filme (Gramann and Schlüpmann 1981, p. 32-41 *apud* Dyer, 2013, p. 45).

² Democracia parlamentarista adotada na Alemanha entre 1919 e 1933.

³ Título original.

Leontine Sagan, por sua vez, foi a diretora da temporada berlinense da peça e, por causa do sucesso do espetáculo, permaneceu no comando da adaptação para as telas. A crítica Lotte Eisner elogia o trabalho de Sagan no que tange aos diálogos do filme e às qualidades sonoras da obra (2007, p. 226) mas, como era de costume para a linha de análise mais tradicional da época, ignora toda e qualquer discussão sobre sexualidade que o filme proponha.

Hertha Thiele também conquistou o papel graças a sua atuação na peça original. Wieck e ela obtiveram tanto sucesso em seus respectivos papéis que, em 1933, contracenaram novamente no filme *Anna und Elizabeth* (Frank Wisbar, 1933). Já lançado no Terceiro Reich, o filme de Wisbar foi proibido quinze dias depois de seu lançamento, em virtude do conteúdo de cunho homoerótico (Dyer, 2013, p. 62).

Senhoritas em Uniforme, em contrapartida, foi premiado no Festival de Veneza na categoria de Perfeição Técnica e figurou em listas japonesas e americanas como um dos destaques do ano (IMDb, 2020), sendo censurado apenas com a chegada de Hitler ao poder (Dyer, 2013, p. 60).

Leitura Cinematográfica

O filme, de 88 minutos, se inicia com uma composição de antigas figuras arquitetônicas de Potsdam ao som da canção *Ub immer Treu und Redlichkeit* (Sempre Pratique a Lealdade e a Honestidade). É possível identificar, por exemplo, uma estátua dos *Lange Kerls*, antiga unidade do exército prusiano sob o comando de Frederico I. Kerstin Fest alerta para a importância destas primeiras cenas na caracterização do colégio interno como um ambiente dominado pelo patriarcado e pelo reacionarismo (2012, p. 462).

Figura 1 - Estátua de Frederico I

Fonte: Frame retirado do vídeo *Mädchen in Uniform* (1931), Deutsches Filminstitut Filmmuseum (INTERNET ARCHIVE, 2021), ao 1min. Disponível em: <https://archive.org/details/madchen-in-uniform-1931> Acesso em: 17 de agosto de 2025. Legenda da imagem: Trecho do filme *Senhoritas em Uniforme* que mostra a Estátua de Frederico I da Prússia.

Em seguida, se escuta a marcha das alunas e o badalo dos sinos. Elementos que parecem enfatizar a rigidez a qual as meninas são submetidas. Já dentro da escola, vemos uma mulher esclarecer para uma das funcionárias do colégio, Frl. von Kesten, o porquê de matricular sua sobrinha: é a tia de Manuela, que conta da morte da mãe e da falta de aptidão do pai da menina em cuidar dela. Manuela sai da sala, sensibilizada pela conversa, e vai em direção à escadaria central, até que Margo, uma das internas, adverte sobre o uso das escadas, proibido para as alunas. Ao longo do filme, a escadaria se mostra como um *motif* importante,

ou seja, um símbolo narrativo recorrente que, neste caso, tem como objetivo lembrar o espectador da ordem patriarcal onipresente, apesar da ausência de homens em cena (Rich, 1981, p. 50).

Margo conduz Manuela até a sala da costureira para buscar seu uniforme. Subindo a escada lateral, Manuela conhece algumas outras alunas, que perguntam em qual dormitório ela ficará. Ao saberem que ela ficará sob os cuidados de Frl. von Bernburg, todas suspiram: “Todas as garotas têm uma queda pela Frl. von Bernburg”, diz uma delas.

Na costureira, Manuela tem o cabelo preso e é despida. Pondo o uniforme (usado e desgastado), ela percebe um desenho no forro, são as letras E.V.B juntas a um coração. A costureira esclarece, aos risos, que o vestido deve ter pertencido a uma das admiradoras de Elizabeth von Bernburg, pois são suas iniciais. Esta cena explicita que os sentimentos das alunas pela professora não são uma novidade, nem um tabu entre as funcionárias do colégio.

Na cena seguinte, Bernburg é finalmente apresentada ao público. Ela admira Manuela descer as escadas (filmada em *contra-plongée*, técnica geralmente utilizada para engrandecer o objeto observado), o que já estabelece de antemão que a relação entre as duas será recíproca.

Figura 2 - Frl. von Bernburg observa Manuela



Fonte: Frame retirado do vídeo *Mädchen in Uniform* (1931), Deutsches Filminstitut Filmmuseum (INTERNET ARCHIVE, 2021), aos 11min26s. Disponível em: <https://archive.org/details/madchen-in-uniform-1931> Acesso

em: 17 de agosto de 2025. Legenda da imagem: Trecho do filme *Senhoritas em Uniforme* que mostra Frl. von Bernburg observando Manuela.

Procurando esconder sua reação ao vê-la, Bernburg chama Manuela para explicar o funcionamento do seu dormitório. Manuela, por sua vez, parece estremecida com o encontro. Logo após, somos apresentados a um outro ambiente crucial para compreender a dinâmica do internato: o vestiário. Lá, alunas conversam, brincam, cantam e comem, aparentemente distantes da vigilância constante. Ilse, aluna interpretada por Ellen Schwannecke, se vangloria das fotos que tem do ator Hans Albers, comparando-se a uma amiga que guarda fotos da atriz Henny Porten. Esse diálogo mostra que as alunas não faziam distinção entre paixões por homens ou mulheres, uma reiteração da ideia apresentada na cena da sala da costureira.

Para lembrar o espectador da prevalência da instituição mesmo em espaços íntimos, Frl. von Kesten surge e as jovens prontamente escondem seus livros e chocolates. A funcionária informa Manuela das regras de comportamento que as alunas devem seguir e sai em direção ao escritório da diretora.

A primeira cena da diretora (Emilia Unda) é importante para compreender a ideologia vigente no internato. Ruby Rich aponta para uma possível comparação entre a diretora e Frederico II da Prússia, além de chamar atenção para o uso da bengala, que funciona como uma representação fálica, um símbolo do patriarcado mesmo onde não se encontram homens (Rich, 1981, p. 44). De forma complementar, logo que a personagem aparece, é possível ver, enquadrada no primeiro plano, uma estátua do próprio Frederico, o Grande, enfatizando o vínculo entre as duas figuras.

Figura 3 - O primeiro plano da diretora em seu gabinete



Fonte: Frame retirado do vídeo *Mädchen in Uniform* (1931), Deutsches Filminstitut Filmmuseum (INTERNET ARCHIVE, 2021), aos 16min14s. Disponível em: <https://archive.org/details/madchen-in-uniform-1931> Acesso em: 17 de agosto de 2025. Legenda da imagem: Trecho do filme *Senhoritas em Uniforme* que mostra a personagem da diretora em seu gabinete.

Conversando com von Kesten, a diretora expressa seu ponto de vista sobre as reclamações das alunas em relação à escassez de suprimentos: “Estão com fome? Nós, prussianos, sabemos o que é isso. São filhas de soldados. E se Deus quiser, mães de soldados.” A fala da personagem apresenta ao público as razões por trás dos atos que ela cometerá ao longo do filme. Ela acredita na doutrinação de mulheres para o casamento e para a maternidade e, para tal, são precisos sacrifícios. Enquanto isso, alunas e funcionárias da cozinha reclamam da falta de comida. É interessante notar como essa cena une as duas classes, tanto as empregadas, quanto as alunas estão sujeitas à opressão do sistema.

À noite, enquanto as jovens se preparam para dormir, vemos Manuela confidenciar à outra aluna (Edelgard, interpretada por Annemarie von Rochhausen) a saudade que sente de sua mãe. Nesse momento, von Bernburg surge e afasta Edelgard, se colocando na posição de confortar Manuela. A presença da personagem precisamente no instante em que a mãe de Manuela é mencionada sugere que o encantamento da menina pela professora é um reflexo da

ausência de uma figura materna. Richard Dyer sinaliza que esse é um elemento comum naquilo que Elaine Marks chamou de *gynaecum story* (Dyer, 2013, p. 54)⁴.

A cena subsequente marca o início da segunda parte do filme, em que a relação entre as duas protagonistas é desenvolvida. Já no dormitório, as alunas, ajoelhadas em suas camas, esperam por um beijo de boa noite de Bernburg. De acordo com Ilse, é um costume cotidiano. À meia luz, a professora vai até cada uma delas e as beija na testa.

Rich sinaliza a natureza erótica do ato e da composição da cena, que seria intencional por parte de Bernburg. Focando a atenção das alunas em si, Bernburg garante que elas se mantenham dóceis e felizes apesar das circunstâncias dentro do colégio: “O beijo é o mínimo e o máximo, um estado de graça e um estado de êxtase” (Rich, 1981, p. 47), ou seja, embora querida pelas alunas, ela protege o sistema que as oprime.

No entanto, quando chega a vez de Manuela, a jovem a abraça e Bernburg, em contrapartida, deposita um beijo nos lábios da aluna. Com o ato, a ordem é perturbada, ambas as personagens saem do roteiro que é esperado delas: Manuela age de acordo com sua própria vontade e se torna um sujeito ativo, enquanto Bernburg se permite admitir que também compartilha de desejos homossexuais tanto quanto as jovens que ela busca controlar.

Sob à ótica de Dyer (2013, p. 57), o modo como a cena é capturada ajuda a transmitir a excepcionalidade do momento. Quando Bernburg beija a testa das outras alunas, o enquadramento mostra várias delas ao mesmo tempo. Ao passo que, no beijo entre ela e Manuela, as duas estão em *close-up*, envolvidas por um círculo luminoso que as destaca do restante do ambiente.

⁴ Narrativas que apresentam o relacionamento entre uma jovem órfã e uma mulher mais velha, normalmente uma professora (Marks, 1979, p.357 *apud* Dyer, 2013, p. 54-55).

Figura 4 - Beijo entre Manuela e Frl. von Bernburg



Fonte: Frame retirado do vídeo *Mädchen in Uniform* (1931), Deutsches Filminstitut Filmmuseum (INTERNET ARCHIVE, 2021), aos 30min15s. Disponível em: <https://archive.org/details/madchen-in-uniform-1931> Acesso em: 18 de agosto de 2025. Legenda da imagem: Trecho do filme *Senhoritas em Uniforme* que mostra o beijo entre Frl. von Bernburg e Manuela.

Na sequência, as montagens do início retornam à tela, como um lembrete do ambiente em que elas ainda estão inseridas. Mais adiante, vemos Bernburg lecionar uma aula de religião. No meio da lição, a professora troca olhares com Manuela e o filme usa pela primeira vez o recurso da superposição⁵, técnica que será retomada em um momento crucial da narrativa. Manuela fica tensa com o olhar de Bernburg e se esquece do trecho do poema que deveria recitar.

Com o fim da aula, Manuela vai atrás de Bernburg para se justificar, mas é ignorada pela professora. Bernburg então é interrompida por uma camareira que a mostra o travesseiro de Manuela, coberto de lágrimas; isso é suficiente para fazê-la chamar a jovem até sua sala. Lá, ela nota que a anágua da menina está rasgada e lhe dá uma das suas. Emocionada pelo gesto, Manuela lhe abraça e desaba em lágrimas.

⁵ Duas imagens diferentes posicionadas simultaneamente no mesmo rolo de filme.

Rich propõe que o gesto não passa de uma estratégia de Bernburg para tentar transformar seu fascínio pela jovem em algo que pareça um reflexo de seu instinto maternal (1981, p. 47). Contudo, Manuela não permite que ela se engane e se declara: “Penso que quando eu ficar mais velha terei de deixar o colégio, e a cada noite você beijará novas garotas. [...] Eu te amo tanto!” A professora reage afirmando a ela que isso será temporário e que, embora também pense em Manuela, elas não serão nada além de amigas, pois ela não pode fazer distinção entre as alunas. Suas palavras são interessantes porque confirmam que os sentimentos são mútuos.

Posteriormente, as alunas preparam uma peça de teatro para celebrar o aniversário da diretora. Manuela conquista o papel principal e interpreta Dom Carlos, da obra de Friedrich Schiller. Bernburg chega para assisti-la no ponto alto de sua performance, justamente quando Carlos confessa seus sentimentos pela mulher amada. Após o fim da peça, Manuela vai até Ilse e pergunta sobre a reação de Bernburg e a jovem diz: “Bernburg não disse uma palavra sequer. Mas ela a assistiu. Nem imagina como prestou atenção em você.”

Em seguida, as alunas organizam uma festa e se divertem com o ponche. Manuela acaba por beber demais e, ao ver as iniciais de Bernburg desenhadas com um coração no braço de outra menina, sobe no palco e revela que recebeu uma anágua da professora o que, para ela, é uma demonstração de amor: “Agora eu sei com certeza. Ela me ama!” Ao escutar a agitação das alunas, a diretora surge e Manuela a desafia, dizendo: “Sim, todos devem saber! Vida longa a Fräulein von Bernburg, amada por todas!”

Em virtude de sua atitude, Manuela é levada para a enfermaria e proibida de se comunicar com as outras alunas, ao que tudo indica, como uma alusão a ideia de que a homossexualidade é uma doença transmissível. Além disso, é interessante notar que, nesse momento, a iluminação que cobre Manuela se assemelha às grades de uma prisão.

Figura 5 - Manuela na enfermaria

Fonte: Frame retirado do vídeo *Mädchen in Uniform* (1931), Deutsches Filminstitut Filmmuseum (INTERNET ARCHIVE, 2021), às 1h5min48s. Disponível em: <https://archive.org/details/madchen-in-uniform-1931> Acesso em: 18 de agosto de 2025. Legenda da imagem: Trecho do filme *Senhoritas em Uniforme* que mostra Manuela na enfermaria após se declarar publicamente.

Segundo Rich (1981, p. 47), a declaração pública de Manuela funciona como a maior quebra de convenções da narrativa, visto que, até então, a administração do colégio não parecia ter qualquer problema com a evidente atração que as alunas sentem por Bernburg. Somente quando Manuela admite sua paixão perante a todas ela é repreendida. Assim, é possível inferir, novamente, que o comportamento de Bernburg em relação às alunas (incentivando-as) é, de fato, uma maneira de conservar o sistema, e portanto, não o incomoda. Por outro lado, a relação entre ela e Manuela não se limita à esfera íntima e ao ser anunciada, é capaz de desestabilizar a ordem.

O caos em torno de Manuela precisa ser sufocado por um momento, pois a princesa informa que irá visitar o internato. Embora pareça um desfoque da narrativa, este arco é um dos mais significativos do filme, pois revela ao espectador que a obra não se passa em nenhum momento específico da História: se até então o filme sugere que acontece na República de Weimar (menções a atores da época e questões de guerra), a partir desse ponto,

isso entra em contradição, uma vez que a princesa se apresenta como uma autoridade legítima, ao contrário de uma representante de um regime extinto (Fest, 2012, p. 465). Kerstin Fest compreende essa questão como uma indicação de que o romance das protagonistas somente se encontra dentro de uma temporalidade *queer*, que não é determinada a partir da heteronormatividade (2012, p. 459).

De todo modo, Bernburg e as alunas são proibidas de se aproximarem de Manuela durante a passagem da princesa. Assim que a visita termina, Bernburg e a diretora discutem sobre o que aconteceu, e a professora responde às críticas com: “O que você chama de pecado, diretora, chamo de grande espírito do amor, que pode assumir muitas formas.” Dyer argumenta que essa é a mais explícita defesa que o filme faz à lesbianidade (2013, p. 44). Apesar disso, quando Manuela vai até sua sala, Bernburg ecoa as determinações da diretora e afirma que elas não poderão mais se ver, pois Manuela precisa se curar.

A menina entra em pânico e sobe a escadaria principal, da qual foi privada de usar durante todo o filme. Enquanto isso, Bernburg intui o que Manuela planeja (explicitado por meio da superposição) e vai atrás dela. Finalmente, Manuela é impedida de se atirar pela união entre as alunas, que desobedecem as ordens da diretora e vão ao resgate da amiga. A última cena do filme mostra a diretora se retirando, descendo as escadas e se recolhendo em fracasso (em *plongée*) conforme a canção do primeiro plano retorna.

Reflexos de Weimar e Influência

No livro *Gender and Sexuality in Weimar Modernity: Film, Literature and New Objectivity*, Richard McCormick argumenta que *Senhoritas em Uniforme* faz parte de uma tradição progressista que se consolidou na República de Weimar tardia (2001, p. 147). Além disso, apesar de não se estabelecer em um único período histórico, há menções claras à conjuntura social weimariana.

Richard Dyer, por sua vez, conecta o filme com o ideal de “*female-identified lesbianism*” que estava se fortalecendo na época, ou seja, a ideia de que a lesbianidade seria a feminilidade em seu estado mais puro (2013, p. 54). Como uma evidência de que o filme também foi interpretado desta forma pela comunidade lésbica, o autor cita a crítica que a revista *Die Freundin*⁶ fez do longa-metragem, enaltecendo a sensibilidade da obra (2013, p. 46).

⁶ Magazine voltada para mulheres lésbicas que circulou de 1924 a 1933.

A longo prazo, vale se atentar para a frase de Ruby Rich sobre o filme: "It is the film revival most key to establishing a history of lesbian cinema"⁷. Não por acaso, encontram-se referências ao filme em produções posteriores ao redor do mundo: *Muchachas de Uniforme* (Alfredo B. Crevenna, México, 1951), *Olivia* (Jacqueline Audry, França, 1951), *Mädchen in Uniform* (Géza von Radványi, França e Alemanha, 1958) e *Loving Annabelle* (Katherine Brooks, EUA, 2006). Todas essas obras se utilizam do tropo narrativo consolidado pelo filme de Leontine Sagan, de um relacionamento entre alunas e professoras dentro de um internato. Como escreveu Ayra Mori (2021, p. 1), a produção definiu os rumos do cinema lésbico.

Para mais, deve-se considerar também a relevância que o filme segue tendo para a comunidade lésbica, inclusive no Brasil. Em 2019, a Associação de Críticos de Cinema do Rio de Janeiro (ACCRJ) exaltou a produção como um pilar da representação LGBT na Alemanha. Em 2020, recebeu da Boston Society of Film Critics o título de Melhor Redescoberta.

No Cine UFPEL, em 2018, foi exibido como um dos pioneiros a abordar a temática lésbica no cinema. Neste ano de 2025, fez parte da mostra *Quem Quer Queer?* do grupo Estação Net de Cinema, no Rio de Janeiro, e foi descrito como: "um dos pioneiros exemplares de cinema LGBTQIAPN+" e "obra-prima banida pela Alemanha nazista". De modo a demonstrar a longevidade do filme na cultura lésbica.

Conclusão

O presente artigo teve como objetivo examinar, de forma minuciosa, o filme *Senhoritas em Uniforme* com base em textos voltados para a análise de cinema *queer*, em especial, a partir das reflexões de B. Ruby Rich e Richard Dyer, que inserem a fonte dentro do contexto sociocultural da República de Weimar.

Diante disso, foi possível averiguar, através da leitura crítica dos elementos internos do filme, que a produção analisada dialoga com as crenças e noções weimarianas acerca da lesbianidade, sejam elas conservadoras, como a insinuação de que o desejo de Manuela por Bernburg vem da falta de uma figura materna, ou inovadoras, como o discurso da professora em defesa do sentimento de Manuela. O estudo do filme nos permite também sugerir a possibilidade de haver uma certa flexibilidade em relação às sexualidades fora do padrão heteronormativo, dado que a obra pôde ser produzida e lançada sem sofrer censura (ao menos até o regime nazista).

⁷ Tradução: É o revival cinematográfico mais importante para o estabelecimento de uma história do cinema lésbico (1981, p. 44).

Igualmente, averiguou-se a pertinência de incluir o filme dentro de uma história do cinema lésbico. Nesse sentido, foi examinada a influência que a produção teve em filmes posteriores e a exibição de *Senhoritas em Uniforme* em festivais de cinema voltados para a população *queer*. A partir desses procedimentos, chegou-se à conclusão de que o longa-metragem forneceu tropos e recursos para filmes lésbicos produzidos ao longo destes noventa e quatro anos, além de se manter presente no imaginário cultural da comunidade lésbica, através da constante circulação da obra em circuitos ao redor do mundo. Em suma, o filme constitui uma fonte audiovisual indispensável para refletir sobre uma cronologia da representação lésbica no cinema.

Fontes

DEUTSCHES FILMINSTITUT FILMMUSEUM. **Mädchen in Uniform (1931)**. Disponível em: <<https://archive.org/details/madchen-in-uniform-1931>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

Referências

CINE UFPEL. **Senhoritas em Uniforme**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cineufpel/posts/1860396624030262/>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

DEUTSCHES FILMINSTITUT FILMMUSEUM. **Mädchen in Uniform (1931)**. Disponível em: <<https://archive.org/details/madchen-in-uniform-1931>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

DYER, R. **Now You See It**. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2013.

EISNER, L. H. **A tela demoníaca**: as influências de Max Reinhardt e do expressionismo. Tradução: Lúcia Nagib. São Paulo: Paz E Terra, 2007.

ESTAÇÃO NET DE CINEMA. **[CLASSIQUÍSSIMOS - SENHORITAS EM UNIFORME]**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DLk04jJVs/>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FEST, K. YESTERDAY AND/OR TODAY: TIME, HISTORY AND DESIRE IN CHRISTA WINSLOE'S MÄDCHEN IN UNIFORM1. **German Life and Letters**, v. 65, n. 4, p. 457–471, 12 set. 2012.

IMDB. **Senhoritas em Uniforme (1931) - Prêmios - IMDb**. Disponível em: <https://www.imdb.com/pt/title/tt0022183/awards/?ref_=tt_awd>. Acesso em: 10 ago. 2025.

KRACAUER, S. **De Caligari a Hitler**: Uma História Psicológica do Cinema Alemão. Rio De Janeiro: Zahar, 1998.

MAYER, V. Lesbian Classics in Germany? A Film Historical Analysis of Mädchen in Uniform (1931 and 1958). **Journal of Lesbian Studies**, v. 16, n. 3, p. 340–353, jul. 2012.

MCCORMICK, R. W. **Gender and sexuality in Weimar modernity**: Film, literature and new objectivity. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001.

MORI, A. **Sou feliz porque sei, com certeza, que ela me ama**: 90 anos de Senhoritas em Uniforme – Persona | Jornalismo Cultural. Disponível em: <<https://personaunesp.com.br/senhoritas-em-uniforme-90-anos/>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

NUNES, V. G. R. **Cinema e sexualidade na república de Weimar**: A “Nova Mulher” no filme *A Caixa de Pandora* (1929). Dissertação de Mestrado—Universidade Federal do Ceará: [s.n.].

RICH, B. R. “Maedchen in Uniform” From repressive tolerance to erotic liberation. **Jump Cut**, v. 24-25, 1981.

ROSA, C. **Senhoritas em Uniforme (1931)**: Uma análise da lesbianidade na República de Weimar a partir do filme de Leontine Sagan. Trabalho de Conclusão de Curso—Universidade Federal do Rio de Janeiro: [s.n.].

THE LEGACY PROJECT. **Christa Winsloe | Legacy Project Chicago**. Disponível em: <<https://legacyprojectchicago.org/person/christa-winsloe>>. Acesso em: 11 ago. 2025.

Berlim em Tons de Violeta e Glamour: o despertar da cena lésbica e o movimento homossexual em Weimar (1919-1933)

Berlin in Shades of Violet and Glamour: the awakening of the lesbian scene and the homosexual movement in Weimar (1919-1933)

Neff Borba Araquan Vieira,¹ UFRPE

Resumo

Este artigo tem como proposta evidenciar as articulações das mulheres lésbicas presentes na Berlim da República de Weimar. Os anos dourados, da então chamada Capital gay da Europa, são fruto do processo de emergência de uma modernidade plural, que transborda após a derrota da Alemanha na I Guerra Mundial e a derrocada do poder imperial. Frente a diversos contratempos, como a ascensão nazista com o conservadorismo vigente, a cidade de Berlim vivencia um momento único entre a liberdade democrática fragilizada e a ordem fascista tomando força.

Palavras-chave: Movimento Homossexual; Lésbica e República de Weimar.

Abstract: This article aims to highlight the social and political articulations of lesbian women in Berlin during the Weimar Republic. The golden years of the then-called "gay Capital of Europe" are the result of the emergence of a plural modernity, which flourished after Germany's defeat in World War I and the fall of imperial power. Facing several setbacks, such as the rise of Nazism with its prevailing conservatism, the city of Berlin experienced a unique moment between a fragile democratic freedom and a strengthening fascist order.

Keywords: Homosexual Movement; Lesbian; Weimar Republic.

Introdução: a constituição de Weimar e a normatividade

Na parábola "Diante da Lei", de Kafka, um homem busca acesso à Lei, mas é impedido por um guarda. Ele passa a vida implorando para entrar, recebendo sempre a mesma resposta: "é possível, mas não agora". À beira da morte, ele questiona o guarda sobre a ausência de outros pretendentes, ao que o guarda revela: "porque só para ti era feita esta porta. Agora vou-me embora e fecho-a". Sebastian Haffner (2018), em seu prefácio de "A Revolução Alemã (1918-1919)", utiliza essa parábola para ilustrar a relação entre o Reich e a social-democracia alemã, que se acomodou diante da porta, ignorando seu destino até que a história a confrontou com o fechamento dessa oportunidade.

Este artigo não se aprofundará nessa relação, mas destaca que, após a derrota na Primeira Guerra Mundial (1918), os "porteiros" do império alemão, com segundas intenções, abriram a porta há muito tempo trancada para os líderes social-democratas (Haffner, 2018, p.

¹ Historiadora licenciada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Mestranda em História Social - PGH-UFRPE com Bolsa FACEPE. E-mail: Neffborba@gmail.com .

27-28). Em novembro de 1918, a social-democracia alemã, surpreendentemente, ascendeu ao trono vazio, buscando um equilíbrio turbulento e frágil em meio a um século de esperança e expectativas. O Estado imperial onipresente, dominado pelo militarismo da aristocracia prussiana, que ditava a economia e todos os aspectos da vida social, não existia mais. A República de Weimar foi fundada pela social-democracia alemã, e sua Constituição de 1919 – a primeira democrática e republicana – refletia os ideais social-democratas e um compromisso frágil entre os partidos do Congresso Constituinte de Weimar. Guedes (2019, p. 75-76) descreve essa ideologia de compromisso como um arranjo entre o socialismo democrático reformista do partido social-democrata alemão.

Embora a Constituição de Weimar, em vigor a partir de agosto de 1919, consagrasse direitos sociais e justiça social (como reforma agrária no artigo 155, socialização da propriedade privada no artigo 156 e liberdade sindical no artigo 161, entre outros, conforme Guedes, 2019, p. 64), as instituições estatais, como o Judiciário, eram predominantemente conservadoras e imperiais, resistindo à colaboração com a República. Além disso, o Parlamento, ao longo da experiência republicana (1918-1933), frequentemente era ocupado por políticos avessos aos ideais social-democratas (Guedes, 2019, p. 59).

Esse período foi marcado por turbulências políticas e culturais. Berlim, capital do império alemão, gradualmente se libertou da esterilidade cultural dos anos 1870, tornando-se um polo de atração para escritores e artistas (McFarlane, 1989, p. 85). Um clima intelectual e social de urgência, impaciência e anseio por romper com antigas tradições permeava a cidade (McFarlane, 1989, p. 85). Contudo, em meio a esse cenário paradoxal, o Código Penal de 1871 permaneceu inalterado, criminalizando a homossexualidade (parágrafo 175) e o aborto e práticas lésbicas (parágrafo 218), embora no período de Weimar sua relevância como instrumento de perseguição tenha diminuído. Nesse contexto,

Berlim da República de Weimar foi o centro de uma enorme ebullición sexo-disidente, de manifestaciones culturales y de militancia en contra de la persecución, particularmente del parágrafo 175 del código penal que prohibía las relaciones sexuales entre hombres, que rigió desde 1871, pero se recrudeció durante el nazismo, a partir del agregado de la sección 175^a. En los años anteriores al ascenso de Hitler al poder, había una fuerte militancia por su derogación² (Rubino, 2021, p. 375).

² A Berlim da República de Weimar foi o centro de uma enorme efervescência sexo-dissidente, de manifestações culturais e de militância contra a perseguição, particularmente do parágrafo 175 do código penal que proibia as relações sexuais entre homens, que vigorava desde 1871, mas se recrudesceu durante o nazismo, a partir do acréscimo da seção 175^a. Nos anos anteriores à ascensão de Hitler ao poder, havia uma forte militância pela sua revogação (Tradução nossa).

A Berlim da República de Weimar era uma cidade de contrastes: moralista e policiada durante o dia, mas boêmia e libertária à noite, invisível aos olhos do Estado e livre das amarras do conservadorismo. Nos cabarés e clubes, a cidade se revelava obscena. Para intelectuais que lutavam contra os padrões, Berlim era o lugar ideal para a autodescoberta. Christopher Isherwood, por exemplo, associava Berlim a "garotos" (Isherwood, 2001, p. 2). A história pública, como defende Hannah Arendt, oferece um olhar para o "mundo comum", reunindo as pessoas em sua diversidade e conectando-as por meio da preocupação com o mundo, promovendo uma noção de público para uma história pública que contemple a experiência da historicidade em sociedade, "como entre iguais e diferentes num mundo comum" (Schittino, 2016, p. 45). O nazi-fascismo configurou um projeto político para silenciar e negociar vidas, onde algumas vidas eram choradas e reconhecidas como dignas, enquanto outras não (Butler, 2005). Butler argumenta que

Si la negación heterosexual de la homosexualidad origina la melancolía y si ésta interviene mediante la incorporación, entonces el amor homosexual no reconocido se salvaguarda desarrollando una identidad de género definida como opuesta. En definitiva, la homosexualidad masculina no reconocida termina en una masculinidad intensificada o afianzada, la cual mantiene lo femenino como lo impensable e innombrable³ (Butler *apud* Rubino, 2021).

Essa conduta revela a desigualdade na distribuição da precariedade da vida; embora todas as vidas sejam precárias, nem todas são representadas da mesma forma. O movimento nazi-fascista negava a existência de vidas diferentes das suas, vidas que não se encaixavam no mito de Narciso, que só reconhecia o que lhe era espelho. As vidas apresentadas aqui são plurais, assim como as associações e pautas cruciais para a divulgação e implementação das teorias feministas, de gênero e sexualidades, visibilizando saberes ocultos, silenciados e negligenciados na Europa dos anos 20. Os cenários escolhidos são os da boemia, locais que permitiam a experiência do ócio ébrio como caminho para o autocuidado, em meio a práticas de sociabilidade homoerótica (Vieira, 2017, p. 6). Os cenários boêmios de Berlim eram os pontos mais afrodisíacos, onde as noites possibilitavam grandes encontros para literatos e intelectuais berlinenses (Roth, 2006, p. 122), lugares que fizeram sucesso na capital.

“The Violetta”: lares e fraternidade Lésbica

³ Se a negação heterossexual da homossexualidade origina a melancolia e se esta intervém mediante a incorporação, então o amor homossexual não reconhecido se salvaguarda desenvolvendo uma identidade de gênero definida como oposta. Em suma, a homossexualidade masculina não reconhecida termina em uma masculinidade intensificada ou afirmada, a qual mantém o feminino como o impensável e inominável (Tradução nossa).

Podemos compreender que existem histórias no plural: esquecidas, excluídas e negligenciadas pelo autoritarismo que ainda hoje percorre as entranhas sociais que negam tais existências. Conivente com os sentidos de significado da “casa”, Entre o visível e o invisível, a efervescência cultural e social da sociedade berlinense da década de 1920 revela suas intrincadas tramas e efemeridades. Por meio de aprofundados estudos literários, filosóficos e históricos sobre a República de Weimar, somos capazes de compreender a complexa configuração dos modos de vida de uma era marcada por profundas transformações. A cidade de Berlim, nesse contexto, emerge não apenas como um cenário geográfico, mas como um palco vibrante e contraditório, um espaço de tensão e liberdade, onde vivências dissidentes floresciam em meio a processos de exclusão e esquecimento.

Nesse cenário de contrastes, a sexualidade e a identidade se manifestam em múltiplas camadas, muitas vezes ocultas ou reprimidas pelas normas sociais vigentes. Foucault (1999, p. 10) nos oferece uma perspectiva esclarecedora sobre essa dinâmica: "No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e pagará a sanção."

Essa citação ressoa profundamente com a atmosfera de Berlim nos anos 20, onde a busca por liberdade individual e a expressão de identidades diversas colidiam com as expectativas conservadoras da sociedade. Os "quartos dos pais" representavam a sexualidade legitimada e reprodutiva, enquanto as demais formas de expressão eram relegadas à clandestinidade, à vergonha e, em muitos casos, à punição social. A normalização e a patologização de certas práticas sexuais e identidades de gênero revelam o poder das instituições e das convenções sociais em moldar a percepção do que é aceitável ou "anormal". Parafraseando Dri Azevedo,

A casa e as suas divisões, tornam-se, então, um espaço normativo e de controle, funcionando como um dispositivo importante na produção subjetiva e sexual dos filhos da família que a habita. No entanto, ela também se torna o espaço onde os seus moradores costumam buscar conforto, afetividade e proteção dos perigos da rua. Temos, portanto, uma ambivalência da casa: ao mesmo tempo em que é o espaço de acolhimento da família, também é onde ocorrem a regulação e normatização de seus membros (Azevedo, 2016, p. 21).

Diante desse panorama, a existência de "histórias no plural": aquelas que foram esquecidas, excluídas e negligenciadas pelo autoritarismo que, de diferentes formas, ainda hoje percorre as entranhas sociais, negando tais existências. Essa convivência com os sentidos

de significado da "casa" – entendida não apenas como espaço físico, mas como construto social e moral – perpetua a invisibilidade e a marginalização de indivíduos e grupos que não se encaixam nos padrões estabelecidos. O estudo da Berlim de Weimar, portanto, não é apenas um resgate histórico, mas um convite à reflexão sobre as persistentes estruturas de poder que definem quem tem o direito de ser visto, ouvido e lembrado na tapeçaria complexa da história e da sociedade.

Berlim, qual flor de pólen voluptuoso, atraiu pessoas de toda a Alemanha e do mundo, seduzidas por sua atmosfera singular. A capital das possibilidades abriu-se a novos modos de vida na cena homossexual berlinense, onde identidades dissidentes encontraram estratégias de resistência e autocuidado. A cidade guardava mundos secretos em becos, clubes, pensões e cafés. Nesses espaços – frequentemente protegidos por senhas e códigos – sexualidades e papéis de gênero se manifestavam livremente. Ali, ocultos dos olhares disciplinadores da esfera pública, esses modos de existência persistiam como tática diante de uma ordem hegemônica que negava sua própria existência. Conforme sugerido por Foucault (2003), o conhecimento não é algo inerte, mas sim uma força que se contrapõe a algo. Assim, torna-se imperativo desvendar a história para além de uma marginalidade epistêmica que priva os corpos de suas narrativas. A cidade de Berlim, no período da República de Weimar, emerge como um vibrante epicentro de experimentações sociais e sexuais, desafiando as normas tradicionais de gênero e sexualidade.

Imagem 1: “Café Dorian Gray”



Fonte: Acervo Cabaret Berlin. Disponível em: <https://cabaret.berlin/places/berlins-lesbische-frauen/>.

Entretanto, alguns espaços se destacam como verdadeiros refúgios de liberdade. Entre eles, o Clube The Violetta, localizado na Bülowstraße 37, fundado por Lotte Hahm, figura

central na resistência lésbica em Berlim. Este clube era exclusivo para mulheres, e chegou a contar com mais de 400 membros. Não se tratava apenas de um local de lazer, mas de um espaço de resistência cultural e política. Lotte Hahm não apenas criou um ambiente seguro para mulheres lésbicas, mas também desafiou os papéis de gênero normativos ao vestir-se de forma masculina e assumir uma posição de liderança em um meio ainda marcado pela marginalização. Esse ambiente possibilitou a emergência de uma cultura lésbica urbana visível, conectada tanto aos movimentos de vanguarda quanto às estratégias de resistência cotidiana.

Na região próxima à estação de metrô Nollendorfplatz, especialmente nas ruas Kleiststrasse, Kalkreuthstrasse e Lutherstrasse, floresceu uma rede de espaços destinados ao encontro e à expressão da identidade lésbica. O *The Verona Lounge*, por exemplo, era frequentado por mulheres lésbicas, burguesas e prostitutas de luxo, mesclando elegância com transgressão. Já o *Le Garçonne*, de Susi Wanowski — ex-esposa de um chefe de polícia e então amante da famosa dançarina e atriz Anita Berber —, representava a intersecção entre arte, escândalo e empoderamento sexual, sendo um dos espaços mais noturnos e ousados da cidade (Bourcier, 2001).

Imagem 2: Cartaz da “The Violetta” no jornal local, 1930.



Fonte: Acervo Cabaret Berlin. Disponível em: <https://cabaret.berlin/places/berlins-lesbische-frauen/>.

Outro espaço importante era o *Mali and Ingel's*, localizado na Lutherstrasse 16, cuja entrada frequentemente apresentava a placa “Fechado para festas privadas”. Limitado a no máximo 60 convidados por vez, o local atraía artistas, intelectuais, atrizes e cantoras, e promovia um tipo de sociabilidade elitizada e seletiva. Esses encontros funcionam como redes de proteção e apoio mútuo diante da instabilidade política da época. Duas vezes ao ano, Mali

e Ingel organizaram, em parceria com o *Club Monbijou Of The West* — que contava com cerca de 600 mulheres associadas — um baile exclusivo para mulheres no famoso *Scala*. Os ingressos, extremamente disputados, esgotavam-se com rapidez, evidenciando a força de uma comunidade coesa e atuante.

Imagem 3: “Porta do Mali”, 1930



Fonte: Acervo Cabaret Berlin. Disponível em: <https://cabaret.berlin/places/berlins-lesbische-frauen/>.

É importante ressaltar que tais espaços não eram apenas pontos de lazer, mas também territórios de resistência simbólica e política, nos quais mulheres lésbicas podiam expressar sua sexualidade em um contexto público, ainda que delimitado, algo praticamente inédito em escala histórica. Essas mulheres atuavam em um vácuo institucional, uma vez que o Estado alemão, embora progressista em certos aspectos durante a República de Weimar, não reconhecia formalmente a existência de relações homoafetivas femininas, o que as tornava juridicamente invisíveis, mas socialmente vulneráveis (Tamagnone, 2010).

Esse clube fazia parte de uma rede mais ampla de espaços lésbicos em Berlim, que incluía bares, cafés, publicações e organizações voltadas à comunidade lésbica. As mulheres lésbicas não apenas existiam nesse contexto — elas resistiam ativamente, criando alternativas de sociabilidade e visibilidade, enfrentando tanto o preconceito da sociedade majoritária quanto, muitas vezes, o apagamento dentro do próprio movimento homossexual. Esses espaços representavam verdadeiras embaixadas da liberdade identitária, onde o gênero e o desejo podiam ser vividos em sua plenitude.

Imagem 4: Cartaz da “The Violetta”. Clube para mulheres



Fonte: Acervo Cabaret Berlin. Disponível em: <https://cabaret.berlin/places/berlins-lesbische-frauen/>.

Um período marcado por intensas transformações e experimentações, serve como pano de fundo para a complexa coreografia da identidade. Nesse cenário, o que hoje chamamos de vida privada era um espaço de constante negociação entre a repressão e a liberdade, onde os sujeitos moldavam suas identidades de maneiras muitas vezes desafiadoras para as normas estabelecidas. O gênero, em particular, não se limitava aos salões da elite ou às festas glamourosas, mas permeava o ar das ruas, as discussões intelectuais e, de forma ainda mais pungente, os porões e clubes noturnos, locais de refúgio e autoafirmação para aqueles que ousavam viver fora dos padrões. Mulheres como Lotte Hahn, figura proeminente da cena lésbica berlinense, são exemplos vivos dessa resistência, forjando comunidades e espaços de existência em meio a um contexto de crescente conservadorismo. Nesses ambientes, o corpo e o desejo transcenderam o mero simbolismo, tornando-se instrumentos poderosos de afirmação política. Seja através de máscaras e disfarces que permitiam a subversão das expectativas sociais, seja pela simples e corajosa expressão de uma identidade autêntica, a articulação de questões de gênero assumia um caráter revolucionário. A visibilidade e a agência dos corpos dissidentes desafiavam as estruturas de poder e as concepções tradicionais de sexualidade e identidade.

A resistência das mulheres lésbicas em Berlim, portanto, não pode ser compreendida apenas como um capítulo isolado da história LGBTQIA+. Ela se insere em uma luta muito mais ampla e fundamental contra o esquecimento e pela dignidade de todos os corpos dissidentes. Em uma Europa do século XX que assistia à ascensão do autoritarismo e à proliferação de ideologias conservadoras, ousar viver, amar e existir fora das normas não era apenas um ato pessoal, mas um gesto intrinsecamente político de desafio. Essas mulheres, com sua coragem e resiliência, pavimentaram o caminho para futuras gerações, lembrando-

nos da importância de preservar a memória daqueles que, em meio à adversidade, reivindicaram seu direito à existência plena e autêntica. Suas histórias são um testemunho duradouro da força do espírito humano em face da opressão e um lembrete perene da necessidade de vigilância contra as forças que buscam silenciar e invisibilizar a diversidade humana.

Cenas da noite: intelectuais, políticas e narrativas

Na década de 20, Berlim é uma cidade de múltiplas possibilidades: chamada por uns de a capital do pecado e por outros, de uma nova cidade das luzes. Em alguns cenáculos, ela transborda liberdade: nos anos 20, a cidade possui entre 80 e 120 cafés e bares voltados para o público homossexual (Gay, 1978). Segundo o historiador Peter Gay, em sua obra intitulada *A Cultura de Weimar: o outsider como insider*, ao nos debruçarmos sobre a República de Weimar, ao longo de sua curta trajetória (1918-1933), observamos a existência do: "modernismo na arte, literatura e pensamento; pensamos em rebelião, dos filhos contra os pais, dos dadaístas contra a arte, dos berlinenses contra os musculosos filisteus, dos libertinos contra os moralistas retrógrados" (Gay, 1978, p. 11).

O clube Eldorado, por ser o maior e mais populoso do cenário artístico dissidente do período, apresentou mais visibilidade do que outros⁴. Ele abarcava um espectro diversificado de corpos e visões políticas presentes na cena intelectual moderna. O clube abriu as portas em 22 de março de 1922, em Charlottenburg, onde o empresário Ludwig Konjetschni iniciaria sua marca no mundo. O Eldorado era considerado internacionalmente um antro de sofisticação. Após o grande sucesso, em 1930, seria necessário um novo local para o clube. E Ludwig Konjetschni direcionou seu olhar para o “Grand Café Luitpold”, na Motzstrasse. O clube seria reinaugurado oficialmente um ano depois, em 1931. Em Berlim, existiam cabarés voltados somente para o prazer. Mas, o Eldorado, assim como outros, trazia consigo um novo projeto de teatralidade, performance e sedução. Uma ação necessária em tempos conduzidos por homens sombrios, o Eldorado torna-se um espaço aberto ao sabá intelectual. Situado entre encruzilhadas no centro berlinense, movimenta uma rede diaspórica, conectando o desejo dos homens e a liberdade emergente da República com o slogan “Hier ist’s Richtig!”⁵. Em poucas palavras um cuidado com o público e os seres que ali residem, uma perspectiva familiar, pois, além de ser uma casa de shows, era a casa de artistas queers que buscavam uma vida possível.

⁴ Para este tema, ver o filme documentário intitulado *Cabaré Eldorado: o alvo dos nazistas*. Dirigido por Benjamin Cantu, com um roteiro de Benjamin Cantu e Felix Kriegsheim (2023). Produção NETFLIX.

⁵ “Aqui está certo!” em alemão. (tradução nossa).

Imagem 5: Cabaré Eldorado na era dourada berlinense



Fonte: Acervo Cabaret Berlin. Disponível em: <https://cabaret.berlin/venues/eldorado>.

A imagem do cabaré em plena luz do dia, se torna ilustre aos nossos olhos, demonstrando uma riqueza de detalhes. O sabá intelectual não poupava esforços no quesito de “chamar atenção”, um prédio robusto, bem localizado, com ilustrações rodeando-o por completo e letreiros que eram ligados à noite, quando realmente Berlim despertava. Ali passariam corpos multifacetados, corpos de todo mundo, intelectuais que conduziam sua arte e recebiam o calor humano dentro das portas do Eldorado:

Era uma danceteria, um bar normal, mas em determinados dias era alugada por homossexuais. Então era muito alegre... Os gays dançavam e, de vez em quando, só para mexer com as rainhas, alguém gritava: “A polícia está vindo!”. Todo mundo levantava a saia e corria. Mas a polícia nunca veio de verdade... É difícil imaginar a loucura de Berlim...homens dançavam com homens, mulheres dançavam com mulheres. Em Berlim, aqueles foram os anos dourados (Setterington, 2013, p. 17).

Porém, em julho de 1932, o novo Chefe de Polícia Kurt Melcher começou a implementar as rigorosas políticas do novo governo Von Papen, lidas a partir da individualidade o mesmo enquanto catolicismo, e, alicerçando uma campanha de disciplinamento para a vida noturna de Berlim. Assim, os bares e clubes de danças e performances passaram a ter uma rigorosa penitência em seu funcionamento, sendo proibidos de praticar qualquer ação após às 22 horas. Através dessa ordem, os clubes e locais de resistência demonstram-se cada vez mais privados, em outubro de 1932, a cena homossexual de Berlim sofre um golpe gigantesco com a proibição de casais homossexuais dançarem em

público. A ordem dada pelo Chefe da Polícia Nazista, atingiu diretamente o Eldorado, sendo obrigado pela *Sturmabteilung* (SA), Ludwig Konjetschni entrega toda a instalação do cabaré, ocasionando o fim do mais famoso cenáculo da República.

Desta forma, os intelectuais de Berlim são um alicerce indispensável para pensarmos no momento repleto de arte, cultura e resistência em Berlim, os intelectuais são a frente política contra o conservadorismo e o nazi-facismo. A cidade cosmopolita, contém versões imensuráveis contra-narrativas política de combate a repressão nas ruas com noites cheias de artes, performances e corpos quentes produzindo narrativas únicas para a cena intelectual. Claro que tais corpos também transitam pelas ruas durante as manhãs, graças ao trabalho do *Institut für Sexualwissenschaft* (Instituto de Sexualidade Humana) dirigido por Magnus Hirschfeld⁶, situado em plena Tiergarten, em Berlim. O Instituto foi criado com intuito de conduzir pesquisas referentes à sexualidade humana, trazendo contribuições importantíssimas para o campo da sociologia. Teria sido fruto do *Wissenschaftlich- humanitäres Komitee*⁷ que Hirschfeld dirigia desde 1897, lutando pelos direitos dos homossexuais e pessoas transsexuais, possibilitando uma rede de acolhimento e um novo olhar para a sociedade do período. Metaforicamente falando, uma espécie de quartel general do movimento homossexual (Macrae, 2011, p. 25).

O instituto tratava de questões sobre a sexualidade humana, como: DST 's, doenças, gravidez, aborto, terapia sexual para casais e questões identitárias. Assim, Isherwood, mais tarde, afirmou ter visto em sua visita ao Instituto, incluindo "chicotes e correntes" para sexo sadomasoquista, fotografias de "órgãos sexuais de quase-hermafroditas" e "cuecas femininas lacy" que haviam sido utilizadas pelos oficiais prussianos masculinos sob seus uniformes, proliferando a virilidade masculina se torna ambígua e como a sexualidade faz parte de uma vida privada⁸. O Instituto era um local político e social seguro para pessoas excluídas, vistas como diferentes, tratadas como pertencentes à sub-humanidade.

⁶ Médico psiquiatra/ sexólogo, homossexual, judeu e militante pelos direitos das pessoas queer's. Criador do Instituto de Sexualidade Humana em Berlim. Site: <https://magnus-hirschfeld.de/>

⁷ Comitê Científico-Humanitário.

⁸ Marhoefer, 2015, p, 6 *apud* Isherwood. *Christopher and His Kind* (Nova York: Farrar, Straus, Giroux, 1976), p. 16-17.

Imagem 6: Instituto de sexualidade humana

Fonte: Instituto de Sexualidade Humana. Disponível em: <https://www.literatur.hu-berlin.de/de/forschung/archive-forschungsstellen/forschungsstelle-kulturgeschichte-der-sexualitaet/projekte-der-forschungsstelle/vergangene-projekte/monographie-ueber-magnus-hirschfelds-institut-fuer-Sexualwissenschaft-1919-1933>.

O direito democrático sempre foi o ponto chave em 1920, a liberdade de si e para os demais indivíduos sociais, se comportam como um rompimento da perspectiva de vida em sociedade do império prussiano. E o gênero, assim como outras questões sociais de convivência, movimenta as relações cotidianas e conduzem significados culturais, mais do que nunca, políticos. O entrelaçamento de gênero e sexualidade na República de Weimar, molda o uso desse recorte temporal do passado sobre aquela sociedade, como afirma Marcos Vieira,

Por isso, o debate sobre sexualidade neste período é fundamental para compreender esse processo, o que torna o período da República de Weimar tão inovador, justamente, por iniciar este campo de debates tendo a sexualidade como tópico transversal à economia, religião, política, práticas médicas e questões jurídicas. Discussões no âmbito da liberdade de orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo, sobre a prostituição, sobre o casamento, o aborto e, ainda, sobre a sexualidade sem função reprodutiva, foram temas de debate, esclarecimento e resistência durante este período, interrompido pelo sinistro regime nazista (Vieira, 2018, p. 197).

Magnus Hirschfeld e outros intelectuais da época eram vistos como uma grande ameaça, personificando o inimigo que combatia a virilidade masculina e o poder estabelecido. Hirschfeld, um cientista, utilizava sua posição privilegiada para lutar contra as desigualdades de gênero arraigadas na sociedade. Apesar de ser homossexual, ele não falava abertamente sobre sua orientação devido à sua posição como médico, usando o poder que lhe era concedido para auxiliar aqueles que necessitavam de cuidados. Em tempos difíceis, a homossexualidade e a intelectualidade se entrelaçam, gerando uma necessidade de validação

que afeta os indivíduos que não se encaixam na normatividade de gênero imposta pelo autoritarismo. Conforme Foucault (1981, p. 38), a homossexualidade é vista como mais do que um "prazer imediato"; o verdadeiro problema não é o ato sexual em si, mas a possibilidade "que indivíduos comecem a se amar".

A República de Weimar trouxe uma liberdade sexual eletrizante, influenciando as percepções sociais sobre os papéis de gênero, especialmente o papel do corpo feminino na década de 1920. Nesse contexto, o movimento lésbico articulou novos discursos para repensar os direitos das mulheres e suas representações públicas. Em 1930, existiam 85 estabelecimentos, entre clubes e danceterias, que serviam como locais de encontro para lésbicas e a comunidade *queer*. Alguns eram abertos ao público geral, enquanto outros eram exclusivos para mulheres (Gordon, 2006). Isso possibilitou o surgimento de figuras vibrantes e intelectuais, como artistas, cantoras e *performers* de gênero, que apresentavam não apenas uma estética, mas um conteúdo político.

A obra *Berlins Lesbische Frauen*, originalmente escrita por Ruth Rolling em 1928, foi publicada pelo renomado editorial de Magnus Hirschfeld, uma figura central na defesa dos direitos homossexuais e no estudo da sexualidade. Contudo, em 1930, a trajetória de Rolling sofreu uma reviravolta drástica ao se alinhar ao Nazismo. Ela chegou a escrever uma carta de próprio punho atestando sua "conduta ariana", um ato que não só marcou sua adesão à ideologia nazista, mas também selou o destino de suas obras. Em consequência de seu alinhamento com o regime, suas publicações perderam a notória repercussão que antes desfrutavam, e a autora cessou sua produção literária no pós-guerra, caindo em relativo esquecimento.

Imagem 7: “Berlins Lesbische Frauen”, guia completo para os bares e casas noturnas lésbicas, 1928



Fonte: Arquivo Magnus Hirschfeld. Disponível em: <https://magnus-hirschfeld.de/gedenken/personen/roellig-ruth/>.

Em contraste com a obscuridade que se abateu sobre Rolling, a figura feminina, especialmente no contexto da cultura lésbica de Berlim na era de Weimar, foi e continua sendo enaltecida em diversas manifestações artísticas e sociais. Performances de dança vibrantes, cartazes expressivos e personalidades emblemáticas iluminaram as noites berlinenses, criando um cenário efervescente de liberdade e expressão. Entre essas personalidades, destacou-se a cantora de cabaré Claire Waldoff, uma figura lendária em Berlim (Whisnant, 2016; Gordon, 2006). Claire Waldoff, célebre por suas músicas irônicas entoadas no dialeto berlinense, construiu uma crítica mordaz aos parâmetros da politicagem masculina que dominava o Reichstag. Ela não era apenas uma artista; era uma intelectual das margens, que direcionou o olhar da sociedade para o cabaré como um espaço legítimo de crítica política, desmistificando a visão de que esses locais eram apenas redutos de depravação. Segundo Richard (1988), os cabarés daquela época transcenderam a mera função de palco para programas de revistas e comédias musicais. Eles serviram como poderosos veículos para canções satíricas, apresentações de palhaços e recitação de poemas, funcionando como importantes fóruns para a dissidência e a expressão cultural. A resiliência e o espírito crítico de figuras como Waldoff contrastam fortemente com o destino de artistas como Rolling, que se submeteram a ideologias opressoras, e reforçam a importância da arte como ferramenta de resistência e reflexão social em tempos de incerteza política.

As narrativas dos movimentos homossexuais, no entre-guerras, trazem

representatividade e nos mostram a força de uma pauta que visava quebrar as barreiras da normatividade presente na Europa dos anos 1920⁹, trazendo consigo o desejo anárquico frente a docilidade do sistema educacional e dos resquícios do regime político prussiano.

Desta forma,

As ameaças da disciplina prussiana mantiveram a vigília urbana anarquista sob controle. Mas em 1919, com a saída do Kaiser e uma constituição democrática prestes a ser proclamada em Weimar, essas restrições legais acabaram por expirar. As restrições morais derrubadas da barulhenta Berlim de repente explodiram nas costuras. A metrópole alemã, uma vez pavorosa, era agora uma cidade aberta - aberta para o sexo. Ou, como muitos detratores provincianos criticaram, um novo inferno na terra (Gordon, 2006, p. 8).

Outras produções, como *Ontem e Hoje*, da Christa Winsloe (1930) e *Menina de Uniforme*, da Leontine Sagan (1931), tematizam o parágrafo 218 do código penal que condenava o aborto e a cultura lésbica (Rubino, 2019, pág. 375). Tais mulheres ousaram ao falar sobre a sexualidade feminina, e sobre o sistema educacional prussiano que disciplinava os corpos em um modelo ideal de masculino e feminino. Esse era um mecanismo de poder na sociedade alemã: o desejo e a necessidade de enquadrar as identidades num belo perfil heteronormativo, cis, ariano. Esse enquadramento acarretava não só uma série de violências a quem não se adequava a esse padrão físico, mas contribuía para produzir narrativas simbólicas que lançavam outras violências como, por exemplo, a misoginia.

A violência intrínseca à sociedade permeia o que é visível e invisível, apontando para marcadores sociais da diferença que impõem um lugar específico para os corpos discentes. Contudo, a Primeira República alemã, especialmente em Berlim, promovia um sentimento de libertação, fundamentado na solidariedade e na perspectiva social de seu modelo republicano. Essa nova atmosfera desafiava as ordens biodisciplinadoras que insistiam em negar a diversidade e induzir uma uniformidade no pensamento sobre o corpo como um arquétipo político. Em resposta a isso, os corpos dissidentes se rebelaram contra os mecanismos disciplinadores dos parágrafos 175 e 218, que os normatizavam. Por meio de redes de afeto, as chamadas "ligas de amizade" romperam o paradigma de uma identidade conservadora e autoritária, que propagava uma moralidade inflexível.

Conclusão: adeus à Weimar

⁹ Para este tema, ver o filme documentário *Parágrafo 175: a perseguição aos homossexuais e a visão biológica nazista* (2000). Direção: Rob Epstein, Jeffrey Fiedman. Roteiro: Sharon Wood. Produzido a partir de estudos do historiador Klaus Muller. O documentário intercala o depoimento de homossexuais sobreviventes de campos de concentração com a narrativa de fatos históricos.

A República de Weimar oferece um terreno fértil para a análise crítica da construção de identidades, particularmente no entrelaçamento inovador de gênero e sexualidade. Os corpos dissidentes que emergiram nesse período desafiam as noções convencionais de identidade, manifestando uma liberdade sexual que impulsionou mulheres vibrantes na intelectualidade boêmia e urbana de Berlim nos anos 1920. Elas se posicionavam como sujeitos ativos na busca por conhecimento e produção cultural e performática. A esse respeito, a observação de Hannah Arendt (2006, p. 35) sobre a insuficiência da mentalidade tradicional para abordar as perplexidades do período ganha particular relevância, indicando a necessidade de novas abordagens para compreender a efervescência cultural da época.

A essência do período era uma busca incessante por transformação, não apenas na esfera política, mas também na dimensão pessoal, com uma redefinição das próprias identidades. Elementos como o impacto do pós-guerra, o luto coletivo e as memórias emergentes são cruciais para decifrar a complexa atmosfera social e cultural de Weimar. Tais dinâmicas revelam um cenário de disputas biopolíticas, onde esforços específicos tentavam refutar a narrativa alemã dominante sobre a República e sua frágil democracia. Judith Butler (2018) argumenta que a "esfera pública" é um espaço construído por exclusões e negações que, estruturalmente, garantem a invisibilidade de violações, dificultando sua percepção e disseminação, um conceito aplicável à marginalização de certas narrativas em Weimar.

Os becos de Berlim, como testemunhado por Isherwood (1980, p. 9), oferecem uma compreensão mais profunda da efervescência cultural de Weimar do que a propaganda de massas do Estado Nazista. Nesses espaços, saberes subalternos da cidade abrigavam corpos que, de igual modo, contribuíram para a formação de identidades plurais, necessitando que suas histórias fossem reveladas e preservadas. Essas narrativas, que persistem e resistem na história, rememoram um passado volátil e o sentido da memória. Como Butler (2011, p. 32) sugere, o futuro da crítica cultural reside em nos fazer retornar ao humano onde menos esperamos encontrá-lo, em sua fragilidade e nos limites de sua capacidade de fazer sentido.

Os becos de Berlim, como vividamente retratado por Isherwood (1980, p. 9), servem como um portal mais autêntico para a efervescência cultural e social da República de Weimar do que a retórica e a propaganda de massas difundidas pelo Estado Nazista. Longe dos palcos grandiosos e das narrativas oficiais, esses recantos da cidade abrigavam uma tapeçaria rica e complexa de saberes subalternos, vozes marginalizadas e estilos de vida não convencionais. Nesses espaços íntimos, corpos que desafiavam as normas estabelecidas encontravam refúgio e pertencimento, contribuindo decisivamente para a formação de identidades plurais e para a tessitura de uma Berlim cosmopolita e vibrante.

A urgência em desvendar, preservar e rememorar essas histórias torna-se, portanto, imperativa. Elas representam mais do que meras anotações à margem da história; são as vozes que persistem e resistem, testemunhos de um passado volátil e multifacetado, e portadoras de um sentido profundo da memória. A relevância dessas narrativas reside na sua capacidade de iluminar as complexidades e as contradições de um período crucial, oferecendo uma compreensão mais matizada da sociedade da época.

Conforme a perspicaz observação de Butler (2011, p. 32), o futuro da crítica cultural não se encontra na busca por certezas ou na idealização de identidades, mas sim em um movimento de retorno ao humano onde menos se espera encontrá-lo. Isso implica uma imersão na fragilidade inerente à condição humana, nos limites de sua capacidade de fazer sentido do mundo e de si mesma. É nos becos e nas margens, nas histórias dos "outros", que se revelam as verdades mais profundas sobre a experiência humana, desafiando narrativas hegemônicas e abrindo caminho para uma compreensão mais empática e inclusiva da história e da cultura. Essas narrativas, por vezes silenciadas, são fundamentais para compreendermos as cicatrizes do passado e as possibilidades de um futuro mais justo e equitativo.

Weimar, uma democracia frágil em um contexto de vulnerabilidade, serve como um alerta contundente sobre a erosão democrática e o papel das narrativas históricas. Sua memória é crucial para analisar as experiências de grupos marginalizados, como homossexuais e, em particular, as lésbicas, que enfrentaram repressões e exclusões, resultando em sua omissão da memória pública alemã (Grossmann, 1995; Tamagne, 2004). O período impulsiona discussões sobre como as memórias coletivas são moldadas e as lutas pelos direitos homossexuais ilustram a complexidade da memória histórica e sua relação com cidadania e identidade. A contínua reconstrução da memória que omite essas narrativas reforça a importância de revisitar eventos. A República de Weimar oferece um espaço para refletir sobre a preservação de memórias democráticas e inclusivas. Rememorar seu legado, incluindo as contribuições e desafios enfrentados pelas mulheres lésbicas, é vital, pois, como em uma peça teatral que insiste em continuar, “o show não pode parar”, conduzindo-nos ao passado simbólico de resistência. Um passado de luta, prazer e solidão, à beira do colapso do Terceiro Reich, onde mulheres lésbicas ousaram em seu legado histórico, transformando sua narrativa em poesia, uma poética contínua contra a crueldade humana.

Referências

- ARENDT, H. **Entre Passado e Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- AZEVEDO, Adriana Pinto Fernandes. **Reconstruções queers-por uma utopia do lar**. 2016.

2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

BEACHY, Robert. **Gay Berlin: birthplace of a modern identity**. Vintange Books. New York, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I: Magia e técnica, arte e política –ensaio sobre literatura histórica cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense LTDA, 2012.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 8-9.

_____. **El género en disputa**. El feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona: Paidós, 2007.

_____. Vida precária. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 13-33, 2011.

FOUCAULT, Michel. Conferência 1. **In: A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

_____. **Da amizade como modo de vida**. De l'amitié comme mode de vie. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Gai Pied, [S.l.], n. 25, p. 38-39, abr. 1981.

GAY, Peter. **Weimar Culture: the outsider as insider**. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2001.

GORDON, Mel. **Voluptuous panic: the erotic world of Weimar Berlin**. Expanded Edition. Port Townsend, WA: Taschenbuch, 2006.

GROSSMANN, Atina. **Reforming Sex: The Cultural Reconstruction of German National Identity, 1914-1945**. Oxford University Press, 1995.

GUEDES, Marco Aurelio Peri. **Estado e Ordem Econômica e Social: a experiência constitucional da República de Weimar e a Constituição Brasileira de 1934**. Rio de Janeiro: Processo, 2019.

_____. Os direitos fundamentais nos documentos constitucionais alemães de 1850 a 1871. **Revista Electrónica Instituto de Investigaciones Jurídicas y Sociales AL Gioja**, n. 4, p. 125-138, 2016.

HAFFNER, Sebastian. **A Revolução Alemã (1918-1919)**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

ISHERWOOD, C. **Adeus a Berlim**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

_____. **Christopher and His Kind**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

MACRAE, Edward. **Os respeitáveis militantes e as bichas loucas**. Repositório UFBA, Stonewall, v. 40, p. 21-36, 2011.

MARHOEFER, Laurie. **Sex and the Weimar Republic: German homosexual emancipation and the rise of the Nazis**. University of Toronto Press, 2015.

MCFARLANE, James. Berlim e a ascensão do modernismo, 1886-1896. In BRADBURY;

_____. **Modernismo: guia geral**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual: Práticas subversivas de identidade**

sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro.

RICHARD, L. **A República de Weimar**. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

ROTH, Joseph. **Berlim**. Editora Companhia das Letras, 2006.

RUBINO, Atilio Raúl. El sexo y la ciudad. Homosociabilidad y disidencia en Berlin Alexanderplatz de Alfred Döblin. **Pandaemonium Germanicum**, v. 24, p. 374-399, 2021.

SETTERINGTON, Ken. **Marcados pelo Triângulo Rosa**. São Paulo: Melhoramentos, 2017.

TAMAGNE, Florence. **A History of Homosexuality in Europe**, vol. 1 & 2: Berlin, London, Paris 1919-1939. Algora Publishing, 2004.

VIEIRA, Marcos Sardá *et al.* **Cidade do desapego**: o estar-queer na urbanidade contemporânea. Tese de doutoramento submetida ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. 2018.

VIEIRA, Marcos Sardá. Corpos velhos e dissidentes na condição urbana de Berlim. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis. 2017. p. 1-10.

WHISNANT, Clayton J. **Queer identities and politics in Germany - a history 1880-1945**. New York: Harrington Park Press, 2016.

Serafina Dávalos: uma história lésbica através da imagem*Serafina Dávalos: a lesbian history through the image*Ludmila Neves Müller¹, UFFIsadora Tiemi Coelho Issagawa², UFMS**Resumo**

O presente artigo analisa o processo de apropriação e ressignificação da fotografia histórica de Serafina Dávalos (1883 - 1957), primeira mulher advogada do Paraguai, pelo *Aireana - Grupo por los derechos de las lesbianas*. A partir da redescoberta de sua trajetória, a imagem de Serafina passou a integrar diversas expressões culturais e políticas do movimento lésbico nacional. Relacionado aos conceitos de imagem-documento, fotografia pública e pós-fotografia, o artigo apresenta o percurso desse fragmento visual, que ultrapassa seu valor documental para tornar-se um símbolo do movimento lésbico-feminista no país, articulando memória, resistência e identidade. Em um contexto de violência e desamparo estatal, a imagem se transforma em ferramenta de transformação social e dispositivo de luta pela visibilidade de trajetórias lésbicas.

Palavras-chave: Serafina Dávalos; Paraguai; fotografia pública; pós-fotografia; movimento lésbico-feminista.

Abstract

This article analyzes the process of appropriation and re-signification of the historical photograph of Serafina Dávalos (1883 - 1957), the first female lawyer in Paraguay, by *Aireana - Grupo por los derechos de las lesbianas*. Following the rediscovery of her trajectory, Serafina's image began to be incorporated into various cultural and political expressions of the national lesbian movement. Drawing on the concepts of documentary image, public photography and post-photography, the article presents the trajectory of this visual fragment, which goes beyond its documentary value to become a symbol of the lesbian-feminist movement in the country, articulating memory, resistance, and identity. In a context marked by violence and state neglect, the image transforms into a tool for social transformation and a device in the struggle for visibility of lesbian trajectories.

Keywords: Serafina Dávalos; Paraguay; public photography; post-photography; lesbian-feminist movement.

Introdução

Conhecida por ser a primeira mulher advogada paraguaia, Serafina Dávalos (1883 - 1957), tornou-se, nas últimas duas décadas, um dos principais ícones feministas e lésbico-feministas do país. Tal reconhecimento é resultado de um processo de redescoberta de sua

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: ludmilanevesmuller@gmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e graduada em Audiovisual pela mesma universidade. Contato: isadoraissagawa@gmail.com.

trajetória, iniciado no final da década de 1980 por pesquisadoras do núcleo *Área Mujer*, do *Centro de Documentación y Estudios* (CDE), localizado em Assunção, em um esforço de renovação historiográfica crítica sobre mulheres paraguaias. A partir dos anos 2000, este caminho foi ampliado pelo *Aireana - Grupo por los derechos de las lesbianas*, o primeiro e ainda único movimento lésbico organizado no Paraguai. Ao investigarem fontes sobre experiências lésbicas nos arquivos do CDE, estas ativistas passaram a reivindicar a figura da advogada como referência simbólica para sua luta política.

Tal mobilização tem feito com que uma das poucas fotografias existentes de Serafina, embora registrada em outro tempo e contexto, venha sendo amplamente reproduzida em diversas expressões culturais e políticas do *Aireana*. A logo da sede do grupo, artes gráficas *online* e rótulos de produtos artesanais vem sendo estampadas e divulgadas com a imagem da advogada, integrando-a à uma disputa em torno da luta pela igualdade de gênero e direitos para as lésbicas nos dias atuais.

Amparado ao que propõe André Rouillè (2009), Ana Maria Mauad (2013), Jean Fontcuberta (2012) e Josep M. Català (2005), no que diz respeito à imagem-documento, à fotografia pública e à pós-fotografia, o presente artigo pretende discutir o percurso deste fragmento visual e sua inscrição na luta do grupo *Aireana* em um contexto de busca por visibilidade e reconhecimento de uma história lésbica no Paraguai.

A redescoberta

De modo geral, a historiografia paraguaia, desde fins do século XIX, é composta majoritariamente por publicações promovidas pelo Estado, de tom nacionalista. Certos acontecimentos marcaram as produções da época, como a Guerra da Tríplice Aliança (1864 - 1870), considerada o maior conflito armado da América Latina, protagonizado entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Há também uma recorrência de produções sobre célebres mulheres do país, mobilizadas a partir de uma busca por construir a imagem e representação do gênero feminino atribuído ao sacrifício, resiliência, abnegação, diligência, zelo e submissão (Junior; Izecksohn 2020; Brezzo, 2014; Makaran, 2013). Considerando que o saldo de mortos do confronto foi mais de dois terços da população masculina com mais de vinte anos (Doratioto, 2002), a pesquisadora Gaia Makaran (2013) afirma que no contexto pós-Guerra, uma das transformações em busca de soluções para esta crise demográfica e a consolidação de uma sociedade moderna, foi a criação de um “*país de las mujeres*” (Makaran, 2013). Para a historiadora Barbara Potthast (2011), o Estado com uma maioria numérica de

mulheres proporcionou a elas uma maior visibilidade no plano político, entretanto, o país continuou inserido em uma lógica patriarcal, sendo governado por uma pequena parcela de homens (Potthast, 2011). O imaginário social da mulher paraguaia, portanto, colidia com as condições em que viviam as mulheres, e gerou um apagamento das trajetórias daquelas que atuaram significativamente na luta política por direitos, fora da esfera do lar (Makaran, 2013; Potthast, 2011).

Foi somente a partir da década de 1980 que o país presenciou uma grande produção nacional de trabalhos críticos acerca do contexto político e social, em diversas áreas das Ciências Humanas. Tais trabalhos foram realizados a partir de esforços de pesquisadores reunidos em centros de pesquisa não ligados às universidades. O *Centro de Documentación e Estudios* (CDE), criado em 1985, ainda durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954 - 1989), foi um grande expoente neste sentido. Esta organização não governamental, perseguida e censurada muitas vezes, se sedimentou em áreas temáticas, sendo uma delas a *Área Mujer*, destinada a projetos, estudos e publicações sobre uma história crítica das mulheres paraguaias (Pedro, 2011; Silva, 2023). As pesquisadoras Clyde Soto, Line Bareiro e Mary Monte, na célebre obra *Alquimistas - Documentos para otra historia de las mujeres* (1993) foram pioneiras ao publicar documentos que evidenciam, já no início do século XX, um grande protagonismo de mulheres paraguaias no contexto político do país. Entre diversas fontes, incluindo as que comprovam o acontecimento do primeiro debate público considerado feminista, ocorrido em 1901, estão os registros sobre Serafina Dávalos (Soto; Barreiro; Monte, 1993).

Serafina nasceu em 19 de setembro de 1883, na então cidade de Ajos, hoje Coronel Oviedo. Ainda na infância, mudou-se para Assunção, onde, em 1896, ingressou na Escola Normal, concluindo a formação como professora aos 15 anos de idade. Em 1902, formou-se bacharel pelo Colégio Nacional da capital e, em seguida, iniciou o curso de Direito na Universidade Nacional de Assunção (UNA) (Monges, 2023). Fruto de seu trabalho de conclusão de curso está a obra “*Humanismo*” (1907), texto em que argumentou sobre o machismo na sociedade paraguaia. Concluída a graduação, em 1908, passou a exercer a advocacia e foi eleita para integrar o Superior Tribunal de Justiça. Em 1920, foi uma das fundadoras do *Centro Feminista Paraguayo* e, no ano de 1951, presidiu a apresentação de um

projeto de lei sobre os direitos civis e políticos das mulheres, tornando-se, em 1956 a presidente da *La Liga Paraguaya Pró-Derechos de la Mujer*³ (Soto; Bareiro; Monte, 1993).

Após sua morte, em 1957, Serafina caiu no esquecimento. As pesquisadoras do CDE encarregadas de trabalhar com sua documentação, buscaram informações sobre sua vida, estabelecendo contato com sua sobrinha-neta, Rosemary Dávalos, psicóloga e professora da UNA. Inspirada pelo trabalho do *Área Mujer*, Rosemary fundou uma associação dedicada exclusivamente à busca e preservação da memória de Serafina (Dávalos, 2024). Tal contato, portanto, foi essencial para o acesso à fotografia que vem sendo utilizada como símbolo da resistência lésbica no Paraguai, cujo contexto de apropriação analisaremos ao longo deste artigo (Figura 1).

Figura 01 - Serafina Dávalos



Fonte: Asociación Rescatando a Serafina. [Fotografia de Serafina Dávalos, Autor desconhecido. Assunção, s.d]. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1e/Serafina_D%C3%A1valos_c._1900.jpg>. Acesso em: 12 ago. 2025.

De Serafina Dávalos à *La Serafina*

Fundado oficialmente em 2003 por Rosa Posa Guinea, Carolina Robledo Desh, Judith Greno e outras ativistas, o *Aireana - Grupo por los Derechos de las Lesbianas*, foi responsável pela continuação do processo de redescoberta de Serafina. Entendendo que o encontro com o passado pode trazer mudanças e resultados políticos na atualidade, a atuação do grupo, para além da luta pelos direitos das lésbicas, também se concentra, desde o seu

³ Destacamos que o funcionamento da Liga acontecia com grande supervisão do governo ditatorial. Segundo Natania Neres Silva (2020), a proximidade era tanta que Lígia Stroessner, esposa do ditador, foi nomeada presidente honorária da organização. Neste sentido, a categoria “mulheres” não é transversal, referindo-se, neste caso, principalmente, às mulheres brancas e da elite paraguaia (Silva, 2020).

início, na busca e compartilhamento de informações sobre sua comunidade ao longo da história do Paraguai. A partir de pesquisas no arquivo do *Área Mujer* (CDE), as ativistas revisitaram documentos sobre a advogada, apontando questões sobre sua vida privada até então não discutidas. Embora nunca tenha sido casada com um homem, Serafina morou por décadas com Honoria Barillán, sobre quem há poucos registros, no entanto, sempre mencionada nos documentos como sua “amiga inseparável”, “fiel secretária” ou “dama de companhia”. Esta informação despertou a atenção das ativistas, que passaram a compreender Serafina como uma mulher lésbica, dado posteriormente confirmado por Rosemary Dávalos (Guinea, 2024; Dávalos, 2024).

A inauguração da sede do grupo em 2005, nomeada como *Centro Cultural La Serafina*, representou um marco na apropriação da figura da advogada como símbolo da luta lésbico-feminista. Destinado à realização de palestras, debates, atividades educativas e de lazer, o espaço também vem funcionando como bar e casa de shows, sendo um ponto de encontro para a comunidade LGBTQIA+ no centro da capital paraguaia. No prólogo da reedição da obra *Humanismo*, realizada pelo CDE em 2007 por ocasião do centenário de sua publicação, as ativistas do *Aireana* apresentam uma reflexão sobre a escolha do nome da sede:

Hace dos años buscábamos un nombre para el espacio cultural feminista que desde Aireana. Grupo por los derechos de las lesbianas, queríamos crear. Deseábamos un nombre que identifique al espacio como feminista, porque el feminismo es nuestra opción política desde donde promovemos el cambio social. Nuestro nombre debería reflejar lo que ofreceríamos a la sociedad asuncena: un espacio para expresarnos en libertad, desde donde promover la propuesta feminista. [...] La elegimos a ella porque nos gusta formar parte de una historia donde, en los primeros párrafos, hay una mujer que decide su vida a pesar de las miradas de la gente. Nos gusta correr sobre el camino abierto por Serafina, no sólo por sus ideas, su trabajo por las mujeres, sino también por no someterse al imperio de la norma, dejando en la memoria su figura ostentosamente autónoma acompañada de una mujer: Honoria, “su compañera inseparable”. La clave no es la existencia -o no- del roce del cuerpo privado, sino el gesto público transgresor de ser lo que una quiere ser.⁴ (Aireana, 2007, p. 3, prólogo).

⁴ Tradução: Há dois anos, buscávamos um nome para o espaço cultural feminista que, desde Aireana. Grupo pelos direitos das lésbicas, queríamos criar. Desejávamos um nome que identificasse o espaço como feminista, porque o feminismo é nossa opção política a partir da qual promovemos a mudança social. Nosso nome deveria refletir o que ofereceríamos à sociedade assuncena: um espaço para nos expressarmos em liberdade, a partir do qual promover a proposta feminista. [...] Escolhemos ela porque gostamos de fazer parte de uma história em que, nos primeiros parágrafos, há uma mulher que decide sua vida apesar dos olhares das pessoas. Gostamos de correr pelo caminho aberto por Serafina, não apenas por suas ideias, por seu trabalho pelas mulheres, mas também por não se submeter ao império da norma, deixando na memória sua figura ostensivamente autônoma, acompanhada de uma mulher: Honoria, “sua companheira inseparável”. A chave não é a existência – ou não – do contato do corpo privado, mas o gesto público transgressor de ser o que se quer ser (Aireana, 2007, p. 3, prólogo).

Além da nomeação, ao longo das duas últimas décadas, a fotografia de Serafina (Figura 1) também tem sido usada como este gesto público transgressor. Seu uso ultrapassa uma simples representação, constituindo-se como forma de ressignificação da história da advogada. Inicialmente concebida como um retrato histórico, o registro foi transformado por meio de modificações e releituras artísticas que reforçam a identidade e o compromisso político do *Aireana*. Um exemplo marcante desta apropriação é a primeira versão da logo do *Centro Cultural La Serafina* (Figura 2). Posteriormente, essa iconografia foi incorporada em outro projeto do grupo: o rótulo da cerveja artesanal vendida no bar, com o *slogan* “*la cerveza más sáfica del mundo*” (Figuras 3, 4 e 5). Além destas manifestações, a presença da fotografia é constantemente reforçada nas redes sociais do *Aireana*, em que várias imagens de Serafina são replicadas e compartilhadas (Figura 6), ampliando seu alcance e diálogo com o público atual.

Figura 02 - Primeira logo do *Centro Cultural Feminista La Serafina*



Fonte: Arquivo Ludmila Müller. Assunção, 13 out. 2024.

Figura 03 - Ilustração de Serafina Dávalos pelo grupo Aireana



Fonte: Aireana – Grupo por los derechos de las lesbianas. [Imagem publicada no Facebook]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=536698305217084&set=pb.100066307583337.-2207520000>> . Acesso em: 12 ago. 2025..

Figura 04 - Ilustração de Serafina Dávalos para o lançamento da cerveja artesanal do Aireana



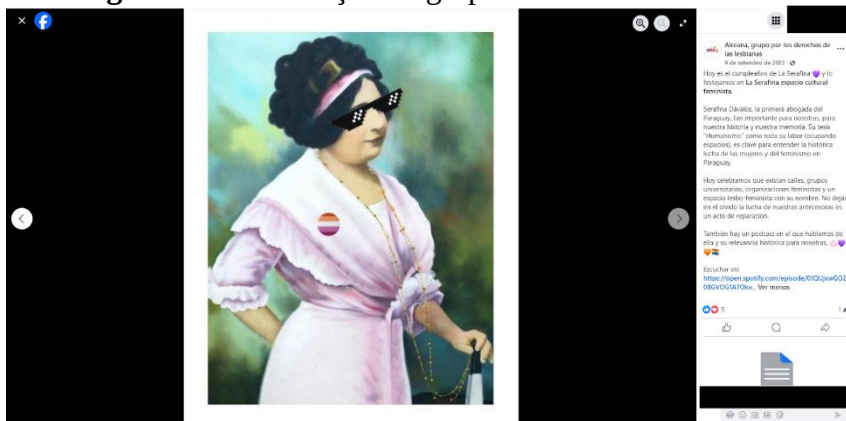
Fonte: Aireana – Grupo por los derechos de las lesbianas. [Publicação no Instagram]. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DCRfgWWRhb9/?igsh=MXhkdmgwdHY2cDc0cA>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

Figura 05 - Cerveja artesanal do Aireana



Fonte: Arquivo Ludmila Müller. Assunção, 13 out. 2024.

Figura 06 - Publicação do grupo Aireana no Facebook



Fonte: Aireana – Grupo por los derechos de las lesbianas. [Imagem publicada no Facebook]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/aireana.laserafina/photos/pb.100066307583337.-2207520000/3554785971414981/?type=3>> . Acesso em: 12 ago. 2025.

Um “Universo Serafina”

A partir de seu uso contemporâneo através do *Aireana*, o registro em questão (Figura 1) pode ser entendido como uma fotografia pública. Para Ana Maria Mauad (2013), este conceito se adquire justamente por se associar às funções de representação de diferentes formas de poder na cena pública. Mais do que um simples registro, ele é mobilizado como narrativa visual, contribuindo para a construção de significados políticos e culturais no âmbito da memória coletiva. São nas formas de agenciamento da fotografia pública que se revela seu potencial de acionar memórias em disputa em torno de representações históricas sobre figuras

ou eventos passados (Mauad, 2013). A imagem de Serafina ilustra este processo a partir da sua reapropriação em produções visuais do grupo, transformando-a em um símbolo de resistência e afirmação identitária. Trata-se de um agenciamento político da imagem que desafia narrativas hegemônicas, voltadas para a visibilização de uma história lésbica.

Essas transformações também podem ser analisadas a partir do conceito de pós-fotografia, formulado por Joan Fontcuberta (2012). Segundo o autor, este princípio se caracteriza pela não centralidade do ato fotográfico e da própria câmera, deslocando a atenção para os processos de apropriação, edição e ressignificação das imagens. Neste contexto, o autor e o dispositivo (a câmera) deixam de ser os elementos principais da fotografia, e a imagem passa a existir em um ecossistema visual permeado por tecnologias digitais, circulação em redes e multiplicidade de usos (Fontcuberta, 2012). As produções visuais digitais inspiradas na fotografia de Serafina, como a primeira logo do *Centro Cultural La Serafina* (Figura 2), a logo da cerveja artesanal do grupo *Aireana* (Figuras 3, 4 e 5) e publicações com colagens sob a imagem restaurada (Figura 6) são exemplos dessa lógica. Embora derivam de um mesmo retrato, cada versão carrega uma estética particular e usos distintos, embora sempre seguindo alguns elementos, como a posição corporal de Serafina e a disposição de seu cabelo preso em uma faixa que o atravessa.

Para André Rouillè (2009), o processo de ressignificação de uma fotografia-documento jamais existe de forma isolada ou em relação direta e imutável com aquilo que representa. Ao contrário, está sempre situada em uma rede de relações simbólicas e materiais, regulada por transformações e conduzida por fluxos de significados que se encontram em constante movimento. Assim, a fotografia, quando retirada de seu contexto original, deixa de ter um único referente estável, podendo assumir uma pluralidade de sentidos de acordo com o uso e a interpretação a que é submetida. Este fenômeno é ilustrado por exemplos recorrentes na imprensa, nos quais fotografias são acompanhadas de legendas que podem ou não corresponder ao contexto original da cena retratada, produzindo assim múltiplas leituras (Rouillè, 2009). A fotografia de Serafina (Figura 1), neste sentido, também se revela como um objeto dinâmico, cuja significação não é fixa, mas constantemente reelaborada conforme a intencionalidade que a orienta.

Como aponta Josep Català (2005), no regime visual contemporâneo, as imagens também são dificilmente percebidas de maneira isolada. Mesmo aquelas concebidas originalmente de forma autônoma passam a integrar constelações visuais mais amplas, seja pela justaposição com outras imagens em diferentes suportes e plataformas, seja pela forma

como o olhar do espectador as conecta e reinterpreta em diálogo com seu repertório cultural. A partir deste deslocamento, as obras que pertenciam à lógica da “imagem fechada” são continuamente recontextualizadas, adquirindo novos sentidos em redes de circulação que ultrapassam seu tempo e lugar de origem (Català, 2005).

Essa dinâmica pode ser observada nos exemplos que o próprio Català utiliza. Como o caso de *Mona Lisa*, de Leonardo da Vinci, afirmando que a obra permanece em seu lugar, intocável, no Louvre, como referência das versões que surgem por todas as partes, formando um movimento radial e pluridimensional, já que essas versões não se limitam a um único registro. Assim, forma-se um universo da *Mona Lisa*, que emerge da imagem original fechada e que representa a materialização de um diálogo no imaginário, reinterpretando incessantemente esse universo. Neste sentido também podemos pensar na fotografia icônica de Che Guevara, *Guerrillero Heroico*, tirada por Alberto Korda em 1960. Esta imagem também transcende seu contexto histórico original para se tornar um ícone global, tornando-se uma representação visual de revolução e resistência. Um fenômeno semelhante ao de Serafina, em termos de comparação, ocorre com a imagem de Frida Kahlo (1907 - 1954). A reprodutibilidade e circulação da figura da artista mexicana em ambientes digitais, como discutido por Heloisa de Oliveira Moutinho (2021), levaram-na a ser apropriada por diferentes grupos e estéticas, muitas vezes com intervenções gráficas, colagens e manipulações que articulam sua figura às lutas feministas e LGBTQIA+. Trata-se de um processo no qual o ato de reapropriar não apenas mantém viva a imagem original, mas também a expande em significados, permitindo que novos públicos se conectem a ela a partir de seus próprios referenciais culturais (Moutinho, 2021).

Considerações finais

A fotografia-documento de Serafina Dávalos, discutida neste artigo, ultrapassou sua função inicial ao ser apropriada e ressignificada pelo *Aireana*. Essa transição da imagem de um documento fixo do passado, ou uma “imagem fechada” para uma “imagem aberta” revela o poder da cultura visual em ampliar o espaço para novas interpretações, que dialogam com o presente e renovam narrativas históricas. Cria-se, portanto, o que podemos chamar de “Universo Serafina”, um conjunto de interpretações, reinvenções e usos que superam a materialidade do retrato original. Assim como ocorre com outras figuras emblemáticas, a imagem de Serafina tornou-se um grande ícone para as lésbicas do Paraguai, articulando

passado e presente, memória e resistência, e contribuindo para a afirmação da identidade lésbico-feminista no país.

Em um contexto de violência e desamparo estatal, marcado pela ausência de reconhecimento legal de casamentos homoafetivos e pela inexistência de leis contra a discriminação LGBTQIA+ (Guinea, 2021), este deslocamento permite que a imagem deixe de ser apenas um registro fotográfico e se converta em uma ferramenta de transformação social. Ao inserir-se em intervenções culturais, que ampliam seu alcance e significado, este símbolo político torna-se um dispositivo pela visibilidade de trajetórias lésbicas e da luta pelo direito de existir.

Fontes

Fontes orais

DÁVALOS, Rosemary. Entrevista concedida à Ludmila Müller. 11 out. 2024.

GUINEA, Rosa Posa. Entrevista concedida à Ludmila Müller. 15 out. 2024.

Referências

AIREANA - GRUPO POR LOS DERECHOS DE LAS LESBIANAS. Prólogo. *In*: DÁVALOS, Serafina. **Humanismo**. Assunção: Centro de Documentación y Estudios (CDE), 2007, p 3-4.

BREZZO, Liliana M. El historiador y el general: imposiciones y disensos en torno a la interpretación pública de la historia en Paraguay. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2014.

CATALÁ, Josep. **La imagen compleja**: la fenomenología de las imágenes en la era de la cultura visual. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Fontcuberta, Joan. **A câmera de pandora**: a fotografia depois da fotografia. Tradução: Maria Alzira Brum. São Paulo: Editoria G. Gilli, 2012.

GUINEA, Rosa Posa. Discriminación por orientación sexual, identidad y expresión de género: Somos fuerza, resistencia y comunidad aun sin un Estado garante de derechos. *In*: **Derechos Humanos Paraguay 2021**, 1.ed., Asunción: Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay (Codehupy).

JUNIOR, Arnaldo Lucas Pires; IZECKSOHN, Vitor. Juan Bautista Alberdi, a Guerra do Paraguai e os Revisionismos Históricos. **Diálogos**, v. 24, n. 3, 2020.

MAKARAN, Gaya. La imagen de la mujer en el discurso nacionalista paraguayo. Latinoamérica. **Revista de estudios latinoamericanos**, n. 57, p. 43-59, 2013.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura visual, em perspectiva histórica. **Revista Brasileira de História da Mídia**. Piauí. Volume 2, n° 2, 2013.

MONGES, Alma Concepcion. **Pela igualdade das mulheres**: o liberalismo radical de Serafina Dávalos. Anais do 21º Congresso Brasileiro de Sociologia, 2023.

MOUTINHO, Heloisa de Oliveira. A reprodutibilidade da imagem de Frida Kahlo: Um olhar sob a pós-fotografia. In: BARCELLOS, Jefferson; GIACOMELLI, Fabio; GUIMARÃES, Denise; MARGADONA, Laís; MARQUES, José Carlos (Org.). **Instantes Revelados: da fotografia ao esporte**. Portugal: Ria Editorial, 2021, p. 83-108.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 12, p. 270-283, 2011.

POTTHAST, Barbara. La mujer en la Historia del Paraguay. In: TELESCA, Ignacio. **Historia del Paraguay**. Asunción: Taurus-Santillana, 2011.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: entre documento e arte contemporânea. Tradução: Constança Egrejas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

SILVA, Tamy Amorim da. **Decir nuestra palabra**: discursos feministas no Paraguai (1986-2004). Tese de Doutorado: UFSC. 2023.

SOTO, Clyde; BAREIRO, Line; MONTE, Mary. **Alquimistas - Documentos para otra historia de las mujeres**. Asunción: CDE, 1993.

Representações da AIDS na comunidade lésbica: uma análise das tirinhas de 1987 em *O Essencial de Perigosas Sapatas*

Representations of AIDS in the Lesbian Community: An Analysis of 1987 Strips from Dykes to Watch Out For

Camilly Lopes Santos¹, UFBA

Úrsula Duarte Graf Lichnowsky², UNIRIO

Resumo

O artigo analisa como a HQ *O Essencial de Perigosas Sapatas*, de Alison Bechdel, representou a epidemia de AIDS nos Estados Unidos a partir de duas tirinhas publicadas em 1987. Utilizando tabelas de representação da imagem, o estudo evidencia de que modo os quadrinhos abordaram estigmas, invisibilização e discursos de prevenção ligados à comunidade lésbica na década de 1980. A pesquisa articula História e Ciência da Informação, tratando a HQ como documento cultural e informacional, capaz de registrar debates políticos, sociais e sanitários do período. Os resultados apontam que, ao problematizar a exclusão das lésbicas das estatísticas e políticas de saúde, Bechdel contribuiu para a visibilização de experiências negligenciadas, ao mesmo tempo em que reforçou a importância de análises interdisciplinares sobre gênero, sexualidade e memória da crise da AIDS.

Palavras-chave: História em quadrinhos; Representação da imagem; Lesbianidade; AIDS.

Abstract

The article analyzes how Alison Bechdel's comic book *Dykes to Watch Out For* represented the AIDS epidemic in the United States through two strips published in 1987. Using tables of image representation, the study highlights how the comic addressed stigma, invisibility, and prevention discourses related to the lesbian community during the 1980s. The research articulates History and Information Science, treating the comic as both a cultural and informational document capable of recording the political, social, and sanitary debates of the period. The results indicate that, by problematizing the exclusion of lesbians from health statistics and policies, Bechdel contributed to the visibility of neglected experiences while reinforcing the importance of interdisciplinary analyses on gender, sexuality, and the memory of the AIDS crisis.

Keywords: Comic books; Image representation; Lesbianism; AIDS.

Introdução

A história em quadrinhos *O Essencial de Perigosas Sapatas*, da cartunista norte-americana Alison Bechdel, reúne as tirinhas originalmente publicadas em jornais entre 1983 e 2008. A obra acompanha um grupo de personagens lésbicas, bissexuais e transgêneros — Mo,

¹ Discente do Curso de Arquivologia do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA). E-mail: camilysantos@ufba.br

² Discente do Curso de Licenciatura em História do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CCH/UNIRIO). E-mail: ursulagraf@edu.unirio.br

Lois, Ginger, Sparrow, Clarice e Toni — que, ao longo de mais de duas décadas, discutem de forma crítica e bem-humorada temas centrais à vida cotidiana. Entre os assuntos abordados estão sexualidade, relacionamentos afetivos e familiares, maternidade homoafetiva, questões de gênero, ativismo feminista e LGBTQIA+ (lésbica, gay, bissexual, transsexual, queer, intersexo, assexual e outras identidades), além de debates políticos e culturais que marcaram o período.

Dentre as 390 tirinhas que compõem a primeira edição de *O Essencial de Perigosas Sapatas*, traduzida e publicada no Brasil em 2021, este estudo estabelece como recorte analítico duas tirinhas específicas: “Negócio arriscado – parte 1” e “Negócio arriscado – parte 2”, ambas publicadas originalmente em 1987, nos Estados Unidos. Nessas narrativas, as personagens discutem criticamente a forma como mulheres lésbicas eram classificadas como “grupo de baixo risco” em relação à contaminação pelo vírus da AIDS, evidenciando o estigma, a desinformação e a invisibilização que marcaram o debate sobre a epidemia no período.

O artigo parte do seguinte problema de pesquisa: De que forma a análise das tirinhas da HQ *O Essencial de Perigosas Sapatas*, de Alison Bechdel, por meio de tabelas de representação de imagem, descrição e contextualização histórica, pode revelar como elas representaram e fomentaram debates sobre a AIDS na comunidade lésbica nos anos 1980?

Com base nessa questão, definimos como objetivo geral conhecer, a partir de tabelas de representação de imagem, descrição e contextualização histórica, como as tirinhas da HQ *O Essencial de Perigosas Sapatas*, de Alison Bechdel, representaram e fomentaram debates sobre a AIDS na comunidade lésbica nos anos 1980. Para alcançar esse objetivo, estabelecemos três objetivos específicos: contextualizar historicamente as representações encontradas, relacionando-as ao cenário político, social e sanitário dos EUA na década de 1980; interpretar as tirinhas selecionadas por meio de tabelas de análise de imagem, identificando elementos gráficos e narrativos relevantes; e, por fim, descrever o conteúdo das tirinhas, destacando pontos de acesso, símbolos e referências culturais.

Este artigo justifica-se, do ponto de vista acadêmico, pela escassez de trabalhos que discutam a presença da AIDS em narrativas lésbicas, em especial no campo das histórias em quadrinhos. Grande parte da produção científica sobre a epidemia concentrou-se em representações ligadas à experiência masculina gay, o que acabou reforçando a invisibilização da vivência lésbica, tanto nas políticas de saúde quanto nas representações culturais. Ao tomar como objeto a HQ *O Essencial de Perigosas Sapatas*, de Alison Bechdel, busca-se contribuir

para a ampliação desse debate, evidenciando como a autora tratou, ainda na década de 1980, temas relacionados ao risco, ao estigma e à prevenção em uma comunidade frequentemente marginalizada pelo poder público.

Além disso, a escolha dessa HQ também se justifica pela sua amplitude histórica e temática. Publicada entre 1983 e 2008, a coletânea acompanha transformações políticas, sociais e culturais que vão da epidemia de AIDS às disputas eleitorais nos Estados Unidos, incluindo o avanço do conservadorismo religioso e diversas outras questões que marcaram o período. Ao longo de mais de duas décadas, Bechdel constrói, a partir de personagens LGBTQIA+, um retrato do cotidiano que dialoga com temas centrais da história recente. Essa diversidade temática faz de *O Essencial de Perigosas Sapatas* uma fonte relevante para pesquisas interessadas na relação entre cultura, política e representações sociais, reforçando seu potencial como objeto de estudo interdisciplinar.

Dessa forma, o trabalho se fundamenta na interdisciplinaridade entre História e Ciência da Informação. A História oferece os referenciais para a contextualização política, social e sanitária da epidemia de AIDS nos Estados Unidos, permitindo compreender os fatores que levaram à invisibilização da experiência lésbica nesse período. Já a Ciência da Informação orienta a análise documental e imagética, a partir de procedimentos como a representação da imagem, a descrição e a organização das informações presentes nas tirinhas. Essa perspectiva interdisciplinar possibilita tratar a HQ não apenas como expressão artística e cultural, mas também como documento histórico e informacional, capaz de mostrar como a AIDS e a lesbianidade foram discutidas e, ao mesmo tempo, invisibilizadas.

O presente artigo é de natureza básica (Gil, 2002), pois tem como finalidade a produção de novos conhecimentos no campo das lesbianidades e da representação da imagem, sem visar à aplicação prática imediata dos resultados. Quanto à abordagem, trata-se de um estudo qualitativo (Gil, 2002), direcionado à interpretação de discursos, imagens e representações sociais presentes na HQ *O Essencial de Perigosas Sapatas*, de Alison Bechdel. Buscamos realizar uma contextualização histórica, relacionando as tirinhas à epidemia de AIDS na década de 1980, nos Estados Unidos, bem como às dimensões políticas, sociais e sanitárias do período, com destaque para a invisibilização da experiência lésbica nas políticas e práticas de saúde.

Além disso, a investigação apresenta caráter exploratório e descritivo (Gil, 2002). É exploratória porque se insere em um campo ainda pouco discutido na produção acadêmica brasileira, ao abordar a temática da AIDS na comunidade lésbica a partir de narrativas em

quadrinhos. É descritiva porque se dedica a registrar e analisar fatos e fenômenos presentes nas tirinhas, como as discussões sobre o risco de transmissão da AIDS entre mulheres lésbicas, a classificação dessas relações como de “baixo risco”, as práticas de prevenção e a invisibilização dessas experiências nas políticas de saúde da década de 1980.

Sendo assim, o corpus central é composto pela HQ *O Essencial de Perigosas Sapatas*, coletânea que reúne tirinhas originalmente publicadas entre 1983 e 2008 e que se consolidou como uma das principais referências de representação lésbica no período. Para esta pesquisa, selecionamos duas tirinhas publicadas em 1987 que tratam diretamente da AIDS e evidenciam discussões sobre a possibilidade de transmissão entre mulheres lésbicas e a problematização do rótulo de “baixo risco” que lhes era atribuído.

Para orientar a análise, foram utilizadas tabelas de representação de imagem, descrição e contextualização histórica. Esse procedimento permitiu identificar elementos gráficos e narrativos significativos, descrever os conteúdos e símbolos recorrentes e relacioná-los às transformações sociais e culturais da época. Assim, a metodologia adotada possibilitou compreender de que modo as tirinhas de Alison Bechdel fomentaram debates sobre a AIDS na comunidade lésbica durante a década de 1980, e como a análise por meio de tabelas de representação de imagem, descrição e contextualização histórica evidenciou esses aspectos.

Desse modo, o artigo está estruturado em quatro partes. A introdução apresenta o objeto de estudo, a HQ *O Essencial de Perigosas Sapatas*, de Alison Bechdel, delimitando o recorte analítico das tirinhas de 1987, a questão de pesquisa, os objetivos e a fundamentação metodológica, com destaque para a articulação entre História e Ciência da Informação.

Em seguida, a contextualização histórica, insere a obra de Bechdel no cenário dos Estados Unidos da década de 1980, marcado pela epidemia de AIDS, pelo estigma social e pela invisibilização das experiências lésbicas nas políticas públicas, além de recuperar o papel desempenhado pelo ativismo comunitário.

A terceira parte, dedicada à seção de interpretação das tirinhas, realiza a análise documental das narrativas selecionadas, utilizando tabelas de representação da imagem para explorar aspectos gráficos, textuais e simbólicos que problematizam o rótulo de “baixo risco” atribuído às lésbicas. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os resultados centrais, ressaltando a importância da HQ como documento cultural e informacional que conferiu visibilidade à experiência lésbica em meio à crise da AIDS e apontando caminhos para futuras pesquisas sobre gênero, sexualidade e representações culturais.

Contextualização histórica

A cartunista norte-americana Alison Bechdel nasceu em 1960 e formou-se em Artes Visuais e História da Arte pelo Oberlin College em 1981. No início da década de 1980, enquanto trabalhava em escritórios em Nova York, começou a desenhar personagens inspiradas em sua vivência e em seus círculos sociais. Um desses esboços, a imagem de uma mulher nua segurando uma cafeteira, intitulada *Marianne, dissatisfied with the breakfast brew*, deu origem à série *Dykes to Watch Out For* (em português, *O Essencial de Perigosas Sapatas*, publicado no Brasil em 2021) (Bechdel, s.d.). A primeira tira foi publicada em 1983 no jornal feminista *WomaNews*, onde Bechdel atuava como voluntária.

Com o tempo, as histórias evoluíram de quadros isolados para narrativas seriadas com personagens fixos, ganhando maior visibilidade com as coletâneas lançadas pela editora Firebrand Books a partir de 1986 (Arengo, 2024). Nesse mesmo período, a cartunista consolidava sua carreira em meio à emergência da epidemia de AIDS, contexto marcado por estigmas, desinformação e pela invisibilização das experiências lésbicas, que atravessou sua produção artística e se refletiu em diversas tirinhas da série.

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida ou AIDS, na sigla em inglês, é causada pela infecção com o vírus HIV, é, hoje, amplamente conhecida e divulgada, resultado de décadas de campanhas de prevenção, avanços científicos e de ações dos movimentos sociais. Apesar de ainda existir tabu em torno da doença e das pessoas que vivem com o vírus, a percepção social mudou significativamente em relação aos primeiros anos da epidemia, quando predominavam o medo e o desconhecimento, além do preconceito e da associação do vírus às práticas sexuais de pessoas LGBTQIA+, especialmente de homens cis gays. Já não se vive o clima de desespero que marcou o passado, especialmente nos anos 1980 e 1990, apesar disso, as relações sexuais entre mulheres e outras pessoas com vulva permanecem sem mecanismos de proteção adequados e acessíveis.

Além disso, essa invisibilização reforça barreiras no acesso a informações e serviços de saúde adequados, dificultando a prevenção efetiva do HIV entre lésbicas. Daly e Strachan (2016) destacam que essas mulheres frequentemente enfrentam estigma e discriminação tanto no sistema de saúde quanto na sociedade, o que aumenta sua vulnerabilidade ao vírus. A ausência de dados epidemiológicos específicos e a falta de campanhas direcionadas reforçam a falsa ideia de que estão isentas de risco, contribuindo para a negligência em reconhecer e atender suas necessidades de saúde sexual.

Dessa forma, a HQ “Perigosas Sapatas” desempenha um papel fundamental ao abordar, de forma acessível e crítica, temas como a vulnerabilidade das mulheres lésbicas e bissexuais à AIDS e o estereótipo associado ao rótulo de “baixo risco”. Ao trazer essas discussões para o cotidiano de suas personagens, a obra contribui para a visibilidade de uma comunidade frequentemente ignorada nas políticas e práticas de saúde pública. Além disso, ela promove a conscientização sobre os riscos reais e específicos enfrentados por essas mulheres, desafiando concepções equivocadas e fortalecendo o diálogo sobre prevenção e cuidados dentro do universo lésbico.

Segundo Laura A. Belmonte (2021), a epidemia de AIDS nos Estados Unidos emergiu no início da década de 1980, quando casos de uma nova e grave síndrome começaram a ser identificados, afetando majoritariamente homens gays, ainda que não de forma exclusiva. Em um primeiro momento, a causa da síndrome era desconhecida e, envolta em forte estigma, foi rapidamente associada pela imprensa e pela opinião pública à homossexualidade masculina, reforçando preconceitos e marginalização (Belmonte, 2021).

De acordo com Lima (2017), o avanço da epidemia está diretamente ligado ao cenário político da época e à falta de informação adequada para a população. Em 1983, os Estados Unidos já registravam mais de 2.000 diagnósticos e mais de 800 mortes. A partir de então, foram organizadas vigílias e marchas simultâneas em diversos países, com o objetivo de chamar atenção para a crise sanitária e para a necessidade de ação coordenada. A *International Gay Association* (IGA) incorporou a luta contra a AIDS à sua agenda, denunciando propostas discriminatórias e combatendo o discurso alarmista conhecido como “histeria da AIDS” que se disseminava em várias partes do mundo. Esse engajamento também se articulou com campanhas mais amplas de direitos humanos, buscando incluir a pauta LGBTQIA+ em organismos internacionais como a ONU e a Anistia Internacional (Belmonte, 2021).

No plano internacional, 1987 foi também um período de fortalecimento da articulação entre militantes de diferentes países. Marchas, conferências e manifestações passaram a reivindicar não apenas o combate à epidemia, mas também o reconhecimento da AIDS como uma questão global de direitos humanos. A mobilização daquele período estabeleceu as bases para estratégias de enfrentamento mais coordenadas, combinando a luta contra o estigma e a discriminação com a defesa do acesso universal à prevenção e ao tratamento (Belmonte, 2021).

Apesar de serem classificadas como “baixo risco” e muitas vezes invisibilizadas nas estatísticas, as lésbicas também foram impactadas pelo estigma e pelas respostas políticas à AIDS. Em 1986, a International Gay Association alterou seu nome para International Lesbian and Gay Association (ILGA) e criou uma secretaria específica para mulheres, reconhecendo a participação e a liderança lésbica nas ações de enfrentamento à epidemia e na defesa de direitos. Segundo Belmonte (2021), esse reconhecimento institucional refletia uma atuação concreta. Nos Estados Unidos, grupos e coletivos de lésbicas engajavam-se em campanhas de prevenção, na produção e disseminação de informações de saúde sexual voltadas para mulheres, em ações de arrecadação de recursos e no cuidado direto de pessoas vivendo com HIV/AIDS, especialmente homens gays abandonados por suas famílias ou pelo sistema de saúde.

Outra ideia equivocada difundida na época afirmava que a síndrome afetaria exclusivamente homens gays, o que levou à sua designação como “câncer gay”. Essa suposição nunca teve fundamento científico sólido e foi amplamente influenciada por preconceitos e falta de informação. Entre as consequências inesperadas dessas falsas crenças, a literatura aponta que tanto gays quanto heterossexuais acreditavam estar protegidos da doença (Lima, 2017). Esses mitos resultaram na contaminação e morte de milhares de pessoas. Além disso, contribuíram para o estigma direcionado a grupos inteiros, baseado em suas práticas sexuais, comportamentos e atitudes, frequentemente carregados de julgamentos moralistas e religiosos. Assim, a formulação de políticas específicas para enfrentar a AIDS só se tornou possível após intensa mobilização contra medidas discriminatórias nas duas primeiras décadas da epidemia (Lima, 2017).

Diante das incertezas e omissões governamentais, coube principalmente às comunidades diretamente afetadas, como a comunidade gay norte-americana e europeia, assumir o protagonismo no enfrentamento da epidemia. Essa atuação comunitária se manifestou por meio da pressão política, da organização de grupos de base e do uso estratégico das redes de comunicação (Lima, 2017).

Gabrielle Colangelo (2022) chama atenção para o fato de que, ainda hoje, lésbicas são frequentemente lembradas apenas como cuidadoras durante a crise da AIDS, destacadas somente pelo papel que tiveram no cuidado de homens gays. A autora assinala que embora o trabalho de assistência médica tenha sido uma parte fundamental do ativismo lésbico contra a AIDS, essa visão acaba apagando o impacto direto que a síndrome teve sobre a própria comunidade lésbica.

Em 1991, aproximadamente 40% das pessoas soropositivas para HIV e 12% dos pacientes com AIDS eram mulheres. Contudo, a definição de AIDS usada pelos *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC) era centrada na experiência masculina da doença, deixando de fora infecções que eram comuns entre mulheres com AIDS, como a Doença Inflamatória Pélvica e o câncer cervical (Colangelo, 2022). Dessa forma, 65% das mulheres com HIV morreram sem nunca terem recebido um diagnóstico formal de AIDS. Essas mulheres ficaram sem acesso a tratamentos essenciais, como cuidados de enfermagem domiciliar. A definição restritiva do CDC resultou em uma forte misoginia na medicina: os testes clínicos para o desenvolvimento de tratamentos contra HIV/AIDS excluía mulheres, sejam grávidas ou não. Assim, Colangelo (2022) busca enfatizar “[...] the critical role lesbians played in the AIDS crisis. Lesbians were caretakers, activists, lawyers, protestors, artists, and historians. They were everywhere.”³

Apesar das transformações no conhecimento científico e nas políticas públicas ao longo das últimas décadas, estudos contemporâneos evidenciam que pouco mudou em relação ao lugar da comunidade lésbica na resposta ao HIV/AIDS. Oliveira e Nery (2016), ao analisarem a literatura nacional e internacional sobre o tema, concluem que lésbicas seguem sendo rotineiramente negligenciadas pelo Estado, pesquisadores, profissionais de saúde e pela sociedade em geral no que se refere à prevenção e transmissão do HIV/AIDS. Essa negligência é sustentada por suposições heteronormativas, lacunas epidemiológicas e pela persistência do estigma, revelando a continuidade de um cenário de invisibilização que já se configurava no início da epidemia. Assim, da década de 1980 até meados da década de 2010, mantém-se um padrão histórico de exclusão que reforça vulnerabilidades e limita o acesso dessas mulheres a informações, cuidados e políticas adequadas.

Desde a publicação de Oliveira e Nery (2016), que já denunciavam a negligência estrutural sofrida pelas lésbicas no tocante à prevenção e transmissão do HIV/AIDS, a produção científica específica sobre o tema segue escassa. A busca por pesquisas posteriores revela um cenário em que os dados continuam fragmentados, frequentemente diluídos em estudos mais amplos sobre mulheres que fazem sexo com mulheres ou sobre a população LGBTQIA+ como um todo, sem atenção às especificidades lésbicas. Essa carência de informações atualizadas não é apenas uma limitação metodológica, mas também é, em si, um reflexo da invisibilização histórica desse grupo nas agendas de pesquisa, nas estatísticas epidemiológicas e nas políticas públicas.

³ O papel crucial que as lésbicas desempenharam na crise da AIDS. Lésbicas foram cuidadoras, ativistas, advogadas, manifestantes, artistas e historiadoras. Elas estavam em toda parte (Colangelo, 2022, tradução nossa).

Interpretação das tirinhas

O objetivo deste tópico é interpretar as tirinhas selecionadas por meio de tabelas de análise de imagem, identificando elementos gráficos e narrativos relevantes. Considera-se que a definição de imagem, conforme Smit (1996), abrange um vasto leque de documentos iconográficos, como ilustrações, pinturas, gravuras, cartazes, cartões postais e fotografias. No caso das histórias em quadrinhos, há ainda a especificidade de uma linguagem híbrida, que combina imagem e texto, motivo pelo qual serão observados ambos os aspectos: os elementos imagéticos e os textuais.

Partindo da concepção de que a imagem iconográfica pode ser considerada um documento, propõe-se aqui uma análise documental das tirinhas, em busca de descritores que auxiliem na contextualização histórica e evidenciam a relevância dos quadrinhos como fonte de informação. Como destacam Pavarina e Zafalon (2019),

a importância das imagens, quer sejam fotográficas, desenhadas ou pintadas, transcorre no processo de conhecimento sócio-histórico-cultural de uma determinada época, na qual podem ser resgatados fragmentos do que aconteceu em determinado momento, ou ainda como tentativa de dedução dos fatos por meio dos registros imagéticos; isso torna a imagem uma rica fonte de informação espaço-temporal (Pavarina; Zafalon, 2019).

Nesse sentido, as tabelas de análise desempenham papel fundamental, pois não apenas organizam os dados de forma sistemática, mas também permitem relacionar os elementos visuais e narrativos das tirinhas com o contexto social e político em que foram produzidas. Dessa maneira, contribuem diretamente para atender ao objetivo geral deste estudo.

A análise documentária da imagem, conforme apresentada por Smit (1996), apoia-se inicialmente na proposta de Panofsky, que distingue três níveis: o pré-iconográfico, que descreve objetos e ações representadas; o iconográfico, que aborda significados secundários, míticos ou simbólicos; e o iconológico, que interpreta a imagem em seu contexto sociocultural e histórico. Essa perspectiva, embora elaborada originalmente para obras renascentistas, foi posteriormente ampliada para outros suportes visuais, incluindo fotografias e histórias em quadrinhos, o que justifica sua aplicação neste trabalho.

Complementando essa proposta, Shatford (1986, *apud* Smit, 1996) acrescenta categorias de análise que distinguem aspectos específicos e genéricos da imagem, além do campo “SOBRE”, articulados por questões centrais como: quem, onde, quando e como/o quê. Bléry (1976, *apud* Smit, 1996) reforça a importância de uma descrição detalhada do conteúdo visual, enquanto Manini contribui ao introduzir a dimensão expressiva, relacionada à técnica e

aos recursos utilizados. Esses aportes teóricos ampliam as possibilidades de leitura e reforçam a pertinência de aplicar tais categorias também ao universo das histórias em quadrinhos, dado seu caráter narrativo, simbólico e sociocultural.

Em seu artigo, Pavarina e Zafalon (2019) organizaram esses referenciais teóricos em um quadro que sistematiza diretrizes para a análise imagética de histórias em quadrinhos. O modelo propõe a categorização do conteúdo informacional e da dimensão expressiva, distribuídos em níveis genérico e específico, além do campo “SOBRE”, quando pertinente. As categorias contempladas são: Narrador, Personagens, Espaço, Tempo e Ação, articuladas de modo a evidenciar tanto os elementos textuais quanto os visuais. A essas categorias soma-se a “Dimensão Expressiva” (DE), voltada à análise da representação visual, considerando técnicas, recursos gráficos e escolhas estéticas. Essa organização amplia a capacidade de interpretação das HQs, oferecendo um caminho metodológico claro e consistente para a análise das tirinhas de Alison Bechdel.

Nesse contexto, a escolha do quadro proposto por Pavarina e Zafalon (2019) justifica-se por se tratar de uma proposta metodológica recente, construída a partir de referenciais consolidados nos campos da representação da imagem, da análise documental e da semiótica. Além de dialogar com diferentes tradições teóricas, as categorias organizadas pelas autoras contemplam de forma abrangente os elementos específicos das histórias em quadrinhos, articulando aspectos visuais e textuais. Essa adequação torna o modelo especialmente pertinente para o presente estudo, ao permitir uma leitura sistemática das tirinhas selecionadas, preservando a complexidade da linguagem própria do gênero.

Para a aplicação do quadro de análise, serão utilizadas como objeto de estudo duas tirinhas que abordam a temática da AIDS no contexto da comunidade lésbica. Diferentemente de outros estudos que aplicam o modelo de análise a todo o volume da obra, este trabalho delimita sua aplicação às páginas selecionadas, concentrando-se especificamente no conteúdo das tirinhas escolhidas. Essa opção metodológica possibilita um aprofundamento mais rigoroso na identificação e interpretação dos elementos informacionais e expressivos presentes em cada tirinha, permitindo evidenciar de forma detalhada suas contribuições narrativas, simbólicas e contextuais.

Dessa forma, na HQ *O Essencial de Perigosas Sapatas*, o vírus da AIDS é abordado em diversas tirinhas da coletânea, com destaque para duas publicadas em 1987, que exemplificam a percepção da doença dentro da comunidade lésbica. As tirinhas selecionadas são complementares, sendo a segunda uma continuação direta da primeira.

Publicadas em um período em que a epidemia de AIDS gerava estigmatização e desinformação, especialmente em relação a grupos considerados de “baixo risco”, essas tirinhas refletem as preocupações e debates internos à comunidade lésbica, ao mesmo tempo em que evidenciam o papel das histórias em quadrinhos como veículo de registro e crítica sociopolítica. A escolha dessas tirinhas permite analisar de forma aprofundada como Bechdel articulou elementos visuais e narrativos para abordar questões de saúde, identidade e representação social, situando-as no contexto histórico dos anos 1980 nos Estados Unidos.

Figura 1 - Tirinha “Negócio arriscado – parte 1”



Fonte: Bechdel, 2021, p. 14.

Quadro 1 - Proposta de diretrizes para análise imagética de Histórias em Quadrinhos proposta por Pavarina e Zafalon (2019); Representação da tirinha “Negócio arriscado – parte 1”

Conteúdo Informacional				Dimensão expressiva
Categoria	DE Genérico	DE Específico	SOBRE	
Narrador		Onisciente	Após a personagem	Tirinha

Personagens	Duas amigas	Lois e Mo	Lois conta a suas experiências sexuais que teve durante uma viagem, sua amiga Mo julga a atitude irresponsável da amiga.	
Espaço	América	Estados Unidos		
Tempo	Século 20	1983		
Ação	Conversa	Amigas discutindo sobre o fato de mulheres lésbicas serem consideradas de baixo risco em relação à contaminação da AIDS.		

As diretrizes estabelecidas para a análise imagética de histórias em quadrinhos permitiram identificar como pontos de acesso os descritores “AIDS” e “baixo risco”. A partir deles, torna-se possível articular a interpretação da tirinha, integrando os elementos visuais e narrativos ao conteúdo textual. A descrição da primeira tirinha, intitulada “Negócio arriscado – parte 1”, a personagem Lois retorna de uma viagem e relata suas experiências sexuais em um festival. Mo, personagem central inspirada na própria autora, demonstra preocupação ao saber que Lois manteve relações com várias mulheres desconhecidas sem proteção. Mo enfatiza que, embora as lésbicas fossem consideradas um grupo de “baixo risco” em relação à contaminação pelo vírus, isso não as tornava imunes à doença, apontando que o comportamento de Lois foi imprudente. No entanto, Lois minimiza a advertência, afirmando que não poderia contrair AIDS em relações sexuais apenas com mulheres.

Figura 2 - Tirinha “Negócio arriscado – parte 1”.



Fonte: Bechdel, 2021, p. 15.

Quadro 2 - Proposta de diretrizes para análise imagética de Histórias em Quadrinhos proposta por Pavarina e Zafalon (2019); Representação da tirinha “Negócio arriscado – parte 2”

Conteúdo Informacional				Dimensão expressiva
Categoria	DE Genérico	DE Específico	SOBRE	
Narrador		Onisciente	Desconstrução do estigma do “baixo risco” do sexo entre mulheres e a necessidade de debate sobre a prevenção.	Tirinha
Personagens	Três amigas	Lois, Mo e Ginger		
Espaço	América	Estados Unidos		
Tempo	Século 20	1983		
Ação		Debate sobre sexualidade lésbica e risco de contaminação por HIV/AIDS; contraposição entre concepção social (“baixo risco”), experiência pessoal e explicação		

		científica.		

Na segunda tirinha, intitulado “Negócio arriscado – parte 2”, a descrição do conteúdo textual evidencia que a personagem Mo explica que a classificação de “baixo risco” atribuída às lésbicas está associada à ideia de que, em geral, praticam menos sexo casual. Contudo, ressalta que a conduta de Lois, ao envolver-se com múltiplas parceiras desconhecidas sem proteção, contradiz essa percepção de segurança. Nesse momento, a personagem Ginger passa a integrar a conversa, contrapondo a fala de Mo ao esclarecer que a AIDS é causada por um vírus. Ela acrescenta que, nas relações entre duas mulheres cis, a transmissão é considerada menos provável pela ausência de esperma, mas destaca que o risco não é inexistente, lembrando que Lois já havia transmitido outras infecções sexualmente transmissíveis a parceiras anteriores. Diante disso, as personagens concluem que é necessário começar a falar abertamente sobre o assunto, embora terminem ironizando que se trata de uma “nova preocupação” a ser incorporada ao cotidiano. Nessa tirinha, os pontos de acesso identificados são: AIDS; vírus; doenças sexualmente transmissíveis; sexo entre mulheres.

Esse estereótipo de “baixo risco” direcionado às lésbicas reflete a invisibilização epidemiológica que, historicamente, as excluiu das discussões sobre prevenção e tratamento do HIV. Tal exclusão decorre de suposições heteronormativas que assimilam as práticas sexuais de mulheres lésbicas e bissexuais às de mulheres heterossexuais, negligenciando comportamentos de risco específicos e revelando lacunas no conhecimento de profissionais de saúde acerca das demandas particulares dessa população (Daly; Strachan, 2016).

Assim, a interpretação dos elementos representados nas tirinhas, articulada à síntese do conteúdo textual e à extração dos pontos de acesso, permite evidenciar os aspectos narrativos mais relevantes. Essa sistematização servirá de base para a contextualização proposta no próximo capítulo, contribuindo para compreender como a HQ dialoga com os debates sobre AIDS no interior da comunidade lésbica.

Considerações finais

A análise das tirinhas “Negócio arriscado – parte 1” e “Negócio arriscado – parte 2”, da HQ *O Essencial de Perigosas Sapatas*, de Alison Bechdel, possibilitou compreender como

a obra dialogou criticamente com a epidemia de AIDS nos anos 1980, destacando, em especial, a invisibilização da experiência lésbica. O uso das tabelas de representação de imagem, descrição e contextualização histórica permitiu identificar elementos gráficos e narrativos que evidenciam, de um lado, a exclusão dessas mulheres das estatísticas e políticas de saúde, e, de outro, sua participação ativa na formulação de discursos de prevenção, cuidado e resistência.

Ao problematizar o rótulo de “baixo risco” atribuído às lésbicas, Bechdel expõe os limites de uma visão sobre a AIDS voltada quase exclusivamente para os homens gays e denuncia os efeitos de uma invisibilização construída tanto pela ciência quanto pelas políticas públicas. Suas tirinhas tornam visíveis vulnerabilidades específicas e desconstruem concepções equivocadas da época e que possuem reminiscências até hoje, abrindo espaço para reflexões sobre saúde sexual, estigma e direitos das mulheres que se relacionam com mulheres.

Dessa forma, *Perigosas Sapatas* assume relevância não apenas como expressão artística, mas como documento cultural e informacional. Ao articular cotidiano, política e sexualidade, a HQ registra experiências da comunidade lésbica e contribui para a compreensão dos processos sociais, culturais e sanitários da crise da AIDS. A pesquisa reforça, assim, a importância de análises interdisciplinares entre História e Ciência da Informação, demonstrando como os quadrinhos podem ser tratados como fontes documentais que ampliam as formas de registro e transmissão de saberes sobre gênero e saúde.

Além disso, o estudo evidencia que a invisibilização enfrentada pelas lésbicas nos anos 1980 permanece como um desafio contemporâneo, dado que pesquisas atuais continuam a apontar a negligência desse grupo em estatísticas, campanhas e políticas públicas relacionadas ao HIV/AIDS. Ao trazer esse debate para o campo acadêmico, o trabalho contribui para suprir lacunas de investigação e reafirma a necessidade de uma produção científica que contemple a diversidade das experiências lésbicas em diferentes contextos históricos.

Por fim, a partir da análise de duas tirinhas publicadas em 1987, foi possível evidenciar a complexidade com que Bechdel tratou a crise da AIDS e a experiência lésbica, ao mesmo tempo em que os resultados apontam para a pertinência de novas pesquisas que explorem outros momentos de sua obra, assim como produções de diferentes autoras e contextos culturais. Assim, investigações futuras poderão aprofundar a compreensão de como a experiência lésbica foi registrada em meio à crise da AIDS e de que modo essas

representações dialogam com debates atuais sobre saúde, gênero e sexualidade, contribuindo para enfrentar a permanência da invisibilização e fortalecer a produção de memória e conhecimento sobre essas trajetórias.

Fontes

BECHDEL, Alison. **O essencial de perigosas sapatas**. Trad. Carol Bensimon. São Paulo: Todavia, 2021.

Referências

ARENGO, Uma. An Interview with Alison Bechdel. **The Yale Literary Magazine**, nov. 2024. Disponível em: <<https://www.yalelit.com/home/arengobechdel-interview->>. Acesso em: 6 jul. 2025.

BECHDEL, Alison. Frivolous, Aimless Queries, [s.d.]. Disponível em: <<https://dykestowatchoutfor.com/frivolous-aimless-queries/>>. Acesso em: 6 jul. 2025.

BELMONTE, Laura A. **The International LGBT Rights Movement: A History**. New York, NY: Bloomsbury Academic, 2021.

COLANGELO, Gabrielle. **We Are Everywhere: lesbians in the archive**. 2022. Disponível em: <<https://onlineexhibits.library.yale.edu/s/we-are-everywhere/page/women-and-the-aids-crisis>>. Acesso em: 8 jul. 2025.

DALY, Felicity; STRACHAN, Sophie. Facing the facts: lesbian and bisexual women's vulnerability to HIV. **Sophia Forum**, 1 fev. 2016. Disponível em: <<https://sophiaforum.net/2016/02/01/facing-the-facts-lesbian-and-bisexual-womens-vulnerability-to-hiv/>>. Acesso em: 09 ago. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Allan Greicon Macedo. A atuação do movimento homossexual contra políticas discriminatórias e a pandemia de AIDS nos EUA na década de 1980. **III Semana de Relações Internacionais UFABC-UNIFESP**. São Paulo: Universidade Federal do ABC, 2017.

OLIVEIRA, Adélia Dalva; NERY, Inez Sampaio. Mulheres lésbicas no contexto do HIV/Aids: revisão integrativa. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, v. 10, n. 8, p. 3090–3100, 2016. DOI: 10.5205/1981-8963-v10i8a11380p3090-3100-2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11380>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

PAVARINA, E. C.; ZAFALON, Z. R. **Análise de imagens em histórias em quadrinhos: uma proposta**. In: ISKO BRASIL, 6., 2019. Anais [...] VI ISKO Brasil, 2019.

SMIT, J. W. **A representação da imagem**. *Informare*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996.

A utilização da estética *Lesbian Chic* pelo grupo estadunidense *Lesbian Avengers* durante os anos 1990

The usage of the *Lesbian Chic* aesthetic by the american group *Lesbian Avengers* during the 1990s

Mariana Gonçalves Ferreira¹, UFPR

Resumo

Os anos 1990, nos Estados Unidos, foram marcados por um processo de assimilação de determinados corpos lésbicos na mídia estadunidense. Tal fenômeno, chamado *Lesbian Chic*, se tornou uma forma de representação estética de mulheres lésbicas e uma imposição de novos padrões de comportamento e beleza sobre este grupo. No mesmo período, mulheres insatisfeitas com o silenciamento de lésbicas em organizações ativistas gays e feministas fundaram o grupo *Lesbian Avengers*, que buscava desenvolver uma forma criativa de ativismo político. Desta forma, este artigo busca analisar de que maneira a estética *Lesbian Chic* influenciou as práticas das ativistas do *Lesbian Avengers*, sendo possível observar que o grupo se apropriava e subvertia essas representações imagéticas, utilizando-as para recrutar novas participantes e atingir seu horizonte político de visibilidade.

Palavras-chave: Gênero e Sexualidade; Movimentos LGBTQI+; Movimentos Lésbicos.

Abstract

The 1990s in the United States were marked by a process of assimilation of certain lesbian bodies into American media. This phenomenon, called *Lesbian Chic*, became a form of aesthetic representation of lesbian women and an imposition of new standards of behavior and beauty on this group. During the same period, women dissatisfied with the silencing of lesbians in gay and feminist activist organizations founded the *Lesbian Avengers* group, which sought to develop a creative form of political activism. Therefore, this article aims to analyze how the *Lesbian Chic* aesthetic influenced the practices of the *Lesbian Avengers* activists, observing that the group appropriated and subverted these visual representations, using them to recruit new participants and achieve its political horizon of visibility.

Keywords: Gender and Sexuality; LGBTQI+ Movements; Lesbian Movements.

Introdução

Os anos 1990, nos Estados Unidos, foram marcados por um crescimento da representação midiática de mulheres lésbicas, principalmente na televisão, no cinema e nas revistas. Tal cenário, no entanto, não representou uma maior aceitação de mulheres homossexuais pelo público geral, nem uma melhora de seus direitos civis. Pelo contrário, esta estética, conhecida como *Lesbian Chic*, foi responsável pela imposição de novos padrões de

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Paraná.

comportamento e beleza sobre mulheres lésbicas, e acompanhada de um aumento das manifestações preconceituosas.

No mesmo contexto, em 1992, em Nova Iorque, mulheres insatisfeitas com o silenciamento de lésbicas em grupos ativistas gays e feministas, fundaram o grupo *Lesbian Avengers*, buscando aumentar a visibilidade de suas pautas. O grupo foi, na época, considerado parte de uma nova geração de ativistas feministas, marcada pelo uso do humor, da sensualidade, da mídia e pela grande vontade de ação, “applying to politics the very nineties Nike slogan: *Just do it.*”² (Bernikow, 1993). Uma de suas táticas era a utilização de representações imagéticas populares no período, incluindo aquelas que se encaixam na estética *Lesbian Chic*.

As produções de grupos ativistas lésbicos serviam não só como um canal de comunicação, mas também, como aponta Rob Cover (2002, p. 111), serviram para sanar a necessidade histórica da criação de uma comunidade política de uma minoria. Cover se utiliza do conceito de comunidades imaginadas, de Benedict Anderson para argumentar que a mídia impressa independente produzida por grupos gays e lésbicos foi importante para a formação da identidade desses grupos e de seu senso de comunidade, como demonstra no trecho:

In the case of the imagined lesbian/gay community, it is the lesbian/gay print media which effectively permit the circulation of the symbols (signifiers) such as 'pride', 'outness' and essential 'difference', imaged and imagined bodies, codes of desire and the desirable, trappings of identity-based lifestyle and consumption (Cover, 2002, p. 113)³.

Desta forma, o presente trabalho busca analisar a utilização de tais representações imagéticas pelo grupo, questionando de que maneira a estética *Lesbian Chic* influenciou e afetou as práticas das ativistas do *Lesbian Avengers* e formou seu senso de identidade. Considerando que, segundo Lipovetsky e Serroy (2015), após o triunfo do capitalismo artista, movimentos de vanguarda passaram a ser absorvidos pela ordem econômica, busca-se compreender a assimilação de lésbicas na mídia estadunidense como a criação de um novo mercado, a partir do qual este grupo, sua estética e até mesmo seu ativismo, passam de marginalizados à consumíveis. Tendo em conta ainda que, segundo os mesmos autores, o design produz e reproduz a cultura do momento histórico em que está inserido, busca-se

² Tradução: “aplicando à política o slogan da Nike, típico dos anos 1990: “Apenas faça”.

³ Tradução: “No caso da comunidade imaginada lésbica/gay, é a mídia impressa lésbica/gay que efetivamente permite a circulação de símbolos (significantes) como ‘orgulho’, ‘ser assumido’ e ‘diferença’ em si, corpos imagéticos e imaginados, códigos de desejo e desejável, adornos de um estilo de vida e consumo baseados na identidade.”

entender de que forma o grupo *Lesbian Avengers* se utilizou do fenômeno *Lesbian Chic* para atingir seus objetivos políticos.

W. J. T. Mitchell, autor do campo dos estudos da visualidade, entende as imagens não como objetos inertes sujeitos ao olhar de quem as analisa, mas como agentes que circulam, “desejam” e produzem efeitos, muitas vezes ultrapassando os objetivos ou expectativas de seus criadores. Em seu livro *Picture Theory* (1994), destaca que a imagem contemporânea é quase sempre acompanhada de texto, o que, portanto, infere a necessidade de considerar, ao analisá-la, o conjunto imagem-texto, observando a relação de constante influência de um sobre o outro. É o caso das imagens presentes neste trabalho que, no diálogo entre fotografias, logotipos, textos, tipografias e suportes, produzem significados, despertam memórias e sentimentos, criam identidades e delimitam apagamentos.

O trabalho será dividido em cinco partes. Na primeira, será feita uma contextualização da representação de mulheres sáficas na mídia estadunidense nos anos 1990 através do conceito de *Lesbian Chic*. Na segunda parte, será apresentado o grupo ativista *Lesbian Avengers*, seus objetivos e táticas. Na terceira, serão apresentadas campanhas promovidas pelo grupo *Lesbian Avengers*, que utilizaram a estética *Lesbian Chic* para recrutar novas membros. Na quarta seção, serão, em contraposição, analisados demais materiais do grupo, como seu manifesto, imagens e descrições de suas ações em Nova Iorque e São Francisco, que apontam o horizonte de radicalidade do grupo. Por fim, na conclusão, pretende-se estabelecer uma relação entre as análises dos diferentes materiais do *Lesbian Avengers*, a fim de entender de que maneira o grupo se relacionou com as representações midiáticas de mulheres lésbicas nos anos 1990.

***Lesbian Chic* — O novo, mas nem tão ousado, mundo das lésbicas**

O termo *Lesbian Chic* foi utilizado pela primeira vez em 1991, no livro *Odd Girls and Twilight Lovers*, por Lillian Faderman, para descrever o período de experimentação e repressão de mulheres lésbicas nos anos 1920 (Ciasullo, 2001, p.601). No entanto, nos anos seguintes da década de 1990, o termo passou a ser utilizado pela imprensa estadunidense, principalmente por revistas, para se referir à nova aparência adotada por mulheres lésbicas naquele período. Tal “mudança de aparência” é descrita no artigo de maio de 1993 da revista *New York*, intitulado *Lesbian Chic – The Bold, Brave, New World of Gay Woman*, que marca o início da obsessão midiática por essa categoria de mulheres, que passaria a ganhar visibilidade em filmes, programas de televisão e revistas. Ao descrever a vida em um bar

lésbico de Nova Iorque, o artigo fala sobre uma antiga geração de lésbicas, que não performava feminilidade e não se encaixava nos padrões heterossexuais de beleza, dando lugar a uma nova geração, jovem, feminina e sensual, como pode ser visto no trecho abaixo:

[...] a group of women in jeans and black leather, all with cropped hair [...] The Brooks Brothers woman and her lover leave, and are replaced by two 26-year-old women with the same scrubbed, girl-next-door good looks [...] These are the faces of a new generation of woman-woman who have transformed the lesbian image. (Ciasullo, 2001, p. 592-593)⁴.

O trecho da revista *New York* demonstra a principal característica das mulheres representadas pelo *Lesbian Chic*: eram magras, femininas, brancas, de classe média alta e *fashion*, ao passo que corpos desfeminizados, não-brancos, gordos, pobres e, no geral, fora do padrão de beleza, eram apagados. Além disso, a imagem representada era dessexualizada, de forma a ser palatável para audiências heterossexuais. Os casais, quando apareciam nas revistas, posavam com abraços carinhosos, sem uma verdadeira representação do desejo, como o famoso ensaio da cantora Melissa Etheridge e sua esposa Julie Cypher para a revista *Who*, em 1996, no qual anunciaram que teriam um filho enquanto posam em frente à sua piscina (Ciasullo, 2001, p. 586).

O *lesbian chic* era, em essência, uma tentativa de diminuir as tensões causadas pelos efeitos da epidemia de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) nos Estados Unidos, que escancarou a violência contra a população LGBT+ e inflamou os sentimentos homofóbicos. Derivados da luta contra a doença, muitas entidades do movimento gay, como o AIDS Coalition to Unleash Power (ACT UP), eram vistas como agressivas e perigosas. As lésbicas, por sua vez, eram erroneamente vistas como imunes ao vírus, o que as poupava, em parte, do discurso circundando o tema. Por conta disso, a ascensão da representação midiática de lésbicas nos anos 1990 representou uma tentativa de apaziguar as tensões que marcaram os anos 1980, tornando-as, através da feminilização, identificáveis e, portanto, consumíveis para o grande público. E, sendo consumíveis, tornavam-se, também, consumidoras. Buscou-se então, através da estética, igualar mulheres homossexuais e heterossexuais, promovendo, através do consumo, uma falsa sensação de aceitação, que incluía apenas aquelas que se encaixavam em padrões de beleza, raça e classe (Rand, 2013, p. 126). Inness argumenta que “By emphasizing that lesbians are beautiful, well-dressed, and born to shop... writers build up an image of lesbians being ‘just like us’ - or, in other words, ‘homosexual = heterosexual’”

⁴ Tradução: “(...) um grupo de mulheres em jeans e couro preto, todas com cabelo curto (...) A mulher usando Brooks Brothers e sua parceira saem, e são substituídas por duas mulheres de 26 anos com o mesmo visual limpo, comum e bonito (...) essas são as caras da nova geração de mulheres que se relacionam com mulheres que transformaram a imagem lésbica.”

(1997, p. 67)⁵, demonstrando, novamente, a tentativa de inserir mulheres lésbicas no mercado consumidor, bem como torná-las um produto a ser consumido.

No previamente citado artigo da *New York*, que descreve a cena noturna lésbica em 1993, um detalhe chama a atenção: uma das mulheres presentes no bar estaria usando uma camiseta com os dizeres *Boycott Colorado*. A camiseta fazia parte de uma campanha do grupo ativista *Lesbian Avengers*, que protestava contra a aprovação de leis homofóbicas no Colorado. A menção do grupo apenas como parte do vestuário é proposital: a representação lésbica neste período era fortemente despolitizada.

***Lesbian Avengers* — lésbicas comedoras de fogo**

O grupo ativista *Lesbian Avengers* surge, em 1992, a partir de dissidências de movimentos como *Woman for Woman*, ACT UP, entre outros, por considerarem que suas pautas estavam sendo deixadas de lado nesses grupos, voltados para mulheres heterossexuais ou homens gays. O objetivo de suas fundadoras era formar um grupo como nenhum outro, focado em realizar ativismo nas ruas e buscar por visibilidade. Buscavam novas estratégias, como o uso da mídia, da ironia e de ações diretas, sem uma linha teórica precisamente definida (Bernikow, 1993). Como mencionam em seu *Dyke Manifesto*, “*Lesbian Avengers believe in creative activism: loud, bold, sexy, silly, fierce, tasty, and dramatic. Arrest optional.*” (Moyer, 1993)⁶, o humor e a sensualidade representavam parte significativa de sua estratégia, além do foco em recrutar novas integrantes.

As ações do grupo deixam claro o uso da criatividade e da performance como estratégias. A primeira delas, ainda em 1992, consistiu em uma passeata com banda marcial até uma escola em Nova Iorque, com cartazes que diziam “Ask about lesbian lives”⁷, incentivando a inclusão de história *queer* no currículo das escolas públicas. Uma de suas ações notórias foi a realização de um memorial para duas vítimas de homofobia que tiveram a casa incendiada. Em protesto, as *Avengers* realizaram uma performance onde apagavam tochas com a boca, e diziam “The fire will not consume us. We take it and make it our own”⁸, feito que as tornou conhecidas como “lésbicas comedoras de fogo”. Outra importante realização foi a organização da *Dyke March*, que contribuiu para a criação de outras

⁵ Tradução: “Ao enfatizar que lésbicas são bonitas, bem-vestidas e nascidas para comprar... escritores construíram uma imagem de lésbicas como ‘iguais a nós’ - ou, em outras palavras, ‘homossexual = heterossexual.’”

⁶ Tradução: “Lesbian Avengers acreditam no ativismo criativo: alto, ousado, sensual, bobo, feroz, gostoso e dramático. Prisão opcional”.

⁷ Tradução: “Pergunte sobre vidas lésbicas”.

⁸ Tradução: “O fogo não vai nos consumir, nós o pegamos e o tornamos nosso”.

ramificações do grupo pelos Estados Unidos e pelo mundo. Todos esses feitos foram mencionados nas mídias locais, contribuindo para a visibilidade almejada pelo grupo (Leng, 2020, p. 113).

Avengers em meio ao Chic

Como parte de sua estratégia para aumentar a visibilidade do grupo e atrair novas membros, as *Lesbian Avengers* promoviam festas e outros eventos, que serviam também como arrecadação de fundos. Em pôsteres que convidavam para esses eventos, comumente eram reutilizadas imagens de campanhas de marcas e de filmes, contendo mulheres fisicamente atraentes, famosas e heterossexuais. É o caso do poster que mostra Pam Grier, com uma imagem retirada do filme *Coffy*, utilizando roupas sensuais e convidando para uma festa do grupo (figura 1). Da mesma forma, o poster que convida para a festa de ano novo de 1994/1995 mostra uma foto retirada de uma campanha da *Calvin Klein*, contendo a modelo Kate Moss e adicionando, à sua camisa branca, a logo do *Lesbian Avengers* (figura 2). A imagem contém os dizeres “pop your cherry” que, em tradução livre, significa “perca sua virgindade”, utilizando a sensualidade das modelos e a sugestão da frase como forma de atrair convidadas para o evento. A apropriação de uma campanha publicitária demonstra o desejo de apelar para o público-alvo de forma atrativa, aproveitando-se não só dos recursos das marcas e agências publicitárias, mas também de linguagens, imagens e personagens já conhecidos pelo público.

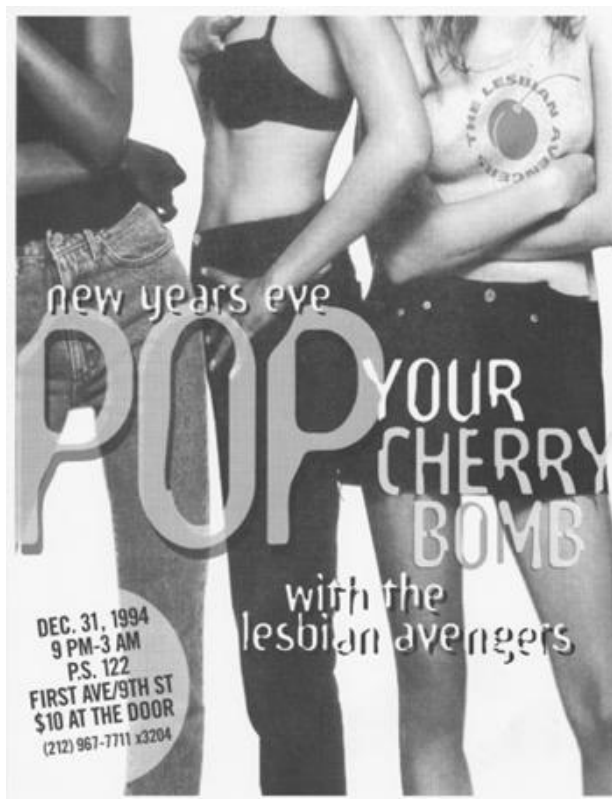
Figura 1 — Convite para festa do *Lesbian Avengers* contendo imagem da atriz Pam Grier



Fonte: (Moyer, [199?])⁹.

⁹ As imagens produzidas pelo grupo Lesbian Avengers nos Estados Unidos, conforme informado no site do grupo (www.lesbianavengers.com/rights_reproduction.shtml), podem ser utilizadas para fim de pesquisa.

Figura 2 — Convite para festa do *Lesbian Avengers* contendo imagem retirada de campanha da Calvin Klein com Kate Moss



Fonte: (Moyer, 1994).

Como argumenta E. J. Rand (2013), ambas as imagens apresentam corpos que não necessariamente são marcados como lésbicos ou *queer*, contendo, inclusive, celebridades sabidamente heterossexuais. Todas as mulheres representadas poderiam, facilmente, ser identificadas como heterossexuais, mas, aqui, estão sendo utilizadas como fonte de atração e identificação para mulheres lésbicas, corroborando com a ideia por trás da estética *lesbian chic*, que iguala corpos hétero e *queer*, como se, dissessem “se essas mulheres podem ser lésbicas, qualquer uma pode ser” (Rand, 2013, p. 132).

Além disso, principalmente no convite para a festa de ano novo, os corpos magros, em sua maioria brancos e tipicamente femininos reproduzem a estética típica das revistas dos anos 1990. A respeito da imagem de Pam Grier, a designer responsável pelos pôsteres, Carrie Moyer, disse:

Putting Pam Grier on a poster provoked a discussion about what kind of person it would bring to the group. I think we hoped it would attract women of color. It had a retro-flavor (Blaxplotation, etc). Everybody loves the 70s. Very (lesbian) campy. The sexy woman with a gun. Now I have a more analytical view of it -- this image

did a good job of attracting young white women (Moyer, Lesbian Avengers Documentary Project, [s.d.])¹⁰.

O trecho demonstra que, apesar do desejo do grupo de recrutar mulheres negras, a estética utilizada em seus pôsteres e ações era, muitas vezes, mais apelativa para mulheres brancas e jovens, público que se identificava com as mulheres representadas pela estética *lesbian chic*.

Como aponta Ciasullo, imagens de mulheres brancas eram dominantes na mídia do período, especialmente em ocasiões nas quais buscava-se representar mulheres lésbicas. A autora encontra apenas duas situações na mídia estadunidense dos anos 1990 em que aparecem mulheres negras lésbicas, sendo ambas em filmes com papéis secundários e personagens que não se encaixam no padrão de feminilidade (2001, p. 596). Devido à associação entre feminilidade e branquitude, mulheres negras não se encaixavam na imagem feminina que os veículos *mainstream* do período buscavam representar. O uso da imagem de Pam Grier pelo grupo em um anúncio cujo público-alvo eram mulheres lésbicas foi, neste contexto, uma exceção, ainda que continuasse se encaixando em outros marcadores do *lesbian chic*, como a feminilidade, a magreza e a sexualização. Apesar da tentativa de atrair mulheres negras para a militância com este anúncio, todo o contexto das imagens apropriadas pelo *Lesbian Avengers* continuaram apelativos para mulheres brancas.

Apesar do uso das representações imagéticas do *lesbian chic* pelo grupo, duas características diferenciam as imagens e campanhas utilizadas pelo *Lesbian Avengers* desta estética: a afirmação da sexualidade e sensualidade de maneira positiva; e a afirmação de sua raiva e revolta.

Poder, sexo e ativismo

O grupo *Lesbian Avengers*, em seu manifesto e na maioria de suas campanhas, afirmou sua sexualidade de maneira positiva. Como é possível observar em uma das versões impressas de seu manifesto, de 1993 (figura 3), as palavras “power”, “sex” e “activism”¹¹ aparecem destacadas na página, sendo “sex” a maior delas. Também é possível notar a frase “think sex is a daily libation, good energy for actions”¹² e “use live actions words: lick, waltz,

¹⁰ Tradução: “Colocar Pam Grier em um poster provocou uma discussão sobre que tipo de pessoa isso traria para o grupo. Acho que esperávamos que atraísse mulheres não-brancas. Tinha uma pegada retrô (Blaxplotation, etc). Todo mundo ama os anos 1970. Um estilo (lésbico) muito *campy*. Uma mulher sexy com uma arma. Agora eu tenho uma visão mais analítica sobre isso — esta imagem fez um bom trabalho em atrair mulheres jovens e brancas.”

¹¹ Tradução: “poder”, “sexo” e “ativismo”.

¹² Tradução: “pense que sexo é uma libação diária, boa energia para as ações”.

eat, fuck, kiss, bite, give it up, hit the dirt”¹³, entre outras referências sexuais. Além disso, no trecho “Top 10 Avenger Qualities”¹⁴, é possível observar, junto a qualidades tipicamente esperadas de ativistas políticos, como liderança, proatividade, e humildade, as qualidades “pro sex” e “good dancer”¹⁵. A presença dessas frases em meio a reivindicações políticas, incluindo trocadilhos como “don’t mind the cuffs at all”¹⁶ (sugerindo tanto o uso de algemas na prática sexual, quanto a falta de medo da polícia), demonstram que, para o grupo, a afirmação positiva do sexo era essencial, sendo uma forma de subverter a lógica heterossexual.

Também afirmam e reafirmam seu direito à raiva. Em seu manifesto, se nomeiam o apocalipse, impacientes e ousadas. Dizem que venderão suas joias para financiar o movimento e homens e heterossexuais deveriam enviá-las dinheiro. Utilizam uma bomba (figura 4) como logotipo e reiteraram o poder da ação direta. Isso demonstra que, ao contrário do comportamento educado incentivado pela mídia do período, as ativistas do *Lesbian Avengers* defendiam seu direito à raiva e à revolta.

Como aponta Leng (2020, p. 115), o grupo realizou, principalmente em São Francisco, diversas ações diretas consideradas “polêmicas”, como a realização de um churrasco de linguças durante o julgamento de uma mulher que cortou o pênis de seu estuprador; e a invasão de uma igreja batista, na qual haviam sido feitas declarações homofóbicas, para enchê-la de grilos. Esse tipo de ação, criativa, ousada, irônica e desafiadora, demonstra a vontade do grupo para dispor de todos os meios possíveis para lutar contra a homofobia, não se limitando a atitudes bem-vistas ou assimilacionistas.

¹³ Tradução: “use palavras vivas: lambar, dançar, comer, foder, beijar, morder, se entregue, pegue a estrada”.

¹⁴ Tradução: “Top 10 qualidades Avenger”.

¹⁵ Tradução: “pró-sexo” e “boa dançarina”.

¹⁶ Tradução: “não se importam nem um pouco com as algemas”.

Figura 3 — Dyke Manifesto, por Lesbian Avengers e Carrie Moyer



Fonte: (Moyer, 1993).

Figura 4 — *Logo das Lesbian Avengers por Carrie Moyer*



Fonte: (Moyer, [199?]).

Contavam, em suas linhas, com militantes de diversas origens raciais, de classe, com diversos tipos de corpos e performances de gênero, como é possível notar em uma das fotos da *Dyke March* de 1994 (figura 5). Através desses fatores é possível notar a rejeição do grupo às limitações impostas pela mídia durante o fenômeno *Lesbian Chic*.

Figura 5 — Dyke March, Nova Iorque, 1994



Fonte: (Kroon, 1994).

A qualidade “good dancer”¹⁷, a menção a festas do pijama e a frase “girl gangs are the wave of the future”¹⁸, demonstram ainda outra estratégia do ativismo criativo das *Avengers*: tornar o ativismo legal, descolado e desejado, buscando assim aumentar sua quantidade de recrutas. O manifesto diz “demonstrations are a good time and a great place to cruise woman”¹⁹, incentivando as participantes a exercerem sua sexualidade, se divertirem, militarem e serem atraentes enquanto o fazem.

Além disso, durante a Dyke March de 1994, o grupo distribuiu um panfleto com os dizeres “There is no minding your own business. The majority of American voters think our lives are immoral and wrong. Fuck Lesbian Chic” (Rand, 2013, p.126)²⁰.

O principal meio de veiculação das imagens e panfletos produzidos pelo grupo eram a distribuição em eventos como os citados acima, como demonstrações, marchas e na Parada do Orgulho, além da colagem de cartazes nas ruas da cidade. A logo do grupo era estampada em camisetas e broches. Segundo o *The Lesbian Avenger Handbook: A Handy Guide to Homemade Revolution*, um livro produzido pelo grupo para ensinar suas táticas a outros grupos militantes lésbicos, as produções gráficas eram um dos itens mais importantes e:

The design of an action usually begins with the preliminary flyer announcing the event to the community. Innovative design, contemporary, clever graphics, and even the color of the paper are all important ways to convey to the viewer how fearless,

¹⁷ Tradução: “boa dançarina”.

¹⁸ Tradução: “gangues de garotas são a onda do futuro”.

¹⁹ Tradução: “demonstrações são divertidas e um ótimo lugar para conhecer mulheres.”

²⁰ Tradução: “Não existe cuidar só da sua própria vida. A maioria dos eleitores estadunidenses pensa que nossas vidas são imorais e erradas. Foda-se o *Lesbian Chic*.”

open and new our approach is. To date our invitational leaflets have been one of the Avengers' strongest drawing cards (Lesbian Avengers, 1993, p. 10)²¹.

A ênfase dada no livro ao design e à divulgação através de panfletos, incluindo até mesmo dicas de gráficas e planejamento logístico para produção dos impressos, demonstra a intencionalidade do grupo na produção de tais materiais, e a centralidade deles na estratégia de ativismo do *Lesbian Avengers*. Devido à amplitude da estratégia de divulgação adotada pelo grupo, é possível afirmar que diferentes grupos sociais foram atingidos pelos materiais produzidos pelas *Avengers*, desde mulheres lésbicas, vistas como possíveis futuras integrantes, ativistas de outros grupos LGBTQ+, pessoas passando pelas ruas e mesmo a grande mídia, como foi o caso da revista *New York*.

Conclusão

Através da análise do manifesto do grupo ativista *Lesbian Avengers*, de seu material de divulgação, das ações que realizaram e de fotos de seus eventos, é possível concluir que o grupo se apropriava da estética *Lesbian Chic*, tomando para si sua linguagem e representação imagética de corpos femininos. O grupo buscou empregar a linguagem utilizada pela grande mídia estadunidense para representar mulheres (lésbicas e não-lésbicas) na década de 1990, aproveitando-se da popularidade dessa representação para impulsionar sua política de ampliação da visibilidade de suas pautas.

Apesar do grupo se utilizar da estética *Lesbian Chic* quando lhe era favorável e estar inserido em um contexto no qual esta era a representação hegemônica a respeito de mulheres lésbicas, de maneira geral, o grupo não corroborava com a permanência do racismo, do classicismo e do apagamento de mulheres desfeminilizadas. As *Lesbian Avengers* subverteram as imagens presentes nas revistas *mainstream*, utilizando-as não para alimentar a lógica capitalista, mas para ampliar as vozes dos grupos que eram deixados de lado pela mídia, fazerem vistas suas pautas e sua existência. Ao passo que, em seus anúncios, foram utilizadas fotos de mulheres brancas, magras e jovens, o grupo em si era composto por uma variedade de corpos lésbicos, demonstrando que se afastavam da exclusão propagada pelo *lesbian chic*.

Também não reproduziam a imagem dessexualizada e comportada das revistas, como é possível notar pelas constantes menções sexuais e ousadas em seu manifesto e convites de

²¹ Tradução: O planejamento de uma ação geralmente começa com o folheto preliminar que anuncia o evento à comunidade. Design inovador, gráficos contemporâneos e inteligentes, e até mesmo a cor do papel, são maneiras importantes de transmitir ao público o quão ousada, aberta e inovadora é a nossa abordagem. Até o momento, nossos folhetos de convite têm sido um dos maiores atrativos das *Avengers*.

festas. Pelo contrário, o grupo utilizava o sexo e a raiva como forma de afirmar sua resistência frente à homofobia. Suas ações demonstram a rejeição direta do fenômeno *Lesbian Chic* e dos modelos estéticos impostos por ele.

Portanto, é possível concluir que o uso de recursos estéticos do *Lesbian Chic* pelo grupo foi uma maneira, inserida em sua estratégia de ativismo criativo, de subverter a lógica de consumo que recaía sobre os corpos lésbicos no período, utilizando-a para recrutar novas participantes e atingir seu horizonte político de visibilidade para pautas lésbicas.

Referências

- BENDIX, Trish. Café Tabac: Thirty Years of Lesbian Chic. **PAPER Magazine**. Disponível em: <<https://www.papermag.com/cafe-tabac-lesbian-chic#rebelltitem1>>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- BERNIKOW, Louise. The New Activists: Fearless, Funny, Fighting Mad. **Cosmopolitan**, p. 162–165, abril, 1993.
- BROFEN, Elisabeth; KAVKA, Misha. Feminist Consequences. **Columbia University Press**, 2001. Disponível em: <<https://www.degruyter.com/document/doi/10.7312/bron11704-011/html>>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- CIASULLO, Ann M. Making Her (In)Visible: Cultural Representations of Lesbianism and the Lesbian Body in the 1990s. **Feminist Studies**, v. 27, n. 3, p. 577–608, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/3178806>>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- COVER, Rob. Re-sourcing queer subjectivities: Sexual identity and Lesbian/Gay Print Media. **Media International Australia**, v. 103, n. 1, p. 109-123, 2002.
- DONOGHUE, Emma. **Doing Lesbian History, Then and Now**. Historical Reflections / Réflexions Historiques, v. 33, n. 1, p. 15–22, 2007. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41299397>>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- INNESS, Sherrie. **The Lesbian Menace: Ideology, Identity, and the Representation of Lesbian Life**. Amherst: University of Massachusetts Press, 1997.
- KAMEYA, Valerie. **The Lesbian Avengers Fight Back**. New York: The Lesbian Avengers, 1996.
- KROON, Carolina. **Lesbian Avenger Documentary Project**, 1994. Lesbian Avengers. Disponível em: <<https://www.lesbianavengers.com/imagens/photos2.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- LENG, Kirsten. Fumerism as Queer Feminist Activism: Humour and Rage in the Lesbian Avengers' Visibility Politics. **Gender & History**, v. 32, n. 1, p. 108–130, 2020.
- Lesbian Avengers. **The Lesbian Avenger Handbook: A Handy Guide to Homemade Revolution**. Nova Iorque: 2 ed., 1993. Disponível em: <<https://www.lesbianavengers.com/handbooks.shtml>>. Acesso em: 20 jul 2024.
- LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MITCHELL, William John Thomas. **Picture theory**. The University of Chicago Press, Chicago, 1994.

MITCHELL, William John Thomas. **What do pictures want?** The lives and loves of images. The University of Chicago Press, Chicago, 2005.

MOYER, Carrie. **Dyke Manifesto**. The Lesbian Avengers, 1993. Disponível em: <https://www.lesbianavengers.com/images/moyer_design.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MOYER, Carrie. Design Highlights, [199?]. **Lesbian Avenger Documentary Project**. Lesbian Avengers. Disponível em: <https://www.lesbianavengers.com/images/moyer_design.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2024.

RAND, Erin J. An Appetite for Activism: The Lesbian Avengers and the Queer Politics of Visibility. **Women's Studies in Communication**, v. 36, n. 2, p. 121–141, 2013.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. **Signs**, v. 5, n. 4, p. 631–660, 1977. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3173834>>. Acesso em: 21 jul. 2024.

USSHER, Jane M.; Mooney-Somers, Julie. Negotiating Desire and Sexual Subjectivity: Narratives of Young Lesbian Avengers. **Sexualities**, v. 3, n. 2, p. 183–200, 2000. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/136346000003002005>>. Acesso em: 21 jul. 2024.

Entre o público e o privado: vínculos e imagens lésbicas em *The Apartment* (1975) e *Lesbianism Feminism* (1974)

Between Public and Private: Lesbian Connections and Imagery in “The Apartment” (1975) and “Lesbianism Feminism” (1974)

Alina dos Santos Nunes,¹ UFJF/SU

Resumo

O artigo aprofunda discussões de minha dissertação de mestrado ao analisar dois videodocumentários de Rita Moreira e Norma Bahia Pontes: *The Apartment* (1975) e *Lesbianism Feminism* (1974). As produções abordaram temáticas ligadas aos debates feministas do período e levaram à tela imagens de mulheres lésbicas, inserindo-as na narrativa histórica. Busca-se compreender, através dos vídeos, como a esfera pública e a privada foram abordadas pelos movimentos de mulheres nos anos 1970. A análise de *The Apartment* evidencia o porquê da construção de “um teto todo seu” ser primordial às lésbicas. Já em *Lesbianism Feminism*, percebe-se como o movimento mobilizou a ocupação do espaço público. O artigo se aproxima teórico-metodologicamente da história das mulheres e da teoria do cinema feminista. Além dos vídeos, também foram usadas entrevistas orais com Rita Moreira.

Palavras-chave: Vídeo lésbico-feminista; Rita Moreira; Norma Bahia Pontes.

Abstract

The article deepens discussions from my master's thesis by analyzing two video-documentaries by Rita Moreira and Norma Bahia Pontes: *The Apartment* (1975) and *Lesbianism Feminism* (1974). These productions addressed themes linked to feminist debates of the period and brought to the screen images of lesbian women, thus inserting them into the historical narrative. The aim is to understand, through the videos, how the public and private spheres were addressed by the women's movements of the 1970s. The analysis of *The Apartment* highlights why the construction of “a room of one's own” was essential for lesbians. In *Lesbianism Feminism*, one can see how the movement mobilized the occupation of public space. The article engages theoretically and methodologically with women's history and feminist film theory. In addition to the videos, oral interviews with Rita Moreira were also used.

Keywords: Lesbian-feminist video; Rita Moreira; Norma Bahia Pontes.

Introdução

Como se imagina a construção do espaço privado a partir de uma perspectiva feminista? Como são representadas as mulheres lésbicas que ocupam o espaço público? Como

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista CAPES, e na Escola Doutoral *Civilisations, Cultures, Littératures et Sociétés* da Sorbonne Université (SU). Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharela e licenciada em História pela mesma instituição. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), do Laboratório de História Política e Social (LAHPS/UFJF) e do *Centre de Recherches Interdisciplinaires sur les Mondes Ibéro-américains Contemporains* (CRIMIC/SU). Coordenadora do Grupo de Estudos de História das Mulheres e Teoria Feminista da UFJF. E-mail: alinanunes2@gmail.com.

foi registrada a história e a memória das mulheres lésbicas através das imagens? A partir dessas perguntas, este artigo busca explorar as imagens produzidas sobre mulheres lésbicas em relação às esferas pública e privada sob uma perspectiva feminista através da análise dos videodocumentários *The Apartment* (1975) e *Lesbianism Feminism* (1974), produzidos por Norma Bahia Pontes e Rita Moreira. Este artigo recorta alguns dos temas tratados em minha dissertação de mestrado (Nunes, 2023)², na qual investiguei a história de vida e a produção de vídeos de Rita Moreira na década de 1970. Entendendo como se apresentam as esferas pública e privada em sua produção audiovisual e relacionando esta aos debates feministas e lésbicos do período, busquei elucidar de que forma a trajetória biográfica individual de Rita Moreira se conecta com a trajetória coletiva do movimento de mulheres lésbicas nos Estados Unidos.

No fim da década de 1960, Rita Moreira, nascida em São Paulo em 1944, conheceu Norma Bahia Pontes, nascida em Salvador em 1941. À época, Rita trabalhava como editora de textos na Editora Abril, enquanto Norma, após concluir o colegial, já havia frequentado o curso de Cinema da Associação Social Arquidiocesana (ASA) e, em 1962, recebido uma bolsa para estudar no Institut de Hautes Études Cinématographiques (IDHEC), em Paris, onde realizou, em 1966, um curso com o diretor Jean Rouch (Nunes, 2023; Perez, 2022). De volta ao Brasil, Norma teve papel central na consolidação do Cinema Novo (Perez, 2020; 2022) e atuou em agências de publicidade como diretora de filmes publicitários³.

O encontro entre Rita e Norma ocorreu no apartamento da jornalista Irede Cardoso (Perez, 2022). Para Rita, conhecer Norma – uma “verdadeira cineasta” – foi marcante: foi em sua casa que assistiu pela primeira vez a um documentário, *Les Antillais*, realizado por Norma durante o período em que esteve em Paris (Nunes, 2023; Perez, 2022). A partir desse encontro, apaixonaram-se e viveram juntas por quase dez anos. Em 1972, decidiram mudar-se para Nova Iorque, escolha motivada tanto pela lesbianidade quanto pelo vídeo. Rita recorda que “uma das razões da Norma escolher Nova Iorque é que ela viu num jornal uma foto de uma mulher carregando um cartaz escrito: ‘*I’m lesbian and I am proud of it*’ [‘sou lésbica e tenho orgulho disso’]” (Moreira, 2019, p. 21). Norma também via a cidade como um lugar

² Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC) pelo financiamento da pesquisa de mestrado.

³ As principais pesquisas sobre o Cinema Novo não mencionam o papel de Norma Bahia Pontes como cinemanovista. Nesse sentido, a tese de doutorado de Livia Perez (2022) é extremamente importante. A pesquisa teve como objetivo explorar o percurso artístico e intelectual de Norma Bahia Pontes, destacando sua contribuição ao cinema moderno brasileiro, ao documentário francês dos anos 1960 e ao movimento lésbico feminista estadunidense dos anos 1970. A tese inclui a recuperação e digitalização de seus filmes e ensaios, visando inscrever sua presença na história do audiovisual brasileiro e entender as razões de sua invisibilidade.

estratégico para produção de documentários pois sabia que lá já havia a primeira câmera portátil de vídeo, a Sony Portapak.

Ao chegarem a Nova Iorque, ingressaram na primeira turma de videodocumentário da New School for Social Research. Com uma câmera da escola, realizaram *Lesbian Mothers* (1972). Dois anos depois, Norma recebeu uma bolsa da Fundação Guggenheim para o projeto “Living in New York City”. O prêmio de 10 mil dólares possibilitou a compra de uma câmera portátil e outros equipamentos para dar sequência à série de vídeos que incluía *Lesbianism Feminism* (1974) e *The Apartment* (1975). Norma operava a câmera e Rita realizava a edição. A série foi inspirada pela máxima feminista do período – “o pessoal é político” – e os vídeos buscavam registrar modos de vida lésbicos em Nova Iorque e propunham novas subjetividades que, inclusive, eram vistas como resistentes dentro do próprio feminismo (Perez, 2020, p. 35).

Nesse contexto, é importante considerar como a atuação de Rita e Norma também pode ser compreendida à luz dos debates teóricos do cinema feminista que ganhavam força naquele período. Claire Johnston (2000) inaugurou os debates do cinema feminista em 1973, com o artigo *Women’s cinema as a countercinema*, no qual criticava a estética realista por reduzir a representação das mulheres a mitos patriarcais voltados ao prazer masculino. O contra-cinema feminista, ao dar protagonismo às mulheres e às suas denúncias, poderia romper o efeito ilusório do cinema e expor a opressão feminina. Da mesma forma, Laura Mulvey (2004, p. 1287, tradução minha) observa que a chegada do vídeo foi crucial para o feminismo, pois “o cinema se dobrou como um grande meio de opressão das mulheres através da imagem”, mas também se tornou “um meio de libertação através da transformação e reinvenção de suas formas e convenções” – através dos vídeos, seria possível renovar o cinema estética e politicamente.

Nesse aspecto, Amy Villarejo (2003) considera que o documentário lésbico tem uma proposta social diferente, pois registra a história lésbica e promove sua visibilidade ao mesmo tempo em que se afasta da dinâmica capitalista e lucrativa do cinema comercial. No cinema comercial, a aparição direta de personagens lésbicas muitas vezes pode significar a perda do lucro, o que faz com que a lesbianidade em filmes seja muitas vezes relegada ao subtexto e só possa ser captada em leituras nas entrelinhas. O documentário lésbico, ao contrário, “faz afirmações mais diretas sobre o valor do desejo: a lésbica não precisa ser interpretada em uma leitura ‘a contrapelo’ do filme ou pela ‘decodificação’ de um subtexto, e o crítico não precisa legitimar ou defender tais práticas de leitura complicadas” (Villarejo, 2003, p. 15, tradução

minha). Assim, nos documentários lésbicos, “a lésbica está bem ali, olhando para você, falando, implorando ou contando histórias” (Villarejo, 2003, p. 15).

Nesse sentido, os vídeos de Rita Moreira e Norma Bahia Pontes podem ser entendidos como uma prática de contra-cinema de mulheres, pois colocam as mulheres no centro da narrativa e expõem as formas de opressão que atravessam suas vidas na sociedade patriarcal. Ao mesmo tempo, ao inscrever imagens lésbicas em nome da visibilidade, esses documentários desestabilizam o olhar masculino característico do cinema dominante, que, como analisa Mulvey (2018), reduz a mulher a figura passiva, silenciosa e restrita ao papel de portadora de significados, em vez de produtora de significados.

Tendo em vista essas contribuições teóricas sobre o cinema feminista e o documentário lésbico, o presente artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, abordo as contribuições feministas para o entendimento da dicotomia entre o público e o privado. Na segunda seção, analiso *The Apartment*, de 1975, vídeo que apresenta Carol e aborda a construção de “um teto todo seu”, onde seja possível materializar um lar lésbico. Na terceira seção, realizo a análise do vídeo *Lesbianism Feminism*, de 1974, que destaca os debates internos sobre a presença de lésbicas no feminismo e documenta marchas e manifestações que ocuparam a esfera pública.

O pessoal é político: feminismo e as fronteiras entre o público e o privado

Se no pensamento político ocidental as esferas pública e privada eram concebidas como domínios opostos, as reflexões feministas demonstraram que ambas se articulam no interior do patriarcado. Entre as autoras que mais se dedicaram a esse tema está Carole Pateman, que em *O Contrato Sexual* (2021) argumenta que a sociedade civil e o direito político se constituem a partir de um contrato que é, ao mesmo tempo, social e sexual. Tal contrato evidencia que a liberdade masculina e a subordinação feminina têm uma mesma raiz: o patriarcado moderno. Nesse sentido, a autora demonstra que a liberdade civil se configura como privilégio dos homens, sustentada pelo direito patriarcal que organiza sua dominação sobre as mulheres. Em contraste com os teóricos contratualistas, que definiam o público e o privado como esferas distintas e atribuíam à primeira o monopólio do interesse político e social, Pateman (2021) afirma que essa narrativa invisibiliza o contrato sexual, responsável por relegar as mulheres ao espaço privado e torná-las “cidadãs passivas”, excluídas da vida pública. O casamento, por ser considerado relativo ao privado, também acabava ignorado dentro do campo político.

As reflexões feministas mostraram que a oposição entre o público e o privado reflete divisões como natural/civil e mulheres/homens: o público é masculino e civil; o privado, feminino e natural. Assim, “o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado” (Pateman, 2021, p. 26). Essa lógica contribuiu para a construção histórica da ideia de que as mulheres pertencem naturalmente ao privado, enquanto os homens podem transitar livremente entre as duas esferas. A dicotomia público/privado, portanto, deve ser entendida como uma divisão sexual apresentada como natural, mas que é construída de forma artificial e traz implicações políticas.

As discussões sobre as esferas pública e privada tornaram-se centrais para o feminismo sobretudo a partir da máxima “o pessoal é político”, cunhada por Carol Hanisch em 1969. Um dos lemas do feminismo nos anos 1970, a frase surgiu da crítica à dicotomia liberal entre público e privado. As feministas denunciaram que problemas considerados domésticos eram atravessados por estruturas políticas, sociais e econômicas constituídas na esfera pública (Okin, 2008). Se a história do contrato social não vê a esfera privada como politicamente relevante, a partir da ideia de que “o pessoal é político” as mulheres passaram a politizar o cotidiano e a vida doméstica, expondo como a ideologia do patriarcado está vinculada ao espaço privado e ao que ocorre dentro dele, não sendo limitado à esfera pública.

No campo historiográfico, críticas à dicotomia público/privado repercutiram sobretudo a partir da história das mulheres. Como aponta Michelle Perrot (2009), a narrativa histórica privilegiava os feitos públicos dos homens, negligenciando o mundo privado. A partir da Nova História, esse espaço passou a ser reconhecido como construção histórica (Prost, 2009), ampliando a noção de fonte e a noção de história, englobando, então, o mundo privado (Perrot, 2009). Esse deslocamento trouxe o desafio das fontes: as fontes tradicionalmente aceitas pela história eram produzidas quase exclusivamente por homens, com foco na esfera pública (Perrot, 2009). A história das mulheres, por isso, depende de múltiplas fontes, valorizando especialmente aquelas ligadas ao mundo íntimo e privado.

De forma similar, percebe-se que a história lésbica deixa traços efêmeros e incomuns por estar ligada à sexualidade e à intimidade – historicamente invisibilizadas por serem associadas à vida privada (Cvetkovich, 2003). Na ausência de arquivos institucionalizados que resguardem documentos para a escrita dessa história, coleções de objetos muitas vezes vistos como íntimos tornam-se extremamente valiosas. Ann Cvetkovich (2003, p. 241, tradução minha) afirma que a história lésbica “exige um arquivo radical de emoções para

documentar intimidade, sexualidade, amor e ativismo – todas as áreas de experiência que são difíceis de narrar através dos materiais de um arquivo tradicional”. No caso dos videodocumentários de Rita e Norma, os audiovisuais acessam intimidades de vidas silenciadas historicamente, constituindo um acervo importante para histórias que destaquem imagens de mulheres lésbicas.

A valorização das fontes privadas também se relaciona à história do vídeo, já que câmeras portáteis como a Sony Portapak foram concebidas para registrar conteúdo da vida doméstica. Embora idealizadas para esse fim, houve um movimento de mulheres que retirou as câmeras do privado e as levou ao público (Nunes, 2023) – contexto em que se inserem os vídeos aqui analisados. Assim, compreendo que a câmera de vídeo foi mais uma ferramenta através da qual as mulheres puderam narrar suas próprias histórias, sobretudo quando colocada em contraste com o domínio masculino da televisão e do cinema. Por isso, a tomada feminista do vídeo pode ser compreendida como mais um gesto de autoinscrição histórica das mulheres, já que levar a câmera para o espaço público representou uma nova ferramenta para romper com o anonimato infligido historicamente, reafirmando a presença das mulheres na narrativa histórica. Ao lado de outras ferramentas, como a imprensa alternativa lésbica e feminista, por exemplo, a produção em vídeo demonstrou tornou-se mais uma forma das mulheres existirem publicamente (Nunes, 2023). E existir na esfera pública e dominar o discurso significa, afinal, apropriar-se do mundo, na tentativa de conduzir a revolução simbólica das mulheres (Perrot, 2005). Como aponta Melinda Barlow (2003, p. 7, tradução minha), retornar à história do vídeo feito por mulheres nos anos 1970 é lembrar “como é difícil nomear o que nunca foi nomeado, como é gratificante encontrar a própria voz e como pode ser totalmente transformador cultivar a própria subjetividade e recusar a objetificação institucionalizada”.

Embora seja fundamental criticar a naturalização da divisão entre o público e o privado, é igualmente importante reconhecer o valor da privacidade para as mulheres. Em *Um teto todo seu*, Virginia Woolf (2014, p. 10) afirma: “uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção”. Mary Beton, narradora criada por Woolf no livro, pôde se libertar dos homens material e simbolicamente ao obter uma herança de uma tia. Por isso, a autora conclui que “é necessário ter quinhentas libras por ano e um aposento com tranca na porta para escrever ficção ou poesia” (Woolf, 2014, p. 73). O trabalho criativo das mulheres depende diretamente de suas condições materiais. É preciso sonhar com um quarto só nosso, uma casa, um espaço ou um tempo para se estar sozinha, independente de

homens, para criar. Como, então, construir um lar que permita esse outro modo de vida, que evidencie a relação entre o pessoal e o político, onde se possa ser e estar como mulher livre, como mulher lésbica? A seguir, a análise do videodocumentário *The Apartment* se debruçará sobre essa questão.

The Apartment (1975): construindo as paredes de um lar lésbico

Realizado em 1975, *The Apartment* é um videodocumentário em preto e branco, de 27 minutos, falado em inglês e sem legendas. A narrativa acompanha Carol Grosberg, uma taxista lésbica de 36 anos que vive em Nova Iorque há 18 anos e que está reformando o próprio apartamento, em busca de “um teto todo seu”. Durante a narrativa, construída a partir de uma longa entrevista, Carol fala sobre sua rotina de trabalho, teatro feminista, feminismo, lesbianidade, a reforma de seu apartamento e a misoginia que enfrenta tanto do proprietário do imóvel quanto de outros taxistas da cidade. A voz de Carol predomina no vídeo, mesmo quando está fora de cena, com poucas intervenções de Rita e Norma.

A maioria das cenas se passa dentro do apartamento, enquanto Carol realiza reformas. O vídeo mostra Carol se movendo pelo apartamento enquanto trabalha, e por isso, como observou Karla Bessa (2015, p. 82), “há poucos cortes, a câmera busca, num mesmo take, diferentes ângulos, aproximação com o lado braçal, com a tentativa de documentar passo a passo o trabalho manual ali realizado”. Nas cenas de abertura, vemos Carol martelando, retirando prateleiras, derrubando paredes. Com cabelos curtos, boné, calças e jaqueta largas, ela responde a Rita, que pergunta em qual fase da reforma ela está, dizendo que ainda levará pelo menos duas semanas, mas que muito já foi feito: derrubou paredes, uniu dois cômodos em um só e reconstruiu as paredes antigas que estavam desmoronando.

As imagens desse vídeo mostram mulher lésbica colocando paredes abaixo, construindo novos muros, moldando, martelando, pintando. Carol constrói seu lar com bases e paredes sólidas, ainda que construir algo novo envolva destruir o que estava antes. Por isso, Carol derrubou as paredes que desmoronavam. Nesse gesto, o documentário apresenta a construção de um lar lésbico como um processo que envolve tanto ruína quanto edificação. Como diz Sara Ahmed (2022), edificar envolve ruir; ao construir, também arruinamos – o que constitui uma esperança feminista lésbica: tornar-se ruína no processo de tornar-se.

Figura 1 – Carol trabalhando na reforma do apartamento

Fonte: *The Apartment* (dir. Norma Bahia Pontes e Rita Moreira), 1975. Acervo pessoal de Rita Moreira.

Em outra cena, Carol caminha em direção ao seu táxi, e, em voz *off*, comenta entre risos que acha que não nasceu para ser motorista. Conta que muitos de seus clientes perguntam se ela não tem medo de dirigir um táxi sendo mulher, e diz que responde que teme mais os outros taxistas do que passageiros. Trabalhar como taxista, Carol diz, é como viver em Nova Iorque: “para simplesmente andar pelas ruas, você tem que se tornar tão cruel e competitivo quanto todos os outros. Ou você perde. Ou você não faz o seu trabalho”. Por ter optado por não fazer isso, ela diz não conseguir lucrar tanto quanto os outros motoristas.

Figura 2 – Carol dirigindo seu táxi

Fonte: *The Apartment* (dir. Norma Bahia Pontes e Rita Moreira), 1975. Acervo pessoal de Rita Moreira.

Quanto a essa cena, Karla Bessa (2015) observa que o táxi funciona como metáfora da disputa por um espaço no capitalismo moderno e misógino: através do para-brisa, Carol enxerga uma cidade que elimina quem recusa a lógica da competitividade. Essa disputa é ainda mais acirrada para a personagem do vídeo, uma mulher lésbica em uma profissão majoritariamente masculina. María Laura Rosa (2018) destaca que, nessa cena, o vídeo questiona os estereótipos de gênero associados ao trabalho, já que Carol assume tarefas vistas como estranhas para as mulheres: martelar, construir, pintar, derrubar paredes e dirigir um táxi, atividades estas historicamente consideradas masculinas (Rosa, 2018). Já o medo que

Carol menciona vem justamente dos colegas de profissão, que a enxergam como uma intrusa, uma mulher ocupando um lugar ilegítimo.

Ainda que pareça um ato pequeno, estar ocupando esse espaço é construir algo novo, e, como lembra Sara Ahmed (2022, p. 340), “ações que parecem pequenas também podem virar paredes”. Carol constrói as primeiras camadas de um novo mundo, e seu lar torna-se refúgio frente a uma cidade hostil, onde ela considera não se encaixar. Para Sara Ahmed (2022), inventar novas maneiras de existir no mundo significa adquirir o potencial de criar e transformar, e isso resume o feminismo lésbico: afirmar o potencial das mulheres para criar coisas, para habitar em um mundo onde não são bem-vindas.

Logo após o relato sobre a crueldade da vida em Nova Iorque, há uma cena que demonstra ternura: duas gatas são filmadas caminhando pelo apartamento. “Emma!”⁴, chama Carol, “vem cá, apareça no vídeo... você vai ser alimentada, não vai? É por isso que você veio tão rápido!”. Nesta cena, “a delicadeza de gestos invade o vídeo, tanto por conta das gatas quanto no enquadramento das mãos de Carol fazendo carinho em uma das gatas enquanto organiza caixas de livros e papéis” (Nunes, 2023, p. 92). Assim, a montagem do vídeo contrapõe a crueldade do mundo externo à ternura no espaço privado. Ainda que dure menos de um minuto, a cena registra a possibilidade de uma outra forma de existência: um lar lésbico que recusa a lógica da domesticidade heterossexual e coloca no centro outras formas de afeto.

Figura 3 – A mão de Carol encontra a gatinha Emma



Fonte: *The Apartment* (dir. Norma Bahia Pontes e Rita Moreira), 1975. Acervo pessoal de Rita Moreira.

Nas cenas seguintes, Norma e Carol conversam sobre teatro feminista. Carol afirma que o *Women's Liberation Movement* tem uma dimensão espiritual e criativa, e que deseja fazer um teatro feminista do qual todas as mulheres possam participar. Ela diz que quanto mais fundo as mulheres exploram a si mesmas, mais tocam em uma força de cura “encoberta há 5 mil anos”. Dessa forma, Carol associa a prática criativa a uma dimensão espiritual,

⁴ Segundo Rita Moreira, a gata de Carol foi batizada em homenagem à filósofa anarquista Emma Goldman.

entendendo o teatro como um espaço ritualístico importante para as mulheres. Essa ideia dialoga com Audre Lorde (2020), para quem “a poesia não é um luxo”, mas uma necessidade vital para as mulheres, uma estratégia de esperança e de sobrevivência, abrindo caminhos para a ação ao nomear o que ainda não tem nome. A poesia, nesse sentido, pode ser pensada como metáfora para a criatividade feminina – seja no teatro, na literatura ou nas artes visuais (Nunes, 2023).

Se no patriarcado, como lembra Sara Ahmed (2022), as mulheres são ensinadas a permanecer na imanência, ligadas ao ciclo repetitivo do trabalho doméstico, criar, portanto, significa romper esse círculo de aprisionamento e abrir a possibilidade de transformação. Virginia Woolf, por sua vez, compara o trabalho criativo com uma teia de aranha, frágil, mas ainda assim presa à vida. Quando a teia é puxada de lado ou rasgada na metade é que lembramos que “essas teias são o resultado do sofrimento de seres humanos e estão inteiramente presas a coisas materiais, como saúde, dinheiro e a casa onde se mora” (Woolf, 2014, p. 34). Assim, o trabalho criativo das mulheres só se torna possível quando existem, ou são conquistadas, condições materiais mínimas. A reflexão de Virginia Woolf, nesse sentido, ajuda a compreender a fala de Carol: ao associar criatividade e libertação, ela indica que a prática artística das mulheres não é apenas expressão subjetiva, mas também forma de resistência diante das restrições materiais e simbólicas impostas pelo patriarcado.

Nas cenas seguintes, Carol segue elaborando sobre arte e libertação das mulheres. Ela conta que conhece especialistas em teatro que deslegitimam o teatro feminista por ser demasiadamente pessoal ou político. Para ela, isso revela uma recusa do teatro em lidar com a realidade, pois o real ameaça as bases sobre as quais muitas vidas foram construídas – vidas moldadas pela subjugação das mulheres. Mas as mulheres, diz Carol, estão prontas para romper com essa cultura inventada pela imaginação masculina, prontas para explodir a cultura patriarcal e inventar um sistema próprio. E é assim que se constrói um novo mundo.

Em seguida, Carol relembra o conflito interno que viveu por perceber sua atração por mulheres quando adentrou na luta anticapitalista. Naquele tempo, provavelmente no início dos anos 1960, nem a esquerda e nem o resto do mundo compreendiam a lesbianidade. Carol temia o isolamento caso assumisse que era lésbica, e lembra que viver fora dos valores patriarcais parecia, à época, abdicar do pertencimento – e o isolamento, para ela, era tão devastador quanto a morte. Carol, com a câmera captando em plano detalhe seus olhos, diz:

Eu sempre quis pertencer, e sempre me senti uma *outsider*, sabe? Eu acho que muito disso vem de ser judia e ter dentro do meu consciente e inconsciente o legado dos judeus de serem sempre *outsiders*, então sempre

existe aquele desejo de pertencer, mas na verdade, eu nunca pertenci. E esse é um dos motivos que fez com que sair do armário tenha sido muito mais difícil para mim, foi reconhecer que eu me colocaria ainda mais longe de qualquer comunidade. Eu ainda não me via como pertencente a outra comunidade – o que é, a propósito, a razão pela qual eu acho que *a comunidade lésbica é tão importante, nós precisamos pertencer, nós precisamos nos sentir parte de algo maior do que nós mesmas ou uma ou duas amigas próximas* (The Apartment, 1975, tradução minha, grifo meu).

A fala de Carol – “precisamos pertencer, nós precisamos nos sentir parte de algo maior do que nós mesmas ou uma ou duas amigas próximas” – evidencia a importância dos vínculos de amizade nos movimentos lésbico-feministas dos anos 1970. A compreender a amizade como parte de uma política das emoções, podemos entender a dimensão política desses vínculos: a amizade resiste à opressão ao oferecer esperança em um projeto coletivo de mundo, construindo formas coletivas de existência onde se possa exercer a criatividade, a liberdade e o afeto como parte de uma transformação radical (Nunes; Zacchi, 2021).

Quase no fim do vídeo, Carol confessa que gostaria de morar em outro lugar, diferente do apartamento que está reformando. Em um *zoom in*, vemos seus olhos enquanto a ouvimos relembrar o verão que passou no interior. Ela expressa o desejo de viver entre pessoas queridas, plantas, natureza, água, onde haja vida e espaço, e admite: “o espaço é algo terrivelmente importante, torna muito mais possível sobreviver. É disso que os seres humanos precisam, e a cidade nos fecha em quatinhos”. Embora empolgada com o fim da reforma, Carol reconhece a ironia de estar feliz com um espaço tão pequeno, “com paredes que me separam das outras pessoas, e aqui se torna minha pequena cela, meu pequeno refúgio da cidade”. Assim, o lar que constrói é, ao mesmo tempo, prisão e refúgio (Nunes, 2023).

A experiência de Carol remete ao que Sara Ahmed descreve como a construção de abrigos diante da dureza do mundo: “quando precisamos nos abrigar da dureza do mundo, construímos abrigos” (Ahmed, 2022, p. 365). Assim, para Carol, mesmo que o isolamento possa ser pior que a morte, ainda é preferível ter um refúgio diante da hostilidade da cidade e da sociedade patriarcal. É justamente nesse ponto que a experiência individual se articula ao coletivo: dentro de sua prisão, que é também seu refúgio, Carol reafirma a importância da vida compartilhada entre pessoas que dividam a criatividade, a arte, a sexualidade e o feminismo. Por isso, o feminismo lésbico fornece “as ferramentas para construir um mundo onde nos transformamos nos blocos de construção umas das outras” (Ahmed, 2022, p. 366).

The Apartment termina com Carol exausta, rindo enquanto empurra com o pé o fio da enceradeira e desabafa: “Merda, eu não aguento mais esse trabalho!”. A cena revela o cansaço diante da difícil tarefa que é construir um lar. Embora cansada, Carol continua a construir

paredes que contem sua história. Para Sara Ahmed (2022), é preciso continuar tentando. Queremos que as paredes venham abaixo, mas, se permanecerem de pé, que ao menos contem nossas histórias: “talvez o tec, tec, tec do martelo possa ser transformado em um martelo: se ele é uma lasca do bloco velho, nós fazemos tec, tec, tec no bloco. Tec, tec, tec, quem sabe, eventualmente pode desmoronar” (Ahmed, 2022, p. 349). Com martelo, espátulas, tinta e pincéis, Carol constrói não só as paredes de seu lar, mas também uma narrativa da existência lésbica em Nova Iorque, 1975.

***Lesbianism Feminism* (1974): a lésbica é a fúria de todas as mulheres condensada até o ponto da explosão**

Lesbianism Feminism é o segundo vídeo da série *Living in New York City*, realizado em 1974. Em preto e branco, com 29 minutos de duração, o documentário investiga aproximações e tensões entre o movimento lésbico e o feminista, aproximando-se da corrente conhecida como lesbianismo feminista, que dá título ao vídeo. Assim como *The Apartment*, a narrativa se constrói a partir de entrevistas. São entrevistadas feministas brancas, como Ti-Grace Atkinson, Jean O’Leary e Bertha Harris, e feministas negras da *National Black Feminist Organization* (NBFO), como Margaret Sloan-Hunter, Jacqueline Mitchell Lubell, Ernestine Eppenzler e Lori Sharpe. Parte do vídeo também mostra imagens de uma comuna lésbica separatista, onde mulheres falam sobre a vida no campo. As realizadoras do vídeo não interferem; ouvimos a voz Rita apenas uma vez no início, e sabemos da presença de Norma porque Ti-Grace Atkinson cita seu nome. Logo no início do vídeo, ouvimos a pergunta, em inglês: “o que você acha das lésbicas no movimento feminista?”, que guia toda a narrativa.

A abertura do vídeo é composta por três respostas distintas à pergunta central do vídeo. Uma mulher branca, de cabelos longos cobertos de neve, diz achar ótimo e que chegaram tarde demais. Em seguida, uma mulher branca mais jovem e de cabelos curtos afirma que é “nada a ver”, pois lésbicas não provariam nada ao ficarem com outras mulheres. Por fim, uma terceira entrevistada, mulher branca de óculos e cabelos longos, diz: “por que não? Quem melhor para trabalhar no movimento das mulheres?”. A montagem dessas falas iniciais contextualiza e exemplifica as disputas internas que marcavam as relações entre feminismo e lesbianismo nos anos 1970⁵. Ainda que o vídeo não associe essas mulheres a

⁵ Os embates dentro do *National Orgazitaion for Women* (NOW) e a “Ameaça Lavanda” que as lésbicas causavam dentro do feminismo, batizada assim por Betty Friedan, bem como a fundação e atuação dos principais grupos lésbicos do período e as diferenças entre o lesbianismo político, lesbianismo separatista e feminismo lésbico foram trabalhados no terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado (Nunes, 2023), mas não serão abordados aqui.

grupos, organizações e correntes específicas, essa montagem inicial remete a esse contexto de pluralidade dentro do movimento de mulheres do período.

Em seguida, o vídeo apresenta uma sequência de cenas de uma passeata nas ruas de Nova Iorque, cuja trilha sonora é *Sisters O Sisters*, de Yoko Ono (1972). Mulheres de diferentes idades ocupam as ruas: algumas carregam crianças no colo ou nos ombros, outras fumam, dançam, cantam, enquanto muitas interagem com a câmera de Norma, olhando diretamente para a lente, sorrindo e acenando. Cartazes, faixas e bandeiras demonstram uma disputa pelo espaço público (Nunes, 2023). Em uma das cenas dessa sequência (**Figura 4**), sete mulheres caminham de braços dados; vestem jeans e camisetas sem sutiã, com cabelos curtos, exibindo uma estética que desafia a imposição da feminilidade. Ao ocuparem juntas, de braços dados, as ruas da cidade, transformam a amizade em ato político.

Figura 4 – Mulheres juntas em passeata do movimento lésbico em Nova Iorque, 1973



Fonte: *Lesbianism Feminism* (dir. Norma Bahia Pontes e Rita Moreira, 1974). Acervo pessoal de Rita Moreira.

A sequência traduz o redirecionamento da atenção das mulheres para outras mulheres: os olhares voltam-se para elas mesmas. Contra a heterossexualidade compulsória e contra as instituições patriarcais que insistem em afirmar que as mulheres são inimigas umas das outras, as mulheres representadas neste documentário encontram formas de existirem coletivamente por meio de seus vínculos. No manifesto das *Radicalesbians* (1970, p. 4, tradução minha), elas afirmam: “nossas energias devem fluir para nossas irmãs, não para trás, para nossos opressores”. Essa ideia aponta para algo que ganharia força no período: o lesbianismo político, que concebia o redirecionamento da energia das mulheres para outras mulheres como uma estratégia de ruptura com a heterossexualidade compulsória.

Nesse sentido, o vídeo traz, em seguida, cenas da feminista Ti-Grace Atkinson, que defendia o lesbianismo político como estratégia de ação. Nos anos 1970, a noção de “lésbica política” não se restringia ao desejo sexual por outras mulheres, mas significava um

compromisso radical com a ruptura da ordem heterossexual e patriarcal (Navarro-Swain, 2002). Essa perspectiva entende a heterossexualidade como regime compulsório que organiza a sexualidade feminina, propondo que a atenção e a energia das mulheres sejam redirecionadas a outras mulheres. Nesse mesmo sentido, Adrienne Rich (2010) argumenta que a heterossexualidade deve ser entendida como uma instituição política, e não como simples escolha individual, convocando também as mulheres não-lésbicas a questioná-la. Ao sugerir que as feministas interroguem sua própria heterossexualidade, Rich evidencia que tanto as relações entre mulheres quanto outros aspectos da vida cotidiana são moldados pela compulsoriedade da instituição da heterossexualidade.

Em outra cena, a feminista Bertha Harris afirma que a transformação virá quando as mulheres deixarem de priorizar os homens e se organizarem com suas irmãs. Logo depois, o vídeo mostra uma comuna rural de mulheres lésbicas. Em primeiro plano, uma mulher jovem negra, de cabelos raspados e óculos, compartilha seu sentimento de pertencimento: “eu sei que se eu for para qualquer lugar [...] eu vou encontrar mulheres que sei que vão me entender; [...] vou encontrar um grupo de mulheres que me entendem e não vou me sentir isolada”. Nesse mesmo sentido, as *Radicalesbians* (1970) afirmam que, muitas vezes, quando as mulheres se percebem lésbicas, podem acabar vivendo isoladas e sozinhas, mas que isso pode ser revertido a partir de uma nova perspectiva: “a libertação de si, a paz interior, o verdadeiro amor por si e por todas as mulheres, é algo a ser compartilhado com todas as mulheres” (Radicalesbians, 1970, p. 1, tradução minha). Assim, superar o isolamento ao investir nos vínculos entre mulheres era entendido como algo libertador pelo movimento lésbico-feminista, temática que também aparece em *The Apartment* – a recorrência do tema nos dois vídeos evidencia que a construção de laços entre mulheres era um eixo central do movimento.

Em seguida, o vídeo apresenta outra sequência de cenas acompanhada por uma trilha sonora. A música, composta por violão e voz feminina, celebra a vida das *country dykes* – as sapatonas do campo – e descreve um cotidiano partilhado entre mulheres. A letra fala em abandonar modos de vida patriarcais e abrir novos caminhos, ao mesmo tempo em que celebra os rituais diários, como aprender artes, praticar o artesanato, criar e viver juntas. As imagens reforçam a letra da música: vemos a paisagem rural, um caminhão cruzando a estrada de terra com mulheres na caçamba, além de momentos íntimos de convivência, como preparar refeições e comer coletivamente. A montagem nos conduz para a esfera privada de mulheres lésbicas que, afastadas da cidade, constroem uma vida coletiva e criativa.

Essas cenas foram gravadas em uma comuna lésbica separatista, parte de um movimento transnacional que se expandiu entre lésbicas a partir dos anos 1970. O separatismo buscava romper com o modelo de vida patriarcal por meio da criação de comunidades exclusivas de mulheres, nas quais a presença masculina era vetada, incluindo meninos a partir dos dez anos de idade (Valentine, 1997). Se cidade era entendida como um produto do patriarcado, o campo era idealizado como espaço distante da lógica patriarcal (Valentine, 1997). Permanecer somente entre mulheres era visto como condição para afirmar uma identidade feminista lésbica e experimentar novos modos de vida e de relação com a natureza, permitindo a formulação de alternativas sociais radicais (Valentine, 1997). O lesbianismo separatista, influenciado por experiências de separatismo negro como as propostas por Malcolm X, era uma estratégia para reaprender a viver sem dominação masculina.

Todavia, o separatismo lésbico foi alvo de críticas, especialmente por parte de feministas negras. Audre Lorde (2020), por exemplo, reconhecia a importância de espaços exclusivos para mulheres, mas questionava a exclusão de meninos acima dos dez anos. Para ela, mãe de um menino, esses garotos também representavam a esperança de um novo mundo, e sua presença nesses espaços era fundamental. De modo semelhante, Barbara Smith, em conversa com a irmã Beverly Smith (1983), observou que o separatismo parecia viável apenas para mulheres com privilégios branco e de classe. Mulheres racializadas, afirmou Barbara Smith, não poderiam simplesmente abandonar tudo para viver no campo. Além disso, afirmava que o racismo não atingia só as mulheres, mas todas as pessoas racializadas, o que torna necessário formar alianças, inclusive com homens que partilham da mesma opressão (Smith; Smith, 1983).

De volta ao vídeo, a sequência das *country dykes* é bruscamente interrompida por imagens e ruídos da cidade de Nova Iorque: homens de terno e chapéu cruzam as ruas, buzina, caminham diante de letreiros como “*Girls! Girls! Girls!*” – possivelmente um clube de *strip-tease*. O contraste entre os dois mundos – o mundo privado idílico e idealizado feminino e o mundo público barulhento e sujo masculino – é nítido e intencional. O cotidiano ideal das lésbicas separatistas é colocado em oposição à sujeira e ao barulho da metrópole, traçando um embate visual e político entre o público e o privado.

Em outra cena, várias mulheres estão sentadas em roda em uma sala, fumando e conversando. A bioquímica Joanne Steele, mulher branca de óculos, diz que o patriarcado começou quando os homens descobriram sua participação na reprodução humana, retirando

das mulheres o poder espiritual associado ao “dom” de gerar a vida. Em seguida, ela menciona a partenogênese – a possibilidade de reprodução a partir dos óvulos, sem a necessidade dos espermatozoides – e vislumbra a existência de uma sociedade sem homens. Nessas cenas, o clima é descontraído e íntimo. Ainda que se trate de uma conversa no espaço privado, o registro em vídeo já projeta essas ideias para a circulação no espaço público.

Em uma sequência de cenas distinta, o vídeo evidencia o diálogo entre o movimento lésbico e o movimento negro. Em uma das cenas, quatro mulheres negras conversam sentadas à mesa, sob o intertítulo “*National Black Feminist Organization*” (NBFO)⁶. Margaret Sloan-Hunter explica que a NBFO busca lembrar às mulheres negras que sua opressão não é apenas racial, mas também de gênero. Segundo ela, embora compreendessem o racismo, muitas mulheres relutavam em reconhecer a violência do sexismo por se afastarem do movimento feminista. O objetivo central da organização é justamente afirmar que racismo e sexismo atuam ao mesmo tempo. Em outra entrevista, também na sede do NBFO, uma jovem chamada Lori Sharpe aprofunda esse debate ao refletir sobre a sexualidade, especificamente sobre o amor entre mulheres: para ela, a lesbianidade não se trata apenas de sexualidade, mas de vínculos e cuidados sistematicamente negados às mulheres. “Não se junte com mulheres, não ame mulheres, não ame a si mesma – é isso que eles estão dizendo”, afirma.

Essa compreensão permite entender o feminismo lésbico como projeto que ultrapassa as fronteiras da sexualidade. Cheryl Clarke (1983) argumenta que o feminismo lésbico se constitui como uma luta de libertação mais ampla contra o patriarcado, o racismo e o heterossexismo, mas também contra todas as formas de dominação. Para a autora, o feminismo lésbico tem o potencial de transformar a vida de todas as pessoas: “Se o feminismo lésbico radical significa ter uma visão antirracista, anticlassista e anti-ódio às mulheres [...] então todas as pessoas que lutam para transformar o caráter dos relacionamentos dessa cultura têm algo a aprender com as lésbicas” (Clarke, 1983, p. 134, tradução minha).

Esse horizonte de transformação radical do mundo, que Clarke associa ao feminismo lésbico, é materializado na última sequência do vídeo. A trilha sonora das cenas seguintes é *Woman Power*, de Yoko Ono, música lançada em 1973 cuja letra fala do nascimento de um novo mundo pautado no poder das mulheres. Assim como as músicas de Yoko Ono, ao longo de todo o vídeo mulheres convocam, com palavras e imagens, um novo mundo possível.

⁶A *National Black Feminist Organization* (NBFO), fundada em 1973, em Nova Iorque, tinha como principal objetivo abordar a dupla opressão do racismo e do sexismo para as mulheres negras. Apesar da organização ter acabado em 1976, algumas células seguiram funcionando até 1980.

Vemos cenas de marchas lésbicas e feministas nas ruas: juntas, mulheres dançam, cantam e riem.

Em uma das entrevistas realizadas com Rita Moreira, perguntei se ela e suas companheiras lésbicas sentiam raiva. Ela respondeu que sim, mas explicou que, quando estavam juntas, essa não era a emoção predominante – e sim a vontade de resistir, o planejamento, a impulso para a ação. Se a raiva nasce das opressões cotidianas vividas pelas mulheres, da violência, da invisibilidade, da exclusão, por outro lado, a emoção que emerge da luta é outra, e se manifesta como energia, como alegria que nasce do movimento, do compartilhamento, da construção coletiva de um novo mundo (Nunes, 2023):

A gente dançava quase que toda a noite num bar chamado *Duchess*⁷. Nós íamos no metrô, já sempre em três ou quatro, e nós já íamos planejando... e a gente dançava já planejando a passeata. Tinha uma música que era assim: “*an angry woman is a beauty*”. A emoção principal é a vontade, é a resistência, a vontade de resistir, mais do que a raiva. Não raiva! Na hora que a gente estava naquele grupo [...], não tinha raiva, tinha planejamento. A raiva é no dia a dia. Na hora que levava um fora, na hora que o emprego era dado para o homem e não para a mulher, na hora que aconteciam todas aquelas coisas, na hora em que as mulheres eram botadas para trás, sempre tendo que trabalhar mais. Aí é que dava raiva. Agora, a emoção da ação... É uma espécie quase de alegria, no trabalho. A emoção boa mesmo da luta é a alegria! (Moreira, 2020, p. 29).

Sara Ahmed (2022) propõe que esse momento de ruptura – quando a raiva acumulada finalmente encontra expressão – seja compreendido como um “estalo feminista”. Um estalo não é uma simples reação ao que está acontecendo no presente, mas também uma resposta ao passado: “a todas as experiências passadas que teve que aturar. Estalar é dizer não a essa história, a sua perpétua encenação” (Ahmed, 2022, p. 317). O estalo é, portanto, um ponto de virada, pois rompe com a repetição da violência e inaugura novas possibilidades. A autora ainda destaca que o estalo pode ser individual ou coletivo. E, no caso do feminismo lésbico, ele se manifesta como um despertar político, uma ação coletiva e planejada (Ahmed, 2022).

No feminismo lésbico, esse estalo é alimentado pela raiva acumulada e pela vontade de transformação. A primeira frase do manifesto *The Woman-Identified Woman* (1970), das *Radicalesbians*, afirma: “A lésbica é a fúria de todas as mulheres condensadas a ponto de explosão”. A lésbica é, aqui, o ponto de ruptura: ela carrega em si a fúria coletiva de todas as mulheres, a condensa e explode em um estalo. Mas essa fúria lésbica não se resume à raiva:

⁷ O *Duchess* (Duquesa) foi um bar de mulheres lésbicas fundado em 1972, localizado no Greenwich Village, em Nova Iorque, que teve mais de 20 anos de história. Entre 1972 e 1982, foi frequentado por grande parte da comunidade lésbica nova-iorquina, principalmente por quem fazia parte do movimento de mulheres. Ver: <https://www.nyclgbtsites.org/site/the-duchess-the-grove-pandoras-box/>. Acesso em 14 jun. 2025.

ela é também energia, impulso de transformação. Sara Ahmed (2022, p. 354) afirma que “tornar-se lésbica é um tornar-se enérgica”, redirecionando a atenção e a energia das mulheres que passam a priorizar a si mesmas e umas às outras, e não mais os homens como centro das relações. O estalo feminista atravessado pela fúria lésbica fornece energia para a ação, para o movimento. As lésbicas ocupam as ruas em manifestações e substituem a raiva pela ação.

Rita viveu com alegria com suas amigas em Nova Iorque, mas a alegria que ela enfatiza foi originada na ação. Como ela mesma afirma, “a melhor emoção é a alegria do movimento, a alegria da ação. A palavra é: alegria da ação. Às vezes o jornal falava “*Women's Lib*”, e nunca foi; a gente sempre chamou “*The Movement*”. É a alegria do movimento, estar em movimento” (Moreira, 2020, p. 30). O movimento, para ela, não era apenas um nome, mas uma prática. Essa alegria coletiva, vivida por mulheres em espaços antes privados transbordava para a esfera pública. O pessoal era, de fato, político. É nesse deslocamento, em que a vida pessoal se converte em ação política, que o feminismo lésbico se fez movimento.

Considerações finais

Este artigo teve como principal objetivo compreender, através dos vídeos *The Apartment* (1975) e *Lesbianism Feminism* (1974), de Rita Moreira e Norma Bahia Pontes, como a esfera pública e a privada foram abordadas pelos movimentos de mulheres da década de 1970. Os vídeos trataram de temas centrais dos debates feministas da época e trouxeram à tona imagens de mulheres lésbicas, registrando na narrativa histórica a memória dessas experiências.

A construção do espaço privado em uma perspectiva feminista, sublinhando as possibilidades da criação de um lar onde se possa viver, alcançar conhecimento e criatividade, foi pensada por meio da análise de *The Apartment*. O vídeo demonstra a possibilidade de construir “um teto todo seu”, um espaço onde seja possível existir independentemente dos homens, distanciando-se das imposições patriarcais da heterossexualidade e dos estereótipos de gênero associados a ocupações e profissões. Carol, a personagem principal, reforma seu apartamento em Manhattan, e constrói materialmente um lar lésbico que é, ao mesmo tempo, refúgio e prisão. Ela expressa sentir que a cidade onde vive é cruel, mas que no lar que constrói é possível ser livre. Ela sublinha a importância da vida compartilhada entre mulheres e afirma que o isolamento é pior que a morte. Entretanto, em meio à cidade e à sociedade patriarcal, ela prefere ter um refúgio, mesmo que solitário, onde possa construir um lar à sua maneira.

Já a análise do vídeo *Lesbianism Feminism* permitiu desdobrar questões relacionadas à ocupação da esfera pública pelo movimento lésbico, diluindo as fronteiras entre público e privado, entre o pessoal e o político. O vídeo reforça a importância do redirecionamento da energia das mulheres para outras mulheres, e argumenta em favor da priorização dos vínculos entre elas, evidenciando a recusa do isolamento como um dos eixos centrais do movimento, tal como em *The Apartment*. Ao mesmo tempo, tanto em *Lesbianism Feminism* quanto em *The Apartment*, a valorização da criatividade aparece como estratégia de sobrevivência e de transformação, seja na reforma de um apartamento, na poesia, no teatro ou nos rituais cotidianos de uma vida compartilhada. Essa recorrência mostra que, nos dois vídeos, amizades e criatividade dentro do movimento lésbico-feminista constituem práticas de resistência e horizontes para a construção de um novo mundo.

Poder falar e ser ouvida na esfera pública possibilita que as mulheres reiterem sua humanidade, desafiando o silenciamento imposto historicamente pelo patriarcado. A tecnologia do vídeo contribuiu para que vozes fossem ouvidas e reconhecidas, deslocando as mulheres da posição de objeto à de sujeito. Tal tecnologia, especialmente por meio dos videodocumentários, permitiu às mulheres apresentarem as realidades de sua opressão, protagonizando e narrando suas próprias histórias. As imagens de mulheres lésbicas nos vídeos de Norma Bahia Pontes e Rita Moreira favorecem a escrita de uma história lésbica, já que produzem outras formas de memória. Ao ampliar a visibilidade lésbica, esses videodocumentários subvertem enquadramentos e apagamentos impostos pela heterossexualidade compulsória que, historicamente, regulou e restringiu o conhecimento público sobre a existência lésbica – ainda que o amor entre mulheres tenha sido vivido e nomeado de maneiras diversas ao longo do tempo.

Fontes

LESBIANISM Feminism. Direção: Norma Bahia Pontes e Rita Moreira. Nova Iorque, 1974. 29 min.

MOREIRA, Rita. Entrevista concedida à autora. Florianópolis e São Paulo (*online*): Acervo pessoal. 13 jun. 2020. 34 p.

MOREIRA, Rita. Entrevista concedida à autora. São Paulo: Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). 02 abr. 2019. 25 p.

RADICALESBIANS. The Woman-Identified Woman, 1970. Disponível em: <<https://repository.duke.edu/dc/wlmpc/wlmms01011>>. Acesso em 14 jun. 2024.

THE Apartment. Direção: Norma Bahia Pontes e Rita Moreira. Nova Iorque, 1975. 27 min.

Referências

- AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- BARLOW, Melinda. Feminism 101: The New York Women's Video Festival, 1972-1980. **Camera Obscura: Feminism, Culture, and Media Studies**, v. 18, n. 3, dez. 2003, p. 3-38.
- BESSA, Karla. "Um teto por si mesma": multidimensões da imagem-som sob uma perspectiva feminista-queer. **Artcultura**. Uberlândia, v. 17, n. 30, jan-jun. 2015, p. 67-85.
- CLARKE, Cheryl. Lesbianism: an act of resistance. In: MORAGA, Cherríe; ANZALDUA, Gloria (org.). **This bridge called my back: Writings by radical women of color**. Boston: Kitchen Press, 1983, p. 128-137.
- CVETKOVICH, Ann. **An Archive of Feelings: Trauma, Sexuality, and Lesbian Public Cultures**. Duke University Press, 2003.
- JOHNSTON, Claire. Women's cinema as counter-cinema. In: JOHNSTON, Claire (org.), **Feminism and Film**. New York: Oxford University Press, 2000, p. 22-33.
- LORDE, Audre. **Irmã outsider: Ensaios e conferências**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MULVEY, Laura. Looking at the Past from the Present: Rethinking Feminist Film Theory of the 1970s. **Signs**. Boston, v. 30, n. 1, Special Issue: Beyond the Gaze: Recent Approaches to Film Feminisms, 2004. p. 1286-1292.
- MULVEY, Laura. Prazer visual e cinema narrativo. In: XAVIER, Ismail (org.). **A experiência do cinema**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- NAVARRO-SWAIN, Tania. Feminismo e Lesbianismo: quais desafios? **Labrys, estudos feministas**. Florianópolis, n. 1-2, jul./dez. 2002.
- NUNES, Alina. **Um gato sem rabo e outras histórias lésbicas: a história de vida e a produção de vídeos de Rita Moreira**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.
- NUNES, Alina; ZACCHI, Lara. "As pessoas não podem resistir sozinhas": memórias, amizade e gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul. In: WOLFF, Cristina (org.). **Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 12-32.
- OKIN, Susan. Gênero, o Público e o Privado. Tradução de Flávia Biroli. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, 2008, p. 305-332.
- PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- PEREZ, Livia. Do Cinema Novo ao vídeo lésbico feminista: a trajetória de Norma Bahia Pontes. **Rebeca**, v. 9, n. 2, jul./dez. 2020, p. 20-45,
- PEREZ, Livia. **Encontros e reencontros com Norma Bahia Pontes: realizações, deslocamentos e interlocuções de uma cineasta, videomaker e ensaísta**. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.
- PERROT, Michelle. Introdução. In: PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 9-26.
- PERROT, Michelle. Introdução. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, p. 7-12.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. *In*: PROST, Antoine; VINCENT, Gerard. (org.). **História da vida privada**, 5: Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 13-17.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica (1980). **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**. Natal, v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17- 44.

ROSA, María Laura. Disidencias Sexuales y video documental feminista en los años 70: las Cineastas brasileñas Rita Moreira y Norma Bahia Pontes Pioneras en las denuncias sobre la opresión de las mujeres y la invisibilidad lésbica. **Arte y Políticas de Identidad**. Murcia, v. 16, n. 16, jan. de 2018, p. 37-54.

SMITH, Barbara; SMITH, Beverly. A Sister-to-Sister Dialogue. *In*: MORAGA, Cherríe; ANZALDUA, Gloria (org.). **This bridge called my back**: Writings by radical women of color. Boston: Kitchen Press, 1983, p. 113-127.

VALENTINE, Gill. Making space: Lesbian separatist communities in the United States. *In*: CLOKE, Paul; LITTLE, Jo (ed.). **Contested countryside cultures**: Otherness, marginality, and rurality. London: Routledge, 1997, p. 109-122.

VILLAREJO, Amy. **Lesbian rule**: cultural criticism and the value of desire. Durham; Londres: Duke University Press, 2003.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

CHANACOMCHANA: Resistência Lésbica Durante à Ditadura Militar com a Análise da Primeira Edição de 1982

CHANACOMCHANA: Lesbian Resistance During the Military Dictatorship with the Analysis of the First Edition of the Bulletin in 1982

Karina Tomaz da Silva¹, UFPEL

Darcylene Pereira Domingues², UFPEL

Resumo

Este artigo examina o *CHANACOMCHANA* (1982-1987), uma publicação criada por mulheres lésbicas durante a fase de redemocratização da ditadura militar no Brasil. A análise da primeira edição do periódico, embasada nas obras de Monique Wittig, Judith Butler e Audre Lorde, desvenda como o boletim operou como uma ferramenta de resistência política e cultural. O artigo demonstra que o boletim desafiou ativamente o silenciamento da lesbianidade, o falocentrismo e a heteronormatividade predominantes. A contextualização do surgimento do boletim é crucial ao revelar seu surgimento em um cenário de repressão institucional, onde lésbicas enfrentavam exclusão tanto da sociedade em geral quanto dos próprios movimentos feministas e homossexuais da época. Assim, a publicação se estabeleceu como um espaço de visibilidade e construção identitária para mulheres lésbicas.

Palavras-chave: Lesbianidade; Resistência; Ditadura Militar; Visibilidade Lésbica.

Abstract

This article examines *CHANACOMCHANA* (1982–1987), a publication created by lesbian women during Brazil's process of redemocratization following the military dictatorship. The analysis of its first issue, grounded in the works of Monique Wittig, Judith Butler, and Audre Lorde, reveals how the newspaper functioned as a tool of political and cultural resistance. The article shows that it actively challenged the silencing of lesbian existence, as well as the prevailing phallocentrism and heteronormativity. Contextualizing the emergence of the newspaper is crucial, as it highlights its appearance within an institutional framework of repression, where lesbians faced exclusion not only from broader society but also from feminist and homosexual movements of the time. Thus, the publication established itself as a space of visibility and identity construction for lesbian women.

Keywords: Lesbianism; Resistance; Military Dictatorship; Lesbian Visibility.

Introdução

A homossexualidade, seja ela feminina ou masculina, é sistematicamente oprimida pelos discursos que naturalizam a heterossexualidade como a base inquestionável da

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: karinatomazdasilva@gmail.com Lattes <http://lattes.cnpq.br/4773379783942621>

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: darcylenedomingues@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1116806849100317> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1475-0577>

sociedade, conforme postulado por Wittig (1980). Essa hegemonia discursiva nega aos homossexuais – e, no escopo específico deste artigo, às lésbicas – a capacidade de forjar suas próprias categorias de existência e de expressão. Wittig (1980) argumenta que tal discurso as confina, impedindo-as de se manifestar fora dos termos preestabelecidos e aceitos pela heteronormatividade. É precisamente por essa razão que um periódico como o qual nos aprofundaremos neste trabalho ainda hoje causaria estranhamento e choque caso fosse amplamente distribuído. O boletim *CHANACOMCHANA* (1982-1987) representa não apenas um ato de resistência diante da "democratura" imposta no período de reabertura após o golpe civil-militar, mas também uma confrontação direta às estruturas persistentes de opressão em relação à lesbianidade. Quase quatro décadas após o encerramento de suas atividades, a relevância do *CHANACOMCHANA* e a urgência de suas mensagens permanecem inegáveis. Isso nos conduz ao cerne desta questão: a permanência da homofobia. Apesar do tempo decorrido desde o fim do boletim, seus discursos mantêm-se notavelmente atuais e evidentes, ressoando nas lutas contemporâneas por reconhecimento e liberdade.

Dessa forma, este estudo busca compreender o boletim *CHANACOMCHANA* como um importante veículo de resistência e demonstração de representação lésbica durante os anos da ditadura civil-militar brasileira. Além disso, propomos relacionar este período com a persistência da violência contra lésbicas.

É notório que, entre as décadas de 1970 e 1980, diversos grupos ligados à homossexualidade – como o GALF (Grupo de Ação Lésbica-Feminista), o LF (Lésbica Feminista) e o SOMOS (Grupo de Afirmação Homossexual) – e à cultura marginal da época começaram a produzir diferentes materiais. Essas publicações circulavam em espaços de convivência desses grupos, sobretudo na cidade de São Paulo, com seus pontos de encontro icônicos, destacando-se o Ferro's Bar, onde o *CHANACOMCHANA* encontrou seu público.

Este artigo fundamenta-se em teóricas como Monique Wittig e Judith Butler, e complementa-se com uma análise da primeira edição do boletim *CHANACOMCHANA*. Apresentamos excertos da edição, discorrendo sobre eles sob uma perspectiva histórica, e destacamos seus aspectos de resistência. Essa resistência se manifesta não apenas de forma direta, como no emblemático levante do Ferro's Bar, mas também de maneira prosaica, onde a ausência de um embate explícito não implica passividade dessas mulheres (Scott, 1993). Em meio a uma reabertura política que não as contemplava enquanto grupo, elas buscavam estabelecer sua identidade em um contexto de intensa repressão. Pois como nos afirma Scott (1993) gênero é primeiramente constituinte de uma relação de poder.

Nesse ínterim, é crucial uma análise crítica do conteúdo apresentado pelo boletim, buscando ir além do que está literalmente escrito no documento. Para isso, é imprescindível considerar o contexto histórico, abarcando o defendido por Olabuenaga e Ispizúa (1989). Eles propõem a análise de conteúdo como uma técnica essencial para ler e interpretar documentos, que, quando analisados adequadamente, "nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos da vida social de outro modo inacessíveis" (Olabuenaga; Ispizúa, 1989, p. 20), caracterizando-a como uma análise qualitativa.

Além disso, a análise reforçará a necessidade dessas mulheres de se identificarem como uma unidade com força política. Adicionalmente, empregaremos a revisão bibliográfica conforme metodologias consagradas, como a mencionada por Lakatos:

A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições, ou rearmar comportamentos e atitudes. Tanto a confirmação, em dada comunidade, de resultados obtidos em outra sociedade quanto a enumeração das discrepâncias são de grande importância (Lakatos, 2017, p. 240).

Portanto, nossa análise incorpora uma ampla gama de escritoras de gênero, bem como diversos artigos e livros já publicados que abordam o boletim em questão. Ao empregar essa metodologia, conseguimos identificar as características ideológicas intrínsecas ao boletim, revelando as opiniões e ideias das mulheres lésbicas que foram as responsáveis pela criação desse material.

Contexto Político Cultural do período

Para compreender o período em que o boletim *CHANACOMCHANA* foi concebido e circulou, é essencial mergulhar nas características político-culturais do Brasil da época. No final da década de 1970, o então presidente Ernesto Geisel já sinalizava o início de uma abertura política que, em suas palavras, deveria ser "lenta, gradual e segura" — uma abertura, portanto, limitada e negociada.

Já na primeira metade dos anos 80, durante o governo João Baptista de Oliveira Figueiredo, a população intensificava a pressão, clamando por eleições diretas no movimento que ficou conhecido como "Diretas Já!", exigindo a participação popular na escolha do presidente do país. Apesar de Figueiredo ter declarado em 1978, ao ser questionado sobre a abertura política, que "É para abrir mesmo. E quem quiser que não abra, eu prendo. Arrebento. Não tenha dúvidas", a primeira eleição direta para a presidência só viria a ocorrer em 1989.

Nesse cenário de transição conturbada, também houve o infame Atentado do Riocentro, em 1981. Este atentado, orquestrado por militares, visava incriminar a esquerda brasileira e era direcionado a um show que reunia grandes nomes da música popular, em celebração ao Dia do Trabalhador. Contudo, o plano fracassou quando uma das bombas explodiu prematuramente, resultando na morte de um sargento e ferindo um capitão.

Fotografia 1: Corpo do sargento Guilherme do Rosário, que morreu após uma bomba explodir no veículo em que estava



Fonte: Agência O Globo.

O Brasil enfrentava uma profunda crise financeira, resultado direto do milagre econômico prometido pela ditadura através de sua política desenvolvimentista. A inflação descontrolada atingia patamares recordes, chegando a 100% em 1980, o que levava à rápida desvalorização dos salários da classe trabalhadora. Além disso, o país lidava com altos índices de desemprego, um crescente déficit público e uma dívida externa com os Estados Unidos que aumentava vertiginosamente. Além disso, segundo Paulino:

Além de todos os problemas existentes, a classe trabalhadora foi submetida também ao chamado “arrocho salarial”, no qual o salário mínimo não acompanhava o reajuste da inflação. Com isso, as empresas estrangeiras e as empresas privadas nacionais se sentiam atraídas pelo baixo preço da força de trabalho, logo a desigualdade social se tornou ainda maior (Paulino, 2020, p. 564).

Em virtude desses desafios, a década de 1980 ficou marcada como a década perdida para o Brasil, caracterizada por dívidas substanciais e um crescimento pífio do Produto Interno Bruto (PIB). A economia brasileira só alcançaria uma estabilização efetiva em 1994, com a implementação do Plano Real durante o governo do presidente Itamar Franco. Contudo, se no plano econômico a década de 80 foi um período de estagnação, o mesmo não

pode ser dito sobre o âmbito social e político. Nesse momento, partidos e sindicatos começaram a se reorganizar, e a população intensificou suas reivindicações por justiça social, liberdade de expressão e debates sobre a grave situação econômica. Além disso, houve um notável aumento na discussão sobre a violência contínua e inegável contra negros, gays, travestis e lésbicas. Nessa atmosfera de contradição, o antropólogo e historiador brasileiro Luiz Mott (2005, p. 101), em seu trabalho, cita o dossiê "Violação dos direitos humanos e assassinatos de homossexuais no Brasil". Este documento registrou mais de 1.700 mortes motivadas por homofobia entre os anos de 1980 e 1999. No entanto, Mott ressalta que esse número representa apenas "o topo do iceberg", uma vez que o dossiê considerou apenas dois terços do território nacional brasileiro.

Adicionalmente, naquele período, a cidade de São Paulo experimentava uma intensa repressão contra a comunidade LGBT, impulsionada por políticas desenvolvidas por Paulo Maluf e Wilson Eno Richetti. Esse momento se alinha perfeitamente com a observação de Wittig (1980, p. 10), que afirma: "o lesbianismo, a homossexualidade e as sociedades que formamos não podem ser pensados nem falados, embora sempre tivessem existido". Dessa forma, torna-se crucial aprofundarmo-nos na análise histórica para compreender a atuação dessas figuras.

O então governador do Estado de São Paulo, Paulo Maluf, ordenou a intensificação das rondas de policiamento ostensivo. Sob o comando de José Wilson Richetti -representado na Fotografia 2 -, delegado chefe da Seccional de Polícia da Zona Centro, o objetivo era "limpar" o centro de São Paulo de gays, lésbicas, travestis e outras minorias vulneráveis, utilizando a força. De acordo com Ricardo Afonso Rocha:

O plano era simples: realizar rondas policiais em locais frequentados por sujeitos não-cis-heterossexuais. As batidas chegaram a averiguar 500 pessoas por dia. Conforme consta no Relatório final da CNV, aproximadamente, 1.500 pessoas foram levadas às cadeias e aos porões da ditadura por essa prática de higienização. O fundamento legal dessas ações era a contravenção penal de vadiagem (Rocha, 2020, p. 66).

A intensa repressão policial orquestrada por Richetti e Maluf, somada à proibição da venda do boletim *CHANACOMCHANA* pelos proprietários do Ferro's Bar, culminou em um histórico protesto em 19 de agosto de 1983. O episódio, que ficou conhecido como o "Stonewall Brasileiro", representou um marco na resistência política lésbica, evidenciando a capacidade de mobilização frente ao autoritarismo remanescente e à censura moral da época.

Fotografia 2: Delegado José Wilson Richetti, durante ação contra travestis, prostitutas e homossexuais



Fonte: Centro de Documentação LGBTI+ Prof. Dr. Luiz Mott.

O Ferro's Bar, um dos principais pontos de encontro LGBT e local de circulação do boletim, foi o palco desse levante. Dois anos após o lançamento da primeira edição do *CHANACOMCHANA*, e com o apoio das organizadoras do boletim e da fundamental figura de Rosely Roth, pioneira e grande articuladora do movimento lésbico brasileiro, o dia desse levante se transformou no Dia do Orgulho Lésbico no estado de São Paulo, presente na Fotografia 3. Essa data foi oficialmente aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) em junho de 2008 e é celebrada até hoje como um poderoso símbolo da resistência lésbica frente à repressão.

Conforme nos demonstra Bernardo Kucinski (1991, p. 9) “durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar”. É nesse cenário de efervescência e contradição que nasce o *CHANACOMCHANA* em 1982, um jornal e boletim feito “de e para lésbicas” que se manteve ativo até 1987. O periódico rapidamente se consolidou dentro da imprensa alternativa da época, a exemplo do renomado Jornal *Lampião da Esquina*. Seu conteúdo abrangia principalmente questões de gênero, discutindo abertamente sobre lesbianidade, feminismo, política, questões de classe e o vasto universo do prazer feminino, além de servir como uma rede de apoio e visibilidade que rompia com o isolamento social imposto pela ditadura civil-militar. Ao documentar as subjetividades e as lutas coletivas, o boletim não apenas informava, mas também construía uma identidade política sólida para o movimento lésbico em meio à transição democrática.

Fotografia 3: Levante do Ferro's Bar. 19 de agosto de 1983



Fonte: Folha Press.

Miriam Martinho (2012), uma das colaboradoras mais assíduas do boletim: "A relação entre lésbicas e feministas, porém, foi marcada por discordância e o *CHANACOMCHANA* acabou sendo uma alternativa de leitura para as mulheres lésbicas feministas que não se viam representadas na imprensa feminista". Dessa forma, podemos vincular a observação de Martinho com a perspicaz frase de Butler (2016, p. 19): "a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão". No contexto do *ChanaComChana*, mulheres lésbicas buscavam justamente consolidar sua identidade e preservar suas especificidades, excluindo, do material que criavam, narrativas masculinas ou visões heteronormativas do próprio feminismo que não as representavam. Essa dupla exclusão operava como um mecanismo de autodefesa e afirmação, permitindo que o boletim funcionasse como um espaço de resistência dentro da resistência.

Diante das lacunas de representatividade, o Movimento Lésbica Feminista (MLF) surge como uma dissidência do Grupo SOMOS, considerado o primeiro grupo homossexual politicamente organizado no Brasil. A insatisfação das lésbicas com o SOMOS decorria da percepção de que o grupo não abordava adequadamente as questões e necessidades específicas das mulheres lésbicas, reproduzindo, muitas vezes, o sexismo e a priorização das pautas do movimento homossexual masculino em detrimento da dupla opressão, de gênero e sexualidade, enfrentada por elas.

Inicialmente, as lésbicas formavam um subgrupo dentro do próprio SOMOS, denominado LF (Lésbica Feminista). Contudo, as divergências entre os grupos se acentuaram.

As lésbicas consideravam inviável construir um ambiente verdadeiramente feminista com a presença masculina dominante, que frequentemente silenciava as demandas específicas das mulheres. Além disso, elas buscavam uma ressignificação da palavra "lésbica", termo que era visto com preconceito e estigma até mesmo dentro do próprio nicho lésbico em São Paulo, que muitas vezes preferia o uso de eufemismos ou termos menos politizados. Essa busca por redefinição já podia ser percebida nos folhetins produzidos quando o grupo ainda se denominava LF, evidenciando que a disputa semântica era, acima de tudo, uma disputa por existência política.

As lésbicas, então, empenharam-se na construção de uma identidade que rompesse com os tabus associados ao "ser lésbico". O objetivo era retirar a lesbianidade de um lugar de marginalidade e ofensa para uma sociedade heteronormativa, passando a ser refletida pelo grupo como um modo de ser, pensar e agir que as reafirmasse. Dessa forma, podemos integrar o pensamento de Wittig (2019) em sua obra clássica *O Pensamento Heterossexual*, que argumenta que as lésbicas não seriam mulheres, pois escapam à programação inicial ao não se submeterem à hierarquização falocêntrica. Para Wittig, a lesbianidade seria algo que se situa além das categorias homem e mulher, configurando-se como um conceito revolucionário que questiona a própria base da heterossexualidade compulsória como regime político, e não apenas como orientação sexual.

Diante das necessidades específicas, o Movimento Lésbica-Feminista (MLF) foi formado e, posteriormente, em 1982, mudou seu nome para GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista). Uma das primeiras e mais significativas ações desse grupo foi a divulgação do número único do jornal *CHANACOMCHANA* em 1981, organizado por figuras como Miriam Martinho, Fanny, Maria Serrath, Teca, Maria Carneiro da Cunha, Nair Benedito e Cristina Mendes. As demais produções se organizaram em formato de boletins e abordavam diversos assuntos e entre eles a grande disparidade entre "a mulher lésbica em nossa sociedade falocêntrica e ser um homem bicha nesta mesma instituição (SOMOS)" (*CHANACOMCHANA*, 1983, p. 2), reforçando a crítica à invisibilidade da mulher dentro das estruturas mistas de militância. Acerca das edições do boletim, diferentes colaboradoras estavam envolvidas e dispunham seu tempo na produção dele. O número analisado aqui contou com Miriam, Rosely Roth, Célia, Zaza, Helena e Maria Serrath, além da contribuição especial de Alfredo e João Baptista Breda.

O periódico era multifacetado, trazendo HQs, entrevistas, debates sobre o preconceito contra lésbicas, gays, transexuais e travestis, além de abordar temas como ecologia e política.

O *CHANACOMCHANA* também oferecia dicas de leitura e poesia, e incluía depoimentos, informes, telefones para contato, cartas e divulgação de eventos envolvendo lésbicas e feministas tanto no Brasil quanto no exterior. Esses folhetins circulavam dentro do que as mulheres chamavam de "gueto lésbico" – espaços onde as lésbicas se encontravam para conversar, beber e debater sobre política e questões de gênero. O principal exemplo desses locais era o Ferro's Bar, anteriormente citado, o qual funcionava como um território de resistência e sociabilidade em meio ao monitoramento e à repressão policial da época.

Origem do boletim e Difusão de Ideias

A origem do *CHANACOMCHANA* remonta a 1981, com a formação do Movimento Lésbica Feminista (MLF). Esse movimento surgiu de uma dissidência do Grupo SOMOS, o primeiro grupo homossexual politicamente organizado no Brasil. As integrantes do MLF sentiam que o SOMOS não abordava adequadamente as questões e necessidades específicas das mulheres lésbicas. Inicialmente, as lésbicas compunham um subgrupo dentro do próprio SOMOS conhecido como LF (Lésbica Feminista). Contudo, as diferenças entre os grupos tornaram-se cada vez mais evidentes. As lésbicas consideravam inviável a construção de um ambiente verdadeiramente feminista na presença de homens e, além disso, buscavam ressignificar a palavra "lésbica", um termo que, ironicamente, era malvisto até mesmo por parte do nicho lésbico de São Paulo daquele período. Sobre essa busca por redefinição, podemos observar os folhetins produzidos quando o grupo ainda atuava como LF, o subgrupo do SOMOS, os quais já ensaiavam a autonomia editorial que viria a se consolidar com o boletim independente.

Homossexual. Mas pode me chamar de lésbica. E por que não? Procure em qualquer dicionário e você verá que a palavra lésbica tem, por definição 'mulher homossexual'. Alguma ofensa nisso? Nenhuma, mas essa sempre foi usada com o intuito de ferir por uma sociedade heterossexual que não admite que ninguém saia dos padrões que ela considera 'normais e aceitáveis' (Macrae, 2018, p. 322).

Nesse contexto, as lésbicas empenharam-se na construção de uma identidade que rompesse com os tabus associados ao "ser lésbico". O objetivo era fundamental: resgatar a lesbianidade de um lugar de marginalidade e ofensa imposto por uma sociedade heteronormativa, passando a ser vivenciada e refletida pelo grupo como um modo de ser, pensar e agir que as reafirmasse enquanto sujeitos políticos autônomos.

Essa perspectiva se alinha diretamente ao pensamento de Monique Wittig (2019). Para ela, as lésbicas não seriam meramente "mulheres", pois escapam à programação inicial do contrato heterossexual e não se submetem à hierarquização falocêntrica. A lesbianidade, segundo Wittig, transcende as categorias binárias de homem e mulher, configurando-se como um conceito revolucionário que desnaturaliza os papéis sociais de gênero. Essa conexão com a citação de Wittig será explorada novamente nos escritos de Miriam Martinho e nas charges por ela criadas na primeira edição do *CHANACOMCHANA*, que serão analisadas a seguir, visando demonstrar como a teoria e a produção visual caminhavam de mãos dadas na construção dessa nova subjetividade.

Análise de Conteúdo da Primeira Edição

Ao explorar a primeira edição do boletim que conta com 11 páginas incluindo a capa, somos imediatamente confrontados com a escolha provocadora de seu nome, uma representação marcante da identidade e do ativismo das lésbicas paulistas. A palavra "chana" foi intencionalmente selecionada por seu caráter revolucionário, buscando gerar impacto e visibilidade em um cenário que, segundo as idealizadoras, tendia a marginalizá-las. As próprias criadoras sugeriram que o nome poderia ter raízes em termos como "chance", "chanca" ou até mesmo "chama", todos evocando um senso de oportunidade, desafio ou ignição. A edição inaugural do periódico faz uma referência significativa ao Serviço de Informação Lésbica Internacional (International Lesbian Information Service – ILIS), uma organização de suma importância para o movimento lésbico na Europa e nos Estados Unidos. É provável que o ILIS tenha servido como uma fonte crucial de inspiração teórica e um impulso fundamental para a criação e produção desses jornais no Brasil, demonstrando que o ativismo local estava sintonizado com as redes globais de resistência feminista.

Além de fornecer os contatos do ILIS, o boletim detalha o funcionamento e os ideais do Serviço, que visavam à "liberação das lésbicas de sua opressão política, legal, social, econômica através de uma perspectiva anti-racista, anti-classista e anti-sexista" (*CHANACOMCHANA*, 1982, p. 1). Essa declaração revela o caráter interseccional da publicação, que estava claramente alinhada com o pensamento de Audre Lorde, especialmente sua obra clássica "Não há hierarquia de opressão", evidenciando que as editoras do *CHANACOMCHANA* já compreendiam a indissociabilidade entre as lutas contra o patriarcado, o racismo e o capitalismo na experiência lésbica.

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra e dentro da comunidade Negra eu sou uma lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e outras milhares de mulheres Negras são parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra porque milhares de lésbicas e homens gays são Negros. Não há hierarquia de opressão (Lorde, 2018, n.p).

Na página 2 do periódico, somos apresentados ao instigante texto "O lesbianismo é um barato", assinado por Miriam Martinho. Nele, a autora tece críticas contundentes à "guetização" das mulheres lésbicas na sociedade. A frase "O Lesbianismo é um barato. Caro é o preço que a gente paga pra curtir esse barato" (CHANACOMCHANA, 1982, p. 2) encapsula a dualidade entre o prazer intrínseco à experiência lésbica e o alto custo social e pessoal imposto por uma sociedade heteronormativa. Martinho não apenas celebra os prazeres das relações lésbicas, mas também defende o caráter político da lesbianidade, ressaltando-a como uma forma de resistência e autoafirmação, desafiando a lógica da invisibilidade ao transformar o afeto em um ato de subversão pública.

Complementando o texto, uma charge de mesma autoria critica abertamente o grupo feminista SOS Mulher — Imagem 1. A crítica reside no fato de que o SOS Mulher, apesar de sua pauta feminista, não abordava a violência específica enfrentada por mulheres lésbicas. Tanto o texto quanto a charge dialogam diretamente com o pensamento de Monique Wittig, que argumenta que as lésbicas, ao se desviarem da relação heteronormativa estabelecida, deixam de ser consideradas "mulheres" dentro da lógica patriarcal. Essa página em particular evidencia o caráter de fanzine do boletim. Sua produção artesanal e independente é perceptível nas colagens, desenhos feitos à mão e na utilização de uma linguagem simples e repleta de gírias, características que conferem ao periódico uma autenticidade estética e política, típica das publicações de resistência que operavam às margens da grande imprensa.

Imagem 1: Charge de Miriam Martinho criticando o grupo SOS Mulher, 1982



Fonte: Portal Um Outro Olhar.

As páginas 3 e 4 do *CHANACOMCHANA* apresentam a instigante entrevista intitulada "Mulher de chuteira", conduzida com as jogadoras do Café Futebol Clube, time de futebol feminino da Boate Moustache. Para compreender a relevância dessa matéria, é fundamental contextualizar a situação do futebol feminino no Brasil à época. O esporte foi criminalizado por Getúlio Vargas através do Decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Em seu artigo 54, o decreto proibia, de forma genérica, às mulheres a "prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza". Em 1965, o Conselho Nacional de Desportos (CND) especificou ainda mais essa proibição, listando esportes como "lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo-aquático, rugby, halterofilismo e beisebol" como vedados às mulheres. Somente em 1979, ainda durante a ditadura militar, o decreto de Vargas foi revogado, e a regulamentação do futebol feminino ocorreria apenas em 1983, posteriormente à entrevista concedida pelas jogadoras do Café ao periódico, o que torna o relato dessas atletas um valioso documento de transgressão e resistência em um campo ainda marcado pela ilegalidade e pelo estigma social.

A prática do futebol feminino não apenas desafiava o que era preconcebido como a "condição natural" da mulher, mas também colidia frontalmente com os valores arraigados de uma sociedade machista. De acordo com Fábio Franzini:

É notório que o universo do futebol caracteriza-se por ser, desde sua origem, um espaço eminentemente masculino; como esse espaço não é apenas

esportivo, mas também sociocultural, os valores nele embutidos e dele derivados estabelecem limites que, embora nem sempre tão claros, devem ser observados para a perfeita manutenção da ‘ordem’, ou da ‘lógica’, que se atribui ao jogo e que nele se espera ver confirmada. A entrada das mulheres em campo subverteria tal ordem, e as reações daí decorrentes expressam muito bem as relações de gênero presentes em cada sociedade: quanto mais machista, ou sexista, ela for, mais exacerbadas as suas réplicas (Franzini, 2014, p. 316).

Essa resistência fica evidente na forma como as jogadoras se posicionam durante a entrevista. Optando por não mencionar seus nomes, elas buscavam se autopreservar em um contexto social hostil. Questionadas sobre suas perspectivas em relação à legalização do futebol feminino, as atletas do Café Futebol Clube respondem com uma clareza perspicaz: "Os homens, dirigentes de futebol, têm receio que a mulher vá competir com eles, já que o campo é a galeria onde se mostra a habilidade masculina. No Brasil, futebol é coisa de homem" (CHANACOMCHANA, 1982, p. 4). Essa fala denota que as jogadoras possuíam uma consciência aguçada de que o impedimento ao futebol não era meramente técnico ou biológico, mas uma reserva de domínio de prestígio e masculinidade que a presença feminina ameaçava desestabilizar. Ao publicarem essa denúncia, as editoras do boletim reforçavam o futebol como um espaço de luta feminista e de afirmação da sapatonidade frente à hegemonia masculina.

Essa declaração sublinha o medo masculino de que a presença feminina no campo pudesse "fissurar o discurso das diferenças naturais cuja base estava assentada no triunfo físico de um sexo sobre outro" (Goellner, 2005, p. 145), desconstruindo a narrativa de superioridade física masculina. A entrevista também revela as dificuldades financeiras enfrentadas por essas pioneiras. A falta de patrocínio forçava cada atleta a contribuir com Cr\$ 500 para despesas gerais e Cr\$ 100 mensais para a lavagem dos uniformes. O aluguel do campo da Vigor, que custava Cr\$ 500 por mês, somava-se a outras necessidades para a manutenção do time. Essa realidade expõe não apenas o amor pelo esporte, mas também a resiliência e o comprometimento dessas mulheres em desafiar as normas sociais e manter viva a paixão pelo futebol, mesmo diante de tantos obstáculos, evidenciando que a sobrevivência do Café Futebol Clube era, em si, um ato de militância coletiva que subvertia a precariedade imposta pelo Estado e pelo mercado esportivo.

O futebol reaparece nas páginas finais do boletim analisado, evidenciando sua importância contínua. Míriam Martinho e Rosely Roth abordam o I Festival de Mulheres nas Artes, um evento que, de forma inovadora, levou o futebol feminino ao icônico estádio do Morumbi pela primeira vez. Embora as autoras celebrem a beleza e a grandiosidade da

representação feminina nesse festival, elas lamentam a censura federal de uma música intitulada "Franchitude de Francha", escrita por Miriam e Gisele Fink. Em uma nota de protesto veemente, o *CHANACOMCHANA* manifesta-se contra a censura, declarando que ela "[...] é uma violência a um direito intrínseco de todo ser humano: o direito à expressão de seu pensamento. A liberdade é como uma máquina nova, enquanto não se tiver contato com ela, não será possível aprender a manejá-la" (*CHANACOMCHANA*, 1982, p. 7). Essa passagem não apenas demonstra a indignação das organizadoras do *CHANA*, mas também ressalta a sua crença inabalável na liberdade de expressão como um direito fundamental, evidenciando que a luta lésbica estava intrinsecamente ligada à resistência democrática contra os resquícios do aparato repressivo da ditadura.

Ao longo de toda a edição, as organizadoras deixam claros seus ideais de liberdade, a necessidade de organização entre as lésbicas e a importância de abordar as especificidades da homossexualidade feminina, de acordo com Kumpera (2021) o GALF “buscou afirmar que as lésbicas são sujeitos políticos, o que levou o grupo a questionar-se sobre os sentidos coletivos, sociais e históricos do lesbianismo” (Kumpera, 2021. p. 114) O boletim não só se posiciona frontalmente contra a ditadura militar vigente no país, mas também estabelece uma posição contrária ao apagamento das mulheres lésbicas dentro dos próprios movimentos sociais de esquerda e feministas. Ele fomenta, ativamente, o debate sobre a posição da mulher lésbica em uma nova organização política que se anunciava com a abertura democrática do período, reivindicando que a democracia só seria plena se contemplasse a livre expressão das identidades e afetos dissidentes.

Considerações finais

Ao refletir sobre o *CHANACOMCHANA* e as mulheres envolvidas em sua produção, percebemos um duplo processo de resistência. O primeiro reside na própria lesbianidade. A identidade lésbica, conforme analisado por Wittig (2019), transcende a mera qualificação e se torna uma posição de resistência frente às estruturas da heterossexualidade compulsória e do falocentrismo. Ser lésbica, nesse contexto, é um ato político intrínseco que desafia a naturalização dos papéis de gênero.

O segundo processo de resistência manifesta-se na organização política em si. Embora o período fosse de reabertura democrática no Brasil, as lésbicas ainda enfrentavam um significativo afastamento, seja da política em geral, dos movimentos de esquerda da época ou até mesmo do próprio movimento homossexual organizado. A criação e manutenção do

CHANACOMCHANA representam um esforço para preencher essa lacuna e garantir que as vozes das lésbicas fossem ouvidas e suas demandas atendidas, consolidando-o como um espaço de autoafirmação e de construção de uma memória coletiva dissidente. De acordo com Pescatori, podemos dizer que:

É em oposição à Ditadura Militar (1964-1985) que se concretiza a organização política do movimento brasileiro de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil. Sendo alvo da perseguição da ditadura simplesmente por serem lésbicas e isoladas politicamente pela esquerda, pelo “movimento homossexual” e pelo movimento feminista, as lésbicas unem-se em torno das pautas da redemocratização e do combate à lesbofobia (Pescatori, 2022, p. 252).

Percebemos, ao analisar o *CHANACOMCHANA*, que mesmo diante da suposta abertura democrática do período e de não ter sido diretamente censurado em sua publicação, o boletim foi profundamente atravessado por questões sociais e opressões estruturais. A truculência institucionalizada pelo aparato repressivo do governo, a censura de uma música em um festival e a necessidade das jogadoras do Café Futebol Clube de ocultarem suas identidades para se protegerem são provas claras disso.

Apesar desses desafios, o *CHANACOMCHANA* persistiu em sua busca por um espaço de opinião e diálogo para mulheres lésbicas. A produção não só expôs a urgência de construir um ambiente seguro para a lesbianidade, mas também se opôs vigorosamente ao papel imposto às mulheres pela sociedade, ao falocentrismo e ao mundo heteronormativo. Mais do que isso, o *CHANACOMCHANA* atuou como um agente de denúncia contra a truculência policial que a comunidade homossexual, como um todo, sofria, mesmo em um cenário de reabertura política no Brasil, revelando que os limites da transição democrática eram definidos pela manutenção do controle sobre a moralidade e os costumes.

Assim, o boletim foi fundamental para a visibilidade, reconhecimento e resistência de um grupo que, ainda hoje, enfrenta marginalização. Ele demonstrou que, mesmo em períodos de ausência de princípios democráticos, a luta por direitos e espaço jamais cessou. Com base no que foi exposto, fica evidente que o *CHANACOMCHANA* não foi apenas uma forma de resistência à ditadura militar, mas também se tornou um crucial espaço de luta contra a repressão que as mulheres lésbicas enfrentam até hoje. Seu impacto foi tão significativo que ele contribuiu para a instituição do dia 19 de agosto como o Dia do Orgulho Lésbico no estado de São Paulo e, posteriormente, marco para o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, uma data que permanece um símbolo de resistência e reconhecimento das mulheres lésbicas no Brasil.

Os temas abordados — como raça, classe, gênero, sexualidade, truculência policial, repressão, representatividade, o lugar da mulher na sociedade e a vivência LGBTQIA+ — continuam sendo questões extremamente atuais e amplamente debatidas. Isso nos leva a uma reflexão profunda sobre os avanços e retrocessos que ainda persistem em relação aos direitos da comunidade LGBTQIA+ no Brasil, reafirmando que a memória dessas publicações é ferramenta indispensável para a manutenção e conquista de novas cidadanias.

É visível a coragem que a produção demonstrou ao expor realidades que ainda estão presentes na vida das pessoas LGBTQIA+, especialmente das mulheres lésbicas na atualidade. No Brasil, apesar de algumas conquistas importantes, a violência e o preconceito são imensos e afetam diretamente quem faz parte dessa comunidade. O *CHANACOMCHANA* representou uma ruptura com o silêncio e o apagamento, e é por isso que, até hoje, continua sendo uma referência importante para o estudo da imprensa alternativa no Brasil e da história das mulheres homossexuais.

Se fosse publicado nos dias de hoje, o boletim provavelmente ainda chocaria, não só pelo nome ousado, mas também pela força com que colocaria em debate os direitos e a visibilidade das mulheres lésbicas, em um momento em que ainda há muito a conquistar. As discussões levantadas sobre liberdades e sobre a violência arraigada em nossas instituições seguem sendo mais que atuais e urgentes. O legado do *CHANACOMCHANA* é um poderoso lembrete de que a luta por mais direitos, mais espaço e mais respeito para as pessoas LGBTQIA+ possui uma história rica e, acima de tudo, a necessidade inabalável de continuar existindo frente à repressão da atualidade, reafirmando que o arquivo é, antes de tudo, um repositório para as lutas do amanhã.

Fontes

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), ano 1, n. 1, 1982.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), n. 7, 1982.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Bomba no Riocentro implode. 1981. Fotografia. Acervo Folha de São Paulo. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/bomba-no-riocentro-implode-terror-militar>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. LGBT e prostitutas denunciam violência. Fotografia. Acervo Folha de São Paulo. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Levante do Ferro's Bar, 1983. Fotografia. Acervo Folha de São Paulo. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/ferros-bar/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOELLNER, Silvana. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. **“O lesbianismo é um barato”**: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2021.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo, 1991. Disponível: <https://www.marcosfaerman.com.br/1991_JornalistasRevolucionarios.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2026.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LORDE, Audre. **Textos escolhidos de Audre Lorde**. 2. ed. São Paulo: Editora Heretika, 2018.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MARTINHO, Míriam. **Agosto com orgulho: os primórdios da organização lésbica no Brasil**. [S. l.], 2012. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulhoosprimordios-da.html>>. Acesso em: 19 maio 2025.

MOTT, Luiz. A construção da cidadania homossexual no Brasil. **Democracia Viva**, n. 25, p. 98-102, fev. 2005.

OLABUENAGA, J. I. R.; ISPIZUA, M. A. **La descodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

PAULINO, Ana Elisa Lara. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. **Revista Katálisis**, v. 23, n. 3, p. 562-571, 2020.

PESCATORI, Carolina; ALIAGA, Maribel (org.). **Entre arquiteturas, cidades e feminismos: pesquisas do observatório amar é linha**. 1. ed. Brasília, DF: LaSUS FAU: Editora Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: <<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/229>>. Acesso em: 14 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. **Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”**. Tomo I, Parte II – Ditadura e Homossexualidades. São Paulo: ALESP, [2015?]. Disponível em: <<https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SCOTT, James C. **A economia moral do camponês: rebelião e subsistência no sudeste asiático**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 43-52.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução de Écio de Oliveira Duarte. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

‘Alternativa’ para denunciar: Chana Com Chana contra o sistema

An alternative for denunciation: ChanaComChana against the system

Kleire Anny Pires de Souza¹, UDESC

Resumo

O objetivo deste trabalho é destacar a importância dos impressos alternativos como espaços de denúncia e crítica lésbica à sociedade brasileira. Reflete-se sobre como esses materiais possibilitaram resistência de grupos marginalizados, como mulheres lésbicas, durante o regime militar. A relevância desses impressos, fortalecidos nos anos 1970, está em ampliar a história da imprensa para além da narrativa tradicional. Funcionaram como mídia alternativa à censura, criando espaços de informação, crítica e denúncia. O estudo analisa o periódico *ChanaComChana* (1982-1989), que construiu um espaço próprio de resistência. Suas páginas denunciaram questões como o patriarcado e a opressão das lésbicas na sociedade. A metodologia utiliza os estudos da História Cultural, em especial Roger Chartier. A pesquisa integra dissertação de mestrado defendida em 2023. As fontes são os impressos alternativos, com destaque ao *ChanaComChana*. Prioriza-se a visibilidade lésbica e a denúncia das violências sofridas.

Palavras-chave: Imprensa alternativa; Lésbicas; Denúncias.

Abstract

The aim of this work is to highlight the importance of alternative print media as spaces for lesbian denunciation and critique of Brazilian society. It reflects on how these materials enabled resistance by marginalized groups, such as lesbian women, during the military regime. The relevance of these publications, which gained strength in the 1970s, lies in expanding press history beyond the traditional narrative. They functioned as alternative media to censorship, creating spaces for information, critique, and denunciation. The study analyzes the lesbian periodical *ChanaComChana* (1982–1989), which established its own space of resistance. Its pages denounced issues such as patriarchy and the oppression of lesbians in society. The methodology is grounded in Cultural History studies, especially Roger Chartier. The research is part of a master’s dissertation defended in 2023. The sources are alternative periodicals, with emphasis on *ChanaComChana*. The focus is on lesbian visibility and the denunciation of violence suffered.

Keywords: Alternative press; Lesbians; Reports

Introdução

O uso dos impressos como fontes históricas ganhou destaque durante a chamada renovação historiográfica do século XX, o que possibilitou a expansão do leque de fontes históricas. Esse movimento contribuiu para que a imprensa passasse a ser objeto de estudo e

¹ Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista CAPES, vinculada ao Laboratório de Ensino de História (LEH-Udesc) e ao Grupo de Pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas (CNPq/Udesc). Recebe financiamento do CNPq, por meio de bolsas, e da Fapesc, em forma de apoio à infraestrutura dos grupos de pesquisa da Udesc e por meio do Edital de Chamada Pública Universal n. 21/2024. E-mail: kkleire@gmail.com

uma importante fonte para a produção do conhecimento histórico. O militar e historiador brasileiro Nelson Werneck Sodré, em *História da Imprensa no Brasil* (1966), comenta que a chamada História da Imprensa se dedicou a estudar as relações entre a imprensa e a sociedade. Ao perspectivar o tempo, a imprensa é vista como objeto e sujeito da história brasileira, fundidos em uma única análise (Luca; Martins, 2012, p. 7), o que contribuiu para a expansão do uso da imprensa como fonte histórica. Essa ampliação permitiu que novos olhares e perspectivas fossem incorporados às análises dos historiadores.

Apesar de a imprensa existir no Brasil desde a chegada da família real, seu uso como fonte histórica foi, por muito tempo, malvisto, pois acreditava-se que os jornais e seus materiais carregavam um forte cunho ideológico. Essa premissa, enraizada em um modelo historiográfico positivista, foi questionada e revolucionada por pesquisadores como Tânia Regina de Luca e Ana Luíza Martins, como também no mesmo sentido, Maria Helena Rolim Capelato (1988) destaca que a imprensa deve ser compreendida não como um reflexo passivo dos fatos, mas como um 'agente político' que interfere ativamente na construção da realidade social, tornando sua suposta parcialidade um objeto central de análise.

Deve-se destacar que, devido ao grande volume de edições dos jornais, a análise metódica e ética pode ser desafiadora. No entanto, as pesquisas apontam que “os trabalhos sobre a imprensa no Brasil têm se voltado para análises pontuais e fragmentadas, por vezes pensadas em um amplo espectro, mas que acabam interrompidas e inconclusas pela inviabilidade da magnitude da empreitada” (Luca; Martins, 2012, p. 14). Esse método, que trabalha com potencialidades e fragmentos, abre possibilidades e olhares que expandem a natureza da análise. Em uma fonte impressa, é possível analisar diversos aspectos, desde sua constituição material como tipografia, impressão, papel e estrutura até aspectos simbólicos, como discursos, representações e conteúdo.

O campo das fontes impressas, que inicialmente limitava-se aos jornais, passou a ganhar maior relevância entre os pesquisadores a partir do século XX. Isso porque, antes da década de 1970 era difícil encontrar trabalhos que explorassem a imprensa como fonte para pensar a história do Brasil, eram vistos como distorcidos, ou agentes políticos de causas marcadas. Após a década de 1970 e o explorar das possibilidades metodológicas das fontes, passaram a ser incluídas outras formas de produção, como zines, quadrinhos, tirinhas, boletins, folhetins e uma ampla gama de materiais. Para cada segmento, foram desenvolvidos categorias e métodos próprios de análise. Nesse contexto, destacam-se dois momentos importantes na construção do campo das fontes impressas: a chamada “História da Imprensa”

e a “História por meio da imprensa”. Inicialmente, a preocupação dos pesquisadores era mapear os jornais brasileiros, numa tentativa de construir a História da Imprensa no Brasil. No entanto era necessário mobilizar a história por meio da imprensa, utilizando-a como fonte documental.

A partir dessas novas possibilidades de utilização documentando, podemos investigar a história das lésbicas e dos homens gays no Brasil, principalmente através da imprensa visto que pode ser um exemplo concreto desse mobilizar a história por meio da imprensa, utilizando principalmente os periódicos publicados nas décadas de 1970 e 1980. Eram impressos e circulavam de diferentes formas, seja pelos correios ou por distribuição orgânica em espaços de sociabilidade. As principais fontes destacadas para compreender a formação desse “espaço de denúncia” foram principalmente o boletim-jornal *ChanaComChana* e alguns recortes do jornal *Lampião da Esquina*. Ambas as publicações tinham circulação geograficamente localizada no eixo Rio-São Paulo, onde se concentravam os grupos que produziam os jornais, expandindo conforme ganhavam popularidade.

O objetivo deste artigo é demonstrar como as fontes impressas são importantes para pensar a historiografia além das narrativas hegemônicas, possibilitando a produção de novos caminhos que deem visibilidade a grupos marginalizados. Além disso, pretende-se analisar como esses grupos construíram, por meio do uso da imprensa, um espaço de possibilidades para denúncias e tensões políticas e sociais.

A forma de distribuição da fonte aqui trabalhada, a princípio, era limitada aos locais de encontro e vivências, sendo vendidos e distribuídos de maneira orgânica a princípio, com a venda em espaços de sociabilidade, como o exemplo mais conhecido da publicação a respeito da invasão do Bar Ferro’s localizado próximo à Avenida 9 de Julho, no centro da cidade de São Paulo capital, bar que era local comum de sociabilidade das lésbicas paulistanas. O local chegou até mesmo proibir a venda o que também passou compor uma das denúncias feitas no periódico como lembra uma das editoras Miriam Martinho;

Todos os sábados, quando íamos vender o boletim ChanacomChana no Ferro’s éramos agredidas pelo porteiro — com ameaças ou com puxões de braço para que nos retirássemos. Até que no dia 23 de julho último, a barra pesou mais: um dos donos do bar, seu segurança e seu porteiro tentaram concretizar a expulsão, através de agressões físicas. Enquanto nos puxavam para o lado de fora, parte das lésbicas — que compram o boletim e conversam com as moçoilas do GALF - nos segurava lá dentro (UmOutroOlhar, 2022)

A amplitude nacional viria pouco tempo depois, com a popularização passando a utilizar assinaturas através da própria publicação, além de utilizar caixa postal.

Figura 1 - Assinatura

ASSINATURAS

SE VOCÊ DESEJA RECEBER UMA ASSINATURA ANUAL DO BOLETIM CHANACOMCHANA, ENVIE SEU

NOME.....

ENDEREÇO.....

CEP.....CIDADE.....ESTADO.....

E-UM CHEQUE NO VALOR DE CR\$ 100,00 PARA O GOLF, CAIXA POSTAL 82.618, CEP 01000, SP

O BOLETIM CHANACOMCHANA É BIMENSAL E, POR TANTO, VOCÊ RECEBERÁ 6 NÚMEROS A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA.

O CHANACOMCHANA TAMBÉM É SEU. ENVIE-NOS SUA OPINIÃO, CRÍTICAS, SUGESTÕES, POESIAS, DESENHOS, O QUE VOCÊ QUISER.

Fonte: Chana Com Chana, edição 5.

Os meios mais comuns de verificar essa expansão são as sessões de troca de cartas entre as leitoras e seus perfis. A primeira edição, do *ChanaComChana* ainda em formato de jornal, seguindo modelo tabloide, com matriz quadrada, layout semelhante aos jornais de circulação fora do modelo da imprensa alternativa como a Folha de São Paulo, com colunas bem delimitadas, marcações simétricas e um modelo quadrado. Não é possível determinar a qualidade do papel, uma vez que só existem versões digitais das fontes nas quais tive acesso. As publicações são separadas, pois, não compõem o mesmo grupo responsável pela editoração do *ChanaCom Chana*, mencionados pela editora Miriam Martinho, salvaguardadora das fontes digitalizadas essa separação em dois momentos no quais nomeia essa edição como número 0;

março de 1982 – participação no 8 de março, Dia Internacional da Mulher, com venda de camisetas, distribuição do tabloide ChanacomChana 0 e um texto sobre a data [...]

ChanacomChana foi publicado, pela primeira vez, em janeiro de 1981, como um pequeno jornal, pelo coletivo que compunha o Grupo Lésbico-Feminista (1979-1981). Nesse mesmo ano, também foram feitas outras tentativas de editar um novo número do jornal, então com a participação de mulheres de outros grupos, mas a divergência de ideias quanto à linha de publicação a ser seguida levou ao abandono do projeto. Ainda em 1981, o próprio Grupo Lésbico-Feminista desmobilizou-se, sendo que a maioria de suas integrantes deixou de atuar politicamente. Das que continuaram militando, algumas

partiram para atividades em outros grupos feministas enquanto outras, entre as quais me incluo, decidiram dar continuidade a um trabalho especificamente lésbico (Martinho, Miriam, UmOutroOlhar, 2021, s/p).

As primeiras publicações, do número zero, e dos outros números foram compostos a partir da formação do grupo Lésbico-Feminista, ou LF. Grupo esse que a princípio surgiu do encontro de mulheres lésbicas que participavam do SOMOS, o considerado primeiro grupo homossexual a existir no Brasil. O SOMOS atuava em São Paulo, por se tratar de um grupo com maioria masculina, convidou algumas mulheres a comporem o grupo, o que desse encontro resultaria na formação de um sub-grupo lésbico, o LF e posteriormente uma separação para focar nas questões de interesse lésbico. Segundo publicações posteriores “um grupo fundamentalmente de socialização e pegação com um núcleo de militância. Nesse sentido, chegou a ter umas 30 mulheres circulantes, mas com no máximo 10 delas tendo algum ativismo real” (UmOutroOlhar, 2022) assim a partir daí, dessa organização e do ‘racha’ com o SOMOS, que o grupo Lésbico-Feminista (LF) vai publicar o número 0 do *ChanaComChana* ainda em 1981.

O chamado ‘racha’ foi a saída das lésbicas do grupo SOMOS (Lampião, n. 25, p. 8), e a partir da sua independência como grupo unitário a duração até 1981, onde saiu a edição 0 do *ChanaComChana*. A edição 0, introduziu brevemente 4 páginas, em tabloide apresentava uma entrevista exclusiva com a cantora Ângela RoRo. Contava com a participação de Fanny, Maria Serrath e Teca, Maria Carneiro da Cunha, Nair Benedito e Cristina. As quatro páginas apresentavam questões importante para o ano de 1981, como a discussão da temática da homossexualidade, do uso da palavra ‘lésbica’, além de apresentar um espaço de mulheres falando abertamente de temáticas nada comuns para o início da década de 1981, que ainda estava num processo de fim do regime militar. Portanto, a investigação das publicações do periódico *ChanaComChana* contam com representações importante para a década, mas também para uma análise dos desdobramentos dos eventos históricos e de como esses acontecimentos se estendem por toda uma temporalidade a ponto de se projetarem de maneira estratificada, carregando em si passado, presente e futuro, assim como apresentados pela teoria de Koselleck (2014) em *Estratos do Tempo*.

O conceito de representação (Chartier, 1990) não é uma idealização fixa, possui suas ramificações, leva em conta a realidade dos sujeitos, principalmente ao pensar em grupos e classes sociais. Não sendo os discursos construídos numa neutralidade, o conceito depende também da percepção do poder simbólico (Bourdieu, 1989), que demonstra que as representações podem ser idealizações tanto dos dominantes quanto dos dominados. Porém,

nessa disputa de forças, é o poder simbólico que hierarquiza a dissipação dos discursos. Pierre Bourdieu, ao citar Chartier, menciona essa produção representativa de si:

A representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu ser-percebido quanto por seu ser, por seu consumo – que não precisa ser ostentador para ser simbólico – quanto por sua posição nas relações de produção (mesmo que seja verdade que esta comanda aquela) (Chartier *apud* Bourdieu, p. 177, 2002).

Assim, o conceito será útil para pensar as disputas presentes nas publicações e as idealizações do grupo sobre si mesmo, colocando sua própria percepção social da realidade dentro das produções textuais.

As fontes aqui analisadas têm caráter documental impresso e fazem parte do chamado grupo de jornais alternativos, que circularam durante o regime militar brasileiro mesmo que não o enfrentasse diretamente. A categoria ‘alternativa’, é utilizada para se referir a literalmente uma ‘alternativa’ para driblar a censura, ou até mesmo o preconceito social existente a respeito de determinados temas, além de simbolizar uma ideia de liberdade de imprensa. O pesquisador

Bernardo Kucinski (1998, p. 5) comenta a respeito da utilização do conceito:

A palavra nanica, inspirada no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal. Já o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam.

A imprensa nanica ou alternativa não foi apenas um meio de comunicação para burlar a censura; foi também uma forma de resistência organizada, pois muitos movimentos pequenos viram nessa modalidade uma oportunidade para expandir e divulgar seus ideais e encontros.

As sociabilidades homossexuais no Brasil sempre foram marginalizadas. Mesmo antes do regime militar, os homossexuais viviam sua sexualidade de maneira velada, criando e frequentando os chamados "guetos". Os guetos eram lugares geralmente discretos, que não chamavam atenção e eram difíceis de serem "descobertos", muitas vezes localizados em áreas

afastadas dos olhos da polícia. A vida pública homossexual nesse período era marcada pelo medo, principalmente o medo de se assumir e vivenciar essa sexualidade no âmbito público, devido à violência e à estigmatização. Embora os guetos estivessem situados em locais públicos, eram espaços de um público-privado, repletos de eufemismos e neologismos para evitar a exposição. Geralmente, eram boates com fachadas fechadas e bares afastados da vigilância policial, sendo frequentados especialmente pela juventude.

A experiência lésbica e a ocupação feminina dos espaços urbanos adquiriram novos contornos de visibilidade à medida que avançavam o movimento emancipatório e os processos de reconhecimento no espaço público. Esse fenômeno é central na trajetória do jornal alternativo *ChanaComChana* e na organização de coletivos específicos dessa época. Antes desse período de articulação coletiva, embora existissem sólidas redes de sociabilidade e vivências homossexuais como os encontros em restaurantes no final dos anos 1950 (Facchini; Simões, 2009) ou as uniões estáveis que desafiavam o anonimato, tais práticas ocorriam predominantemente em espaços de semi-invisibilidade ou sob códigos de proteção necessários à sobrevivência social, mas ainda existiam.

Essa dinâmica de ocupação da cidade sofreu novos cerceamentos após o golpe de 1964. O regime militar não apenas buscou controlar o acesso à informação e desarticular a sociedade civil, como também impôs uma vigilância moral que atingia diretamente as dissidências sexuais. Assim, a repressão não reduziu a existência das experiências lésbicas, mas dificultou drasticamente a sua circulação e organização política, tornando a resistência editorial uma estratégia fundamental contra o projeto de silenciamento do Estado, um espaço de denúncia.

Embora a análise da materialidade física seja limitada pelo uso de fontes digitalizadas, o acervo disponibilizado por Miriam Martinho no portal *Um Outro Olhar* permite observar características fundamentais do suporte original dos periódicos. A digitalização preserva a integridade visual das edições, evidenciando uma estética artesanal marcada pela escassez de recursos cromáticos; as publicações são predominantemente em preto e branco, com o uso pontual do vermelho em edições específicas.

Do ponto de vista estrutural, os periódicos não seguiam um padrão rígido de diagramação ou sessões fixas, o que conferia a cada número uma identidade visual própria. A unidade estética restringia-se ao uso da primeira página como capa, à composição de textos em colunas e à organização do layout em quadrantes. Apesar da ausência de sumários, nota-se a recorrência de seções como "Cartas", "Em Movimento", "Heterror", "Informes" e "Poesias".

As denúncias, objeto central deste trabalho, não ocupavam um espaço fixo ou demarcado editorialmente. Pelo contrário, apareciam de forma esparsa e orgânica, manifestando-se ora como artigos de opinião, ora como comentários sobre fatos cotidianos ou reflexões profundas acerca da realidade lésbica brasileira. Essa fluidez demonstra que a denúncia, nesses periódicos, não era apenas um gênero jornalístico, mas uma prática política transversal a todo o conteúdo publicado. Além disso, um destaque dessas publicações não era somente o tom crítico em relação a vivência lésbica e sua condição, mas a compreensão da realidade multifacetada ao também expor questões como as condições de raça e classe que atravessam as lésbicas.

Toda presença gráfica utilizada no periódico é ou arte manual ou fotografia anexada e mimeografada. Além disso, ressalto que após a edição zero, o Grupo Lésbica-Feminista (LF) chegou ao seu fim, se desarticulando, logo a partir de alguns participantes restantes um novo grupo surgiu a partir dessa dissociação, sendo nomeado Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) que tomou a frente das publicações do *ChanaComChana* a partir de 1982 com a retomada do nome e alteração das estruturas para um formado de zine, em sua maioria materiais datilografados e feitos de maneira independente, contando com o apoio das leitoras a partir das assinaturas. Miriam Martinho comenta a respeito das confusões que surgem com o nome que muitas vezes aparece com outras inscrições e justifica que essas possibilidades se dão por conta da tensão de cadastrar no cartório o registro de um grupo que levasse a palavra ‘lésbica’, assim o grupo de fato assina Grupo Ação Lésbica-Feminista (*ChanaComChana*, ed.3, p. 1-2).

Os boletins das décadas de 1970 e 1980 são impressos e circularam de diferentes formas, como categoria ‘alternativa’ muitas vezes não compunham bancas de jornaleiros, visto determinadas publicações terem temáticas ‘sensíveis’ ao momento político no Brasil, ou até mesmo dado o interesse dos leitores. O *ChanaComChana* circulava principalmente a partir da venda realizada pelas participantes do GALF em locais de sociabilidades e através do envio a partir das assinaturas forma essa também de arrecadação de dinheiro para manutenção da publicação. Segundo relatos de Miriam Martinho, uma das editoras de ambas as fontes, a opção se deu:

Como o coletivo do GALF não tinha condições financeiras para publicar outro tabloide como o *ChanacomChana*, decidiu-se partir para a confecção de um fanzine com os poucos recursos gráficos existentes. Assumi então a tarefa hercúlea (ou melhor amazônica) de produzir os fanzines *ChanacomChana*, confeccionando as matrizes (bonecos) das publicações com textos datilografados, num layout pop-pobre que misturava colagens de

fotos, textos, letras adesivas, guache, nanquim, corretivos, etc [...] Para a impressão do Chana, Rosely Roth ficava encarregada de levar as matrizes dos boletins às gráficas dos diretórios acadêmicos de faculdades e da Câmara Municipal de São Paulo, neste último caso para serem impressas nas cotas de parlamentares, como a da sempre solidária vereadora Irede Cardoso, de saudosa memória. A tiragem era de 500 exemplares, tida como cota mínima para impressões em offset, mas seu escoamento, entre vendas e doações, ficava na metade disso (Martinho, Miriam, *UmOutroOlhar*, 2021, s/p).

Os números utilizados para análise foram todas as edições do *ChanaComChana*, desde a número 0 até sua edição final. Ambos os jornais foram localizados em dois acervos: o acervo digital do Grupo Dignidade e o acervo do Grupo de Pesquisa Ciência Saúde Gênero Sentimento (CISGES). Como veículo comparativo também foi utilizada a digitalização feita por uma das editoras do *ChanaComChana*, Miriam Martinho. Documentos que compõem parte da coleção de seu acervo pessoal foram disponibilizados para acesso em seu endereço eletrônico pessoal, que hoje Martinho utiliza como forma de memória ativa. A partir das análises das edições foi percebido uma latente veia de ‘denúncia’ existente dentro do periódico, não necessariamente de crimes cometidos, mas sim denúncias no sentido de apontar algo, demonstrar uma realidade que tenta se fazer invisível, ou ser compulsoriamente ocultada. A denúncia pode ter várias faces, não necessariamente é um apontamento de crime, mas sim de expressão de algo que não é visto, podendo ser também um alerta, assim como menciona o dicionário de língua portuguesa Michaelis da editora Melhoramentos;

1 Ato ou efeito de denunciar; revelação. 2 Revelação de algo ilegal que era secreto. 3 Acusação de crime ou de qualquer atitude ilegal feita a uma autoridade. 4 Jur Exposição escrita que revela o autor de uma ação criminosa e solicita ao juiz criminal pena prescrita em lei; denunciação. 5 Exposição pela qual uma das partes de um contrato comunica à outra a intenção de rescindi-lo e o prazo para a sua realização.

Logo, denúncia é um verbo ativo, por parte de um agente que comunica, ou seja, pode ser produtor de representação, a partir desse ponto utilizo a ideia de denúncia para analisar representativamente algumas publicações do periódico *ChanaComChana* e compreender se um alternativo é capaz de produzir um espaço seguro de denúncia e de que maneira se expressam essas denúncias.

Denúncias e espaços

O boletim *ChanaComChana* foi lançado em 1982, retomando o nome do antigo jornal, mas agora em formato de boletim e sob a tutela do grupo GALF. O lançamento ocorreu na cidade de São Paulo e chegou a circular por todo o Brasil e até mesmo internacionalmente. A

circulação orgânica e a estratégia de produção livre ajudavam na dissipação e reduziam os custos (Lessa, 2021). Apesar de ser algo novo, a retomada do provocativo nome, o ativismo lésbico se fazia presente na sua primeira edição agora sob a égide do GALF. Agora mais longa que a sua fonte de inspiração de número zero, o boletim compunha capa, desenhos, tirinhas, e era impresso em modelo de três colunas. Continha artigos e informações gerais para lésbicas, propondo-se a ser um verdadeiro espaço de além de sociabilidades; ativismo.

O Boletim ChanaComChana n.1, continuação do jornal que tínhamos editado em fevereiro de 1981, significou uma grande vitória para nós, um dos resultados das nossas batalhas contra a discriminação e a carece gerais. Nós começamos a vendê-lo, no comecinho de janeiro, com um pouco de atraso pois tínhamos tido problemas para imprimi-lo, mas conseguimos passar adianta praticamente quase toda a tiragem que havíamos rodado. Nele colocamos nossos sentimentos, ideias, críticas (através das histórias em quadrinho), uma entrevista com as mulheres que jogavam futebol e queria que ele fosse legalizado (na época não era), informes e um relato sobre o festival das mulheres nas artes (ChanaComChana, 1984, p. 2).

A capa da edição inaugural contava com um desenho de uma mulher nua com as mãos na virilha, por sua vez saem borboletas por entre suas mãos. É possível também ver na parte superior esquerda o “LF” de Lésbicas-Feminista e grafias apresenta artigos que compunham o boletim. Para além do que é visto, há também o simbólico por trás das borboletas, as borboletas são o renascimento, a transformação, libertação, e libertação é o que o grupo simboliza (Lessa, 2021), além do destaque a palavra Homossexual.

Figura 2 - Capa mulher de chuteira



Fonte: ChanaComChana, ed. 1, 1982.

A edição era extremamente marcada pelo ativismo direto, não havia entrelinhas no dito, apenas a pura representação política de lésbicas ativistas expressa sua materialidade em cada página. Todo o contexto do boletim era refletido em noções teóricas como patriarcado, lesbianismo e feminismo. O boletim ainda contava com editorial expressa a intenção do grupo em relação a publicação

É um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizerem e para quem for lê-lo também (Boletim ChanaComChana, São Paulo, n. 1, p. 2, 1981).

O editorial é bastante evidente em relação à intenção do grupo com a publicação. Não é apenas um espaço de ativismo e informação, mas também um local de sociabilidade, com poesias, humor e divertimento para mulheres lésbicas. Fica bem claro que a ideia era construir um espaço para mulheres lésbicas, um local “público” para abordar temas que, por muito tempo, foram silenciados tanto pela repressão do regime militar quanto pelo patriarcado. O boletim ainda contava com chamadas de participação para as leitoras e uma caixa postal aberta para debater e publicar qualquer coisa relacionada às lésbicas.

A ideia de política em exercício de grupo parece ser um meio de fortalecimento, principalmente para mulheres, na construção de uma nova lógica de militância e temáticas. Assim como explica a carta de separação publicada no *Lampião*, aqui há novamente o reforço da ideia de divisionismo, pelo qual o grupo tentou argumentar que, mesmo em grupos unitários, ainda existe uma luta coletiva. A partir do relato, fica bem evidente que a situação da divisão gerou diversas divergências e brigas dentro do M.H. (Movimento Homossexual), tanto pela questão partidária quanto pelo enfraquecimento da formação inicial e pelo foco alterado para outras questões, visto que agora as lésbicas estavam mais próximas da realidade 'feminista' do que do ativismo 'homossexual'. A edição zero foi elaborada em uma editora da cidade de São Paulo, um dos maiores centros urbanos brasileiros naquele momento. O editorial foi escrito por Fanny, Maria Serrath e Teca, com colaboração de Maria Carneiro da Cunha e Nair Benedito (Lessa, 2021).

O periódico parecia se constituir contra tudo o que havia sido não-dito até então. A compreensão da sexualidade enquanto política era transposta na construção que a publicação estabelecia com a luta dessas mulheres, independentemente de sua raça ou classe. O próprio nome já era um jogo para superar o que tentava ser silenciado e esquecido. *ChanaComChana*,

o nome em letras grafadas, cobria toda a página, referindo-se ao órgão sexual feminino, mas não significava apenas isso: também representava a força, a resistência

ChanaComChana foi um pulo no conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como “CHANCE”; para outros como “CHANCA” (pé grande - sapatão?), e para outra como “CHAMA”. O Importante é isentar-se das conotações. (...) sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minotárias (ChanaComChana, 1981, p. 4).

O nome *ChanaComChana* vai muito além da representação da “vulva”; ele é mais que o objeto do desejo. Trata-se de uma manifestação de uma disputa de representação, instaurada pelas próprias mulheres. É uma verdadeira luta por representações. Afinal, se a *chana* aqui não é apenas o prazer, mas a chance, a chama, ela se torna a atribuição de uma nova representação. É a construção do indivíduo feita por elas mesmas, não mais fundamentada nas cartilhas de patologia. É a construção de um grupo forjado por si, não mais um amontoado de disputas, projeções e violências, que viam a lésbica como um inimigo ou como um desvio de ordem mental. Além de afirmar a realidade de que a lésbica pode ser qualquer mulher, não é uma condição exclusiva de classe ou raça.

Além disso, ela passa a ser vista como algo positivo: um reencontro consigo mesma, com a vida e com a materialidade no campo do público. Mais que isso, a “chama” é o elemento fogo, que é uma força primal que arde, corrompe, purifica, incendeia. O fogo pode ser caos, devastação, mas também foi visto por muito tempo como algo sacro, uma purificação.

O uso da linguagem nesse contexto é uma percepção ativa de protesto e manifestação. Nesse jogo de palavras, a ideia é incomodar, subverter as regras e jogar com essa provocação social como ato de protesto e embate. Ao fazer com que vozes tão perseguidas pelo Estado sejam escutadas, é uma declaração direta contra essa força violenta. Trata-se, na verdade, de erguer um projeto político como forma de rejeição ao imposto. Assim, consagra-se como uma palavra de ordem em tempos de moralismo exacerbado sobre o sexo e sobre a questão do prazer.

A segunda matéria do jornal era o artigo elaborado por Maria Carneiro da Cunha, intitulado “*Quem tem medo de Virginia Woolf?*”. O texto discute a questão da representação da mulher enquanto lésbica, abordando o abandono da subserviência feminina e a questão do

feminismo versus lesbianismo. O artigo interroga o medo e a recusa das palavras “lésbica” e “feminista”. A matéria ocupa duas páginas da edição e começa com uma série de apontamentos e questões. O texto é um verdadeiro questionamento das representações postas a respeito desses dois grupos, compostos exclusivamente por mulheres. Então, o que a sociedade vê? E o que veem?

Sobre o feminismo, já ouvi as coisas mais ridículas e mais absurdas, e a própria palavra já se transformou em tabu. Mas por mais imbecil que essas coisas sejam, colocam que é uma beleza e são adotadas cegamente pelos que nos vêm como uma ameaça ao seu sossego de deitados eternamente em falso berço esplêndido. Em geral, se detesta, quem contesta e daí a nos transformar em bode expiatório de mil males deste mundo, do qual não podemos ser culpadas, pois existem há milênios, é um passo muito pequeno. O processo é muito conhecido e só faz se transformar ou mudar de alvo (ChanaComChana, 1981, p. 3).

Aqui percebemos essa ida para o “campo de batalha” da luta das representações, temos o questionamento aberto sobre como as feministas são vistas por essa sociedade brasileira. O texto escrito em primeira pessoa ressalta o absurdo e indignação por conta dessa representação presente de forma bem comum tanto na imprensa “oficial” quanto na “alternativa” tudo isso através da escrita de homens, logo, o molde do parâmetro social é a ordem masculina. É a percepção que a beleza é central para além de qualquer coisa e que a mulher é definida por parâmetros e métricas pré-determinados por essa força fálica.

As feministas já foram chamadas de histéricas, mal-amadas divisionistas, desviacionistas, burguesas, pequeno-burguesas alienadas (epíteto curiosamente lançados por outros burgueses e pequeno burgueses que agem como se fossem os cães de guarda de um proletariado ao qual não pertencem) Mas uma das confusões mais comuns é chamar as feministas genericamente de lésbicas, de anti-homem (ChanaComChana, 1981, p. 3).

Tudo o que envolve o discurso do jornal e das lésbicas refere-se à defesa das críticas que elas recebiam e à forma como eram representadas pela sociedade e pelo modelo masculino. Encontramos declarações interessantes sobre a percepção tanto das feministas quanto das lésbicas, e esse local de negação do homem é colocado em um patamar de “inimigo”. As feministas são vistas como lésbicas e as lésbicas como ‘anti-homem’, assim se estabelece essa narrativa em torno do “inimigo”. A lésbica é aquela que rejeita o homem, que desafia, que rompe com a lógica da norma, seja ela a familiar burguesa ou a patriarcal, que mantém a subserviência feminina.

Historicamente, a relação entre o feminismo e o lesbianismo foi marcada por uma ambiguidade política. Embora as feministas, ao questionarem a ordem patriarcal, fossem frequentemente estigmatizadas e igualadas pejorativamente às lésbicas, essa proximidade não garantia uma aliança sólida. Conforme aponta Rachel Soihet (2005), a zombaria e a desqualificação eram armas antifeministas recorrentes, o que levava setores do feminismo a rejeitarem a pauta lésbica para evitar a perda de legitimidade perante a opinião pública. No *ChanaComChana*, essa tensão é denunciada como uma tentativa de manter as lésbicas em um "armário acolchoado" em nome de uma suposta coesão do movimento. Como menciona Miriam Martinho:

Foram bem poucas, no entanto, as concessões que o GALF faria à ferrenha heteronormatividade da década de 80. Pelo contrário, o grupo vai se caracterizar como pioneiro da visibilidade lésbica, num período em que inclusive o movimento feminista pregava um armário acolchoado para as lésbicas que o compunham. O mantra era “a necessidade política de se dissolver a identidade lésbica em uma identidade feminista mais geral.” A vivência lésbica devia ser encarada apenas como uma particularidade da vida de algumas mulheres e vivida exclusivamente como opção ou preferência sexual. Politização somente para as vivências heterossexuais (Martinho, Miriam. Um Outro Olhar, 2019, s/p).

Esse cenário de silenciamento era agravado pelo crescente aparelhamento partidário do movimento feminista na década de 1980. As publicações tentavam tecer críticas sem descaracterizar o movimento, mas evidência como a pauta da sexualidade era tratada como um fator "divisionista" ou uma "questão menor" que supostamente corromperia uma "luta maior" (geralmente ligada à redemocratização ou às pautas econômicas). Em resposta, as militantes que insistiam no debate da pauta persistiram:

O LF chega ao III CMP com o novo grupo que lhe saíra da costela, o Terra Maria Opção Lésbica, para enfrentar o preconceito explícito do chamado Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), ligado ao PMDB e responsável pelo jornal a Hora do Povo (HP), que queria expulsar as lésbicas do evento por supostamente negarem a condição feminina, por não serem mulheres (sic). Apesar dos ataques, as LFanas conseguiram permanecer no encontro, distribuíram o texto Lésbicas e Violência e lançaram o tabloide ChanaComChana (Martinho, Miriam, UmOutroOlhar, 2019, s/p).

A participação lésbica diante o movimento feminista era encarada com bastante ressalvas, o comentário de Martinho ressalta parte disso, de que apesar dos ataques o grupo continuou sua tentativa de mobilização, mas encontrou certa resistência por parte das mulheres. Alegando preconceito com sua sexualidade e querendo expulsá-las de participar do

evento. Em outro relato é possível ver melhor essa dificuldade das lésbicas em relação as feministas:

[...] a inclusão das lésbicas na comissão de preparação do II CMP não foi aceita tranquilamente pelas organizações envolvidas. Várias delas, mesmo as que se rotulavam como feministas, expressaram veladamente o receio que sua inclusão poderia afugentar as mulheres de periferia, que ainda seriam muito preconceituosas. [...] O grupo insistiu em afirmar a sua natureza lésbica e até chegou a comparecer a uma reunião de representantes de vários grupos feministas para exigir satisfações. As mulheres heterossexuais negaram que estivessem agindo com preconceito e a questão foi deixada de lado (Macrae, 1990, p. 248).

O texto é bastante direto em relação às críticas pontuadas pelas lésbicas, especialmente o fato de que as feministas precisam começar a rever sua situação enquanto mulheres heterossexuais e suas relações afetivo-sexuais com homens, e como a subserviência nessas relações é priorizada. O ponto central da discussão é o distanciamento, que se torna o único elo de separação entre elas. O único fator que as divide é a relação afetiva com os homens, que ainda é tida como prioritária por parte das mulheres.

Chama atenção o nível intelectual da crítica tecida; não é simplesmente a percepção das lésbicas sobre a situação, mas há também uma reflexão analítica sobre sua materialidade em relação à dupla opressão. Afinal, de um lado estão os homens, e ao lado deles as feministas. Outro ponto importante é perceber como as críticas feitas nas páginas do jornal são fundamentadas em teoria, e a análise a partir da experiência das lésbicas. Aqui, podemos observar uma consciência muito além do prazer, em relação à construção de um pensamento crítico sobre essas questões. Um exemplo disso é a menção a Safo e à repressão sofrida por mulheres ao longo da história, simbolizando a continuidade da luta e da negação das práticas heteronormativas.

Mas o que há ainda por trás dessa generalização é um preconceito ainda muito mais terrível contra as lésbicas, uma espécie de anátema, utilizado por tabela para desacreditar o feminismo. Ora, também há uma má-fé, pois se sabe que o primeiro fato também existe há milênios (Safo viveu no século VI a.C) reprimido ou não. E muitas lésbicas, se quer são feministas ou não se assumem como tal. Está cheio de mulheres com mentalidades machistas e não são especificamente as lésbicas, mas as mais puras representantes do modelo patriarcal e tradicional de mulher. As lésbicas são perseguidas: porque se negam a encarar os papéis que lhes destinam e os subvertem. Ouvindo algumas delas, pude constatar que muitas assumem essa condição dentro de uma perspectiva que se caracteriza como uma recusa. Eu discordo dessa postura, porque acho que as pessoas não se devem definir sempre em termos de contra mas também em turnos de pró, pois não poderia

compreender uma escolha que não implicasse também em prazer e gratificação (ChanaComChana, 1981, p. 3).

O tom pessoal do artigo é direto, com a redatora se colocando no texto de maneira evidente, sempre com uma posição clara. Ao afirmar “eu discordo”, a autora não só expressa sua opinião pessoal, como também articula um ponto de vista fundamentado teoricamente. Ela coloca as “lésbicas” como perseguidas devido ao modelo patriarcal, ligando a violência diretamente à negação do patriarcado. Em contraste, as mulheres feministas, ao priorizarem os homens, são vistas como subjugadas a essa realidade. Essa discussão é importante porque reflete os debates intensos daquele momento no campo de disputa do movimento que começava a florescer e se fortalecer. A questão das “lésbicas” é colocada em destaque e debatida de maneira constante, o que faz com que o jornal desempenhasse um papel central para as lésbicas. Não apenas pela complexidade do debate que ele proporcionava, mas também por se tornar um local de memória, resistência e união. O jornal se consolidou, assim, como um verdadeiro espaço de “informações lésbicas”.

Além disso, as publicações funcionavam como um instrumento de conscientização e empoderamento lésbico, oferecendo não apenas reflexões teóricas, mas também práticas cotidianas de resistência, além de tensionamento da própria realidade lésbica, como o fator de raça e classe bastante envolvidos. Sempre tensionando a ideia de que a lésbica pode ser qualquer uma:

As mulheres lésbicas são negras, brancas, mães, operárias, prostitutas, donas de casa, mas, várias vezes, já nos encontramos no mesmo lugar. O lesbianismo é um barato porque propõe o amor entre as mulheres de qualquer maneira, seja através do amor físico, da ternura e do respeito pela individualidade da companheira, seja através da solidariedade e da luta organizada contra a opressão que sofrem todas as mulheres (ChanaComChana, 1982, p. 2).

O fato de refletir sobre a existência do patriarcado, de preconceito contra lésbicas e da própria saga travada pela publicação em prol do uso de ‘lésbica’ já podem ser entendidos como uma denúncia social, um grito a quem quiser ouvir que essas mulheres sentem desejo por outras mulheres mas além do desejo essa é uma forja política que desafia a ordem, ao expor a existência de suas articulações contra as lésbicas, uma denúncia não é somente sobre violência, crime, mas sobre estruturas subterrâneas que estão sendo expostas a quem puder ler e refletir sobre sua própria realidade.

Permite assim que as lésbicas se reconhecessem como parte de uma coletividade, compartilhando experiências e estratégias para enfrentar as opressões do sistema patriarcal.

Dessa forma, o jornal não era apenas um veículo de comunicação, mas também uma ferramenta política que contribuía para a construção de uma identidade lésbica autônoma e combativa. Ao mesmo tempo, ele servia como um registro histórico das lutas e conquistas desse grupo, preservando a memória de um movimento que buscava transformar a sociedade e garantir direitos e visibilidade para as mulheres lésbicas.

Além desse tipo de denúncias social de estruturas, comportamentos e práticas há também a violência cotidiana expressa no corpo, como a matéria que fala da repressão policial as lésbicas, apresentada na edição 2 do *ChanaComChana* na matéria ‘A negação da homossexualidade’, apresenta a tirinha:

Figura 3 - Quem é sapatão pro camburão



Fonte: Chana Com Chana, edição 2.

Na tirinha assinada por Miriam, é possível ver um casal de mulheres reunidas em uma mesa, socializando, até que uma questão é levantada: “Ser lésbica às vezes é fogo, a repressão é qualquer coisa... tem sempre um Richetti² por aí” A fala apresenta a questão da lésbica como alvo da repressão, o que passa a ser contestado com a ideia de que todos são perseguidos. Em oposição a essa visão, a polícia aparece e destaca, em tom de exclamação,

² José Wilson Richetti foi delegado da Divisão de Crimes Contra a Propriedade em São Paulo entre 1979 e 1980. Tornou-se notório por coordenar as chamadas "operações de limpeza" no centro da cidade, utilizando o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais (vadiagem) para realizar prisões arbitrárias de homossexuais, travestis e prostitutas sob o pretexto da preservação da moral e dos bons costumes. Cf. QUINALHA, Renan. Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca por verdade e justiça. São Paulo: Edusp, 2014.

que “quem é sapatão vai pro camburão”. Imediatamente, a mulher que havia mencionado a repressão desaparece da cena.

O tom cômico surge no final, ao afirmar que o ‘lugar’ é barra pesada, justificando a apreensão das duas lésbicas e deslocando o foco da questão – como se a repressão ocorresse por causa do local e não pela identidade delas. Essa ironia evidencia que, na verdade, a repressão tem um foco específico: não é contra todos, mas contrassujeitos marcados socialmente, como as lésbicas.

Aqui, o tom de denúncia assume uma forma diferente das anteriores, que eram mais expositivas em relação à realidade lésbica. Trata-se de uma denúncia da repressão policial voltada especificamente contra lésbicas, revelando que essa perseguição não é uma casualidade nem um cumprimento imparcial da lei. A lésbica é socialmente construída como criminosa, e essa é a denúncia central da tirinha.

Além disso, a própria matéria que acompanha a tira aborda outro debate relevante da época: a construção de uma identidade política em prol da reivindicação de direitos sociais, e a resistência de muitas pessoas a essa identidade. Há uma recusa em se identificar como ‘lésbica’ ou mesmo como ‘homossexual’, sob o discurso de que “todos somos gente”. No entanto, como demonstrado na tira, as “sapatões” são levadas pela polícia, ficando somente os outros dois personagens. Isso evidencia como a identidade socializada influencia diretamente a repressão sofrida e que a repressão é pública, tanto no constrangimento social, quanto na violência.

Outro exemplo de denúncia, que transcende a violência formal representada pela repressão policial, reside na exclusão perpetrada pelo Estado no que tange ao acesso a direitos fundamentais. Essa violência institucional manifesta-se quando o aparato estatal, ao invés de garantir a cidadania, atua como barreira para que determinados grupos acessem direitos sociais, reiterando uma estrutura de marginalização que é, ao mesmo tempo, política e administrativa, como o exemplo a seguir em outra tirinha na edição de número 1;

Figura 4 - Somos lésbicas!



Fonte: Chana Com Chana, edição 1.

Associada à matéria “*O lesbianismo é um barato*”, a tirinha apresenta um grupo de mulheres que busca o que aparenta ser uma central de denúncias de violência contra mulheres. Na cena, há uma placa solicitando que se denunciem discriminações. No entanto, ao relatarem que foram discriminadas, a atendente pergunta quais seriam as causas alegadas. Quando as vítimas respondem que foi por serem lésbicas, a atendente demonstra espanto ao ouvir a palavra e retruca dizendo que o atendimento é apenas para “mulheres”. As vítimas, então, aparecem com expressões de surpresa e dúvida diante dessa resposta.

A denúncia aqui se manifesta na representação da negação de acesso a direitos sociais como o direito de denunciar discriminações e receber proteção quando a justificativa da violência é o lesbianismo. Além disso, a tirinha evidencia uma outra forma de exclusão: a negação da identidade lésbica como parte do que se entende socialmente por “mulher”. Ou seja, há uma denúncia explícita da ideia de que lésbicas não seriam plenamente reconhecidas como mulheres, sendo, assim, excluídas das políticas de proteção voltadas a esse grupo.

O texto que finaliza a tirinha aprofunda essas questões de denúncia da realidade lésbica no Brasil. Ele aponta que a lésbica paga um preço alto pelo “lesbianismo”: um custo social marcado por julgamentos, marginalização e exclusão, sendo frequentemente empurradas para os guetos da sociedade. Tudo isso é parte de uma estrutura social falocêntrica. Embora ser lésbica seja apresentado como algo positivo um “barato”, o texto ressalta que há punições sociais por esse deleite. Uma dessas punições é justamente a negação do direito de ser reconhecida como mulher e, portanto, de acessar os direitos concedidos a esse grupo.

Logo é percebido através da leituras das edições diversas faces ‘denunciatórias’ da realidade lésbica sob perspectiva, tanto de comportamentos tidos como culturais que violentam a existência lésbica com punições, seja através de estruturas consolidadas como a Família, o Estado, a Cultura que transformam a lésbica em alvo passível de exclusão, marginalidade, as denúncias permeiam esse ugar ao longo das edições, tomando faces diferentes para falar da realidade da lésbica, assumindo assim a publicação como um espaço seguro e importante forjado por esse grupo e por suas leitoras para falar sobre essas situações como forma de tornar aquilo visível, expor evidencias de violência, de marginalidade, de dificuldade e até mesmo de negação de cidadania.

Conclusões

Os trechos analisados neste artigo permitem perceber o uso da imprensa como uma forma alternativa de denúncia. O tom denunciatório exposto não se limita às violações de direitos e agressões às vítimas, mas também abarca as denúncias sociais do cotidiano das lésbicas. Estas denúncias abordam o machismo, a exclusão, a invisibilidade e o ódio, sendo forjadas em um espaço conquistado pela luta do grupo, que se apropriou da imprensa alternativa para criar sua própria modalidade: a imprensa lésbica.

Esta análise não apenas evidencia a importância das fontes impressas para construir narrativas históricas dos grupos marginalizados, mas também ressalta a relevância dessas publicações como espaços sociais, políticos e até mesmo de lazer. As fontes impressas, como o periódico lésbico e o atual site de Miriam Martinho mencionados, desempenham um papel crucial na representação e preservação da história e das experiências dessas comunidades. Ao se tornarem espaços de expressão social e política, essas publicações fortalecem a comunidade e contribuem para a luta por direitos e reconhecimento. Além disso, ao oferecerem conteúdo de interesse e entretenimento para seu público-alvo, essas publicações funcionam como locais de lazer e conexão dentro da comunidade, criando, assim, uma garantia de presença no espaço público, desafiando as políticas de exclusão aos homossexuais durante o período das publicações.

A imprensa ‘lésbica’, não só denuncia as violências e opressões sofridas, mas também constrói um espaço de resistência e afirmação de sua materialidade no mundo social. Ela se configura como um instrumento de visibilidade e empoderamento, permitindo que as vozes lésbicas ecoem em um contexto histórico marcado pela repressão e pela marginalização. Dessa forma, esses impressos alternativos não apenas documentam a história, mas também a

transformam, ao propor novas formas de existência e luta para as mulheres lésbicas no Brasil. Além de assegurar a continuidade de suas memórias, o periódico registrava a realidade cotidiana dessas mulheres, projetando suas experiências no tempo e dificultando a imposição do silenciamento histórico.

Assim como Cheryl Clarke, Safo também convocou a posteridade a deixar sinais; mesmo com a distância de séculos, as estruturas de repetição da violência reiteram a tentativa de interdição dessas existências. "Alguém se lembrará de nós/ Eu digo/ Ainda que em outro tempo" (SAPHO apud CARSON, 2002, p. 147). Esse "outro tempo" consagrou-se não apenas como um embate contra o esquecimento, mas como uma tradição de recuperação e reconstrução constante de uma ancestralidade lésbica. O mundo social compreendido como o local da verdade do acontecimento revela-se uma morada de embates, na qual são forjadas ferramentas para conferir sentido à transposição do real para o escrito. No discurso, na linguagem e nas representações, encontram-se os meios para tal operação, especialmente ao tratar de um passado que se recria nas sedimentações de eventos em continuidade, sendo evocado sempre a partir das demandas do presente. Para tanto, mobilizam-se ferramentas teóricas e metodológicas capazes de compreender esses desdobramentos humanos e suas resistências.

As representações são um dos meios que os indivíduos de maneira ativa encontram de recriar narrativas sobre esse passado. Assim, aqui há a demonstração desse embate, dessas lutas de representação, como imposições (Chartier, 1990) de uma realidade social, que é feita de um grupo sob o outro. Aproxima o que Chartier estabeleceu com o sociólogo Pierre Bourdieu (2002), já que essa dominação de um grupo sob outro só é possível graças ao poder simbólico, pois há a hierarquização das representações. No caso do lesbianismo, há uma tentativa de imposição de negatividade e “corrupção moral”.

Fontes

MARTINHO, Míriam. **Rosely Roth e a autonomia dos movimentos sociais**. Um Outro Olhar, 2015. Disponível em: <<https://www.umoutroolhar.com.br/2015/08/autonomia-dos-movimentos-sociais.html>>. Acesso em: 23 maio 2025.

MARTINHO, Míriam. **Orgulho Lésbico: o happening político do Ferro's Bar**. Um Outro Olhar, 2022. Disponível em: <<https://www.umoutroolhar.com.br/2022/06/orgulho-lesbico-o-happening-politico-do.html>>. Acesso em: 23 maio 2025.

MARTINHO, Míriam. **Memória Lesbiana: 43 anos do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) entre fato e ficção**. Um Outro Olhar, 2021. Disponível em: <<https://www.umoutroolhar.com.br/2021/10/memoria-lesbiana-40-anos-do-grupo-acao-lesbica-feminista-GALF.html>>. Acesso em: 23 maio 2025.

Referências

- BREU, Márcia e Bragança, Aníbal. **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- BOURDIEU, Pierre e CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. *In*: CHARTIER, Roger. (Org). **Práticas da leitura**. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo**: a imprensa paulista, 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil**: Recompondo um histórico. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro, 2005.
- FERREIRA, Tania Maria Ressone da C., MOREL, Marco *et al.* **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e BATISTA, Antônio Augusto Gomes. (Orgs.). **Leitura**: práticas, impressos e letramentos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.
- GREEN, James N. **Revolucionário e gay**: a vida extraordinária de Herbert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 1 ed., 1991; Editora Página Aberta Ltda. 2 ed., revista e ampliada, 2001, Edusp.
- LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividade (Brasil, 1979-2006). Brasília: UNB, 2007.
- LESSA, Patrícia. **Chanacomchana e outras narrativas lesbianas em Pindorama**. Belo Horizonte: Editora Lua, 2021.
- LUCA, Tânia Regina de - História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: Fontes **Históricas** (p. 111-153). São Paulo. Contexto, 2005.
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.
- MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.(orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

Humor, desejo e política: estéticas da irreverência em *chanacomchana**Humor, desire, and political subversion: the irreverent aesthetics of Chanacomchana*Elaine Alves da Silva¹, UFRN**Resumo**

Este artigo analisa a revista *Chanacomchana*, pioneira da imprensa lésbica brasileira (1981–1987), com foco restrito às suas charges e poesias. Investiga-se como o sarcasmo e o erotismo subverteram normas de gênero, atuando como espaços contra-hegemônicos. A problemática central questiona de que maneira essa estética da irreverência utilizou o humor e o desejo para elaborar formas de resistência ao silenciamento histórico. O estudo, estruturado em seções específicas para cada suporte, contribui para o fortalecimento das epistemologias lésbicas e das fontes alternativas na história das dissidências sexuais no Brasil.

Palavras-chave: Lesbianidades; Chanacomchana; Humor; Resistência; História das sexualidades.

Abstract

This article analyzes the magazine *Chanacomchana*, a groundbreaking Brazilian lesbian periodical (1981–1987), focusing specifically on cartoons and poetry. It investigates how sarcasm and eroticism subverted gender norms, functioning as counter-hegemonic spaces. The central problem questions how this aesthetics of irreverence utilized humor and desire to elaborate forms of resistance against historical silencing. The study, structured into specific sections for each medium, contributes to the strengthening of lesbian epistemologies and the expansion of alternative sources in the history of sexual dissidence in Brazil.

Keywords: Lesbianities; Chanacomchana; humor; Resistance; History of sexualities.

Introdução

Emergindo em 1981 como marco da imprensa alternativa brasileira, o *Chanacomchana* consolidou-se como o primeiro periódico nacional dedicado exclusivamente ao público lésbico. Com doze edições publicadas até 1987, o impresso transitou do formato de jornal para o de boletim sob as chancelas do Grupo Lésbico-Feminista (LF) e, posteriormente, do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF). Liderada por vozes como Míriam Martinho e Rosely Roth, a publicação abordava temas que iam da participação política aos esportes e às artes, configurando-se como um espaço estratégico de afirmação e articulação de existências dissidentes no contexto da redemocratização brasileira.

A emergência desse periódico, contudo, não pode ser compreendida de forma isolada. Ele se insere em um cenário mais amplo de reconfiguração das práticas comunicacionais e

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 2021. Atualmente, cursa a Pós-Graduação em História e Espaços (UFRN).

políticas no país. O surgimento dessas mídias contra-hegemônicas no Brasil constituiu-se como resposta direta ao controle informacional exercido durante a ditadura civil-militar (1964-1985), período em que os veículos de grande circulação operavam sob rígidos mecanismos de censura e sob a vigilância moral do Estado. Nesse contexto, a chamada imprensa alternativa emergiu como espaço de resistência política e cultural, caracterizando-se, conforme analisa Cecília Peruzzo (2009), tanto pelo teor crítico de seus conteúdos quanto por sua estrutura de produção coletiva, frequentemente organizada de maneira horizontal e vinculada a movimentos sociais.

Embora existissem publicações como *S.O.S. Mulher*, *Mulherio*, *Nós Mulheres* e o *jornal Lampião da Esquina* voltado majoritariamente às pautas do movimento gay também abriram espaço para reportagens sobre lésbicas e travestis, ainda que de forma não central, como observa Martins (2023, p. 54). Tal configuração evidenciava a multiplicidade de vozes que tencionavam as normas de gênero e sexualidade no período, mas também revelava os limites dessa visibilidade. A recorrente secundarização das experiências lésbicas nesses veículos reforçou a necessidade de organização autônoma dessas mulheres, impulsionando a criação de espaços próprios de enunciação, fundamentais para a construção de redes de solidariedade, identidade coletiva e reivindicação de direitos. Essa dinâmica é igualmente apontada por Maia:

No início dos anos 1980, as publicações lésbicas costumam aparecer no interior de outros nichos da chamada imprensa alternativa, seja relacionando estes títulos aos da imprensa homossexual (majoritariamente composta por publicações para homens, com características de produção e circulação bastante diversos dos das lésbicas), seja inserindo tais iniciativas no campo da imprensa feminista presente no Brasil desde meados dos anos 1970 (Maia, 2017, p. 17).

A consolidação do *Chanacomchana* ocorreu quando a publicação deixou de operar apenas como experiência piloto vinculada ao Grupo Lésbico-Feminista e passou a circular em formato de boletim, já sob a articulação do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF). A opção por esse suporte não foi meramente estética, mas estratégica: o boletim implicava menor custo de produção, maior facilidade de reprodução e ampliação da circulação, fatores decisivos para um grupo que atuava com recursos limitados e dependia de redes colaborativas. Conforme relata Míriam Martinho em entrevista a Cardoso (2004, p. 99), a confecção do material envolvia trabalho coletivo, divisão de tarefas e uso de meios técnicos acessíveis, evidenciando o caráter artesanal e militante da publicação. Ainda que a

materialidade tenha se transformado, o projeto editorial manteve sua diretriz fundamental: constituir um veículo informativo voltado às experiências lésbicas e aos debates feministas, rompendo o isolamento imposto pelo preconceito e estruturando uma rede de contatos que extrapolava fronteiras nacionais.

É precisamente no interior dessa proposta editorial que se inscrevem as linguagens que estruturavam o boletim. Entre os diversos conteúdos que compunham o *Chanacomchana*, destacam-se as ilustrações especialmente as charges e as poesias publicadas ao longo de suas edições. Longe de ocuparem um lugar meramente decorativo, esses registros participavam ativamente da construção discursiva do periódico. As charges, por meio do humor gráfico e da síntese visual, operavam como instrumento de crítica às normas heterossexuais e às hierarquias de gênero, enquanto as poesias constituíam espaços de elaboração sensível das experiências afetivas, dos conflitos e das formas de pertencimento vivenciadas por mulheres lésbicas. Nesse processo, tais produções não apenas refletiam a realidade social, mas inventavam e faziam circular sentidos nas arenas culturais em que os significados são negociados e as hierarquias estabelecidas, como argumentam Costa (2003, p. 38).

Compreendidas como produções culturais situadas, essas expressões dialogavam com os modos de vida da sociedade que as produziu, conforme sustenta Monteiro (2008), tornando visíveis tensões, disputas e expectativas inscritas naquele contexto histórico. Ao mesmo tempo, se acompanhamos a reflexão de Moraza (2004), tais linguagens podem ser entendidas como instâncias que atuam como intérpretes ativos na construção de significados e usos, participando da conformação de sentidos sociais e políticos. Desse modo, a presença recorrente dessas linguagens evidencia que o projeto editorial do periódico não se restringia à informação política ou à divulgação de pautas militantes, mas investia na dimensão simbólica e estética como parte constitutiva de sua estratégia de afirmação identitária e intervenção cultural.

Embora o *Chanacomchana* já tenha sido objeto de investigações que destacam sua importância para a consolidação da imprensa lésbica no Brasil inclusive com análises voltadas às imagens e às charges ali publicadas, os poemas presentes no boletim permanecem ainda pouco explorados pela historiografia. Tal lacuna revela a necessidade de um olhar mais atento às múltiplas linguagens mobilizadas pelo periódico. Trabalhar conjuntamente charges e poemas permite compreender como diferentes registros expressivos operavam de maneira complementar: enquanto a charge condensava crítica social por meio da sátira e da

visualidade, questionando normas e expondo contradições, o poema elaborava afetos, desejos e experiências íntimas, produzindo reconhecimento e pertencimento.

A articulação entre essas formas evidencia que a dimensão estética não era periférica, mas constitutiva da ação política do boletim, funcionando como meio de elaboração simbólica, formação de consciência coletiva e produção de sentidos compartilhados. Nessa direção, tais expressões podem ser compreendidas, à luz de Audre Lorde (2020, p. 143), como práticas capazes de impulsionar mudanças criativas na vida coletiva, pois não se limitam a problematizar diferenças humanas, mas afirmam a existência de sujeitos que recusam as normas como única via legítima de viver, reivindicando outras possibilidades de existência.

Entre traços e risos: a charge como gesto de insubmissão

Antes de analisar as charges, é preciso situar a Chanacomchana como espaço plural de enunciação. Suas páginas reuniam entrevistas como a realizada com Ângela Ro Ro, cartas das leitoras, informes políticos, além de seções dedicadas ao esporte, à literatura e às artes, compondo um projeto editorial que ultrapassava a mera denúncia. Na edição de 1982, a revista afirmava: “Chana não pode ser sumariamente definida como órgão sexual feminino. É algo tão mais amplo quanto os contrapontos de existir”, evidenciando a recusa a definições restritivas. Nesse interior multifacetado, as charges integravam o projeto político do periódico. Herdeira da caricatura, a charge pode ser compreendida como “representação humorística, caricatural e de caráter político, satirizando um fato específico” Miani (2001, p. 3), operando como linguagem estratégica de crítica e intervenção.

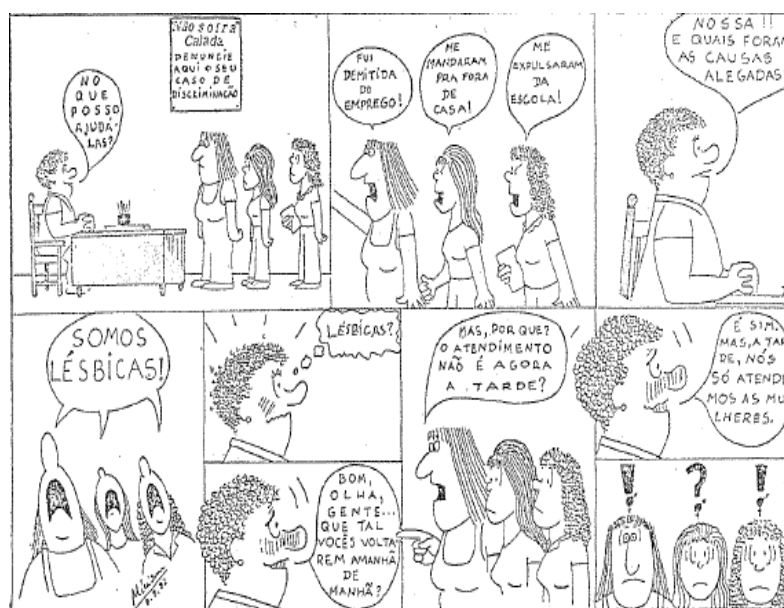


Fonte: Boletim Chanacomchana, n. 12, p. 6.

Desde sua primeira publicação, a revista pautava a liberdade sexual e as questões voltadas à vivência lésbica, conforme aponta Cardoso. Essa orientação política também se

expressava nas linguagens visuais que compunham o periódico. A charge intitulada “um ‘close’ do patriarcado em ação”, publicada na edição n. 12 (fev-maio de 1987), revela a dimensão crítica das imagens no interior da *Chanacomchana*. Mais do que ilustrações, essas produções visuais participavam ativamente da construção discursiva do periódico, permitindo interrogar os sentidos e saberes mobilizados por esse artefato cultural, como observa Martins. Ao tomar a imagem como linguagem política, a revista acionava o humor gráfico para desestabilizar hierarquias de gênero e tornar visíveis as engrenagens cotidianas do patriarcado, convertendo a charge em espaço de elaboração crítica e intervenção simbólica.

Essa dimensão crítica das imagens articulava-se a um projeto mais amplo de afirmação política da lesbianidade no interior da revista. Conforme aponta Lessa (2007), as lésbicas responsáveis pela *Chanacomchana* construíram um discurso que valorizava uma sexualidade historicamente menosprezada e marginalizada. Já no número 1, publicado em dezembro de 1982, o periódico evidenciava que sua atuação não se restringia à defesa abstrata da liberdade sexual, mas incluía a problematização das exclusões produzidas pelas próprias instituições voltadas às mulheres.



Fonte: charge de Míriam Martinho criticando o SOS mulher n.1, 1982 p. 13.

É nesse contexto inaugural de formulação política que Míriam Martinho elaborou a charge publicada no número 1 da *Chanacomchana* (dezembro de 1982), denunciando o funcionamento do SOS Mulher, serviço destinado a atender mulheres vítimas de agressões, mas que, no caso das lésbicas, frequentemente lhes negava o reconhecimento pleno como mulheres. A obra materializa, em linguagem visual e satírica, a crítica ao apagamento e à

exclusão das lésbicas no âmbito dos direitos e da assistência direcionada ao público feminino. Ao tornar visível essa recusa institucional, a charge insere-se em um movimento mais amplo de produções que buscam resgatar atos promovidos por mulheres historicamente apagados, conforme discutem Perrot (2001, p. 7-8), reafirmando a necessidade de reinscrever essas experiências na memória social e política.

A narrativa gráfica apresenta quatro personagens diante de uma atendente, relatando situações de extrema vulnerabilidade: foram demitidas, expulsas de casa e excluídas da escola. Ao serem questionadas sobre a motivação desses acontecimentos, respondem com firmeza: “Somos lésbicas!”. A resposta da atendente: “só atendemos mulheres” explicita o cerne da denúncia: a recusa institucional em reconhecer lésbicas como mulheres legítimas dentro de uma lógica patriarcal e heteronormativa. Tal exclusão evidencia a operação de um regime que define quem pode ou não ser inteligível como “mulher”, sustentando-se na naturalização do sexo e do gênero como categorias fixas e coerentes. Nesse sentido, a charge dialoga com a crítica de Judith Butler (2003), ao expor como essa suposta estabilidade identitária atende a propósitos políticos específicos, especialmente à manutenção da heterossexualidade compulsória e das fronteiras normativas do feminino.

Se, na charge anterior, a crítica incidia sobre a exclusão institucional das lésbicas dos espaços destinados às mulheres, a imagem seguinte aprofunda o debate ao deslocá-lo para o próprio campo da definição identitária. Publicada também na *Chanacomchana*, a charge intitulada “Ser ou estar homossexual, eis a questão?” da edição de n. 5 de 1985, problematiza a estabilidade das categorias que organizam o entendimento social da sexualidade. Ao mobilizar uma formulação que remete ironicamente à célebre indagação hamletiana, a obra questiona se a homossexualidade deve ser compreendida como essência fixa (“ser”) ou como condição circunstancial (“estar”), evidenciando o caráter discursivo e político dessas classificações. Assim, o foco já não recai apenas sobre a negação de direitos, mas sobre o próprio regime de verdade que produz e regula as identidades sexuais.



Fonte: charge de Míriam Martinho lesbianidade e subversão n.1, 1985, p. 3.

Na imagem, a personagem sustenta um crânio enquanto formula a indagação “Ser ou estar homossexual, eis a questão?”, gesto que dramatiza a dimensão existencial do debate. A dúvida não se apresenta como mero exercício filosófico, mas como dilema atravessado pelo risco, pelo julgamento e pela ameaça simbólica e, muitas vezes, concreta à própria vida. O crânio, evocando a mortalidade, sugere que a discussão sobre identidade não é abstrata, mas profundamente marcada por consequências sociais e materiais. Ao ironizar a dicotomia entre essência e condição, a charge revela o peso de uma sociedade que constrange sujeitos dissidentes a negociarem permanentemente sua visibilidade, impondo-lhes silêncios estratégicos e identidades fragmentadas. É nesse horizonte de medo e duplicidade que o periódico explicita, em tom de denúncia, os efeitos subjetivos da homofobia:

A sociedade homofóbica em que vivemos nos obriga a negar a quem queremos e amamos. Ela nos impõe uma vida dubla um estado de esquizofrenia constante que não nos permite viver nem total. Enem integralmente. Passamos nossos dias como medo: medo por nossos direitos; medo pela perda do emprego; medo pela perda do afeto de nossos familiares e, às vezes, até mesmo, de perder a vida (CHANACOMCHANA, edição 5, 1984, p. 5).

Nesse cenário, as charges analisadas evidenciam que o humor mobilizado pelo *Chanacomchana* ultrapassa a dimensão meramente estética ou satírica, configurando-se como estratégia de intervenção no debate público sobre sexualidade e identidade. Ao expor a exclusão institucional das lésbicas e problematizar a própria inteligibilidade das categorias que estruturam o reconhecimento social, o periódico transforma a linguagem gráfica em meio de denúncia e de afirmação política. A produção imagética, assim, não se limita a representar

experiências de opressão, mas opera como instrumento político de luta, colocado a serviço da organização e da mobilização coletiva.

Tal atuação insere-se no que Bourdieu (2006, p. 169) compreende como o “jogo político”, entendido como espaço de disputas simbólicas em que diferentes agentes buscam impor sentidos legítimos e definir as categorias pelas quais a realidade social é percebida e nomeada. Nesse campo de forças, não se disputa apenas poder institucional, mas também a autoridade de classificar, reconhecer e conferir existência social a determinados sujeitos. Nomear, nesse contexto, é também produzir realidade, pois as categorias que se tornam legítimas passam a orientar práticas, políticas públicas e formas de reconhecimento. Ao produzir e difundir essas imagens, o *Chanacomchana* não apenas reagia à ordem heteronormativa vigente, mas intervinha diretamente na luta pela redefinição dos direitos, das identidades e das formas possíveis de existência, desestabilizando os limites do que podia ser dito, visto e socialmente admitido.

Versos e desejos: a poesia como escrita de existência

No editorial de 17 de maio de 1984, a revista *Chanacomchana* afirmava: “este é um espaço para nós mulheres lésbicas, falamos de como é bonito, sensual, gostoso é amar outra mulher. Tire seus sentimentos da gaveta e os envie para nós; podemos publicá-los com muito prazer”. A convocação explicita a constituição de um espaço de enunciação coletivo, no qual a experiência amorosa entre mulheres deixa de ocupar o lugar do segredo para tornar-se palavra pública e partilhada. Ao convidar suas leitoras a retirarem “os sentimentos da gaveta”, a revista instaurava uma política da escrita fundada na visibilidade, na partilha e na legitimação de afetos historicamente silenciados, demarcando seu posicionamento frente às normas heteronormativas e patriarcais que regulavam corpos e desejos.

É nesse horizonte político-afetivo que se insere o poema *Asas Abertas*, assinado por Jurema Barreto de Souza e publicado na revista no período de dez/fev. 1985-1986. O texto configura-se como um potente manifesto lírico de libertação e afirmação subjetiva: por meio de uma linguagem direta, mas carregada de simbolismo, a autora convoca à ação coletiva e à ruptura com as estruturas normativas que aprisionam corpos, afetos e pensamentos. Trata-se de uma escrita atravessada por sensibilidade política, afetiva e existencial, em consonância com aquilo que Fernandes (2018, p. 95) define como “reconhecimento de realidades, existências e sexualidades plurais”, ecoando, assim, o projeto editorial da revista de promover a visibilidade lésbica, subverter silêncios e confrontar os limites impostos por uma sociedade heteronormativa e patriarcal.

Asas abertas
 Enfim asas abertas
 Caminhos rasgados no céu
 Nossas palavras sem véus.
 Abaixo de nós o mundo
 Pés no chão e na consciência.
 E não ter medo de assumir
 Todas as metades: matérias, espíritos.
 Enfim o momento de agir, reunir sedimentar nosso voo.
 Não calar as verdades
 Para sairmos desta gaiola
 Dos limites impostos.
 De uma vez por todas... Voar
 (CHANACOMCHANA, edição n.9, dez/fev, 85-86, p. 13).

Logo no primeiro verso “Enfim asas abertas” há um sinal claro de transgressão: a abertura das asas representa a superação do confinamento e a recusa da invisibilidade. A imagem de voar ganha força ao ser contrastada com “caminhos rasgados no céu”, o que sugere não um voo leve ou idealizado, mas um processo marcado pela dor, resistência e esforço para conquistar um espaço de liberdade. As “palavras sem véus” evocam uma escrita que rejeita os disfarces e se propõe a dizer o indizível àquilo que, por tanto tempo, foi silenciado pela moral, pela medicina e pelas instituições como pontua Joan Scott, a é um dos mecanismos centrais de controle social:

Uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social sobre um corpo sexuado (Scott, 1995, p. 75).

A expressão “pés no chão e na consciência” conecta a dimensão política à existência cotidiana, evidenciando que a luta não é apenas simbólica, mas enraizada em experiências concretas e encarnadas. A poeta propõe “assumir todas as metades”, reafirmando a importância da totalidade dos sujeitos matéria e espírito, o que pode ser interpretado como uma crítica aos processos de fragmentação identitária impostos às mulheres lésbicas, que muitas vezes são forçadas a renunciar partes de si para serem aceitas ou compreendidas.

A segunda parte do poema amplia o chamado à ação: “Enfim o momento de agir, reunir, sedimentar nosso voo”. Aqui, o uso de verbos no infinitivo reforça o tom coletivo e imperativo, impulsionando à organização, à união e à consolidação de uma trajetória comum. O verso “não calar as verdades” revela o compromisso com uma ética da fala e da visibilidade, que perpassa toda a proposta editorial da *Chanacomchana*: transformar a palavra

em arma política, denunciar os silêncios forçados e criar uma memória afetivo-políticas da lesbianidade.

Ao final, a imagem da “gaiola dos limites impostos” se articula com o título do poema e retoma a metáfora do voo. Voar, aqui, é libertar-se de amarras históricas, culturais e institucionais que restringem a autonomia das mulheres dissidentes “o acirramento das contradições do sistema 88 patriarcal capitalista, e preparando a transformação radical das estruturas sociais e da qualidade de vida” (Gutiérrez, 1985, p. 13). Voar é existir fora da norma, é desafiar as fronteiras do possível, é viver plenamente com desejo, com coragem, com voz. A escolha do verso final “De uma vez por todas... voar” pontuado com reticências e seguido de verbo no infinitivo sugere tanto um desejo contínuo quanto um rompimento definitivo com o passado opressor.

Se em *Asas Abertas* a afirmação se realiza como convocação coletiva e gesto de expansão, em outros momentos do periódico a insurgência assume contornos mais íntimos e corporais. A palavra poética, que antes convocava ao voo, passa a mergulhar nas marcas deixadas pela violência simbólica e moral inscrita nos corpos dissidentes. É nesse movimento que se insere o poema *Cicatriz* de dez/fev de 1985-86, assinado por Ana Valim, um dos textos mais contundentes da *Chanacomchana* no que diz respeito à reapropriação do corpo e da sexualidade como práticas de resistência. Nele, a experiência da vergonha e da desqualificação é exposta para, em seguida, ser resignificada, transformando a marca a *cicatriz* em lugar de reconhecimento e potência.

Cicatriz
Minha vagina
Era uma ferida aberta
Que cheirava mal
E parecia um frango pelado,
Diziam.
Hoje, eu sei,
Ela possui uma beleza “imprópria”
Uma cheiro intrigante
Quando brinco com ela
E chupo os meus dedos melados.
(CHANACOMCHANA, edição n.9, dez/fev, 85-86, p. 13).

O poema *Cicatriz*, assinado por Ana Valim, é um dos textos mais contundentes da *Chanacomchana* no que diz respeito à reapropriação do corpo e da sexualidade como práticas de resistência. Em um curto espaço textual, a autora apresenta uma trajetória íntima e política de transformação: a vagina, inicialmente descrita como uma “ferida aberta” malcheirosa, repelente, comparada a um “frango pelado” “entrelaçamento de diferentes dimensões” (Fazio,

2010, p. 25), é a metáfora de um corpo violentado pelo discurso normativo, que transforma a sexualidade feminina em objeto de vergonha e repulsa. A imagem da ferida aberta sugere não apenas dor, mas também exposição, vulnerabilidade e uma ausência de proteção frente aos julgamentos externos.

No entanto, o poema opera uma virada decisiva a partir da enunciação “Hoje, eu sei”. Esse deslocamento temporal marca o rompimento com a voz impessoal e normativa do “diziam” e assinala a emergência de uma consciência que se afirma em primeira pessoa. Ao deslocar-se da escuta passiva das definições impostas para a autoafirmação de seu próprio saber, o eu lírico reorganiza o olhar sobre si e sobre o próprio corpo. A vagina, antes descrita sob o signo da inadequação e atravessada por representações desumanizante, passa a ser reconhecida por sua “beleza imprópria” expressão que ironiza os critérios hegemônicos do belo e, simultaneamente, afirma o valor daquilo que escapa à norma. A impropriedade, nesse contexto, deixa de significar defeito e converte-se em potência: a beleza reside precisamente no que é dissonante, no que recusa a conformação.

Essa inflexão dialoga com as reflexões de Clarke (1990), para quem a (lesbo)homofobia constitui um dispositivo central de silenciamento e de desautorização das experiências entre mulheres. Segundo a autora, o estigma social não apenas marginaliza essas vivências, mas as empurra para formas indiretas de existência seja pelo silêncio, pela dissimulação ou pela interiorização da culpa. Ao afirmar “Hoje, eu sei” e ao reivindicar a “beleza imprópria” de seu corpo, o poema insurge-se contra essa lógica de apagamento, transformando aquilo que a norma tentou relegar à invisibilidade em enunciação afirmativa e gesto político de resistência.

Há, ainda, uma importante dimensão sensorial e erótica. Ao falar do “cheiro intrigante” e da experiência de “brincar com ela”, a autora desafia o tabu da masturbação feminina e, mais ainda, da masturbação lésbica. O gesto de “chupar os dedos melados” desloca o poema para o campo do prazer autoinduzido, celebrado e sem culpa. Trata-se de uma poética do desejo que não pede desculpas por existir, mas que reivindica o corpo como lugar legítimo de experimentação e gozo. Em tempos nos quais a sexualidade das mulheres lésbicas era ainda mais invisibilizada e patologizada, essa escrita do desejo se inscreve como ação política.

A força de *Cicatriz* está, portanto, na forma como transforma a dor em potência, o corpo marcado em corpo refeito não pela norma, mas por quem o habita. O título do poema remete à ideia de cura e permanência: a cicatriz não apaga o que houve, mas é sinal de

sobrevivência e de história vivida. A partir disso, Ana Valim constrói uma poética da reconciliação com o próprio corpo, em que o erotismo se alia à política e o gesto íntimo torna-se linguagem coletiva. É uma poesia que denuncia, afirma e, acima de tudo, celebra: celebra o corpo lésbico, suas experiências, seus cheiros, seus prazeres e sua potência de existir para além do que foi imposto.

Considerações finais

Ao analisar conjuntamente as charges e os poemas publicados no *Chanacomchana*, este artigo buscou demonstrar que a estética da irreverência constituiu dimensão estruturante do projeto político do periódico. Longe de ocupar um lugar acessório, humor e desejo operaram como linguagens estratégicas de intervenção no debate público sobre gênero e sexualidade durante o processo de redemocratização brasileira. Nesse sentido, a recuperação dessas produções revela-se fundamental para se pensar histórias possíveis, conforme indicam Navarro-Swain (2014) e Muniz (2015), ao defenderem o deslocamento do olhar historiográfico para experiências e sujeitos historicamente marginalizados. As charges, por meio da sátira e da síntese visual, expuseram as engrenagens do patriarcado, denunciaram exclusões institucionais e interpelaram os regimes de verdade que regulavam a inteligibilidade das identidades dissidentes. Já os poemas elaboraram afetos, vergonhas, desejos e processos de autoafirmação, transformando a experiência íntima em gesto coletivo de resistência.

Nesse movimento, a articulação entre traço e verso evidencia que a política do *Chanacomchana* não se restringia à formulação de pautas reivindicatórias, mas investia na produção simbólica como campo de disputa e imaginação histórica. Se, nas charges, o riso funcionava como arma crítica capaz de desestabilizar hierarquias e expor contradições, nas poesias o erotismo e a escrita do corpo reinscreveram a lesbianidade como experiência legítima e potente. Tais expressões podem ser compreendidas como fissuras no interior da ordem heteronormativa, isto é, como brechas abertas por estratégias e ações de resistência, conforme argumentam Silva (2018). Ao instaurarem essas brechas no tecido social e discursivo, charges e poemas não apenas confrontaram o silenciamento histórico imposto às mulheres que se relacionam com outras mulheres, mas produziram espaços concretos de existência, reconhecimento e elaboração coletiva.

Ao recuperar essas produções como fontes históricas, reafirma-se a importância de ampliar o repertório documental da História das Sexualidades, incorporando suportes e linguagens que escapam aos arquivos oficiais. Charges e poemas não apenas registraram

experiências, mas participaram ativamente da construção de sentidos e da formação de uma consciência coletiva lésbica. Assim, o *Chanacomchana* inscreve-se não apenas como marco da imprensa alternativa, mas como espaço de elaboração estética e política que contribuiu para fortalecer epistemologias lésbicas no Brasil, demonstrando que rir, desejar e escrever também são modos de resistir, de narrar o passado e de projetar futuros possíveis.

Fontes

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n.1, dez de 1982, p. 13.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n.1, 1985, p. 3.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 12 de fev-maio de 1987, p. 6.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n.9, dez/fev, 85-86, p. 13.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-172.

FAZIO, Leila Maria Monteiro. **Corpo, gênero e sexualidade: a construção da diferença na escola.** São Paulo: Contexto, 2010.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018.

CLARKE, C. **Lesbianism: An Act of Resistance.** The Columbia Reader on Lesbians and Gay Men in Media, Society, a Society, and Politics. Columbia University Press, 1990.

GUTIÉRREZ, Rachel. **O feminismo é um humanismo.** Rio de Janeiro: Edições Antares, 1985.

LESSA, P. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1970-2006).** 261 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LENZI, Maria Helena; SILVA, Joseli Maria. **‘Faço de conta que eu não existo e você faz de conta que não me vê’:** Geografias lésbicas na Ditadura Militar em Florianópolis -SC, Brasil. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 2, 2018, p. 114-152.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider.** Tradução: Stephanie Borges. – 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Martins, Larissa Pinto. **Chanacomchana é um barato!** Afetos e pedagogias na imprensa lésbica / Larissa Pinto Martins, 2020.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais do Intercom 2001.** Campo Grande/MS: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Feminismos, epistemologias feministas e História das Mulheres: lentes cruzadas. **Opsis**, v. 15, n. 2, 2015, p. 316-329.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **Histórias feministas, história do possível**. In: Estudos Feministas e de gênero: articulações e perspectivas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. A história das mulheres. **Cultura e poder das mulheres**: ensaio de historiografia, 2001.

PIASON, Aline da Silva. **Mulheres que amam mulheres**: trajetórias de vida, reconhecimento e visibilidade social às lésbicas. PUCRS, Porto Alegre, 2008.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SWAIN, Tânia Navarro. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Editora Brasiliense. 2000.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero e outros ensaios**. Tradução de Maíra Mendes Galvão. 1. Ed. São Paulo: Autêntica, 2022.

Entre Chana e Organa - Reflexões sobre a emergência da imprensa lésbica brasileira e portuguesa

Between Chana and Organa - Reflections on the emergence of brazilian and portuguese lesbian press

Letícia Emília Batista¹, PUC-SP

Resumo

Este artigo analisa a emergência da Imprensa Lésbica no Brasil e em Portugal, no final do século XX, a partir das revistas *Chanacomchana* e *Organa*. Fundamentada na perspectiva da história comparada, a investigação busca compreender como tais publicações, surgidas em contextos sociais e políticos distintos, atuaram como espaços de resistência, de produção discursiva e de afirmação identitária. Argumenta-se que a Imprensa Lésbica não apenas possibilitou a criação de redes de contato, apoio e afeto entre mulheres antes isoladas, mas também contribuiu para a consolidação de uma memória coletiva e para a contestação da heterossexualidade compulsória. Ao valorizar experiências lésbicas e desafiar silenciamentos históricos, esses periódicos configuraram-se como ferramentas políticas e culturais centrais para a mobilização e visibilidade desses sujeitos.

Palavras-chave: Imprensa Lésbica; Lesbianidades; Historiografia; Chanacomchana; Organa.

Abstract

This article analyzes the emergence of Lesbian Press in Brazil and Portugal at the end of the twentieth century, focusing on the magazines *Chanacomchana* and *Organa*. Grounded in the perspective of comparative history, the study seeks to understand how these publications, produced in distinct social and political contexts, functioned as spaces of resistance, discursive production, and identity affirmation. It argues that the Lesbian Press not only enabled the creation of networks of contact, support, and affection among previously isolated women, but also contributed to the consolidation of a collective memory and to the contestation of compulsory heterosexuality. By valuing lesbian experiences and challenging historical silences, these periodicals established themselves as central political and cultural tools for the mobilization and visibility of these subjects.

Keywords: Lesbian Press; Lesbianities; Historiography; Chanacomchana; Organa.

Introdução

Voltemos ao final do século XX, em um período anterior à internet e às redes sociais, quando o acesso a informações sobre experiências lésbicas era limitado. Nesse contexto, iniciativas editoriais no Brasil e em Portugal deram visibilidade a essas vivências. Revistas como *Chanacomchana* e *Organa* funcionaram como espaços de encontro, comunicação e resistência, criando redes de apoio e consolidando memória coletiva. Como essas publicações permitiram que mulheres isoladas se encontrassem e afirmassem suas identidades? De que

¹ Doutoranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, bolsista CNPq, email para contato leticiaebatista@gmail.com.

maneira transformaram o ato de compartilhar experiências em instrumento de contestação a padrões heterossexuais impostos? Pesquisar sobre a Imprensa Lésbica revela como escrever e publicar se tornou um gesto político e cultural capaz de romper silenciamentos históricos e ampliar possibilidades de existência.

A ditadura instaurada no Brasil a partir de 1964 pode ser compreendida como civil-militar, na medida em que, além do protagonismo das Forças Armadas, contou com a participação ativa de setores da sociedade civil em sua sustentação e estrutura burocrática, especialmente elites político-econômicas e midiáticas (Bauer, 2011). Nesse contexto, a censura instaurada legitimava e reforçava valores morais por meio dos meios de comunicação de massa. Em oposição a esse controle, uma imprensa alternativa atuou como forma de resistência².

A comunicação alternativa, como aponta Cicília Peruzzo (2009, p. 132), configurava-se como um espaço de expressão crítica e plural, distinguindo-se sobretudo pela orientação político-ideológica, pela linha editorial, pelas formas de organização coletiva e popular, bem como pelas estratégias de produção que valorizam a participação ativa, o vínculo local e o caráter mobilizador, podendo ser pensada como uma “contracomunicação”.

Observa-se ainda, como sugerido por Sérgio Mendes (2011), que a imprensa alternativa desdobrou-se em diferentes vertentes, como a imprensa negra, feminista, estudantil e homossexual. Nesse cenário, Caio Maia (2017)³, situa as publicações lésbicas brasileiras no interior dessas vertentes, sobretudo entre a imprensa homossexual e feminista.⁴ Ampliando essa discussão, Paula Silveira Barbosa (2019; 2025) analisa a trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil, abordando sua constituição e características específicas. Sua principal contribuição consiste na formulação do conceito de Imprensa Lésbica, compreendido como,

[...] uma estrutura de comunicação autônoma, criada por lésbicas e para lésbicas. A instituição desses periódicos foi uma resposta ao apagamento e à estigmatização as quais as lesbianas eram submetidas em diferentes

² A autora Peruzzo (2009) atenta-nos ao fato de que a imprensa alternativa não é um fenômeno exclusivo do período da ditadura civil militar, esta já existiu em outros tempos.

³ O trabalho de Caio Maia (2017) é pioneiro ao realizar, a partir dos periódicos *Iamuricumá*, *Chanacomchana* e *Um Outro Olhar*, as redes formadas entre mulheres lésbicas a partir de uma imprensa específica.

⁴ Em relação a imprensa homossexual, a autora Larissa Pinto Martins (2020) atenta ao fato de que as lésbicas tinham espaço em apenas algumas reportagens específicas do jornal *Lampião da Esquina*, sendo este um veículo destinado ao público gay. A respeito da imprensa feminista, Elizabeth Cardoso (2004), demonstra que esta se dividiu em duas fases, a primeira (1974 a 1980) se voltava para as relações de classe, desigualdades sociais e temas de interesse de homens e mulheres, alinhados às reivindicações dos grupos de oposição à ditadura. Já a segunda fase estaria marcada por temas específicos da mulher, como as relações de gênero, violência contra a mulher e sexualidades. Apesar das lésbicas se enquadrarem sob a perspectiva de gênero, a imprensa feminista não constituía um espaço plenamente inclusivo para elas no quesito sexualidade, o que reflete na criação de periódicos próprios voltados à temática lésbica.

instâncias sociais, inclusive na imprensa – motivo pelo qual, além de sugerir o termo, tenho-o grafado com iniciais em caixa alta (Barbosa, 2025, p. 4).

O presente artigo recua até o final do século XX para fazer uma análise da emergência da Imprensa Lésbica no Brasil e em Portugal. Sabe-se que a revista portuguesa *Organa* foi citada em algumas edições do boletim brasileiro *Um Outro Olhar*, assim como encontramos na *Organa* notícias sobre experiências lésbicas no Brasil. As publicações lésbicas nos revelam como esses sujeitos estavam empenhados em levar para suas leitoras informações que transcendem as fronteiras nacionais, promovendo uma rede de contato e ampliando o conhecimento sobre um mundo no qual outras experiências identitárias se tornam possíveis⁵.

As teorias lesbofeministas de Monique Wittig (2022) e Adrienne Rich (2010) fundamentam esta análise ao compreenderem a heterossexualidade como um regime político, e não como simples orientação sexual. Para Wittig, a heterossexualidade estrutura instituições, normas e discursos a partir da naturalização da diferença sexual, produzindo um “pensamento hétero” que se apresenta como universal e organiza a interpretação da história, da cultura e das subjetividades, impondo-se como verdade geral. Já Rich, ao formular o conceito de heterossexualidade compulsória, evidencia como essa norma se mantém por meio de mecanismos institucionais e violências simbólicas e materiais que restringem a autonomia das mulheres. Em comum, ambas demonstram que a heterossexualidade opera como sistema de poder que se legitima como única forma socialmente aceitável de existência feminina, perspectiva central utilizada aqui para compreender a Imprensa Lésbica como espaço de resistência política.

A Imprensa Lésbica pode ser entendida como espaço de poder no qual mulheres constroem suas próprias narrativas, afirmam experiências silenciadas e produzem memória, deslocando a centralidade da narrativa heterossexual. A análise historiográfica dessas publicações permite acessar a constituição de uma cultura lésbica a partir de seus próprios discursos. Como indica Anzaldúa (2021), embora escrever exponha vulnerabilidades forjadas em contextos de múltiplas opressões, é justamente na escrita que reside a sobrevivência e o poder, fazendo da palavra um gesto de afirmação e resistência.

Dessa forma, através da análise das publicações *Chanacomchana* e *Organa*, este artigo visa compreender as singularidades e semelhanças da constituição desse campo de

⁵ Ao procurarmos fontes que contribuam para o fortalecimento do campo da historiografia de lesbianidades, percebe-se que a existência e articulação desses sujeitos através de uma imprensa específica é um fenômeno manifestado em diversos países. Temos notícias de publicações lésbicas em diferentes lugares desde o século XX, como na Alemanha a *Die Freundin* (1924), nos Estados Unidos a *Vice e Versa* (1947), a *Arena Three* (1964) no Reino Unido e a *Lesbian Newsletter* (1970) na Austrália.

comunicação em ambos os países, bem como essa imprensa contribuiu para a criação de redes de apoio, de ressignificação de discursos e na consolidação de uma memória coletiva. Por fim, pretende-se destacar o papel dessas produções como ferramenta essencial da preservação de suas narrativas, constituindo um campo significativo para a historiografia de lesbianidades no Brasil e em Portugal.

Do lado de cá da tesoura - Chanacomchana

A partir de 1964, através de um golpe civil militar, a história do Brasil ganharia outros contornos. O ataque às liberdades individuais, principalmente a censura aos meios de comunicação, tornou-se uma ferramenta de regulação social estatal, onde grupos e sujeitos contrários ao regime estariam fadados a duras perseguições.

Com o avanço do governo ditatorial e da resistência armada na década de 1970, os militares ampliaram a noção de “inimigo interno” a ser combatido⁶, incluindo não apenas opositores políticos, mas também aqueles considerados responsáveis pela “crise civilizatória”. Nesse contexto, combater o comunismo estava atrelado à vigilância e regulação da moral da população, incluindo pessoas LGBTQ+, universidades e outros espaços culturais. A “crise moral” refletia as transformações sociais e culturais das décadas anteriores, sendo associada ao uso de drogas, sexualidade desviante e delinquência, e sustentando a ideia de que o comunismo se fortalecia pela destruição da família, dissolução dos costumes e libertinagem sexual.

As reuniões do movimento estudantil favoreciam novos debates, mas o moralismo da esquerda frequentemente ignorava reivindicações fora do âmbito político-partidário, como gênero, raça e homossexualidade. Nesse contexto, as contribuições do movimento negro e feminista foram fundamentais ao problematizar questões antes vistas como experiências individuais. Como analisa MacRae (2018), diante da falta de apoio nos grupos políticos tradicionais, negros, mulheres e homossexuais passaram a construir estratégias autônomas de organização, estabelecendo alianças e afirmando a legitimidade de suas demandas, que não poderiam ser tratadas como questões secundárias ou “minoritárias”.

A influência dos movimentos pelos direitos civis, da contracultura, do feminismo, de Maio de 1968 e de Stonewall foi fundamental para a articulação de movimentos nacionais orientados por pautas antidiscriminatórias de sexo, gênero e raça. No Brasil, como destaca James Green (2003), a partir de 1974, em meio à crise econômica e ao fortalecimento da

⁶ Para mais conferir (Fico, 2001).

oposição, emergiram novas frentes de resistência. A reorganização estudantil e operária, a afirmação do feminismo com críticas ao sexismo da esquerda e a consolidação do movimento negro unificado, desafiaram o mito da democracia racial. Esse cenário de mobilização pressionou o regime a acelerar a abertura política.

Em meio ao processo de abertura política, no Rio de Janeiro⁷, um grupo diverso de jornalistas, artistas e intelectuais⁸, fundou o jornal *Lampião da Esquina* (1978–1981), com o propósito de tratar publicamente da homossexualidade e dialogar com outras minorias. Desde o início, o periódico foi atravessado por disputas internas entre uma perspectiva mais ativista e outra mais orientada pela prática jornalística e cultural.

Nesse mesmo contexto, intelectuais, artistas e profissionais liberais passaram a se reunir, motivados sobretudo pela necessidade de partilhar inquietações pessoais relacionadas à sexualidade. A organização do Somos (Grupo de Afirmação Homossexual) teve início em 1978 e se consolidou em fevereiro de 1979, a partir da participação em um debate realizado na Universidade de São Paulo⁹. Embora se estruturasse inicialmente de forma autônoma e sem hierarquias formais, o grupo passou a organizar-se internamente por meio de subgrupos com atuações específicas, como os responsáveis pela recepção de novos integrantes, pela atuação externa, pelos serviços burocráticos, pela divulgação, por estudos na área homoerótica e por atividades artísticas, além do subgrupo de atuação lésbico-feminista (Trevisan, 2018).

Foi a partir desse subgrupo de atuação lésbico-feminista, posteriormente denominado Ação Lésbica-Feminista (LF), que se deu a colaboração com uma edição do *Lampião da Esquina*. Ao longo do mês de abril de 1979, vinte e cinco mulheres elaboraram uma matéria intitulada “Nós também estamos aí”, na qual problematizavam sua participação tardia no jornal. Longe de interpretar essa ausência inicial como simples falta de engajamento, o texto explicita as condições de clandestinidade, repressão e silenciamento que atravessavam a experiência das mulheres homossexuais, bem como a recusa em transformar essa chegada tardia em uma narrativa de culpa individual.

⁷ Também nesse mesmo ano, deram-se a constituição do Movimento Negro Unificado, a emergência do movimento feminista e a aparição de outros grupos homossexuais militantes no exterior.

⁸ Segundo Renan Quinalha (2021) à frente da iniciativa encontravam-se pessoas sobretudo do eixo Rio–São Paulo, entre eles estavam os jornalistas Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata e João Antônio Mascarenhas; o artista plástico Darcy Penteado; o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet; o escritor João Silvério Trevisan; e o antropólogo Peter Fry.

⁹ Como aponta Facchin (2001), esse debate proporcionou a inclusão de novos integrantes no grupo, inclusive de mulheres, e também contribuiu para a formação posterior de outros dois grupos: Eros e Libertos. Além do levantamento feito por Facchin, autores como James Green (2018), Edward McRae (2018) e Trevisan (2018) realizaram uma análise ampla sobre a trajetória do grupo Somos.

Essas diferenças de compreensão política e de experiência social repercutiam diretamente na dinâmica interna do Somos, marcada por instabilidade e frequentes desentendimentos em torno do posicionamento do grupo diante do cenário político da época e dos riscos de cooptação pela esquerda. Nesse contexto, também se manifestavam tensões associadas a práticas de intolerância que deslegitimavam as vivências lésbicas e marginalizavam identidades gays mais feminilizadas.

Em 17 de maio de 1980, veio à tona o desligamento oficial das lésbicas do grupo Somos, marcando sua autonomia¹⁰. À época, essa separação foi frequentemente interpretada como radical ou separatista, entretanto elas só oficializaram uma separação que já vinha acontecendo internamente. A partir de então, o LF ingressou em uma nova fase, estabelecendo maior proximidade com grupos feministas, em sua maioria heterossexuais, relação que também foi atravessada por tensões. Entre idas e vindas de integrantes que saíram do “racha” do Somos, foram Rosely Roth e Míriam Martinho que assumiram a responsabilidade do grupo, que passou a se chamar Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) a partir de 1981.

Em janeiro de 1981 nasce o *Chanacomchana*, um boletim lésbico com aspecto de fanzine e nome provocativo, ao longo de quatro páginas inseria as leitoras em um novo mundo, mundo este que trazia a experiência lésbica como protagonista. Criado justamente para fazer ponte com outras mulheres e romper o silêncio, para ser um sopro de vida para aquelas que há muito se sentiam isoladas e até mesmo culpadas. “Sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias (CHANACOMCHANA, edição 0, 1981, p. 4).

As temáticas eram diversas, contavam com textos feitos pelas organizadoras, traduções de materiais internacionais, indicações de filmes e livros, entrevistas e depoimentos, relatórios de participações em eventos, saúde, prazer, notícias nacionais e internacionais, sessão de troca de cartas. A princípio, não abordavam discussões políticas partidárias tendo em vista que o principal objetivo era fomentar um espaço de informação e contato para lésbicas. Entretanto, conforme o contexto nacional avançava nos debates sobre a Constituinte,

¹⁰ É importante destacar a influência do pensamento feminista na formação do subgrupo Ação Lésbica-Feminista (LF). Essas formulações contribuíram para que suas integrantes compreendessem que, apesar da luta compartilhada contra a discriminação sexual, as mulheres lésbicas enfrentavam formas específicas de opressão relacionadas ao gênero. Na edição de número 12 do *Chanacomchana* (1987) elas relatam que sentiam dupla discriminação (por serem mulheres e por sua sexualidade), enquanto homens gays seriam discriminados apenas pela orientação sexual.

essas mulheres perceberam que a atuação política deveria se dar também no nível legislativo e não apenas no identitário, principalmente porque é através da legislação que os direitos demandados como casamento e adoção seriam alcançados.

Certamente a existência do *Chanacomchana* foi fundamental para desnaturalizar uma heterossexualidade imposta. Os textos operavam enquanto um mecanismo de conscientização e positivação do ser lésbica, possibilitando através do contato com o semelhante, outros tipos de vivências e discursos.

No Brasil de hoje, muitas lésbicas ainda vivem bastante marginalizadas e sentindo-se bichos de 7 cabeças, doentes mesmo. Um primeiro passo, portanto, para podermos criar organizações fortes que lutem efetivamente contra a repressão, é fazer o máximo de contatos e veicular várias informações que demonstrem que o lesbianismo é uma alternativa de vida perfeitamente possível e saudável pra todas as mulheres (*Chanacomchana*, edição 10, 1986, p. 4).

Para a produção desse material as organizadoras contavam com a contribuição das leitoras, além disso ao longo de algumas edições observa-se a incorporação de publicidade de alguns locais e produtos. Ao todo foram doze edições publicadas até 1987, com o fim do *Chanacomchana* uma de suas principais organizadoras, Míriam Martinho, deu seguimento em outra publicação denominada *Um Outro Olhar* e foi justamente através desta publicação que temos notícia sobre a primeira a revista lésbica portuguesa, a *Organa*.

Formalmente, o GALF chegou ao fim em março de 1990 através da publicação do número 10 do boletim *Um Outro Olhar*. Consolidando-se enquanto um grupo fundamental na história da organização lésbica brasileira, contribuiu significativamente ao fomentar um espaço da imprensa lésbica nacional que seria composta posteriormente por outras publicações como o *Boletim Amazonas* (BA), *Xerereca* (RJ) e *Deusa Terra* (SP).

Do lado de lá da tesoura - Organa

Do outro lado do Atlântico, na sociedade portuguesa observa-se profundas marcas não só do cristianismo, mas também vestígios de uma ditadura que se iniciou em 1933 e só acabara em 1974. O regime liderado por António de Oliveira Salazar, se pautava em princípios conservadores, nacionalistas e católicos, conseqüentemente a família, a Igreja e o Estado eram instituições essenciais à estabilidade social e moral do país. O autoritarismo se manifestava no controle das esferas políticas, econômicas e na regulação da vida privada dos

cidadãos. Desse modo, promoviam padrões de comportamentos no âmbito afetivo e sexual, pautados sobretudo na defesa da heterossexualidade monogâmica.

Em Lisboa, o sanatório de Mitra tornou-se a principal instituição utilizada pelo Estado ditatorial para internar os homossexuais, vagabundos, mendigos e doentes psiquiátricos. Ao longo do tempo, constituiu-se enquanto um depósito permanente de sujeitos fragilizados e sem nenhum suporte¹¹. Contudo, como aponta Raquel Afonso (2019), a penalidade para as lésbicas no período ditatorial se enquadrava como crime de transformismo onde a acusação incidia sobre a mudança de papel social ao tentar assumir um papel de homem.

De certo, esperava-se que a Revolução dos Cravos abrisse um caminho que possibilitasse transformações nas mentalidades¹², bem como os avanços sociais pudessem ganhar outros contornos. Entretanto, a natureza efervescente do período revolucionário esgotou as energias de muitas pessoas e os interesses voltados às questões de classe contribuíram para a invisibilidade das preocupações com a política sexual¹³. Como pontua Miguel Almeida,

Seria de esperar que a revolução de 1974 tivesse aberto o caminho para a mobilização LGBT. De facto, uma ou duas organizações foram fundadas, mas tiveram vida curta e pouca visibilidade, já que foram criadas em torno de grupos de amigos e amigas e, em geral, não foram bem-vindas pelas tendências políticas e partidárias dominantes à época, nomeadamente um Partido Comunista que tinha uma herança histórica de homofobia interna e uma esquerda radical assente em ideários marxistas/leninistas e/ou maoístas marcados por agendas puritanas (Almeida, 2009, p. 184).

Enquanto ao longo dos anos de 1970 e 1980, em outras democracias era o período de mobilização do movimento LGBT¹⁴, em Portugal observa-se uma lentidão em sua articulação. Convém situar uma organização embrionária surgida em 1974 pelo *Movimento de Ação*

¹¹ Observa-se na história portuguesa que a perseguição aos homossexuais não foi algo exclusivo do Estado Novo. Através das Ordenações Afonsinas e Filipinas aplicava-se pena de morte aos sodomitas, ademais a Inquisição também teve papel significativo no que se diz sobre o controle e fiscalização das práticas sexuais. Para mais informações sobre as Ordenações e atuação da Inquisição com os crimes e a punição de sodomia, conferir Ana Lúcia Santos (2018).

¹² Dentro do partido do Bloco de Esquerda, formou-se em 1991 um Grupo de Trabalho Homossexual (GTH), que inclusive publicou um boletim chamado “Sem Medos” onde abordava questões de sexualidade. Todavia, é evidente que as questões políticas se sobrepunham às pautas identitárias.

¹³ Convém pontuar que a descriminalização da homossexualidade veio somente quatro anos após a queda da ditadura em 1982. Contudo, inseriram um novo crime qualificado como homossexualidade com menores (que passou por revisões em 1995 e 1998), onde a idade de consentimento para heterossexuais era de 14 anos e para homossexuais de 16 anos. Essa distinção só foi abolida em 2007 devido a campanha pelo movimento LGBT acerca da aplicação regular do princípio da igualdade pelos legisladores.

¹⁴ Podemos citar o caso dos Estados Unidos e Brasil. Especificamente no caso europeu, o movimento LGBT português é visto como tardio, para mais consultar as publicações de António Fernando Cascais.

Homossexual Revolucionária (MAHR)¹⁵. No ano de 1980, surge o *Colectivo de Homossexuais Revolucionários* (CHOR) organizado por João Grosso, Fernando Cascais e José Calisto. No ano seguinte, ativistas participaram da manifestação do Dia do Trabalhador em Lisboa, carregando cartazes em defesa dos direitos homossexuais. Entretanto, a existência do CHOR deu-se ao fim ainda em 1981, a falta de apoio e mobilização dificultou a continuidade do grupo.

Ainda na década de 1980, registram-se outros eventos importantes, como o primeiro ciclo de debate público “*Ser (Homo)sexual*” realizado no Centro Nacional de Cultura de Lisboa (1982). Também em Lisboa, no ano de 1984, aconteceu o *1º Congresso Nacional de Sexologia* e o 2º aconteceu três anos mais tarde em Coimbra, ambas edições tinham um painel de discussões especificamente para debater sobre a homossexualidade.

Posteriormente, no ano de 1991 surge dentro do Partido Socialista Revolucionário, o *Grupo de Trabalho Homossexual* (GTH) com o objetivo de denunciar a repressão moral da sociedade portuguesa em relação a sexualidade. O grupo durou até 2004 e durante sua trajetória foi significativa sua atuação em torno da contestação dos termos *homossexualismo* e *lesbianismo* presentes no Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora (1986), além de terem se envolvido na luta por alterações sobre a homossexualidade na Constituição e no Código Civil e Penal português.

Como destaca Ana Cristina Santos (2002), a Associação Abraço (1992) desempenhou um papel fundamental na conscientização e no acolhimento de pessoas infectadas pelo HIV/SIDA. Posteriormente, a Associação ILGA - Portugal (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo), criada em 1995, atuou em parceria com a Abraço na luta contra a epidemia. Segundo a autora, assim como ocorreu em outros países ocidentais, as associações ligadas à AIDS tornaram-se espaços estratégicos para a visibilidade e mobilização do movimento LGBT português, promovendo um discurso centrado no apelo ao envolvimento, à participação e à responsabilização individuais.

Como apontou Cascais (2006), a visibilidade de uma comunidade gay ganhou impulso no seio de um processo mais vasto de combate à epidemia de SIDA. O tempo que a epidemia demorou a ser clinicamente identificada no país permitiu, sobretudo no respeitante à classe médica, mas também à classe política e aos meios de comunicação, contribuiu para uma

¹⁵ Este coletivo foi responsável pela elaboração e publicação de um manifesto no Diário de Lisboa que veio a público no dia 13 de maio de 1974. Intitulado “Liberdade para as minorias sexuais”, o manifesto é um marco para a história do movimento LGBTQ português, faz duras críticas à homofobia e propõe reivindicações como a descriminalização da homossexualidade, a liberdade de reunião, participação na mídia e educação sexual nas escolas.

espécie de *outing* da comunidade em geral e das pessoas afetadas pela doença. Como resultado, o associativismo se organizou também como uma resposta à epidemia, proporcionando que os grupos LGBT se organizassem contra as opressões como um todo.

Esse contexto, somado à epidemia da SIDA, implicou em características distintas para a organização e emergência do movimento LGBT português, sobretudo a organização do movimento lésbico. Justamente nesse período, que em 1990, duas mulheres publicaram uma revista fundamental para a historiografia lésbica. A *Organa* nasceu como uma resposta ao silêncio, para romper com a ausência e desmobilização de materiais que contemplassem as vivências sáficas. Uma das fundadoras, Ana Pinheiro, passou parte de sua vida estudando na Alemanha e circulando por outros países europeus, quando retornou a Portugal um sentimento de vazio passou a predominá-la. Motivada pela falta e isolamento, juntou-se à sua companheira da época para publicarem a revista.

A ORGANA nasce de um sonho de libertação que tu semelhante a mim também tens. Será a nossa comunicação, o sair da sombra, inteligente e alegremente, certamente! Gostaria que a nossa mensagem atravessasse a ponte. Tu e eu estamos na mesma margem, falamos a mesma linguagem. É questão de divulgarmos os nossos códigos, sintonizarmos as nossas ondas... (Organa, edição 1, 1990, p. 4).

A *Organa* foi feita de forma artesanal, o casal utilizou máquina de escrever que tinham em casa, a parte visual foi montada com recortes, colagens de imagens e desenhos. Seu tamanho é extenso, as edições variam entre 35 a 70 páginas e os temas vão desde assuntos relacionados a vivências lésbicas, bem como notícias internacionais, receitas, indicações de livros e filmes, saúde e até espaço para sessão de troca de cartas. As edições eram lançadas a cada dois ou três meses, a divulgação era feita em alguns bares que constituíam os guetos¹⁶, anúncios espalhados por banheiros públicos e até mesmo uma publicidade com uma chamada pequena na parte dos classificados em um jornal da mídia hegemônica. O envio era feito através dos correios, em um envelope discreto que preservava a identidade tanto das editoras quanto das leitoras.

Certamente, como defende Fabíola Cardoso (2022), a criação da *Organa* foi uma primeira pedrada no charco da estagnação absoluta que era Portugal em relação às questões lésbicas. A partir das páginas desta revista, abriu-se a possibilidade de acesso a um mundo

¹⁶ Martin P. Levine (1979) utiliza o termo "gueto" para descrever áreas urbanas com uma concentração significativa de indivíduos LGBT, caracterizadas por estabelecimentos como bares, discotecas e outros negócios voltados para esse público. Esses espaços servem como centros de socialização e apoio para a comunidade, proporcionando um ambiente onde as identidades podem ser expressas livremente.

totalmente único e até então desconhecido para muitas mulheres portuguesas. As informações ali presentes não só contribuíram para normalização e positividade de outras vivências sexuais, mas principalmente inauguravam uma rede de informações e, consequentemente de afetos, sobre lesbianidades.

Vocês não imaginam a imensa alegria e felicidade que a *Organa* me trouxe. Não imaginam! Eu, lésbica assumida e sem esperança nenhuma já de ser feliz, vejo cair-me do céu a *Organa* que pode melhor do que ninguém ser uma grane ajuda para mim. Foi como se uma nova vida me inundasse por completo, e a minha vida triste e solitária passa a ser mais alegre e preenchida. Eu fiquei muito mais elucidada com o tema do lesbianismo e cada vez me conoto mais com ele. Eu admiro a força e a coragem que vocês têm para lutar pelas lésbicas. Por todas nós afinal (*Organa*, edição 7, 1992, p. 34).

Rapidamente a *Organa* ganhou novas organizadoras, formaram um pequeno grupo de aproximadamente 6 a 7 mulheres (considerando que havia uma variação de frequência nos encontros presenciais para a confecção do material). Apesar das dificuldades encontradas, organizaram um encontro em 1991 onde apareceram 20 mulheres. Nesta ocasião elaboraram em conjunto uma nova edição da revista e tiveram a ideia de fundar a primeira linha telefônica de apoio a homossexualidade em Portugal.

As assinantes pagavam uma cota anual para ter acesso a publicação, mas a sua confecção demandava um tempo de trabalho que não era remunerado. Receber diversas cartas, responder, transcrever, buscar por imagens, organizar reuniões, selecionar informações, era um longo processo de produção que demandava tempo e esforços. Os desentendimentos pessoais, somados à sobrecarga de trabalho e dificuldades financeiras, contribuíram para um enfraquecimento e desmobilização das fundadoras. Dois anos depois a *Organa* teve seu fim, entretanto, seu legado gerou frutos e reverberou na organização de outros grupos, como as responsáveis pela revista *Lilás* e posteriormente o Clube Safo.

Tesourando: algumas reflexões sobre a Imprensa Lésbica

Observando que a Imprensa Lésbica se manifestou em diferentes países, com traços semelhantes e em constante contato, justifica-se a adoção da perspectiva da História Comparada. Parte-se do pressuposto de que essas experiências não se desenvolveram de forma isolada, mas inseridas em redes amplas de circulação de ideias, discursos e referências. A comparação, embora presente nas práticas cotidianas, constitui também um procedimento metodológico fundamental diante de realidades diversas ou pouco conhecidas. Conforme

propõe Barros (2014), trata-se de iluminar um objeto a partir de outro, identificando analogias, semelhanças, diferenças e variações de um mesmo modelo.

Por meio da História Comparada, torna-se possível analisar sistematicamente como um mesmo problema se expressa em distintos contextos histórico-sociais, espaços e temporalidades. Não se trata de sobrepor realidades, mas de compreendê-las a partir do contraste. Nesse sentido, a noção de “iluminação recíproca”, formulada por Barros (2014), orienta o confronto entre fenômenos de modo que os elementos de um evidenciem as especificidades do outro. Assim, a comparação ultrapassa a enumeração de semelhanças e diferenças, permitindo uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas históricas e de seus desdobramentos, ao mesmo tempo em que se articula à perspectiva de história conectada, evidenciando fluxos transnacionais entre experiências nacionais distintas.

Inegavelmente, a imprensa alternativa desenvolvida por mulheres lésbicas se constituiu enquanto ferramenta fundamental de comunicação, politização e produção de pertencimento. Para muitas, frequentar espaços como bares ou reuniões era uma realidade distante, seja por vergonha, medo, dúvidas, culpa, ou até mesmo por se encontrarem em um cenário de heterossexualidade forçada na qual eram casadas e mães. Nesse sentido, o acesso a um material especificamente feito por e para mulheres lésbicas, possibilitava uma experiência singular de reconhecimento, refletindo em outras possibilidades de ser e estar.

É oportuno ressaltar que, por se tratar de publicações independentes em ambos os países, a circulação desses impressos dependia de estratégias alternativas de divulgação e distribuição. Grande parte do material era enviada pelo correio, mas as editoras também aproveitavam eventos sociais, encontros e redes de apoio para fazer chegar as revistas e boletins aos leitores. Além disso, as próprias leitoras eram incentivadas a compartilhar informações sobre a existência dessas publicações, contribuindo para ampliar a circulação e o alcance das mensagens dentro da comunidade.

Como posto anteriormente, há especificidades no processo de constituição do campo da Imprensa Lésbica no Brasil e em Portugal. Por mais que ambos os países tenham em comum vestígios de um governo ditatorial e de uma moral cristã, as temporalidades das organizações são diferentes. Se por um lado, no Brasil, o contexto de reabertura e redemocratização permitiu a consolidação e emergência de outros movimentos como o movimento negro, homossexual e o feminista; em Portugal as mobilizações político partidárias se sobreporam às pautas identitárias, resultando na demora da autonomia e do fortalecimento desses movimentos sociais (Cascais, 2020).

No contexto ditatorial português, como aponta Raquel Afonso (2024) o aparato legal e a repressão pública social, impactaram no desenvolvimento de uma resistência e militância política dos indivíduos dissidentes. No entanto, segundo a autora, as experiências lésbicas e homossexuais se manifestaram de maneiras diversas no cotidiano, como por meio da ocultação, do silêncio ou da permanência consciente no “armário” como estratégia de proteção.

Essa diferença de contexto político teve impactos diretos na forma como as mulheres lésbicas se organizaram e utilizaram a imprensa. Enquanto no Brasil a pluralização dos movimentos sociais favoreceu processos de articulação, cisão e autonomização dessas mulheres; em Portugal foi essa imprensa alternativa que assumiu um papel inaugural, antecedendo a própria constituição de um movimento lésbico organizado.

Observa-se no caso brasileiro um percurso no qual a proliferação de organizações militantes possibilitou a formação e o amadurecimento do grupo lésbico. Inicialmente reuniu mulheres dentro do grupo homossexual Somos, em uma segunda fase formaram o subgrupo LF, posteriormente chegaram a independência formalizada através do GALF e por fim veio a elaboração de um boletim. Nesse sentido, o *Chanacomchana* foi resultante de uma soma de experiências e demandas que aquelas mulheres vinham passando. Ou seja, o boletim emerge como desdobramento de uma trajetória militante já estruturada, marcada por debates internos, conflitos políticos e experiências organizativas acumuladas.

O boletim Chanacomchana é um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizerem e para quem for lê-lo também. Ele é um dos frutos dos 3 anos e meio de atividades do GALF e representa a continuação do jornal de mesmo nome que lançamos o ano passado. Ele é produto de nosso trabalho que, embora às vezes difícil e árduo, tem sempre muito amor e paixão (Chanacomchana, edição 1, 1982, p. 1).

De certo, a trajetória e demandas do GALF, principalmente o contato que teciam com outros grupos nacionais e internacionais, impactaram na elaboração do boletim. Em contrapartida, no caso português, os esforços em torno do estabelecimento de um governo de esquerda se sobrepuseram às reivindicações identitárias, centralizando as ações sociais em torno da consolidação de uma política que substituísse as estruturas ditatoriais. Esse contraste evidencia que, enquanto no Brasil as referências internacionais atuaram como elemento de fortalecimento e ampliação de práticas já existentes, em Portugal elas desempenharam um

papel estruturante, oferecendo modelos de organização, discurso e ação para um movimento ainda incipiente. Esse atraso da mobilização lésbica foi denunciado na *Organa*,

No estrangeiro as lésbicas já se movem há 23 anos e já sofreram voltas e reviravoltas e ainda bem. Aqui na cauda da Europa, o que geograficamente é bem verdade, o movimento é ainda jovem [...] O ‘atraso’ que é a depressão nacional, curiosamente também foi vivido pelas lésbicas. Pode ser uma reserva quanto à aceitação dos sistemas de vida de países mais centralmente localizados. Talvez foram as condições de vida diferentes e o ambiente cultural de um machismo mais declarado que impediram as portuguesas de adoptar as mesmas táticas de outros países ocidentais (*Organa*, edição 7, 1992, p. 54).

Como resultado, compreende-se que a trajetória portuguesa foi distinta. Não existia um grupo lésbico organizado, nem uma experiência nacional de um associativismo significativo no que tange a sexualidade.¹⁷ A partir das experiências de sociabilidade e informações que as organizadoras tiveram no exterior, apostaram na elaboração da revista como um meio de inaugurar um espaço informativo para muitas que se sentiam isoladas. Nesse sentido, a revista *Organa* cumpriu, em Portugal, uma função que no Brasil foi inaugurada por grupos e coletivos, a de criar redes de contato, pertencimento e reconhecimento mútuo entre mulheres lésbicas.

Convém ressaltar que eventos organizados pelas editoras, como clubes de leitura, piqueniques e acampamentos sáficos, derivaram diretamente da existência da revista. Nos meses sem nova edição, elas promoviam encontros para manter a rede ativa, mostrando que foi através da publicação que muitas mulheres tiveram acesso à informação, apoio e sociabilidade. Em contraste, no Brasil, esses espaços já haviam dentro de organizações militantes, de modo que a imprensa atuava mais como ampliação e fortalecimento de redes existentes do que como ponto de partida.

Em suma, ao analisar o caso português fica evidente a organização tardia de uma comunidade e cultura lésbica, conseqüentemente os esforços discursivos centravam-se em retratar as vivências dessas mulheres. Como demonstrado por Dee Pryde (2010), o propósito da *Organa* reivindicava a noção de que o pessoal era político e, acima de tudo, o político era pessoal.

¹⁷ Tem-se notícias de que haviam lésbicas envolvidas no movimento feminista que vinha se estruturando em Portugal desde a década de 1970, entretanto, muitas preferiam não envolver a pauta da sexualidade dentro do movimento tendo em vista que a questão de gênero era o centro do debate, para mais conferir a obra “Feminismos” de Manuela Tavares (2011). Convém pontuar que no Brasil, também houve atrito entre as lésbicas e as mulheres heterossexuais do movimento feminista, a exemplo do que aconteceu no II Congresso da Mulher Paulista, para mais conferir.

É muito mais importante saber o que as lésbicas portuguesas têm a dizer aqui e agora. E o que tenho ouvido leva-me a acreditar que antes de exigir direitos específicos de protecção contra a discriminação, ou mesmo antes de começar o blá blá com a sociedade dominante, teremos de traçar os pontos que nos unem, percebermo-nos colectivamente, enfim, expelir as argumentações e criticismos internos (Organa, edição 8, 1992, p. 3).

Esse posicionamento mais neutro no que se diz em torno dos debates partidários e discussões legislativas manteve-se em toda a linha editorial da *Organa*. Aquele espaço foi pensado para priorizar informações e reflexões sobre as vidas sáficas, tecendo críticas sobre a homossexualidade compulsória e existência lésbica, impactando por fim nas subjetividades das leitoras ao positivar essas existências.

Porém, é importante situar que as experiências de encerramento da ditadura ocorreram de forma distinta em cada país. Em Portugal, após a Revolução dos Cravos, grande parte da esquerda rapidamente conduziu e consolidou a Constituição; já no Brasil, o processo de redemocratização foi mais lento, permitindo que os movimentos sociais existentes acompanhassem mais de perto os debates legislativos. Ademais, em Portugal ainda não havia movimentos bem articulados durante o período da Constituição, o que explica por que as preocupações legislativas aparecem com mais força na imprensa lésbica somente em outras publicações, como a *Zona Livre*.

Portanto, observa-se que o *Chanacomchana*, que já atuava na politização das identidades lésbicas, passou a incorporar, após os primeiros números, textos sobre debates político-legislativos ocorridos no contexto da redemocratização, ressaltando a importância da mobilização desses sujeitos em torno de pautas políticas como forma de reivindicar direitos por vias legislativas. Em contrapartida, a *Organa* privilegiou a construção de uma consciência coletiva e subjetiva, focando na reflexão sobre como ser lésbica em uma sociedade heterossexual constitui uma existência política.

Diante disso, em ambos os contextos fica evidente que o trabalho com o pessoal precede o engajamento legislativo, primeiramente é necessário abordar as trajetórias desses sujeitos e compreender as implicações de ser lésbica em uma sociedade heterossexual. As organizações lésbicas concentram-se em desmistificar, naturalizar e politizar essas identidades, atravessando os sentimentos associados às experiências pessoais e inserindo os sujeitos em redes de apoio e pertencimento. Posteriormente, essas experiências coletivas possibilitam a mobilização em torno de debates legislativos, ampliando as formas de convivência e abrindo espaço para a ressignificação de novas maneiras de ser e existir.

Como no caso brasileiro houve uma experiência prévia de contato e debate de mulheres que se reuniram a partir do Somos, o *Chanacomchana* foi um caminho para ampliar essa rede de comunicação. Assim, percebemos que no Brasil, o início da Imprensa Lésbica foi marcada pela articulação entre identidade, militância e reivindicações institucionais, enquanto em Portugal, ela operou exclusivamente como um espaço de elaboração subjetiva e comunitária. Nesse sentido, conforme a experiência portuguesa foi amadurecendo, mesmo com o fim da *Organa*, outras publicações foram aparecendo como a *Lilás* e *Lesbiana*. Em 1996 torna-se público o primeiro grupo lésbico Clube Safo, que entre idas e vindas, atua até hoje no país. Este, incorporou em suas edições da publicação *Zona Livre*, não somente vivências lésbicas, mas também debates em torno do casamento, adoção e aborto, exemplificando como a centralidade das pautas legislativas veio em outra fase da Imprensa Lésbica portuguesa.

A experiência lésbica em Portugal e no Brasil se deu em temporalidades distintas, refletindo diferenças no desenvolvimento do associativismo. Em Portugal, o boletim lésbico conectava leitoras a redes transnacionais de informação e sociabilidade, enquanto no Brasil, *Chanacomchana* ia além, registrando a participação de suas editoras em eventos internacionais e fortalecendo a circulação de experiências e estratégias de militância. Assim, ambos os periódicos contribuíram para a construção de redes transnacionais, ainda que de maneiras e ritmos distintos.

Em última análise, percebe-se semelhanças nas fontes quanto à composição e aos objetivos. Ambas operaram como veículos fundamentais de informação, contato e afeto para sáficas, foi por meio da elaboração e produção coletiva que cada nova edição ganhava forma, configurando-se como uma verdadeira colcha de memória costurada coletivamente. Todavia, a comparação evidencia que, apesar de objetivos semelhantes, os periódicos desempenharam funções históricas distintas. No Brasil, expressavam um movimento em amadurecimento político; em Portugal, atuavam como condição de possibilidade para o surgimento desse movimento.

Prazer: sapatões e fufas¹⁸

A busca por desenvolver formas de comunicação independentes das estruturas patriarcais permitiu que muitas mulheres entrassem em contato com outras lésbicas e

¹⁸ Fufa é uma gíria que se refere às lésbicas em Portugal, se assemelha ao que utilizamos no Brasil como sapatão. Entretanto, convém pontuar que se proferido por outras pessoas que não da comunidade LGBTQIAPN+, geralmente vem num tom de ofensa e homofobia.

estabelecessem redes de conexão. Conforme aponta McKinney (2020), esse tipo de “ativismo informacional” abriu caminhos para a construção de uma vida lésbica e contribuiu para a formação de uma história queer da informação. A partir dessa perspectiva, é possível enxergar nas publicações lésbicas uma modalidade própria de ativismo informacional, expressa na produção e circulação de saberes que ampliam o acesso a experiências sáficas. Ao registrar vivências, fomentar debates e gerar conhecimento coletivo, essas publicações vão além da função de informar, elas criam possibilidades de existência que desafiam os padrões normativos e ampliam os modos de vida disponíveis.

Embora tenham surgido a partir de trajetórias distintas, observa-se um ponto de convergência, a imprensa atuou como um elo entre o privado e o público. Essa mediação não se restringiu ao espaço nacional. Em ambas as publicações aqui analisadas, identifica-se uma prática recorrente de referência a outros países, grupos lésbicos e LGBTQ+, periódicos estrangeiros, espaços de sociabilidade e debates políticos, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Essa circulação não se restringe à informação, constitui estratégia política de situar experiências locais em um horizonte transnacional de lutas, contribuindo para legitimar as existências lésbicas nacionais e produzir um sentimento de pertencimento a uma comunidade internacional ativa.

Mais do que um meio de circulação de ideias, essa imprensa valorizou experiências lésbicas, legitimou suas reivindicações e contestou discursos historicamente impostos. Como aponta Judith Butler (2018), a resistência também ocorre pela apropriação e transformação de narrativas marginalizadas, permitindo que sujeitos falem por e sobre si. Nesse sentido, a circulação transnacional de referências ampliou repertórios políticos e simbólicos, deslocando a percepção de isolamento dessas mulheres.

A mobilização lésbica também atua como mecanismo de transformação, mulheres antes isoladas passam a contar com um referencial coletivo, adquirindo novas perspectivas sobre si mesmas e sobre o mundo. Bell Hooks (2017) destaca que é por meio dessa experiência coletiva que o movimento feminista exerce impacto transformador. Criar espaços de diálogo crítico e aberto, nos quais se possa ouvir e conhecer umas às outras nas diferenças e complexidades das experiências, é essencial para o avanço do movimento feminista e para a consolidação da solidariedade política entre mulheres (Hooks, 2017, p. 149).

Além de promover visibilidade, *Chana* e *Organa* consolidaram códigos de comunicação, ofereceram suporte emocional e contribuíram para a memória da cultura lésbica. Em ambos os contextos, essas iniciativas inauguraram práticas discursivas e redes que

seriam retomadas e aprofundadas por publicações e grupos posteriores. Conforme Catherine MacKinnon (1982), o compartilhamento de experiências comuns pode levar à formação de uma consciência coletiva e, conseqüentemente, à ação política. Nesse sentido, as articuladoras e leitoras desses periódicos podem ser compreendidas como um grupo de consciência que, ao reivindicar sua existência e afirmar suas vivências, desafiaram estruturas heteronormativas.

A análise comparativa evidencia que, embora inseridas em contextos distintos, essas publicações desempenharam papéis fundadores. No Brasil, *Chanacomchana* e *Iamuricumá* configuraram experiências pioneiras da Imprensa Lésbica, articulando-se tanto com grupos organizados como o GALF, quanto com redes mais amplas de circulação de ideias feministas e homossexuais; sendo referências para outras publicações que viriam como *Um Outro Olhar* e *Femme*.¹⁹ Em Portugal, a *Organa* também assumiu função embrionária, porém antecedendo o associativismo lésbico formal e impulsionando iniciativas posteriores, como a revista *Lilás* e o surgimento do Clube Safo, responsável pela *Zona Livre* e pela organização atual de um arquivo voltado para a história e memória lésbica portuguesa²⁰.

A Imprensa Lésbica, portanto, desempenhou um papel fundamental na construção e afirmação identitária, desmistificando a noção de que essas mulheres foram silenciadas na história. O apagamento de suas experiências não foi imposto pelos fatos, mas pela própria historiografia, que por muito tempo ignorou essas narrativas. Como argumenta Joan Scott (1992), a história das mulheres é sempre uma narrativa política, capaz de desafiar premissas disciplinares e ampliar as possibilidades de existência para diferentes sujeitos ao longo do tempo.

A resignificação e o contradiscurso realizados por elas podem ser interpretados como meio importante de contestação da heterossexualidade compulsória, viabilizando outra epistemologia dentro do mundo cisheteronormativo. Se a exclusão e o silenciamento são ferramentas que sustentam essa normatização, a visibilização das experiências lésbicas rompe com essa estrutura, expandindo outras formas de existência. A dimensão transnacional dessas práticas reforça esse processo, demonstrando que tais resistências não eram isoladas, mas parte de um movimento mais amplo de circulação de ideias, afetos e estratégias políticas.

Atualmente, em meio ao avanço da extrema direita e aos ataques contínuos às comunidades LGBTQIAPN+, a resistência se mantém essencial. Enquanto o Google removeu

¹⁹ Para mais referências de publicações lésbicas brasileiras, consultar a pesquisa realizada por Maia (2017) “Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira”.

²⁰ O Clube Safo é um grupo lésbico português fundado nos anos de 1990 e ainda em atividade nos dias de hoje, para mais informações sobre o Clube acessar o site <https://clubesafo.pt/>.

de seu calendário datas comemorativas da História Negra, da História das Mulheres, do Orgulho LGBTQ+ e dos Povos Indígenas, seguimos narrando essas histórias. Assim, a historiografia lésbica desempenha um papel crucial ao desestabilizar narrativas que perpetuam estruturas cisheteropatriarcais, reativando redes de memória locais e transnacionais, fortalecendo as teias de experiências e memórias LGBTQIAPN+.

Fontes

CHANACOMCHANA (jornal), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 0, Janeiro/1981 edição única.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 1 Março/1981.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 10 Junho-Setembro/1986.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 12 Fevereiro-Maio/1987.

REVISTA ORGANA. Lisboa, n. 1, 1990.

REVISTA ORGANA. Lisboa, n. 7, 1992.

REVISTA ORGANA. Lisboa, n. 8, 1992.

Referências

AFONSO, Raquel. Sexualidades não-normativas no período da ditadura portuguesa. Estudos de caso sobre a resistência quotidiana de homossexuais e lésbicas no Estado Novo. **RELIES**: Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades. Número 1, 2019.

AFONSO, Raquel. **Homossexualidade, lesbianismo e resistência nas ditaduras ibéricas do século XX**: estudos de caso em comparação. Tese de Doutorado em Estudos de Género, Universidade Nova de Lisboa, 2024.

ANZALDÚA, Glória. **A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios**. A bolha editora, Rio de Janeiro, 2021.

BARROS, José D.'Assunção. **História comparada**. Editora Vozes Limitada, 2014.

BAUER, C. 2011. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Història.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio, 2018.

CARDOSO, Fabíola. A ÁRVORE CLUBE SAFO. In: **De Memória, História das lutas feministas e lgbtqia+ em Portugal**. 2022, Porto. Vários Autores.

CASCAIS, António. **Indisciplinar a Teoria: Estudos Gays, Lésbicos e Queer**. Ed. Fenda, Lisboa, 2006.

CASCAIS, Fernando. Portugal 1974-2010: da Revolução dos Cravos ao bouquet do casamento. **Mélanges de la Casa de Velázquez**. Nouvelle série, n. 50-1, p. 163-187, 2020.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan;

CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GREEN, James. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 15, p. 271–295, 2015.

_____. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, v. 2, 2013.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

MACKINNON, Catherine A. Feminism, Marxism, Method, and the State: An agenda for theory. **Culture and Society**, v. 7, p. 3, 1982.

MAIA, C. **Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na Imprensa Lésbica brasileira**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. **Contraponto**, v. 1, n. 1, p. 24-41, 2011.

McKINNEY, Cait. **Information Activism: A Queer History of Lesbian Media Technologies**. Durham, NC: Duke University Press, 2020.

PRYDE, Dee. Lésbicas portuguesas no século vinte: Apontamentos para a História. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2012.

QUINALHA, Renan. Lampião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964. **Cadernos Pagu**, 2021.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

SANTOS, Ana Cristina. Sexualidades politizadas: ativismo nas áreas da AIDS e da orientação sexual em Portugal. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro**, 18(3): p. 595-611, mai-jun, 2002.

SANTOS, Ana Lucia. Discursos legais em torno de mulheres sodomitas portuguesas na Idade Moderna. **Cabo dos Trabalhos**, n. 17, p. 1-15, 2018.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. **Trajatória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo**. 2019. 281 f. Dissertação (Mestrado em

Jornalismo) – Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. Iamuricumá: abre-caminhos da Imprensa Lésbica no Brasil. **Mosaico**, v. 17, n. 27, 2025.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

TREVISAN, João Silvério. Somos o quê mesmo? In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Autêntica Editora, 2022.

Nós, Mulheres: a lesbianidade no Jornal Nós Por Exemplo (1991-1995)

We, Women: lesbianism in the newspaper Nós Por Exemplo (1991-1995)

Izabela de Paula Gomes¹, UNESPAR

Resumo

A década de 1990 representou um processo de mudanças para o movimento LGBTQIA⁺ principalmente com o advento da epidemia do HIV/AIDS. Em 1991 no Rio de Janeiro surge o Jornal Nós Por Exemplo abordando temas acerca da homossexualidade e do HIV/AIDS. O que nos chama atenção é o espaço destinado às vivências de mulheres lésbicas. Diante disso, objetivamos analisar a sessão *Nós Mulheres* a fim de compreender como a lesbianidade é discutida no periódico. Para isso, utilizamos 22 edições do jornal publicado entre 1991 e 1995. Dessas, 19 integram o acervo do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, dentro das coleções do Grupo Dignidade e do Grupo Gay da Bahia (GGB), e três edições foram gentilmente cedidas pelo pesquisador Walber Ferreira da Silva. Evidenciamos como a identidade lésbica, historicamente silenciada, se afirma politicamente em uma sociedade marcada pelo machismo e misoginia.

Palavras-chave: Lesbianidade, Mulheres, Nós Por Exemplo, Imprensa alternativa.

Abstract

The 1990s represented a period of change for the LGBTQIA⁺ movement, particularly with the advent of the HIV/AIDS epidemic. In 1991, the newspaper Nós Por Exemplo (We For Example) appeared in Rio de Janeiro, addressing issues related to homosexuality and HIV/AIDS. What caught our attention was the space dedicated to the experiences of lesbian women. Therefore, we aimed to analyze the *Nós Mulheres* section to understand how lesbianism is discussed in the periodical. To this end, we used 22 issues of the newspaper published between 1991 and 1995. Of these, 19 are part of the collection of the Prof. Dr. Luiz Mott Documentation Center, within the collections of the Dignidade Group and the Gay Group of Bahia (GGB), and three issues were kindly provided by researcher Walber Ferreira da Silva. We highlight how lesbian identity, historically silenced, asserts itself politically in a society marked by machismo and misogyny.

Keywords: Lesbianism, Women, Us For Example, Alternative Press.

Introdução

Esse texto nasce de uma inquietação que atravessa o olhar de uma pesquisadora lésbica. Durante o processo de organização do acervo documental do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI⁺) do Grupo Dignidade localizado em Curitiba e onde atuo como pesquisadora, encontrei algumas edições do Jornal Nós Por Exemplo publicado entre os anos de 1991 e 1995. Folheando o periódico, o que me chamou a atenção foi a presença da seção *Nós, Mulheres* na qual são abordadas temáticas relacionadas

¹ Mestra em História Pública pela Universidade Estadual do Paraná e Pesquisadora do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI⁺). E-mail: izagomes2704@gmail.com

as vivências lésbicas. Desse modo, busco analisar essa sessão a fim de compreender como a lesbianidade é vocalizada no material.

A temática LGBTQIA⁺² no espaço acadêmico e na historiografia brasileira se configura como um fenômeno recente. Nos últimos anos, vemos um avanço nas iniciativas sobre dissidências de gênero tanto por meio de pesquisadores e pesquisadoras quanto pelo engajamento com os movimentos sociais, museus, arquivos e demais espaços de preservação da memória e da história. No entanto, a lesbianidade permanece como um tema pouco explorado dentro da academia, principalmente no âmbito historiográfico e muitas vezes silenciado dentro do próprio movimento LGBTQIA⁺. Para compreendermos esse processo, torna-se fundamental entendermos a construção da luta dessas mulheres.

O movimento homossexual³ iniciou entre as décadas de 1970 e 1980, período historicamente marcado pela ditadura brasileira, quando grupos formados por lésbicas, gays, travestis e bissexuais começaram a se organizar através de reuniões em bares e clubes. Nesse cenário surge o Grupo de Afirmação Homossexual (Somos), o primeiro a ser organizado no Brasil em 1978. No entanto, divergências internas principalmente devido a atitudes machistas e discriminatórias propagadas pelos companheiros de militância, hierarquização nas tomadas de decisões e o apagamento das especificidades e demandas das lésbicas levaram à criação do Grupo Lésbico Feminista (LF) um subgrupo dentro do Somos.

Em 1981 foi o início da formação de um espaço independente e autônomo onde as mulheres lésbicas pudessem discutir as suas especificidades a partir do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF). Através da aproximação com o movimento feminista, elas começaram a integrar o Congresso da Mulher Paulista que ocorria no mês março. Porém havia algumas barreiras dentro do movimento feminista que demonstrava resistência em incorporar as pautas lésbicas, contribuindo para a manutenção da sua invisibilidade (Fernandes, 2018; Kumpera, 2021).

A fim de vocalizarem suas ideias e sendo um espaço de socialidade e de luta política as mulheres do GALF publicam em 1981 o boletim “Chanacomchana”. Com 12 edições entre 1982 e 1987 o material possuía em média uma tiragem de 500 exemplares que eram divulgados em festas, congressos, bares entre outros espaços. Em um desses espaços

² Utilizamos LGBTQIA⁺ por considerarmos ser uma das nomenclaturas utilizadas atualmente, compreendendo lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queers, intersexos e assexuais sendo o ⁺ adicionado ao final para representar as outras pessoas que não estão contempladas nessas 7 orientações sexuais.

³ Segundo Facchini (2003) o termo movimento homossexual é entendido como o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual.

frequentados majoritariamente por mulheres lésbicas ocorreu o que ficaria conhecido como levante do Ferros's bar. O protesto que aconteceu em 19 de agosto de 1983 em São Paulo onde os donos do estabelecimento impediram a entrada de integrantes do GALF, e a venda do boletim no bar com a justificativa de ser proibido comercializar outros produtos no bar, representando um ato de discriminação (Martins, 2017; Silveira-Barbosa, 2019; Silva, 2021).

Em 1987, foi criada a Rede de Informação Um Outro Olhar, marcando um processo de reorganização do Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF). A partir dessa nova fase, passou-se a editar o boletim *Um Outro Olhar*, que, de acordo com a pesquisadora Paula Evelyn Silveira Barbosa (2019), inaugura a segunda fase da imprensa lésbica no Brasil. Lançado em um contexto de transição política no país, o periódico teve 20 edições publicadas entre 1987 e 1994, buscando estabelecer aproximações com outros grupos lésbicos, principalmente do exterior. Tratava-se de uma publicação feita por, sobre e para lésbicas, a partir de uma perspectiva plural. Durante esse período surgiram outros periódicos importantes voltados as vivências de mulheres lésbicas, como *Deusa da Terra* (1991–1994), *Lesbertária* (1993), *Femme* (1993) e o informativo do Grupo Estação Mulher (1995).

Diante desse cenário, temos por objetivo analisar a sessão *Nós Mulheres* do Jornal *Nós Por Exemplo* (1991-1995) a fim de compreender como a lesbianidade é discutida no periódico. Para isso, estruturamos o texto em dois movimentos: em primeiro lugar apresentamos os aspectos que compõem o jornal e o debate em torno do HIV/AIDS na década de 1990 e posteriormente como a temática da lesbianidade é acionada. Como corpus empírico utilizamos 22 edições do jornal publicado entre 1991 e 1995, dezenove delas estão dispostas no acervo do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott sendo parte das coleções do Grupo Dignidade e Grupo Gay da Bahia (GGB) e três foram disponibilizadas gentilmente pelo pesquisador Walber Ferreira da Silva, doutorando da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Logo, pensar as subjetividades e a construção da identidade lésbica na imprensa alternativa é refletir sobre o apagamento vivenciado e a trajetória de luta e reivindicações por parte dessas mulheres.

Nós Por Exemplo: um jornal somente para o público masculino?

Ao NÓS POR EXEMPLO

Encantada por saber que em breve poderei estar lendo um jornal dirigido a pessoas como eu, carente de informações sérias a respeito da homossexualidade. Espero que não seja um jornal exclusivo para homens (*Nós Por Exemplo*, dez. 1991).

Esse trecho foi publicado na sessão cartas da primeira edição do Jornal Nós Por Exemplo em dezembro de 1991. A carta enviada por Elizabeth M. de Almeida expressa não apenas o entusiasmo diante da criação do jornal, mas também evidencia a urgência em produzir um material com caráter educativo. A preocupação em relação ao conteúdo chama atenção para as ausências e a necessidade de um espaço de pertencimento que evidenciasse as experiências de mulheres.

Sabemos que a utilização dos jornais como fonte é relativamente recente no campo historiográfico. No Brasil, essa discussão chega na década de 1970 a partir de trabalhos voltados à história da imprensa. Considerar os periódicos como documento histórico é se atentar às transformações e os comportamentos sociais de uma época. Ao se debruçar nesses materiais devemos levar em consideração as subjetividades e intencionalidades de quem escreve (Luca, 2012; Capelato, 1988; Bezerril, 2011).

É importante destacar que o período da imprensa alternativa na década de 1990 foi marcado por intensas transformações sociais e políticas. A eclosão da epidemia do HIV/AIDS fez com que organizações se mobilizassem contra a doença gerando uma aproximação dos ativistas homossexuais junto às autoridades médicas. Essa agenda de enfrentamento junto a órgãos do governo, evidenciou um processo de “ONGuização”, momento em que começam a surgir grupos organizados em todo país. A partir de convênios e parcerias com o governo federal iniciou ações como campanhas de prevenção, distribuição de preservativos e materiais de cunho informativo a fim de comunicar a sociedade. Nesse movimento, a sexualidade ganha a esfera pública, sendo debatida diante dos equívocos e da estigmatização da homossexualidade provocada pela mídia sensacionalista (Facchini, 2003; Quinalha, 2022).

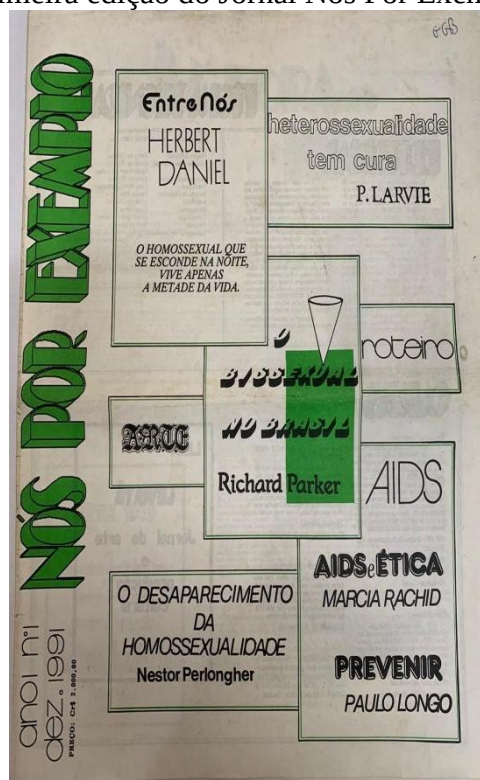
A presença marcante da comunidade LGBTQIA⁺ na mídia através de mobilizações sociais, contribuiu significativamente para a ampliação das discussões sobre direitos humanos. Articulações nacionais atuaram em resposta a epidemia do HIV/AIDS, tanto com as redes e associações internacionais, quanto em diálogo com parlamentares através da proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal. A organização de eventos de rua, como as primeiras paradas do Orgulho Gay em São Paulo, levou a uma projeção e reconhecimento em âmbito social e político ao movimento (Facchini; Simões, 2009; Trevisan, 2004).

Na imprensa, as publicações que surgem após o fim do *Lampião da Esquina*⁴, a partir dos anos 1990, diante do impacto da epidemia de HIV/AIDS passaram a discutir sobre a diversidade de estilos de vida, classes sociais e grupos dentro da comunidade homossexual. Nesse sentido, o design gráfico passa a assumir um papel importante uma vez que “configura o planejamento e desenvolvimento da maioria dos artefatos da sociedade moderna” (Rodrigues, 2007, p.118), contribuindo para a construção visual e simbólica dessas identidades nas páginas impressas.

É nesse cenário que surge em janeiro de 1991 na cidade do Rio de Janeiro o Núcleo de Orientação em Saúde Social (NOSS). A organização não governamental era formada por uma equipe de profissionais da saúde, tendo como enfoque trabalhos na área da saúde e direitos humanos com a prevenção do HIV/AIDS e doenças sexualmente transmissíveis (DST). O NOSS desenvolvia diversos projetos em colaboração com grupos específicos. Entre eles, o “Programa de Pegação” que atuava junto a rapazes trabalhadores do sexo, além do “Programa Tereza” que tinha o objetivo realizar o trabalho em unidades carcerárias do Rio de Janeiro. Apesar das ações em relação à prevenção e informação, buscavam alcançar um maior número de pessoas vendo na criação do periódico um modo de atingir essa meta (Henriques, 2021; Rodrigues, 2010). Em dezembro de 1991 lançam a primeira edição do *Jornal Nós Por Exemplo* (Imagem 1).

⁴ O jornal *Lampião da Esquina* foi um importante veículo de comunicação impressa do final da década de 1970. Apresentava temas ligados as homossexualidades, feminismo, movimentos sociais a luta contra opressões sofridas por grupos minoritários da época tendo circulado de 1978 a 1981 (Gonçalves, 2025).

Imagem 1- Primeira edição do Jornal Nós Por Exemplo (dez. 1991)



Fonte: Acervo Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+).

Em seu primeiro editorial o jornal não tinha a pretensão de “finicar no preconceito da sociedade a bandeira da homossexualidade, nem tentar iniciar um movimento de organização dos grupos homossexuais [...]” (Nós Por Exemplo, dez. 1991). Mas buscavam informar e promover o respeito aos homossexuais, sendo o conhecimento indispensável. Além de informações, o jornal incluía em suas páginas artigos e opiniões de profissionais qualificados e se propunha a ser construído coletivamente pois “[...] também está aberto a todos os leitores que tenham algo a questionar ou informar” (Nós Por Exemplo, dez. 1991).

O impresso possuía dois editores, sendo eles Paulo Henrique Longo, psicólogo e presidente do NOSS e Sylvio de Oliveira, designer gráfico. Posteriormente o jornal teria a colaboração de Sérgio Barcelos. Desde a primeira edição havia uma preocupação do corpo editorial na questão estética do periódico. Adotando um formato tabloide e impresso em papel *offset*, em seu primeiro número apresentava duas cores: o preto e verde. A partir da segunda edição, o jornal modifica sua diagramação e seu projeto gráfico e passou a adotar um visual preto e branco, decisão que foi explicada em tom reflexivo nas próprias páginas do periódico: “Não amigos, não empalidecemos. Chegamos ao segundo número na neutralidade dos tons: nem cores quentes, nem cores frias. Apenas preto e branco. Ausência de cor e o conjunto de todas elas” (Nós Por Exemplo, mai. 1992).

A maioria das edições contava com uma tiragem de cinco mil exemplares chegando a 10 mil exemplares nas últimas edições. O jornal, inicialmente foi “[...] vendido nos lugares gays do Rio de Janeiro e de São Paulo ou em algumas bancas de jornais no centro da cidade do Rio de Janeiro” (Nós Por Exemplo, jul. 1992). Em um período marcado por instabilidade econômica, o jornal apresentou algumas variações de preço significativas. Durante a vigência do Cruzeiro, seu valor oscilou entre CR\$ 2.000,00 e CR\$ 40.000,00; posteriormente, com a adoção do Cruzeiro Real, passou a custar entre CR\$ 150,00 e CR\$ 300,00. A partir da 12ª edição, quando completava dois anos de atividades, sua distribuição passou a ser gratuita, (devido a um financiamento particular) e acabou sendo enviado a diversos grupos homossexuais em diferentes regiões do Brasil o que contribuiu para o aumento de seu alcance (Rodrigues, 2007).

O periódico adotou inicialmente uma periodicidade bimestral, passando a ser mensal a partir da 9ª edição e apresentou variações no número de páginas ao longo dos anos. As edições 1 a 4 continham 16 páginas, enquanto as edições 5 a 10 aumentaram para 20 páginas. Já as edições 11 a 19 passaram a contar com 21 páginas, retornando a 16 páginas nas edições 20 a 22. Além disso, o jornal, ao explorar o uso de imagens, em suas páginas soube aproveitar a força comunicativa do visual para construir sua identidade gráfica. As capas, tornaram-se um elemento marcante dessa construção, frequentemente estampando imagens sensuais e algumas delas com forte apelo erótico de modelos masculinos nus. Essa escolha estética passou a representar uma assinatura visual da publicação, contribuindo para sua identificação imediata junto ao público (Henriques, 2021).

Nesse sentido, o jornal buscava dispor de uma abrangência de assuntos. Iniciava com a seção *lá fora*, um espaço destinado a apresentação da vida gay fora do Rio de Janeiro. Possuía também as seções: *Nós Mulheres* dedicada às vivências lésbicas; *Nós Homens* voltada ao público gay; *Aids* com artigos informativos sobre a doença; *Entre nós* espaço destinado a entrevistas; *Informes* com notícias sociais; opinião destinado a debates e discussões; *Rumos* com novidades no mundo gay; e *arte; e roteiro* com dicas de espaços sociais gays no Brasil. Ao longo de sua existência passou por poucas alterações editoriais. A seção “Rumos” foi descontinuada após a terceira edição. Já a seção “Aids”, a partir da oitava edição, passou a circular como um encarte especial que recebeu o nome de “Agaivê hoje”. Novas seções também surgiram ao longo do tempo, como “Memória”, introduzida na terceira edição, e “Movimento”, que apareceu pela primeira vez na nona edição. Por fim, a seção “Informes” foi

renomeada para “Babados” a partir do número 21 (Henriques 2021; Rodrigues 2007). Nas próximas páginas tratemos da seção Nós Mulheres.

Um amor que ousa dizer o nome: a lesbianidade a partir da sessão Nós Mulheres

É dessa maneira que a homossexualidade feminina se põe no mundo. Como uma região incógnita, uma espécie de caixa de surpresas que suspeita do discurso que veicula, o amor entre mulheres é capaz de disseminar perplexidade, seja quando parece optar pelo ruidoso silêncio, seja quando autoriza alguma tradução (Nós Por Exemplo, dez. 1991).

Esse é um trecho da sessão Nós Mulheres escrito por Jaqueline Muniz (bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense e mestranda em Antropologia Social) na primeira edição do jornal. Intitulado “Homossexualidade feminina: um amor que não diz seu nome” o texto aborda a invisibilidade linguística e histórica da identidade lésbica. A sessão além do texto é acompanhada por uma imagem de uma figura feminina e um pronto de interrogação (?) nas costas, representando visualmente esse lugar de incerteza e apagamento que marca o imaginário social sobre o amor entre mulheres. A imagem reforça a ideia de que a homossexualidade feminina é frequentemente tratada como um enigma ou uma ausência no discurso dominante. Sabemos que esse apagamento não é acidental, mas é resultado de diferentes fatores como a misoginia, machismo, a moralidade judaico-cristã que estão presentes nessa sociedade que subjuga esses corpos (Brunetto, Ribas, 2021).

O jornal assumia uma linha editorial majoritariamente voltada ao universo gay masculino. A busca por participação das mulheres lésbicas em suas páginas é discutida na edição 21 do jornal (mar. 1995) evidenciando um movimento de reivindicação e, ao mesmo tempo, de convocação para que lésbicas escrevessem e ocupassem esse espaço discursivo historicamente marcado pelo apagamento. As relações entre homens e mulheres no interior do periódico configuravam-se, assim, como uma arena de disputas simbólicas, atravessada por tensões em torno da visibilidade, da representação e da centralidade das pautas. Ainda que o jornal se apresentasse como um espaço coletivo, sua dinâmica interna revelava hierarquias e negociações constantes sobre quem podia falar, sobre o que falar e com que destaque.

Venho aqui, por meio desta, responder a solicitação de Yone Lindgren [...] realmente “nós mulheres estamos precisando dar as caras, falar, fazer um pouco mais o uso do verbo, da expressão. Sempre que pego o “nosso” jornal para ler fico um tanto quanto “puta da vida” ao reparar que são poucas as matérias escritas e dirigidas a nós, lésbicas (Nós Por Exemplo, mar. 1995).

Mesmo em um contexto de alianças dentro do movimento as mulheres ainda precisavam negociar sua visibilidade em espaços marcados por relações de poder masculinas, inclusive no interior da militância LGBTQIA⁺ (Louro, 1997). Ainda que a proposta de uma organização coletiva buscasse práticas mais horizontais, observa-se que a heterossexualidade compulsória opera como um mecanismo que reforça o apagamento da existência lésbica na esfera pública e discursiva. Adriane Rich (2010) propõe que a lesbianidade não seja apenas uma orientação sexual, mas um ato de resistência política em uma sociedade estruturada pela heteronormatividade e pelo patriarcado (Rich, 2010).

Dentre alguns aspectos importantes, observamos que as imagens apresentam um papel fundamental na composição do jornal sendo um elemento de linguagem e representação. Apesar do uso de textos longos vemos uma preocupação com a apresentação visual das páginas como pode-se notar na imagem 2.

Imagem 2 – A apresentação visual da sessão Nós Mulheres



Fonte: Acervo Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+).

A sessão diferentemente de outros folhetins contava com uma rotatividade de escritores no decorrer das edições (Tabela 1). Cada tema abordado era apresentado majoritariamente por mulheres, com exceção das edições n° 9 e 16 que contaram com a colaboração de Sylvio de Almeida, editor do jornal e Marcelo Cerqueira, Bacharel em História. Além disso, observamos que os assuntos em torno da sessão Nós Mulheres assumiam um viés político, visto que o jornal era politicamente engajado.

Tabela 1 – Sessão Nós, Mulheres (1991-1995)

Edições	Título	Autores	Coleção
Ano 1, n° 1, dezembro de 1991	Homossexualidade feminina: um amor que não diz seu nome	Jacqueline Muniz	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano 1, n° 2, maio de 1992	Homossexualidade Feminina: Novos Caminhos?	Daniela Barreto	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano 1, n° 3, julho de 1992	Filmes de Mulheres	Emily	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano 1, n° 4, setembro de 1992	Solidão e Solidariedade	Luiza Granado	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano 1, n° 5 novembro de 1992	Mimosas Pudicas	Eneida Virgílio	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano II, n° 6 janeiro de 1993	Se nos deixam falar	Célia	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano II, n° 7 março de 1993	Homo Feminino: A Fantasia é Livre	Cristiana Coelho	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano II, n° 8, maio de 1993	Carta protesto a Associação Paulista de Medicina	Rede de Informação Um Outro Olhar	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano II, n° 9 julho/agosto de 1993	EBHO ou EBLHO	Sylvio de Oliveira	Grupo Dignidade
Ano II, n° 10, setembro/outubro de 1993	À procura da consumação física da paixão lésbica	Terezinha de O. N. Costa	Grupo Gay da Bahia (GGB)

Ano II, nº 11, novembro/dezembro de 1993	Uma gringa gay no Rio	Fiona	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano III, nº 12 janeiro/fevereiro de 1994	Casamento Lésbicas	Luiza Granado	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano III, nº 13 março/abril de 1994	Lésbicas: Frutas e Promoção/Lésbicas sim senhor	Anita Klimt e Beatriz Aragão Murad	Grupo Dignidade
Ano III, nº 14, maio/junho de 1994	Seriam os conflitos naturais?	Miriam Martinho	Grupo Dignidade
Ano III, nº 15, julho/agosto de 1994	O amor entre mulheres/ Brasileira, lésbica e feliz	Gilda	Grupo Dignidade
Ano III, nº 16, setembro/outubro de 1994	Lésbicas no Brasil/Safo - de musa a matriz lésbica	Beatriz Aragão Murad e Marcelo F. de Cerqueira	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano III, nº 17 novembro de 1994	Lésbicas: amor e ódio	Marinês	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano III, nº 18 dezembro de 1994	O preço de algumas conquistas: um relato sobre ativismo lésbico na Alemanha	Laura Lobo	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano IV, nº 19, janeiro de 1995	Lesbianidade no Brasil	Yone Lindgreen	Grupo Gay da Bahia (GGB)
Ano IV, nº 20, fevereiro de 1995	Sem título	Yone Lindgreen	Walber Ferreira da Silva

Ano IV, n° 21, março de 1995	Fábula de uma memória insana do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas	Bibiana Azefan e Yone Lindgreen	Walber Ferreira da Silva
Ano IV, n° 22, abril de 1995	Sem título	Miriam Martinho	Walber Ferreira da Silva

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

É importante destacar a relação do jornal com outros grupos homossexuais que emergiam através da militância LGBTQIA⁺ da década de 1990, período marcado pela intensificação da luta por direitos e articulação política e institucional do movimento. Esse diálogo resultou em colaborações de autoras que integravam organizações políticas e ativistas da época. É o caso de Miriam Martinho e Luiza Granado, da Rede de Informação Um Outro Olhar; Emily e Célia, do Grupo Deusa da Terra (São Paulo); Marines, do Grupo Estação Mulher; e Gilda, do Grupo Dignidade. A presença dessas militantes evidencia a construção de redes de sociabilidades em diversas regiões do país ocasionando o fortalecimento desses grupos, especialmente aqueles voltados as experiências lésbicas.

Outro aspecto relevante é a presença de propagandas e anúncios sobre espaços de sociabilidades como bares, encontros culturais e eventos políticos. Esses anúncios não apenas divulgavam atividades, mas atuavam como um canal de visibilização e articulação entre diferentes grupos de mulheres que estavam se organizando na década de 1990. Exemplos disso aparecem na edição de jul./ago. de 1994, com a divulgação da assinatura da Revista *Femme*, publicação do Grupo Afins de Santos, e na edição de set./out. do mesmo ano, que anuncia a criação do Grupo Meninas do Rio. Também são mencionadas iniciativas como o Grupo Estação Mulher. Essas práticas midiáticas contribuíam para a circulação das informações que estavam sendo produzidas.

Por meio de um viés crítico à normatividade o tema do casamento entre mulheres é abordado na 12ª edição do jornal (setembro de 1994), em um texto assinado por Luiza Granado. Na publicação, a autora critica as relações matrimoniais como espaços historicamente responsáveis por aprisionar os corpos femininos. Encarado como um regime de controle e uma instituição sustentada por estruturas de opressão patriarcal, o casamento é problematizado sob a perspectiva lésbica. Luiza sinaliza que “o casamento para nós lésbicas, não trará “maior aceitação” por parte da sociedade, como argumentam alguns, pois o patriarcado NUNCA nos aceitará” (Nós Por Exemplo, set. 1994, p. 9). Essa ideia explicita a tentativa de normatização das relações lésbicas por meio de instituições heteronormativas.

Logo, o casamento fabrica a mulher enquanto categoria social, isto é, define e restringe seu papel dentro de uma lógica relacional que privilegia a heterossexualidade e subordina a autonomia feminina. Assim, a resistência lésbica ao casamento tradicional não é apenas simbólica, mas profundamente política, pois confronta as bases que sustentam a dominação patriarcal (Wittig, 2022).

Entender as estruturas que são impostas socialmente a essas mulheres é problematizar uma posição de sujeitos a margem. Dentro dos movimentos sociais, observa-se as disputas de poder, as subjetividades e os sentidos (Foucault, 2010) que aqui configuram as vivências das mulheres lésbicas. Essas questões são discutidas a partir das divergências entre gays e lésbicas na edição nº9. Com o título EBHO ou EBLHO? o texto escrito por Sylvio de Almeida aborda a reivindicação das mulheres lésbicas quanto ao nome do Encontro Brasileiro de Homossexuais para Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais.

Nessa edição observamos as disputas em relação ao protagonismo feminino. A utilização do termo "homossexual" abrangia tanto homens quanto mulheres com atração pelo mesmo sexo. No entanto, as mulheres lésbicas passaram a questionar a adequação dessa nomenclatura, uma vez que ela não contemplava suas demandas específicas nem suas experiências identitárias. De uso predominante entre homens gays, o termo acabava por invisibilizar as experiências e as pautas das mulheres lésbicas. Diante disso, foi proposta a adoção da denominação “Encontro Nacional de Lésbicas e Homossexuais”, como forma de afirmar a presença e a centralidade das lésbicas dentro do movimento, reivindicando reconhecimento e visibilidade política o que gerou descontentamento a grupos de diferentes regiões do Brasil (Fernandes, 2018).

Para além da busca por espaços, é importante falar das divergências internas em torno da comunidade lésbica. Na edição de nº 14 de 1994, Miriam Martinho, membra da Rede de Informação Um Outro Olhar, escreve sobre essas discordâncias entre mulheres, sobretudo daquelas inseridas em um contexto de movimento social e luta por emancipação e liberdade. No texto “Seriam os conflitos naturais?” Martinho fala acerca de suas experiências pessoais dentro e fora do Brasil com grupos de ativismo lésbico, relatando surpreender-se com a naturalidade com a qual tais desavenças são tratadas: “(...) tive a oportunidade, nada feliz, de constatar que a maioria das lésbicas considera as relações humanas como essencialmente antagônicas” (Nós Por Exemplo, mai. 1994, p. 6).

Essa perspectiva também aparece nas edições de nº 21 (mar. 1995) e nº 22 (abr. 1995) em resposta aos acontecimentos do VII Encontro de Gays e Lésbicas realizado em 1995. Em

seu relato, Bibiana Azefan denuncia a violência que sofreu durante o evento, bem como a ausência de solidariedade e união entre as mulheres do movimento. Nessa esteira, Yone Lindgreen, em texto publicado na edição n° 21, reforça a importância dos vínculos de amizade e apoio mútuo entre as mulheres, destacando a necessidade de fortalecer laços afetivos e políticos como forma de resistência coletiva diante das tensões internas e das opressões estruturais.

Na edição n° 11 (nov./dez. 1993) vemos o relato de Fiona, uma estrangeira em visita ao Brasil, cuja vivência revela camadas mais complexas de pertencimento e exclusão. Fiona relata que foi mais fácil estabelecer laços de amizade com os homens gays do que com as mulheres lésbicas, afirmando que: “A única dificuldade é furar o bloqueio do espaço lésbico”. Isso reflete a existência de barreiras simbólicas, mesmo dentro de espaços considerados inclusivos que operam como fronteiras de acesso e pertencimento. A partir disso, é possível identificar a manifestação do que se denomina hostilidade horizontal, um fenômeno recorrente em grupos minorizados, e que se refere à misoginia internalizada redirecionada para outras mulheres. Trata-se, portanto, de um mecanismo no qual os conflitos são deslocados do real agente opressor para as próprias participantes do Grupo.

(...) a hostilidade horizontal, constitui-se justamente na diluição do ódio que não podemos utilizar para afetar nossos opressores entre nós mesmos, acarretando um confronto no qual as condições nos parecem iguais, mas na verdade foram pensadas para que façamos o trabalho sujo dos nossos opressores (Moraes, 2022, s.p.).

A solidão e os relacionamentos também são assuntos recorrentes na seção. Na 4ª edição, o texto “Solidão e Solidariedade” aborda o isolamento vivido por mulheres lésbicas, decorrente, em grande parte, da socialização hegemônica pautada na heterossexualidade compulsória. Para Wittig (2004), essa solidão pode ser interpretada como uma forma de resistência frente à opressão patriarcal. Nesse sentido, ela não aparece como uma punição ou condição imposta, mas como uma escolha consciente, um afastamento necessário para o processo de autoconhecimento e para a afirmação de uma identidade lésbica que desafia os padrões normativos. Essa solidão, portanto, se constitui como um espaço político e subjetivo, no qual a mulher lésbica constrói a afirmação de um amor que não está subordinado.

Em “O preço de algumas conquistas: um relato sobre ativismo lésbico na Alemanha”, da edição de n° 18 de dezembro de 1994, a autora Laura Lobo traz alguns choques culturais que teve em sua viagem para Europa. Ela relata sua dificuldade em fazer amizades e percebe que as feministas lésbicas alemãs são atuantes e engajadas, enquadrando-se no aspecto

separatista de luta. O relato apresenta uma percepção diferente em relação ao Brasil, que se pauta na busca de uma construção coletiva do movimento.

Quando eu fui morar na Alemanha, em 1991, sofri um grande choque cultural: as lésbicas alemãs chegaram a um nível de organização como eu nunca havia imaginado (...) esses lugares são todos frequentados exclusivamente por mulheres, porque lá elas acreditam firmemente que os interesses dos gays e lésbicas são divergentes, devido ao fato de os gays serem homens e, portanto, inseridos na sociedade patriarcal do lado dominante, ainda que discriminados. Assim, exibem uma desconfiança bastante agressiva em relação aos gays. (...), mas lembrei-me de meus amigos gays e da camaradagem em tantas noites divertidas nos bares mistos de São Paulo, a amizade fácil e gostosa das festas e bateu-me certas dúvidas (Nós Por Exemplo, dez. 1994).

A seção também mobiliza outras formas de expressão das vivências lésbicas. Para além das discussões políticas e das denúncias, abrem-se caminhos para manifestações culturais e afetivas que valorizam o cotidiano, o desejo e a subjetividade. Nas edições nº 3 (jul. 1992) e nº 5 (nov. 1992), são apresentadas sugestões de filmes que abordam a temática lésbica, além de uma poesia. Já na edição nº 7, o foco recai sobre o campo da sexualidade: relatos de leitoras abordam desejos, fantasias, práticas sexuais e fetiches, incluindo referências ao Kamasutra e à pluralidade das experiências eróticas. Esse tipo de conteúdo tensiona tabus ainda presentes no que se refere a sexualidade lésbica.

Outro assunto pertinente e que é discutido na 13ª edição do jornal por Beatriz Aragão Murad refere-se ao questionamento da imposição de padrões estéticos e comportamentais associados à feminilidade da mulher lésbica. “Não sei porque criou-se hoje a obrigação das lésbicas serem bonitas, bem-vestidas e femininas”. Esse apontamento traz à tona a normatização de uma identidade lésbica que privilegia corpos e expressões alinhadas à lógica heteronormativa, conforme analisa Judith Butler (2003) ao discutir a performatividade de gênero. Murad ainda enfatiza que esses padrões são inacessíveis para muitas mulheres lésbicas, principalmente aquelas periféricas, trazendo à tona desigualdades estruturais atravessadas por classe, raça e território. Esse olhar interseccional, nos faz problematizar como as experiências lésbicas são múltiplas sendo importante discutirmos os marcadores sociais que constituem essas vivências (Akotirene, 2019).

Desta forma, os textos presentes na seção constituem uma fonte importante para a compreensão dos desafios vivenciados pelas mulheres lésbicas militantes dos anos 1990. É notável observar que muitas das preocupações, desafios e debates daquela época permanecem atuais. Questões relacionadas ao reconhecimento, ao protagonismo político e social, bem

como às subjetividades, relacionamentos e paixões dessas mulheres, ainda são atravessadas por um modelo normativo que sustenta a misoginia e a lesbofobia, manifestando-se frequentemente por meio de violências simbólicas cotidianas. Analisar essas fontes é essencial para que possamos nos apropriar de nossa própria história, e que tenhamos subsídios para lutarmos contra qualquer processo de apagamento ou silenciamento de nossa memória enquanto mulheres que amam mulheres.

Considerações Finais

No decorrer das páginas desse texto buscamos apresentar e discutir as (re)existências de mulheres que ousaram sair do não-dito quebrando o silêncio da homossexualidade feminina. Como pontua a historiadora Tania Navarro- Swain (2000, p. 13) “O que a história não diz, não existiu”. Problematicar o lugar das mulheres lésbicas no campo historiográfico é evidenciar o apagamento dessas experiências enquanto um silêncio político. Romper com esse silêncio significa fazer uma releitura das fontes utilizadas nas narrativas históricas, bem como realizar uma crítica ao fazer historiográfico tradicional (Veras, Pedro, 2014).

Ao analisarmos a seção *Nós Mulheres* do Jornal Nós Por Exemplo observamos a busca das mulheres lésbicas pela construção de um espaço de visibilidade e discussão de suas pautas. O jornal assumia uma linha editorial majoritariamente voltada ao público gay masculino, e apesar de se apresentar como um ambiente coletivo, sua dinâmica interna revelava hierarquias e negociações constantes. As mulheres que ocuparam esse lugar atuavam nas brechas existentes, reivindicando e articulando redes de solidariedade e militância. Assuntos relacionados aos amores, medos, desejos, identidades e vivências cotidianas eram abordados na seção proporcionando um espaço de consciência coletiva e reconhecimento entre as leitoras.

Além disso, sabemos da importância da imprensa como fonte histórica para compreender o movimento LGBTQIA⁺ no Brasil. Trabalhos como os de Julia Aleksandra Martucci Kumpera (2021), Paula Evelyn Silveira Barbosa (2019) e Jaíne Silva (2021), entre outras pesquisadoras que discutem a imprensa lésbica brasileira contribuem para a ampliação do debate em torno da memória lésbica. Nesse sentido, a preservação da memória das lesbianidades a partir dos arquivos, acervos, relatos orais colabora para a construção de novas narrativas que tencionam a história oficial. Iniciativas como as do site Um Outro Olhar coordenado pela ativista Miriam Martinho, além do Arquivo Lésbico Brasileiro, que se dedica à preservação e divulgação das produções sobre lesbianidade no Brasil, são fundamentais.

Diante do que foi abordado, ousar amar uma mulher é enfrentar a estrutura de uma sociedade constituída sob os velhos moldes cisheteronormativos. Nas palavras de Brunetto e Ribas (2021, p. 86) “Nós nos importamos! Nós estamos produzindo saberes e modos de vida há décadas, nós existimos e nossos corpos, nossas práticas e nossas experiências importam!”.

Fontes

AZEFAN, Bibiana; LINDGREEN, Yone. Fábula de uma memória insana do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. **Nós, por exemplo**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 21, mar. 1995.

BARRETO, Daniela. Homossexualidade feminina: novos caminhos? **Nós Por Exemplo**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2. Mai 1992.

COELHO, Cristiana. Homo feminino: A fantasia é livre. **Nós Por Exemplo**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 7. Mar 1993.

COSTA, Terezinha de O. N. A procura da consumação física da paixão lésbica. **Nós Por Exemplo**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 10. Set/Out 1993.

EMILY. Filmes de Mulheres. **Nós Por Exemplo**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3. jul.1993.

FIONA. Uma gringa gay no Rio. **Nós Por Exemplo**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 11. jul.1993

GILDA. Amor entre mulheres. **Nós Por Exemplo**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 15 jul./ago. 1994.

GRANADO, Luiza. Solidão e Solidariedade. **Nós Por Exemplo**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4. 4 set 1992.

GRANADO, Luísa. Casamento Lésbico. **Nós Por Exemplo**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 12. jan./fev. 1994.

LOBO, Laura. O preço de algumas conquistas: um relato sobre ativismo lésbico na Alemanha. **Nós, por exemplo**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 18, dez. 1994

MARTINHO, Miriam. Seriam os conflitos naturais? **Nós Por Exemplo**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 14. mai./jun. 1994.

MARTINHO, Miriam. [Sem título]. **Nós, por exemplo** Rio de Janeiro, ano 4, n. 22, abr. 1995.

MUNIZ, Jaqueline. Homossexualidade feminina: um amo que não diz seu nome. **Nós Por Exemplo**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1. Dez 1991.

LINDGREEN, Yone. Lesbianidade no Brasil. **Nós, por exemplo**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 19, jan. 1995.

LINDGREEN, Yone. [Sem título]. **Nós, por exemplo**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 20, fev. 1995.

OLIVEIRA, Sylvio de. EBHO ou EBLHO? **Nós por Exemplo**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 9. Jul/ago. 1993.

VIRGÍLIO, Eneida. Mimosas Pudicas. **Nós por Exemplo**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5. nov. 1992.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. São Paulo: Letramento; Belo Horizonte: Justificando, 2019.

BEZERRIL, Simone da Silva. Os impressos jornalísticos e a escrita da história. **Revista Temática**, João Pessoa, v. 7, n. 8, p. 1-13, 2011.

BRUNETTO, Dayana; TAGLIAMENTO, Grazielle (Org.) **Arco-Íris para quem? (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas**. In: BRUNETTO, Daiana; RIBAS, Léo. Quem cabe nesse arco-íris? Curitiba, UFPR, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, 2003.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 91-120.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

GONÇALVES, Alisson. **Jornal Lampião da Esquina (1978-1981): a luz da identidade gay no Brasil ditatorial**. Cachoeirinha: Editora Fi, 2025.

HENRIQUES, Adolfo Veiller Souza. **As práticas educativas da AIDS no jornal Nós Por Exemplo (1991-1995)**. 2021. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. **“O lesbianismo é um barato”: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979–1990)**. 2021. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. São Paulo: Vozes, 1997.

LUCA, Tania Regina de. Notas sobre os historiadores e suas fontes. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 11, n. 21, p. 13-21, jan./jun. 2012.

MARTINS, Larissa P. **Chanacomchana também é bacana!** Estudo sobre a imprensa lésbica no Brasil (1981-1987). Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Pampa. Jaguarão: [s.n.], 2017.

MORAIS, Y. **Sagrada e Profana: o discurso sobre a mulher e a hostilidade horizontal**. Carta Capital, 2022.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+:** Uma breve história do século XIX aos nossos dias. São Paulo: Autêntica, 2022.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

RODRIGUES, Jorge Caê. **Impressões de identidade**: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil. Rio de Janeiro: EdUFF, 2010.

RODRIGUES, Jorge Luís Pinto. **Impressões de identidade**: Histórias e Estórias da formação da imprensa gay no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Letras – Literatura Comparada) — Centro de Estudos Gerais, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, fev. 2007.

SILVA, Jaíne Chianca da. **Vai ter ChanacomChana, sim!** construção de um grupo lésbico feminista em São Paulo na década de 1980. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2021

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. **Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995)**: uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. 2019. 281 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade. 6. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WITTIG, Monique. **O Corpo Lesbiano**. Tradução de Ruy Braga. Editora Paz e Terra, 2004

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2022.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clío: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, v. 6, n. 13, p. 90-109, 2014.

Ditadura militar, lesbianidade e memória no Brasil: reflexões a partir do relatório final da Comissão Nacional da Verdade

Military dictatorship, lesbianism, and memory in Brazil: reflections based on the final report of the National Truth Commission

Julia Aleksandra Martucci Kumpera¹, UFF

Resumo

O artigo analisa a relação entre ditadura militar, lesbianidade e memória no Brasil, a partir do capítulo *Ditadura e homossexualidades*, do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Primeiro, discute como a narrativa produzida pela CNV tratou a repressão a pessoas LGBT+, enfatizando quatro eixos: discurso homofóbico, discriminação no trabalho, censura cultural e violência policial. Em seguida, analisa o caso das lésbicas, cuja memória cristaliza-se em torno de três marcos: a censura à escritora Cassandra Rios, a Operação Sapatão e o Levante do Ferro's Bar. Argumenta-se que tais memórias permanecem limitadas, fruto tanto dos impasses da CNV quanto de lacunas historiográficas, evidenciando-se a necessidade de maior investigação sobre experiências lésbicas durante a ditadura. Destaca-se a contribuição do ativismo lésbico e da produção acadêmica recente na elaboração dessas memórias.

Palavras-chave: lesbianidade; ditadura militar; memória; Comissão Nacional da Verdade; Brasil.

Abstract

This article analyzes the relationship between the military dictatorship, lesbianism, and memory in Brazil through the chapter *Ditadura e homossexualidades* of the National Truth Commission's (CNV) Final Report. It discusses how the CNV narrative addressed the repression of LGBT+ individuals across four axes: homophobic discourse, workplace discrimination, cultural censorship, and police violence. It then analyzes the case of lesbians, whose memory has crystallized around three episodes: the censorship of writer Cassandra Rios, the *Operação Sapatão*, and the *Levante do Ferro's Bar*. The article argues that these memories remain limited, shaped by both CNV impasses and historiographical gaps, underscoring the need for further research on lesbian experiences under the dictatorship, and highlights the role of lesbian activism and recent scholarship in shaping these memories.

Keywords: Lesbianism; Military Dictatorship; Memory; Nacional Truth Comission; Brazil.

Introdução

Um dos principais mecanismos de Justiça de Transição, adotado pelos países cuja história recente foi marcada pela violência política e por conflitos armados, é a instauração de comissões da verdade. Por meio da coleta de testemunhos, pesquisas em arquivos, realização de audiências públicas e mobilização da sociedade civil, entre outras ações, estes órgãos

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF).

buscam reconstruir o contexto histórico, identificar vítimas e vitimários e propor recomendações relacionadas à verdade, memória e justiça.

O mandato legal e institucional das comissões da verdade prevê a publicação de um relatório final, cujo objetivo central é o esclarecimento das violações de direitos humanos ocorridas no período analisado. Esse documento deve apresentar uma interpretação do passado, que consiste em uma narrativa oficial elaborada pelo Estado e, por isso, pode se transformar em campo de disputas envolvendo diferentes setores da sociedade, como as Forças Armadas, os movimentos de esquerda, os familiares de vítimas e os defensores de direitos humanos.

No caso do Brasil, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2011 pela ex-presidenta Dilma Rousseff, teve a função de investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 – não se restringindo, portanto, ao período da ditadura civil-militar (1964-1985). Durante o seu mandato, a CNV colheu 1121 depoimentos e realizou 8 audiências e sessões públicas em 20 estados do país. Também promoveu diversas diligências investigativas e percorreu unidades militares e centros de prisão e tortura, para levantar dados sobre o funcionamento do aparato repressivo.

A atuação da CNV foi multifacetada e capilarizada. Mais de uma centena de comissões – estaduais, municipais, universitárias e setoriais – foram criadas e mantiveram acordos de cooperação mútua. Por isso, a atuação do órgão se insere no que a historiadora Angélica Müller definiu como “momento CNV”, englobando “o conjunto de ações, personagens e movimentos, incluindo as atividades de todas as outras comissões que foram criadas no período, que trabalharam em prol da justiça transicional do nosso país” (Müller, 2024, p. 15).

Na esteira dessas reflexões, este capítulo propõe uma reflexão sobre o capítulo *Ditadura e homossexualidades*, presente no segundo volume do Relatório Final da CNV, dedicado aos textos temáticos. Ao analisar a narrativa produzida sobre as experiências de pessoas LGBTQ+ no período ditatorial, busco compreender particularmente quais memórias são elaboradas sobre as lésbicas e a relação entre repressão e lesbianidade. Com isso, proponho refletir sobre a cristalização de alguns marcos relacionados com essas memórias e seu vínculo com a produção historiográfica.

Para isso, em um primeiro momento, discuto a criação da CNV e a elaboração do Relatório Final, apresentando o capítulo temático. Em seguida, analiso as narrativas históricas

plasmadas no capítulo. Por último, proponho uma reflexão sobre memória lésbica da ditadura em interface com a historiografia.

A CNV e o capítulo temático *Ditadura e homossexualidades*

Na América Latina, o debate sobre a Justiça de Transição e as políticas de memória, instituídas a partir da segunda metade da década de 1980, segue aberto, sobretudo porque diversos países continuam enfrentando desafios para a sua completa consolidação. Os governos democráticos que se seguiram às ditaduras enfrentaram avanços e retrocessos nas políticas de memórias, mesmo quando existiu espaço de diálogo institucional. No cenário atual, a região se vê ameaçada pelo avanço de setores conservadores que, para além de reivindicar o passado ditatorial, propõem políticas negacionistas e revisionistas, como nos casos do governo Jair Bolsonaro, no Brasil, e do atual governo de Javier Milei.

Como argumenta Peter Winn (2014), desde o período das transições democráticas até o presente, os países do Cone Sul enfrentaram diferentes formas institucionais e sociais de lidar com a verdade, a memória e a justiça. O autor nomeia esse processo como “tempos da memória”, evidenciando que são as condições históricas e os contextos nacionais que definem a produção social da memória. Segundo o historiador, até o final da década de 1990, de forma geral, imperou uma política do esquecimento, isto é, um silêncio oficial frente à violação dos direitos humanos. Instituiu-se, assim, uma memória oficial que reiterava as justificativas militares para a instauração das ditaduras, embora memórias dissidentes fossem mantidas por vítimas, familiares, exilados e organizações de direitos humanos (Winn, 2014). Trata-se de uma memória do elogio, conforme definiu Eugenia Alier Montaña (2015).

No caso do Brasil, em 1995, graças à pressão de grupos nacionais e internacionais de direitos humanos, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 9140, conhecida como Lei de Mortos e Desaparecidos. Por meio dela, o Estado brasileiro reconhecia sua responsabilidade pelas mortes e desaparecimentos de 136 pessoas; garantia que os familiares poderiam registrar seus óbitos; fixava indenizações pecuniárias para os familiares de vítimas da ditadura e criava a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Ao longo da década de 1990, a CEMDP foi um dos principais mecanismos de efetivação da justiça de transição no país, dedicando-se a reconhecer os desaparecidos pela ditadura e a identificar aqueles que, por participação política, morreram em recintos policiais. O órgão conseguiu, ainda que de forma restrita, encabeçar algumas demandas de reparação econômica na justiça (Gallo Cabrera, 2012).

No entanto, a partir do começo do século XXI, novas batalhas pela memória histórica, protagonizadas por diferentes atores sociais, contribuíram para o questionamento da memória oficial e a construção de outras narrativas sobre o passado autoritário (Winn, 2014). A partir disso, emergiu um novo tempo da memória que, no caso do Brasil, relaciona-se diretamente à atuação da CNV, embora ela não tenha inaugurado esse processo².

É importante mencionar que a atuação da CNV não se deu sem conflitos. Setores reacionários e saudosistas da ditadura procuraram interferir no seu trabalho, buscando restringir o seu alcance. A Comissão funcionou durante mais de dois anos sob as críticas e ataques de setores conservadores e de militares incomodados com as possíveis repercussões de sua atuação (Teófilo, 2022). Por exemplo, o Clube Militar, em 2014, pediu medidas judiciais contra a CNV, acusando-a de calúnia e difamação (G1, 2014).

Portanto, a CNV foi muito importante ao fomentar socialmente o debate sobre o passado da ditadura e questionar as versões que relativizam a violência política. As conclusões do Relatório Final: a) comprovaram que as graves violações aos direitos humanos tiveram um caráter sistemático e que não se tratou de “excessos” cometidos por alguns indivíduos; b) caracterizaram a ocorrência de crimes contra a humanidade, definição mobilizada por normativas internacionais das quais o Brasil é signatário; e c) explicaram a continuidade das violações de direitos humanos no presente como resultado da ausência de denúncias e responsabilização penal (Bauer, 2024).

O Relatório Final está dividido em três volumes. O primeiro compila informações sobre a atuação da Comissão, analisa o contexto histórico do golpe de 1964 à redemocratização e a estrutura e o funcionamento do aparato repressivo. O segundo é composto por nove textos temáticos, elaborados por conselheiros da CNV. Referem-se a violações de direitos humanos em diferentes segmentos sociais: militares, trabalhadores urbanos, camponeses, igrejas cristãs, povos indígenas, homossexuais e universidades. O terceiro é dedicado às histórias de vida e circunstâncias de morte dos 434 mortos e

² Além da importante atuação da CEMDP, outras iniciativas estatais permitiram avanços na Justiça de Transição no Brasil. Em 2002, foi criada a Comissão da Anistia (Lei 10.559), cuja principal função é analisar os requerimentos de anistia, averiguando os fatos relativos à perseguição política. Em 2005, o Decreto 5.584 determinou que os documentos produzidos pelo Conselho de Segurança Nacional, pela Comissão Geral de Investigações e pelo Serviço Nacional de Informações, sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência, deveriam ser entregues ao Arquivo Nacional e disponibilizados ao público. Em 2009, foi aprovado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que propunha a promoção de políticas públicas para fortalecer a democracia e uma cultura de direitos humanos. O Decreto nº 7.037/2009, que instituiu o PNDH-3, previa a criação da Comissão Nacional da Verdade.

desaparecidos identificados pela CNV³. A proposta é mostrar a atuação a nível individual das estruturas repressivas analisadas no primeiro volume.

O objeto de análise deste trabalho é o capítulo *Ditadura e homossexualidades*, publicado no segundo volume do relatório final da CNV, cuja pesquisa e redação foram desenvolvidas por James Green, professor de história latino-americana na Brown University, e Renan Quinalha, advogado na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (CEV-SP)⁴. O capítulo propõe uma interpretação para as violações de direitos humanos cometidas contra pessoas LGBT+ durante a ditadura, a partir de quatro eixos: o discurso homofóbico da ditadura e suas implicações; a discriminação no mercado de trabalho (com ênfase no funcionalismo público, isto é, casos de militares perseguidos sob acusação de “pederastia” e/ou “homossexualismo”); a censura à produção cultural e à imprensa; a violência de Estado, notadamente a violência policial em São Paulo.

Em relação ao discurso homofóbico da ditadura, os autores argumentam que se fundamentava na associação entre homossexualidade e subversão, um dos pilares a sustentar a ideologia do regime militar e que servia como justificativa para diversas políticas repressivas. Embora não tenha havido uma política de Estado formalizada e sistemática de extermínio da população LGBT+, como no caso da luta armada, a ditadura identificou a homossexualidade como parte relevante de uma conspiração comunista mais ampla que buscava destruir o Brasil. Assim, segundo os autores:

Existiam outras influências nessa ideologia que condenava a homossexualidade como imoral e como uma perversão – discursos médico-legais, ideias católicas tradicionais e valores conservadores sobre comportamento de gênero –, mas a visão de que a homossexualidade representava uma ameaça subversiva à sociedade brasileira permeava os escritos dos defensores do golpe de 1964 e do regime militar. É importante enfatizar que a homossexualidade não chegou a ser a razão principal para a detenção, repressão e tortura dos opositores à ditadura. Porém, a ideologia defendida pelos militares constantemente associava, de maneira íntima, a homossexualidade com a subversão e com as ameaças da sociedade brasileira, tendo isso se materializado em políticas de perseguição dirigidas contra os segmentos LGBT (CNV, 2014, p. 302).

³ A própria Comissão faz a ressalva de que este número de vítimas não é definitivo, admitindo que em relação aos camponeses e indígenas faz-se necessário um quadro mais consolidado de informações.

⁴ Vale mencionar que o termo “homossexualidades” não é consenso entre os(as) pesquisadores(as) da área. Yuri Fraccaroli, com base em testemunhos orais de travestis, afirma que é necessário balizar o argumento de que “homossexualidades” seria um termo guarda-chuva que engloba todas as identidades da época. Para o autor, as expressões utilizadas pelos sujeitos para se referirem à própria identidade dão conta da “polifonia dos processos de construção identitária e das possibilidades de vivência cotidiana das sexualidades e identidades dissidentes nesse período” (Fraccaroli, 2022, p. 28). Compartilho desta perspectiva, a partir de minha pesquisa sobre lesbianidade (Kumpera, 2024), em que identifiquei o uso de termos variados por mulheres lésbicas.

No segundo tópico, o argumento central refere-se à perda de empregos ou cargos públicos devido à orientação sexual. Coube destaque ao episódio de demissão, em 1969, de quinze diplomatas, sete dos quais foram cassados sob a justificativa de “prática de homossexualismo”. O caso revela, ainda, a influência das teorias médicas e psiquiátricas sobre a homossexualidade no pensamento militar, bem como a existência de uma vigilância pessoal e detalhada sobre o funcionalismo público.

Quanto à censura, afirma-se que “a preocupação em ‘moralizar o país’ reforçou a intervenção do Estado no controle da cultura sob diversos aspectos” (CNV, 2014, p. 304). O capítulo destaca o caso da escritora Cassandra Rios, cuja obra foi alvo de censura severa devido ao seu conteúdo, considerado imoral e aliciador, o que causou danos financeiros para ela e suas editoras. Os autores concluem que “Pode-se afirmar que Cassandra Rios foi a artista mais censurada deste país durante a ditadura militar” (CNV, 2014, p. 305).

Ainda neste tópico, é abordada a censura a programas televisivos e à imprensa. Toma-se como caso emblemático as campanhas de 1972 contra a homossexualidade na televisão, cujo objetivo era banir figuras famosas de programas de auditório, devido aos trejeitos “femininos” e “exagerados” de apresentadores como Clóvis Bornay, Denner Pamplona Abreu e Clodovil Hernandez. No caso da imprensa, o texto destaca a perseguição ao jornalista Celso Curi, em função da *Coluna do Meio*, publicada entre 1976 e 1977, e aos jornalistas responsáveis pelo *Lampião da Esquina*, lançado em 1978⁵. Esses episódios tornaram-se bastante conhecidos na historiografia sobre o tema, sendo tratados como situações emblemáticas da perseguição aos homossexuais no período.

Quanto à violência estatal, o policiamento no centro da cidade de São Paulo entre 1976 e 1982 foi considerado exemplar do ponto de vista de como ocorreu a repressão às pessoas LGBTQ+, de modo que não se abordam outros territórios. Por meio da análise de reportagens jornalísticas, o texto enfatiza a atuação das polícias civil e militares nas rondas de policiamento e procura mostrar que a contravenção penal de vadiagem foi utilizada como “instrumento para o combate à homossexualidade” (CNV, 2014, p. 307).

As chamadas “operações de limpeza”, comandadas pelo delegado José Wilson Richetti, são consideradas um caso emblemático da atuação das forças policiais contra a população LGBTQ+:

⁵ A *Coluna do Meio* foi publicada por Celso Curi no jornal *Última Hora*, e abordava temas ligados à homossexualidade e à sociabilidade gay no Brasil. Em 1977, a coluna foi alvo de inquérito policial com base na Lei de Imprensa e na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de ofensa à moral e aos bons costumes. O jornalista foi absolvido do processo judicial em 1979, mas foi demitido do jornal e a publicação foi encerrada.

Essas “rondas” comandadas por José Wilson Richetti, chefe da Seccional de Polícia da Zona Centro desde maio de 1980, tinham por objetivo “limpar” a área central da presença de prostitutas, travestis e homossexuais. O método utilizado pelas forças de segurança era realizar batidas policiais em locais frequentados pelas pessoas LGBT, especialmente as travestis, que eram levadas “para averiguação” às dependências policiais, tendo por fundamentos legais a contravenção penal de vadiagem e a prisão cautelar prevista no Código de Processo Penal de 1941, então em vigor. Segundo consta de declaração do delegado à imprensa, de 300 a 500 pessoas eram levadas por dia para delegacias (CNV, 2014, p. 307).

Esse tópico enfatiza a violência sobretudo contra travestis, consideradas as principais vítimas da atuação do aparato policial. Os autores analisam a Portaria 390/76, da Delegacia Seccional Centro, que autorizava a sua prisão para averiguações e estabelecia um cadastro com fotos para avaliar seu grau de “periculosidade” e informações sobre profissão, ganhos mensais e gastos diversos.

Ao final, o texto afirma que as lésbicas “também foram alvos das ações repressivas do Estado e de estabelecimentos comerciais, mas há ainda menos registros dessas histórias particulares” (p. 309). Em seguida, aborda brevemente apenas o caso da chamada Operação Sapatão, um operativo policial ocorrido em novembro de 1980 que teve como alvo os bares de maior frequência lésbica, como o Ferro’s. Por último, considerando a importância deste para as lésbicas paulistas, se menciona o episódio do Levante do Ferro’s Bar, ocorrido em 19 de agosto de 1983.

Matrizes interpretativas da repressão às homossexualidades

Logo nos primeiros parágrafos de *Ditadura e homossexualidades*, afirma-se que o golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar impediram a constituição do movimento homossexual no país nas décadas de 1960 e 1970, como ocorrera em outras partes do mundo. A repressão generalizada também teria impossibilitado a criação de uma “rede bem-estruturada de ativistas para monitorar a situação, documentar as violações de direitos humanos quando elas ocorreram e mesmo fazer as denúncias públicas” (CNV, 2014, p. 300).

Evidentemente, a eliminação de direitos democráticos e liberdades civis impactou significativamente a liberdade de expressão e as possibilidades de ação política. No entanto, é preciso balizar a afirmação acima, uma vez que movimentações políticas e espaços de sociabilidade não começaram a surgir somente a partir dos anos 1970. Como mostrou Rita Colaço Rodrigues (2023) em relação ao ativismo gay, desde os anos 1960 circularam diversos periódicos artesanais, produzidos em capitais brasileiras, que evidenciam a existência de debates políticos, esforços para a construção de redes ativistas e a constituição de espaços de

sociabilidade ao redor dessas iniciativas. Exemplo disso foi a tentativa de realização do I Congresso de Homossexuais, em Niterói (RJ), em 1969, alguns meses após a aprovação do AI-5.

Além disso, a afirmação toma como referência histórica a emergência do movimento homossexual nos Estados Unidos, repetindo a ideia de que os processos políticos e organizativos do Norte Global servem como modelo universal e sua replicação nos países latino-americanos seria algo “esperado”. Porém, essa perspectiva desconsidera os diferentes contextos econômicos, políticos e sociais de cada região e os repertórios de ação que os sujeitos e as coletividades desenvolvem de acordo com seus próprios referenciais.

O capítulo fundamenta a análise da repressão às pessoas LGBT+ na aproximação entre homossexualidade e subversão, promovida por ideólogos da ditadura e pelos agentes da repressão, argumento defendido por Green e Quinalha (2014), Cowan (2016) e Quinalha (2021). A partir do final dos anos 1960, a homossexualidade teria sido relacionada a outras condutas consideradas imorais, o que ampliou a noção de inimigo do regime, conforme lê-se no texto:

As ideias que relacionavam a homossexualidade à subversão tanto influenciavam os participantes dos cursos da Escola Superior de Guerra, um centro ideológico fundamental para o regime militar, quanto informavam a linha política das agências de repressão, [...] passando também pelas divisões de censura de televisão, teatro, filmes e imprensa. No final dos anos 1960 e começo dos 1970, os ideólogos ampliaram o raciocínio sobre os perigos da homossexualidade e a associaram a um submundo de degenerados – “pederastas”, alcoólatras, prostitutas e outros desviantes e não conformistas – que representavam uma ameaça à segurança nacional. Agentes do SNI e da Polícia Federal incluíam nos seus relatórios sobre subversão detalhes sobre pessoas que relacionavam diretamente o comportamento sexual com o perigo que representavam ao Estado (CNV, 2014, p. 302).

Se os autores detectam essa transformação no pensamento militar na virada para a década de 1970, desconsideram que a vinculação entre homossexualidade, doença, crime e drogas vem sendo elaborada e repetida à exaustão desde ao menos o começo do século XX por diferentes atores sociais: instituições estatais, médicos, juristas e imprensa. Conforme argumentei em outro trabalho (Kumpera, 2024a), concepções médicas higienistas e disciplinarizantes – oriundas da produção científica do século XIX – foram atualizadas ao longo do século XX e continuavam a informar a visão de mundo das autoridades brasileiras na década de 1970.

No caso da lesbianidade, a pesquisa de Nádia Nogueira, que investigou as práticas de sociabilidade lésbica no Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1960, é bastante

elucidativa. A historiadora discute a imagem da “mulher-homem”, um tipo social criado pelas teorias médico-jurídicas que servia para classificar, perseguir e punir a lesbianidade. Conforme afirma a autora:

Uma tipologia que foi criada por médicos e advogados, nas primeiras décadas do século XX, foi a da *mulher-homem*, aquela que biologicamente possui os órgãos sexuais femininos, mas que sua conduta, comportamento e vestuário são masculinos. Esse tipo era um escândalo, passível de perseguição pela polícia. Outras foram obrigadas pela família a procurar médicos e psicoterapeutas. *A perseguição só acabava quando o psicólogo chamava a família e explicava que aquilo não era doença*. Mas nem todos agiram assim. Muitas foram internadas em clínicas e hospitais, para serem *curadas* da paixão por outra mulher. Não havia muitos lugares para frequentar e conhecer pessoas e, ainda, a preocupação com a polícia, que prendia aquelas que estivessem de terno e gravata (Nogueira, 2006, p. 59, grifos originais).

Outra característica de *Ditadura e homossexualidades* é a organização da narrativa em torno do binômio repressão/resistência (Fraccaroli, 2022), o que se coaduna com o argumento de que a ditadura teria atrasado a emergência do movimento homossexual no Brasil. Ao analisar os repertórios de ação de pessoas LGBTQ+ a partir de meados dos anos 1970, o capítulo privilegia formas de atuação consideradas mais “políticas”, que poderiam ser identificadas como enfrentamentos mais diretos ao regime militar. Assim, a criação do jornal *Lampião da Esquina* e a inquérito policial do qual foi alvo, em 1978, são interpretados nessa chave:

Os agentes da repressão acompanharam de perto tanto o impacto do jornal *Lampião* quanto o emergente movimento e, como citamos anteriormente, um agente do CIE escreveu sobre a imprensa que “pode-se estimar alto interesse comunista no proselitismo em favor do tema [da homossexualidade]”. (CNV, 2014, p. 306).

Igualmente, o padrão de policiamento na cidade de São Paulo no início de 1980 foi alvo de escrutínio no texto, como afirmado anteriormente. Por um lado, a análise de publicações da imprensa procura mostrar que travestis, prostitutas e lésbicas (em menor medida) foram alvo das rondas policiais comandadas pelo delegado Wilson Richetti. Por outro lado, abordam-se as iniciativas de denúncia e combate, como os textos publicados no *Lampião da Esquina* e a campanha contra a violência policial realizada pelos movimentos sociais. O binômio repressão/resistência se evidencia na interpretação da consequência dessa situação: a “repressão de Richetti contribuiu para a unificação dos movimentos sociais que emergiam com mais força nesse momento de abertura política: estudantil, feminista, LGBTQ e

negro” (CNV, 2014, p. 308). Isto é, a organização política desses segmentos sociais é vista como consequência da repressão da ditadura.

O último elemento que merece destaque consiste na centralidade conferida à cidade de São Paulo no capítulo, ainda que um dos esforços da CNV tenha sido analisar a atuação da ditadura em âmbito nacional. Esta situação pode ser explicada pelo intercâmbio entre a CNV e a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (CEV-SP), na qual o próprio Quinalha atuou como advogado e assessor, fruto do comissionismo no Brasil. O fenômeno refere-se à atuação descentralizada e heterogênea da CNV e das demais comissões (estaduais, municipais e setoriais) que atuaram no período, especialmente sua composição institucional e partidária, sua distribuição temporal, suas recomendações e seus vínculos de colaboração (Hollanda e Israel, 2019).

De acordo com Cristina de Hollanda e Vinícius Israel (2019), embora a CNV tenha ocupado uma posição de protagonismo no processo de investigação das violações de direitos humanos no período ditatorial, ela não chegou a exercer uma função diretiva. À medida que diferentes comissões foram se constituindo, dinâmicas locais e desenhos institucionais diversos se definiram, o que repercutiu inclusive nos critérios de validação das comissões, particularmente nos critérios de escolha dos comissionários.

A organização da CNV seguiu os parâmetros internacionais de comissões da verdade, e seus membros deveriam ser pessoas de “reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos” (Brasil, Lei 12.528, de 18 nov. 2011). Com base nessa premissa, segundo Hollanda e Israel (2019), a autoridade dos comissionados residiria em certa imparcialidade: eles devem ser comprometidos com a democracia e os direitos humanos, mas isentos em seus trabalhos, o que implicava em não serem vítimas (diretas ou indiretas) da ditadura.

Por sua vez, a CEV-SP atuou em outra direção. Foi proposta pelo deputado Adriano Diogo (PT), na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), um ex-presos político. Por ser uma comissão parlamentar, sua composição obedeceu a critérios formais, como composição partidária diversa, mas também contou com militantes, vítimas da ditadura e defensores de direitos humanos. Portanto, foi uma comissão que enfrentou o paradigma da imparcialidade e defendeu a autoridade dos afetados pela ditadura:

Sua premissa de partida invertia, portanto, a da CNV: são justamente os afetados pelo regime militar que terão melhores condições de representar a “verdade” dos que partilharam o sofrimento com eles. Eles estão há décadas

envolvidos na “luta contra o esquecimento”. A CRP [Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”] radicaliza o princípio de escuta contido em toda comissão de verdade ao localizar as vítimas não apenas nos lugares de testemunho, mas também na condução de trabalhos da comissão (Hollanda e Israel, 2019, p. 13).

Portanto, a CEV-SP atribuiu um sentimento marcadamente político à sua atuação, que incluiu uma investigação sobre as experiências de pessoas LGBTQ+ em São Paulo durante a ditadura. Na abertura do capítulo *Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”*, que integra o primeiro tomo do seu Relatório Final, lê-se:

Com efeito, a atuação desta Comissão sempre esteve orientada para a visibilização política de setores marginalizados nas narrativas oficiais da história recente de nosso país. [...] Investigar e discutir as complexas relações entre a ditadura militar e as “homossexualidades” no plural, como se dizia à época para dar conta de todas as formas de orientação sexual e identidade de gênero, foi uma contribuição fundamental para o aprofundamento democrático dado por esta Comissão. (Alesp, Relatório da CEV-SP, Tomo I, Parte II, s/p).

Uma comparação entre o capítulo temático da CNV e o da CEV-SP permite não só compreender a centralidade de São Paulo no primeiro, como diversas outras influências. A narrativa histórica proposta é a mesma e os quatro eixos do texto da CNV seguem a estrutura da publicação da CEV-SP. Uma particularidade desta é o registro das audiências públicas realizadas por ambas comissões e o percurso de construção do debate público e acadêmico sobre a temática.

A prevalência de informações sobre São Paulo corre o risco de ofuscar a diversidade de experiências LGBTQ+ no país e, de modo particular, das vivências lésbicas. As condições de vida e os repertórios de ação coletiva observados em São Paulo são atravessados por dinâmicas políticas, econômicas e sociais de um grande centro urbano, o que impede sua generalização para outras realidades. Estudos como os de Zuleide Paiva da Silva (2016), sobre a Bahia, de Aline Nawara Silva (2023), acerca de Goiás e de Alana Albuquerque de Castro (2023), a respeito da imprensa paraense, constituem exemplos que evidenciam a multiplicidade das experiências lésbicas no Brasil.

Em suma, o capítulo temático *Ditadura e homossexualidades* elabora uma narrativa histórica que visa explicar os impactos da ditadura militar na emergência do chamado movimento homossexual no Brasil, a ideologia do regime e a visão dos militares a respeito da homossexualidade e as políticas persecutórias do período. A seguir, analisaremos o lugar da lesbianidade nesse discurso mais amplo.

Memórias lésbicas sobre a ditadura

O capítulo temático *Ditadura e homossexualidades* busca oferecer uma síntese ampla sobre as experiências de pessoas LGBTQ+ no período ditatorial. O texto confere centralidade às experiências de homens gays e travestis. Ainda assim, nas referências à lesbianidade é possível identificar uma narrativa que cristaliza alguns marcos sobre a temática, construindo referentes centrais para uma memória lésbica do período. Neste item, discuto a elaboração dessa memória, em diálogo com a produção historiográfica recente sobre o tema.

O binômio repressão/resistência, discutido anteriormente, operacionaliza três marcos ao redor dos quais se organiza a memória lésbica no relatório da CNV: 1. a censura e a figura da escritora Cassandra Rios; 2. as rondas policiais e a Operação Sapatão; 3. a emergência do movimento homossexual e o ativismo lésbico.

Embora o texto afirme que um dos “casos mais graves e dramáticos de censura” (CNV, 2014, p. 304) durante a ditadura tenha sido a campanha contra a obra de Cassandra Rios, apenas um parágrafo é dedicado ao assunto. Com produção vasta e milhões de livros vendidos, a escritora teve 36 obras censuradas no período, a partir do argumento de que “seus textos continham conteúdo imoral e aliciavam o leitor à homossexualidade” (CNV, 2014, p. 304). Por último, afirma-se que “infelizmente” os artistas e intelectuais que se mobilizaram contra o autoritarismo e as arbitrariedades da ditadura “não chegaram a se solidarizar com Cassandra Rios [...], provavelmente por causa do conteúdo das suas obras” (CNV, 2014, p. 304-305) — o que evidencia a pouca abertura das esquerdas para a questão da sexualidade.

A obra de Cassandra Rios, no entanto, começou a ser censurada uma década antes do golpe de 1964. O livro *Eudemônia*⁶, publicado em 1948, foi alvo de processos judiciais ainda no início da década de 1950, sendo proibido de circular em 1954 (Vieira, 2014). Esse ocorrido faz recordar o que Douglas Marcelino (2011) nomeou como “tradição censória” no Brasil, sinalizando a existência da censura moral em uma historicidade de longa duração, o que se reforça com a informação de que Cassandra Rios foi processada 19 vezes por essa obra (Vieira, 2014).

Embora o aparato censório tenha se transformado significativamente com a ditadura militar, especialmente a censura moral, que passou a ser regulamentada por uma legislação

⁶ Neste romance, a protagonista, Eudemônia Forbes, é internada em uma clínica psiquiátrica sob a alegação de “tratar” sua homossexualidade, depois de surpreender a companheira com um homem e tentar matá-la. No hospital, ela vivencia um relacionamento amoroso com outra mulher, a Dra. Mélsia, o que expõe contradições do discurso médico sobre a lesbianidade.

ostensiva e possuir uma estrutura organizada e atuante (Fico, 2001; Kushnir, 2004), o caso de Cassandra Rios é relevante em ao menos dois sentidos. Primeiro, ao evidenciar a existência dessa tradição censória no país, permite analisar a historicidade da censura moral. Segundo, porque permite elucidar aspectos da moralidade prévia e posterior do golpe de 1964, aos quais os autores do relatório da CNV se referem, mas não explicam analiticamente. Não é possível fazer paralelismos com outros casos de censura da lesbianidade a partir do capítulo temático, pois é o único que ele menciona.

A partir do levantamento dos relatórios anuais da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), Maika Carocha (2006) identificou um aumento no número de músicas censuradas entre o final da década de 1970 e início de 1980. Ao contrário do ocorrido com a censura da imprensa, não houve um afrouxamento da censura musical no período da abertura política. Neste contexto, uma série de músicas que abordavam a lesbianidade de forma mais ou menos estigmatizante foram censuradas.

Ao analisar os pareceres censórios dessas canções, que reforçavam o imaginário social de que lésbicas são perigosas e predadoras, encontrei justificativas como: elas feriam a moral e os bons costumes, contribuíam para a “má educação do povo” e possuíam vocabulário grosseiro. Diante disso, compreendo que a censura, nesse caso, funcionou como uma forma de interdição de palavras como “lésbica”, “entendida”⁷, “amor entre mulheres”, que materializavam a lesbianidade (Kumpera, 2024a). Isso é extremamente relevante, uma vez que a censura opera diretamente com a produção do imaginário, inscrevendo a linguagem e as representações sociais em determinados limites (Orlandi, 2007). Portanto, a censura produz silêncios que repercutem na construção do imaginário social e nas limitações que os sujeitos experimentam para posicionarem-se no mundo, particularmente quanto ao uso da linguagem para mobilizar sentidos — no caso da lesbianidade, restringindo a circulação de qualquer referência a ela.

Ainda dentro do campo artístico, é possível citar a trajetória da cantora e compositora Tuca, cuja obra explorava o erotismo entre mulheres. Com a promulgação do AI-5 em 1968, ela mudou-se para Paris, onde começou a se apresentar em bares brasileiros e conheceu importantes artistas, como Françoise Hardy. Foi na capital francesa onde ela se assumiu abertamente lésbica e suas composições passaram a abordar um romantismo até então inédito. Ela retornou ao Brasil em 1974, ano em que submeteu seu disco *Drácula I love you* à

⁷ “Entendida” era um termo bastante comum utilizado por mulheres lésbicas para se referirem a si mesmas. Até os anos 1990, era preferido em relação a “lésbica”, pois este possuía uma carga fortemente negativa e estigmatizante.

aprovação da DCDP, que censurou três músicas — “Para você, com amor”, “O sorvete” e “Drácula I love you” (Gonçalves, 2019).

Após o pedido de Tuca de revisão do veto, três censores diferentes se posicionaram sobre a questão, sem consenso. As discordâncias entre eles mostram que em diversos momentos as escolhas individuais dos técnicos da censura acabavam derivando em decisões arbitrárias, calcadas em interpretações pessoais, ainda que eles devessem encontrar respaldo na legislação censória. No caso de “O sorvete”, Renato Gonçalves (2024) chama a atenção para a diversidade de metáforas e jogos de linguagem que remetem ao erotismo e à sexualidade lésbica, algo que não cabia dentro dos limites do considerado aceitável pela DCDP — e pela ideologia do regime militar.

Quanto à violência policial, a Operação Sapatão foi um episódio envolvendo as rondas policiais comandadas por Wilson Richetti em bares frequentados majoritariamente por mulheres lésbicas, em novembro de 1980. O capítulo temático somente menciona que

A chamada Operação Sapatão, realizada no feriado de 15 de novembro de 1980, deteve todas as frequentadoras destes estabelecimentos [Ferro’s Bar, Cachação, Último Tango]. Mesmo portando documentos regularmente, as mulheres foram detidas sob o argumento: “você é sapatão”. As lésbicas detidas denunciaram ao jornal [*Lampião da Esquina*] que foram extorquidas por agentes públicos para serem liberadas (CNV, 2014, p. 309).

Narrativas de mulheres lésbicas que frequentavam a cena noturna de São Paulo e Rio de Janeiro indicam que as batidas policiais em espaços de sociabilidade lésbica foram frequentes ao longo dos anos 1970 e 1980 (Kumpera, 2024a) — e não um episódio corriqueiro e isolado como o texto da CNV parece dar a entender. Além disso, esses operativos policiais remontam a períodos anteriores à ditadura. A pesquisa de Nádia Nogueira mostra que havia um medo constante de perseguição policial por parte de mulheres lésbicas que frequentavam bares e boates do Rio de Janeiro nos anos 1950-1960.

O Ferro’s Bar foi um dos bares lésbicos alvo da Operação Sapatão. Sobre esse local, o relatório comenta que lá ocorreu um “episódio peculiar” que ficou conhecido como “pequeno Stonewall brasileiro” (CNV, 2014, p. 309). Os autores se referem ao Levante do Ferro’s Bar, ocorrido em 19 de agosto de 1983, quando ativistas do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) — não mencionado no texto — organizaram a primeira manifestação pública das lésbicas de que se tem registro no Brasil.

Elas costumavam vender o *ChanacomChana*, boletim publicado pelo GALF, nas dependências do Ferro's. No entanto, começaram a ser hostilizadas pelos donos do bar, chegando a ser expulsas pelos seguranças e impedidas de continuar as vendas. O ocorrido motivou a ação, que consistiu em uma “ocupação” do espaço. As ativistas se articularam com a imprensa, grupos feministas, parlamentares e militantes de esquerda, e na data “invadiram” o bar, conseguindo que os donos se comprometessem a deixá-las vender o boletim no recinto.

Ao contrário de um “episódio peculiar”, o Levante do Ferro's bar possui grande carga simbólica e política para o movimento de lésbicas brasileiro, que instituiu o 19 de agosto como Dia do Orgulho Lésbico. Também já foi alvo de iniciativas ativistas de memorialização, como o documentário *Ferro's Bar*, produzido pelo Cine Sapatão (2023), coletivo de militância e audiovisual de lésbicas de São Paulo.

Além disso, o *Chanacomchana* não foi uma voz completamente solitária nos anos 1980, mas outros periódicos, majoritariamente de existência efêmera, foram contemporâneos ao boletim. Pode-se mencionar o *Iamuricumá*, lançado em 1981 no Rio de Janeiro, que contou com ao menos três edições; e o *Amazonas*, editado pelo Grupo Libertário Homossexual em Salvador, entre 1983 e 1985 (Silveira-Barbosa, 2019).

Ao mencionar Stonewall, o relatório volta a reforçar a construção de uma historicidade do movimento homossexual brasileiro tomando como referência a experiência estadunidense, aspecto apontado anteriormente. A aproximação entre os dois casos mostra-se inadequada, ainda, uma vez que Stonewall consistiu em uma manifestação do coletivo de frequentadores/as LGBTQ+ de um bar contra a violência policial, o que não corresponde ao caso do Ferro's. Por fim, a expressão “pequeno Stonewall” evidencia uma comparação hierarquizante que, ainda que implicitamente, tende a diminuir a relevância da manifestação ocorrida no Brasil.

Esses três marcos — Cassandra Rios, Operação Sapatão e GALF — se tornaram referências na produção historiográfica que vem se dedicando à história das lesbianidades na última década. É possível afirmar que o GALF e todo o universo de relações sociais que articulou ao seu redor⁸ foram os objetos privilegiados por essa produção acadêmica, localizada sobretudo no eixo sul-sudeste (Vieira, 2014; Aguiar, 2017; Batista, 2020; França, 2022; Kumpera, 2024a; Martins, 2020; Silva, 2023; Silveira-Barbosa, 2019).

⁸ Publicação do boletim *Chanacomchana*, circulação de materiais internacionalmente, diálogos com outros movimentos sociais (sobretudo feminista), articulações com grupos latino-americanos, espaços de sociabilidade etc.

Evidentemente, esses trabalhos contribuíram para inserir de forma mais contundente as lesbianidades como objeto de estudo, sobretudo no campo historiográfico. Atualmente, existe uma quantidade considerável de trabalhos sobre o GALF que servem como referência para novas pesquisadoras que queiram se aproximar do tema. No entanto, é importante dizer que a maioria deles não teve como objetivo pensar a conexão entre lesbianidade e ditadura militar, exceto os de Kumpera (2021) e Silva (2023).

As limitações de *Ditadura e homossexualidades* relacionam-se com uma série de fatores: a falta de consolidação da historiografia LGBTQ+ naquele momento; os interesses que mobilizavam a historiografia da ditadura; os limites do mandato legal da CNV e o alcance das pesquisas das comissões locais; e os próprios impasses vividos no interior da CNV. Assim, não surpreende que o capítulo não tenha conseguido desenvolver uma análise mais profunda sobre o caso das lésbicas.

Concluo este tópico afirmando que ainda existem ao menos dois aspectos relacionados com a produção do capítulo temático que mereceriam ser investigados. O primeiro refere-se à realização de audiências públicas que trataram das experiências de pessoas LGBTQ+ durante o período ditatorial. Em novembro de 2013, a CEV-SP realizou a audiência “Ditadura e homossexualidade: resistências do movimento LGBTQ”, cujos convidados foram James Green e Marisa Fernandes. Em março do ano seguinte, ocorreu a audiência “Ditadura e homossexualidade no Brasil”, fruto da parceria entre a CEV-SP e a CNV. Na mesa estiveram presentes Benjamin Cowan, James Green, Marisa Fernandes, Rafael Freitas, Renan Quinalha e Rita Colaço, pessoas que têm em comum o ativismo político e a produção intelectual sobre a população LGBTQ+. Sobre a questão, interessa compreender quais memórias lésbicas foram articuladas no contexto das audiências e como elas se relacionam com o discurso mais amplo que foi produzido.

Derivado do primeiro, o segundo aspecto diz respeito à atuação de Marisa Fernandes. Além de ter sido uma das fundadoras do GALF e posteriormente do Coletivo de Feministas Lésbicas (São Paulo), ela é historiadora de formação e tem publicado na última década diversos capítulos de livros sobre a história do movimento lésbico, as dificuldades enfrentadas no período ditatorial, entre outros⁹. Poderíamos nos perguntar se Fernandes poderia ser considerada em alguma medida uma empreendedora da memória, segundo a formulação de Elizabeth Jelin (2002). Sua trajetória parece ser extremamente relevante para a discussão pública sobre lesbianidade e ditadura, mas ainda foi pouco explorada.

⁹ Marisa Fernandes publicou textos em Green e Quinalha (2015), Green (2018) e é coautora em Arney, Fernandes e Green (2003).

Considerações finais

Este texto nasceu de um incômodo: o que configura a memória lésbica no Brasil? Mais especificamente, como podemos pensar as memórias lésbicas da ditadura? Até o evento que poderia ser considerado a gênese deste trabalho — o Simpósio Temático intitulado “Em busca de uma outra historiografia: (re)existências lésbicas”, coordenado por mim, Letícia Batista e Lissa Passos, por ocasião da IV Jornada de História e Gênero (2023) — minha aproximação com a temática havia se dado por meio de entrevistas que realizei com ativistas lésbicas brasileiras, ou seja, mediada pela História Oral. A partir do diálogo com essas mulheres, compreendi que suas memórias haviam circulado majoritariamente de maneira informal, em espaços de ativismo e algumas poucas publicações independentes e acadêmicas. Ou seja, eram o que Michael Pollak (1989) nomeou como “memórias subterrâneas”.

Porém, o que muda quando essas memórias são produzidas com o respaldo do Estado? Seria possível dizer que existe uma “memória oficial” sobre as experiências lésbicas (ou mesmo da comunidade LGBTQ+) na ditadura brasileira, como se costuma afirmar a respeito do papel das comissões da verdade? Parece-me que não. E não apenas porque a reflexão sobre a lesbianidade, como vimos ao longo deste capítulo, é bastante limitada; mas, principalmente, porque os capítulos temáticos da CNV e da CEV-SP pouco circularam e foram debatidos pelo próprio movimento e pelas ativistas lésbicas (o mesmo vale para o segmento LGBTQ+ como um todo). A produção dos capítulos temáticos não se converteu em “momentos detonantes”, isto é, “acontecimentos ou processos históricos em que se concentram as encruzilhadas da memória e que servem como gatilhos para a expressão das memórias do passado e das posições de diferentes grupos” (Montaño, 2015, p. 40, tradução minha).

Apesar disso, o texto *Ditadura e homossexualidades* — como os demais capítulos temáticos do segundo volume — significou uma pequena fissura na concepção universalista quanto ao entendimento de quem são os sujeitos de direitos humanos (as vítimas), na qual as comissões da verdade costumam se basear. Para a historiadora Carolina Bauer, a CNV confirmou quem era esse sujeito tratando os marcadores sociais da diferença (gênero, sexualidade, raça/etnia) como “‘acessórios’, não inseridos no relato principal, mas adicionados como ‘textos temáticos’” (Bauer, 2017, p. 178).

Desvinculadas das instituições do Estado, memórias lésbicas sobre o período ditatorial continuam sendo elaboradas à margem do debate público. As condições sociais e culturais de

recepção desses testemunhos têm sido atravessadas pela lesbofobia estrutural que caracteriza a sociedade e as instituições brasileiras. O “tempo de escuta” (Jelin, 2022) depende de contextos históricos que autorizam – ou não – determinadas vozes a circularem no espaço público e obterem reconhecimento. Nesse sentido, a temporalidade dos testemunhos de lésbicas é inseparável das estruturas de poder que promovem a desigualdade de acesso a direitos, a permanência da violência lesbocida e o silenciamento cultural da lesbianidade. Esses elementos condicionam tanto o momento quanto as formas de enunciação e recepção dessas memórias.

Fontes

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Ditadura e homossexualidades. In: _____. **Relatório:** textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. v. 2, cap. 7. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Institui a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 nov. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 27 mar. 2025.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO "RUBENS PAIVA". Ditadura e homossexualidades: iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". In: _____. **Relatório.** São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", 2014. Tomo I, Parte II. Disponível em: <<https://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

G1. Relatório é absurdo, em nome da causa socialista, diz Clube Militar. **G1**, Brasília, 10 dez. 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/relatorio-e-absurdo-em-nome-da-causa-socialista-diz-clube-militar.html>>. Acesso em: 28 mar. 2025.

Referências

AGUIAR, Carolina (Caio) Maia. **Entre armários e caixas postais:** escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira. 2017. 198f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BATISTA, Letícia. **Chanacomchana:** um sopro do lesbianismo paulista nos anos de 1980. 2020. 148f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

BAUER, Carolina. **Como será o passado?** História, historiadoras e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco, 2017.

BUARQUE DE HOLLANDA, Cristina; ISRAEL, Vinícius Pinheiro. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e

representação democrática. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 70, p. 1–21, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/72818>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

CAROCHA, Maika. A censura musical durante o regime militar (1964-1985). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 44, 2006, p. 189-211. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/7940/5584>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CASTRO, Alana. Entre a liberdade sexual e a censura ditatorial: As representações de mulheres lésbicas no jornal ‘A Província do Pará’ na década de 1970. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, v. 10, n. 1, 2023, p. 162-168. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/261413>>. Acesso em: 25 fev. 2026.

COLAÇO-RODRIGUES, Rita. Mitos, categorias e cristais: Revisitando os clássicos do movimento homossexual brasileiro. **SciELO Preprints**, 2023. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4540>>. Acesso em: 31 mar. 2025.

COWAN, Benjamin. **Securing sex: morality and repression in the making of Cold War Brazil**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRACCAROLI, Yuri. Dissidentes sexuais e de gênero e a ditadura civil-militar brasileira: entre a Memória Política e as memórias cotidianas. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, vol. 31, n. 1, p. 25-53, 2022. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-499X2022000100025>. Acesso em: 02 dez. 2024.

FRANÇA, Fanny. **Resistência e visibilidade lésbica na redemocratização: uma análise interseccional do boletim ChanacomChana (1981-1987)**. 2022. 168f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

GALLO CABRERA, C. A. Do luto à luta: um estudo sobre a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. **Anos 90**, v. 19, n. 35, p. 329–361, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/29101>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

GONÇALVES, Renato. O discurso homoerótico feminino na canção e a ditadura militar brasileira: uma análise a partir do processo censório do fonograma ‘O sorvete’ (1974), de Tuca. **Opiniões**, São Paulo, Brasil, n. 15, p. 136–155, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/164261>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

JELIN, Elizabeth. Las múltiples temporalidades del testimonio: el pasado vivido y sus legados presentes. **Clepsidra**, v. 1, n. 1, p. 140–163, 2022. Disponível em: <<https://revistas.ides.org.ar/clepsidra/article/view/480>>. Acesso em: 10 out. 2025.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2015.

KUMPERA, Julia. **O lesbianismo é um barato: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990)**. São Paulo: Intermeios, 2024.

_____. Lesbianidade e ditadura militar, um campo historiográfico em construção. In: **60 anos do golpe: história, memória e novas abordagens da ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Folio Editorial, 2024, p. 113-136.

MARTINS, Larissa. **Chanacomchana é um barato!** Afetos e pedagogias na imprensa lésbica. 2020. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2020.

MÜLLER, Angélica. Responsabilidade da história, responsabilidade do historiador: o ‘momento CNV’ como turn point da historiografia da história do tempo presente e seus novos desafios. **Tempo e Argumento**, v. 16, n. 43, p. 1-25, 2024. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/2175180316432024e0102/18109/113970>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 09 set. 2024.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes:** a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SILVA, Aline Nawara. **Dos armários do DOPS à imprensa da cidade: as sexualidades dissidentes durante a ditadura civil-militar em Goiás (1974-1980).** 2023. 109f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

SILVA, Camila Diane. **Entre repressões e resistências:** memórias lesbianas no contexto da ditadura civil-militar brasileira e redemocratização (1968-1988). 2023. 169f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SILVA, Zuleide Paiva da. **“Sapatão não é bagunça”:** estudo das organizações lésbicas da Bahia. 2016. 383f. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula Évelyn. **Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995):** uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. 2019. 307f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

TEÓFILO, João. A Comissão Nacional da Verdade, dez anos depois: avanços e retrocessos. **História da Ditadura**, 27 set. 2022. Disponível em: <<https://www.historiadaditadura.com.br/post/acomissaonacionaldaverdadedezanosdepoisavancoeretrocessos>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

VIEIRA, Kyara. **“Onde estão as respostas para as minhas perguntas?”:** Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955 – 2001). 2014. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

WINN, Peter. Las batallas por la memoria histórica en el Cono Sur: conclusiones comparativas. In: LORENZ, Federico *et al* (orgs.). **No hay mañana sin ayer.** Batallas por la memoria histórica en el Cono Sur. Buenos Aires: Biblos, 2014, p. 327-358.

A lesbianidade como resistência no futebol e nos futebóis

Lesbianism as resistance in football and in the many forms of football

Julia Beatriz Silva Vicente Chaves¹, UFS

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a existência e as resistências das mulheres no futebol em perspectiva às categorias de gênero e de sexualidade sob a abordagem teórica de Monique Wittig. Nesse sentido, a pesquisa constrói-se no contexto que perpassa sobre as imposições de gênero e de sexualidade hegemônicas, em vista de uma realidade heteronormativa que se estende para além das quatro linhas dos campos de futebol. Metodologicamente, trata-se de um estudo de cunho teórico e analítico defronte à análise sobre a realidade do futebol de mulheres no Brasil exposto nas exposições virtuais do Museu do Futebol e redes sociais, com base na relação de memória, perpassando por Halbwachs (2006) e Pollak (1989), e de gênero e sexualidade de Wittig (2022) e Butler (2018), em que se busca, também, compreender essa realidade dentro de uma concepção do contexto das tecnologias nos cenários de resistência.

Palavras-chave: Mulheres; Futebol; Sexualidade; Heteronormativa; Tecnologias.

Abstract

This study aims to present the existence and resistance of women in football from the perspective of gender and sexuality categories, using Monique Wittig's theoretical approach. In this sense, the research is constructed within a context that encompasses the impositions of hegemonic gender and sexuality, considering a heteronormative reality that extends beyond the four lines of the football field. Methodologically, it is a theoretical and analytical study analyzing the reality of women's football in Brazil as represented in the virtual exhibitions of the Football Museum and social networks, based on the relationship of memory, drawing on Halbwachs (2006) and Pollak (1989), and gender and sexuality from Wittig (2022) and Butler (2018), also seeking to understand this reality within a conception of the context of technologies in scenarios of resistance.

Keywords: Women; Football; Sexuality; Heteronormativity; Technologies.

Introdução

Os espaços do futebol, entre o Brasil e o mundo, delimitam-se sobre uma fortaleza de opressão e discriminação, em que mulheres e pessoas LGBTQIAP+ são expulsas social e historicamente diante da consolidação de um passado de exclusões e repressão. A presença de mulheres no futebol brasileiro é resultado de um longo processo de resistências que permitiram a sua existência no fazer do desporto dentro e fora dos campos de futebol. Consequentemente, a realidade atual reflete uma disparidade entre as modalidades do esporte,

¹ Mestranda em História (PROHIS/UFS), Licenciada em História (UFS). E-mail: juliabsvchaves@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0690967214374372>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1530-4229>.

manifestada no descaso econômico e cultural que se perpetuou através das décadas devido a ações políticas e estruturais para o futebol.

Ao verificar essa conjuntura, é possível identificar que a realidade das mulheres no futebol é transpassada por um debate que transita entre o gênero, a sexualidade, as classes sociais e a raça. Isto é, de um lado, as mulheres no futebol atravessam a fortaleza em que vigora uma masculinidade hegemônica, em que os homens são detentores do futebol (Knijnik, 2020), do outro, aquelas mulheres que fazem o futebol são impostas a uma identidade dissidente e ao discurso da sexualidade e da diferença social, sendo colocadas sob o aspecto da não-mulher e da lésbica (Wittig, 2022), de uma perspectiva nociva e negativa. Incisivamente, a conexão entre o discurso de gênero e sexualidade se estabelece dentro do futebol, em que a presença de mulheres desafia a ordem desportiva consolidada culturalmente no país.

O debate sobre as mulheres no futebol, em perspectiva principalmente aos estudos de sexualidade, permeia um cenário de influências da sociedade brasileira sobre o fazer do futebol, em que se visualiza o esporte como espaço não-democrático e autoritário. Seguindo essa lógica, ao se tratar de lesbianidade, a temática é colocada de escanteio no universo midiático e desportivo. Logo, a lesbianidade torna-se um assunto velado, em que se valoriza uma realidade de um futebol do espetáculo em detrimento às diversidades inseridas no universo dos futebóis.

Ao entender a relevância cultural e identitária do futebol para a sociedade brasileira, percebe-se o futebol de mulheres em consonância à lesbianidade e a percepção de um ambiente de violências causais no espaço do futebol. De acordo com Pisani (2018), os estudos que abordam a lesbianidade necessitam de atenção e compreensão, visto que a exposição das mulheres lésbicas pode atingir suas vidas profissionais e pessoais. Isso é resultado de uma construção histórica que coloca as homossexualidades às margens sociais impostas às violências simbólicas e físicas. Nesse entrelace, a lesbianidade torna-se assunto a não-ser-dito, perpetuando um espaço de exclusões.

Com base nisso, o futebol de mulheres está intrínseco ao discurso de gênero e de sexualidades, em que se desafia discursiva e ativamente a normatividade prevista dentro do fazer futebolístico. Entende-se o futebol, instrumentalizado pelos padrões sociais, enquanto agente de exclusões, porém, passível à exaltação das pluralidades e diversidades diante da emersão dos futebóis. Diante disso, objetiva-se discutir teoricamente a lesbianidade enquanto categoria dentro do futebol de mulheres e a abertura dos espaços para o debate sobre as

sexualidades no espaço desse esporte. Para isso, irá se constituir, principalmente, pela análise da exposição virtual “*Diversidade em Campo: Futebol LGBTQIAP+*” (2022) do Museu do Futebol, partindo da concepção histórico-expográfica em torno dos futebolis no Brasil, em que se percebe a evocação do futebol, da memória e da lesbianidade em centralização de debates dentro das noções das tecnologias e dos meios de comunicação atuais, especialmente se sob o escopo das redes sociais. Com base nessa construção, também será possível perpassar pela conotação em torno das diferentes formas de representações, enquanto produto e produtores de múltiplos debates sociais.

Utiliza-se o diálogo entre a concepção de gênero a partir de Wittig (2022), Scott (1995) e Fattuma (2023), assim como será possível percorrer a noção de sexualidade e lesbianidade com Fattuma (2023) e Batista (2020). Para a compreensão da memória, interliga-se a análise através da teoria de Pollak (1989) e Halbwachs (2006). Na congruência dessas relações para o espaço do desporto e, principalmente, do futebol, sustenta-se a construção com Goellner (1999), Kessler (2023) e Pisani (2018).

Portanto, tem-se como intenção compreender a lesbianidade entrelaçada com os debates de memória, percorrendo as noções categóricas de gênero e sexualidade. Em seguida, busca-se assimilar o debate com o futebol, enquanto espaço de expulsão das dissidências sociais. E, por fim, perceber o futebol e os futebolis enquanto espaço de diálogos e, assim, como a (não)mulher é capaz de fazer o futebol e ser compreendida social e culturalmente como pertencendo e fazedora dos ambientes futebolísticos.

A lesbianidade e a memória enquanto categoria de debates

O debate acerca da lesbianidade perpassa pelas categorias de gênero e de sexualidade, no entanto, sob a perspectiva de relações interseccionais; nesse segmento, primeiramente, percebido dentro da noção de gênero, entende-se Scott (1995) que compreende o gênero formado por relações sociais, mas também como a primazia da significação das relações de poder. Nessa perspectiva, Louro (2014, p. 45) apresenta que “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder”. Diante disso, evoca-se a materialidade na categoria de gênero, enquanto possibilidade discursiva na compreensão em torno de construções sobre a lesbianidade e, conseqüentemente, as violências imbricadas sobre essa categoria social.

Segundo Butler (2018), o gênero age enquanto ponto de convergência da correlação de relações culturais e históricas. Dentro dessa constituição, percebe-se uma insistência da determinação de um binarismo de gênero e cisheteronormativo, em que Kessler (2023) aponta

que “ser mulher” define-se por sua pluralidade e não por concepções biológicas. E, por sua vez, seguindo uma lógica do universo desportivo, Camargo (2021, p. 35) aborda que “o esporte é uma instituição segregadora de gêneros”, isso, historicamente, fundamenta-se em uma sobreposição de ideais higienistas e eugenistas. O gênero, assim, delineia-se sobre diversos discursos e debates ao decorrer do tempo, manifestando-se de múltiplas formas no tempo presente, porém, sendo resultado de construções de memória homogeneizantes.

Perceber as relações de memória com o desenvolvimento da sociedade, permite a concepção da necessidade de identificar a influência das experiências interseccionais na conjuntura da formação dos processos discriminatórios. Isto é, ao observar as lesbianidades no contexto do futebol, entende-se que este também se relaciona diretamente com gênero, sexualidade, raça e classe social (Piscitelli, 2008), diante de um regime de normatividades imposto durante um regimento histórico do Brasil colonial (Maldonado-Torres, 2023). Torna-se possível a percepção sobre a amplitude de parâmetros dentro da sociedade que são analisados a partir das interseccionalidades mediadas pelas categorias sociais.

A vociferação em torno das relações intrínsecas entre categorias sociais de diferença perpassa justamente sobre a formação das relações de preconceito e discriminação, em que diferentes tipos de violência são construídos à medida das distintas relações sociais entre gênero, sexualidade, raça e classe social, sendo produto de versões da colonialidade (Lugones, 2008). Esses marcadores de diferenças são produtores de opressões e de desigualdades (Fattuma, 2023), em que urge a impossibilidade de compreender questões sociais em dissociação das relações interseccionais. De acordo com Santos (2018), a interseccionalidade corrobora para compreender as relações sociais, capaz de apresentar quem é beneficiado e vulnerabilizado por essas dimensões sociais.

Somado a isso, a compreensão sobre a lesbianidade perpassa incisivamente sobre a sexualidade e, a priori, percebendo a estruturação sobre a heterossexualidade, em que, segundo Wittig (2022), é um regime político que se estrutura na subserviência de mulheres. Falquet (2012) aponta a lesbianidade enquanto categoria recente, que promove constantes análises e debates sobre a imposição de identidades sexuais, a decretação de identidades estáveis, permanentes e inatas e, por fim, a concepção sobre identidade e personalidade. O conceito de lesbianidade, por sua vez, é cunhado em torno de disputas teóricas quanto à superioridade de estudos sobre a heterossexualidade, passando a priorizar a relação da lesbianidade com a visibilidade identitária, política e de memória, além de compreender a sexualidade enquanto agente de opressão (Lemos, 2019).

A sexualidade, assim, margeia-se sobre um processo que age enquanto censura de corpos e de vivências diante de um segmento de oposição entre homem e mulher (Wittig, 2022), em uma natureza reducionista e biologizante (Fattuma, 2023). Ou seja, há uma tendência social de associação da sexualidade aos papéis sociais do homem e da mulher, sob um viés normativo, patriarcal e sexista. Conforme disserta Fattuma (2023, p. 52), “a lesbianidade não está fixa na cisgeneridade”, em que a negação da dimensão política e afetiva das mulheres lésbicas, sobretudo transexuais e travestis, reverbera-se sobre a alimentação da estrutura patriarcal que está ativamente relacionada ao futebol.

A discussão sobre a lesbianidade enquanto categoria urge também do ato de compreender como a sociedade orchestra discursos em torno da manutenção de formas de poder e, com isso, a memória serve à conservação de regimentos repressivos e à perpetuação de uma realidade patriarcal, heteronormativa e sexista. Diante disso, precisa-se perpassar pela memória no contexto das lesbianidades e, para isso, entende-se de início a noção de memória coletiva (Halbwachs, 2006) e memórias subterrâneas (Pollak, 1989) na compreensão dos efeitos da memória sobre a construção de representações e identidades sociais.

Entende-se o distanciamento entre memória histórica, este um encadeamento de eventos sociais e históricos, e a memória coletiva, que se apresenta em atribuição dos valores e significados aos eventos de modo simbólico, porém, que servem massivamente a uma estrutura social hegemônica (Halbwachs, 2006). Em vista disso, há uma exaltação de uma perspectiva hegemônica, possível de ser conectada com a memória coletiva, no sentido de formação de uma memória a partir dos ideais de sua época, mas que condicionam a formação de sistemas de representação em torno de imaginários coletivos perpetuados historicamente. Pollak (1989) apresenta as memórias coletivas amplamente imbricadas com a construção de uma memória de nação, que se alicerça amplamente com a manutenção de um poder que oprime e marginaliza grupos sociais.

Pode-se, assim, compreender a expulsão de memórias e de representações de grupos que não coincidem com uma perspectiva hegemônica – como negros, mulheres, LGBTQIAP+, indígenas, PCDs – e, conseqüentemente, não têm a memória disseminada socialmente. Diante disso, Pollak (1989) disserta sobre as memórias subterrâneas que se contrapõem a uma memória oficial, pois exalta e privilegia a memória de grupos subalternizados e marginalizados. O cenário que se evoca delinea-se sobre a contraposição entre a exaltação e o esquecimento, a partir de memórias que traçam dois cursos: a oficial e a marginalizada.

Ao articular a noção de memória, gênero e sexualidade, incide sobre uma possível verificação em torno das lesbianidades, enquanto categoria que converge sobre o não-dito. A lesbianidade surge enquanto categoria de entrelace entre gênero e sexualidade, formando múltiplas identidades e corporeidades, em que não reside um processo de homogeneização de vivências, histórias e memórias (Fattuma, 2023). Nesse entrelace, é possível entender que o ‘não-dito’ não está fixo no silêncio, ele pode passar do não-dito até a reivindicação e contestação social (Pollak, 1989), ou seja, o não-dito não é estável, pois está passível das transformações sociais e culturais.

Exemplo disso materializa-se mediante Kessler (2023), que aponta como historicamente houve o desprestígio e o menosprezo da participação das mulheres na historiografia esportiva. E, por sua vez, a consequência no campo do futebol – seja em seu período elitizado, seja em sua fase popular – estrutura-se em um espaço massivamente de homens para homens (Souza Júnior; Reis, 2023). Com isso, pode-se perceber o efeito das construções de memória no campo desportivo, que perpassam entre uma memória oficial e subterrânea, posto como a influência da determinação de hierarquias de poder serve ao desenvolvimento do futebol, visto a imposição de padrões sociais normativos a homens e a mulheres, porém, que variam temporal e contextualmente (Kessler, 2023).

Em se entender as mulheres lésbicas e as lesbianidades defronta-se com a ideia da não-mulher, isto é, estrutura-se socialmente a construção em torno da mulher como ser natural e o homem como ser social, atribuídas ao viés econômico-capitalista, por consequência, a mulher que rompe com as imposições sociais, principalmente da maternidade, torna-se outra coisa, que não mulher (Wittig, 2022; Moita; Ahlert, 2023). O discurso, assim, é difundido e construído em torno de silêncios que moldam a memória e perpetuam simbolismos de violência moldados pela ausência de escuta (Pollak, 1989). Ao se tratar da experiência lésbica, rege-se a imposição da heterossexualidade que desenvolve, deturpa e divulga a mulher lésbica enquanto não-ser, desviante e anormal (Batista, 2020).

Paralelamente, consegue-se entender a lesbianidade enquanto categoria atravessada pelos debates de gênero e sexualidade, que rompe com as imposições sociais, históricas e identitárias de um viés hegemônico e que, por sua vez, ascende sobre um deslocamento dos próprios conceitos. Isto é, é preciso tornar nítido que as concepções de gênero e sexualidade do Sul Global dialogam diretamente com as heranças de um passado colonial (Fattuma 2023), logo, a influência da percepção em torno dos conceitos está interligada aos princípios escravocratas, patriarcais e heteronormativos. E, assim, segundo Batista (2020), compreender

a lesbianidade perpassa por diluir a concepção institucionalizada do que é ser mulher, portanto, precisa-se revisitar e reorganizar as memórias e as representações.

O espaço da sexualidade no futebol: a opressão em evidência

No campo de estudos sobre o desporto reverberam-se debates múltiplos sobre as potencialidades de retomar as identidades lésbicas e o ser mulher, a partir de memórias e esquecimentos. No entanto, direciona-se, neste trabalho, compreender a influência dessa relação entre memórias e lesbianidades dentro do contexto dos futebolis, analisando representações da exposição virtual do Museu do Futebol que evidenciam ou negligenciam as lesbianidades. Diante disso, questiona-se sobre o futebol, os futebolis e o espaço para a identidade lésbica no desporto. Torna-se interessante compreender que a evocação dessas mulheres transita amplamente entre a violência e o silenciamento, em que sua lesbianidade é utilizada como agressão, assédio ou esquecimento, consolidando estratégias de manutenção do poder que pode ser observada por silêncios narrativos e representativos.

Entender onde é possível incluir a sexualidade dentro do futebol perpassa pelo questionamento: onde está o debate sobre a sexualidade na sociedade? De forma incisiva, a sexualidade dissidente é, ainda, compreendida como desviante e anormal, principalmente fora dos grandes centros urbanos, em que a discussão sobre sexualidade debruça-se sobre os papéis de gênero cunhados sob uma perspectiva heteronormativa da sociedade. Verifica-se o espaço do futebol enquanto reflexo dos debates sociais, assim, o debate sobre sexualidade está diante da expressão de jogadores e sua masculinidade hegemônica que se reverte às manchetes de jornais, revistas e redes sociais.

A performatividade de gênero é inerente ao fazer do futebol tradicional, em que a violência e a masculinidade entrelaçam-se extra e intracampo. Butler (2019) afirma que a performatividade atua como a reafirmação dos conjuntos de normas e, por consequência, se fortifica no tempo presente e silencia/oculta/dissimula as convenções sociais que se repetem. Diante disso, é possível pensar de acordo com Santana (2023), que discute sobre a (in)transparência no futebol e sua coalizão social, apontando que

O futebol não está apartado da sociedade. Logo, a coação por transparência, a *coisificação* do ser humano, a busca pela uniformização e pela simetria também o atingiram, e quando isso ocorre atomiza-se o jogo e os seus protagonistas. O fato é que a transparência é incompatível com o jogo de futebol. Por quê? Porque o futebol é qualquer coisa, menos transparente. Qualquer coisa, menos controlável. Qualquer coisa, menos uniforme. Ao envolver vários indivíduos em interação, o jogo de futebol se constitui num

sistema e, como tal, tende a manifestar propriedades emergentes, ou seja, não previsíveis (Santana, 2023, p. 110).

Santana (2023) inicia uma discussão que permite múltiplas interpretações e construções, isto é, o fato de o futebol não ser transparente ou controlável pode estar associado à sua real imprevisibilidade – em resultados, ações, influências técnicas, de torcida –, mas também sua intransparência pode ser atribuída a sua ocultação, silenciamento e esquecimentos àqueles que fazem o futebol. E, isto posto, entender-se-ão os contextos possíveis dentro da intransparência do futebol de mulheres, suas diversidades e diálogos possíveis.

Seguindo essa lógica discursiva, Butler (2018) apresenta as mulheres enquanto irrepresentável dentro de uma lógica social masculinista e uma linguagem falocêntrica. No futebol, essa perspectiva é ampla, consolidando historicamente o futebol enquanto espaço hegemonicamente masculino, em que Douglas (1976) coloca o futebol de mulheres como agramatical. Exemplo disso é percebido em uma entrevista realizada com João Saldanha – divulgada nacionalmente e também publicada no jornal *Gazeta de Sergipe* em 23 de setembro de 1990 –, que dizia que “não pegava bem” falar que sua namorada era ‘zagueiro do Bangu’. A impossibilidade de recolocação gramatical dos termos referentes ao futebol constrói o imaginário fundamental para o desenvolvimento dos espaços do esporte que historicamente e discursivamente, colocam-se opostos à presença de mulheres no futebol.

Butler (2018) aponta que as fronteiras analíticas permitem a estruturação de limites da experiência, que, por sua vez, são condicionados por um discurso cultural hegemônico. Essa percepção, dentro do cenário do futebol, corrobora para a fixação e a centralização da figura do homem – branco, hétero e cis – dentro do fazer do futebol. Ainda mais, essa determinação entranha-se com um espaço fundado em estruturas masculinas, que expulsam aqueles que desviam as normas propostas historicamente no futebol. Diante disso, Franzini (2023) disserta que

É notório que o universo do futebol caracteriza-se por ser, desde sua origem, um espaço eminentemente masculino. Como esse espaço não é apenas esportivo, mas também sociocultural, os valores nele embutidos e dele derivados estabelecem limites que, embora nem sempre tão claros, devem ser observados para a perfeita manutenção da “ordem”, ou da “lógica”, que se atribui ao jogo e que nele se esperava ver confirmada. A entrada das mulheres em campo subverteria tal ordem, e as reações daí decorrentes expressam muito bem as relações de gênero presentes em cada sociedade: quanto mais machista, ou sexista, ela for, mais exacerbadas as suas réplicas (Franzini, 2023, p. 22).

A categoria de gênero dentro do futebol tradicional transita entre a tolerância e a expulsão, diante de uma herança de memória e de representação que oprime a presença das mulheres nos espaços do esporte. Nesse mesmo sentido, questiona-se sobre a possibilidade de discutir sexualidade – e, ainda mais, a sexualidade de mulheres – dentro do futebol. Para iniciar essa discussão, inicialmente, é necessário evidenciar que, nos estudos do futebol, surge o termo *futebóis*, que serve como marcador da multiplicidade identitária e da diversidade inerente ao futebol (Damo, 2018).

Toledo e Camargo (2018) apontam como os corpos são instrumentalizados a serviço da heteronormatividade no campo esportivo, em que a homossexualidade é posta como obrigatória, por sua vez, é possível entender essa inferência como fator de que a homossexualidade é categoria obrigatória em todo cenário e discurso social, como aponta Wittig (2022). Nos estudos de Dornelles e Santos (2023), é possível conferir a discussão sobre o futebol de mulheres e a sexualidade, em que se afirma que a sexualidade e o gênero são colocados como formas de hierarquizar a prática do futebol, nesse sentido, os autores apontam como a lógica binária segue a tendência e centraliza o homem no fazer do esporte. Essa relação permite inferir que os processos inerentes ao futebol são permeados pelo agente heteronormativo da sociedade, em que os espaços são preenchidos por valores excludentes e preconceituosos, que violentam e marginalizam grupos dissidentes em gênero e sexualidade.

Para compreender esse processo, perpassa-se neste trabalho pela exposição virtual do Museu do Futebol intitulada de “*Diversidade em Campo: Futebol LGBTQIAP+*” (2022), que aborda a prática do futebol LGBTQIAP+ no Brasil. Essa exposição percorre o desenvolvimento desse futebol no território brasileiro, através da formação de equipes e competições amadoras, apresentando imagens, organização e redes sociais. Diante disso, analisa-se as representações de mulheres lésbicas – atravessadas por sua pluralidade identitária – enquanto resultado de uma cultura e de uma memória de subversão dentro dos espaços que se debatem e fazem o futebol.

A exposição entrelaça-se com as categorias de gênero e sexualidade, existindo o diálogo com classe social. Há a utilização de imagens, equipes (como as *Madalenas*, *Meninos Bons de Bola*), por sua vez, há um trecho da exposição que exalta a presença de uma torcida organizada – chamada de “*As Marquezines*” – de uma das equipes, destacando a presença majoritária de namorados de atletas. Paralelo a isso, é possível estender essa análise para as redes sociais das equipes, compreendendo a organização e a dimensão positiva do campeonato intitulado de *Champions LiGay*.

A percepção normativa para a composição masculina do futebol também é uma realidade apresentável na exposição. Isto é, a utilização de *As Marquezines* – mesmo com o tom humorístico – reverbera sobre a posição da mulher no espaço tradicional do futebol – aquela que acompanha ou torce. Assim, o nome do principal campeonato amador direciona-se aos homens gays, correspondendo também à expressão diminuta das mulheres apresentadas na exposição do museu. Consegue-se perceber que há uma expressividade menor da presença das mulheres lésbicas nesses eventos, sendo, por sua vez, consequência da estrutura normativa da sociedade condicionada pela memória e história.

Em paralelo a isso, pode-se afirmar que há sim espaço para a sexualidade no futebol, desde que ela esteja paralela a reafirmação da heterossexualidade e os papéis de gênero ou que mantenha o papel diminuto da mulher no esporte. Ao acompanhar a vida de jogadores de futebol, por redes sociais, revistas esportivas e jornais, é possível visualizar como o futebol é construído através de narrativas que reforçam a heteronormatividade no esporte. Por sua vez, as aparições sobre mulheres são revestidas de sexualização e objetificação a serviço dos desejos e das vontades que reforçam a heteronormatividade e a subserviência da mulher na escala hierárquica do futebol.

A exemplo das relações de representação, pode-se visualizar nas matérias da coluna esportiva do jornal *Gazeta de Sergipe*, uma delas de 16 de fevereiro de 1989, que detém o título de “*A Loira*”, destacando a presença de uma “loira bonita e exuberante” que não foi esquecida nos treinos das equipes profissionais. Na matéria de 3 de maio de 1989, da coluna “*À Beira do Gramado*”, assinada por Givaldo Batista, expõe o desfile de mulheres na Arena Batistão, apontando que “Para quem está acostumado a só ver homem no gramado, a presença feminina serve muito bem para descontraír e limpar as vistas. Um bom colírio”.

Neste recorte apresentado, o jornal sergipano constrói uma narrativa que expõe a mulher enquanto objeto de desejo interligado à sexualização e à objetificação. Assim, a sexualidade é trabalhada em reforço ao imaginário coletivo que desenvolve o ser mulher à expressão da feminilidade, tanto quanto à composição da mulher-mito, que serve aos interesses de uma masculinidade hegemônica (Wittig, 2022; Butler, 2018). Paralelo aos jornais, é possível observar uma das maiores revistas esportivas do Brasil, a Revista Placar, que, em sua construção narrativa, se apropria da relação entre futebol e sexualidade como meio de exposição e rentabilidade.

A aproximação entre o jornal e a revista dá-se pela forma de exploração da imagem da mulher através do discurso pornográfico, que afirma e qualifica a inferiorização da mulher em

relação ao homem. De acordo com Wittig (2022, p. 60), “o discurso pornográfico é uma das estratégias de violência exercida sobre nós: ele humilha, degrada, é um crime contra nossa humanidade”, assim, esse tipo de discurso construído e naturalizado nas páginas de jornais, de revistas e, por sua vez, continuados e compartilhados em larga escala através das redes sociais, serve ao processo de perpetuação da submissão da mulher por meio de estratégias narrativas e de representação social.

Não obstante, a sexualidade nos discursos sobre o futebol é atravessada enquanto símbolo de violência. Segundo afirmam Bandeira e Seffner (2013), o futebol é uma instituição masculina que é produzida e produz masculinidades, diante disso, a rejeição à homossexualidade é tornificada dentro dos ambientes do futebol. Por sua vez, essa rejeição é refletida em episódios de violência para reforçar a marginalização, a expulsão e a negação da homossexualidade, Moura (2017) discute sobre a utilização do termo “bicha” nos estádios de futebol está relacionada ao intuito de desestabilização do jogador, que – dentro daquele cenário social – se manifesta com efeito negativo diante de uma ideologia dominante.

O espaço para debate sobre a sexualidade de mulheres no esporte, sendo marcado pelo preconceito e discriminação, em consequência dos princípios que violentam mulheres em uma estrutura social de negação. Nesse mesmo sentido, Dornelles e Santos (2023, p. 70) apontam que, por convenção, constrói-se um ideal de que “o futebol feminino é visto como fator de masculinização das jogadoras”, assim, segue-se uma lógica de associação entre gênero e sexualidade que promoveria a masculinização e o comportamento homossexual. Essa concepção é fruto da produção das homossexualidades enquanto anormais, pois fogem a normativa da heterossexualidade e, conseqüentemente, dos papéis de gênero socialmente construídos e postulados. Wittig (2022) visualiza esse cenário diante da perspectiva as lésbicas enquanto aquelas que fogem à norma, apontando que

As lésbicas são desertoras, escravas fugidas; as esposas desertoras também o são, e elas existem em todos os países, porque o regime político da heterossexualidade representa todas as culturas. Dessa forma, romper o contrato social heterossexual é uma necessidade para quem não consente com ele (Wittig, 2022, p. 82).

E, diante disso, delineia-se um espectro em torno das lesbianidades em que surgem como um grupo desviante, em que seus símbolos fogem à natureza feminina. Por sua vez, no futebol, a associação entre futebol e mulheres é construída em torno da proibição e do preconceito, em que, durante o governo de Getúlio Vargas, o decreto-lei 3.199/1941 promove a proibição da prática de desportos que não estivessem de acordo com a natureza da mulher,

isso atinge significativamente a prática de futebol por mulheres no Brasil. Com isso, de 1941 até 1979, o futebol de mulheres foi proibido politicamente no país, no entanto, uma proibição moral e representativa ergueu-se e sustentou-se até o tempo presente.

Essa realidade atesta-se, por exemplo, com o regulamento da Federação Paulista de Futebol de 2001, que proibiu jogadoras com cabelo curto de jogarem as partidas de futebol. Insistentemente, é possível observar a gama de comentários – principalmente ao observar as redes sociais – preconceituosos e discriminatórios à presença e à existência de campeonatos de futebol da modalidade de mulheres. Possibilita-se, assim, afirmar que há uma insistência política e social que molda o espaço do futebol como um ambiente opressor às dissidências.

O futebol, dessa forma, usa a sexualidade como estratégia para a violência. Em que, o ser mulher no espaço do futebol está condicionado à masculinização, à lesbianidade enquanto fator negativo e à violência de gênero/sexual. Nesse sentido, a lesbianidade é colocada como matéria de exclusão ou de violência, em que a mulher torna-se vítima da opressão e do assédio devido à sua sexualidade. Assim, ao se tratar da mulher no futebol, a lesbianidade é imposta a condições de violência, em que a concepção histórica e representativa reverbera sobre o espaço como masculino (Franzini, 2023), mas também surge como categoria de luta e de resistência (Fattuma, 2023).

Entre a resistência e a opressão: a lesbianidade no futebol e nas tecnologias

No percurso do futebol, é possível entendê-lo a partir de inúmeras perspectivas enquanto espaço forjado a serviço das masculinidades (Franzini, 2023; Knijnik, 2020). A inserção e a presença da mulher no espaço historicamente masculino rompem o seu princípio formador – seja o da mulher, seja o do futebol –, consolidando àquelas que atravessam a fronteira masculinista do futebol como ameaça e, por sua vez, construindo um não-lugar no futebol. Isto é, aquelas que fazem o futebol – jogando, apitando, dirigindo, torcendo – são questionadas, invalidadas e oprimidas dentro e fora dos estádios, essa construção reverbera sobre ataques e violências morais, sexuais e físicas. Essa realidade age enquanto manutenção das estruturas de dominação e de poder dentro do futebol, em que, mesmo com avanços sociais – como o aumento das transmissões em televisão aberta e serviços na internet que transmitem gratuitamente competições femininas integralmente – é possível observar a insistência de ataques às mulheres que fazem o evento esportivo.

Scott (1995) aponta a categoria de gênero como estruturante inicial para as relações de poder. Assim sendo, entende-se, dentro do futebol, que o gênero é utilizado como forma de

expressão de poder que age de forma simbólica sobre a prática do desporto, que configura a estruturação de uma rejeição do futebol às mulheres através de relações de poder que se apropriam da sexualidade como agente de inferiorização. A normalização do futebol enquanto masculino dá-se não somente pela linguagem generificada (Scott, 1995), mas pela determinação da aceitabilidade da heteronormatividade (Butler, 2018), no qual toda expressão que foge aos segmentos performativos de gênero é posta à marginalização e à discriminação.

Cox e Thompson (2001) discorrem que o discurso sobre a heterossexualidade está interligado às abordagens de gênero e, com isso, contribui-se para a noção de que mulheres que praticam o futebol atravessam as barreiras de gênero e de sexualidade. Diante disso, a condicionante que se dá é a imposição da lesbianidade como categoria negativa àquelas que fazem o futebol. Esse discurso age contra o fazer do futebol, em que afasta meninas e mulheres dos espaços do futebol, devido à violência alicerçada e praticada contra aquelas que fazem o futebol.

Nesse processo constitutivo, é possível entender que os modelos de promover a representação agem enquanto ferramentas que transitam entre formas de opressão e resistência. Isto é, Hall (2022) aponta que os sistemas de representação traduzem a realidade do contexto que é produzido, tal qual Halbwachs (2006) aponta sobre a construção da memória coletiva. Nesse caso, a memória que se perpetua socialmente sobre a lesbianidade qualifica-a como negativa, por sua vez, o desenvolvimento e suas relações sociais entrelaçam-se com modelos negativos, enfrentando processos de opressão e marginalização.

O futebol e a lesbianidade entrelaçam-se justamente em um processo de opressão que, ao ser percebido nas formas de produção da representação do tempo presente, é fortificado pelo anonimato que as redes sociais permitem. Remenche, Machado e Rohling (2020) promoveram um estudo de análise sobre a sexualidade, identidade e femininos através das redes sociais, pontuando que a internet possibilita novos modelos de posicionamento na sociedade, principalmente através dos novos meios de comunicação e interação, como as redes sociais.

Figura 1 - Comentários sobre o futebol de mulheres em redes sociais



Fonte: Imagens retiradas da internet (redes sociais).

Ao analisar as redes sociais, em páginas que divulgam o esporte, é possível perceber como há uma normalização do preconceito e da invalidação constante das mulheres no futebol. A Figura 1 apresenta alguns comentários realizados em distintas redes sociais sobre o futebol de mulheres, a seleção brasileira e a narração de mulheres, inegavelmente, os comentários são violentos, perpassando pelo preconceito, o sexismo e a violência sexual e de gênero. A divulgação de mulheres e suas práticas desportivas reverbera nas redes sociais de maneira similar ao que foi construído social e historicamente, em que a relação gênero e sexualidade torna-se evidente, ao passo que há a destituição da sexualidade como identidade e evocada enquanto matéria de opressão.

Essa correlação tecnológica é observável nas novas formas de comunicação, seja exposições, seja redes sociais, que pluralizam experiência em direção a processos de informação, atingindo divulgação positiva ou negativa. O paralelo assim estabelecido evidencia meios de compreender a presença de mulheres lésbicas nos espaços do futebol profissional e amador. Em que, de certo modo, percorre os processos de ampliação de perspectivas sobre o preconceito e a discriminação que são atravessadas pelas formações de violência de gênero e de sexualidade.

Por outro lado, a lesbianidade pode também agir como agente de resistência dentro da prática do futebol e na ascensão de um discurso sobre os futebóis, admitindo a integração e a diversidade dentro do futebol amador e profissional no Brasil, diante de relações possíveis observada em Lemos (2019) e Fattuma (2023). A presença de jogadoras lésbicas no futebol profissional é uma realidade, sendo assim, a exposição em redes sociais de suas vidas privadas torna-se temática de representatividade dentro e fora dos campos de futebol, apesar disso, essa resistência poucas vezes torna-se temática na imprensa; contrariamente, a vida pessoal de jogadores héteros e cis é conhecida e abordada amplamente em redes sociais e telejornalismo que seguem a conjuntura do futebol tradicional, patriarcal e marginalizador.

Nesse segmento, a lesbianidade por mulheres lésbicas aparece socialmente como eixo de apoio e de resistência. Ao analisar produções de redes sociais, entende-se a simbiose da tecnologia como apoio a ampla divulgação, como canais informativos sobre o futebol de mulheres, que também são organizados por mulheres LGBTQIAP+, como os portais “Dibradoras”, “Passa a bola”, “Fut das Minas”, além de jogadoras e jornalistas que abordam a lesbianidade em suas redes sociais.

Nesse contexto, utiliza-se do cenário tecnológico as possibilidades no intermédio entre o virtual e o físico para a evocação das lesbianidades enquanto resistência. Ao se tratar dessa relação com o futebol, entende-se o Museu do Futebol (SP) como vetor e referência sobre a (re)construção das narrativas do futebol no país, em que parte de uma abordagem que privilegiava um único futebol, de homens e héteros (Moraes, 2009), para uma abordagem dos futebolis, abordando a diversidade existente no futebol e nos futebolis. Logo, ao perpassar pela exposição virtual buscou-se abordar as relações do futebol LGBTQIAP+ no Brasil e seus paralelos sociais em tons à memória e à história.

A exposição promove, assim, o questionamento inicial sobre a construção “o país do futebol”, porém, que omite historicamente a pluralidade do esporte, evidenciando a discussão sobre os futebolis no contexto museal e tecnológico. Nessa perspectiva, é possível visualizar um debate sobre o histórico e social, assim como o surgimento de ligas LGBTQIAP+ no espaço amador do esporte. Do mesmo modo, consegue-se perceber a apresentação de times constituídos por mulheres lésbicas, como a equipe *Madalenas* formada em 2017 na cidade de São Paulo. Torna-se relevante compreender que a exposição, mesmo que divulgadora do futebol LGBTQIAP+, comparativamente, apresenta o maior volume do futebol praticado por homens gays do que mulheres lésbicas ou pessoas transsexuais.

Por sua vez, essa realidade está dentro de uma consequência em relação às violências formadas diante das interseccionalidades sociais; isto é, Wittig (2022, p. 43) aponta que “a base da opressão da mulher é tão biológica quanto histórica”, ou seja, ao observar destaque e ocultamentos compreendidos a partir da relação gênero e sexualidade, é possivelmente compreendido como historicamente a sexualidade é subjugada a condição da mulher e sua opressão. Segundo Goellner (2005), o distanciamento das mulheres do futebol (e de sua representação em espaços sobre o futebol) é resultado da imposição da feminilidade hegemônica sobre a mulher, que atende aos requisitos da branquitude e da heteronormatividade.

Diante disso, consegue-se visualizar que o espaço institucional, de certo modo, insiste em uma narrativa que transita entre a opressão e a resistência. Através das tecnologias, as discussões sobre as lesbianidades e o futebol de mulheres tornam-se possíveis, porém, sujeitas aos ataques preconceituosos e discriminatórios dentro de redes sociais e meios de comunicação. Apesar disso, espaços virtuais como o do Museu do Futebol, permitem o acesso ao conhecimento e a ampliação da noção sobre a pluralidade do futebol e a existência dos futebóis no Brasil.

Considerações finais

A relação entre futebol, mulheres e lesbianidades entrelaçam-se entre dispositivos de opressão e de poder fortificados pela memória e por sistemas de representação. Ao se entender esses três alicerces, pode-se verificar uma construção em torno de marginalização e discriminação, em que a existência de mulheres no futebol está atrelada às proibições, lutas e resistências. Dentro disso, a lesbianidade aparece enquanto identidade, mas que, por vezes, é explorada negativamente e sentido de sexualização e objetificação.

Ao perceber a exposição do Museu do Futebol e as redes sociais, é possível observar as representações enquanto produto e produtores de discursos sobre o futebol de mulheres e suas pluralidades identitárias, similar as composições sociais de períodos passados, como desenvolvidos e conduzidos pelos jornais impressos. Por sua vez, através das novas formas de tecnologia, consegue-se perceber o processo de disseminação de debates acerca do gênero e da sexualidade em evidência no fazer do futebol brasileiro, compreendendo as formas de representação enquanto instrumentos dúbios, em que se pode haver a inclusão e a discriminação.

A introdução desse cenário nos espaços do futebol ocorre de forma massiva, em que o futebol se traduz enquanto reflexo desses debates da sociedade, consequentemente, as marginalizações em torno das sexualidades dissidentes são latentes dentro do esporte. Historicamente, há o desenvolvimento do futebol em torno da relação homem-futebol, enquanto as mulheres são expulsas, consolidando a fundação e a perpetuação do esporte enquanto masculino (Franzini, 2023), como possível de observar através dos periódicos. Essa realidade é consolidada a partir do desenvolvimento de sistema de representação, como pontuado por Hall (2022), que estruturam e formam uma memória que evidencia o pertencimento do futebol aos homens e à heterossexualidade.

O discurso da sexualidade percorre os recortes históricos e de representação, em que a mulher ocupa o espaço no futebol dentro do aspecto da sexualização e da objetificação. Em contrapartida, as mulheres lésbicas que adentram essa “fortaleza masculina” (Knijnik, 2020) são masculinizadas e desumanizadas, ao passo que em ambientes de debates culturais, a presença dessas jogadoras também é suprimida pela presença dos homens. Assim, a expressividade da mulher nesse cenário é condicionada às constantes disputas por existência e pertencimento no cenário social brasileiro.

De modo consequente, o desenvolvimento dessas representações, ainda hoje, relaciona o futebol ao ambiente masculino e heteronormativo, reforçado pelas tecnologias e os veículos de comunicação, como as redes sociais e os telejornais. Mesmo com espaços de resistência e ascensão do futebol de mulheres, ainda há uma constante opressão à modalidade, verificada fortemente por meio dos comentários machistas, sexistas e lgbtfóbicos. Por sua vez, os modelos de resistência também perpassam pelos sistemas de representação e de memória, em que agentes institucionais, como o Museu do Futebol, através das tecnologias, estão passíveis à divulgação do conhecimento e à reorganização das narrativas nacionais, como os futebolis no Brasil.

Fontes

Decreto-Lei 3.199 de 14 de abril de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 jun. 2025.

GAZETA DE SERGIPE, 03/05/1989. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/37657>. Acessado em: 2 jun. 2025.

GAZETA DE SERGIPE, 16/02/1989. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/37542>. Acesso em: 2 jun. 2025.

GAZETA DE SERGIPE, 23/09/1990. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/38476>. Acessado em: 2 jun. 2025.

MUSEU DO FUTEBOL, Diversidade em Campo: Futebol LGBTQIAP+ (2022). Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/diversidade-em-campo-futebol-lgbtqiap-museu-do-futebol/tgVBvQE23FLSYA?hl=pt-BR>. Acesso em: 7 jul. 2025.

Referências

BANDEIRA, Gustavo Andrada; SEFFNER, Fernando. Futebol, gênero, masculinidade e homofobia: um jogo dentro do jogo. **Espaço plural**, v. 14, n. 29, p. 246-270, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445944242012>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BATISTA, Letícia Emília. **Chanacomchana**: um sopro do lesbianismo paulista nos anos de 1980. 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/23360/4/Letícia%20Emília%20Batista.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

CAMARGO, Wagner Xavier de. **Leituras de gênero e sexualidade nos esportes**. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

COX, Barbara; THOMPSON, Shona. Facing the bogey: Women, football and sexuality. **Football Studies**, v. 4, n. 2, p. 7-24, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Barbara-Cox-5/publication/242084098_Facing_the_Bogey_Women_Football_and_Sexuality/links/59cda7f7458515cc6aa4be5f/Facing-the-Bogey-Women-Football-and-Sexuality.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

DAMO, Arlei. Futebóis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política. **FuLiA**, Belo Horizonte/MG, Brasil, v. 3, n. 3, p. 37–66, 2019. DOI: 10.17851/2526-4494.3.3.37-66. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/14644>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

DORNELLES, Priscila Gomes; SANTOS, Jilvania Santana dos. Narrativas de mulheres-jogadoras do interior baiano: rastro generificados do futebol feminino amador em Amargosa/BA. In: KESSLER, Cláudia Samuel; COSTA, Leda Maria da; PISANI, Mariane da Silva. **As mulheres no universo do futebol brasileiro**. Santa Maria: Editora UFSM, 2020, p. 58-75.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da homossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, v. 6, n. 5, dez., p. 8-31, 2012. Disponível em: <<https://julesfalquet.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/05/art-port-romper-o-tabu-da-homossexualidade.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

FATTUMA, Dedê. **Lesbianidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. In: KESSLER, Cláudia Samuel; COSTA, Leda Maria da; PISANI, Mariane da Silva. **As mulheres no universo do futebol brasileiro**. Santa Maria: Editora UFSM, 2020, p. 22-34.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Bela, maternal e feminina**: imagens da mulher na revista educação física. 1999. 174 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2709/000280515.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 143–151, 2005. DOI: 10.1590/S1807-55092005000200005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

KESSLER, Cláudia Samuel. Quais as contribuições das mulheres ao futebol? In: SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; CARVALHO, Ricardo Souza de; PRADO, Denis. **Do futebol moderno aos futebolis transmodernos**: a utopia da diversidade revolucionária. São Carlos: EdUFSCar, 2023, p. 187-198.

KNIJNIK, Jorge. Sou mulher ou futebolista? Ecos do passado e feminismo no futebol brasileiro. In: KESSLER, Cláudia Samuel; COSTA, Leda Maria da; PISANI, Mariane da Silva. **As mulheres no universo do futebol brasileiro**. Santa Maria: Editora UFSM, 2020, p. 188-202.

LEMONS, Ana Carla da Silva. **Movimentos de lésbicas de Pernambuco**: uma etnografia lésbica feminista. 2019. 611 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38040/1/DISSERTAÇÃO%20Ana%20Carla%20da%20Silva%20Lemos.pdf#page=29.61>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUGONES, María. Colonialid y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul.-dez., 2008. Disponível em: <<https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 27-54.

MOITA, Júlia; AHLERT, Martina. Lesbianidade, identidade e Teoria Queer. **Caderno Espaço Feminino**, v. 36, n. 1, p. 189–202, 2023. DOI: 10.14393/CEF-v36n1-2023-11. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/69862>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MOURA, José Carlos da Cunha. O direito em fala: sobre bichas e homens no futebol brasileiro. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 198, nov., p. 70-79, 2017. Disponível em: <<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/114464945/20999-libre.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

PISANI, Mariane da Silva. **'Sou feita de chuva, sol e barro'**: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: doi:10.11606/T.8.2018.tde-11102018-110139. Acesso em: 03 jul. 2025.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>>. Acesso em: 13 jan. 2026.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>>.

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi; MACHADO, Paulo Henrique; ROHLING, Nívea. Discursividades sobre identidade, sexualidade e feminismo em redes sociais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-15, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ref/a/qzTZ9Tc8wLPghX6ZBRDnTLd/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 2 jul. 2025.

SANTANA, Wilton. A necessária intransparência do jogador de futebol. In: SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; CARVALHO, Ricardo Souza de; PRADO, Denis. **Do futebol moderno aos futebolís transmodernos**: a utopia da diversidade revolucionária. São Carlos: EdUFSCar, 2023, p. 109-132.

SANTOS, Ana Cristina Conceição. Lésbicas negras (re)existindo no movimento LGBT. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 331-345.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257862/000037108.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Dick' Kerr Ladies: uma história de mulheres, futebol, violência simbólica e resistência. In: SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; CARVALHO, Ricardo Souza de; PRADO, Denis. **Do futebol moderno aos futebolís transmodernos**: a utopia da diversidade revolucionária. São Carlos: EdUFSCar, 2023, p. 219-234.

TOLEDO, Luiz Henrique; CAMARGO, Wagner Xavier. Futebol dos futebolís: dissolvendo valências simbólicas de gênero e sexualidade por dentro do futebol. **FuLiA**, Belo Horizonte/MG, Brasil, v. 3, n. 3, p. 93–107, 2019. DOI: 10.17851/2526-4494.3.3.93-107. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/14646>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Violência política interseccional: lesbofobia contra deputada estadual de Minas Gerais*Intersectional political violence: lesbophobia against a state deputy from Minas Gerais*Deborah Ramos da Silva¹, UNIFESP**Resumo**

A participação das mulheres na política brasileira tem sido historicamente marcada por exclusão estrutural e cultural, evidenciada pelo atraso na conquista do direito ao voto e pela persistente sub-representação nos espaços de poder. Inspirado em uma perspectiva interseccional, este artigo articula o debate sobre os feminismos no Brasil e sobre a violência política de gênero para analisar o caso da deputada estadual Bella Gonçalves (PSOL-MG), alvo de ameaças misóginas e lesbofóbicas em 2023. A partir de autoras dos estudos feministas e da interseccionalidade, bem como da literatura recente sobre violência contra mulheres na política, discute-se como gênero, sexualidade e posição político-ideológica se combinam na produção de formas específicas de violência destinadas a silenciar mulheres lésbicas de esquerda. O texto também examina as respostas institucionais em âmbito nacional e estadual, com destaque para a Lei nº 14.192/2021 e para a Lei mineira nº 24.466/2023, indicando limites e potencialidades desses marcos legais para a garantia da participação política igualitária. Conclui-se que o caso analisado explicita a necessidade de políticas públicas e de transformações culturais que enfrentem a lesbofobia como dimensão constitutiva da violência política de gênero no Brasil.

Palavras-chave: Mulheres LGBTQIA+ na política; violência política de gênero; interseccionalidade; Bella Gonçalves; sub-representação das mulheres.

Abstract

The participation of women in Brazilian politics has historically been marked by structural and cultural exclusion, evidenced by the delayed achievement of suffrage rights and the persistent underrepresentation of women in positions of power. Inspired by an intersectional perspective, this article brings together debates on feminisms in Brazil and on gender-based political violence to analyze the case of state deputy Bella Gonçalves (PSOL-MG), who was targeted by misogynistic and lesbophobic threats in 2023. Drawing on feminist and intersectionality scholarship, as well as recent literature on violence against women in politics, it discusses how gender, sexuality, and political-ideological positioning combine to produce specific forms of violence aimed at silencing leftist lesbian women. The text also examines institutional responses at the national and state levels, with emphasis on Federal Law No. 14,192/2021 and Minas Gerais State Law No. 24,466/2023, highlighting the limits and potential of these legal frameworks for guaranteeing equal political participation. It concludes that the case under analysis makes explicit the need for public policies and cultural transformations that address lesbophobia as a constitutive dimension of gender-based political violence in Brazil.

Keywords: LGBTQIA+ women in politics; gender-based political violence; intersectionality; Bella Gonçalves; underrepresentation of women.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestra em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bacharela em Comunicação Social/ Jornalismo pela Faculdade Paulus de Comunicação (FAPCOM).

Introdução

A conquista do direito ao voto foi um marco fundamental na luta feminista, representando não apenas o reconhecimento formal da cidadania plena das mulheres, mas também a afirmação de seus interesses políticos autônomos. Durante décadas, o sufrágio feminino foi entendido como uma ferramenta de acesso aos espaços de poder, com potencial para transformar a estrutura patriarcal da política tradicional. O voto, nesse contexto, simbolizava a possibilidade de expressão coletiva das mulheres e a legitimação de suas demandas no debate público. No entanto, mesmo após essa conquista histórica, observou-se que a inserção efetiva das mulheres nos espaços de decisão política permaneceu limitada. A elite política continuou predominantemente masculina, refletindo não só barreiras institucionais, mas também culturais e simbólicas que restringem a presença feminina na política, realidade que, como mostram análises sobre os feminismos no Brasil, está longe de ser superada. Como apontam Pinto (2003; 2002) e Avelar (2001; 2004), a história do feminismo no Brasil não pode ser compreendida apenas como uma narrativa linear de conquistas, mas como um processo marcado por disputas internas, tensões com o Estado e rearticulações constantes entre movimentos e instituições. Em suas análises, as autoras evidenciam como, desde a redemocratização, os feminismos brasileiros combinaram estratégias de contestação e de institucionalização, ocupando conselhos, secretarias e espaços de formulação de políticas públicas ao mesmo tempo em que mantiveram agendas de crítica à ordem patriarcal (Pinto, 2003; Avelar, 2001). Essa trajetória ajuda a entender por que a ampliação da presença de mulheres na política institucional convive, ainda hoje, com fortes resistências e com a permanência da violência política de gênero (Avelar, 2004).

Nas décadas finais do século XX, a sub-representação das mulheres no poder passou a ocupar o centro das preocupações do movimento feminista. Houve, nesse período, uma revalorização das instâncias estatais como espaços legítimos de disputa e uma mudança de perspectiva estratégica: o feminismo começou a repensar sua histórica aversão à política institucional, postura predominante até os anos 1970. Como destaca Miguel (2014), essa transformação implicou em uma aceitação pragmática das estruturas políticas existentes e uma redução da visão utópica que antes priorizava formas radicais e autônomas de ação coletiva, abrindo espaço para a aposta em reformas eleitorais, cotas de gênero e políticas públicas voltadas à equidade. Dialogando com essa perspectiva, autoras como Céli Pinto e Lúcia Avelar demonstram que a história do feminismo no Brasil combina momentos de confronto com o Estado e de institucionalização das agendas, em um movimento de “ida e

volta” entre ruas, movimentos e aparelhos governamentais. No contexto brasileiro, essa mudança coincidiu com o processo de redemocratização. Durante o final do regime militar, o movimento feminista passou a ocupar espaços estatais por meio da criação de organismos governamentais voltados à promoção da igualdade de gênero. Foram instituídos os primeiros conselhos estaduais dos direitos das mulheres, as delegacias especializadas no atendimento a mulheres vítimas de violência, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) e, posteriormente, em 2003, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Essas iniciativas representaram conquistas importantes da articulação feminista com o Estado, configurando uma nova fase da luta por direitos: a institucionalização da agenda de gênero como política pública. Sarti (2004) chama atenção para o fato de que as violências dirigidas às mulheres, inclusive na esfera política, não podem ser vistas como desvios individuais, mas como expressões de uma ordem social que naturaliza a desigualdade de gênero, o que ajuda a compreender por que a ampliação de mecanismos institucionais convive com a permanência de práticas de deslegitimação (Sarti, 2004).

A baixa representatividade feminina na política brasileira é resultado de um processo histórico de exclusão das mulheres do espaço público e da tomada de decisões. Enquanto os homens tiveram acesso ao voto desde 1532, as mulheres só conquistaram esse direito em 1932, evidenciando um atraso de três séculos na inclusão feminina no sistema político. Dados do Observatório do Legislativo Brasileiro (Olb, 2020) ilustram essa desigualdade: dos 7.333 deputados que haviam passado pela Câmara dos Deputados, apenas 266 eram mulheres. Esses números revelam a persistente sub-representação feminina no Legislativo brasileiro, mesmo após quase dois séculos de existência da instituição. A superação desse cenário exige políticas afirmativas, marcos legais de proteção à participação das mulheres e uma mudança cultural que enfrente o legado histórico de exclusão, o que inclui reconhecer a especificidade das violências dirigidas a mulheres negras, lésbicas e pertencentes a partidos de esquerda.

A violência política contra a mulher configura-se como uma das maiores barreiras à ampliação da participação feminina nos espaços de poder no Brasil. Apesar de a igualdade entre os gêneros estar formalmente garantida em textos legais, na prática, o espaço público continua majoritariamente masculino, enquanto o espaço privado permanece socialmente atribuído às mulheres. Essa realidade não é exclusividade brasileira, mas o ritmo lento do aumento da representatividade feminina coloca o país em uma posição preocupante no cenário internacional. Diversos estudos indicam razões que explicam a predominância

masculina nos cargos de poder, reforçando a persistência dessa desigualdade em praticamente todo o mundo (Backes, 2021; Fox; Lawless, 2012; Fraser, 2007; Sacchet; Speck, 2012).

Segundo dados da Interparliamentary Union (IPU), em outubro de 2022, o Brasil ocupava a 144ª posição entre 193 países na participação de mulheres na política, figurando entre os últimos colocados na América Latina, à frente apenas do Haiti. Essa situação corrobora a persistência da sub-representação feminina e os desafios enfrentados por candidatas e parlamentares, que frequentemente sofrem violência política de gênero expressa em preconceitos, discriminação e ameaças que visam coibir sua atuação.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), ao completar 190 anos de existência em 2025², registra na atual legislatura um marco inédito em sua história institucional: a presença de 15 deputadas estaduais, configurando a maior representatividade feminina já alcançada no parlamento mineiro. Este número corresponde a 19% das cadeiras legislativas, superando a média nacional de 17% de mulheres nos demais legislativos estaduais, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral Mulheres (2022). Com esse resultado, Minas Gerais ocupa a segunda posição no ranking nacional de estados com maior número de deputadas estaduais eleitas nas eleições de 2022.

Apesar desse avanço significativo, a paridade de gênero no espaço político-legislativo ainda está longe de ser concretizada. Em Minas Gerais, a primeira representação feminina na ALMG ocorreu somente três décadas depois, em 1963, quando Maria Pena e Marta Nair Monteiro tomaram posse como deputadas estaduais na 5ª Legislatura. Desde então, apenas 47 mulheres foram eleitas para a Casa, sendo que apenas cinco ocuparam cargos na Mesa Diretora.

Entre 2014 e 2022, observou-se um crescimento expressivo da participação feminina na ALMG. Enquanto em 2014 havia apenas cinco parlamentares mulheres representando 6,5% do total, esse número triplicou na legislatura atual, refletindo uma tendência de maior inclusão e mobilização de candidaturas femininas no Estado. No entanto, a sub-representação ainda persiste e revela a necessidade de políticas públicas e partidárias que promovam condições equitativas de acesso das mulheres ao poder legislativo.

Entre a representatividade e o silenciamento

² Mulheres: da invisibilidade à maior bancada feminina da ALMG. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Mulheres-da-invisibilidade-a-maior-bancada-feminina-da-ALMG/>. Acesso em: julho de 2025.

A presença de mulheres em cargos eletivos representa não apenas um avanço democrático, mas também uma importante referência simbólica e prática para a ampliação da participação feminina na política. Mulheres eleitas funcionam como modelos de identificação para outras mulheres, tornando-se fonte de inspiração e reforçando a percepção de que o espaço público e os postos de poder também lhes pertencem. A escassez de mulheres nesses cargos, contudo, contribui para a manutenção de um cenário excludente e para a reprodução da ideia de que o ambiente político é intrinsecamente masculino.

Esse fenômeno configura um ciclo de retroalimentação, no qual a baixa representação feminina naturaliza a exclusão das mulheres da política, criando barreiras adicionais à sua inserção e dificultando a alteração desse quadro. Assim, o problema não reside na falta de interesse ou vontade política das mulheres, mas sim nas desigualdades estruturais que moldam o acesso aos espaços de poder, como a distribuição desigual de recursos, o controle masculino sobre os partidos e o preconceito de gênero ainda presente na cultura política brasileira.

Apesar da existência de dispositivos legais voltados à promoção da participação feminina como as cotas de gênero previstas na legislação eleitoral brasileira desde a década de 1990, os avanços normativos e jurisprudenciais não têm sido suficientes para alterar substancialmente a realidade de sub-representação. A persistência dessa disparidade revela a necessidade de ações mais incisivas, tanto no âmbito institucional quanto no cultural, a fim de garantir condições equitativas de disputa eleitoral e fortalecer a democracia representativa no país.

A promulgação da Lei nº 14.192/2021³, que tipifica e criminaliza a violência política contra a mulher, e da Lei nº 14.197/2021⁴, que reforça o Estado Democrático de Direito, representa um avanço importante no arcabouço normativo brasileiro. Essas legislações

³ Após mais de 25 anos de inatividade, em 2007, o projeto de lei, juntamente com suas proposições apensadas foi reconstituído pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Naquele mesmo ano, a proposição foi redistribuída à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, demonstrando uma tentativa de retomar o debate legislativo sobre o tema. Em 2015, houve uma nova mobilização parlamentar visando sua tramitação, com a solicitação para a criação de uma comissão especial que pudesse analisar o mérito da proposta de forma mais aprofundada.

Todavia, foi apenas em 2021 que se chegou, de fato, a um consenso político em torno da matéria. Esse avanço se deu por meio de um amplo acordo entre lideranças partidárias, consolidado no parecer técnico apresentado pela deputada Margarete Coelho (PP). A construção desse consenso representou um marco significativo no processo legislativo, possibilitando o avanço de uma pauta há décadas paralisada no Congresso Nacional.

⁴ Publicada em 2 de setembro de 2021, a norma foi sancionada com vetos e acrescenta um título específico ao Código Penal, tipificando condutas como abolição violenta do Estado democrático de direito, golpe de Estado, e crimes contra o processo eleitoral e a liberdade de manifestação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14197.htm. Acesso em: julho de 2025.

oferecem ferramentas jurídicas para prevenção, repressão e combate à violência de gênero no âmbito político, legitimando o debate e fortalecendo as respostas institucionais.

Contudo, a existência dessas leis, embora fundamental, não é suficiente para garantir a efetiva participação feminina na política. O enfrentamento da violência política contra a mulher requer a implementação de políticas públicas específicas, a mudança cultural que desconstrua estereótipos de gênero, e a regulação eficaz das plataformas digitais, espaços em que muitas dessas agressões são perpetradas como a lesbofobia.

Em 2023, Bella Gonçalves que é deputada estadual de Minas Gerais, militante do PSOL e ativista LGBTQIA+ foi alvo de duas ameaças graves que revelam o caráter misógino e homofóbico da violência política contra ela. O primeiro e-mail enviado continha uma mensagem explícita para que renunciasse ao mandato, afirmando: "Seremos breves: você é lésbica e por isso sua presença não será mais tolerada." Inicialmente, a deputada optou por não divulgar publicamente o conteúdo da ameaça, buscando evitar repercussões que pudessem agravar a situação.

Contudo, após o recebimento de uma segunda ameaça, dirigida também às vereadoras Iza Lourença e Cida Gonçalves, todas do PSOL e pertencentes à comunidade LGBTQIA+, a gravidade dos ataques tornou-se pública. A mensagem fazia referência ao "estupro corretivo" como uma suposta "terapia cognitiva para curar a lesbianidade", e o autor afirmava a intenção de ir até as residências das parlamentares para realizar tal "prática". Essa ameaça reflete não apenas um ato de violência física iminente, mas também a perpetuação de um discurso de ódio que busca naturalizar práticas de tortura e violação como forma de punição pela orientação sexual. Kuperberg (2017) define os atos acima como violência contra mulheres na política (VCMP):

[...] ameaças de violência que resultam em dano ou sofrimento físico, psicológico ou simbólico a mulheres envolvidas ou associadas à política. A violência contra mulheres na política difere de outras formas de violência porque: (1) enfatiza o ambiente político; (2) centra-se nas vítimas e sobreviventes da violência neste caso, mulheres na política em vez de políticos acusados de violência; e (3) possui implicações para a democracia global e a igualdade de gênero (Kuperberg, 2017 p. 2).

Após a denúncia pública das ameaças sofridas em 2023, a violência contra as parlamentares do PSOL intensificou-se. A vereadora Iza Lourença passou a receber novas mensagens contendo dados pessoais sensíveis, revelando um grau maior de organização e vigilância por parte dos agressores. Um dos e-mails mais graves descrevia, com detalhes, cenas de estupro e assassinato dirigidas à filha da parlamentar. O conteúdo das ameaças teve

forte impacto psicológico, especialmente por sua dimensão personalizada. Segundo Marzullo (2023), Iza afirmou: “É um grupo que pesquisou sobre as nossas vidas, sabe nossos dados pessoais. Essa ameaça personalizada mexe muito mais.”

Esse tipo de ataque revela não apenas a violência simbólica e verbal⁵, mas também o uso de inteligência digital para monitoramento, o que agrava a sensação de vulnerabilidade das vítimas e desafia os sistemas de proteção institucional. A personalização das ameaças representa uma nova fase da violência política de gênero, mais elaborada, invasiva e intimidadora, cujo objetivo é desestabilizar emocionalmente e impedir o exercício legítimo do mandato.

Além da ameaça à integridade física e psicológica, essas práticas têm como efeito colateral e intencional o bloqueio do exercício das funções parlamentares. Bella Gonçalves relatou que, no momento das ameaças, estava mobilizando assinaturas para uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o transporte público. Segundo a deputada: “Eles questionam justamente o lugar das mulheres na política. Isso tudo atrapalha o nosso trabalho, obstrui.” A declaração da parlamentar evidencia que essas ameaças não são apenas ataques pessoais, mas formas de obstrução política sistemática. Trata-se de um esforço coordenado para deslegitimar mulheres no espaço público, especialmente aquelas que representam pautas de gênero, diversidade sexual e justiça social.

Em 2023, o estado de Minas Gerais deu um passo inédito no enfrentamento à violência de gênero no espaço político, com a sanção da Lei nº 24.466, que institui o Programa de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Política contra a Mulher. A iniciativa teve origem em projeto de lei apresentado na ALMG, de autoria das deputadas Ana Paula Siqueira (Rede), Andréia de Jesus (PT), Beatriz Cerqueira (PT) e Leninha (PT).

⁵ Além das formas explícitas de violência política de gênero, há práticas cotidianas que, embora não tipificadas como crime, produzem efeitos igualmente desestabilizadores e silenciadores para as mulheres no espaço público. Essas práticas, muitas vezes invisibilizadas ou naturalizadas, configuram formas sutis de violência simbólica e emocional, operando como mecanismos de controle social e deslegitimação. Entre essas “práticas invisíveis” estão: *gaslighting*: forma de manipulação psicológica na qual a vítima é levada a duvidar de sua sanidade, memória ou percepção, sendo gradualmente desacreditada por si mesma e por outros ao seu redor. Essa prática tem efeito profundamente desestabilizador, especialmente quando aplicada de forma sistemática em ambientes de poder; *mansplaining*: explicação condescendente ou desnecessária oferecida por um homem a uma mulher, pressupondo a inferioridade de seu conhecimento, mesmo quando ela é especialista no assunto. Essa atitude reflete a desvalorização da competência feminina e o reforço de uma hierarquia de saber baseada em gênero; *maninterrupting*: interrupção recorrente da fala de mulheres por homens, impedindo que expressem plenamente seus argumentos. Essa prática contribui para a marginalização da voz feminina nos debates e discussões, inclusive no parlamento e nos meios de comunicação, e *bropropriating*: apropriação de ideias originalmente apresentadas por mulheres, que são posteriormente reivindicadas por homens como se fossem suas. Tal prática revela um padrão de apagamento intelectual feminino e de reconfiguração autoral que reforça a centralidade masculina na produção de conhecimento e decisões. (Yoshida, 2023).

A legislação estabelece diretrizes para prevenir, combater e punir manifestações de assédio, intimidação, discriminação e outras formas de violência voltadas especificamente contra mulheres em razão de sua atuação política. O programa busca garantir condições de igualdade na participação política, promover ações educativas e fomentar mecanismos institucionais de acolhimento e denúncia, configurando-se como uma resposta concreta à escalada de casos de violência política de gênero no cenário brasileiro. É importante frisar que a Lei incorpora uma abordagem interseccional ao reconhecer que a discriminação de gênero, na esfera política, se manifesta de forma agravada quando combinada com fatores como raça, cor, etnia, classe social, orientação sexual e religiosidade. O texto legal explicita que o programa buscará combater toda e qualquer forma de discriminação que tenha como finalidade ou resultado de impedir ou prejudicar o exercício dos direitos políticos das mulheres.

Essa formulação evidencia um avanço importante ao adotar um olhar sensível às múltiplas vulnerabilidades que atravessam a vivência das mulheres na política. Mulheres negras, indígenas, periféricas, LGBTQIA+ ou de religiões de matriz africana, por exemplo, enfrentam formas de violência que não se limitam ao gênero, mas que interagem com outras estruturas de exclusão e opressão social. Ao incorporar esses marcadores sociais, a legislação mineira aproxima-se de uma perspectiva de justiça social ampliada, conforme defendido por autoras como Kimberlé Crenshaw (1989), ao tratar da noção de interseccionalidade como chave para compreender as desigualdades políticas.

A promulgação da Lei nº 24.466 tornou Minas Gerais o primeiro estado brasileiro a aprovar uma legislação específica sobre o tema, assumindo protagonismo nacional no enfrentamento à violência política contra as mulheres. A medida também se alinha à Lei Federal nº 14.192/2021.

Violência política inclui lesbofobia

Segundo Kuperberg (2017), o campo de estudo da violência contra mulheres na política ainda é recente, a ponto de ser mais adequado tratá-lo como um território em construção do que simplesmente como um conjunto de “lacunas” na literatura. Esse esforço inicial de sistematização tem se concentrado, sobretudo, na conceitualização da violência contra mulheres na política (VCMP), na identificação de suas formas empíricas e no mapeamento de episódios em diferentes contextos nacionais, com destaque para contribuições de Krook (2017) e Krook & Restrepo Sanín (2016). Em diálogo com essas autoras, Kuperberg

propõe compreender a VCMP como um conjunto de práticas que produzem dano físico, psicológico ou simbólico contra mulheres envolvidas ou associadas à política, enfatizando que elas são atacadas não apenas porque são atores políticos, mais precisamente porque são mulheres ocupando o espaço político.

Nesse sentido, a definição de Kuperberg, segundo a qual a VCMP enfatiza o ambiente político, centra-se nas vítimas e “possui implicações para a democracia global e a igualdade de gênero”, contribui para evidenciar que esses ataques não se restringem à esfera individual, mas colocam em xeque a própria qualidade da representação democrática. Krook (2017) reforça essa dimensão ao argumentar que a violência contra mulheres na política cumpre a função de “policiar as fronteiras” de quem pode participar legitimamente da vida pública, operando como mecanismo de exclusão que reafirma a masculinização dos espaços de poder. Ao articular esses aportes, torna-se possível compreender as ameaças sofridas por parlamentares como Bella Gonçalves não como episódios isolados, mas como parte de uma estratégia mais ampla de disciplinamento de corpos e vozes dissidentes.

Entretanto, a teoria da interseccionalidade mostra que a categoria “mulheres” não é homogênea e que as violências não incidem de forma uniforme sobre todas. Diferentes marcadores sociais como raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero, território ou religiosidade se cruzam e produzem experiências específicas de vulnerabilização. Autoras do feminismo negro, como Kimberlé Crenshaw, lembram que múltiplas formas de opressão não se somam de maneira “meramente aditiva”, mas se articulam como sistemas simultâneos que geram efeitos qualitativamente distintos. King (1988) já havia argumentado, antes mesmo da popularização do termo interseccionalidade, que a condição de “*multiple jeopardy*” produz uma “*multiple consciousness*”, isto é, uma consciência que se forma a partir da vivência entrecruzada de racismo, sexismo, classismo e outras formas de dominação.

Embora o conceito de interseccionalidade tenha sido cunhado por Crenshaw no final dos anos 1980, suas bases foram elaboradas por coletivos e autoras como o Combahee River Collective e Sojourner Truth, além de ativistas em diferentes partes do mundo, como destaca Tormos (2017). Essa trajetória ajuda a entender por que Yuval-Davis (2006) chama atenção para os riscos de descontextualizar o conceito quando ele é transposto automaticamente para outros cenários, como o brasileiro, sem considerar sua origem no feminismo negro norte-americano. Ainda assim, ao reconhecer que a interseccionalidade foi incorporada a normativas e debates internacionais sobre direitos humanos, torna-se possível mobilizá-la de

forma crítica para analisar situações concretas de violência política, desde que se preserve seu compromisso com a denúncia de opressões múltiplas e estruturais.

No caso específico da lesbofobia, a interseccionalidade permite enxergar como gênero e sexualidade se articulam na produção de violências dirigidas contra parlamentares lésbicas. Em sociedades patriarcais e heteronormativas, o mecanismo sexo/gênero funciona como instrumento de controle social, definindo papéis considerados “adequados” para mulheres e homens e marginalizando identidades dissidentes. Scott (1989) propõe compreender gênero como uma categoria relacional e histórica que organiza o poder e a diferença; Saffioti (2001; 2004), por sua vez, mostra como esses arranjos de gênero estruturam a dominação masculina, naturalizando a subordinação feminina e a exclusão de mulheres do espaço público. Quando essas normas são desafiadas por mulheres que se assumem lésbicas e ocupam cargos eletivos, o resultado é frequentemente a intensificação de violências que combinam misoginia e homofobia.

Rich (2010) contribui para esse debate ao formular a noção de “heterossexualidade compulsória”, destacando que a imposição da norma heterossexual não se limita à esfera privada, mas organiza instituições, políticas e expectativas sociais. Mulheres lésbicas que rompem com esse regime tornam-se alvo de múltiplas formas de violência, que vão desde agressões simbólicas e institucionais até práticas extremas, como o chamado “estupro corretivo”, utilizado como instrumento de punição e disciplinamento. No campo político, tais violências assumem um caráter particularmente grave, pois buscam não apenas regular a sexualidade, mas impedir o exercício de mandatos e silenciar agendas ligadas a direitos LGBTQIA+, justiça social e igualdade de gênero.

Historicamente, a simples presença de mulheres lésbicas em espaços de visibilidade seja na cultura, seja na política tem desencadeado reações virulentas, evidenciando o incômodo produzido pela quebra das normas de gênero e sexualidade hegemônicas. Estudos como os de Andrêo et al. (2016) e Gato *et al.* (2015) mostram que a homofobia e a lesbofobia operam como dispositivos que reforçam o binarismo de gênero e a centralidade da heterossexualidade, recorrendo à violência como ferramenta de coerção normativa. No caso de parlamentares lésbicas, a combinação entre alta visibilidade, atuação em pautas progressistas e desafio à ordem heteronormativa torna-as alvos estratégicos de campanhas de ódio, ameaças e intimidação, cuja finalidade é retirar essas mulheres da cena pública e sinalizar a outras que seu ingresso na política terá um custo elevado.

Assim, quando se afirma que a violência política inclui a lesbofobia, não se trata apenas de acrescentar mais uma categoria à lista de motivações possíveis desses ataques. Trata-se de reconhecer que a lesbofobia é componente constitutivo de certas formas de violência política de gênero, especialmente quando dirigidas a mulheres que articulam, em suas trajetórias, identidades feministas, lésbicas e de esquerda. Uma abordagem interseccional, nesse sentido, permite compreender que o caso de Bella Gonçalves não pode ser reduzido a “violência de gênero” em abstrato, mas deve ser analisado como expressão de uma violência política interseccional, em que gênero, sexualidade, classe, raça e posicionamento político-ideológico se entrecruzam na produção de ameaças, insultos e tentativas de silenciamento. No contexto da política, essa perspectiva revela que as mulheres não constituem um grupo homogêneo, e suas experiências e desafios são variados, pois são atravessadas por diferentes eixos de discriminação e privilégios.

Apenas em maio 2025, a justiça de Minas Gerais condenou um homem a 12 anos e 9 meses de prisão, em regime inicial fechado, por ameaçar a deputada Bella Gonçalves. As investigações relacionadas ao caso tiveram início em 2023 após os casos acima narrados e culminaram na deflagração da Operação Di@na⁶, conduzida de forma integrada pelo Ministério Público, Polícia Civil e Polícia Militar. Essa ação resultou na prisão do acusado na cidade de Olinda, estado de Pernambuco. A operação teve papel fundamental na desarticulação do grupo responsável pelas ameaças e pela propagação de discursos de ódio contra parlamentares estaduais, especialmente direcionados a mulheres lésbicas, evidenciando a complexidade e a gravidade da violência política de gênero no contexto digital. O réu, identificado pelos apelidos “Leon” e “Grow”, atuava em fóruns online conhecidos como “chans”, em que promovia conteúdos de pornografia infantil, violência explícita e neonazismo. Além das ameaças às parlamentares, ele também foi condenado por coagir adolescentes a se automutilarem e a enviarem fotos íntimas.

Cabe ressaltar que, no caso de Bella Gonçalves, essa combinação de marcadores ganha contornos ainda mais específicos pelo fato de ela compor, junto com a vereadora Moara Saboia (PT), um casal lésbico com atuação pública no mesmo campo político. A literatura sobre violência contra mulheres na política (Krook, 2017; Kuperberg, 2017) indica que trajetórias que fogem ao modelo hegemônico de família heterossexual tendem a ser alvos privilegiados de campanhas de deslegitimação, pois desestabilizam simultaneamente normas

⁶ O nome da operação faz referência à deusa grega Artemis, conhecida como Diana na mitologia romana, protetora das mulheres e das crianças, simbolizando a busca por justiça e segurança para as vítimas de violência de gênero.

de gênero, sexualidade e poder. Em contextos nos quais casais heterossexuais de políticos costumam ser apresentados como ativo eleitoral e recurso de capital simbólico, a presença de um casal de mulheres de esquerda no parlamento e na Câmara Municipal opera como contraponto incômodo, tornando-as alvo de violências que articulam misoginia, lesbofobia e antipetismo/antiesquerda. Nesse sentido, a situação vivida por Bella e Moara confirma a tese interseccional de que diferentes eixos de opressão se combinam na produção de formas específicas de violência, dirigidas justamente a quem encarna, em sua vida afetiva e em sua atuação institucional, o desafio mais frontal à ordem patriarcal e heteronormativa.

A centralidade da posição político-ideológica na produção dessas violências torna-se ainda mais evidente quando aproximamos o caso de Bella Gonçalves do assassinato de Marielle Franco (PSOL), vereadora negra, bissexual e de esquerda, também vinculada a um partido do campo progressista. Assim como Bella, Marielle encarnava, em sua trajetória, a interseção entre gênero, sexualidade, raça, território e militância por direitos humanos, o que a tornou alvo exemplar de uma estratégia de terror político dirigida a sujeitos que desafiam a ordem patriarcal, racista e heteronormativa. Ao articular os casos de Marielle e Bella, percebe-se que não se trata apenas de violência “contra mulheres” em abstrato, mas de uma violência política interseccional que mira, de modo preferencial, mulheres negras e lésbicas/bissexuais de esquerda, com atuação em agendas feministas, antirracistas e LGBTQIA+. Esses casos, ao mesmo tempo singulares e paradigmáticos, evidenciam como o cruzamento entre gênero, sexualidade e posição político-ideológica produz formas específicas de silenciamento, que vão de ameaças reiteradas até o extremo da eliminação física.

Considerações finais

A análise da participação das mulheres na política brasileira, especialmente à luz do caso da deputada Bella Gonçalves e das iniciativas legislativas em Minas Gerais, revela a coexistência de avanços normativos com persistentes barreiras estruturais, culturais e simbólicas. Leis como a Lei nº 14.192/2021, em âmbito federal, e a Lei nº 24.466/2023, no estado de Minas Gerais, constituem marcos relevantes no enfrentamento à violência política de gênero, ao reconhecerem a especificidade das agressões dirigidas a mulheres em razão de sua atuação pública e ao estabelecerem mecanismos de prevenção e responsabilização. Essas conquistas, contudo, operam dentro de um contexto em que a sub-representação feminina permanece como dado central do sistema político, o que limita o alcance transformador dos

dispositivos legais e evidencia a necessidade de mudanças mais profundas nas estruturas de poder.

O caso de Bella Gonçalves permite visualizar, de forma particularmente nítida, como a violência política se torna interseccional quando dirigida a mulheres que rompem simultaneamente com padrões de gênero, sexualidade e posição político-ideológica. As ameaças misóginas e lesbofóbicas sofridas por ela e por outras parlamentares LGBTQIA+ demonstram que a atuação política de mulheres lésbicas de esquerda continua a ser percebida, por setores conservadores da sociedade, como uma afronta à ordem tradicional de gênero e sexualidade. Ao mesmo tempo, evidenciam que a lesbofobia não é um elemento localizado na esfera privada, mas uma dimensão constitutiva de determinadas formas de violência política de gênero, que buscam tanto regular corpos e sexualidades quanto silenciar agendas ligadas a direitos humanos, justiça social e diversidade.

A perspectiva interseccional adotada neste estudo, em diálogo com autoras feministas e com a literatura sobre violência contra mulheres na política, mostra que essa violência não é homogênea: atinge de maneira mais intensa mulheres negras, indígenas, lésbicas, periféricas, de religiões não hegemônicas e vinculadas a projetos políticos progressistas. Em Minas Gerais, esse quadro ganha contornos específicos, na medida em que o estado se afirma, simultaneamente, como referência nacional na aprovação de legislação de enfrentamento à violência política contra mulheres e como cenário de ataques sistemáticos dirigidos a parlamentares que encarnam identidades e pautas dissidentes. Minas torna-se, assim, um laboratório privilegiado para observar tanto a potência quanto os limites de respostas institucionais inspiradas na interseccionalidade.

Conclui-se, portanto, que o combate à violência política contra as mulheres exige mais do que a criação de tipos penais e programas específicos: requer transformar as formas de fazer política, redistribuir recursos e posições de poder e disputar as representações sociais sobre quem pode ocupar legitimamente o espaço público. O fortalecimento de políticas como as previstas na Lei nº 24.466, articulado à atuação vigilante do sistema de justiça, à regulação das plataformas digitais, à responsabilização efetiva de agressores e à valorização de lideranças femininas interseccionais, é condição para ampliar a segurança e a liberdade de atuação de mulheres como Bella Gonçalves. Apenas nesse horizonte será possível avançar em direção a uma democracia que seja, de fato, plural, inclusiva e capaz de acolher a diversidade de corpos, identidades e projetos políticos que compõem a sociedade brasileira.

Fontes

PORTAL DE DADOS ABERTOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara dos Deputados no Brasil**: uma história de sub-representação das mulheres. Disponível em: <<https://olb.org.br/camara-dos-deputados-no-brasil-uma-historia-de-sub-representacao-das-mulheres/>>. Acesso em: jul. 2025.

Referências

ANDRÊO, Caio.; PERES, Willian.; TOKUDA, André; SOUZA, Leonardo. Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Marília, v. 16, n. 1, p. 46-67, 2016. Disponível em:

<https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812016000100004>.

Acesso em: jul. 2025.

AVELAR, Lúcia. Participação política das mulheres: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BACKES, Ana Luiza. **Mulheres na política**: uma análise internacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2021. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40109>>. Acesso em julho 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. Entrando na arena? gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 129-163, ago. 2012.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, 2007.

KING, Deborah K. Multiple jeopardy, multiple consciousness. **Signs**, v. 14, n. 1, p. 42–72, 1988.

KROOK, Mona Lena. Violence against women in politics. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, p. 74–88, 2017.

____; RESTREPO SANÍN, Juliana. Violence against women in politics: A defense of the concept. **Política y Gobierno**, v. 23, n. 2, p. 459–490, 2016.

KUPERBERG, Rebecca. **Sexual violence against women in politics**. Manuscrito não publicado, 2017.

MARZULLO, Luísa. Em Minas, parlamentares do PSOL recebem ameaças de “estupro corretivo” como “cura lésbica”. **O Globo**, 21 ago. 2023. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/08/21/em-minas-tres-parlamentares-do-psol-recebem-ameacas-de-estupro-corretivo-como-cura-lesbica.ghml>>. Acesso em: jul. 2025.

MATOS, Marlise; GONÇALVES, Viviane; MONTEIRO, Ester. A violência política contra as mulheres em perspectiva interseccional (VPCMI): Minas Gerais como locus teórico e prático sobre a compreensão do fenômeno. **Terceiro Milênio**: Revista Crítica de Sociologia e Política, v. 23, n. 1, p. 16–39, 2024.

- MCCALL, Leslie. The complexity of intersectionality. **Signs**, v. 30, n. 3, p. 1771–1800, 2005.
- MENDONÇA, Ana. **Minas é pioneira em lei contra violência política à mulher**. Estado de Minas, 27 set. 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/09/27/interna_politica,1567997/minas-e-pioneira-em-lei-contra-violencia-politica-a-mulher.shtml>. Acesso em: jul. 2025.
- MIGUEL, Luis Felipe. **A identidade e a diferença**: a experiência cultural na modernidade. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- NEGREIROS, Teresa; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Masculino e feminino na família contemporânea. **Psicologia em Revista**, v. 4, n. 1, 2004. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812004000100004&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: jul. 2025.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- _____. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 18, p. 87–96, jun. 2002.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. **Revista Bagoas**, Natal, v. 4, n. 5, p. 17–44, 2010. Acesso em julho 2025.
- SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 177–197, 2012.
- SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 16, p. 115–136, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644541>>. Acesso em: jul. 2025.
- _____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35–50, maio/ago. 2004.
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Nova York: Columbia University Press, 1989.
- TORMOS, Fernando. Intersectional solidarity. **Politics, Groups and Identities**, v. 5, n. 4, p. 707–720, 2017.
- YOSHIDA, Ernesto. **Quatro palavras que alertam para o comportamento tóxico dos homens**. Insper, 2023.
- YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and feminist politics. **European Journal of Women's Studies**, v. 13, n. 3, p. 193–209, 2006.

Dossiê Ensino de História**Realidades cruzadas: proposta de intervenção pedagógica com realidade virtual e aumentada para a Educação Patrimonial no Grande Bom Jardim, Fortaleza-CE**

Crossed realities: proposal for pedagogical intervention with virtual and augmented reality for Heritage Education in Grande Bom Jardim, Fortaleza-CE

Walter Ferreira Rebouças¹, UECE

Resumo

Este artigo apresenta uma proposta de intervenção pedagógica em Ensino de História e Educação Patrimonial para estudantes do Ensino Médio de uma escola na periferia de Fortaleza (Grande Bom Jardim). Buscando transpor as barreiras simbólicas e físicas que separam os jovens do patrimônio histórico da cidade, a metodologia articula o uso crítico da Realidade Virtual (RV) para visitas imersivas a espaços centrais e da Realidade Aumentada (RA) para sobrepor narrativas históricas ao ambiente escolar cotidiano. O objetivo principal é fomentar uma consciência histórica crítica e o exercício do direito à cidade, capacitando os alunos a se tornarem produtores de suas próprias narrativas. Espera-se, com esta práxis, desconstruir a dicotomia centro-periferia e promover uma aprendizagem mais engajadora e significativa.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação Patrimonial Crítica; Realidade Virtual; Direito à Cidade; Consciência Histórica.

Abstract:

This article presents a pedagogical intervention proposal in History and Heritage Education for students in a peripheral High School in Fortaleza, Brazil (Grande Bom Jardim). Aiming to overcome the symbolic and physical barriers that separate youth from the city's historical heritage, the methodology articulates the critical use of Virtual Reality (VR) for immersive visits to central sites and Augmented Reality (AR) to overlay historical narratives onto the everyday school environment. The main objective is to foster critical historical consciousness and the exercise of the right to the city, empowering students to become producers of their own narratives. Through this praxis, it is expected to deconstruct the center-periphery dichotomy and promote a more engaging and meaningful learning experience.

Keywords: History Education; Critical Heritage Education; Virtual Reality; Right to the City; Historical Consciousness.

Introdução: muros visíveis e invisíveis na capital cearense

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em História, Cultura e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará (PPGHCE/UECE). Licenciado em História pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela UFPI. Professor Formador de Ciências Humanas do programa Foco na Aprendizagem/Ceará Educa Mais. É professor efetivo de História na rede estadual do Ceará lotado na EEMTI São Francisco de Assis Bom Jardim.

A cidade de Fortaleza, em sua projeção para o Brasil e o mundo, frequentemente se vale de uma narrativa de modernidade e lazer, ancorada em sua orla e em um passado de esplendor econômico da *Belle Époque*. Essa narrativa se materializa em seu acervo patrimonial, um conjunto de edificações e espaços públicos que funcionam como o que Pierre Nora (1993) conceituou como *lieux de mémoire*, ou seja, lugares (materiais ou imateriais) onde a memória coletiva se ancora e é deliberadamente celebrada, como um contraponto à aceleração da história. São âncoras deliberadas onde uma determinada versão da identidade coletiva – branca, letrada e de elite – é celebrada e perpetuada. O Theatro José de Alencar (TJA), com sua estrutura de ferro importada da Escócia e seus vitrais parisienses, é talvez o expoente máximo dessa memória construída, um enclave europeu nos trópicos.

Contudo, a cidade real, vivida pela vasta maioria de sua população, pulsa em outras geografias e outras memórias. Este artigo se debruça sobre a profunda cisão entre a cidade do cartão-postal e a cidade periférica, focando no território do Grande Bom Jardim (GBJ).

Diante do exposto, este trabalho é guiado pela seguinte questão: Como o uso articulado das tecnologias de Realidades Virtual e Aumentada pode fomentar uma consciência histórica crítica e o exercício do direito à cidade em estudantes do Ensino Médio de uma escola periférica? Para responder a essa pergunta, este artigo se estrutura como uma proposta de intervenção pedagógica. Inicialmente, apresentamos a fundamentação teórica que articula os conceitos de Educação Patrimonial Crítica, Consciência Histórica e Tecnologias Imersivas. Em seguida, detalhamos a metodologia da intervenção em um roteiro de cinco etapas. Por fim, discutimos os resultados esperados e as considerações finais sobre o potencial e os desafios da proposta.

Compreendendo a periferia: para além da geografia

Antes de adentrar na especificidade do Grande Bom Jardim, é fundamental conceituar o que se compreende por "periferia" neste trabalho. Superando a noção meramente geográfica de uma área distante do centro, a periferia é aqui entendida como uma construção social, política e simbólica, resultado direto dos processos de urbanização excludente que marcam as metrópoles brasileiras. Ela é o território onde se materializam as desigualdades no acesso à infraestrutura, aos serviços públicos, aos equipamentos culturais e às oportunidades, conformando o que Milton Santos (2006) analisaria como os "espaços opacos" da cidade.

No entanto, reduzir a periferia a um espaço de carência é reproduzir um estigma que apaga suas potências. A periferia é, também e sobretudo, um espaço de intensa produção

cultural, de criação de redes de solidariedade e de resistência cotidiana. É o lugar onde se forjam identidades e se luta pelo direito à cidade, Harvey (2014), ou seja, pelo direito de não apenas habitar, mas de transformar o espaço urbano. Portanto, olhar para a periferia é olhar para o epicentro das contradições e das potências da cidade contemporânea.

O contexto do Grande Bom Jardim: território, memória e resistência

O Grande Bom Jardim, um conglomerado de cinco bairros na zona oeste de Fortaleza, é um território historicamente marcado pela luta por direitos básicos. Sua ocupação, intensificada a partir das décadas de 1970 e 1980, reflete os processos de êxodo rural e de expansão desordenada da malha urbana, que empurraram as populações de baixa renda para áreas distantes do centro e de sua infraestrutura. Por décadas, o GBJ foi sinônimo de carência e violência nos noticiários locais, um "espaço opaco", na terminologia de Milton Santos (2006), categoria que designa as áreas da cidade menos dotadas de infraestrutura e capital, onde a vida cotidiana da maioria da população se desenrola com maior precariedade, em oposição aos 'espaços luminosos' do centro, invisibilizado pelas políticas públicas e estigmatizado pela sociedade.

No entanto, reduzir o GBJ a um espaço de falta é ignorar sua vibrante potência cultural e sua capacidade de resiliência. É no território do Bom Jardim que florescem movimentos de hip-hop, centros culturais como o Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ) e o Circo-Escola do Projeto ABC, projetos de arte urbana e uma densa rede de solidariedade que constrói cotidianamente formas de existir e resistir. Essa cultura local, essas memórias de luta e celebração, constituem um patrimônio vivo e pulsante, mas que raramente dialoga com o patrimônio oficial, protegido e museificado. Os muros entre o centro e a periferia não são apenas de asfalto e distância; são epistêmicos.

É diante desta topografia de desigualdade que o ensino de História se vê em uma encruzilhada. Como operar uma Educação Patrimonial que não reforce a violência simbólica de apresentar como único patrimônio válido aquele que é fisicamente e simbolicamente inacessível ao aluno? A presente proposta de intervenção pedagógica nasce da convicção de que as tecnologias imersivas, especificamente a Realidade Virtual (RV) e a Realidade Aumentada (RA), podem ser instrumentalizadas como pontes para tensionar essa dicotomia, não para uma assimilação passiva do patrimônio canônico, mas para uma apropriação crítica e uma produção de novas narrativas que partam do e retornem ao território vivido pelos estudantes.

O objetivo deste trabalho é, portanto, apresentar e fundamentar em profundidade uma práxis pedagógica que utiliza a tecnologia para descolonizar o olhar, questionar as geografias do poder na cidade e capacitar os estudantes a se inscreverem, com suas vozes e tecnologias, na polifônica e disputada história de Fortaleza.

Referencial teórico: alicerces para uma práxis transformadora

A proposta se sustenta em uma articulação densa de quatro pilares teóricos: a crítica ao conceito de patrimônio, a defesa do direito à cidade a partir de uma pedagogia libertadora, a finalidade do ensino de história como fomento à consciência histórica e o potencial das tecnologias imersivas como mediação.

Desconstruindo a "Alegoria do Patrimônio"

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, define o patrimônio cultural de forma ampla, como os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014), autarquia responsável pela preservação do patrimônio cultural a nível federal, por sua vez, define Educação Patrimonial como um “processo permanente [...] centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento”, mas uma abordagem crítica, que adotamos aqui, exige questionar a própria constituição dessa fonte primária. Embora essa definição seja um avanço ao incluir o patrimônio imaterial e a diversidade de grupos, a prática da patrimonialização ainda reflete, muitas vezes, disputas de poder e narrativas hegemônicas.

Conforme adverte a análise de Françoise Choay (2001), a modernidade ocidental inventou o monumento histórico, tratando-o como uma “alegoria”, um objeto retirado de seu fluxo vital e colocado em um pedestal para veneração. Esse processo, embora tenha garantido a salvaguarda de inúmeros bens, também o fetichizou, criando uma relação de exterioridade entre o sujeito comum e a história materializada.

Neste sentido, qual patrimônio é eleito para ser fonte? A seleção e a valoração dos bens a serem preservados são atos políticos, que refletem as relações de poder de uma época. Em Fortaleza, a valorização da arquitetura eclética do início do século XX corresponde ao projeto de uma elite agroexportadora que buscava espelhar-se na Europa, enquanto soterrava outras memórias, como as indígenas ou as da cultura popular. Esse soterramento se deu de

forma concreta e simbólica: através de reformas urbanas que higienizaram o centro da cidade, demolindo cortiços e espaços de sociabilidade popular; pela repressão a manifestações culturais de matriz africana; e pela supervalorização da cultura escrita e monumental em detrimento das tradições orais e dos saberes populares, efetivando um processo de deslegitimação que é fundamental discutir. Portanto, trabalhar com o patrimônio em uma escola da periferia exige, primeiro, desconstruir essa aparente neutralidade e revelar seu caráter de campo de disputas de memória, como bem aponta Ecléa Bosi (1994).

O direito à cidade e ao território usado: Freire e Milton Santos como Guias

Essa necessidade de desconstruir a visão monumental e neutra do patrimônio é o que conecta a Educação Patrimonial Crítica ao cerne da questão da cidadania. Para isso, recorremos a dois pensadores brasileiros fundamentais. Primeiramente, Paulo Freire (1987), para quem a educação é uma prática da liberdade. A intervenção aqui proposta é profundamente freiriana ao buscar os temas geradores na própria realidade dos alunos – a segregação, a identidade territorial, o acesso à cultura. A tecnologia não é uma ferramenta para depositar conteúdo (uma educação bancária), mas um instrumento para a conscientização, o processo pelo qual os sujeitos desvelam a realidade para transformá-la. A sequência didática é, em si, um ciclo de práxis: ação (explorar, criar com a tecnologia) e reflexão (discutir criticamente o que foi visto e produzido).

Em segundo lugar, a geografia crítica de Milton Santos (2006) nos fornece as categorias para analisar o espaço urbano. Santos distingue o "espaço" – um sistema de objetos e ações – do "território usado" – o espaço apropriado pela vida, carregado de intencionalidade, identidade e afeto. O centro de Fortaleza, para o aluno do GBJ, pode ser mero "espaço", enquanto seu bairro é "território usado". A proposta visa usar a tecnologia para que o aluno possa se apropriar do centro como território, analisando-o criticamente, e ao mesmo tempo, reforçar o entendimento de seu próprio bairro como um território pleno de história e valor. Essa démarche é a materialização do direito à cidade postulado por David Harvey (2014): um direito coletivo não apenas de acessar os recursos urbanos, mas de participar ativamente na produção do espaço urbano.

A Consciência Histórica em Jörn Rüsen: finalidade do aprender histórico

Se a educação é uma prática da liberdade, o ensino de História, especificamente, deve ter como meta o desenvolvimento da consciência histórica. Jörn Rüsen (2001) oferece um

modelo poderoso para pensar a progressão dessa competência, descrevendo quatro tipos ideais de narrativa histórica. O tipo tradicional orienta-se pela aceitação de modelos passados para garantir a continuidade. O exemplar busca no passado lições atemporais para serem aplicadas no presente. Já o tipo crítico se caracteriza pela capacidade de refutar as narrativas estabelecidas, funcionando como uma contra-história. Por fim, o tipo genético, o mais complexo, permite perceber as mudanças no tempo e compreender o presente como resultado de processos, capacitando o sujeito a afirmar sua identidade ao mesmo tempo em que tolera a diferença. Ele a define como a operação mental que dá sentido à experiência do tempo, permitindo-nos orientar a vida prática.

Essa competência de "dar sentido ao passado", como aprofunda o próprio Rüsen (2009), envolve questões complexas de meta-história que a educação histórica deve endereçar, movendo os estudantes da simples recepção de informações para a complexa tarefa de interpretação e orientação temporal.

A estrutura desta proposta de intervenção pedagógica foi concebida para promover, intencionalmente, a progressão entre esses tipos de consciência histórica. As etapas iniciais dialogam com o tipo tradicional e exemplar, para então, nas etapas de aplicação da RA e de produção discente, provocar o desenvolvimento dos tipos crítico e genético. A educação histórica tradicional geralmente estaciona nos dois primeiros tipos.

Esta proposta de intervenção é projetada para deliberadamente provocar o trânsito para os tipos crítico e genético. A Etapa 3 (RA), por exemplo, ao confrontar a arquitetura do Theatro com a realidade da escola, é um convite direto à crítica. A Etapa 4 (Produção), ao exigir que os alunos criem suas próprias narrativas conectando os tempos e espaços, é um exercício prático da consciência histórica genética.

Tecnologias imersivas como práxis pedagógica em uma educação híbrida

A incorporação de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) na educação transcende o mero tecnicismo. A presente proposta se insere no campo da cibercultura, compreendida por Pierre Lévy (1999) como o conjunto de técnicas, práticas, atitudes e modos de pensamento que se desenvolvem com o crescimento do ciberespaço, alterando profundamente nossa relação com o saber e com o espaço. A Realidade Virtual (RV) e a Realidade Aumentada (RA) são manifestações dessa cultura, pois não apenas apresentam informações, mas criam novos ambientes e contextos para a aprendizagem.

A escolha dessas ferramentas dialoga, ainda, com o debate acadêmico sobre os usos pedagógicos dos museus virtuais, que, como apontam Costa Junior *et al.* (2022), representam um campo de conhecimento relevante para a formação de educadores. Assim, ao utilizar a RV para uma visita imersiva, a proposta não visa apenas simular uma excursão, mas engajar os alunos em uma experiência museal virtual com intencionalidade pedagógica. A escolha da RV e da RA não é, portanto, aleatória; elas estão integradas à proposta como elementos de um ecossistema de Educação Híbrida, conceito que José Moran (2015) descreve como a articulação inteligente entre a educação presencial e a online, o físico e o digital. A sala de aula se expande.

A Realidade Virtual é utilizada por seu potencial de gerar presença, a sensação psicológica de estar lá (Bailenson, 2018). Essa imersão facilita uma "cognição corporificada", pois a apreensão do espaço histórico se dá por uma experiência que, embora simulada, envolve o corpo (visão, movimento da cabeça, noção de escala), superando a abstração de uma imagem 2D. Isso pode potencializar a empatia histórica, a difícil tarefa de tentar se colocar no lugar de sujeitos de outros tempos.

A Realidade Aumentada, por outro lado, opera na lógica da sobreposição. Ela não transporta o aluno, mas enriquece seu ambiente imediato. Seu poder reside na capacidade de promover a "aprendizagem situada", onde o conhecimento é aplicado e construído no contexto do mundo real. Ao "ancorar" digitalmente uma foto de 1910 na parede da escola de 2025, a RA rompe a linearidade do tempo e torna a história palpável e presente. No entanto, é preciso uma visão crítica. Autoras como Sherry Turkle (2011) nos alertam sobre os riscos de uma tecnologia que pode nos deixar "juntos, mas sozinhos". Por isso, o desenho da intervenção prevê que a tecnologia seja sempre um ponto de partida para o diálogo, a colaboração e a discussão em grupo, garantindo que a mediação do professor e a interação entre os pares sejam o centro do processo.

Metodologia detalhada: roteiro para uma intervenção pedagógica

Esta seção detalha a sequência didática passo a passo, de modo a oferecer uma perspectiva de desenvolvimento da pesquisa. Tendo como público-alvo alunos do 1º ano do Ensino Médio, o trabalho será aplicado em uma escola da rede pública de Grande Bom Jardim. Como recursos, sugere-se o uso dos próprios smartphones dos alunos² (BYOD³), óculos de RV de

² Eventualmente pode-se utilizar recursos próprios da escola como notebooks, desktops ou tablets como forma de diminuir desigualdades.

baixo custo (*Google Cardboard*), acesso à internet, projetor multimídia, aplicativos gratuitos (*Google Arts & Culture*, *Google Street View*, *Google My Maps*, um aplicativo de RA como o *Artivive* ou similar).

Destaca-se ainda, que, nesta perspectiva, o professor assume papel de mediador, provocador, curador de conteúdo e orientador dos projetos. Sua prática se inspira em reflexões sobre a construção do pensamento histórico, cujos princípios metodológicos, mesmo quando discutidos para outras faixas etárias, como nos trabalhos de Hilary Cooper (2006), são adaptáveis e enriquecem a organização dos procedimentos para o Ensino Médio.

Isto posto, a seguir serão descritas as cinco etapas sugeridas para o desenvolvimento da proposta.

Etapla 1: "Nosso Lugar no Mapa" (Sensibilização – 2 aulas⁴)

- (1) **Objetivos Específicos:** Valorizar o conhecimento prévio dos alunos; construir coletivamente um conceito de patrimônio a partir do território local; introduzir ferramentas de mapeamento digital.
- (2) **Desenvolvimento Passo a Passo:**
 - a. O professor inicia com uma roda de conversa, usando questões disparadoras: "O que faz um lugar ser importante para vocês? Se um turista viesse ao nosso bairro, o que vocês mostrariam a ele? Por quê? A palavra 'patrimônio' combina com o nosso bairro?". As respostas são registradas no quadro.
 - b. Em seguida, os alunos, em duplas, acessam o *Google My Maps* em seus celulares. A tarefa é criar um mapa colaborativo da turma, marcando os locais que identificaram como importantes.
 - c. Para cada ponto marcado, eles devem adicionar uma breve descrição explicando por que aquele local é significativo para eles ou para a comunidade.
 - d. Ao final, o professor projeta o mapa consolidado e media um debate, comparando a "riqueza" do mapa afetivo da turma com a ausência desses locais nos mapas turísticos oficiais.

Etapla 2: "Viajando sem Sair da Sala" (Imersão em RV – 2 aulas)

³ “*Bring Your Own Device*” (Traga Seu Próprio Dispositivo) se refere à política corporativa que permite aos funcionários usar seus dispositivos pessoais, como smartphones, tablets e laptops, para acessar recursos e dados da empresa ou na escola.

⁴ Na realidade da rede pública estadual do Ceará a hora/aula equivale ao tempo relógio de 50 minutos.

- I. **Objetivos Específicos:** Proporcionar uma experiência imersiva com o patrimônio histórico canônico; desenvolver habilidades de observação e análise espacial; introduzir o conceito de empatia histórica.
- II. **Desenvolvimento Passo a Passo:**
 - a. O professor distribui os óculos de RV⁵ e ensina o manuseio básico. Explica que a ferramenta será usada para uma "viagem investigativa".
 - b. Os alunos acessam links pré-selecionados de tours virtuais no *Google Arts & Culture* (ex: interior do Theatro José de Alencar).
 - c. A exploração é guiada por um "roteiro de observação" com perguntas como: "Descrevam os materiais que vocês veem. Ricos ou simples? A quem eram destinados esses espaços? Como vocês se sentem nesse lugar? Acolhidos ou intimidados? Por quê?".
 - d. Após a imersão, os alunos registram suas impressões e as compartilham em grupo, comparando a experiência virtual com a percepção que tinham desses lugares antes.

Etapa 3: "O Passado sobre o Presente" (Intervenção em RA – 2 aulas)

- I. **Objetivos Específicos:** Experimentar a sobreposição de tempos e espaços; conectar diretamente o patrimônio "distante" com o ambiente escolar; fomentar o pensamento crítico e a desnaturalização do espaço.
- II. **Desenvolvimento Passo a Passo:**
 - a. O professor explica o que é Realidade Aumentada. Utilizando um app como o *Artivive*, ele pode ter preparado previamente "gatilhos" (imagens impressas) que, quando escaneados, revelam conteúdos (uma foto histórica, um vídeo, um modelo 3D).
 - b. Os alunos são convidados a "caçar" esses gatilhos pela escola. Um gatilho colado na parede da cantina pode revelar uma foto de um antigo mercado público. Outro, na quadra, pode projetar um modelo 3D do Theatro.
 - c. A cada descoberta, o professor lança a questão-chave: "O que essa imagem do passado, aparecendo aqui e agora, nos faz pensar sobre a história da nossa

⁵ Será utilizado o modelo acessível *Google VR Cardboard* o qual pode ser encontrado em *Marketplaces* na internet em kits de várias unidades.

cidade e sobre o nosso lugar nela?". O objetivo é o choque cognitivo que gera a reflexão histórica.

Etapas 4: "Criando Nossas Narrativas" (Produção Discente – 3 aulas)

1. **Objetivos Específicos:** Exercitar a autoria e o protagonismo; desenvolver competências de pesquisa, curadoria e produção de mídia digital; praticar a consciência histórica genética.
2. **Desenvolvimento Passo a Passo:**
 - a. Em grupos, os alunos recebem a tarefa de criar um produto digital (vídeo-minuto, podcast, ensaio fotográfico narrado, tour no *Google Tour Creator*) que responda à pergunta: "Se o Grande Bom Jardim tivesse um lugar no museu oficial da cidade, o que e como contaríamos?".
 - b. Os projetos devem, obrigatoriamente, conectar um elemento do patrimônio canônico (estudado na RV) com um elemento do patrimônio local (mapeado na Etapa 1). Exemplo: Um vídeo que intercala imagens do luxo da elite no Passeio Público no passado com a luta por saneamento básico no Bom Jardim, mostrando que são duas faces da mesma história urbana.
 - c. O professor atua como orientador, auxiliando na pesquisa de fontes, no roteiro e na edição.

Etapas 5: "Mostra Cultural: Da Periferia para o Mundo" (Socialização e Avaliação)

1. **Objetivos Específicos:** Promover a socialização do conhecimento produzido; legitimar os alunos como produtores de cultura; avaliar o processo de forma holística.
2. **Desenvolvimento Passo a Passo:**
 - a. A sequência culmina em um evento aberto à comunidade escolar, onde os projetos são exibidos.
 - b. Os grupos apresentam seus trabalhos e respondem a perguntas, assumindo o papel de historiadores e curadores.
 - c. A avaliação final considera todo o percurso: a participação nos debates, os registros, a profundidade da reflexão e a qualidade do produto final como expressão da aprendizagem.

Resultados esperados e potenciais impactos

A implementação desta proposta almeja resultados em múltiplas dimensões, diretamente ligadas ao referencial teórico. No âmbito da Consciência Histórica, espera-se que os alunos superem uma relação passiva com a história. Ao serem instados a criticar (Etapa 3) e a criar suas próprias conexões (Etapa 4), projeta-se um avanço em direção a uma consciência histórica crítica e genética (Rüsen, 2001), na qual eles se compreendam como parte de processos históricos em andamento.

No que tange ao exercício do Direito à Cidade, a intervenção buscará ter um impacto atitudinal. Ao se apropriarem digitalmente de espaços que lhes são negados e ao valorizarem seu próprio território como histórico, espera-se que os alunos desenvolvam um maior sentimento de pertencimento e agência em relação à cidade Harvey (2014), compreendendo que a produção do espaço urbano é um ato político do qual podem e devem participar.

Por fim, em relação ao desenvolvimento da alfabetização midiática e crítica, esta proposta será uma prática intensiva de letramento digital. Os alunos não apenas consumirão mídia (*tours* de RV), mas aprenderão a analisá-la criticamente e, conseqüentemente, produzi-la. Desenvolvem competências para selecionar fontes, construir argumentos e utilizar diferentes linguagens tecnológicas para expressar suas ideias, habilidades indispensáveis para a cidadania no século XXI.

Considerações finais e agenda de pesquisa

Este artigo buscou fundamentar e detalhar uma proposta de intervenção que se recusa a ver a tecnologia como um fim em si mesma. Ao contrário, posiciona a RV e a RA como ferramentas potentes a serviço de uma pedagogia libertadora, crítica e geograficamente situada. Acreditamos que projetos como este são caminhos viáveis para enfrentar o desafio estrutural da desigualdade no acesso ao conhecimento e à cultura, transformando a sala de aula da periferia em um laboratório de produção de narrativas contra hegemônicas.

Reconhecemos, contudo, os imensos desafios. O primeiro é o abismo digital, que não se resume à posse de um aparelho, mas ao acesso à internet de qualidade e ao domínio das competências para seu uso. A proposta de *BYOD* deve ser acompanhada de estratégias para incluir alunos sem acesso. O segundo é a formação de professores, que precisa urgentemente incorporar não apenas o "como usar", mas o "porquê usar" crítico e reflexivo das tecnologias. O terceiro é a curadoria e produção de conteúdo, especialmente em RA, que ainda é um campo incipiente e exige novas habilidades do educador.

Esses desafios, no entanto, não devem ser paralisantes, mas sim impulsionadores de uma agenda de pesquisa e de políticas públicas. A aplicação desta proposta poderia gerar pesquisas futuras de grande relevância, tais como estudos de caso etnográficos que analisem em profundidade as interações e os discursos dos alunos durante a intervenção; pesquisas longitudinais para avaliar se o impacto na percepção de pertencimento e na consciência histórica se sustenta ao longo do tempo; e, desenvolvimento de plataformas de RA de código aberto, focadas em conteúdo de história local, em parceria com universidades e comunidades.

Em suma, a proposta de cruzar as realidades do centro e da periferia de Fortaleza através de lentes virtuais e aumentadas é uma aposta na capacidade da educação, mediada pela tecnologia, de construir pontes onde hoje existem muros. É um convite para que os estudantes do Grande Bom Jardim não apenas vejam a história, mas que se vejam na história e, a partir dela, imaginem e construam outros futuros possíveis para si e para sua cidade.

Fontes

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais n°s 1/1992 a 135/2024, pelo Decreto legislativo n° 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão n°s 1 a 6/1994 [recurso eletrônico]. 67. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2025. (Série legislação; n. 1). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2025.

Referências

BAIENSON, Jeremy. **Experience on Demand**: What Virtual Reality Is, How It Works, and What It Can Do. New York: W. W. Norton & Company, 2018.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

COOPER, Hilary. Learning and teaching about the past: three to eight year olds (Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos). **Educar em Revista**, Curitiba, n. esp., p. 171-190, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/8wydNzqGj5yKJzgkhPv5NTp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 14 mai. 2025.

COSTA JUNIOR, Waldemir Rodrigues; BRITO, Luiz Carlos Cerquinho de; THOMÉ, Zeina Rebouças Corrêa. Os museus virtuais enquanto campo de conhecimento na formação inicial do pedagogo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 103, n. 265, p. 764-785, set./dez. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/YRngv4X3BFDZvDYGPbLK6jC/?lang=pt>>. Acesso em: 14 mai. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan, 2014. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/bitstreams/f3d0d217-342a-4a24-b9fa-d8e838b29ea3/download>>. Acesso em: 01 mai. 2025.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas, SP: Papirus, 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, José. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2015.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 4 jan. 2025.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 163–209, 2009. DOI: 10.15848/hh.v0i2.12. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12>>. Acesso em: 4 mai. 2025.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

TURKLE, Sherry. **Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other**. New York: Basic Books, 2011.

Experiências pedagógicas na Educação Patrimonial: interfaces entre PIBID, formação docente e práticas escolares

Pedagogical experiences in Heritage Education: interfaces between PIBID (Institutional Scholarship Program for Teaching Initiation), teacher training, and school practices

Thamires Vitória Dias Viana¹, UEMA

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão teórica sobre a Educação Patrimonial e um relato de experiência pedagógica prática realizada no âmbito do PIBID (Programa de Bolsas Institucionais para Iniciação Didática) na Unidade de Educação Básica Maria Alice Coutinho, em São Luís, Maranhão. O estudo enfatiza a importância da Educação Patrimonial como estratégia para preservar a identidade coletiva e promover o envolvimento crítico dos alunos com sua realidade sociocultural. A cidade de São Luís, reconhecida como Patrimônio Mundial da UNESCO devido ao seu traçado urbano colonial português bem preservado e aos seus azulejos portugueses característicos, oferece um contexto rico para explorar as interseções entre história, cultura e educação. A “Oficina de Azulejos” foi desenvolvida para conscientizar os alunos sobre o patrimônio local, particularmente o significado histórico e arquitetônico dos azulejos cerâmicos na paisagem urbana da cidade. Por meio de atividades teóricas e práticas, os alunos exploraram as origens dos azulejos, seus papéis funcionais e estéticos, e produziram um painel coletivo simulando uma fachada colonial.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural; Identidade Coletiva; Azulejos; Prática Pedagógica.

Abstract

(This article presents a theoretical reflection on Heritage Education and a report on a practical pedagogical experience carried out within the scope of the PIBID (Institutional Scholarship Program for Teaching Initiation) at the Maria Alice Coutinho Basic Education Unit in São Luís, Maranhão. The study emphasizes the importance of Heritage Education as a strategy for preserving collective identity and fostering students' critical engagement with their sociocultural reality. The city of São Luís, recognized as a UNESCO World Heritage site due to its well-preserved Portuguese colonial urban layout and distinctive Portuguese tilework, provides a rich context for exploring the intersections between history, culture, and education. The "Azulejos Workshop" was developed to raise students' awareness of local heritage, particularly the historical and architectural significance of ceramic tiles in the city's urban landscape. Through theoretical and practical activities, students explored the origins of azulejos, their functional and aesthetic roles, and produced a collective panel simulating a colonial façade.)

Keywords: Heritage Education; Cultural Heritage; Collective Identity; Azulejos; Pedagogical Practice.

Introdução

¹ Graduanda em história pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: thamiresvianaah@gmail.com

O presente artigo tem por objetivo apresentar reflexões teóricas acerca da educação patrimonial, bem como compartilhar experiências vividas durante a atuação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no ano de 2023, na Unidade Escolar Básica Dra. Maria Alice Coutinho, localizada no bairro Turu em São Luís no Maranhão. O projeto teve como temática central a "Educação Patrimonial", que visava a aplicação de oficinas e aulas temáticas voltadas para a compreensão do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, e sua relevância para a formação cidadã. Através dessa aplicação buscou-se o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes por meio da compreensão do patrimônio como parte integrante dos modos de viver e fazer.

Dentre as oficinas elaboradas, destaca-se a sobre a azulejaria portuguesa em São Luís, que foi desenvolvida com o objetivo de despertar o interesse dos alunos pela história local e pelo patrimônio material presente na cidade onde residem. No primeiro momento, durante a etapa teórica, os estudantes tiveram contato com a definição de patrimônio material e imaterial e suas implicações no cotidiano. Também foram apresentados à origem do termo "azulejo", passando a compreender o papel desses elementos na formação da paisagem urbana colonial maranhense. Com os conhecimentos teóricos construídos, os alunos foram direcionados para a etapa prática, que consistiu na criação de azulejos coloniais em formato de papelão, visando à montagem de um pequeno casarão colonial. Esse processo contribuiu para que cada estudante envolvido no projeto compreendesse melhor a história de São Luís e o motivo pelo qual a cidade também é conhecida como "Cidade dos Azulejos".

Nesse sentido, a educação patrimonial se expressa como uma prática eficiente que tem por objetivo promover o conhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio, seja ele material ou imaterial. Por meio dessa prática, é possível integrar os saberes locais aos conteúdos curriculares, muitas vezes rígidos nas instituições escolares. Através dela, pode-se perceber o interesse dos alunos por monumentos e práticas cotidianas que fazem parte do seu dia a dia e que são entendidas como patrimônio cujo valor muitas vezes desconhecem, mas que representa um legado rico e relevante para a sua história e cultura. Isso contribui para que o ambiente escolar não seja visto como um lugar em que os conteúdos abordados estejam distantes da realidade vivida pelos estudantes. Ao ter contato com temáticas que dialogam sobre lugares e monumentos pelos quais passam sem se atentar, os alunos, ao reconhecerem a importância desses elementos, também podem contribuir para a sua preservação.

A educação patrimonial é, assim, parte essencial para a compreensão dos alunos acerca da sua identidade cultural, bem como dos monumentos físicos que integram o espaço

por eles habitado. Dessa forma, a escola se mostra um espaço privilegiado para a promoção dessa educação, pois é capaz de servir como mediadora entre as práticas diárias vivenciadas pelos alunos em sua rua, bairro e comunidade e os conteúdos curriculares, especialmente aqueles vinculados à BNCC, que destaca a importância de reconhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira, incluindo o patrimônio histórico e cultural.

Marco conceitual

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 216 estabelece que o patrimônio é formado pelas expressões, modos de vida e demais manifestações e considera como patrimônio “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, sendo constituído pelas:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, p. 1).

Para compreender a Educação Patrimonial em sua dimensão mais ampla, é preciso, antes de tudo, questionar o que entendemos por patrimônio. No senso comum, essa palavra costuma remeter a prédios antigos, monumentos ou objetos guardados em museus. Essa visão, embora não seja equivocada, é bastante limitada. O patrimônio cultural não é uma lista fixa e imutável de bens considerados importantes, mas uma construção social: são as pessoas, em determinados momentos históricos, que decidem o que merece ser preservado, lembrado e transmitido às gerações seguintes. Essa escolha nunca é neutra. Ela reflete relações de poder, disputas por memória e, com frequência, a exclusão deliberada ou silenciosa de grupos que não tiveram voz nos processos oficiais de reconhecimento e valorização do patrimônio. Compreender isso é o primeiro passo para uma prática de Educação Patrimonial que vá além da contemplação de bens consagrados e se torne, de fato, uma experiência de formação crítica e cidadã.

Leonardo Barci Castriota (2009) é um dos autores que melhor expressa essa perspectiva crítica. Para ele o patrimônio cultural não existe por si mesmo; ele é resultado de

processos sociais de atribuição de valor. São os grupos sociais que, em determinados contextos históricos, elegem certos bens como representativos de sua memória e identidade. Essa definição tem consequências diretas e importantes para a prática pedagógica. Se o patrimônio é sempre o resultado de uma escolha coletiva e historicamente situada, então ensinar sobre ele não pode se resumir a apresentar uma lista de bens tombados ou de monumentos a serem admirados. Pelo contrário, trata-se de convidar os estudantes a fazerem perguntas fundamentais: quem escolheu esses bens? Com base em quais critérios? Em nome de quais grupos? E, talvez mais importante, o que ficou de fora? Desse modo, o patrimônio deixa de ser restrito ao passado, relegado às exposições monumentais, e passa a ser definido como o "espaço simbólico onde representações em disputa são determinadas e validadas pelos diversos agentes" (Castriota, 2009, p. 11). Essa concepção é especialmente relevante no contexto brasileiro, onde comunidades indígenas, populações negras e culturas populares tiveram suas memórias sistematicamente excluídas dos acervos oficiais do patrimônio ao longo da história. Reconhecer essas ausências e trabalhá-las em sala de aula é também um compromisso ético com uma educação que valoriza a pluralidade cultural e combate o apagamento histórico.

Essa compreensão crítica do patrimônio se apoia também na distinção entre patrimônio material e imaterial, que representa uma das ampliações conceituais mais significativas do campo nas últimas décadas. Consolidada internacionalmente pela UNESCO, sobretudo a partir da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, e incorporada à legislação brasileira por meio do Decreto nº 3.551/2000, essa distinção abriu novas possibilidades para o trabalho com patrimônio nas escolas. Enquanto o patrimônio material abrange edificações, sítios arqueológicos, documentos e objetos, o patrimônio imaterial inclui saberes, festas, músicas, formas de expressão artística, técnicas artesanais e modos de vida que se transmite de geração em geração dentro de uma comunidade. Essa ampliação é especialmente relevante no contexto escolar, pois permite que os estudantes reconheçam como patrimônio elementos que fazem parte do seu próprio cotidiano, um saber culinário herdado da família, uma festa tradicional do bairro, uma prática religiosa da comunidade, uma brincadeira transmitida de geração em geração. Ao valorizar essas referências, a escola deixa de tratar o patrimônio como algo distante e elitizado e passa a dialogar com a experiência real dos alunos, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e conectado à vida.

Dessa forma, o patrimônio não se constitui como algo fixo e imutável que não expressa a realidade da sociedade, mas abrange toda e qualquer forma de expressão no mundo, constituindo-se como um conjunto dinâmico e em constante transformação, seja por meio de um bem material ou imaterial. Além disso, o patrimônio não se refere apenas àqueles espaços e tradições que revelam a história ou um aspecto da identidade nacional, mas também às histórias, religiões, vivências e saberes de múltiplos grupos sociais. Sobre essa ampliação José Reginaldo Gonçalves destaca:

Acompanhando essa mudança na configuração institucional, assiste-se a uma fragmentação dos patrimônios e que repercute no plano discursivo. Se até os anos oitenta, as narrativas eram voltadas firmemente para o horizonte da nação, e todo e qualquer bem tombado o era em função de seus vínculos com a história e a identidade nacional, nas últimas décadas, patrimônios associados a grupos sociais grupos profissionais, grupos religiosos, a movimentos sociais vem sendo reivindicados, estabelecidos e reconhecidos sem que os vínculos como e “identidade nacional” sejam necessariamente colocados em primeiro plano (Gonçalves, 2012, p. 64).

A relação entre patrimônio e identidade é outro ponto central que não pode ser negligenciado nessa discussão. O patrimônio cultural não é apenas um conjunto de bens preservados; ele é um espelho por meio do qual grupos sociais se reconhecem, narram sua história e afirmam sua existência no mundo. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini (2009) aprofunda essa dimensão ao destacar que a preservação do patrimônio cultural implica consciência histórica e responsabilidade social. Em termos práticos, isso significa que preservar um bem cultural não é apenas um ato técnico, legal ou administrativo, é um gesto de reconhecimento coletivo. Reconhecer que aquele bem carrega a memória de um grupo, que ele expressa quem somos, de onde viemos e o que valorizamos. Quando a escola incorpora essa perspectiva ao seu trabalho pedagógico, ela contribui para que os estudantes deixem de ser meros receptores de conteúdos e passem a se enxergar como sujeitos históricos ativos, pessoas que têm uma história, que pertencem a um lugar e que podem agir coletivamente para preservar aquilo que lhes é significativo. Esse processo de identificação é, em si mesmo, um resultado pedagógico valioso, especialmente em contextos escolares marcados por desigualdade social e pelo distanciamento entre o currículo oficial e a realidade vivida pelos alunos. De acordo com Pelegrini a identidade assim se constitui como:

Processo contínuo e complexo de construção do sujeito individual em relação ao outro, de constituição de identidades grupais definidas por meio de critérios como aceitabilidade e credibilidade que se firmam por meio de negociações diretas com os outros e seus respectivos universos culturais,

tornando-os reciprocamente unificados diante de determinados interesses (Pelegrini, 2009, p. 32).

O patrimônio não é algo que possa ser definido por um único aspecto, como uma característica material ou imaterial, mas nas ciências humanas ele passa a ser composto por uma multiplicidade de definições e conceitos, pois é constituído por uma pluralidade de significados e aspectos que o definem. Seu significado é múltiplo, seu impacto também, e essa característica é o que influencia diretamente a aplicação desse conteúdo nas escolas e no dia a dia de cada aluno. Os bens culturais não possuem um único sentido, mas múltiplas leituras que se renovam socialmente ao longo do tempo. O patrimônio está, assim, em constante transformação e age como um elemento que interfere diretamente na vivência em sociedade. Bonfil Batalla (1997) discute esse caráter multifacetado do patrimônio ao defini-lo como um "labirinto de significados", sendo impossível defini-lo com um único conceito.

O patrimônio vivo da sociedade brasileira é assim formado por práticas como os artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelando os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade.

Educação Patrimonial

Nesse aspecto, a educação surge como um apoio crucial para a preservação e valorização desse patrimônio. A abordagem educativa permite que os estudantes conheçam e se apropriem do patrimônio local, compreendendo sua importância e valorizando-o como parte da identidade cultural de sua comunidade. Ao incorporar a perspectiva sobre patrimônio, a educação transforma-se em um processo de reflexão constante e ação para os sujeitos no mundo, distanciando-se da mera reprodução de informações, como ocorre na prática tecnicista, caracterizada pela baixa criticidade e ausência do autoconhecimento do educando. O patrimônio, que diz respeito aos bens materiais e imateriais que refletem a história e a cultura de crianças e adultos, e a sua valorização por meio da educação, mostra-se como um importante meio de manter as práticas do passado, que, em muitos casos, são desconhecidas.

Partindo dessa base, Paulo Freire (2011) estabelece que o ato de ensinar exige o reconhecimento da identidade e do modo de vida dos educandos. Dessa forma, para que a experiência pedagógica do ensino seja completa, é necessário entender que o discente, antes de se apropriar dos conhecimentos técnico-científicos ensinados na escola, passa por um

processo pessoal de construção de sua cultura e modo de vida, aprendendo no seu cotidiano os elementos que seu grupo familiar lhe estabelece como necessários à aprendizagem, de acordo com sua cultura e modo de vida.

O aluno que chega à sala de aula sem essa realidade previamente construída, como elemento já interiorizado, acaba, em muitos casos, por ignorar o patrimônio de seu grupo social, pois não vê nele relevância ou significado. É nesse momento que começa a ocorrer a desvalorização do patrimônio, que, mais tarde, forma adultos sem consciência de sua própria cultura, capazes de tachar com palavras pejorativas uma manifestação que é própria e sempre esteve presente no lugar em que viveram. Outra consequência é a depredação dos patrimônios materiais, no qual, ao não haver identificação, os sujeitos, em muitos casos, acabam destruindo peças de grande valor histórico. Além disso, gera-se o apagamento da história, que passa a ser substituída pela “nova” lógica capitalista, que prioriza muito mais bens materiais do que aqueles construídos por gerações entre os diferentes grupos.

Portanto, cabe às escolas, professores e demais instituições educacionais a busca pelo reconhecimento e preservação do patrimônio próprio da realidade vivenciada pelos alunos, principalmente se a escola se localiza em uma região ou área rica em manifestações culturais, como é o caso da própria cidade de São Luís. É importante também ressaltar que não se trata de olhar para determinadas manifestações e objetos e taxá-los como mais importantes ou relevantes que outros, mas sim de voltar o olhar atento às reais manifestações da comunidade. Assim, os alunos, que em muitos casos não conhecem a cultura de seus colegas, podem entender a importância que cada prática tem para a vivência da comunidade deste, gerando a diminuição de casos de preconceito nas escolas, como é o caso dos alunos de religiões de matriz afro que decidem ir com suas roupas e adereços, como o turbante, e são constantemente reprimidos apenas por expressar sua prática, cultura e patrimônio.

A educação patrimonial é, por fim, um instrumento de “alfabetização cultural”, capaz de transcender a experiência pedagógica tecnicista e auxiliar no combate à perda das manifestações e práticas culturais. Promover o reconhecimento e a valorização dos saberes próprios da comunidade de cada aluno auxilia na formação crítica e sensível de cada um, gerando consciência histórica em relação ao lugar em que vive, seu bairro ou família. Ademais, a educação que preserva o patrimônio é também instrumento de inclusão social, quando é capaz de tratar das diferentes formas de vida e manifestações culturais, pois é capaz de dar visibilidade a grupos historicamente marginalizados e valorizar suas contribuições para

a construção da memória social. A respeito desse papel que a educação patrimonial desempenha, Horta destaca:

A educação patrimonial deverá ser entendida como um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilite o indivíduo fazer uma leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Horta, 1999, p. 07).

O saber e a experiência da vida na floresta são parte fundamental da herança cultural dos povos indígenas da Amazônia e, como tal, integram o nosso patrimônio. Esse saber remonta à história de cada grupo indígena presente na região desde os tempos mais remotos. O maracatú é a expressão de elementos trazidos pela cultura africana, incorporando uma prática religiosa e uma manifestação popular, sendo, assim, da mesma forma, um elemento significativo da cultura brasileira. O Carnaval de Olinda, as vaquejadas do Pantanal, as técnicas tradicionais de pesca no litoral de Santa Catarina, a maneira de plantar, fiar e tecer o linho que ainda sobrevive no interior do Rio Grande do Sul, as rodas de samba cariocas, as festas do Divino em Parati, são exemplos da cultura viva que pode ser trabalhada e conhecida por meio da Educação Patrimonial.

O território é, portanto, cercado de manifestações do patrimônio que dialogam com os modos de vida da população brasileira e, conseqüentemente, com a realidade dos estudantes. Essas são visualizadas nas festas populares, como o São João no Maranhão, nos saberes tradicionais, como as técnicas dos mestres de capoeira, nas práticas religiosas, na culinária, na arquitetura, entre tantos outros elementos que compõem o cotidiano e que, muitas vezes, passam despercebidos ou são desvalorizados nos currículos escolares. Quando tais elementos são incorporados ao processo educativo por meio da educação patrimonial, é possível abrir possibilidades para que os discentes se reconheçam como sujeitos históricos, pertencentes a contextos socioculturais. A escola, ao incorporar tais elementos e se desvincular parcialmente do saber tecnicista, torna-se um ambiente acolhedor para a experiência de cada aluno na sua própria vivência. Sobre essa representação que o patrimônio vivo possui, Luís Antônio Custódio destaca:

A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam. Neste processo dinâmico de sociabilização em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade. Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é

aceitar a diversidade cultural. Este conceito nos permite ter uma visão mais ampla do processo histórico, reconhecendo que não existem culturas mais importantes do que outras. O Brasil é um país pluricultural que deve esta característica ao conjunto de etnias que o formaram e à extensão do seu território. Estas diversidades culturais regionais, contribuem para a formação da identidade do cidadão brasileiro, incorporando-se ao processo de formação do indivíduo, e permitindo-lhe reconhecer o passado, compreender o presente e agir sobre ele (Horta, 1999, p. 05).

Dessa forma, a educação patrimonial contribui significativamente para uma formação mais crítica, sensível e conectada com o mundo real. Ao integrar experiências culturais diversas ao processo de ensino e aprendizagem, cria-se um ambiente propício para o desenvolvimento de competências como empatia, diálogo intercultural e consciência social. Essa perspectiva formativa permite que os estudantes se tornem não apenas aprendizes de conteúdos escolares, mas sujeitos ativos na preservação e valorização de suas raízes culturais, compreendendo-se como parte de uma história viva em constante transformação.

Centro histórico de São Luís como patrimônio

O território onde atualmente se localiza a ilha da capital São Luís foi palco de diversos embates entre navegadores europeus nos séculos XV e XVII. Poucos conseguiram êxito em se estabelecer na região, dada a dificuldade marítima de se chegar ao território. Dessa forma, foi somente em 1612 que o local recebeu a ocupação por parte dos franceses, que ali fundaram a cidade chamada de São Luís em homenagem ao rei menino Luís XIII. O projeto, denominado França Equinocial, devido à proximidade com a linha equatorial, iniciara ali como continuidade daquele mesmo empreendimento realizado no Rio de Janeiro, nomeado França Antártica.

A empreitada francesa, entretanto, não tardou muito. Logo, Portugal conseguiu expulsar os chamados "piratas" de suas terras e iniciou o processo de urbanização da cidade, baseado na tentativa de reprodução do modelo português nas cidades coloniais, com o objetivo de estabelecer a consolidação da presença portuguesa no território. A cidade de São Luís, como parte desse plano, seguiu o traçado de malha xadrez, com ruas que se cruzam em ângulos retos, concentrando as atividades administrativas e religiosas no centro da cidade.

A arquitetura portuguesa do centro histórico de São Luís é composta por casarões de até quatro pavimentos, com varandas e a presença de gradis que expressam a influência da mão de obra negra escravizada, demonstrando a participação de diversos atores na construção da cidade. As influências africana, indígena, holandesa e portuguesa podem ser visualizadas ao observar a arquitetura central da cidade, além disso, ela conta, por si só, a história da

cidade. Tais elementos contribuíram para o estabelecimento do local como Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1997. Grete Soares Pflueger destaca:

As razões da inscrição como patrimônio da humanidade foram: a permanência do traçado original do urbanismo português, a homogeneidade do conjunto arquitetônico original, com elementos da arquitetura colonial luso-brasileira no Maranhão do século, de mais de quatro mil imóveis. Os critérios de seleção da Unesco foram: 1- O Centro Histórico de São Luís é um testemunho excepcional da civilização colonial portuguesa; 2- O Centro Histórico de São Luís é um excelente exemplo de cidade colonial portuguesa adaptada às condições climáticas da América do Sul equatorial; 3- O Centro Histórico de São Luís é um exemplo notável de cidade colonial que preservou sua malha urbana, harmoniosamente integrada ao seu entorno natural, de forma excepcional (Pflueger, 2021, p. 17).

A azulejaria portuguesa é um dos traços mais marcantes da presença dos primeiros anos de colonização de São Luís, e essa é uma das razões para a cidade ter recebido o título de "cidade dos azulejos". A azulejaria que reveste a fachada de diferentes casarões da cidade não foi colocada apenas com o intuito de decorar e embelezar as ruas, mas possui funções estratégicas quanto ao isolamento térmico, dadas as condições do clima equatorial, em detrimento das condições climáticas europeias.

Embora os azulejos tenham sido trazidos por Portugal durante o período colonial, sua origem é majoritariamente árabe, sendo o nome azulejo derivado do árabe "al-zulaich", que significa "pedra polida". Os árabes desenvolveram técnicas refinadas de cerâmica esmaltada e colorida; com os portugueses, os azulejos passaram a ganhar novas cores, formas e temas, incluindo representações figurativas e cenas religiosas. Foi a partir da chegada dos portugueses que esses elementos se incorporaram à urbanística da cidade, compondo o quadro de influências distintas que contribuíram para a formação da identidade de São Luís e, conseqüentemente, de seu patrimônio. Patrimônio este que fala sobre o período histórico da colonização e que permanece até os dias atuais, mesmo diante do descaso institucional em relação à ausência de projetos voltados à preservação das fachadas e casarões do centro histórico.

Figura I - Casarão onde funciona o Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) localizado na Rua da Estrela, nº 329, no Centro Histórico de São Luís



UEB Maria Alice Coutinho e Oficina de Azulejos - Relato de Experiência Prática de Educação Patrimonial

A Unidade de Ensino Básico Dra. Maria Alice Coutinho está localizada no bairro Turu, em São Luís (MA), e atende majoritariamente alunos entre 13 e 15 anos, oriundos de diferentes contextos socioculturais da periferia urbana da cidade. A proposta pedagógica da unidade busca integrar a realização de diferentes projetos em parceria com a universidade, visando fortalecer a formação de professores, promover a troca de conhecimentos e experiências e melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem por meio de projetos do PIBID, estágios supervisionados e residências pedagógicas.

Dentre as atividades do PIBID realizadas na escola, é possível destacar a oficina de azulejos, inspirada na tradição da azulejaria portuguesa presente na paisagem urbana de São Luís. A proposta da oficina foi desenvolvida a partir do subprojeto PIBID História da Universidade Estadual do Maranhão, como parte de um conjunto de ações voltadas à valorização da cultura regional e às relações entre patrimônio e história.

Inicialmente, para a realização da oficina nas turmas de 8º e 9º ano, foram realizadas pelos pibidianos a contextualização histórica e cultural sobre a origem dos azulejos, seu percurso até o Brasil, a influência árabe na técnica e a função social desses elementos arquitetônicos, momento no qual os estudantes tiveram contato com imagens de fachadas azulejadas de São Luís e discutiram seu formato e constituição em grupo. Em seguida, como atividade de casa, os alunos realizaram pesquisas sobre os diferentes patrimônios de São Luís e a história da azulejaria.

Figura II – Aula de Educação Patrimonial realizada em escola pública durante atividade de extensão



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

Figura III – Aula de Educação Patrimonial realizada em escola pública durante atividade de extensão



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

Em outro momento, os alunos recortaram e pintaram pequenos blocos de papelão, que mais tarde deram origem a uma fachada de azulejo colonial. A proposta consistia em estimular a criatividade e o senso estético, valorizando, ao mesmo tempo, as características formais da azulejaria tradicional: predominância da cor azul, simetria, ornamentos florais e

geométricos. E Por fim, como atividade em conjunto, toda a turma realizou um painel com os azulejos produzidos, simulando a fachada de um casarão colonial.

Figura IV – Oficina de Azulejaria.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura V – Resultado oficina de azulejaria (2023)



Fonte: Acervo pessoal.

Durante a realização da oficina, os estudantes demonstraram grande empenho na construção dos azulejos, dedicando atenção cuidadosa ao recorte, à pintura e à composição de cada peça. Esse envolvimento foi além do aspecto técnico. Ao longo da atividade, muitos alunos relataram que, até então, não prestavam atenção às fachadas azulejadas presentes na paisagem de São Luís, mesmo convivendo com elas diariamente. Esse relato é significativo: ele revela que elementos do patrimônio local faziam parte do cotidiano dos estudantes sem que fossem reconhecidos como tal. A oficina funcionou, nesse sentido, como um exercício de redescoberta, ao reproduzir manualmente o azulejo, os alunos passaram a enxergá-lo não como simples ornamento, mas como parte da história da cidade em que vivem.

Esse movimento é um dos resultados mais importantes que a Educação Patrimonial pode alcançar. Quando um estudante percebe que aquilo que sempre ignorou na rua tem história e valor cultural, ele não apenas aprende um conteúdo novo: ele começa a se relacionar de forma diferente com o espaço que habita. Os relatos espontâneos dos alunos durante a oficina evidenciaram esse processo, mostrando que a atividade não se limitou à transmissão de informações, mas gerou uma apropriação subjetiva do conceito de patrimônio, o que é, em última análise, o objetivo central de qualquer prática de Educação Patrimonial comprometida com a formação crítica e cidadã dos estudantes.

Considerações finais

As reflexões teóricas e relato de experiência apresentados nesse trabalho refletem a importância da Educação Patrimonial como estratégia educativa para a preservação da identidade coletiva. É imprescindível o reconhecimento do patrimônio como direito, pois constitui parte fulcral na formação da história de um grupo humano, seja ele material ou imaterial.

As experiências vivenciadas no âmbito do PIBID demonstram que o patrimônio cultural pode deixar de ser um tema abstrato ou elitizado para tornar-se parte significativa da formação dos estudantes da escola pública. Ao integrar o saber local ao currículo escolar, a Educação Patrimonial fortalece o vínculo entre os alunos e seu território, promove a valorização de suas culturas e resgata saberes historicamente silenciados. Assim, a escola transforma-se em um espaço de memória, diálogo e pertencimento, onde a educação não se limita à transmissão de conteúdos, mas se efetiva como prática de reconhecimento, cidadania e transformação social.

Fontes

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 de julho de 2025.

Referências

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santo. As transformações do patrimônio: da retórica da perda a reconstrução permanente. In: TAMASO, Isabela Maria; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Orgs). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: trajetórias e conceitos. Brasília; Associação Brasileira de Antropologia 2012.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

IPHAN. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. 3. ed. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Petrópolis: Museu Imperial / DEPRON – IPHAN / MinC, 1999. p. 5.

HORTA, José Silvério Baia. **Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

PFLUEGER, Grete Soares. Conhecendo a história e a cartografia urbana de São Luís [livro eletrônico]. São Luís: UEMAnet, 2021. 46 f. ISBN 978-65-89787-56-3.

TORRES, Tatiana Carrilho Pastorini; SCHIAVON, Carmem G. Burgert. Educação patrimonial e o ensino de história das cidades. **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 2, n. 2, p. 1-113, jan./abr., 2015.

**Narrativas escolares sobre o Processo Abolicionista na Escola Marineide Pereira Cunha,
PIBID/História - Mossoró/RN**

*School narratives about the Abolitionist Process at the Marineide Pereira Cunha School,
PIBID/History – Mossoró/RN*

Eletice Costa de Meneses Neta¹, UERN

João Paulo de Souza², UERN

Pedro Henrique da Silva Pereira³, UERN

Resumo

O trabalho relata as ações do PIBID História/UERN com alunos do 9º ano da Escola Marineide Pereira Cunha, em 2025, voltadas à crítica da narrativa tradicional do 13 de maio. Com base na Lei 10.639/2003, na educação antirracista e no debate sobre racismo estrutural, busca-se destacar o protagonismo da população negra no processo abolicionista. Tendo isso em mente, a principal atividade foi uma aula de campo em um percurso histórico organizado pelo Projeto Procurando Rafael, percorrendo espaços de memória negra relacionados à abolição mossoroense de 1883. Por fim, será aplicado um questionário, avaliando as mudanças na percepção dos estudantes sobre essas temáticas. Espera-se que a iniciativa fortaleça e amplie a compreensão dos estudantes quanto às desigualdades raciais e ressignifique suas memórias em torno da abolição no contexto local.

Palavras-Chave: 13 de maio; educação antirracista; relações étnico-raciais; Percurso Histórico; PIBID.

Abstract

The work reports the actions of PIBID History/UERN with 9th-grade students at the Marineide Pereira Cunha School in 2025, aimed at critically examining the traditional narrative of May 13. Based on Law 10.639, on antiracist education, and on the debate about structural racism, the initiative seeks to highlight the agency of Black people in the abolition movement. With this in mind, the main activity was a field trip following a historical tour organized by the Procurando Rafael Project, visiting Black memory sites related to the 1883 abolition in Mossoró. Finally, a questionnaire will be applied to assess changes in students' perceptions of these themes. The initiative is expected to strengthen and broaden students' understanding of racial inequalities and to reshape their memories regarding abolition in the local context.

Keywords: May 13th; antiracist education; ethno-racial relations; Historical Tour; PIBID.

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: eleticecosta@gmail.com.

² Graduado em Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: joaopaulodesouza318@gmail.com.

³ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: hpdropereira4@gmail.com.

Introdução

A motivação para a realização deste trabalho surgiu a partir de uma experiência vivenciada em sala de aula na Escola Municipal Marineide Pereira da Cunha, localizada na cidade de Mossoró/RN, em uma proposta pedagógica que, inicialmente, não se relacionava às questões étnico-raciais. Durante uma ação desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em alusão ao 8 de março, Dia Internacional da Mulher, os estudantes foram convidados a mencionar uma mulher que admiravam. Nesse contexto, um dos alunos afirmou admirar a princesa Isabel, justificando sua escolha pelo fato de ela ter sido responsável pelo fim da escravidão no Brasil.

A fala desse estudante evidencia uma narrativa escolar que reforça a ideia de uma abolição concebida como concessão das elites brancas, atribuída à princesa Isabel, invisibilizando as lutas, resistências e a atuação da população negra na conquista de sua liberdade. Nesse sentido, procuramos elaborar um projeto para ser realizado ao longo das atividades do dia 13 de Maio, data da assinatura da Lei Áurea. A intenção era promover uma reflexão acerca da importância de destacar a agência da população negra em suas lutas ao longo da história, reforçando o protagonismo e a resistência dos libertos e escravizados no processo abolicionista, transformando um ato visto por eles como individual e benevolente (por parte da branquitude) em uma percepção de luta coletiva (centrado na agência negra).

Para isso, a própria história local de Mossoró foi mobilizada. Afinal, a cidade possui uma narrativa abolicionista própria, tendo emancipado todos os seus escravizados em 30 de setembro de 1883, cinco anos antes da assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Entretanto, assim como a narrativa compartilhada pelo aluno em sala de aula, a construção da narrativa histórica da abolição da escravatura mossoroense também destaca apenas a participação da elite branca da cidade, com foco na maçonaria, invisibilizando a participação, a luta, e a resistência da população negra nesse processo⁴.

Foi a partir do diagnóstico desse apagamento da população negra nas narrativas históricas da cidade de Mossoró que surgiu o projeto de extensão do curso de História *Procurando Rafael: a quem pertence o 30 de setembro em Mossoró?*, da Universidade do

⁴ Neste trabalho, o uso da terminologia abolição para se referir a Mossoró tem como objetivo apenas adequar-se à forma como o fenômeno é nomeado localmente: abolição da escravatura. Entretanto, é importante lembrar que, na prática, tratou-se majoritariamente de um processo de emancipação de pessoas escravizadas por meio da compra e concessão de alforrias.

Estado do Rio Grande do Norte (UERN)⁵. Coordenado pela prof^a. Dra. Aryana Costa, o objetivo do projeto é problematizar o embranquecimento vigente nas narrativas consolidadas sobre o imaginário da cidade pelos historiadores e memorialistas clássicos. Mas para além disso, o Procurando Rafael busca construir novas narrativas com foco nessa população negra silenciada, atribuindo novos sujeitos para o processo abolicionista da cidade, tornando-o mais plural, colorido e antirracista.

O projeto, iniciado em 2024, é pautado em uma perspectiva antirracista, entendida neste trabalho conforme a conceituação de Barbara Carine, a qual a define como práticas “voltadas para a denúncia do racismo no sentido maior de sua reversão/destruição” (Carine, 2023, p. 89). Sendo assim, por meio do alinhamento entre pesquisa, ensino e extensão, atua na construção dessa nova história mossoroense, subvertendo essa coadjuvação da população negra nas narrativas locais e colocando-a como protagonista.

Uma das ações pensadas para alcançar esse objetivo é a realização de percursos históricos de memória negra no centro da cidade, com foco nas escolas da rede básica. Afinal, “educar é um ato social que não se restringe a uma sala de aula” (Carine, 2023, p. 20). Nessa perspectiva, a cidade passa a ser compreendida como um espaço educativo. Durante essas aulas-passeio, nas quais os estudantes vivenciam um turismo pedagógico, o contato direto com o espaço urbano possibilita novas formas de aprendizagem. Esse deslocamento pelo território descortina uma série de pluralidades existenciais e culturais, perceptíveis sobretudo no ato de caminhar e contemplar o espaço público (Goes, 2020, p. 47).

Com isso em mente, realizamos a integração entre o PIBID e o Projeto de Extensão para a execução do Percurso Histórico de Memória Negra de Mossoró, desenvolvido com uma turma de 32 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II da Escola Municipal Marineide Pereira da Cunha, situada no bairro Santa Delmira. Inserida na zona urbana, a instituição atende crianças e adolescentes tanto do próprio bairro quanto de localidades vizinhas, além de comunidades da zona rural. Tal ação visou pôr em prática o que Pinheiro e Narciso (2022) compreendem como objetivo da extensão universitária: o momento de trocas entre a academia e a sociedade.

Assim, num primeiro momento, esse trabalho irá analisar os caminhos da educação antirracista por uma perspectiva emancipadora, tão cara nessa experiência Extensão/PIBID. Em seguida, veremos como se deu o percurso e quais conhecimentos foram mobilizados, nos atentando para a educação patrimonial e a problematização da narrativa hegemônica, agora

⁵ Pautado na perspectiva de uma História Pública, o projeto também divulga suas descobertas e seus percursos na página do Instagram @procurandorafael.

vista por um outro viés: enegrecido. Finalmente, apresentaremos os resultados dessa aula no espaço urbano, esmiuçando os impactos que essa nova narrativa teve nas concepções dos alunos sobre a história de Mossoró, a agência da população negra na história, no 13 de Maio de 1888 e sobre eles mesmos enquanto estudantes em um exercício de cidadania.

Uma Educação Antirracista

Para obter uma educação de qualidade, que impacta e influencia a vida dos alunos, é preciso estar aberto a educar para a diversidade existente nas pessoas, principalmente nos alunos; se atentando para os diversos tipos de opressões sociais e estruturais que marcam suas vidas, sendo um desses marcadores, a questão racial. Assim, para Francisco da Silva (2024), o conceito de raça deve ser entendido enquanto uma construção social que estabelece uma classificação entre pessoas, ancoradas num projeto de dominação social, que cria critérios de hierarquização baseada nos traços fenotípicos. Com um destaque especial para a cor da pele, essa construção legítima a inferiorização e marginalização das populações minorizadas racialmente, seja num escopo histórico ou cultural (Silva, 2024, p. 33).

Nessa perspectiva, Silvio Almeida (2019) defende que não há como compreender o racismo no Brasil sem o entendimento do que é o racismo estrutural, presente em toda a estrutura social de modo normal. Esse preconceito presente nos comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição (Almeida, 2019, p. 33).

Estando presente em diferentes níveis institucionais da vida cotidiana, desde a criação de políticas do Estado, nas empresas e/ou escolas, o racismo é uma parte inescapável para qualquer um que deseje estudar a sociedade brasileira. Surge então a necessidade da educação se tornar um espaço de combate dessas práticas, afinal, também é no espaço escolar que elas se intensificam, e “sendo a escola um espaço de reprodução dessas estruturas de opressão, precisamos pensar em mecanismos de superação dessas mazelas (...) principalmente por meio do sistema educacional formal” (Carine, 2023, p. 67).

A educação para as relações étnico-raciais é obrigatória no ensino de história desde 2003, com a implementação da lei 10.639/2003. Esta legislação representa um grande avanço nas discussões sobre uma educação antirracista nos ambientes educacionais, uma vez que inclui na Lei n. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) a obrigatoriedade do ensino da cultura e história africana e afro-brasileira nos currículos

escolares⁶. No entanto, apesar de representar uma conquista importante para a história da população negra por evidenciar suas contribuições para a formação da sociedade brasileira, é possível destacar que a concretização dessas leis é marcada por alguns desafios que fazem com que a narrativa eurocêntrica ainda prevaleça no ambiente escolar até hoje.

Em uma pesquisa bibliométrica, Costa e Eugênio (2018) indicaram um cenário de baixa circulação de artigos sobre o ensino de História da África em recortes específicos de revistas e na plataforma SciELO entre 2003 e 2017⁷. Todavia, é necessário observar que esse dado tem sido revisitado pela historiografia recente, que aponta um volume mais expressivo de publicações e pesquisas no campo do Ensino de História, sugerindo que a produção intelectual sobre a temática passou a crescer.

Houve o crescimento das pesquisas acerca da educação das relações étnico-raciais (ERER). Carvalho (2020), identificou 60 (sessenta) dissertações e teses produzidas, sobre o tema, nos programas de pós-graduação do país, entre os anos 2015 e 2019.³ Segundo dados produzidos por Coelho, Brito e Cruz em 2023, sobre a produção do conhecimento do ProfHistória,⁴ disponibilizado na própria plataforma digital, identificou-se 31 (trinta e uma) dissertações defendidas e publicadas pelo Programa entre os anos de 2016 a 2022 (...). Em 2023, houve intensa mobilização acadêmica e social em torno da temática dos 20 anos da Lei 10.639/2003, por meio de eventos, debates, mostras e publicações, como o Dossiê 20 anos da Lei 10.639/03, “Revista História Hoje” (Carvalho; Guimarães, 2023, p. 104).

Apesar disso, sua absorção nos currículos de formação docente ainda apresenta desafios, Fonseca (2024) destaca uma questão fundamental: independentemente do volume de textos publicados, a efetivação da lei nos espaços escolares esbarra na formação de professores. Muitos deles não tiveram acesso a esses conteúdos durante sua graduação e, como afirma a autora, “depende não somente das ofertas nos cursos de História, mas, de igual forma, nos cursos de extensão universitária ou de formação continuada para formação de professores especializados nesta temática” (Fonseca, 2024, p. 43).

Tais questões, por diversos fatores, nem sempre são efetivadas na formação docente, o que gera resistências à abordagem de determinadas perspectivas e contribui para a perpetuação de narrativas baseadas na colonialidade do poder e em discursos eurocêtricos

⁶ A Lei 10.639/03 foi modificada em 2008 com a Lei 11.645 que também incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígenas.

⁷ Foram analisados “[...] cinco sites de revistas de História, especializadas em pesquisas relacionadas ao ensino da disciplina, a saber: Revista Brasileira de História (ANPUH); Revista História (PUC-SP); Revista História & Ensino (UEL); Revista História Hoje (ANPUH) e Revista Tempo (UFF). Foram consultadas todas as edições desses periódicos no período 2003-2017. Além disso, efetuamos um levantamento junto à plataforma Scielo, valendo-nos dos descritores: ensino de História, história da África e ensino de História da África [...] foram localizados e selecionados, ao todo, sete artigos que tratam da temática proposta” (Costa; Eugênio, 2018, p. 03). Para saber mais, vide Costa (2018).

(Quijano, 2005). Assim, ainda prevalecem, em muitas escolas, narrativas embranquecidas sobre a história. Segundo José Gonçalves (2014), as resistências à implementação efetiva da Lei 10.639/2003 estão atreladas a perspectivas teórico-metodológicas que levam a entender a História apenas como um relato de ocorrências do passado. Contudo, é fundamental compreender que essa resistência não se limita à vontade individual do docente, mas é fruto de uma rede complexa de variáveis.

Como aponta a crítica historiográfica contemporânea, a tradição disciplinar eurocêntrica, a estrutura narrativa dos livros didáticos, que muitas vezes ainda relegam o papel do negro a uma posição passiva, e currículos prescritos engessados, criam um cenário que dificulta a ruptura com modelos hegemônicos de ensino. Assim, a formação lacunar do professor acaba sendo apenas uma das engrenagens de um sistema que reproduz o silenciamento de matrizes africanas e indígenas.

É justamente essa dificuldade em conectar o passado ao presente que contribui para a rejeição em pluralizar os sujeitos e as narrativas históricas. Compreender a História apenas como ocorrências do passado é, de certo modo, ignorar a diversidade populacional do presente. Assim, discursos históricos que privilegiam exclusivamente às ações da elite branca de determinados períodos, invisibilizando a participação de outros grupos, precisam ser problematizados, e, sempre que possível, corrigidos.

Retomando o exemplo que abriu este texto, o do aluno que afirmou admirar a princesa Isabel por ter abolido a escravidão ao assinar a Lei Áurea, sua resposta não estava errada, pois não havia uma resposta certa. No entanto, a forma como o aluno expressou essa admiração chamou nossa atenção. A imagem de uma princesa salvadora dos escravizados é uma das narrativas históricas mais comuns no imaginário brasileiro, consolidada e reproduzida ao longo dos anos pela educação formal, e, por vezes, ainda persistente.

Assim, diante da necessidade de combater essas ideologias embranquecidas, passamos a pensar em atividades que promovessem a visibilização e o protagonismo da população negra. O objetivo era demonstrar que a abolição da escravatura não foi um ato isolado da monarquia, mas o resultado da luta e resistência da própria população negra em busca de sua liberdade, evidenciando para os alunos que esse grupo também construiu suas próprias histórias.

A pluralização das narrativas históricas, ao incorporar diversos sujeitos, surge não apenas como um instrumento de justiça histórica, mas também como uma oportunidade de

aproximar os alunos da história de sua cidade e do país, reforçando vínculos identitários e ampliando a compreensão crítica do passado.

Assim, é válido ressaltar algumas informações sobre a composição do corpo discente da Escola Municipal Marineide Pereira Cunha. A escola está localizada em uma região periférica da cidade, socialmente marginalizada. Para conhecer melhor o perfil dos alunos, foi aplicado um questionário com perguntas voltadas à autodeclaração étnico-racial. Ao final, foram obtidas 87 respostas, das quais 66,6% dos estudantes se autodeclararam negros (pretos ou pardos). Considerando apenas os alunos do 9º ano, dos 33 que responderam, 12 se identificaram como brancos, 13 como pardos e 7 como pretos. Ou seja, aproximadamente 60,6% se autodeclararam negros.

Nesse contexto, a elaboração da atividade proposta considerou esses dados, uma vez que o público atendido é majoritariamente composto por estudantes que ainda têm pouco acesso a uma formação estruturada em uma perspectiva antirracista. Além disso, a proposta está alinhada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a importância da valorização da diversidade étnico-racial e da superação do racismo estrutural no ambiente escolar.

O percurso histórico de memória negra de Mossoró foi organizado de modo a tomar a figura de Rafael Mossoroense da Glória, um ex-escravizado da cidade, como ponto de partida para a mobilização do conhecimento histórico a partir de uma perspectiva crítica, distinta da narrativa que centra a abolição da escravidão na imagem da princesa Isabel. Assim, Rafael da Glória é apresentado como símbolo da luta negra em Mossoró, representando a agência dos escravizados no processo abolicionista local.

Ao apresentarmos Rafael Mossoroense da Glória, juntamente com outros sujeitos, festejos e experiências da população negra de Mossoró, como referências de resistência incorporadas à narrativa do percurso histórico, oferecemos aos estudantes, especialmente aos alunos pretos e pardos, a oportunidade de se reconhecerem na história em posições de agência e luta. Nesse sentido, a representatividade torna-se um instrumento poderoso para o fortalecimento da identidade, da autoestima e do pertencimento desses alunos (Carine, 2023, p. 20).

Realização do percurso

A narrativa do pioneirismo abolicionista mossoroense, ocorrida em 30 de setembro de 1883, quando Mossoró se tornou uma das primeiras cidades do país a emancipar todos os

indivíduos escravizados de seu território, sendo a primeira fora da província do Ceará, é amplamente documentada, com uma farta produção memorialista construída pela Coleção Mossoroense ao longo do século XX. Além disso, essa memória está presente na nomenclatura de ruas, bairros e praças; no brasão de armas e no hino da cidade, sendo também feriado municipal desde 1913.

Figura 1 – Percurso de memória negra em Mossoró



Fonte: Produzido pelos autores, 2025.

Tendo isso em vista, o percurso realizado com os estudantes teve duração de uma hora e meia (1h30min), percorrendo aproximadamente um quilômetro. Durante a caminhada, os alunos fizeram cinco paradas com intervenções de conteúdo histórico. A primeira parada foi no Museu Histórico Lauro da Escóssia, onde foram apresentados, de forma expositiva, os principais momentos da narrativa abolicionista mossoroense, suas datas e principais atores sociais, além de uma problematização sobre o 13 de Maio, que motivou a realização do percurso.

Essa abordagem inicial teve como objetivo avaliar, ainda durante o trajeto, os conhecimentos prévios dos estudantes sobre escravidão, abolição e o significado da data de 13 de maio. Buscou-se construir com eles um diálogo acerca do racismo enquanto sistema social e estrutural de opressão (Carine, 2023, p. 48), auxiliando-os a compreender como o racismo presente em nosso cotidiano também se manifesta na escrita da história, por meio de silenciamentos e da invisibilização dos sujeitos negros na narrativa oficial da cidade de Mossoró.

Em seguida, os estudantes chegaram à segunda parada: a Rua Rafael Mossoroense da Glória (atualmente denominada Rua Jerônimo Rosado). Ali, conheceram a história de Rafael Mossoroense da Glória (1852–1904), importante liderança negra local. Como presidente do Club dos Spartacus, atuava como braço armado do movimento abolicionista na cidade, sendo responsável por proteger pessoas escravizadas que fugiam de outras regiões em busca de liberdade em Mossoró. Nessa parada, sua figura foi apresentada como exemplo de liderança negra, com ênfase em sua agência na luta pela liberdade e na possibilidade de formação de laços familiares, mesmo em contextos adversos, envolvendo sua esposa, filhos e descendentes.

Na terceira parada, os estudantes chegaram à Praça da Redenção. Naquele momento, a mobilização do espaço urbano ao redor adquiriu novos sentidos: ali residiam os principais abolicionistas brancos de Mossoró, muitos dos quais, paradoxalmente, foram donos de escravizados em algum momento. Nessa praça, o foco esteve nas residências desses personagens e na Estátua da Liberdade, inaugurada em 1904, único monumento público dedicado à narrativa abolicionista na cidade; também permeado de narrativas próprias. Diante disso, e especialmente considerando o estado de abandono atual dessa região, a educação patrimonial ganha relevância. Segundo Cerqueira, sua função é

sensibilizar as comunidades sobre a importância de preservar a sua memória; [...] gerar uma reflexão sobre as memórias dos diferentes grupos sociais, de modo que se perceba que patrimônio não é somente o monumento belo e notável que fala do passado de algumas elites, mas que patrimônio é, outrossim, todo símbolo de memória coletiva (Cerqueira, 2005, p. 100).

Paralelo a isso, entre a primeira e a quarta parada na Catedral de Santa Luzia, o grupo percorreu o chamado Centro Histórico da cidade, mais especificamente o marco zero mossoroense. O ato de caminhar por esse espaço, como destaca Gércica Goes (2020, p. 47), é fundamental, pois permite aos estudantes visualizarem a cidade sob novas perspectivas, apropriando-se daquele espaço e projetando sobre ele novos sentidos. A paisagem, antes lida apenas a partir da narrativa branca e tradicional, agora também revelava uma presença negra historicamente apagada.

O percurso se encerrou na atual Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), situada no antigo Alto do Pão Doce. De acordo com narrativas locais, nesse local funcionava o Club dos Spartacus, fundado por negros libertos de Mossoró e atuante na proteção de pessoas escravizadas que buscavam refúgio na cidade (Nonato, 2015, p.85). Nesse momento final, retomou-se o olhar crítico introduzido no início

do percurso, problematizando a narrativa memorialista de Raimundo Nonato (2015). Destacou-se, por exemplo, que no dia da abolição, os ex-escravizados, mesmo livres, foram os responsáveis por preparar o banquete em celebração à sua própria liberdade. Enquanto os abolicionistas brancos festejavam, as pessoas negras continuavam trabalhando, para só depois poderem comemorar.

Essa narrativa, ao ser mobilizada, evidencia a permanência da subalternização dos sujeitos negros, tanto social quanto simbolicamente. Suas vidas, experiências, sentimentos e agências continuam sendo diminuídas ou apagadas. Por isso, conscientizar os estudantes, ainda que minimamente, para que reconheçam essas estruturas, problematizem-nas e se posicionem diante delas, constitui o objetivo maior desse percurso, e acreditamos tê-lo alcançado.

Resultados do percurso

Na aula seguinte à realização do percurso pelos lugares de memória negra de Mossoró, os estudantes responderam a um questionário avaliativo que buscou identificar tanto os conhecimentos assimilados quanto às percepções e sentimentos mobilizados pela atividade. Essa etapa pós-percurso foi fundamental para compreender o alcance pedagógico da proposta e avaliar como a experiência influenciou a maneira como os alunos interpretam a história mossoroense.

Uma das primeiras perguntas investigava, novamente, os saberes prévios dos estudantes sobre a história da população negra de Mossoró. O resultado foi expressivo: dos 26 estudantes participantes, 25 afirmaram não possuir nenhum conhecimento prévio sobre o tema. Tal dado evidencia uma lacuna estrutural no ensino de História Local e, sobretudo, a persistência de um currículo escolar que privilegia narrativas eurocêntricas, deixando de lado trajetórias negras fundamentais para a compreensão da formação social, econômica e cultural do município. A sub-representação desse conteúdo, portanto, não é apenas um problema pedagógico, mas também um reflexo de longos processos de invisibilização histórica.

Quando questionados sobre qual personalidade mais chamou a atenção durante o percurso, a maioria dos estudantes destacou Rafael Mossoroense da Glória. Seu protagonismo no enfrentamento à escravidão, somado à injustiça de sua exclusão das narrativas oficiais, foi frequentemente mencionado nas respostas. Trechos como “Rafael, achei muito interessante e muito injusto ele ter sido excluído da história” e “A de Rafael, por ter sido um dos homens a lutar contra a escravidão” revelam que o percurso despertou reflexões críticas acerca do

apagamento histórico e dos mecanismos que sustentam a marginalização da memória negra. Tais respostas demonstram que, para esses jovens, conhecer Rafael significou romper com uma educação que lhes apresenta apenas heróis brancos, quase sempre figuras institucionais, enquanto silencia sujeitos negros que exerceram agência e resistência em seu próprio território.

Outro dado relevante emergiu quando se questionou os estudantes sobre a importância da memória negra. Todos os 26 participantes afirmaram que o percurso contribuiu para compreender a relevância dessa valorização. Surgiram respostas como: “é importante para sabermos mais sobre pessoas negras”, “não podemos deixar essa história ser apagada” e “é importante para saber mais sobre o lugar em que vivo”. Essas falas indicam que a atividade gerou sensibilização histórica e consciência crítica, abrindo espaço para que os estudantes se reconhecessem como parte de um território cuja formação se deu também, e profundamente, a partir da presença negra.

Além disso, muitos estudantes revelaram nunca ter visitado os lugares que compuseram o percurso. Esse dado expõe dois tipos de afastamento: o simbólico, relacionado ao silenciamento dessas memórias nas narrativas oficiais, e o material, vinculado às condições concretas de mobilidade e acesso dentro da própria cidade. O relato “não conhecia esses locais, pois não tenho muita oportunidade de sair de casa, e gostei” evidencia como a atividade possibilitou um encontro entre o estudante e seu território, ampliando seu repertório sociocultural e fortalecendo sua relação com a cidade. Assim, o percurso funcionou não apenas como ferramenta pedagógica, mas também como instrumento de territorialização, contribuindo para que os estudantes atribuam novos sentidos a espaços que antes lhes eram desconhecidos ou invisíveis.

De modo geral, os resultados do questionário demonstram que o percurso conseguiu romper com a lógica tradicional do ensino de história de Mossoró, frequentemente dissociado das vivências dos alunos e estruturado em narrativas centradas no protagonismo branco das elites locais. A atividade permitiu que os estudantes se aproximassem de dimensões da história de Mossoró que raramente aparecem no currículo escolar, incentivando uma leitura crítica sobre a formação da cidade e sobre as ausências simbólicas que ainda moldam a forma como seu passado é narrado. Ao caminhar por lugares que preservam memórias negras, como o Museu Histórico Lauro da Escóssia e a Faculdade de Enfermagem, os estudantes foram convidados a reimaginar a história local, compreendendo-a como um campo de disputas e como espaço legítimo para reivindicar identidades e pertencimentos.

Considerações Finais

A atividade realizada revelou não apenas um desconhecimento estrutural sobre a história da população negra de Mossoró, mas também o modo como esses espaços e narrativas permanecem marginalizados no cotidiano dos estudantes. Tal constatação reforça a importância de práticas pedagógicas que articulem ensino de História, memória e território, oferecendo aos alunos oportunidades reais de se reconhecerem como sujeitos históricos inseridos em uma cidade marcada por hierarquias raciais e por disputas simbólicas.

Ao caminhar pelos lugares de memória negra em Mossoró, os estudantes puderam articular saberes escolares com experiências concretas, atribuindo novos significados a áreas até então ignoradas. Esse processo de reterritorialização promoveu não apenas o aprendizado de conteúdos negligenciados, mas também uma forma de pertencimento identitário capaz de fortalecer autoestima, consciência crítica e vínculos comunitários. Assim, o ensino de História Local, quando orientado por uma perspectiva antirracista, revela-se uma ferramenta potente para a construção de uma educação mais inclusiva, plural e emancipadora.

A partir da atividade, tornou-se evidente que a escola ocupa lugar fundamental na disputa por narrativas e pertencimentos. As histórias que escolhemos contar, e as que escolhemos silenciar, moldam a maneira como grupos sociais se percebem no presente e projetam seus futuros. Nesse sentido, ao valorizar trajetórias negras e reinscrever sujeitos como Rafael Mossoroense da Glória no centro da narrativa histórica, a escola contribui para combater séculos de exclusão e para assegurar que alunos pretos, pardos e brancos acessem uma versão mais justa e complexa da história local.

Além disso, o percurso reafirma a dimensão política da educação histórica: ao reconhecer a população negra como protagonista na formação da cidade, desafia-se o mito da harmonia racial e evidenciam-se as lutas e resistências que moldaram o território. Essa compreensão é crucial para formar cidadãos capazes de interpretar criticamente a realidade social, identificar desigualdades e atuar de maneira consciente na transformação de seu meio.

Por fim, as reflexões e aprendizagens proporcionadas pelo percurso revelam que práticas educativas que mobilizam a memória, o território e a presença negra têm grande potencial para contribuir na formação de uma cidadania comprometida com a justiça social. Desse modo, iniciativas como essa reafirmam a necessidade de ampliar o ensino de História Local, incorporando narrativas historicamente silenciadas e reconhecendo a centralidade da experiência negra na construção da Mossoró contemporânea.

Referências

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARROS, C. H. F. Ensino de história, memória e história local. **Criar Educação** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESC, v. 2, n. 2, 2013.
- CARINE, B. **Como Ser Um Educador Antirracista**. 5. ed. São Paulo: Planeta, 2023.
- CARVALHO, L. P.; GUIMARÃES, S. **20 anos da lei 10.639/2003: a educação para as relações étnico-raciais e a formação de professores de história**. Cadernos da Fucamp, v.24, p.103-125. 2023.
- CERQUEIRA F. V. Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 91-109, 2005. Disponível em:
<<http://www.dialogos.uem.br/include/getdoc.php?id=529&article=180&mode=pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2025.
- COSTA, R.; EUGENIO, B. O Ensino de História da África e a produção acadêmica: o que dizem as revistas de Ensino de História no período 2003-2017. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. v. 4, n. 11, p. 298-308, jun. 2018.
- FONSECA, G. C. O Eurocentrismo e os desafios à efetivação da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08 no âmbito escolar: seletividades curriculares restritivas no ensino de História. **Revista Discente Ofícios de Clío**, v. 9, n. 17, jul-dez. 2024.
- GOES, G. V. **Percursos urbanos: a educação patrimonial a partir do caminhar no centro da cidade de Fortaleza-CE**. 2020. 366f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- GONÇALVES, J.H.R.P. Das resistências ao ensino escolar de História da África: Algumas considerações. **Revista História & Ensino**, v. 20, n. 1, p. 83-100, jan./jun. 2014.
- NONATO, R. **História social da abolição em Mossoró**. Mossoró: Coleção Mossoroense, v. CCLXXXV, 2015.
- PINHEIRO, J. V.; NARCISO, C. S. A importância da inserção de atividades de extensão universitária para o desenvolvimento profissional. **Revista extensão e sociedade**, v. 14, p. 60-72, 2022.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SILVA, F. L. **O ensino de história e a educação antirracista: proposta de uma sequência didática a partir do uso de imagens**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2024.

Os ecos do PIBID: Direitos Humanos no Ensino de História

The echoes of PIBID: Human Rights in History Teaching

Ana Vitória Campos Moura¹, UESPI

Kaylane Moraes da Costa², UESPI

Laryssa dos Santos Ribeiro³, UESPI

Resumo

O Programa de Iniciação à Docência das licenciaturas tem demasiada importância na formação de novos professores ao proporcionar um contato com a sala de aula que ocorre ainda no começo do curso e por inserir esses jovens universitários na realidade do magistério no Brasil. O programa que instiga os participantes a trabalharem Direitos Humanos com adolescentes do ensino médio das escolas públicas não pode ser menosprezado tendo em vista o seu retorno para o meio acadêmico e as comunidades escolares onde ocorre. Esse artigo é um compilado de reflexões sobre as experiências de três universitárias concluintes do curso de história sobre a importância do PIBID na nossa formação, seguido de relatos pessoais que nos impactaram e que demonstram a importância da nossa atuação enquanto pibidianas para os alunos que nos recebem.

Palavras-chave: PIBID; Ensino de História; Direitos Humanos; Relato de Experiência.

Abstract

The Teaching Initiation Program for undergraduate licensure students programs is incredibly important in the training of new teachers, providing classroom exposure early in the program and immersing these young university students in the realities of teaching in Brazil. The program, which encourages participants to work on Human Rights with high school students in public schools, cannot be overlooked, given its potential return to academic and the school communities where it is taught. This article is a compilation of reflections on the experiences of three university students graduating from the history program regarding the importance of PIBID in our training, followed by personal stories that impacted us and demonstrate the importance of our work as PIBID teachers for the students we receive.

Keywords: PIBI; History Teaching; Human Rights; Reflective Account.

¹ Graduanda em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Participou do programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022-2024, atuando no subprojeto de História em escolas da rede Estadual do Piauí com projetos sobre Direitos Humanos. Atualmente é bolsista PIBID da edição 2024-2025. Email de contato: aninhamoura1812@gmail.com. Id lattes: <http://lattes.cnpq.br/5481224803284757>.

² Graduanda em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Participou do programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022-2024, atuando no subprojeto de História em escolas da rede Estadual do Piauí com projetos sobre Direitos Humanos. Atualmente é bolsista PIBIC da edição 2024-2025. Email de contato: kaylanebandeir19@gmail.com. Id lattes: <http://lattes.cnpq.br/2584936830603597>.

³ Graduanda em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Participou do programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022-2024, atuando no subprojeto de História em escolas da rede Estadual do Piauí com projetos sobre Direitos Humanos. Atualmente é bolsista PIBIC da edição 2024-2025. Email de contato: laryssaribeiro1706@gmail.com. Id lattes: <https://lattes.cnpq.br/4444513565142712>.

Introdução

A realidade do estudante de licenciatura que entra em sala de aula para ter as suas primeiras experiências enquanto futuro profissional da educação é de grande impacto com o modo de ensino. Isso pois, enquanto universitários, nós refletimos criticamente sobre a educação e as ações de mudanças necessárias para a instituição escolar, mas ao adentrar esse meio, percebemos que esse pensamento crítico fica apenas nos documentos das escolas e nos debates universitários, enquanto os alunos recebem fragmentos (as vezes nem isso) de um ensino menos mecanizado e voltado para a reflexão. O impacto da educação bancária (Freire, 2013) que promove um ensino tecnicista para preparar o aluno apenas para o mundo do trabalho tem sido notado desde as turmas menores até o ensino médio. O amplo desinteresse dos alunos, a dificuldade de concentração, o não entendimento da importância da escola fazem parte da rotina.

No ensino de história, encaramos dificuldades em sala de aula que demonstram a importância de um preparo cada vez mais humanizado, atento à realidade presente e sensível ao contato com crianças e adolescentes. Antes de pensar em explicar um conteúdo ou passar uma atividade, é necessário entender o ambiente, observar os alunos e a rotina, perceber as suas peculiaridades – essas são algumas das coisas que o PIBID (Programa de iniciação à docência) proporciona. Por isso, gostaríamos de enfatizar nesse trabalho a importância do PIBID para o aluno da escola que nos recebe e para o pibidiano, quem através desse primeiro contato em sala de aula, começa a moldar seu eu profissional, além dos benefícios que essa parceria tem para os avanços da compreensão dos direitos humanos por parte das crianças e adolescentes. Entendemos que a história é uma possibilidade de pensar junto à escola e a comunidade uma meta para uma sociedade diferente (Andrade, Gil e Balestra, 2018), onde possamos refletir criticamente sobre as dificuldades enfrentadas nas diversas realidades e, a partir da ciência da necessidade de defender os direitos humanos, construirmos juntos uma noção de cidadania, respeito ao próximo e valorização à uma sociedade mais igualitária.

Assim como para os autores Juliana Andrade, Carmem Gil e Juliana Balestra (2018), nós entendemos que a escola cada vez mais precisa se tornar um lugar que debate e luta contra violências e disparidades sociais, e além disso, é necessário compreender que o ensino de história em sala de aula possibilita uma abordagem que problematiza não só os fatos históricos do passado, mas a própria realidade vivenciada pelos alunos.

Em “*O perigo da história única*” a autora nigeriana Chimamanda Adiche aponta que

Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adiche, 2019, p.16).

Tal reflexão espelha a necessidade de busca de valorização de *outras formas*, outras formas de olhares, de métodos, de realizações, outras formas de se fazer e contar histórias. A edição do Projeto de Iniciação à Docência (PIBID) realizado pelos alunos do curso de história da Universidade Estadual teve sua atuação programática sendo permeada por discussões acerca de direitos humanos com os alunos do CETI José Euclides de Miranda, escola de ensino médio localizada na cidade de Parnaíba, Piauí. O debate acerca de direitos humanos encontrou sua realização efetuada através de momentos guiados por temáticas, de modo que em conjunto com os alunos da instituição foi realizado trabalhos acerca dos direitos humanos das mulheres, povos indígenas, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQIAPN+, crianças, pessoas em situação de trabalho análogo a escravidão e entre outros. O trato para com a temáticas que circundem debates acerca de direitos humanos possui ligação direta com a ação de ensinar história, partindo por temas transversais que em busca de ação, deve buscar contrariedade para com a história única. O historiador Marc Bloch teria defendido que a história se trataria da ciência dos homens no tempo (Bloch, 2001), afirmação que com o passar dos tempos pôde ser refletida e mesmo valorizada, partindo de outros olhares, a partir de um confronto direto com a frase, o *ser humano* em uma inserção temporal, e neste ponto se revela a necessidade do diálogo direto com temáticas ligadas a *direitos humanos*, em uma busca por assim evitar uma história única.

Ao passar do tempo novos debates foram possibilitados a partir e dentro dos estudos históricos, uma história do porão ao sótão, com possibilidades de análises e confrontos com discursos, ação muito necessária ao se *ensinar* sobre história. A necessidade de se abandonar a narrativa dos grandes nomes em favor de um debate mais englobante se faz cada vez mais presente, assim como a exposição acerca da luta por direitos, direitos estes que mesmo sendo assegurados ainda são tão frágeis quanto vidro, direitos que precisam ser protegidos e que são constantemente ameaçados e violados. Desse modo uma maior amplitude didático-pedagógica e maior disposição para o debate acerca de direitos humanos em sala de aula contribui diretamente para a criação de uma consciência histórica, com incentivo a criticidade, e pela busca de um sentido efetivo, em um processo de formação mais integrada e interdisciplinar. A prática de ensino em história necessita reunir aspectos que contribuam para que os estudantes elaborem uma compreensão mais sólida e coerente com relação ao local onde vivem e, num

processo reflexivo, identificar as relações entre as questões locais, vivenciadas no cotidiano, com temáticas mais abrangentes, de alcance universal (Menezes; Feitosa Lima; Rodrigues, 2020) por meio de práticas que relacionem as ocorrências expostas em sala de aula a suas próprias experiências de mundo através de seus sentidos críticos por meio da compreensão de que aspectos do passado ecoam no presente.

Ao longo dos estudos históricos se denotam inúmeras ações de violações de direitos humanos, em momentos históricos em que tal termo ainda não havia sido cunhado e que, portanto, o seu debate não se encontrava enraizado em ação. Se voltar ao passado de tal modo, o resultado pode ser em uma analogia, comparado a um espelho que revela as semelhanças, mas também as diferenças, com a própria história do Brasil sendo um exemplo, sendo caracterizada por preconceitos que permanecem contemporâneos. Em exemplos dentro de nossa própria história se denota mais de trezentos anos de trabalho escravo, marca vermelha em brasa, perseguições a minorias étnicas, submissão de indivíduos a situações, o período ditatorial. Atualmente o Brasil é um dos países onde mais se mata pessoas trans e travestis (Narciza, 2025, p.1), onde pessoas negras possuem mais chances de serem mortas pela polícia (Santos, 2024, p.1), e quatro mulheres são vítimas de feminicídio por dia (Bertolaccini, 2025, p.1), e cada uma dessas ocorrências possui uma raiz histórica que cresceu como uma árvore de violações de direitos e perseguição e intransigências.

Por esta razão a atuação do projeto PIBID em conjunto com escolas locais para o trato acerca de direitos humanos se prova tão essencial e significativa, não apenas para os alunos da instituição, mas também para os próprios pibidianos que passam a ter sua formação acadêmica enquanto futuros professores ainda mais complementada através da atuação em conjunto com o projeto, com vivências dentro do programa que modificam o próprio olhar para com a sala de aula e os alunos.

Com base nisso, o presente texto visa a realização de uma exposição e reflexão acerca da realização do programa PIBID desempenhado no CETI José Euclides de Miranda durante os anos de 2022 - 2024 e as suas contribuições diretas e indiretas com a formação para docência através de seus ecos no processo de ensino de história.

PIBID e a Sala de Aula

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa do Ministério da Educação que visa inserir os estudantes de licenciatura no ambiente escolar de escolas públicas. Também visa aproximar o ensino superior e o ensino básico,

contribuindo para uma educação de melhor qualidade tanto para a formação de novos professores como para os estudantes das escolas públicas. Desse modo, é por meio do PIBID que os estudantes de licenciaturas têm o seu primeiro contato com a sala de aula.

Além disso, esse programa tem grande impacto na vida dos graduandos, principalmente para os bolsistas, pois na maioria dos casos, a bolsa ajuda a garantir a permanência dos alunos na universidade. Nesse sentido, além de trazer novas experiências, segurança e maturidade para lecionar, a bolsa ajuda no sustento de muitos alunos no pagamento de alimentação, moradia, transporte, livros e demais gastos que todo estudante de ensino superior tem.

Nesse contexto, o programa traz novas perspectivas de ensino para o professor supervisor, que nos acompanha durante dois anos, aprendendo conosco e trocando experiências que somam a nossa jornada acadêmica, nos proporcionando uma grande bagagem de conhecimentos que levamos para nossa carreira e que também colaboram para a vida profissional desses professores que nos supervisionam.

De forma particular, o PIBID de história contribui grandemente para a formação do senso crítico dos alunos, pois abordamos temáticas sensíveis acerca de direitos humanos de minorias existentes no Brasil, que sofrem constantemente com exclusão e com seus direitos desrespeitados, como direitos humanos das mulheres, das pessoas LGBTQ+, das pessoas negras, dos povos indígenas e outros. Em sala de aula, relacionamos a temática com história e com a realidade dos alunos, buscamos sempre trazer para a realidade deles e também relacionamos com a história local.

Dessa maneira, optamos por usar a ótica da História do Tempo Presente (Delacroix, 2018), analisando e refletindo durante as aulas as rupturas e permanências do passado no presente, ressaltando os impactos que o passado exerce sob o presente e os impactos que o presente exerce sobre o futuro, trazendo interpretações que mostram como as atitudes que temos hoje pode ter consequências no futuro. Assim, temos como objetivo trazer para as aulas mais de uma perspectiva histórica sobre as temáticas, analisando pontos positivos e negativos das narrativas e fugindo do perigo da história única.

De forma semelhante, usamos a ótica da história-problema para estimular os jovens estudantes a refletirem sobre o passado e sobre o seu tempo. Por isso, enfatizamos em sala de aula a importância da problematização, provocando uma análise crítica e reflexiva sobre os temas estudados e também possíveis caminhos para solucionar tais problemas. Assim, como defende Marc Bloch (2001) na obra *Apologia da história ou o Ofício de Historiador*,

precisamos ser críticos durante as aulas, pois a história não é neutra, essa construção da aula nos ajuda a refletir com os alunos diferentes versões dos fatos históricos.

Em sala de aula, pretendemos que os alunos entendam a história de forma geral, conhecendo todos os lados das diferentes narrativas de um tema, podendo refletir sobre eles e entender todas as nuances que há em estudar direitos humanos e história. Tendo em mente que há muito poder e manipulação envolta do que eles aprendem nos livros de história e também na internet. Queremos mostrar aos alunos o que a escritora nigeriana Chinamanda Adichie (2019) trouxe no livro *O perigo de uma história única*:

Todas essas histórias me fazem quem eu sou. Mas insistir só nas histórias negativas é simplificar minha experiência e não olhar para as muitas outras histórias que me formaram. A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única (Adichie, 2019, p. 14).

Ademais, vale ressaltar a importância dos alunos e alunas saberem seus próprios direitos. Durante as aulas ensinamos tópicos que eles precisarão para a vida e que os tornarão adultos sensatos com o olhar voltado para a dignidade humana. Utilizamos como método o cotidiano em que os alunos estão inseridos como núcleo do ensino, através de conteúdos que estão ligados às necessidades da sociedade.

Nesse sentido, o ensino de história integrado com o ensino dos direitos humanos possibilita práticas interdisciplinares que geram uma formação geral como cidadão e também formação para o trabalho. Nossos alunos têm entre 15 e 18 anos, e por meio dos projetos e das micro aulas, são beneficiados com assuntos atuais que os auxiliam no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e com uma formação mais humanizada (Menezes; Lima; Rodrigues, 2020, p. 50).

A partir do que já foi dito, temos como missão formar caracteres e de contar uma história por meio de micro aulas expositivas e criação de projetos. Pois temos em mente que “o novo e o desconhecido são o objeto de ensino que tanto possibilita a ampliação do universo do conhecimento quanto funda a relação entre professores e alunos” (Mattos, 2006, p. 8), demonstramos para os estudantes que o novo e o desconhecido são oportunidades de aprendizagens.

Como dito anteriormente, criamos projetos e planejamos as micro aulas trazendo temáticas para a realidade deles, para que os discentes vejam utilidade nos conteúdos que são repassados. Dessa forma, também trazemos para as aulas notícias locais e narrativas que estão

inseridas na história local, pois o meio que os estudantes vivem influenciam, de forma direta e indireta, o seu modo de pensar e também de aprender.

Analisando este fato, para aulas, temos como base a vivência social de cada aluno, pois é a partir disso que eles estão construindo e consolidando as suas identidades e amadurecendo como pessoas. Tendo em vista que a história local influencia no processo formativo de cada jovem, a historiadora e pesquisadora Vilma de Lurdes Barbosa e Melo (2015), em seu livro *História Local: Contribuições para pensar, fazer e ensinar*, afirma que:

Na esfera da história local se torna possível a articulação entre conhecimento e identidade social dos seus agentes que, ao mesmo tempo, se constroem e se expressam na dimensão do processo histórico, pois, são eles que fazem a história, através de suas ações e, ao mesmo tempo, produzem conhecimento na dimensão da ciência histórica. A construção e elaboração da história local podem ser reveladoras da realidade cotidiana das comunidades, no sentido de configurar e explicar os problemas por elas enfrentados [...] (Melo, 2015, p. 42).

Ao levantar questionamentos acerca de problemas locais durante as aulas relacionando esses aos direitos humanos, formamos seres pensantes que exercitam a compreensão e que, provavelmente, irão buscar soluções para os problemas individuais e também da sociedade como um todo. Tornando-os jovens capazes e eficientes, preparados para ingressarem na faculdade, no âmbito de trabalho ou serem o que almejam ser.

Durante o PIBID, ensinamos, mas aprendemos muito mais. As trocas de experiências com alunos, gestores e corpo docente, colaboram muito para nossa formação profissional e como pessoas. Para além da aquisição de postura de docentes, nos influencia a melhorar cada vez mais como profissional, nos tornando, após o programa, professores mais preparados e capacitados para estar em sala de aula. Independente da dificuldade estrutural que a escola venha a ter, seja qual for o desafio, os discentes que passam pelo PIBID, estão a frente e mais preparados, mentalmente e profissionalmente.

Experiências e abordagens realizadas no PIBID

O programa do PIBID que participamos entre 2022-2024 nos contemplou no começo no curso, por isso, ao mesmo tempo que estávamos tentando entender o mundo acadêmico e as cobranças do ensino superior, estávamos alinhando nossas maiores expectativas para iniciar os trabalhos em sala de aula com os alunos da rede estadual do Piauí. A inexperience estava muito presente no começo, assim como as dúvidas de estar ou não exercendo as demandas do programa do modo esperado. Para além disso, ainda tinha todo o nervosismo de

lidar com adolescentes e até mesmo jovens que tinham a nossa idade e ainda estavam na escola por terem repetido. Acreditamos, como muitos outros profissionais da educação, que os professores mais jovens tem a vantagem de ter mais facilidade para se aproximar dos alunos. Usufruímos bastante dessa condição para trazer intervenções atualizadas, já que os conteúdos compartilhados nas redes sociais, as pautas e assuntos discutidos no mundo virtual são similares tanto para os alunos como para os pibidianos.

Um exemplo interessante, foi em uma aula com a turma de 2 ano do ensino médio, onde estávamos trabalhando os direitos humanos dos povos indígenas e, como há pouco tempo tinha estado em alta a questão do genocídio Yanomami, trouxemos os detalhes dos acontecimentos e fizemos uma problematização mais participativa em sala de aula. Isso pois, não era um tópico desconhecido para os alunos, eles já tinham visto na televisão e nas redes sociais sobre o assunto. É necessário chama-los para o debate e tentar aproximar ao máximo da sua realidade, assim, manobrando o genocídio Yanomami e tratando de questões mais próximas como assassinatos de indígenas no Piauí, preconceito com indígenas nas escolas e a importância de caracterizar os povos originários do Brasil como seres humanos, valorizando suas culturas e seus ensinamentos e percebendo até mesmo as suas vastas influências na vida de pessoas não-indígenas.

Trabalhando o tema do trabalho análogo à escravidão, pudemos perceber a importância de abordar temas sensíveis em sala, não somente para comover os alunos de realidades distantes ou próximas, mas também para prevenir que adolescentes se encontrem em situações em que são explorados e se encontram em uma situação análoga à escravidão. Trazer para os alunos casos reais de pessoas que saíram de casa com promessas de trabalhos dignos e que acabaram sendo explorados ajuda a enfatizar para os alunos que essas propostas de trabalho fáceis são, muitas vezes, armadilhas. Assim, podemos tentar prevenir que jovens em situação de vulnerabilidade acabem nas mãos de patrões que somente tem a intenção de se aproveitar da sua situação difícil de vida para prendê-lo em uma situação de exploração que é muito difícil sair. Um outro benefício de abordar temas similares a esse é com certeza poder refletir com os alunos sobre a importância dos estudos. Na escola que trabalhamos, a evasão escolar felizmente não era tão alta, mas também não era inexistente. O entendimento de que a escolaridade e o pensamento crítico têm a capacidade de ser a diferença entre ser explorado em alguma fazenda ou não pode fazer diferença no momento em que os nossos alunos pensam sobre o futuro e botam na balança se os estudos são mesmo importantes.

O docente deve estar preparado não apenas para contar uma história, mas também para ouvir uma história, talvez esse seja o principal fundamento das trocas em sala de aula. Dentro da temática Direitos Humanos das mulheres, uma das estudantes de uma turma de 3º ano de ensino médio, em determinado momento, confidenciou durante uma das realizações do projeto ser vítima de assédios constantes em sua vida pessoal, a revelação desencadeou um momento de trocas de relatos pessoais entre as pibidianas à frente da turma e das demais estudantes. Dentre outros momentos interessantes de trocas com a turma podemos falar acerca de uma atividade realizada com os alunos acerca dos direitos humanos das pessoas com deficiência, onde foi realizado uma atividade acerca de ensinar sobre a condução e prestação de auxílio para com pessoas com deficiência visual em forma de dinâmica, momento em que pode ser debatido acerca da presença ou falta de presença de mecanismos de acessibilidade na instituição e na própria cidade de Parnaíba. Uma das atividades de maior destaque com a turma esteve inserida na temática de direitos humanos da comunidade LGBTQ+, a atividade proposta tratou-se da realização de um vídeo música por parte dos alunos com inspiração na música de Chico Buarque “Geni e o zepelim”, composição para a produção “*Ópera do malandro*”. Uma das reflexões mais comuns acerca da música seria que a protagonista Geni se trataria de uma travestir, sendo também uma prostituta subalternizada e julgada por toda uma sociedade.

Embora na letra da canção “Geni e o Zepelim” não exista nenhuma marca explícita que indique se tratar de uma travesti, é dessa maneira que a personagem é caracterizada no livro e nas encenações da peça, bem como no filme de Ruy Guerra, sendo “Geni” a forma curta de “Genival”, que faz assim uma remissão intertextual direta aos nomes das personagens “Jenny” das óperas de John Gay e Bertolt Brecht (Araujo, 2018, p. 88).

Ao longo do pequeno musical realizado com os alunos, estes participaram ativamente da produção de um pequeno roteiro que seria recitado por uma das alunas antes do começo do número musical. Ao final da atividade e com as edições de vídeo finalizadas foi realizado com a turma um momento para assistir ao produto final das gravações, em um momento com pipoca e reflexões sobre a figura de Geni e a posição da sociedade sobre esta, a recepção com a temática foi particularmente bem aceita com a turma de terceiro ano do CETI, com alunos assumidamente pertencentes a comunidade LGBTQ+.

Atuar no subprojeto nos proporcionou o primeiro contato com a sala de aula e essa experiência está nos ajudando a identificar dimensões da iniciação à docência que era até então desconhecidas. No início do subprojeto, quando começamos a visitar a escola, existia

um sentimento de insegurança ao pensar que em breve estaríamos em sala de aula e nos questionávamos se teríamos didática para lecionar. Atualmente, o sentimento é outro, conseguimos superar essa insegurança e percebemos uma evolução nos planejamentos das aulas e na forma dinâmica e didática de repassar o conteúdo e colocar em prática o que foi planejado, além de perceber que também conseguimos trabalhar com os alunos mais tímidos e agitados e envolve-los nas aulas.

Com a participação no subprojeto, estamos vendo diariamente os desafios que os professores enfrentam, em específico os de escola pública. Pois além de lecionar, eles devem estar preparados para as ocorrências inesperadas, para conseguir passar o conteúdo mesmo que a escola não disponibilize a estrutura necessária. Em *carta aos professores*, Paulo Freire (2001) diz que não existe ensinar sem aprender, e a experiência no PIBID tem nos mostrado isso diariamente.

Um fato marcante foi a primeira aula sobre direitos humanos das mulheres, onde muitas meninas relataram casos de abuso e agressão. Nessa aula, para os alunos do ensino médio, esclarecemos muitas dúvidas sobre o tema, principalmente maneiras de como denunciar de forma anônima, direitos que as mulheres possuem e como elas podem se proteger.

O contato com a prática da docência nos primeiros períodos do curso nos ajuda a entender e respeitar ainda mais os professores. Apresentar temáticas na sala, acompanhar o desenvolvimento e participação dos estudantes a cada aula, ver alunos mudando seus pensamentos e suas perspectivas relacionadas aos assuntos abordados tem nos motivado a continuar com a licenciatura. Desse modo, com o PIBID sentimos um amadurecendo como universitárias e também uma expansão dos nossos conhecimentos.

Considerações Finais

Acreditamos que, as contribuições do PIBID no ensino de história, são assim, necessárias em uma realidade de ensino tecnicista em que o aluno é visto apenas como um recipiente vazio pronto para ser preenchido. O programa contribui para um entendimento primordial dos direitos humanos e a ação dos pibidianos ajuda os alunos a ligarem os temas dos projetos com os temas das aulas de conteúdo programático. O trabalho com os direitos humanos também ajuda os alunos a exporem situações de violência e abuso.

Percebemos a partir da nossa atuação que a sensibilização de temas em sala de aula que trata dos direitos das mulheres, dos trabalhadores, dos indígenas, das crianças, da

comunidade LGBTQ+ faz com que os alunos que passam por situações de violação de direitos se sintam acolhidos para compartilhar suas vivências, o que transforma a sala de aula em muito mais do que um lugar de transmissão de conteúdo, mas sim um local em que os alunos entendem os seus direitos, compreendem quando seus direitos são violados e também permite uma conscientização sobre os grupos minoritários da nossa sociedade que sofrem com as transgressões de seus direitos. O PIBID também evidencia para os alunos movimentos históricos de luta pelos direitos que cada grupo vulnerável teve que travar para conseguir assegurar seus direitos. Acreditamos que essa retrospectiva histórica tem importância pela capacidade de despertar nos adolescentes a ideia de que precisamos sempre lutar pelos nossos direitos, e que mesmo as melhorias não vindo do dia para noite, até as pequenas movimentações e paralizações tem sentido quando analisamos um contexto de insatisfação social: nós, pibidianos e alunos, aprendemos juntos a importância de se movimentar e não se calar diante de situações de exploração, abuso, assédio e transgressão de direitos.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ANDRADE, J. A. de; GIL, C. Z. de V.; BALESTRA, J. P. Dossiê: Ensino de História, Direitos Humanos e Temas Sensíveis. **Revista História Hoje. São Paulo**: v. 7, n. 13, p. 4–13, 2018. Disponível em: <<https://rhhj.emnuvens.com.br/RHHJ/article/view/458>>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- ALBUQUERQUE, Marcelo; SILVA, Stéphanie; SANTIAGO, James; SILVA, Sheyla Farias. Ensino de História e Direitos Humanos. **Diversitas Journal**, v. 7, n. 3, 2022. Disponível em: <https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2259>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- ARAUJO, Murillo Clementino de. O tempo, o valor e a prostituta: reflexões sobre “Geni e o Zepelim” de Chico Buarque. **Estudos Semióticos**. São Paulo: v. 14, n. 2, p. 87–98, 2018. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/esse/article/view/150525>>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- BERTOLACCINI, Ana Julia. Feminicídio: quatro mulheres são assassinadas por dia no Brasil. CNN Brasil, 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/feminicidio-quatro-mulheres-sao-assassinadas-por-dia-no-brasil/>>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis: v. 10, n. 23, p. 39–79, 2018. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Disponível em: <<https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1970-pedagogia-do-oprimido.pdf/view>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos avançados**. São Paulo: v. 15, p. 259-268, 2001. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/pt_BR/article/view/9805>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MENEZES, Rogério Félix de; LIMA, Patricia Ribeiro Feitosa; RODRIGUES, Bárbara Suellen Ferreira. Ensino de História e Educação em Direitos Humanos: uma importante parceria na perspectiva de uma formação integrada. **Revista Eixo**. Brasília: 2020. Disponível em: revistaeixo.ifb.edu.br. Acesso em: 30 jun. 2025.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Mas não somente assim!” Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Tempo**. Niterói: v. 11, n. 21, p. 15-26, jun, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/gN3CCtpfxGm6dBgPb8JkKtp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa. História Local: contribuições para pensar, fazer e ensinar. **Editora UFPB**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. Disponível em: <<https://www.editora.ufpb.br/press5/index.php/UFPB/catalog/book/386>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

NARCISA, Tayana. Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê. **CNN Brasil**, 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

PENNA, Teresa Helena Mendonça Correa Garcia. **Ensino de História e Direitos Humanos: a construção da aprendizagem histórica através da gamificação**. 2022. 130 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em: <<https://tede2.ufma.br/jspui/handle/tede/4417>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SANTOS, Fabio. Negros têm quase 4 vezes mais chances de serem mortos pela polícia do que brancos, mostra Anuário de Segurança Pública. **g1**, 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/07/18/letalidade-policial-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

A imaginação histórica como abordagem para a Educação em Relações Étnico-Raciais: uma experiência em Estágio Supervisionado

*Historical imagination as an approach to Education in Ethnic-Racial Relations: an
experience in Supervised Internship*

Arthur Will Tocchetto de Oliveira¹, UFSC

Marina de Oliveira Bortolatto², UFSC

Resumo

O presente artigo dedica-se a discutir o desenvolvimento de um projeto de ensino para a disciplina de Estágio Supervisionado, realizado no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com estudantes do 9º ano. A proposta, voltada para a Educação para as Relações Étnico-Raciais, teve como recorte temático a história da escravidão no Brasil, de seu início à abolição, centrada na experiência dos sujeitos escravizados, visando combater sua desumanização. Assim, adotou-se a abordagem da imaginação histórica a partir da aplicação de atividades que exploraram histórias de sujeitos reais e que pautaram a construção de uma narrativa imaginária pelos estudantes. Avalia-se que os resultados foram promissores, permitindo a reflexão e mobilização crítica dos conteúdos estudados, bem como a discussão sobre anacronismos e o senso comum, evocados pela turma.

Palavras-chave: Ensino de História; Imagem Histórica; Escravidão; Educação para as Relações Étnico Raciais; Experiência de Estágio.

Abstract

This article is dedicated to discussing the application of a teaching project developed for a Supervised Internship subject, conducted at the *Colégio de Aplicação* of the Federal University of Santa Catarina (UFSC), with 9th grade students. The proposal, based on Education for Ethnic-Racial Relations, is focused on the history of slavery in Brazil, from its beginning to its abolition, and the experience of enslaved people, in order to combat their dehumanization. Therefore, the approach of historical imagination was adopted through the execution of activities that explored stories of real subjects and guiding the students in the construction of an imaginary narrative. The results were promising, allowing critical reflection and mobilization of the studied contents, as well as mediated discussion with the class about anachronisms and common sense, often evoked by the students.

Keywords: History Teaching; Historical Imagination; Slavery; Education for Ethnic-Racial Relations; Internship Experience.

Introdução

¹ Estudante de graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: arthwill72@gmail.com.

² Estudante de graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: ninabortolatto@gmail.com.

O Estágio Supervisionado é um período fundamental para a formação docente, visando a construção e diversificação de repertórios, bem como o exercício de uma reflexão crítica da própria prática. Enquanto vivência que se dá no cotidiano do ambiente escolar, ele tem a capacidade de colocar-se como experiência, no sentido de ser aquilo que nos acontece e nos toca (Bondía, 2002, p. 21), assim permitindo uma observação e prática que vá além da mera aplicação de métodos ou materiais didáticos. Trata-se de apropriar-se desta vivência para a construção de saberes e conhecimentos mediante um movimento reflexivo de seu trabalho. Este artigo, sendo um relato de experiência, faz parte deste movimento ao compartilhar nossas reflexões acerca da aplicação das atividades desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado no curso de graduação em História.

Essas atividades dizem respeito ao período de regência em que, enquanto estagiários, ministramos 20 aulas em um período de aproximadamente dois meses entre agosto e outubro de 2024. Neste período, foi realizada a aplicação de um projeto de ensino desenvolvido ao longo do primeiro semestre do mesmo ano. A aplicação prática do estágio foi realizada em dupla no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (CA/UFSC), localizado em Florianópolis (SC), com uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental, composta por 23 estudantes. Refletindo em parte as políticas afirmativas de ingresso na instituição, com cotas para pessoas negras, pardas, indígenas e quilombolas³, apresentava um perfil étnico-racial diverso, bem como uma distribuição de gênero relativamente equilibrada, sem predominância expressiva de um grupo sobre outro.

Este projeto foi desenvolvido sob supervisão e orientação da Prof^a Dr^a Mônica Martins Silva, responsável pela disciplina de estágio, e o Prof. Me. Fernando Leocino da Silva, do Colégio de Aplicação, e teve como enfoque a história da escravidão na América Portuguesa, conforme previsto no currículo escolar da instituição. O Estágio Supervisionado⁴, para além de seguir as diretrizes curriculares da escola, também segue uma orientação própria, geral para todos os estagiários: esta é o desenvolvimento de projetos que tratassem da temática a partir da Educação para as Relações Étnico-Raciais e da aplicação da Lei 10.639/2003, que prevê o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica.

³ O ingresso de alunos no CA/UFSC ocorre principalmente através de sorteio público, contando com políticas de ações afirmativas, incluindo reserva de vagas para pessoas com deficiência e para estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas, o que contribui para a constituição de um corpo discente social e racialmente diverso (conforme EDITAL Nº 11/2023/CA).

⁴ O Estágio Supervisionado, componente curricular obrigatório do curso de graduação em História da UFSC corresponde a duas disciplinas desenvolvidas ao longo de dois semestres, envolvendo diferentes etapas voltadas à concepção de um projeto de ensino, sua aplicação com a turma e a formulação de um portfólio que abarcasse as experiências em sala de aula e as revisitasse de forma reflexiva.

Esta proposta nasceu a partir da constatação de que a história escolar tradicionalmente valorizou um viés eurocêntrico e colonial para o currículo, não apenas invisibilizando as contribuições dos povos negros e africanos para a humanidade, como estereotipando-os como atrasados e primitivos (Lucindo, 2010). Nessa concepção, africanos e afro-brasileiros foram frequentemente retratados como vítimas absolutas do processo de escravização, sendo integrados à narrativa histórica do país durante a escravidão e logo desaparecendo da mesma após a Lei Áurea (1888). A própria abolição é vista, muitas vezes, como gesto de benevolência da princesa Isabel, ignorando a agência, resistência e lutas dos escravizados e da população negra no contexto da escravidão e pós-abolição (Lucindo, 2010). Tal perspectiva não se limita ao âmbito educacional, mas também é profundamente ancorada em uma produção acadêmica e historiográfica tradicional no Brasil.

Esta produção, vinda principalmente das contribuições intelectuais marxistas na segunda metade do século XX, privilegia as questões de ordem econômica e estrutural do sistema escravista, voltando-se à sua violenta imposição por parte dos portugueses. Sendo assim, apesar de ver a escravidão e a colonização de forma negativa, ainda partia da perspectiva dos colonizadores em seus questionamentos — por que escravos africanos? Qual era sua utilidade na economia de plantation? — em grande medida tratando os cativos neste contexto enquanto simples mercadorias ou coisas, sendo subjugados e oprimidos em um sistema que negava sua humanidade (Lucindo, 2010).

O problema com essa interpretação vem sendo apontado desde, pelo menos, a década de 1980. A noção do “escravo-coisa”, marcada pela subjugação e pela concepção do indivíduo enquanto vítima absoluta de um sistema implacável, implicou na sua desumanização e na negativa de sua existência enquanto sujeito histórico (Lucindo, 2010). Contudo, conforme aponta a historiografia mais recente, a situação no sistema de dominação escravista na América Portuguesa e no Brasil Imperial era muito mais volátil e dinâmica do que parecia, sobretudo por conta da ação cotidiana desses sujeitos (Lucindo, 2010). Este apagamento da agência e do próprio sujeito escravizado na história escolar, sintomaticamente essencializado em sua condição social pelo termo “escravo”, por exemplo, perpetua estereótipos nocivos à população negra — e os estudantes — e à construção de sua identidade (Brasil, 2004).

Incluir a história e cultura africana e afro-brasileira no currículo na perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais, nesse sentido, é buscar superar essas concepções no ambiente escolar para incluir todos os estudantes no processo de ensino aprendizagem da

história, instigando-os a se reconhecerem enquanto sujeitos históricos e políticos, conscientes do seu poder transformador sobre o mundo em que vivem. Além disso, possibilitando seu letramento racial e o combate a preconceitos e dos efeitos nocivos no presente advindos da escravidão e do apagamento da agência histórica da população negra. Dessa forma, busca-se contribuir no combate ao racismo e suas manifestações cotidianas, contribuindo para o convívio com a diferença e para o exercício da empatia, assim como na construção/manutenção de uma sociedade democrática pautada nos princípios da igualdade e da defesa dos Direitos Humanos.

Tendo isso em vista, a dupla elaborou um projeto de ensino que buscasse evidenciar a agência histórica dos escravizados e sua resistência à escravidão na América Portuguesa e no Brasil Imperial, com enfoque nas práticas cotidianas de luta pela liberdade e por melhorias nas condições de vida e trabalho. O recorte temporal das aulas ministradas engloba o período a partir da década de 1560, quando os escravizados começaram a ser trazidos ao Brasil, até a abolição da escravidão em 1888, considerando-a como a consequência do amplo movimento popular abolicionista e das importantes rebeliões e fugas que ocorreram no país.

Essa abordagem permitiu deslocar narrativas tradicionais centradas em figuras brancas e em marcos institucionais, estruturais e essencialmente economicistas. Assim, nosso enfoque se deu menos no sistema político da América Portuguesa e do Brasil, e mais a respeito da escravidão e de suas resistências, enquanto processos simultâneos de uma luta contínua. Em suma buscamos, como ressaltado por Lucindo (2010), “desvitimizar para humanizar”, buscando resgatar a agência dos escravizados sobre sua vida e o regime em que viviam, a partir de suas próprias vivências cotidianas repletas de negociações e resistências.

Como parte deste movimento de centramento da História na figura dos sujeitos escravizados, o projeto desenvolvido também se fundamentou nas políticas levadas a cabo pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (Brasil, 2004). Frutos de históricas lutas do Movimento Negro no Brasil, se colocam como importante marco para romper com o ciclo vicioso do apagamento e da desumanização, e recolocar o currículo escolar sobre uma nova base, pautada na descolonização do conhecimento e das narrativas históricas. Entretanto, ainda se encontram muitos desafios ao mobilizar o conteúdo junto aos estudantes. Como trabalhar a vida cotidiana dos escravizados de modo a tocá-los, a mobilizar seus afetos de maneira que sejam atribuídos sentidos para a experiência das aulas? Do mesmo modo, como

problematizar os conhecimentos prévios dos estudantes, refletindo acerca dos seus preconceitos e as visões desumanizantes do senso comum sobre o passado escravista?

Nessa busca por respostas, a dupla encontrou uma importante aliada: a imaginação histórica, que foi adotada como metodologia de aula e avaliação. Este procedimento metodológico e a aplicação de uma avaliação processual envolveu todos os conteúdos abordados ao longo do estágio, o exercício de imaginação histórica. Dessa maneira, este artigo inicia realizando uma discussão acerca da imaginação histórica e seu uso no ensino da disciplina. Posteriormente, apresentaremos de forma breve as diferentes atividades desenvolvidas ao longo do estágio que fundamentam o exercício final. Após apresentar o roteiro desta atividade, exploraremos sua aplicação e resultados a partir de trechos das narrativas produzidas pelos estudantes, a fim de refletir acerca de suas potencialidades para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, tendo como horizonte uma Educação para as Relações Étnico-Raciais.

A imaginação histórica enquanto estratégia didática

Neste trabalho, consideramos a imaginação como uma capacidade da mente diretamente ligada ao processo de ensinar e aprender. Para Rodrigues (2022, p. 42), a imaginação está “intimamente ligada com a nossa capacidade de pensar, compreender e de nos relacionar com outros do mundo”, sendo uma possibilitadora do processo de aprendizagem, e fazendo-se necessária para a apreensão de conceitos e atribuição de sentido.

Para o ensino de história, tal questão ganha uma importância ainda mais fundamental. O passado estudado, mesmo que explorado a partir de fontes históricas é, em grande medida, inacessível ao estudante devido ao seu distanciamento. Dessa maneira, para apreendê-lo, dar sentido a ele e compreender os conceitos e ideias que ele carrega, é fundamental que haja um exercício imaginativo (Fé, 2012). Isso porque a imaginação permite acessar este passado a partir da hipótese e da curiosidade, criando cenários e narrativas próprias. Mesmo que levantemos questionamentos como “o que você faria nessa situação?”, necessariamente levando a narrativas fictícias por parte de quem responde, este movimento, ao ser “mediado” e “vigiado”, é capaz de fomentar a mobilização do contexto passado e exercitar a apreensão de conceitos — como o de escravidão, liberdade ou resistência, por exemplo — para fundamentar o exercício imaginativo (Oliveira; Delgado, 2008).

Dessa maneira, como ressaltado por Zittoun e Cerchia (2013), tal abordagem permite que o estudante realiza um exercício que vá além da mera reprodução da sua realidade, mas

que a expanda ao permitir pensar a respeito de fenômenos e objetos passados cuja visualização já não é possível. É este exercício mediado de acesso a este passado, muitas vezes distante, que denominamos de imaginação histórica.

Nessa base, propomos atividades conforme a aplicação apresentada por Pereira (2020), na qual o exercício da imaginação histórica consiste na criação de narrativas por parte dos estudantes, baseadas em sua experiência com a própria “operação historiográfica”, ou seja, com as discussões e problematizações fomentadas e orientadas pelos docentes (Pereira, 2020, p. 61-62). Dessa maneira, atuam elaborando enredos e cenários fictícios, porém historicamente fundamentados e mediados pela mobilização do conhecimento histórico.

Aqui, o uso da criação de narrativas também se coloca como um aspecto importante do projeto. O historiador Jörn Rüsen (2015) discute a importância da narrativa para a construção do sentido sobre os eventos passados, enxergando a “História como uma conexão temporal, plena de eventos, entre passado e presente (com uma projeção para o futuro)” (Rüsen, 2015, p. 52) que se relaciona e possui sentido e significado para os sujeitos quando representada sob a forma de narrativa. Essa concepção é compartilhada por Brandão e Michetti (2001) no trabalho de Oliveira e Delgado (2008), no qual afirmam que o ser humano constrói, a partir da linguagem, um discurso que traz consigo sua memória individual e coletiva, no qual se dialogam o passado e presente a partir da experiência do sujeito que narra, no caso, o estudante. Com isso, compreendemos que a construção da narrativa na atividade é capaz de promover a atribuição do sentido ao assunto abordado e a ligação deste com as experiências cotidianas dos estudantes.

Assim, aplicamos com a turma o nosso exercício de imaginação histórica enquanto ferramenta avaliativa. Esta avaliação foi desenvolvida como um trabalho final escrito e individual a ser realizado pelos estudantes. A ideia é que, a partir dos conteúdos discutidos e do contexto apreendido ao longo das aulas, os alunos criassem uma narrativa imaginária autobiográfica, como se eles fossem escravizados durante o período estudado.

Para realizar a atividade, o incentivo à exercitar a prática da imaginação histórica permeou o andamento de todas as aulas. Nesse sentido, optamos por aulas expositivo-dialogadas, mediando o conteúdo a partir de perguntas norteadoras. Questões como “o que você faria nessa situação?”, “o que você acharia disso?” e “como você poderia buscar uma vida melhor?” foram parte importante desses questionamentos. Buscava-se, aí, fomentar a reflexão sobre os conteúdos abordados e exercitar a imaginação e a alteridade, tendo em vista

a proposta de atividade final. Além disso, apresentamos uma série de fontes históricas e, a partir delas, realizamos práticas em sala que fundamentaram este trabalho final.

Atividades desenvolvidas no estágio

Como forma de proporcionar repertório para o exercício, foram trabalhados ao longo do semestre fontes escritas por sujeitos escravizados. Optou-se por explorar o contexto da escravidão, seu funcionamento e a vida dos escravizados a partir de documentos que as apresentassem em seus próprios termos, de maneira a valorizar e explorar sua agência sobre o contexto em que viviam e evidenciar suas preocupações e afetos. De tal maneira buscou-se, portanto, conferir o caráter de sujeitos históricos aos cativos ao centrar suas vivências e sua voz, bem como fornecer elementos para que os estudantes fossem capazes de construir uma narrativa baseada nessas experiências.

A regência dos estagiários foi iniciada com o estudo da cultura africana na atualidade a partir de alimentos, festividades e religiosidades presentes em diferentes regiões do país, de forma que os alunos pudessem enxergar a influência africana e afro-brasileira em suas realidades. Seguimos abordando a pluralidade dos povos trazidos de modo compulsório para o continente americano, com destaque para os Iorubá, os Fon e os Congolese. Utilizamos o banco de dados *Slave Voyages*⁵ para explorar a magnitude do tráfico transatlântico e refletir sobre os sujeitos envolvidos, abordando as suas diferentes origens, idades, possíveis relações de parentesco. Dessa maneira, buscando dimensionar o impacto dessa travessia forçada para perda de nomes, línguas e identidades.

Aprofundamos a discussão sobre a travessia transatlântica, a partir do relato de Mahommah Gardo Baquaqua (2015), abordando a escravidão de forma a conectar sua vivência individual no navio negreiro às estruturas mais amplas do sistema escravista. Baquaqua foi um africano originário do território que hoje é o Benim, que foi capturado e traficado para o Brasil no século XIX. Posteriormente fugiu e conquistou sua liberdade, publicando uma autobiografia na qual descreveu suas experiências de captura, a travessia transatlântica, sua escravização e resistência. Sendo um dos únicos relatos em primeira pessoa produzido por um escravizado no Brasil, mostra-se enquanto uma importante ferramenta para apresentar a experiência de forma humanizante e centrando-se na vivência escrava. Isso na

⁵ O *Slave Voyages* é uma plataforma colaborativa desenvolvida em parceria com uma série de instituições universitárias em escala internacional com o intuito de compilar dados a respeito do tráfico transatlântico de escravizados, contendo informações acerca do comércio, embarcações, portos de origem e chegada, bem como a respeito das próprias pessoas escravizadas. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/enslaved/A0m58mPH>. Acesso em: 30 de jul. de 2025.

medida em que a autobiografia não apenas explora suas impressões acerca do que lhe ocorreu, mas também porque evidencia suas tentativas de escapar da situação em que se encontrava.

Após a travessia, pensando o estudo da América Portuguesa, apresentamos o cotidiano dos trabalhadores escravizados nos engenhos, questionando a visão limitada de que a economia colonial girava exclusivamente em torno da produção de açúcar. Para isso, evidenciamos outras atividades produtivas e formas de subsistência que também estavam presentes e contribuíram para o processo de interiorização da metrópole. Discutimos as formas de resistência à escravidão nesse contexto, a partir de um estudo de caso da revolta no Engenho de Santana.

Dessa forma, foi realizado um estudo do *Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que conservaram levantados*⁶, texto redigido coletivamente por escravizados que trabalhavam no plantio e processamento de cana-de-açúcar no Engenho de Santana, localizado no Recôncavo Baiano. Nesta carta, os escravizados, que haviam se rebelado e fugido, listavam as condições para que voltassem ao engenho e voltassem ao trabalho, reivindicando melhores condições de vida junto ao seu senhor. Em seguida, foi aplicada uma atividade de imaginação histórica baseada no material proposto pelo site *Detetives do Passado*⁷. Neste trabalho, eles deveriam escrever uma carta como se fossem os escravizados insurretos, imaginando, com base nos conteúdos trabalhados em aula, quais seriam as principais dificuldades enfrentadas por eles e quais reivindicações poderiam apresentar ao senhor do engenho.

A proposta visava estimular a empatia histórica e exercitar a capacidade de reconstrução crítica de contextos passados. No entanto, os textos produzidos revelaram diversos anacronismos, como reivindicações por direitos trabalhistas e redução da carga horária de trabalho. Esses elementos foram debatidos com a turma em uma discussão orientada, que buscou explicar os limites do uso de ideias do presente para o passado, e prepará-los melhor para o exercício final de imaginação histórica. O objetivo, assim, foi fortalecer a compreensão do contexto escravista e das possibilidades reais de resistência e negociação disponíveis aos sujeitos escravizados.

⁶ Reprodução do documento original, *Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que conservaram levantados*, disponível no apêndice 1 do livro *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, de João José Reis e Eduardo Silva (1989, p. 123-124).

⁷ O projeto *Detetives do Passado*, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Documentação, História e Memória (NUMEM) da UNIRIO, é uma iniciativa educativa que propõe oficinas, atividades de investigação e pesquisa escolar para uso em ambiente escolar a professores de História a respeito da escravidão. Disponível em: <http://www.numemunirio.org/detetivesdopassado/main.html>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Além disso, analisamos a presença negra nas cidades, refletindo sobre o papel dos escravizados no funcionamento urbano. Fontes visuais de artistas como Jean Baptiste Debret e Christiano Jr.⁸ foram utilizadas para pensar a vida cotidiana e as tensões nas cidades escravistas. Por fim, abordamos a Greve Negra de Salvador⁹, conectando passado e presente por meio da ideia de agência, mobilização e luta por direitos, explorando durante as aulas a recente greve ocorrida nas universidades federais naquele ano, que coincidiu com o período de estágio.

Após essa discussão, foi realizada uma oficina de análise de fonte com a turma a partir de pinturas de Jean-Baptiste Debret (1768-1848) representando as pessoas escravizadas em contextos cotidianos, mostrando seus trabalhos e atividades culturais. No trabalho, os estudantes deveriam responder a questões como: “quem é você?”, “onde você está?”, “qual a importância do seu serviço para a vida na cidade?”, “você acha que seu ambiente lhe proporciona mais liberdade que no meio rural?”, “o que você faz lhe permite acumular algum dinheiro?”.

Essas questões tinham o intuito de exercitar essa prática imaginativa ao propor que os estudantes se colocassem como os sujeitos daquela imagem, encorajando questionamentos à narrativa colocada pelo criador das obras. Além disso, possibilitou-se que os alunos pudessem acessar o contexto histórico da escravidão urbana, explorando a dinâmica de vida dessas pessoas, da natureza de seu trabalho e sua relativa autonomia se comparado ao trabalho rural. Nesse sentido, a avaliação, assim como a atividade anteriormente citada, estava a serviço da proposta imaginativa apresentada pelo estágio, para além da dinâmica somativa de aferir o entendimento acerca do contexto histórico retratado nas obras.

Desde o início da regência, a turma foi informada de que os conteúdos trabalhados em aula serviriam de base para a criação de um personagem e de uma narrativa original, construída a partir de um roteiro. A proposta era que eles mobilizassem os conhecimentos adquiridos sobre os povos africanos, o tráfico transatlântico, a escravidão urbana e rural, as formas de resistência e o cotidiano das pessoas escravizadas para imaginar histórias situadas nesse contexto histórico, a partir das fontes e personagens estudados, como Baquaqua e os trabalhadores do Engenho de Santana.

⁸ Christiano Junior (1832-1902) foi um fotógrafo português que viveu no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, sendo reconhecido pela realização de fotografias de retratos escravizados, os *typos negros*, vendidas, em geral, no estilo de *cartes de visite* (Celestino, 2022).

⁹ A Greve Negra de 1857 na Bahia foi um movimento de paralisação do trabalho protagonizado pela população negra e escravizada que trabalhava com vendas (os chamados ganhadores) nas ruas de Salvador reivindicando o fim de uma lei municipal que regulamentaria sua atividade e reduziria sua autonomia (Reis, 1993).

Este era o exercício de imaginação histórica, um trabalho final de construção de uma história, uma espécie de relato inspirado no de Mahommah Baquaqua, a partir de um roteiro disponibilizado pelos estagiários. O roteiro perpassa aspectos discutidos em sala de aula, desde a criação do nome e origem do personagem, o processo de travessia, a chegada ao Brasil, os trabalhos desenvolvidos, a vida e a resistência dos escravizados. Essa elaboração de um discurso partindo da imaginação, porém mediado pelos estudos históricos, visou permitir um diálogo entre vozes do passado e presente, abrindo caminho para uma postura ativa do estudante na interpretação dos acontecimentos passados e da realidade presente.

Figura 1 — Folha de orientações do exercício de Imaginação Histórica

Colégio de Aplicação da Universidade Federal Santa Catarina
Centro de Ciências da Educação / Turma: 9º Ano B
Professores Arthur Will Tocchetto de Oliveira e Marina de Oliveira Bortolatto.

Atividade de Imaginação histórica

Você está prestes a realizar um exercício de imaginação histórica! A prática consiste em imaginar situações históricas, construindo uma história que se baseie nos conteúdos vistos durante as aulas anteriores. A ideia é que você exercite sua empatia, imaginando-se no lugar de um escravizado no período do Brasil Colônia. Para o desenvolvimento desta atividade, recomendamos o uso dos textos didáticos entregues durante o período de estágio, as suas anotações e memoriais. Também recomendamos, para ajudar na construção da história, a leitura da biografia de Mahommah Gardo Baquaqua, disponível no moodle. Siga atentamente o roteiro a seguir para construir a história do seu personagem:

- a) Imagine que você é um escravizado (a) que viveu no Brasil no período colonial. Pense em um nome para você, escolha a sua idade, a sua região de origem, religião, e algumas características físicas, ideias e pensamentos.
- b) Relembre as aulas que tivemos sobre a diáspora africana e tráfico negreiro e defina o lugar da África de onde você foi forçado a sair. Como você foi capturado? Como foi o caminho até as Américas? Fale sobre sua experiência durante a travessia.
- c) E seus primeiros dias no “Novo Mundo”? Relembre as aulas sobre trabalho escravizado e defina um lugar do Brasil Colônia onde você passaria a morar e qual seria o seu trabalho: você poderia trabalhar em uma grande fazenda de cana de açúcar em algum lugar do atual Nordeste brasileiro, plantando, colhendo cana e trabalhando em um engenho, ou poderia ser um escravizado de uma região urbana, ou trabalhar em qualquer outra atividade onde era usada sua mão de obra (que tenhamos abordado em nossas aulas).
- d) Você manteve sua religião ou foi convertido ao catolicismo? Se você manteve, qual religião você pratica? Se for católico, você frequenta alguma irmandade? Descreva alguns aspectos da sua prática: em que ambientes você pode exercê-la? Qual a relação da sua prática com o resto da sociedade?
- e) Imagine que você está insatisfeito com o seu senhor ou senhora. Por algum motivo, você se revolta, por exemplo: você pode fugir para um quilombo, pode instigar uma revolta (como o exemplo do engenho de Santana), ou provocar seu dono ou dona, até conseguir trocar de senhor (como Baquaqua).
- f) Quais os motivos que levariam a sua revolta? Quais seriam suas reivindicações?
- g) O que se deu em sua revolta? Obteve alguns resultados? Houve consequências para você?
- h) Dê um fim para a sua história. No fim, você consegue se libertar? Se sim, como? Se não, descreva como você passou o resto da sua vida (se trocou de senhor, se foi punido, se formou uma família, se morreu jovem ou velho, etc).

Exercite sua criatividade. Boa sorte!

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

O exercício seria construído gradualmente com base no roteiro acima, que foi apresentado aos estudantes na segunda semana de aula. Inicialmente, foi disponibilizada uma aula para que os estudantes comesçassem a escolher um nome e uma idade para seus personagens, e orientou-se que continuassem sua escrita como tarefa de casa ao longo das aulas. Outras duas aulas foram disponibilizadas na penúltima semana do período de regência para que pudessem finalizar de redigir suas histórias. A avaliação seguiu uma perspectiva

processual e formativa, conforme propõe Libâneo (1994), valorizando o percurso de aprendizagem dos estudantes e sua capacidade de estabelecer conexões significativas entre conteúdo e narrativa. Os critérios adotados incluíram o entendimento e articulação dos temas estudados ao longo do período letivo, o atendimento à proposta do roteiro, a criatividade e a empatia na construção do personagem, a coerência, coesão textual e domínio da linguagem escrita. Foram entregues pela turma 18 histórias individuais de um total de 23 alunos.

As narrativas imaginadas

Os estudantes trouxeram com seus personagens uma variedade de conteúdos mobilizados ao longo do semestre. Como primeira etapa da atividade, logo no início do período de regência dos estagiários, foi solicitado que cada estudante definisse o nome e o local de origem de seu personagem inspirados nas aulas a respeito dos povos africanos. Para essa escolha, foram encorajados a consultar a plataforma *Slave Voyages*, que reúne os registros da travessia de milhares de escravizados da África pelo Atlântico, seu local de origem, etnia e seus nomes.

Incentivar a escolha de nomes de pessoas reais foi significativa, pois buscou aproximar os estudantes de trajetórias de sujeitos que efetivamente existiram. Dessa forma, a imaginação mobilizada pela turma não se configurava como mera ficção, mas como um exercício de reconstrução possível de experiências interrompidas e silenciadas na travessia. Os nomes escolhidos foram variados e diversos, sendo tanto nomes africanos, como Makena, Bakari e Akin; como nomes de origem europeia, como Luiz e Lúcia. Alguns outros, como Jaboatã, por exemplo, foram inventados pelos próprios estudantes.

Foi possível observar, no trabalho de alguns alunos, informações que foram obtidas por meio de pesquisas individuais, como certos locais de origem escolhidos para seus personagens. Determinados estudantes mencionaram lugares específicos como o Reino de Ndongo e a região de Malanje, no território que é atualmente Angola, contextos não trabalhados no estágio, mas que abarcavam Estados africanos que existiram ao longo dos séculos XVI e XVIII. Isso também ocorreu para a escolha de uma localidade, Efik, que não existe enquanto lugar, mas é sim um grupo étnico que vive na Nigéria. Muitos, porém, colocaram apenas nomes de países atuais sem muita atenção à questão dos reinos africanos que existiam no período. Os povos africanos apresentados nas aulas, os Iorubás, os Fon e os Quicongo, no entanto, influenciaram na localização dos personagens de maneira bem expressiva. É possível comparar os dois mapas, o primeiro apresentado nas aulas sobre os

povos africanos, e o segundo correspondendo aos locais escolhidos pelos estudantes para a origem de seus personagens:

Figura 2 — Mapas do material didático apresentado em sala e das localidades escolhidas para a imaginação histórica, respectivamente



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Os estudantes também foram requeridos para que representassem sua vida no continente africano, não apenas em uma dimensão geográfica do onde nasceu, e do nome de sua etnia, mas narrando o dia a dia a partir de aspectos culturais que permeavam uma vida já construída em seu local de origem. Ou seja, dando importância e profundidade aos laços sociais e à identidade já estabelecida desses sujeitos antes da travessia. A seguir, é possível observar um exemplo de aspectos da vida na África narrados por um dos estudantes, com enfoque em seu modo de vida, trabalho e uma primeira impressão a respeito da escravidão:

Tive uma infância muito conturbada, na maior parte do tempo, ajudei minha família nas práticas de agricultura e caça de subsistência. Sempre tive contato com situações de tráfico de pessoas, onde sempre observava as atividades feitas pelo homem branco, diante do meu povo (Estudante S.)¹⁰.

As narrativas sobre a Travessia do Atlântico e a captura dos personagens foram um ponto de muita sensibilização e bastante tocante para os estudantes, tendo sido acompanhados de um forte teor emotivo. O medo, a incerteza, o sofrimento e a dor da perda dos entes queridos apareceram nas histórias de forma recorrente como uma forte experiência para os personagens:

¹⁰ Os textos dos alunos foram transcritos conforme os originais, sem qualquer interferência dos autores. Os estudantes serão identificados por letras, de forma a manter suas identidades anônimas.

Tinha 17 anos quando estava trabalhando com minha mãe, quando fomos surpreendidas por um grupo de homens brancos, os quais nos agrediram e colocaram correntes e cordas em nossas mãos e pescoços. Levaram-nos até um barco, tiraram nossas vestimentas e jogaram-nos à parte inferior do navio, sufocante com homens apinhados de um lado, e mulheres de outro, local esse onde não conseguíamos ficar em pé (Estudante S.).

Quanto aos locais de chegada no Brasil, grande parte dos estudantes escolheu a Bahia, cidades como Salvador e Ilhéus, possivelmente devido às aulas sobre o Engenho de Santana. Alguns se referiram genericamente à Região Nordeste, enquanto outros trouxeram os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Isso reflete também a escolha dos trabalhos realizados pelos personagens. Os primeiros tratavam de pequenos ou grandes engenhos, trabalhando em diferentes processos da produção de cana-de-açúcar, mandioca e outros alimentos, enquanto os segundos abordaram situações envolvendo trabalhos urbanos, comércio e manutenção da cidade ou mineração. Percebe-se aqui, como os exemplos dados ao longo de diferentes aulas se fizeram presentes na atividade. Locais como Minas Gerais e o Rio de Janeiro, por exemplo, foram trabalhados ao longo do estágio no momento em que se começou a discutir a mineração, a escravidão urbana e a urbanização da colônia no século XVIII. Já a Bahia e o Nordeste em geral foram abordados de forma mais abrangente em um contexto rural, tendo como exemplo a Revolta do Engenho de Santana.

Com relação à religiosidade, houve personagens que se converteram para o catolicismo, pois a família a quem servia era católica. Muitos outros afirmaram seguir o candomblé em segredo dos senhores, valendo-se de sua espiritualidade para arranjar forças para enfrentar essa difícil situação em suas vidas, bem como para lembrar-se de quem são e de onde vieram. Apesar de que o candomblé tenha sido pouco discutido nas aulas, além de ser uma religião de matriz africana, muitos o trouxeram como exemplo próximo da espiritualidade negra e da resistência de suas tradições e noções de mundo. Alguns também citaram exemplos discutidos em sala e que foram alvo de certa polêmica, como o culto aos voduns, enquanto outros mencionaram, apenas uma ideia geral de religião que valoriza os espíritos dos antepassados e a conexão com a natureza, aspectos também discutidos como centrais em muitas religiosidades africanas. É possível conferir exemplos na escrita de alguns estudantes:

Me chamo Adanna, minha pele é retinta, tenho cabelos crespos e aproximadamente 1,60m de altura. Nasci em 20 de abril de 1699, na África Ocidental. Minha família e eu fazíamos parte do povo Fon, onde tínhamos

diversos costumes e tradições, principalmente ligadas ao culto aos Voduns, espíritos ligados a uma série de forças da natureza (Escrito por estudante S.). Como uma escravizada no período colonial, decidi manter minha religião ancestral, que mistura tradições africanas. Pratico o culto aos ancestrais e orixás em encontros secretos com outros africanos, principalmente em dias de lua cheia. A relação com a sociedade é complexa pois embora os colonizadores tentem nos converter ao catolicismo, preservamos nossa fé como ato de resistência, adaptando algumas práticas do catolicismo, como a devoção aos santos. Isso nos ajuda a manter nossa identidade em meio à opressão (Estudante I.).

Foi muito presente nos trabalhos, conforme cobrado na atividade, a menção aos sentimentos dos personagens e sua apreensão do que ocorria no processo de escravização. Muitos trataram da saudade que sentiam de suas terras natais, famílias e amigos. O medo e a revolta que sentiam por sua condição nova e difícil. Muitos também trataram da dureza da travessia como uma experiência transformadora e traumática, como Baquaqua em seu livro. Suas experiências enquanto escravizados foram diversas, não apenas com relação aos trabalhos realizados, no âmbito doméstico, da agricultura, comércio, mineração, mas também em sua relação com seus senhores e o tratamento recebido. Muitos relataram senhores violentos e assediadores, também muito punitivos contra si, o que incrementou sua revolta.

Quanto ao desfecho das histórias, esses foram diversos e muito interessantes. Houveram aqueles que casaram e constituíram uma família, tanto em liberdade quanto em cativeiro. Outros fugiram e passaram parte, ou o restante de suas vidas em quilombos. Houveram aqueles que lá encontraram a paz, e outros que viveram o restante da vida com medo da recaptura. Uns foram recapturados e trazidos de volta aos engenhos, já outros simplesmente morreram em cativeiro, sem nunca conquistar a própria liberdade.

Houve uma personagem, escravizada em serviços domésticos que, em revolta, assassinou seu senhor enforcado. Também tiveram aqueles que criaram uma história do zero, e outros que se colocaram enquanto personagens inspirados em casos reais, como o exemplo da revolta do Engenho de Santana. Houve um personagem, também, que alcançou a liberdade após a abolição da escravidão, construiu uma casa para si em uma favela, dedicou-se aos estudos e formou-se em História. A partir daí, escreveu uma autobiografia contando para contar suas experiências, fazendo ser ouvida sua voz, história que lembra àquela de Mahommah Baquaqua. Alguns exemplos dos relatos citados podem ser observados abaixo:

Durante esses 3 anos e 7 meses, consegui aprender muito bem o português, bem o suficiente para planejar uma revolta, e foi isso que eu fiz. Acumulei uma boa quantidade de escravizados que também não queriam mais tanta carga de trabalho. Assim, em 17 de junho de 1886 iniciamos nossa fuga, como revolta. Fui comandante de um grupo de 51 pessoas, fugimos por 2

anos, até que enfim, em 1888 assinaram uma lei pelo fim da escravidão no Brasil. Esses 2 longos anos valeram a pena, enfim livres, me senti leve e alegre. Os outros escravizados viveram livres. Durante esses 2 anos, me apaixonei por Bakari, um dos fugitivos. Tínhamos 15 anos quando começamos a revolta, após isso tudo, já com 20 anos, nos casamos. Atualmente, com 37 anos, temos uma linda família, com 2 filhos e 1 filho. Nossa realidade não é das melhores, mas posso garantir que vivemos muito felizes. Espero viver uma vida longa e feliz (Escrito por estudante L.).

Na conversa, vozes disseram que Ekan havia falecido pois o senhor do engenho descobriu sobre seu plano de fuga e usou sua morte como exemplo para os outros. Aquilo me deixou enfurecido, sabia que isso tinha que mudar... No mesmo dia boleei um plano para matá-lo, saí escondido de noite e peguei algumas ferramentas que poderiam me ajudar. Chegando na casa, destranquei a porta como uma vez meus amigos me ensinaram e entrei rapidamente no local. Quando cheguei no quarto de meu senhor, meus olhos se encheram de fúria. Peguei a corda que havia levado comigo e enrolei sobre seu pescoço, com tanta força que ele logo acordou e tentou gritar, mas não era o suficiente, então recorreu a agarrar algo afiado de sua mesa e me acertar. Sangrei de imediato, mas não deixaria ele viver de jeito nenhum. (Estudante J.)

Percebe-se a influência dos conteúdos e materiais discutidos em sala, como a atividade do tratado de paz, o exemplo de Zacimba Gaba¹¹, apresentado em uma das aulas durante o estágio, que assassinou seu senhor, a autobiografia de Baquaqua e a formação de famílias. Os resultados foram apresentados e discutidos junto aos estudantes de maneira que eles pudessem entrar em contato com as histórias uns dos outros, visto que foi uma atividade individual.

Explorando as potencialidades da imaginação

Os trechos citados e as produções dos estudantes revelam uma série de potencialidades da imaginação empregada no ensino de história. Em primeiro lugar, podemos salientar como a emoção, o aspecto afetivo dessa experiência, foi capaz de produzir experiências e trocas ricas com os estudantes, e como isso se refletiu em seus trabalhos. Ao produzirem essas narrativas, os discentes, mais do que responder às questões suscitadas nas folhas, trouxeram os elementos que mais os tocaram ao longo das aulas. Aqui, são interessantes as menções aos sentimentos dos personagens: a dor, o medo, a incerteza, a fúria, o alívio da liberdade. O próximo trecho revela bem essa questão, porque é de uma estudante que foi muito tocada pelos relatos estudados e relatou aos estagiários ter se emocionado durante a escrita:

Minha mãe e meu avô acabaram sendo mortos durante a captura, pois tentaram a todo custo resistir. Ver o corpo deles jogado no chão, enquanto eu

¹¹ Zacimba Gaba, na tradição oral do Espírito Santo, foi uma africana capturada no que hoje é a região de Cabinda, em Angola. Foi escravizada em uma fazenda onde sofreu uma série de violências e abusos. Sua figura é conhecida por ter matado seu senhor envenenado. Com a morte do dono da fazenda, Zacimba liderou uma revolta e fundou uma comunidade quilombola.

era arrastada, foi a maior dor da minha vida, mais do que qualquer dor física. Minha irmã de só nove anos foi também amarrada e levada a força comigo [...]. Me tornei posse de um senhor mais velho, na casa dos 50 anos, que tinha uma fazenda com plantação de cana. Eu, por ser menina e nova, acabei ficando no trabalho doméstico na casa desse homem, mas por vezes, pedi aos espíritos ancestrais e a mãe natureza que enviassem para trabalhar na fazenda. Aquele monstro me tocou, me explorou, me fez sentir nojo de mim mesma. Às vezes tudo que eu queria era morrer para que aquilo passasse. Eu trabalhava o dia todo, e de noite servia de brinquedo para ele. Eu fui abusada. Eu fui violada. Eu fui violentada (Estudante L. P.).

O caráter emocional da experiência foi um dos principais destaques dessa proposta. Os estudantes demonstraram, por meio de suas narrativas, não apenas a apropriação dos conteúdos discutidos, mas também uma intensa mobilização afetiva, essencial para o aprendizado significativo. Como afirma Lev Vygotsky (2003), nenhuma forma de comportamento é tão forte quanto aquela ligada a uma emoção. Ao associar a atividade escolar a uma vivência afetiva e criativa, o processo educativo extrapola a transmissão de conteúdos e passa a ser formador da subjetividade e da consciência crítica (Fé, 2012).

Aplicadas ao contexto educacional, as emoções influenciam as formas de comportamento e aprendizagem. Por isso, se quisermos suscitar no aluno atitudes e comportamentos desejáveis, é essencial garantir que essas experiências deixem um vestígio emocional duradouro (Vygotsky, 2003, p. 121). Nesse sentido, o caráter emocional da atividade proposta, centrada na criação empática de sujeitos históricos, foi um dos principais pontos fortes da experiência de estágio voltada à Educação para as Relações Étnico-Raciais.

A aproximação afetiva dos estudantes com a história imaginada de um escravizado é um importante exercício de alteridade e empatia. Dá ao sujeito escravizado, na memória construída durante as aulas, aquilo que foi negado pela historiografia oficial e o senso comum, uma dimensão humana, viva e diversa, para além dos indicadores econômicos, estruturais e de sua redução a uma simples “coisa”, vítima absoluta do sistema escravista. Essa narrativa imaginada permitiu uma aproximação dos estudantes no âmbito de uma questão muito simples, mas ao mesmo tempo potente: “o que eu faria nessa situação?”. De certa forma, responder a essa questão traz a possibilidade de que seja feita uma aproximação reflexiva e afetiva com esses sujeitos passados, este outro, dando significado à história revisitada durante as aulas.

Nesse sentido, imaginar essas vidas e histórias com nomes reais, com as referências apresentadas e construídas por escravizados, como os relatos de Mahommah Baquaqua e o tratado de paz do Engenho de Santana, muitas vezes trazidos como inspiração nos textos desenvolvidos pelos alunos, tem uma grande potencialidade. É um exercício que está a

serviço de um dos grandes objetivos do Estágio Supervisionado de História: a humanização dos escravizados. Isso se dá porque o estudo do cotidiano abre caminho para abordagens mais positivas acerca da reprodução da vida negra no Brasil no período escravista, pois leva em consideração seus aspectos mais esquecidos, como a sua cultura e costumes enquanto uma forma de resistência e afirmação destes sujeitos frente ao sistema colonial e às imposições culturais, subvertendo-as. Além disso, denota a humanidade e a consciência desses sujeitos no seu dia-a-dia.

Ao enxergarmos os escravizados enquanto seres humanos dotados de agência e cultura, também formamos a consciência da origem histórica e danosa dos preconceitos e da mentalidade racista vigente como, por exemplo, se perpetua e manifesta atualmente no racismo religioso e na normalização da violência policial e violações de Direitos Humanos nas periferias. Assim, permite o combate a essas visões e a formação de cidadãos críticos e conscientes que atuem na direção de uma sociedade democrática e mais justa para todos.

O trabalho com questões tão prementes para a construção do Brasil e tão presentes na atualidade também propicia a construção da consciência dos discentes enquanto sujeitos históricos, inseridos em um contexto presente que é atravessado por uma série de questões passadas, e sobre o qual este sujeito pode atuar para sua transformação. Assim, o trabalho desenvolvido no artigo serve aos objetivos de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais, uma vez que se volta para o ensino de História visando superar as visões tradicionais presentes no currículo escolar e mais consciente acerca da presença e do papel da vida negra na construção do país.

Para além de ser uma forma de superar as visões tradicionais no currículo, também é uma ferramenta interessante para propor avaliações que fujam de uma perspectiva conteudista e tecnicista. Entendemos que a avaliação deve servir à formação de sujeitos críticos, ao estímulo da consciência histórica e à apreensão de conceitos, mais do que à “fixação” de conteúdos e acontecimentos. A imaginação histórica, mobilizando os conhecimentos e discussões realizadas ao longo de todo o período de estágio, convidou os estudantes a criar, a apropriar-se de forma ativa destes saberes construídos. Nesse processo, favoreceu a retomada e a reflexão dos conceitos e ideias que permeavam os diferentes contextos estudados, como os de escravidão, resistência e, até mesmo, o de agência.

Nesse sentido, compartilhamos as percepções de Toldo *et al.* (2023) de que, talvez, essa seja uma das dimensões mais importantes deste trabalho. Colocando uma situação passada para os estudantes, a escravidão, convidando-os a agir sobre ela é uma forma de

estimulá-los a compreender que os sujeitos, inclusive eles próprios, são capazes de agir sobre a história e a realidade nas mais diversas circunstâncias.

Considerações finais

Nesse sentido, entendemos que esta experiência da dupla durante o Estágio Supervisionado e a regência na turma evidenciaram potencialidades interessantes do uso da imaginação como ferramenta pedagógica para o Ensino de História e para uma Educação para as Relações Étnico-Raciais. A imaginação, incorporada tanto nas aulas quanto como avaliação formativa e processual, foi capaz de promover um exercício de aproximação com o passado para além das fórmulas conteudistas, em um âmbito afetivo e de constituição de uma experiência significativa mediada pelo afeto.

Essa abordagem, ao colocar os estudantes na posição de refletir e imaginar-se na realidade do outro, o escravizado, favoreceu o exercício da alteridade e da empatia, essenciais para as problemáticas as quais este estágio buscava responder: a desumanização dos sujeitos escravizados frequente no senso comum e na história tradicional. Nesse sentido, é fundamental para a construção de posturas antirracistas no presente, problematizando concepções pré-estabelecidas e preconceitos.

Apesar dos resultados promissores, a aplicação da imaginação histórica enfrentou desafios significativos. Nas narrativas escritas, os anacronismos revelaram a dificuldade dos estudantes em suspender categorias contemporâneas para reconstruir o contexto escravista. A religiosidade africana foi uma temática pouco explorada nas aulas, devido à limitação de tempo de regência e um contexto de intolerância religiosa da turma, o que resultou em referências genéricas ao candomblé e voduns na atividade. Além disso, a gestão da turma durante as aulas expositivo-dialogadas demandou atenção constante, sendo composta por estudantes que expressavam seus desejos e interesses corporalmente, sentindo necessidade constante de movimentos e contato frequente com os colegas. Isso resultava em um tempo de concentração curto, impactando o aprofundamento de certos conteúdos.

A proposta, nesse sentido, permitiu explicar anacronismos e noções naturalizadas presentes no senso comum, como evidenciado na atividade com o Tratado de Paz dos escravizados do Engenho de Santana. O debate em sala, ao tratar de reivindicações contemporâneas e noções do senso comum inseridas em contextos do século XVIII, não buscou punir os "erros" dos alunos, mas sim problematizar o papel da imaginação na reconstrução histórica. Essa discussão fortaleceu o entendimento de que a imaginação

histórica não é mera ficção, mas uma criação “vigiada”, nas palavras de Oliveira e Delgado (2008, p. 96), orientada pelo compromisso com o contexto e com os marcos históricos debatidos em aula.

Assim, concluímos que a imaginação histórica contribuiu permitiu para que os estudantes buscassem reconhecer-se no outro histórico, como algo além de um simples objeto de estudos das aulas, mas em uma dimensão afetiva que dá um novo significado à experiência da aprendizagem da escravidão: o da dimensão humana, por si só complexa e diversa. Possibilita, assim, uma aprendizagem significativa e humanizadora dos sujeitos estudados, reconhecendo sua agência e diversidade.

Fontes

BAQUAQUA, Mahommah Gardo. **Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua**. Detroit: GEO. E. Pomeroy & Co., 1854. Tradução: Marcelo S. Gonçalves. Edição eletrônica: Paraná, 2015.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004.

DETETIVES do passado: escravidão no século 19. Rio de Janeiro: Núcleo de Documentação, História e Memória - NUMEM/UNIRIO, 2009. Disponível em: <<http://www.numemunirio.org/detetivesdopassado/main.html>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Referências

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ. [online]**. 2002, n.19, p. 20-28. ISSN 1413-2478.

CELESTINO, Geisa Correia Soares. **Os “typos pretos” de Christiano Júnior: o olhar do fotógrafo sobre os negros na segunda metade do século XIX**. 2022. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

FÉ, Maria Silvia Pinto Santa. **A imaginação no processo de ensino/aprendizagem: uma abordagem histórico-cultural**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 256f., 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCINDO, Willian Robson Soares. Desvitimizar para humanizar: uma análise sobre a escravidão nos livros didáticos. **Antíteses**, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, p. 879-897. <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>.

OLIVEIRA, Ilse Leone B. C. de; DELGADO, Andréa Ferreira. Imaginação histórica: ficção e subjetividade na escrita escolar. **Gragoatá**, Niterói, v. 13, n. 25, p. 95-117, 2008.

PEREIRA, Nilton Mullet. O que pode a imaginação na aprendizagem histórica? **Clío: Revista de Pesquisa Histórica**, [S.L.], v. 38, n. 1, p. 48-67, 29 jul. 2020.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**: Uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 18, p. 6–29, 1993. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i18p6-29. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25988>>. Acesso em: 25 fev. 2026.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflitos**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Amanda Gisele. **Imaginação e Ensino de História**: um encontro com as trovadoras do medievo. Dissertação (mestrado) - PROFHISTÓRIA, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 133f., 2022.

TOLDO, Alize Schmitz *et al.* **Imaginação e Ensino de História**. Porto Alegre: UFRGS, 2023.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

ZITTOUN, Tania; CERCHIA, Frédéric. Imagination as Expansion of Experience. **Integrative Psychological And Behavioral Science**, [S.L.], v. 47, n. 3, p. 305-324, 28 abr. 2013. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s12124-013-9234-2>.

História, Memória e Identidade Cultural: Experiências de estágio em um espaço museológico em Caririáçu – CE

History, Memory and Cultural Identity: Internship Experiences in a Museum Space in Caririáçu - CE

Gisela Lauriano de Sales¹, URCA

Maria Eduarda Rodrigues Soares², URCA

Resumo

Este artigo relata a experiência de estágio supervisionado realizado no Museu José Nogueira de Melo, localizado na cidade de Caririáçu-CE. Durante a experiência, foram percebidos três conceitos importantes: “História”, “Memória” e “Identidade Cultural”, categorias bastante presentes no espaço do Museu. Além disso, foi feito um breve resgate histórico da instituição, que, por muito tempo, foi pouco conhecida pelos próprios moradores da cidade. Diante disso, o objetivo principal deste trabalho é compreender como o museu enquanto um ambiente que guarda não só uma ligação com a história local, mas também com afetos e lembranças familiares, contribui para a construção de uma História, Memória e Identidade local. A experiência evidenciou o papel social do museu como espaço educativo e sua relevância na formação de sujeitos conscientes de sua história e pertencimento.

Palavras-chave: História; Memória; Identidade cultural; Museu; Estágio.

Abstract

This article reports on the experience of a supervised internship carried out at the José Nogueira de Melo Museum, located in the city of Caririáçu, Ceará, Brazil. During the experience, three key concepts were highlighted: “History,” “Memory,” and “Cultural Identity,” categories that were clearly present throughout the Museum space. In addition, a brief historical overview of the institution was presented, which, for a long time, remained little known by the city’s own residents. Therefore, the main objective of this work is to understand how the museum, as a space that preserves not only connections to local history but also to affections and family memories, contributes to the construction of local History, Memory, and Identity. The experience highlighted the social role of the museum as an educational space and its relevance in the formation of subjects aware of their history and sense of belonging.

Keywords: History; Memory; Cultural Identity; Museum; Internship.

Introdução

Este artigo desenvolveu-se a partir da disciplina de Estágio Supervisionado II, momento formativo voltado para a atuação em espaços museológicos e que se constitui um componente curricular do curso de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Dentro do currículo do curso, esse estágio antecede as discussões centradas nos espaços

¹ Universidade Regional do Cariri, curso de História, gisela.lauriano@urca.br, graduação em andamento.

² Universidade Regional do Cariri, curso de História, maria.rodrigues@urca.br, graduação em andamento.

escolares formais, como é o caso das escolas. O intuito dessa área de estudo é proporcionar experiências em espaços não escolares, possibilitando aos discentes novas vivências além do ambiente escolar e, assim, ampliar seus conhecimentos de forma diversa. Desse modo, constitui-se como uma oportunidade de conhecer outras possibilidades de atuação profissional. Como exemplo, pode-se mencionar os museus, por se tratar de espaços educativos não formais.

Nesse sentido, o estágio foi realizado no Museu José Nogueira de Melo (Imagem 1), localizado na cidade de Caririaçu, Ceará – para fins informativos, este município integra a região do Cariri cearense, localizado no estado do Ceará. Situa-se nas proximidades de Juazeiro do Norte, importante centro urbano e religioso da região -, e que se constitui uma entidade de direito privado e sem fins lucrativos. O referido museu foi criado em 2007 com o objetivo de organizar e gerenciar o conjunto de objetos de valor histórico-cultural reunido pela família Nogueira Machado, expondo-os em um Museu aberto à visitação pública três dias por semana. Atualmente, o Museu possui diversos objetos e livros organizados em categorias religiosas, comerciais e domésticas, e é administrada pela Catarina Borges, conhecida como Dona Catarina, que assumiu o cargo em 2017 como presidenta da Associação de Amigos do Museu Nogueira Machado.

Imagem 1 – Fachada do Museu José Nogueira de Melo



Fonte: acervo pessoal das autoras.

Durante a realização do estágio, trabalharam-se conceitos abordados durante o decorrer do curso de História e em diálogo com a temática museológica como: História, Memória e Identidade Cultural. Esses conceitos foram fundamentais para o planejamento das atividades que seriam desenvolvidas no espaço e, sobretudo, para a compreensão de sua

relevância nas discussões sobre Educação Patrimonial. Nesse contexto, foi elaborada, na residência patrimonial, uma oficina intitulada “História e Memória a partir de objetos do acervo do Museu José Nogueira de Melo”. A atividade teve como objetivo central promover uma reflexão crítica a partir da observação e análise de objetos selecionados e expostos no Museu, estimulando os participantes a resgatarem memórias pessoais e coletivas associadas àqueles artefatos.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é compreender como o museu, enquanto ambiente que guarda não apenas uma ligação com a história local, mas também com afetos e lembranças familiares, contribui para a construção da história, da memória e da identidade local. Para a realização deste estudo, utilizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, com enfoque na rememoração por meio do diário de bordo construído pelas autoras. A pesquisa qualitativa permite que o pesquisador aprofunde sua análise em problemas sociais de maneira significativa, e não apenas quantitativa, considerando suas dimensões subjetivas, históricas e simbólicas (Minayo, 2002); o estudo bibliográfico (Gil, 2002), por sua vez, possibilita a revisão de produções já realizadas sobre a temática, permitindo traçar um debate teórico; já os diários de bordo (Nascimento e Camargo, 2024) possibilitam o registro das vivências nos espaços de estágio e, paralelamente, permitem revisitar as reflexões e construir novos apontamentos.

Desse modo, espera-se que as reflexões presentes neste artigo contribuam para a literatura acerca da educação em espaços não escolares, em especial para as discussões vinculadas às vivências promovidas pelos estágios. Ademais, espera-se que este trabalho some aos debates sobre História, Memória e Identidade Cultural, com foco nos espaços museológicos. Para tanto, o texto está organizado da seguinte maneira: em um primeiro momento, apresenta-se a introdução, na qual é abordado a contextualização e apresentação do tema; no segundo momento, enfatiza-se a história do museu onde as atividades foram realizadas; em um terceiro momento, discutem-se as primeiras impressões sobre o espaço; no quarto momento, abordam-se as vivências no museu, com foco nas categorias já apresentadas; por fim, retoma-se o objetivo do artigo e apresentam-se as considerações finais.

História do Museu José Nogueira de Melo

O museu José Nogueira de Melo, situado na cidade de Caririáçu – CE, na Rua Carlos Morais, n° 485, é um espaço pertence à família da atual responsável, Catarina Borges Machado. Anteriormente, foi a residência de seus avós, José Nogueira de Melo e Ana de

Jesus de Melo, pois, antes de se consolidar como um centro de memória com um acervo de grande importância cultural, o imóvel era apenas a moradia da família.

A proposta de transformar a residência em museu partiu de Nazaré Machado, tia de Dona Catarina. Inspirada pelo apreço de seu pai, José Nogueira de Melo, e pela preservação de objetos antigos, Nazaré idealizou a conversão da casa – antes um espaço familiar e simples – em um ambiente voltado à conservação da memória. José Nogueira cultivava uma forte ligação afetiva com os objetos que colecionava, adquiridos tanto por meio de compras quanto de doações, e seu hábito de guardar tais peças acabou por contribuir significativamente para a preservação de parte da história local. Com o passar do tempo, Nazaré deu continuidade à iniciativa, reconhecendo o valor histórico e simbólico do acervo reunido por seu pai.

No entanto, durante um tempo, a iniciativa foi temporariamente pausada por motivos de ordem financeira e pessoal. Em um esforço para impedir o encerramento definitivo do espaço, Ana Borges, irmã de Catarina, assumiu por um período a direção do museu. Em 2017, Catarina retomou a proposta de uma forma mais estruturada, reorganizando o acervo e reativando a iniciativa com o apoio financeiro e colaborativo de cinco primos, igualmente engajados na preservação da memória familiar e regional. A partir dessa retomada, o museu passou por pequenas reformas, como o forro da casa, pintura e instalação de prateleiras em todas as salas.

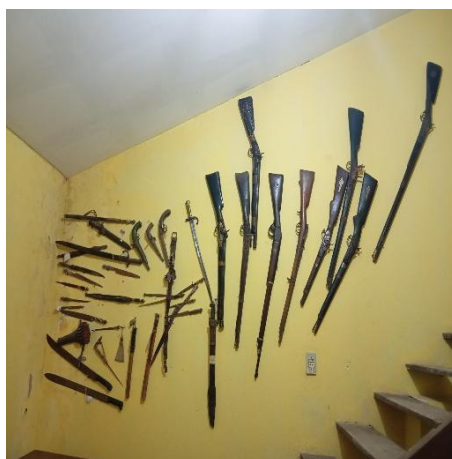
Com os reparos concluídos, Catarina iniciou a organização e disposição dos objetos nas prateleiras. Após essas etapas, o Museu José Nogueira de Melo foi reaberto ao público em janeiro de 2024 e, atualmente, funciona regularmente com atendimento às segundas e quintas-feiras no turno da manhã, além de receber visitantes por meio de agendamento prévio. Além desses fatos, cabe mencionar que hoje o museu é reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e é reconhecido como um espaço relevante de resgate da história da região.

Dessa forma, pode-se afirmar que todo o acervo pertencente à instituição guarda uma história de vínculo afetivo, carregado de simbolismo e memória afetiva, especialmente para a família de José Nogueira de Melo, que até hoje busca resgatar sua história por meio de cada peça preservada no Museu. A partir disso, percebe-se como a memória individual pode ser transformada em memória coletiva, quando inserida em um contexto museológico acessível ao público. Essa transformação ocorre porque o espaço do Museu, ao acolher objetos carregados de significado pessoal, ressignifica essas memórias ao integrá-las a uma narrativa histórica compartilhada. Desse modo, lembranças antes restritas ao âmbito familiar ou

individual passam a dialogar com a história da comunidade, promovendo identificação, pertencimento e valorização do patrimônio cultural local.

O acervo do museu apresenta uma grande diversidade de peças, a maioria em ótimo estado de conservação, graças à responsabilidade e ao cuidado da presidenta. Nesse espaço, há uma abundância de objetos como televisões, telefones, rádios, ferros de passar, armas antigas, quadros, armários, instrumentos musicais, relógios, máquinas de costura, máquinas de escrever pilões, lamparinas, louçaria entre outros (Imagem 2). O museu também conta com um acervo de objetos pertencentes aos indígenas que habitaram as terras caririenses e que foram encontrados em escavações. Para a realização da oficina, foram selecionados quatro itens: um candeeiro, um fuso de fiar, uma máquina fotográfica e um estribo, os quais foram essenciais para a execução da atividade (Imagem 3).

Imagem 2 – Armas antigas expostas na parede do museu



Fonte: acervo pessoal das autoras.

Imagem 3 – Objetos escolhidos para realização da oficina. Da esquerda para a direita: uma máquina fotográfica, um candeeiro, estribos e um fuso de fiar



Fonte: acervo pessoal das autoras.

No entanto, vale ressaltar que, embora o Museu possua uma ampla variedade de peças e todas sejam bem cuidadas pelos responsáveis, há casos em que determinados objetos apresentam sinais de deterioração. Isso se deve não apenas à ação natural do tempo, que provoca oxidação, desbotamento e perda de características originais, mas também à ausência de recursos financeiros adequados para garantir a conservação ideal do acervo.

A família responsável pela manutenção do espaço não conta com financiamento institucional ou apoio público, o que dificulta tanto a organização das peças em salas temáticas quanto a implementação de um sistema adequado de catalogação. Ademais, o casarão ainda está no processo de reforma estrutural, fator que também contribui significativamente para a preservação do patrimônio ali presente. Por esse motivo, algumas peças precisam ser isoladas das demais, permanecendo expostas apenas para observação e não para manuseio.

Dentre os itens do acervo, o museu também possui uma coleção de livros que compõem a sua biblioteca (Imagem 4) e, durante o estágio supervisionado, uma das atividades realizadas consistiu na catalogação desse material. A coleção apresenta uma variedade de obras de diversas categorias: História do Brasil, História do Ceará, Filosofia, Religião, Gramática da Língua Portuguesa, Dicionários, Farmácia, Almanques, Livros Didáticos e Técnicos, Psicologia, entre outras. Ao observar o estado físico e de conservação dos livros que compõem o acervo, percebe-se que não há uma organização dos livros ou presença de informações mais detalhadas que permitam compreender do que cada material trata, o que dificulta sua identificação.

Imagem 4 – Estante de livros da biblioteca



Fonte: acervo pessoal das autoras.

Percebe-se que o acervo do Museu reúne não apenas peças de valor afetivo pertencentes à família fundadora, mas também objetos que contribuem significativamente para a compreensão da história de Caririaçu e de municípios vizinhos. Outrossim, a iniciativa de preservar e organizar o espaço deve ser reconhecida como uma ação de grande relevância cultural. No entanto, é importante destacar que o Museu ainda carece de investimentos adequados para aprimorar sua estrutura física e garantir melhores condições de conservação do acervo.

Primeiras impressões do estágio em espaços museais

Com o início da disciplina de Estágio Supervisionado II, foram realizados momentos introdutórios voltados à discussão teórica, com o objetivo de subsidiar a vivência prática no espaço escolhido. Nesse processo inicial, passamos por uma etapa de ambientação no Museu José Nogueira de Melo. Vale destacar que Caririaçu, município onde o Museu está localizado, apresenta escassez de registros documentais e iniciativas sistemáticas de preservação da memória local.

Para elucidar a escassez de registros de memória na cidade, utilizamos o artigo “Saberes e memória em construção: reflexões a partir do estágio em espaços escolares”, escrito por Santos, Silva e Melo (2023). Em uma das subseções, os autores se referem especificamente a Caririaçu como a “Cidade Sem Memória” (Santos; Silva; Melo, 2023, p. 5), apontando para a ausência de conhecimento geral da população sobre a história e a memória do município. Segundo os autores, alguns fatos sobre o município são lembrados apenas durante o aniversário da cidade e, ainda assim, de forma superficial (Santos; Silva; Melo, 2023). Essa constatação levou os autores a questionarem: “quais são as fontes históricas disponíveis para contar a história de Caririaçu?” (Santos; Silva; Melo, 2023, p. 5).

Para auxiliar na reflexão, os autores recorreram ao livro “A Serra de São Pedro – História de Caririaçu”, de Raimundo de Oliveira Borges, publicado em 2009, obra que aborda aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos da cidade. Santos, Silva e Melo (2023) também menciona o Museu José Nogueira de Melo, contudo sua menção a ele é de um espaço “sem memória”, uma vez que, na época, o museu não estava aberto ao público e não contava com recursos financeiros para se manter em funcionamento. Essas condições dificultavam o acesso da população ao acervo e ao conhecimento sobre a importância de se preservar um museu no município – um espaço histórico que, no contexto local, se mostra raro e necessário.

Como mencionado anteriormente, o Museu José Nogueira de Melo encontra-se em funcionamento parcial. Embora não esteja aberto ao público em geral de forma contínua, recebe visitas previamente agendadas de escolas da região, funcionando, por enquanto, apenas às segundas e quintas-feiras. A limitação no atendimento se deve ao processo de ampliação da estrutura física do espaço, necessário para acomodar melhor o acervo, que é extenso e composto por uma grande variedade de objetos. A meta é que, após a finalização das reformas e reorganizações internas, o Museu possa funcionar regularmente de segunda a sexta-feira e ampliar o acesso à comunidade em geral.

Além disso, por se tratar de um espaço que ainda necessita de maior divulgação e visibilidade, seu reconhecimento pela população local tem ocorrido de forma gradual. Essa falta de conhecimento por parte dos moradores acerca da existência de um Museu local evidencia um desafio recorrente na valorização do patrimônio histórico-cultural: muitas vezes, a própria comunidade desconhece a existência de espaços como museus em sua cidade, o que reforça a necessidade de políticas públicas e ações educativas voltadas à preservação e promoção da memória histórica local.

A manutenção do museu conta com a contribuição financeira dos membros da família de José Nogueira de Melo, o que possibilita sua permanência aberta à visitação. Dessa forma, o que antes era visto como um “espaço sem memória” hoje revela-se como um ambiente que preserva, sim, a memória local – resistindo, inclusive, às dificuldades estruturais e sociais que muitas vezes invisibilizam iniciativas desse tipo. Todo o acervo é de grande relevância, especialmente para aqueles que têm um olhar atento, curioso e interessado na história contada através das peças expostas.

Com os avanços que o museu vem conquistando, atualmente ele está aberto à visitação parcial, nos termos descritos anteriormente, e agora também para a realização de estágios. Desse modo, as autoras deste artigo foram as primeiras estagiárias acolhidas pelo Museu José Nogueira de Melo, o que conferiu à experiência um caráter pioneiro tanto para a instituição quanto para as discentes envolvidas.

Ressalta-se, ainda, que esta foi a primeira vivência das estagiárias em um espaço educativo não escolar, ampliando significativamente sua formação ao possibilitar o contato direto com práticas voltadas à preservação da memória, à valorização da história local e à Educação Patrimonial. A abertura do museu para o recebimento de estagiários representa um avanço importante para a região, pois promove o fortalecimento do vínculo entre instituições de ensino e espaços culturais.

Vale mencionar que, anteriormente, havia grande dificuldade em realizar estágios em espaços não escolares no município de Caririaçu, especialmente para os universitários do curso de História, uma vez que a obrigatoriedade de estagiar em um campo não escolar exige a presença de instituições adequadas – como um museu. Como a cidade não dispunha desse tipo de espaço, muitos estudantes precisavam se deslocar para municípios vizinhos. Contudo, agora há a oportunidade de os estudantes usufruírem de um ambiente museológico na cidade, o que representa um avanço importante para a formação acadêmica local.

Não obstante, não apenas os estudantes e acadêmicos podem usufruir deste espaço, mas também a comunidade. A presença de um museu local possibilita que os moradores conheçam mais profundamente sua história e seus antepassados, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade cultural. Além disso, trata-se de um espaço que promove o conhecimento coletivo e o autoconhecimento, à medida que resgata e valoriza as narrativas locais, muitas vezes esquecidas ou silenciadas ao longo do tempo.

Diante dessa importância cultural e educativa do museu, as ações realizadas durante o estágio buscaram contribuir diretamente para a preservação e valorização do acervo, bem como para a organização do espaço enquanto ambiente de aprendizagem e memória. Após a recepção acolhedora por parte da responsável pelo museu, as atividades do estágio foram iniciadas com a organização de fichas e de alguns objetos do acervo. Em seguida, deu-se início à principal atividade desenvolvida ao longo do estágio: a catalogação dos livros pertencentes ao acervo do museu (Imagem 5). Muitos exemplares encontravam-se sem identificação ou informações básicas que permitissem sua adequada organização nas estantes. Outros livros encontravam-se em estado de deterioração, o que exigiu das estagiárias extremo cuidado no manuseio, a fim de evitar danos maiores, como o descolamento de páginas, rasgos ou perda de informações importantes.

Imagem 5 – Catalogação dos livros da biblioteca

Fonte: acervo pessoal das autoras.

O início desse processo foi desafiador, uma vez que todo o trabalho de manuseio e registro das informações era realizado manualmente, sem o auxílio de recursos tecnológicos. Com o passar das semanas e com o avanço das atividades, a supervisora local, Dona Catarina, disponibilizou um computador, o que contribuiu significativamente para o andamento e a conclusão da tarefa. Ainda assim, as estagiárias enfrentaram dificuldades devido à ausência de experiência prévia com processos de catalogação. No entanto, após diversas tentativas e pesquisas sobre metodologias adequadas e troca de aprendizados, foi possível desenvolver uma metodologia funcional, que permitiu a organização eficaz do acervo.

Esse processo se estendeu por algumas semanas, considerando a expressiva quantidade de livros e o tempo limitado disponível para o estágio. Ao final da experiência, foi desenvolvida uma oficina intitulada “História e Memória a partir de objetos do acervo do Museu José Nogueira de Melo”, a qual será tratada mais adiante. Essa atividade marcou o encerramento das atividades no espaço e promoveu uma rica troca de saberes e memórias entre os participantes.

Pode-se perceber o quanto objetos e livros, mesmo quando já não possuem função utilitária, continuam sendo valiosos, uma vez que esses elementos mantêm seu significado, representando fragmentos da história e da memória coletiva. Diante disso, o convívio neste espaço possibilitou a construção de um vínculo afetivo não apenas com o passado histórico da família de José Nogueira de Melo, mas também com o passado da própria cidade, especialmente por meio do conhecimento de sua trajetória de vida e da grande influência que exerceu na cidade de Caririaçu. Ele atuou como engraxate, cuidador de animais, menino de recados e, com o tempo, passou a realizar pequenos negócios que lhe proporcionaram

progresso. Posteriormente, tornou-se um político e juiz de paz bastante conhecido em toda a região, inclusive pelo próprio Padre Cícero.

Entre História, Memória e Identidade Cultural: questões teóricas

Por meio das vivências no museu, articuladas com os diálogos teóricos propostos no curso de História foi possível identificar três conceitos centrais: História, Memória e Identidade Cultural. Essas categorias revelaram-se elementos que resistem ao esquecimento e permanecem vivas no espaço museológico. A História, conforme Cerri (2011), representa o estudo do passado em sua relação com o presente. A Memória, por sua vez, segundo Le Goff (2003), corresponde às lembranças construídas e vivenciadas individual e coletivamente. Já a Identidade Cultural, de acordo com Hall (2006), refere-se ao conjunto de características que definem um determinado grupo social. Esses três conceitos se entrelaçam e se manifestam de maneira significativa no museu, compondo um espaço onde o passado é constantemente reatualizado. Sobre os espaços não escolares, Silva (2016, p. 413) salienta que:

Os chamados ambientes não escolares são carregados de simbolismos, marcas do tempo e vestígios de um passado que pode estar distante ou nem tanto no tempo. Os museus, as praças, as bibliotecas, os arquivos, as associações, clubes entre outros podem contribuir de forma significativa para a relação ensino-aprendizagem. São espaços que representam verdadeiros exemplos da ação do tempo e das diversas relações processadas em um determinado contexto.

Para relacionar esses pontos ao museu, é importante reconhecer que ele, por si só, constitui uma narrativa histórica, na qual o passado é representado por meio do espaço e dos itens expostos. Como destaca Ramos (2004), os objetos presentes em um museu perdem seu valor de uso original e passam a adquirir novos sentidos e significados, contribuindo para a compreensão da história de homens e mulheres ao longo do tempo.

Esses objetos permitem a recordação de acontecimentos vividos, despertando a chamada memória familiar afetiva, que pode ser individual ou coletiva, a depender do contexto. Em muitos casos, essa memória se expressa de forma visível, como no caso das peças observadas em um museu. Um acervo de um museu permite supor para que serviam esses objetos, evidenciando sua utilidade em determinado período histórico. Hoje, tais peças tornam-se representações visuais de interesse histórico e cultural, tanto para o museu quanto para seus visitantes. Dessa forma, compreende-se que:

O museu é assim, espaço de aprendizagens, e desta forma, seu potencial para o ensino de história poderá provocar novas práticas educativas, colaborar

também para uma formação tanto inicial quanto continuada dos professores – que em uma visita e/ou na preparação para a mesma se formam, apreendem novas práticas, questionam as já adotadas, também se surpreendem com as aprendizagens e com as possibilidades descortinadas (Costa, 2012, p. 4).

Com isso, pode-se perceber a importância dos museus não apenas para o ensino de História, mas também para a formação de docentes. Dessa forma, torna-se relevante abordar, ainda que brevemente, as compreensões de História, Memória e Identidade Cultural que sustentam as discussões deste estudo. De acordo com Neves (2000, p. 113):

A identidade, além de seus aspectos estritamente individuais, apresenta uma dimensão coletiva, que se refere à integração do homem como sujeito do processo de construção da História. A História, como processo, é compartilhamento de experiências, mesmo que inúmeras vezes sob a forma de conflitos. A memória, por sua vez, como um dos fatores presentes no resgate da história compartilhada, é esteio da identidade.

Compreende-se que a identidade não se forma de maneira individual, mas sim coletivamente, no interior de uma comunidade, ou seja, é construída a partir da convivência em grupo. A História, por sua vez, refere-se a esse conjunto de vivências, que resulta na formação da trajetória de uma sociedade e pode gerar tanto união quanto conflito, a depender do contexto em que se insere. Nesse processo, a memória exerce profunda influência, pois transmite lembranças de experiências vividas de forma compartilhada.

Nesse sentido, promover atividades educativas que despertem a reflexão sobre a memória coletiva e os vínculos históricos de uma comunidade torna-se essencial para fortalecer a identidade cultural local. Foi com esse propósito que, nesta residência patrimonial, foi realizada uma oficina intitulada “História e Memória a partir de objetos do acervo do Museu José Nogueira de Melo”, que será abordada na próxima seção.

Entrelaçando História, Memória e objetos museais: registros da oficina

A atividade foi organizada em parceria com uma escola do município de Caririaçu, a partir do contato entre a supervisora do museu, Dona Catarina, e a diretora da instituição de ensino. Juntas, definiram previamente o dia, o horário e a quantidade de alunos que participariam da experiência. Assim, a oficina foi realizada no dia 22 de maio de 2025 com uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental, composta por 21 alunos, que compareceram ao museu para uma aula de campo com foco nos objetos do acervo (Imagem 6).

Imagem 6 – Alunos participantes da oficina

Fonte: acervo pessoal das autoras.

A proposta pedagógica da oficina visava despertar o interesse das crianças pelo patrimônio histórico-cultural de sua cidade, promovendo reflexões sobre o passado e a construção da identidade local. A oficina teve início com a apresentação de alguns objetos selecionados para a exposição, a máquina fotográfica, o candeeiro, um estribo e um fuso de fiar (Imagem 7). Esses itens, carregados de memória e significado, despertaram a curiosidade dos alunos, que foram convidados a refletir sobre o que seriam e para que serviriam esses itens. Alguns estudantes demonstraram familiaridade com os objetos, enquanto outros revelaram surpresa ao conhecê-los pela primeira vez.

Imagem 7 – Itens usados na oficina

Fonte: acervo pessoal das autoras.

Durante o debate, a turma participou ativamente, compartilhando suas percepções sobre os objetos e as contribuições dos alunos enriqueceram a troca de saberes, tornando o

momento dinâmico e significativo. Também foram discutidos os conceitos de História, Memória e Identidade Cultural com os discentes, o que despertou a curiosidade dos participantes e fomentou um rico debate sobre os itens expostos relacionados a esses conceitos.

Em seguida, cada criança foi convidada a escolher um dos objetos apresentados e representá-lo por meio de um desenho, podendo também comentar sobre sua utilidade e importância. Para a produção artística dos alunos, foram utilizados materiais como papel ofício A4, lápis grafite e lápis de cor, a fim de auxiliar na realização da atividade proposta. Após a confecção dos trabalhos, os estudantes os apresentaram aos colegas e, em seguida, foram conduzidos a uma visita guiada, divididos em pequenos grupos para visitar as diferentes alas do museu a fim de conhecer melhor o acervo disponível. Durante essa etapa, Catarina, responsável pela organização do museu, auxiliou na condução da visita, explicando os demais objetos expostos e respondendo às dúvidas dos alunos.

Ao final da oficina, foi oferecido um lanche como forma de acolhimento aos participantes – alunos, professores e colaboradores do museu – e os estudantes foram presenteados com uma lembrancinha, como forma de reconhecimento pela participação. Também foi entregue aos presentes um panfleto contendo informações sobre a origem e o desenvolvimento do Museu José Nogueira de Melo no município de Caririçu.

Ao relacionar os objetos com os conceitos discutidos, a oficina possibilitou compreender a História não apenas como uma sucessão de fatos cronológicos, mas como uma construção social que envolve vivências, afetos e pertencimento. A Memória, por sua vez, emergiu como elemento central para a reconstrução do passado, mediada pelos objetos que, ao evocarem lembranças e sentimentos, reafirmaram a importância da experiência subjetiva na preservação do patrimônio.

Já a Identidade Cultural foi trabalhada a partir do reconhecimento dos saberes, práticas e valores representados nos objetos, promovendo o fortalecimento do sentimento de pertencimento à comunidade local. Desse modo, a oficina contribuiu não apenas para a valorização do acervo museológico, mas também para a formação de uma consciência crítica nos participantes sobre o papel dos museus como espaços vivos, capazes de conectar passado e presente por meio da partilha de memórias e da valorização da cultura local.

Ao adentrar um espaço histórico, o profissional da educação básica pode desenvolver o conteúdo de maneira mais ampla e significativa. A sala de aula, muitas vezes, permite apenas um esboço introdutório de determinados temas da História. No entanto, ao conduzir

uma aula em um ambiente externo, como uma aula de campo, o docente se depara com uma nova perspectiva sobre o seu papel, percebendo o quanto a prática pode enriquecer a teoria. Espaços que remetem ao passado podem despertar maior interesse e curiosidade nos discentes, tornando o aprendizado mais atrativo e dinâmico. Essa experiência proporciona não apenas um aprofundamento teórico, mas também uma vivência prática dos conteúdos.

Nesse contexto, experiências como visitas ao museu José Nogueira de Melo contribuem significativamente para a formação de alunos mais críticos e conscientes de sua própria história. Ao mesmo tempo, fortalecem o papel do professor como mediador entre o conhecimento acadêmico e a realidade local. A atuação do educador ganha novos contornos, pois ele deixa de ser apenas transmissor de conteúdos e passa a ser agente de valorização do patrimônio, da memória e da identidade coletiva. Ao utilizar espaços educativos não escolares, o professor amplia os horizontes da aprendizagem, tornando-a mais sensível, contextualizada e conectada à vivência dos estudantes.

Além disso, ações educativas em espaços de memória revelam também as múltiplas possibilidades de atuação do profissional formado em História. Museus, centros culturais e instituições de preservação do patrimônio são exemplos de campos nos quais esse profissional pode desenvolver práticas educativas, curadorias, pesquisas e projetos de valorização da história local. Assim, ao integrar teoria, prática e engajamento com a comunidade, o historiador contribui de forma significativa para a construção do conhecimento coletivo e para a preservação da memória social.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo compreender de que maneira o museu, enquanto ambiente que guarda não apenas uma ligação com a história local, mas também com afetos e lembranças familiares, contribui para a construção da História, da Memória e da Identidade local. Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e análise dos diários de bordo produzidos pelas autoras, à luz da literatura sobre Memória, História e Identidade Cultural.

Foi possível observar que, mais do que um espaço destinado à guarda de objetos e documentos, o espaço museológico exerce um papel essencial na valorização da identidade local e na preservação da memória coletiva. Por sua representatividade no município, o Museu José Nogueira de Melo configura-se como um símbolo histórico que reforça o pertencimento e o reconhecimento da comunidade em relação à sua própria trajetória.

O estudo evidencia que o museu não é apenas um repositório de materiais antigos, mas um espaço vivo, que possibilita o resgate de memórias afetivas e o fortalecimento de vínculos com o passado. Ao provocar lembranças individuais e coletivas, ele convida os visitantes a se reconectarem com suas raízes, promovendo não só o conhecimento histórico, mas também o autoconhecimento. Dessa forma, o museu se mostra fundamental para que a comunidade compreenda e valorize sua própria história e identidade.

A experiência proporcionada por essa primeira vivência em um espaço museológico revelou-se extremamente enriquecedora, tanto do ponto de vista acadêmico quanto pessoal. No entanto, cabe aqui uma reflexão importante: embora o curso de licenciatura em História contemple uma disciplina de Estágio Supervisionado voltada para museus e espaços afins, a formação nesse campo ainda se mostra incipiente.

Tal constatação evidencia a necessidade de uma atenção maior por parte das instituições formadoras, a fim de preparar futuros profissionais não apenas para o ambiente escolar tradicional, mas também para os múltiplos espaços educativos nos quais o historiador pode atuar. Assim, espera-se que esta experiência e este estudo possam contribuir para a ampliação das discussões acerca do papel social dos museus e para a valorização desses espaços como instrumentos de ensino, aprendizagem, preservação cultural e fortalecimento da identidade coletiva.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Natal, p. 1-10, 2013. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874921_28c0558a70f3bfff19db4e06ecf30156.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

COSTA, Júlio César Virgínio da. O Ensino de História mediado pelo museu: tempos, conceitos e patrimônio. **XVIII Encontro Regional da ANPUH**. Minas Gerais, p. 1-8, 2012. Disponível em: <https://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/24/1339765780_ARQUIVO_ensino_de_historia_mediado_pelos_museus_tempos_conceitos_patrimonio_anpuh_2012_doc.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

DA SILVA, Neles Maia. Educação para além da escola: Reflexões sobre os ambientes não escolares, o Ensino de História e a consciência histórica. **Temporalidades**. Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 409-423, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/30496446/Educa%C3%A7%C3%A3o_para_al%C3%A9m_da_escola_Reflex%C3%B5es_sobre_os_ambientes_n%C3%A3o_escolares_o_Ensino_de_Hist%C3%B3ria_e_a_consci%C3%Aancia_hist%C3%B3rica_Education_beyond_school_Reflection>.

s_on_no_schools_environments_history_teaching_and_historical_consciousness>. Acesso em: 17 jul. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KREMER, Karen K.; TORRENS, Ana Carolina. Uma silhueta nas sombras: o lugar do historiador nos museus históricos dos campos gerais. **Faculdade Sant'Ana Em Revista**. Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 117-132, 2018. Disponível em: <<https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/570>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos Museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 1, p. 207-309, 1993. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/anaism/p/a/8RcxDr6PPmbLfcXv37SFggm/?lang=pt>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suelly Ferreira.; NETO, Otávio Cruz.; GOMES, Romeu. **Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, p. 9-29, 2002.

NASCIMENTO, Caio Cesar da Silva; CAMARGO, Daniel. O diário de bordo como instrumento didático em cursos de licenciatura: uma possibilidade de reflexão sobre a prática pedagógica para estudantes e professores. In: **Anais do CONEDU – Didática e currículo**. Campina Grande: Realize Editora, p. 104-118, 2024. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/118885>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**. v. 3, p. 109-116, 2000. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/25/19>>. Acesso em: 19 fev. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2025.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. 1. ed. Chapecó: Argos, 2004.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Tentação do tempo: a máquina museológica na fabricação do passado**. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.

SANTOS, Dinajilas Gomes de Melo; SILVA, Cícera Mônica Rodrigues; MELO, Francisco Egberto de. Saberes e memória em construção: reflexões a partir do estágio curricular em espaços não escolares. **Anais IX CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, p. 1-11, 2023. Disponível em: <<https://ns1.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/98064>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional. **Anos 90**, v. 15, n. 28, p. 187-196, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7966/4754>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

Artigos Livres**Garanhão do cativeiro ou corpo subjugado? A reprodução de escravizados sob a lógica colonial**

Captive stallion or subjugated body? The reproduction of enslaved people under colonial logic

Clodoaldo Matias da Silva¹, UFAM

Resumo

O artigo analisa a reprodução forçada de pessoas escravizadas no Brasil como prática de dominação colonial e de acumulação patrimonial, tomando Pata Seca como figura simbólica. Examina como a reprodução compulsória atuou como estratégia de controle social, econômico e racial, articulando história social, pedagogia crítica e epistemologia decolonial. A análise abrange quatro eixos: contexto histórico, corpo negro como território de exploração e resistência, conflitos entre memória e apagamento institucional, e implicações pedagógicas. Conclui que reconhecer a reprodução forçada como política sistemática e abordá-la no ensino fortalece a reconstrução de narrativas negras e o enfrentamento do racismo estrutural.

Palavras-chave: Corpo negro; Educação; Escravidão; Memória; Racismo estrutural.

Abstract

The article analyzes the forced reproduction of enslaved people in Brazil as a practice of colonial domination and patrimonial accumulation, focusing on the symbolic figure of Pata Seca. It examines how compulsory reproduction operated as a strategy of social, economic, and racial control, linking social history, critical pedagogy, and decolonial epistemology. The analysis explores four axes: historical context, the Black body as a site of exploitation and resistance, tensions between memory and institutional erasure, and pedagogical implications. It concludes that recognizing forced reproduction as systematic policy and addressing it in education helps rebuild Black narratives and confront structural racism.

Keywords: Black body; Education; Enslavement; Memory; Structural racism.

Introdução

A reprodução forçada de pessoas escravizadas no Brasil do século XIX constitui uma das dimensões mais perversas do sistema colonial, ao transformar corpos negros em instrumentos de multiplicação patrimonial, tal prática, pouco abordada de forma crítica na

¹ Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Especialista em Ensino de Filosofia, Sociologia e História; Neuropsicopedagogia e Psicanálise Clínica; Psicanálise, Psicoterapia e Psicopatologia do Adolescente; e, Cultura Indígena e Afro-brasileira pela Faculdade do Leste Mineiro - FACULESTE. Graduado em Geografia pelo Centro Universitário do Norte - UNINORTE. Membro do Núcleo de Produção Científica e Editoração do Curso de Direito da UEA - NEDIR/UEA. Editor Assistente da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA. E-mail: cms.1978@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0610689835831570>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3923-8839>.

historiografia tradicional, revela não apenas a violência física do cativo, mas a lógica simbólica e econômica que estruturava a sociedade escravista. A figura de Pata Seca, homem escravizado que teria sido compelido a gerar dezenas de filhos, torna-se aqui representação emblemática de um fenômeno silenciado. Seu corpo, submetido à lógica da reprodução compulsória, materializa a tensão entre mito e dor histórica, este artigo parte dessa imagem para discutir os mecanismos de dominação impostos sobre a masculinidade negra.

Diante dessa realidade, pergunta-se: De que modo a reprodução forçada de pessoas escravizadas foi utilizada como estratégia de controle e acumulação patrimonial no Brasil escravista, e como a figura simbólica de Pata Seca revela as dimensões de gênero, raça e poder que marcaram essa prática colonial? Tal questionamento propõe uma releitura crítica sobre a escravidão, recusando abordagens naturalizadas e propondo interpretações comprometidas com a justiça histórica, a proposta de análise aqui apresentada considera a articulação entre memória, corpo e dominação. A reprodução forçada deixa de ser um dado marginal e passa a ocupar o centro das dinâmicas de poder racializadas, ao lançar luz sobre esse processo, busca-se contribuir para a ampliação da consciência social sobre a herança colonial.

Nesse sentido, esta pesquisa se justifica pela urgência de romper com narrativas que romantizam ou invisibilizam a brutalidade do cativo, especialmente nas relações entre reprodução e dominação, além disso, a escolha pelo tema se ancora na relevância histórica de revisitar os dispositivos de opressão que sustentaram a escravidão e que, de diferentes formas, ainda ecoam na sociedade contemporânea. A abordagem da reprodução como domínio permite refletir criticamente sobre o papel do corpo negro na lógica capitalista-colonial, ao fazer isso, o artigo se posiciona como contribuição à luta por reparação simbólica e epistêmica, a figura de Pata Seca torna-se, assim, ponto de partida para denunciar práticas de animalização e mercantilização da vida.

A importância social e educacional desta discussão reside na necessidade de se reconhecer que a escola, a universidade e o campo científico têm o dever de problematizar narrativas históricas herdadas, ao tratar de um tema omitido nos currículos formais, a pesquisa fortalece o compromisso ético da educação com a memória dos oprimidos. No campo jurídico, o artigo provoca uma reflexão sobre as limitações das leis abolicionistas e sobre as lacunas históricas da justiça reparatória. Já na esfera acadêmica, o estudo busca preencher um vazio analítico sobre a reprodução forçada como tecnologia de poder, assim, ao unir educação, história e justiça, constrói-se uma leitura interdisciplinar e transformadora.

A metodologia adotada fundamenta-se em pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, ancorada na análise crítica de obras teóricas e historiográficas que abordam a escravidão, o corpo negro e as epistemologias decoloniais. O estudo não se apoia em documentos históricos diretos, mas em interpretações consolidadas na literatura acadêmica, permitindo um exame reflexivo sobre as representações simbólicas e discursivas que sustentaram o sistema escravista. A figura de Pata Seca é mobilizada como categoria analítica, capaz de expressar, por meio da memória e da oralidade, o entrecruzamento entre corpo, poder e colonialidade, essa abordagem privilegia a leitura interpretativa, orientada pela crítica social e pela pedagogia libertadora.

O artigo está estruturado em quatro seções principais, além desta introdução, das considerações finais e das referências. A primeira seção analisa a economia escravista e a lógica da reprodução como forma de capital. A segunda discute os discursos sobre masculinidade negra e dominação sexual no contexto colonial. A terceira explora as relações entre memória, oralidade e apagamento histórico, tomando a figura de Pata Seca como eixo simbólico. A quarta seção aborda as implicações pedagógicas e políticas desse debate, evidenciando o papel da educação na reconstrução das narrativas negras e na luta contra o racismo estrutural. As considerações finais retomam a hipótese de que a reprodução forçada foi uma tecnologia de poder racial e econômico, cuja compreensão crítica desnaturaliza a barbárie institucionalizada e propõe novas leituras da liberdade.

Compreender a reprodução forçada como tecnologia de poder implica reconhecer que o corpo negro foi duplamente subjugado: como força de trabalho e como capital biológico. Tal perspectiva amplia o debate sobre a escravidão, introduzindo-o no campo das relações de gênero, onde a dominação se expressa tanto na exploração da fecundidade quanto no controle da virilidade. Em sua obra, Paton (2023) argumenta que o capitalismo racial se estruturou na apropriação simultânea da força produtiva e reprodutiva das populações negras, estabelecendo uma economia da carne que ultrapassava o trabalho. Assim, a masculinidade compulsória do homem escravizado e a maternidade imposta às mulheres convergiam no mesmo princípio de exploração vital, em que a vida era convertida em lucro e disciplinada pela violência institucional.

Essa racionalidade, sustentada por estruturas coloniais, transformou o corpo masculino negro em ferramenta biopolítica, seguindo essa linha de pensamento, West e Shearer (2017) demonstram que, na experiência norte-americana, o controle da fertilidade e o silenciamento da subjetividade sexual foram estratégias complementares de opressão - paralelas às que, no

Brasil, animalizaram o homem negro como “reprodutor” (grifo nosso). Essa figura expressa a face masculina de uma pedagogia colonial que ensinava a obediência pela dor e a expropriação da vida como método de controle. Hooks (2019) enfatiza que compreender essa pedagogia requer deslocar o olhar para as interseções entre raça, gênero e representação, reconhecendo o corpo negro como território de disputa simbólica e política.

A crítica feminista negra, ao denunciar a racialização das hierarquias de gênero, oferece instrumentos para repensar a masculinidade escravizada como categoria histórica e política. Machado (2018) acrescenta que o domínio colonial instituiu pedagogias do corpo que definiram maternidades e paternidades sob a lógica da servidão, inscrevendo no corpo o aprendizado da subordinação. Repensar o corpo masculino cativo, portanto, é revisitar a genealogia do poder patriarcal, compreendendo como a administração da vida - seja pela reprodução forçada ou pela vigilância da virilidade - se tornou base estrutural do capitalismo colonial. A crítica aqui proposta, ao entrelaçar gênero, raça e história, busca revelar a dimensão educativa da violência e propor uma leitura ética e emancipatória da memória escravizada.

A dominação escravista e a economia da carne negra

A estrutura escravista brasileira consolidou-se como uma engrenagem orientada não apenas pela exploração da força de trabalho, mas pela administração sistemática do corpo negro, a partir da metade do século XIX, especialmente após a proibição oficial do tráfico atlântico, emerge uma racionalidade que vê no útero e na virilidade escravizada recursos de produção. A reprodução dos cativos torna-se uma prática planejada, inscrita na lógica econômica dos grandes proprietários de terra, é nesse momento que a dimensão reprodutiva passa a ser articulada como estratégia patrimonial. Os corpos já não são apenas força física: são sementes do capital em expansão, nesse sentido, a carne negra, é simultaneamente vida e mercadoria.

É nesse contexto que a análise de Truzzi (2007) se torna imprescindível, ao localizar a emergência de núcleos industriais e agroexportadores como São Carlos – SP, a coexistência entre produção cafeeira e incipiente industrialização intensificou o controle biopolítico sobre os corpos escravizados. O disciplinamento do tempo, do espaço e da sexualidade revela uma reconfiguração da dominação senhorial, agora mediada por interesses industriais, a cidade, então, torna-se espaço onde o corpo negro é moldado conforme a produtividade esperada. Esse processo, ainda que negado nos registros formais, permanece impresso na forma como o

trabalho e a reprodução eram geridos, a materialidade do corpo transformava-se, a cada ciclo, em capital acumulado.

É oportuno observar, conforme argumentam Silva e Hoffmann (2001), que a estrutura agrária brasileira manteve um padrão de concentração de terras e renda que reforçou a lógica do cativeiro mesmo após a abolição formal, as heranças institucionais do período escravista moldaram a organização do espaço rural e a política de corpos. Na prática, isso significava a reprodução da exclusão por meio da reprodução biológica dos cativos, a permanência dessa lógica no campo brasileiro revela que a dominação não se dava apenas pela força, mas também por mecanismos de controle demográfico e social. A terra, o corpo e o lucro estavam indissociavelmente conectados, a reprodução tornava-se, assim, um dispositivo econômico duradouro.

Sob essa ótica, Cardoso e Ianni (1982) compreendem o corpo como categoria política e social historicamente construída, no interior da sociedade escravista, o corpo negro foi moldado não apenas pelo açoite, mas por discursos e práticas que o reduziam à função produtiva e reprodutiva. A virilidade do homem escravizado não era atributo identitário, mas mecanismo funcional de continuidade da mão de obra, a lógica do uso do corpo masculino como força reprodutiva não pode ser dissociada da racionalidade colonial. O corpo, portanto, era domesticado pela reprodução compulsória e pelo interesse econômico, o silêncio historiográfico sobre esse aspecto revela sua profundidade traumática.

Seguindo essa linha de pensamento, a análise de Deleuze e Guattari (1995) permite compreender o corpo negro como “corpo sem órgãos” (grifo nosso), isto é, como superfície de inscrição dos códigos econômicos e morais do colonialismo. Nessa perspectiva, o sistema escravista não apenas impunha a submissão física, mas moldava simbolicamente os corpos, reconfigurando desejos, afetos e funções sociais. O cativo reprodutor emerge, assim, como expressão material dessa engrenagem: um corpo desprovido de autonomia, manipulado como instrumento de perpetuação do capital. A vida, reduzida a mecanismo de herança, tornava-se tecnologia de controle e de acumulação, expressando a racionalidade de uma biopolítica do lucro e da carne.

Essa figura histórica, ainda pouco explorada pela historiografia brasileira, condensa o cruzamento entre economia, gênero e racialidade, evidenciando como a virilidade negra foi transformada em recurso produtivo. O cativo reprodutor encarnava o ponto de convergência entre trabalho e genealogia, entre prazer e coerção. A reprodução, nesse contexto, não se limitava ao instinto biológico, mas constituía uma técnica planejada para garantir a

continuidade do cativeiro. A sexualidade tornava-se dispositivo de poder, administrado segundo a lógica da propriedade e da herança, transformando o corpo em espaço de dominação e de transmissão patrimonial.

Nos Estados Unidos, esse fenômeno assumiu caráter institucional, resultando no único crescimento vegetativo positivo entre populações escravizadas no Atlântico, em sua pesquisa, West e Shearer (2017) demonstram que o controle da fertilidade e a imposição da maternidade às mulheres cativas asseguravam a renovação da força de trabalho e a reprodução do capital. Essa política também incidia sobre o homem negro, cuja virilidade era regulada e explorada de forma sistemática. A reprodução tornou-se política de Estado e dispositivo econômico, em que o corpo era simultaneamente mercadoria e semente, revelando o entrelaçamento entre biologia e escravidão.

No Brasil, embora a reprodução cativa não tenha sido institucionalizada, a dominação sobre a sexualidade negra foi igualmente estruturante, a masculinidade escravizada era vista como força de trabalho e procriação, expressão da “dupla apropriação da vida” que Paton (2023, p. 255) associa ao capitalismo racial. O prazer e o afeto foram transformados em funções produtivas, e o corpo masculino foi disciplinado para servir ao projeto de herança colonial. A ausência de estudos sobre essa figura não reflete sua inexistência, mas o apagamento de uma prática que reduziu o homem negro à condição de instrumento de continuidade econômica e simbólica.

A pedagogia da servidão, conforme Machado (2018, p. 291), foi essencial para sustentar essa economia moral, pois “a escravidão produziu corpos ensinados a servir e a reproduzir a ordem senhorial”, a virilidade compulsória, assim como a maternidade forçada, configurava-se como aprendizado da subordinação, uma pedagogia do desejo controlado. A animalização do homem negro, construída sob o estigma da virilidade excessiva, servia para justificar o domínio racial e naturalizar a exploração sexual. O corpo tornava-se espelho da hierarquia social, onde a força era celebrada, mas o desejo era punido, perpetuando o ciclo de erotização e castigo.

A leitura de Hooks (2019, p. 32) ilumina a dimensão simbólica desse processo ao lembrar que “o olhar branco sobre o corpo negro sempre foi uma forma de exercer poder”, tal olhar não apenas objetificava, mas produzia o corpo como território de controle e temor. Silva (2025b) observa que essa contradição moral — condenar o desejo e explorá-lo em silêncio — já estruturava o imaginário colonial e persiste como herança simbólica. O cativo reprodutor, nesse sentido, encarna o paradoxo da modernidade escravista: ser ao mesmo tempo fonte de

riqueza e alvo de repulsa, documento vivo da hipocrisia social que fundou a economia da dominação e o culto da moralidade.

A análise dessa maquinaria colonial, portanto, exige deslocar o olhar das grandes narrativas abolicionistas e adentrar as tramas do cotidiano, ao invés de liberdade, a reprodução forçada oferecia um novo tipo de cativo, agora biológico e hereditário. O nascimento de cada criança escravizada representava não apenas a continuidade da escravidão, mas o lucro antecipado dos senhores, nesse arranjo, a política da carne operava como uma engenharia da dominação. A normatização da sexualidade negra servia ao propósito econômico e racial do sistema, a genealogia do capital escravista estava escrita no sangue dos corpos cativos.

A reprodução, no contexto da escravidão, não pode ser compreendida como experiência homogênea nem reduzida a um projeto estatal de controle biológico, isso porque, embora haja registros de reprodução forçada, não se pode generalizar tal prática como regra universal do sistema senhorial. Campos (2020), ao estudar o Espírito Santo oitocentista, mostra que a reprodução endógena expressava também dinâmicas afetivas e culturais próprias das senzalas. O corpo negro, nesse cenário, era simultaneamente instrumento de coerção e território de resistência, um espaço em que o domínio se cruzava com a possibilidade de afeto, parentesco e continuidade simbólica.

As pesquisas de Matheus (2019) sobre batismos de escravizados em Bagé evidenciam que muitos cativos utilizaram o ritual religioso como forma de legitimar laços familiares e proteger suas descendências, nesse mesmo sentido, Slenes (2011, p. 87) observa que “na senzala floresceu uma família que o sistema tentou sufocar, mas não conseguiu eliminar”, revelando que a reprodução podia se realizar como gesto natural de sobrevivência e não apenas como imposição. A reprodução, nesse sentido, assume um caráter ambíguo: imposta pela estrutura senhorial e reinventada como estratégia de humanidade. Essa ambivalência reafirma que o cativo, ainda que opressor, não anulou as formas de amor e solidariedade entre os escravizados.

A masculinidade negra, forjada nesse ambiente de contradições, expressa uma síntese entre dor e resistência, em seu artigo, Santos (2014) demonstra que as masculinidades da diáspora africana emergiram nas encruzilhadas entre dominação e dignidade, nas quais o homem negro foi vigiado, mas também se fez sujeito. Por sua vez, Ribeiro (2015) adverte que romper com os estereótipos da virilidade violenta é reconhecer no homem cativo a dimensão do cuidado e da afetividade. O corpo masculino escravizado, portanto, não se limita ao signo

da força física: ele é também corpo relacional, capaz de inscrever solidariedade, paternidade e memória em meio à repressão.

A leitura interseccional proposta por Conrado e Ribeiro (2017) amplia essa reflexão ao tratar a masculinidade negra como construção histórica e política. Para os autores, o “negro homem” é resultado de um processo de desumanização que, paradoxalmente, também produz reexistência. Seguindo essa linha de pensamento, Ribeiro e Faustino (2019) reforçam que a experiência masculina negra na diáspora é marcada por um contínuo movimento de reconstrução de si frente ao racismo estrutural. Reconhecer a reprodução como processo simultaneamente natural e coercitivo é admitir que a vida cativa oscilava entre o domínio do capital e a busca incessante pela liberdade.

Nesse horizonte, a figura de Pata Seca emerge como símbolo da engenharia social que transformou a virilidade negra em capital, sua imagem, preservada pela memória oral e pelo imaginário popular, denuncia a instrumentalização do corpo masculino como recurso produtivo e simbólico. A reprodução compulsória que lhe é atribuída não deve ser lida como mito redentor, mas como metáfora da violência sistemática inscrita na carne. Sua ausência nos registros oficiais não significa inexistência, mas marca o trauma coletivo e o silenciamento histórico, compreender essa figura é reconhecer que o corpo negro, mesmo subjugado, continuou a gerar vida, memória e denúncia.

Com isso, observa-se que a lógica reprodutiva não estava isolada da economia política mais ampla, mas constituía seu fundamento invisibilizado, as práticas senhoriais de planejamento da reprodução cativa estavam entrelaçadas às transformações do capital cafeeiro e industrial. O corpo negro não era apenas força de trabalho: era herança, era semente, era moeda. Essa realidade não desapareceu com a abolição, mas foi absorvida por novas formas de controle social e racial, a dominação escravista, portanto, estruturava-se na produção material e na reprodução biológica. A próxima seção, ao abordar a sexualização da masculinidade negra, aprofundará esse dispositivo de poder.

Corpo, sexualidade e poder: masculinidade negra e reprodução no cativeiro

A construção da masculinidade negra no contexto colonial não se deu de forma neutra, tampouco naturalizada, mas por meio de processos discursivos que atribuíram ao corpo do homem escravizado atributos estratégicos à ordem senhorial. Segundo Hall, Woodward e Silva (2011), a identidade é constantemente produzida e reconfigurada sob regimes de significação que operam a partir de relações de poder. Nesse processo, o corpo negro

masculino foi marcado por signos que o associavam à força, à fertilidade e à resistência animalizada. Essa narrativa, reiterada pela cultura dominante, foi funcional à reprodução como dispositivo disciplinador, a virilidade atribuída ao cativo convertia-se, assim, em ativo econômico e ideológico.

Essa dimensão simbólica não se dissociava da gestão concreta da sexualidade no interior das propriedades escravistas, onde os senhores organizavam relações de acasalamento forçado com fins produtivos, de acordo com Whitaker, Fiamengue e Veloso (2010), a institucionalização do silêncio sobre o trauma reprodutivo revela um pacto social e discursivo que visava apagar o caráter violento dessa política biológica, a sexualidade não era compreendida como esfera de subjetividade, mas como elemento programável e mensurável, inserido nas estratégias de lucratividade do engenho. O corpo do escravizado era, ao mesmo tempo, ferramenta de trabalho e reprodutor compulsório, essa condição imposta esvaziava qualquer autonomia sobre sua corporeidade.

Nessa direção, é preciso compreender que a masculinidade negra passou a operar como uma função do sistema e não como uma experiência subjetiva livre, o modo como essa função era socialmente construída torna-se evidente nas práticas discursivas que naturalizavam a "potência" (grifo nosso) do africano, como mecanismo de legitimação da reprodução forçada. Hall, Woodward e Silva (2011) demonstram que tais imagens produzem efeitos concretos na percepção da alteridade racial, a virilidade do homem negro não era celebrada como identidade, mas manipulada como atributo funcional. Em vez de dignidade, o que se cultivava era produtividade sexual, o corpo, assim, era simultaneamente linguagem e instrumento.

Essa instrumentalização da masculinidade negra remete, ainda, ao modo como os espaços educativos da época colaboraram para sustentar essa imagem reificada do cativo, conforme analisa Brandão (1982), a educação serviu como prática social que reforçava estruturas de desigualdade e disseminava concepções hierárquicas sobre os corpos. Os saberes socialmente legitimados silenciaram as experiências vividas dos sujeitos escravizados e fortaleceram uma memória coletiva moldada pelo olhar hegemônico. O corpo do escravizado, portanto, foi excluído da história narrada nos espaços formais de saber, sua sexualidade, ainda que explorada economicamente, permaneceu marginalizada como tema legítimo de reflexão e reparação.

Dessa maneira, a análise crítica da construção da masculinidade negra implica também revisitar o papel da antropologia no processo de exotização dos corpos colonizados, Strathern

(2013) adverte que muitas leituras antropológicas contribuíram para cristalizar estereótipos racializados sob o verniz da ciência. A leitura do corpo negro como espaço de excesso sexual não foi apenas um produto da experiência colonial, mas também de sua posterior legitimação por saberes institucionalizados. Tal processo reforça a ideia de que a dominação não se deu apenas na prática escravista, mas também na narrativa científica que se seguiu, a representação do corpo torna-se, assim, uma forma de violência prolongada.

No interior desse sistema, a função de “reprodutor” atribuída ao cativo masculino inscreve-se em uma lógica de biopoder, essa racionalidade, mais do que explorar a força de trabalho, visava controlar a produção da vida em si. Whitaker, Fiamengue e Veloso (2010) demonstram como esse controle se efetivava pela repetição de práticas normativas silenciosas, mas profundamente estruturantes, a reprodutibilidade não era espontânea; ela era calculada, direcionada e monitorada por interesses senhoriais. O corpo, neste caso, transformava-se em máquina de descendência cativa, o desejo era substituído pela ordem, e o afeto, pela função demográfica.

Com isso, a negação da experiência subjetiva do homem escravizado revela-se também na linguagem, Hall, Woodward e Silva (2011) apontam que a linguagem sobre o negro quase sempre esteve a serviço de sua delimitação identitária. Na escravidão, a fala do cativo sobre si mesmo foi constantemente desautorizada, e sua sexualidade narrada apenas a partir do interesse externo, tal recusa em ouvir os sujeitos escravizados contribuiu para solidificar uma estrutura de silenciamento que ainda hoje exige ser desmontada. A masculinidade negra, nesse sentido, não foi apenas explorada; foi interditada em sua expressão, essa interdição persiste como herança discursiva da violência colonial.

Não obstante, Brandão (1982) evidencia que a educação pode operar, também, como ferramenta crítica para desarticular essas narrativas opressoras, o reconhecimento das estratégias de reprodução simbólica e material da opressão permite abrir espaço para outras leituras do corpo negro. É nesse ponto que a crítica historiográfica encontra sentido político, ao propor o resgate da experiência encarnada como fundamento da denúncia, a abordagem da masculinidade negra não pode se restringir aos efeitos da dominação, mas precisa visibilizar as condições históricas que a tornaram funcional ao capital, essa visibilidade é passo fundamental para construir memória e justiça.

Diante do exposto, observa-se que a categoria de “escravo reprodutor” está inserida em uma lógica que intersecciona gênero, sexualidade, raça e economia, moldando profundamente o corpo negro masculino como território de exploração. O silêncio que recaiu

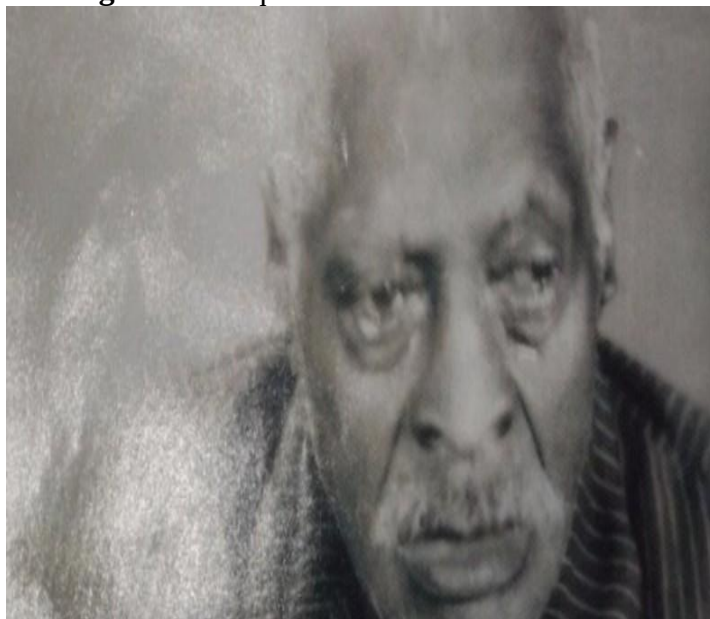
sobre tais práticas não é apenas ausência de voz, mas estratégia deliberada de ocultamento das violências reprodutivas, o apagamento não é aleatório, mas estrutural e reiterado. Ao perceber isso, torna-se urgente investigar os modos pelos quais a memória coletiva registra ou rejeita tais experiências, abrindo caminho para a próxima seção, que abordará a figura de Pata Seca como símbolo da narrativa invisibilizada.

Memória, narrativa e invisibilização: a figura de Pata Seca entre mito e história

A evocação da figura de Pata Seca (Figura 1), frequentemente narrada por meio da oralidade, insere-se em um campo de disputas simbólicas que tensiona a relação entre história oficial e memória coletiva. “Nascido em Sorocaba em 1827, foi comprado em 1849 por um fazendeiro para atuar como escravo reprodutor, devido à crença de que sua altura de 2,18 metros o tornaria mais apto a gerar filhos homens. Estima-se que tenha deixado mais de duzentos descendentes, e que parte significativa da população local possua origem em sua linhagem”². Sua longevidade, alcançando aproximadamente 130 anos, associada à força física e obediência, conferiu-lhe algumas regalias dentro da condição de escravizado, consolidando sua presença como mito histórico e social.

Bourdieu (1998) adverte que toda biografia é uma construção social, moldada pelas condições históricas que a produzem, nesse sentido, a narrativa de Pata Seca, ainda que circule sem comprovação documental plena, revela mais sobre os silêncios da história do que sobre a precisão dos fatos. Sua figura sobrevive como memória viva das contradições do sistema escravista, situada entre o apagamento institucional e a resistência da fala comunitária. A biografia, aqui, não busca comprovar o passado, mas iluminar a forma como a sociedade reelabora suas feridas, transformando o corpo negro em arquivo simbólico e o silêncio em testemunho histórico.

² Disponível em: < <https://www.carlinhoslimanews.com/noticias>>. Acessado em: 24.09.2025.

Figura 1 - Roque José Florêncio – Pata Seca.

Disponível em: < <https://www.carlinhoslimanews.com/noticias>>. Acessado em: 24.09.2025.

Nesse sentido, a noção de memória aqui adotada vai além da lembrança individual e se configura como prática social de construção simbólica, a obra de Halbwachs (1990) sustenta que a memória coletiva é tecida pelas interações e pela continuidade entre sujeitos que compartilham uma experiência comum. Ao evocar a figura de Pata Seca, portanto, não se busca a comprovação factual de sua existência, mas compreender como a lembrança social reinterpreta a dor do corpo escravizado e a reinscreve no imaginário afrodescendente. A ausência de registros formais não diminui o valor histórico dessa evocação, que revela a persistência de uma memória construída nos interstícios da história.

Nessa perspectiva, a narrativa sobre Pata Seca deve ser lida como um gesto de resistência cultural e política, Nora (1993) observa que os lugares de memória surgem quando a continuidade se rompe, e é precisamente nesse intervalo que a oralidade assume o papel de preservação. Mesmo sem localização geográfica precisa, o relato sobre Pata Seca atua como contraponto à história hegemônica, transformando o silêncio dos arquivos em voz. A memória, assim, converte-se em instrumento de reinscrição da experiência negra na linguagem, afirmando o direito à lembrança como forma de justiça simbólica.

Com base nesse contexto, Portelli (2010) argumenta que o valor da história oral está naquilo que ela expressa em sua subjetividade, pois dá sentido ao vivido e revela o que a escrita oficial silencia. A memória de Pata Seca, nessa leitura, não precisa ser verificada por documentos, mas interpretada como enunciação de uma violência estrutural que atravessa gerações. A palavra, transmitida pela escuta, torna-se espaço de elaboração do trauma e de

reconstrução identitária, ouvir esses relatos é, portanto, reconhecer que o corpo ausente fala - e que o silêncio, longe de ser vazio, é testemunho da memória que resiste ao esquecimento.

Além disso, é preciso considerar que a construção da figura de Pata Seca se dá no interior de territórios marcados pela experiência do apagamento, Fiamengue e Whitaker (2014) indicam que muitas comunidades quilombolas constroem suas narrativas em meio à escassez de registros e ao abandono institucional. Nesses espaços, o oral torna-se arquivo vivo, estruturado por práticas de resistência cotidiana. O nome de Pata Seca aparece entrelaçado à memória da reprodução forçada, não como dado genealógico, mas como denúncia enraizada na experiência coletiva, o que se diz dele revela o que não foi dito de muitos.

Através desse olhar, torna-se possível compreender que a narrativa de Pata Seca opera como dispositivo contra-hegemônico, seu corpo, tomado como reprodutor compulsório, ressurge como símbolo da brutalidade ocultada nas leituras celebratórias da abolição. Como destaca Portelli (2010), o valor da história oral não reside na factualidade, mas na construção de sentidos sociais e afetivos. Nesse caso, o corpo falado funciona como denúncia daquilo que os arquivos se recusaram a registrar, a escuta dessas vozes não substitui o documento, mas o desafia em seu monopólio da verdade histórica.

Ainda mais relevante é perceber que essa memória oral, embora coletiva, não é uniforme, Bourdieu (1998) chama atenção para os riscos da “ilusão biográfica”, isto é, da naturalização de uma trajetória como se fosse linear e coerente. A história de Pata Seca, tal como é contada, sofre reconfigurações conforme o contexto comunitário, a intencionalidade do narrador e os vínculos com a ancestralidade. Essas variações não invalidam sua importância, mas reforçam a necessidade de abordá-la com metodologia crítica, ao invés de buscar precisão cronológica, interessa-se aqui pelos usos sociais da lembrança.

Ao mesmo tempo, cabe refletir sobre a função pedagógica da narrativa que se mantém mesmo diante da escassez de fontes oficiais, Halbwachs (1990) contribui ao indicar que as memórias coletivas não apenas preservam, mas educam. A repetição do nome de Pata Seca em contextos quilombolas não objetiva apenas a rememoração, mas também a transmissão de um passado que ensina. Por essa via, o relato da reprodução forçada inscreve-se como instrumento de elaboração da dor e, ao mesmo tempo, como ferramenta de conscientização histórica, a educação da memória, nesse caso, encontra-se profundamente politizada.

A própria resistência das comunidades em manter viva essa lembrança, conforme argumentam Fiamengue e Whitaker (2014), evidencia que o silenciamento não é passivo, mas

produto de forças que atuam na tentativa de desmobilização histórica. A reconstrução da figura de Pata Seca emerge, assim, como gesto contra o esquecimento imposto por um modelo historiográfico que prioriza documentos sobre corpos. A narrativa sobre sua virilidade imposta, mesmo sem validação arquivística, carrega uma verdade histórica encarnada na vivência ancestral, não se trata, portanto, de mera oralidade, mas de produção consciente de legado.

O modo como a história de Pata Seca se propaga, apesar de sua marginalidade nos arquivos públicos, revela uma dinâmica própria de produção de sentido, Portelli (2010) insiste que as vozes silenciadas não apenas resistem, mas reinventam modos de dizer o indizível. A reprodução forçada, representada por ele, constitui uma memória do corpo que desafia a epistemologia colonial, nessa perspectiva, a história oral não busca substituir a escrita, mas confrontá-la. A figura do reprodutor cativo então atravessa o tempo como símbolo de uma dor estrutural ainda não reparada.

Ao reconhecer o valor epistemológico da memória que circula em torno de Pata Seca, abrem-se caminhos para compreender como essas vozes orais dialogam com a educação histórica, nesse sentido, a seção seguinte investigará as implicações pedagógicas da memória e sua potencialidade como instrumento de enfrentamento ao silenciamento institucional. Ao tratar da relação entre escola, narrativa e justiça social, a próxima análise se voltará à função política da escuta e à possibilidade de construir práticas educativas baseadas na memória como campo de resistência e dignidade.

Educação, resistência e produção de sentidos na atualidade

A educação, quando compreendida como prática emancipadora, abre caminhos para a revisão crítica das narrativas dominantes que historicamente ocultaram a violência da reprodução forçada, nesse sentido, Freire (1994) propõe a leitura do mundo como ato político e pedagógico que permite desvelar os mecanismos que sustentam a opressão. A memória de Pata Seca, ao ser trazida para o espaço escolar, desafia a neutralidade dos currículos e tensiona os limites da história ensinada. O conhecimento, então, deixa de ser reprodutor da desigualdade e passa a se configurar como prática de denúncia, é nesse movimento que se inicia a resistência.

Sob essa perspectiva, pensar a reprodução como violência exige também reformular os métodos de abordagem das questões históricas, Thiollent (1987) argumenta que a investigação social deve assumir caráter crítico, desconfiando dos consensos produzidos pelas

elites intelectuais. Ao invisibilizar o corpo reprodutor escravizado, a historiografia tradicional alimentou uma metodologia seletiva, que escolhe quem merece ser lembrado. A ausência da figura de Pata Seca nos compêndios escolares não se trata de esquecimento casual, mas de operação epistemológica, dessa forma, as estruturas de ensino devem ser repensadas à luz de metodologias contra-hegemônicas.

Além disso, a reflexão educacional sobre a violência da escravidão demanda sensibilidade para as formas de saber oriundas das comunidades historicamente silenciadas, Shiva (2003) adverte que o conhecimento dominante, ao se afirmar como universal, instaura a monocultura do saber, apagando epistemologias plurais. Nesse cenário, o relato oral sobre Pata Seca configura-se como conhecimento alternativo que desafia as hierarquias acadêmicas, portanto, é preciso, construir currículos que acolham essas vozes e que reconheçam sua potência política, a escola, nesse caso, torna-se espaço de reinvenção de memórias negadas.

De maneira correlata, Souza (2010) analisa as contradições das políticas públicas que, mesmo dirigidas à população negra, reproduzem padrões de silenciamento institucional, a figura de Pata Seca, à circular em narrativas comunitárias, denuncia essas lacunas e aponta para a necessidade de uma política educacional ancorada na escuta dos sujeitos históricos. O resgate da memória de reprodutores escravizados não é mero exercício de rememoração, mas construção ativa de reparação simbólica. O reconhecimento dessas histórias constitui passo essencial para o enfrentamento das desigualdades ainda presentes, essa pedagogia se inscreve na luta por justiça.

Nesse sentido, é fundamental que a prática pedagógica se conecte com o compromisso ético de reumanizar os corpos racializados pela violência colonial, Freire (1994) indica que o diálogo é instrumento de humanização, e sua ausência consolida a cultura do silêncio. Ao tratar a reprodução como estatística ou utilidade econômica, a lógica colonial desumanizou os sujeitos negros, reduzindo-os a recursos genéticos. Trazer essas histórias à cena educativa é um gesto de reintegração simbólica, o corpo de Pata Seca, ao ser narrado com escuta atenta, recupera dimensões de humanidade negadas pela história oficial.

Todavia, tal reintegração não se realiza sem conflito, pois ela confronta discursos consolidados por séculos de dominação epistêmica, a crítica de Shiva (2003) à exclusividade do saber ocidental indica a urgência de revisar os fundamentos da produção científica e escolar. O reconhecimento da oralidade como forma legítima de construção de verdade histórica exige ruptura com os paradigmas eurocentrados. Nesse contexto, a escola assume um papel de mediação entre as memórias comunitárias e o conhecimento formal, propondo o

diálogo como prática de legitimidade, o conhecimento deixa de ser monopólio e se torna negociação histórica.

A inserção de narrativas como a de Pata Seca no ambiente educativo também promove uma reconfiguração do conceito de cidadania, Souza (2010) enfatiza que a cidadania plena só se realiza quando as memórias dos sujeitos marginalizados são incluídas na cultura oficial. A reprodução forçada, ao ser silenciada, produziu exclusão simbólica, negando aos descendentes desses corpos o direito à memória., a educação, nesse caso, é ferramenta de pertencimento. Não se trata apenas de informar, mas de incluir os corpos e suas histórias na teia do reconhecimento social, nesse cenário, a cidadania passa pela memória.

Ao incorporar a pedagogia da escuta e da denúncia, a prática educativa desafia as lógicas de produção de esquecimento, Thiollent (1987) propõe que o trabalho com as práticas sociais seja feito a partir da observação crítica dos sistemas de exclusão. A invisibilização da reprodução como violência é uma dessas formas de exclusão estrutural, o que não é dito, o que não é ensinado, torna-se parte ativa da opressão. A figura de Pata Seca, ao emergir nos discursos escolares, tensiona esse pacto de silêncio, o desafio é transformar a escola em território de ruptura com a pedagogia da negligência histórica.

Nesse percurso, é possível afirmar que o resgate da figura de Pata Seca no campo educativo não apenas contribui para a revisão da história, mas provoca a reconfiguração da própria função da educação, Freire (1994) lembra que ensinar exige coragem para lutar contra os mecanismos que estruturam a injustiça. Ao abordar a reprodução forçada como prática colonial de controle, os educadores rompem com o ciclo da desinformação. Seguindo essa linha de pensamento, Silva (2025a) comenta que, a escola, enquanto espaço de disputa simbólica, precisa garantir lugar para a dor e para a verdade daqueles que foram historicamente silenciados, isso constitui ato político e pedagógico.

Criticamente, compreende-se que a reprodução forçada de pessoas escravizadas foi um dos mecanismos de controle populacional e de ampliação patrimonial empregados sob a racionalidade colonial, mas não pode ser considerada uma prática institucionalizada na história brasileira. A figura de Pata Seca revela uma face da inscrição do corpo negro masculino nas estruturas de gênero, raça e poder que sustentaram o regime escravocrata, seu corpo, transformado em símbolo da virilidade vigiada, aponta para uma das maneiras de inscrição da masculinidade negra como instrumento de acumulação e vigilância. Ao evocar sua memória no campo educativo, desconstroem-se as narrativas que naturalizam o lucro

sobre a carne e reafirma-se uma pedagogia crítica capaz de confrontar as bases morais e econômicas da colonização.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu reconhecer a centralidade da reprodução forçada no regime escravista brasileiro como uma tecnologia de controle racial e econômico, o percurso teórico e a problematização histórica evidenciaram que a figura de Pata Seca, enquanto símbolo construído e transmitido por narrativas orais, se inscreve como chave interpretativa de um passado marcado por violências múltiplas. A pesquisa confirmou, assim, que a invisibilização desse tipo de violência decorre de estratégias estruturais de apagamento, sustentadas pela hegemonia historiográfica.

A crítica empreendida revelou que os mecanismos institucionais e acadêmicos ainda operam no sentido de silenciar as dimensões de gênero e raça implicadas na reprodução compulsória. As questões formuladas no início da investigação foram respondidas com base na correlação entre o silenciamento historiográfico e a persistência do racismo estrutural. A ausência de registros oficiais não inviabiliza a existência do fenômeno; ao contrário, exige o reconhecimento da história oral como fonte legítima de conhecimento e reparação. A escuta ativa das memórias afrodescendentes mostra-se, portanto, um gesto de justiça epistêmica.

Do ponto de vista teórico, a investigação amplia o campo de diálogo entre a história, a educação e os estudos críticos decoloniais, a pedagogia, enquanto prática social situada, foi reconhecida como território possível de ressignificação das experiências de violência e de construção de novos sentidos históricos. A análise demonstrou que o ensino crítico da escravidão, com atenção à reprodução forçada, contribui não apenas para a formação cidadã, mas também para a desconstrução das monoculturas do saber, assim, reforça-se a importância de currículos plurais e antirracistas.

No plano prático, a pesquisa contribui para o desenvolvimento de metodologias pedagógicas mais sensíveis às memórias silenciadas, sobretudo no que se refere à experiência negra na diáspora, a figura de Pata Seca constitui uma oportunidade singular de inserir temas difíceis, porém fundamentais, nos espaços escolares e formativos. O reconhecimento da sua importância como símbolo histórico fortalece o papel da educação como ferramenta de resistência e reparação, além disso, permite ampliar as práticas docentes que valorizam a escuta, a oralidade e a ancestralidade como potências formativas.

Embora o presente estudo tenha se apoiado em referenciais bibliográficos consistentes, identificam-se possibilidades de aprofundamento teórico e metodológico em futuras pesquisas. Investigações que articulem outras formas de reprodução forçada, com ênfase nas experiências das mulheres escravizadas, poderão enriquecer o debate sobre as múltiplas violências que estruturaram o sistema escravista. Igualmente, novas leituras que se aproximem da história pública e das pedagogias decoloniais poderão expandir os alcances educativos desse tema, a memória de Pata Seca permanece como um campo fértil para reinvenções críticas e políticas.

Por fim, este trabalho reforça que a reprodução forçada foi uma engrenagem funcional do sistema escravista, operando não apenas na manutenção do cativeiro, mas também na perpetuação de um projeto racial de dominação e acúmulo. A evocação de Pata Seca não se limita à denúncia de uma violência passada, mas reabre o debate sobre as continuidades desse modelo na estrutura social contemporânea. Ao reunir memória, crítica e formação, a pesquisa oferece uma contribuição acadêmica que convida à ruptura com a pedagogia do esquecimento e à construção de uma história partilhada com justiça e verdade.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CAMPOS, Adriana Pereira. **Escravidão, reprodução endógena e criouliização**: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. Vitória: UFES, 2020.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite; IANNI, Octavio. **Corpo e sociedade**. São Paulo: Difel, 1982.
- CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem negro, negro homem: masculinidades e feminismo negro em debate. **Revista de Estudos Feministas**, v. 25, p. 73-97, 2017.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 2. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FIAMENGUE, Elis Cristina; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Os desafios da emergência no Brasil de um rural “esquecido”: as comunidades quilombolas. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 67-78, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

MACHADO, Maria Helena P. T. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MATHEUS, Marcelo Santos. **Batismos de escravos e a reprodução da escravidão (Bagé, século XIX)**. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PATON, Diana. História das relações de gênero, história global e escravidão atlântica: sobre capitalismo racial e reprodução social. **Afro-Ásia**, n. 67, p. 249-299, 2023.

PORTELLI, Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homens negros, negro homem: sob a perspectiva do feminismo negro. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, v. 2, p. 52, 2015.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes; FAUSTINO, Deivison Mendes. **Negro tema, negro vida, negro drama**: estudos sobre masculinidades negras na diáspora. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019.

SANTOS, Daniel dos. Ogó: encruzilhadas de uma história das masculinidades e sexualidades negras na diáspora atlântica. **Universitas Humanas**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 7-20, jan./jun. 2014.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Global, 2003.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

SILVA, Clodoaldo Matias da. Entre o diálogo e o conflito: os desafios de ensinar democracia em um Brasil polarizado. **Marupiara: Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins**, v. 10, n. 1, p. 01–17, jan./jun. 2025a.

SILVA, Clodoaldo Matias da. As damas da noite e os espelhos da moral: hipocrisia e marginalidade na Manaus da Belle Époque. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 10, p. 1672–1685, 2025b.

SILVA, José Francisco Graziano da; HOFFMANN, Rodolfo. **Caracterização do novo rural brasileiro**: 1992-1998. São Paulo: Pesquisa Fapesp, 2001.

SOUZA, Marinaldo Fernando de. **Das formas instituídas às contradições reveladas**: análise das práxis educacionais das políticas públicas de assistência social. Araraquara: UNESP, 2010.

STRATHERN, Marilyn. **Fora de contexto**: as ficções persuasivas da antropologia. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria**: São Carlos: 1850-1950. 3. ed. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2007.

WEST, Emily; SHEARER, Erin. Fertility control, shared nurturing, and dual exploitation: the lives of enslaved mothers in the antebellum United States. **Women's History Review**, v. 26, n. 4, p. 593-610, 2017.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FIAMENGUE, Elis Cristina; VELÔSO, Thelma Maria Grisi. **Ideologia e esquecimento**: aspectos negados da memória social brasileira. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2010.

Práticas policiais, criminalidade e racialização: a construção histórica do negro como ameaça (1877–1914)

Police practices, crime, and racialization: the historical construction of Black people as a threat (1877–1914)

Maria Clara Turcato da Costa¹, UFRGS

Resumo

Embora, teoricamente, a função da polícia seja assegurar o bem-estar e a segurança da população brasileira, historicamente, o corpo policial se manifesta como uma ameaça aos cidadãos, sobressaindo-se como um aparato estatal de extrema violência e autoritarismo — especialmente na relação entre policiais e pessoas negras. Dito isto, esse artigo tem como objetivo analisar, de maneira introdutória, como a polícia se apropriou de práticas repressoras e violentas atravessadas por um processo de racialização, contribuindo para a construção do cidadão negro como uma ameaça à ordem social. O recorte temporal utilizado abrange o final do Segundo Reinado e o decorrer da Primeira República (1887 - 1914), por meio da exposição e da análise de notícias publicadas em jornais da época, que aqui aparecem como espaços de denúncia populacional.

Palavras-chaves: Polícia; Racialização; Controle social; Violência policial.

Abstract

Although, theoretically, the role of the police is to ensure the well-being and safety of the Brazilian population, historically, the police force has manifested itself as a threat to citizens, standing out as a state apparatus of extreme violence and authoritarianism—especially in the relationship between police officers and Black people. That said, this article aims to provide an introductory analysis of how the police appropriated repressive and violent practices marked by a process of racialization, contributing to the construction of Black citizens as a threat to social order. The time frame covered spans the end of the Second Empire and the course of the First Republic (1887-1914), through the presentation and analysis of news published in newspapers of the time, which are understood here as spaces for public denunciation.

Keywords: Police; Racialization; Social control; Police violence.

Introdução

A consolidação da polícia no Brasil oitocentista ocorreu em meio a profundas transformações sociais, urbanas e demográficas, especialmente nas grandes cidades. Longe de atuar apenas como um instrumento neutro de manutenção da ordem, como por vezes aparece nos discursos institucionais, a ação policial se constituiu no cotidiano como uma prática de controle social, voltada à vigilância, repressão e disciplinamento das camadas populares

¹ Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: claraturcatoc@gmail.com

(Bretas, 1997, p. 71 – 93). Nesse processo, o exercício da autoridade policial foi moldado menos por uma racionalidade legal estrita e mais por saberes práticos produzidos nas ruas e nos encontros diários com a população, nos quais a violência, a intimidação e a negociação figuravam como recursos legítimos da ação policial.

A polícia desempenhou um papel central na construção de fronteiras simbólicas entre a “ordem” e a “desordem”. Tais fronteiras recaíam de maneira assídua sobre determinados grupos sociais, associados à vadiagem, à criminalidade e ao perigo, revelando um padrão seletivo de repressão (Bretas, 1997, p. 74 – 75). Assim, o policiamento cotidiano não apenas respondia a conflitos já existentes, mas participava ativamente da produção de categorias sociais marginalizadas, como vadios, desordeiros e suspeitos, por meio de práticas repressivas seletivas dirigidas, de forma recorrente, à população pobre (Chalhoub, 2012, p. 75 – 76).

No contexto da formação do Estado brasileiro, a repressão constituiu-se como um elemento central de gestão da ordem social, especialmente diante das tensões produzidas pela pobreza urbana, pelas práticas populares e pelas mobilizações coletivas. Nesse cenário, o corpo policial ocupou um papel estratégico, atuando como instância privilegiada de mediação entre o poder estatal e os grupos considerados ameaçadores à ordem (Bretas, 1997, p. 9 – 39). Em uma perspectiva liberal, a polícia faz parte de instituições modernas, pautadas num Estado racional e democrático. Contudo, em um viés marxista, a polícia é vista como um aparato repressivo, agindo sob ordens do Estado e de uma sociedade capitalista (Bretas, 2013, p. 163).

A violência policial, longe de ser um fenômeno recente, já se fazia presente como elemento constitutivo da ação policial desde o final do século XIX, sendo percebida e denunciada por diferentes setores da sociedade. É contraditório que o órgão responsável por promover a segurança pública seja um dos que mais propagam a violência, especialmente para a população marginalizada. Para Chevigny (1995 apud Mauch, 2007, p. 109), a polícia não só mantém a ordem, como também reproduz a mesma e, ao realizar, a representa e a interpreta, ganhando o poder de influenciá-la.

No que diz respeito a estes mecanismos de repressão, Holloway (1997 apud Mauch, 2007, p. 112) discorre que a violência física foi incorporada às estruturas regulamentares de repressão como parte das técnicas usadas para manter o comportamento da população dentro de limites considerados aceitáveis pelas elites e para infundir terror. Todavia, diversos estudos mostram que o uso da violência como mecanismo de repressão para a resolução de conflitos não é exclusivo da polícia, mas sim da sociedade brasileira — e um exemplo disso é a relação dos senhores com seus escravos, que sempre foi regada à violência (Mauch, 2007, p. 112).

Essa lógica repressiva, contudo, não operava de forma neutra, sendo atravessada por hierarquias sociais e históricas que estruturaram a formação do Estado brasileiro — questão que se torna central para compreender a relação entre polícia, violência e população negra no pós-abolição.

A atuação policial no Brasil do final do século XIX e do início do século XX não pode ser compreendida de forma dissociada dos processos históricos de racialização que estruturaram a formação do Estado brasileiro. Conforme argumenta Silvio Almeida (2019, p. 25 - 37), as instituições não operam de maneira neutra, mas absorvem, normalizam e administram os conflitos sociais a partir de regras, padrões e técnicas de controle que refletem as hierarquias existentes na sociedade. Nesse sentido, o racismo não se reduz a práticas individuais, mas constitui um elemento estrutural do funcionamento institucional, produzindo desigualdades sistemáticas mediadas pela ação estatal.

Inserida nesse arranjo institucional, a violência policial não deve ser entendida como um desvio ou um excesso pontual, mas como parte constitutiva das formas de controle social mobilizadas pelo Estado. No contexto imediato do pós-abolição, a administração da ordem urbana recorreu à coerção física e à repressão seletiva, incidindo de maneira mais intensa sobre a população pobre e negra. Assim, a violência estatal operada pela polícia funcionou como mecanismo de normalização social, materializando no cotidiano práticas que reforçavam hierarquias raciais e sociais sob a justificativa da manutenção da ordem pública.

A história da polícia no Brasil: um breve balanço historiográfico

A partir dessa perspectiva, a História da Polícia, situada dentro do campo historiográfico da História do Crime, vem desenvolvendo seus estudos desde o final da década de 60, especialmente com pesquisas advindas da Europa e dos Estados Unidos. No Brasil, foi diante de um cenário de extrema conturbação pública, como agitações raciais e estudantis, que a polícia cativou um interesse especial e tornou-se foco acadêmico. Foi primeiro nas Ciências Sociais, com o trabalho pioneiro de Michael Banton², que a área de investigação do crime e da polícia tomou forma. Consequentemente, no campo

² Cientista social britânico, publicou em 1965 o seu célebre trabalho intitulado *The policeman in the community*.

historiográfico, surgem pesquisadores interessados nessa questão, como Bretas³, Mauch⁴, Santos⁵ e Souza⁶.

A abertura dos arquivos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) permitiu a criação de uma historiografia que até então era inalcançável. Contudo, apesar dessa abertura, o acesso a essas fontes é extremamente irregular, sendo liberado acessá-las em determinados momentos, enquanto noutros, impossível (Bretas, 2013, p. 163 - 164). Tendo em vista que até hodiernamente o acesso a essas fontes é dificultado, é fato que na década de 1960 e 1970 era basicamente uma utopia.

Foi durante e após a Guerra do Paraguai que a carreira policial passou a ter uma importância maior, embora seu prestígio seja mínimo. A profissionalização da polícia, no entanto, deu-se no início da Primeira República, quando o governo paulista contratou uma missão francesa para instruir a Força Pública do Estado (Mesquita Neto, 1999, p. 134). Ademais, a polícia na época não era bem remunerada, e, na maior parte do tempo, o recrutamento era mais autoritário; a maioria dos “morcegos⁷” estava ali contra a sua vontade. Dito isso, é um trabalho que ficou majoritariamente para os homens negros, fato que lhes confere cidadania, questão que é um tanto curiosa, visto que um órgão formado inicialmente em sua maioria por homens negros se evidencia como um aparato estatal pautado por questões de racialização.

Em suma, os estudos acerca da institucionalização policial permitem compreender que a polícia brasileira se consolidou historicamente como um instrumento de controle social seletivo, o que fornece base interpretativa para analisar, no período pós-abolição, a articulação entre práticas policiais, racialização e repressão das camadas populares. Além disso, esses estudos também indicam a centralidade de fontes como jornais para compreender não apenas a atuação policial, mas as disputas públicas em torno da legitimidade da violência estatal.

Os negros ao longo da Primeira República

O negro tem duas maneiras de comportar-se: uma, com seu semelhante, outra, com o branco. É isso que Frantz Fanon afirma em sua célebre obra *Peles negras, máscaras brancas*,

³ Marcos Luiz Bretas, atualmente professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dedica seus estudos para a questão policial no Rio de Janeiro.

⁴ Cláudia Mauch, professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), trabalha com a imprensa e o policiamento na cidade de Porto Alegre durante a Primeira República.

⁵ Marco Antonio Cabral dos Santos, é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e estuda a polícia e sociedade paulista.

⁶ Luis Antonio Francisco de Souza, doutor em Ciências Sociais pela USP, direciona seus estudos para o poder e práticas policiais em São Paulo.

⁷ Os policiais eram chamados de “morcegos” pelos populares durante o período final do Segundo Reinado e início da República (Moreira; Al-Alam, 2009, p. 57).

em que estuda a linguagem do negro. Nesse sentido, consideramos a linguagem num plano muito amplo: não só o falar, mas também o portar. No mundo colonizado pelo homem branco, o homem de cor é desafiado na sua própria elaboração corporal — aqui, o corpo do indivíduo negro passa a fazer parte de um esquema epidérmico racial, em que, na medida em que o homem negro passa a ter o seu corpo percebido, ele é estereotipado, desumanizado e consequentemente animalizado (Fanon, 2020, p. 127 - 131). E é nesse contexto que o racismo se prolifera, estereotipando o negro como uma besta, mau, raivoso e passível de criminalidade.

Ao inserir o homem negro dentro do contexto brasileiro pós-abolição, não só sua identidade é apagada, como também se cria uma identidade animalesca do sujeito de cor:

O mundo branco, o único respeitável, negava-me qualquer participação. De um homem se exigia uma conduta de homem. De mim, uma conduta de homem negro - ou, se tanto, uma conduta de negro. Eu saudava o mundo com um aceno e o mundo me amputava o entusiasmo. Estavam pedindo que eu me confinasse, que eu me encolhesse (Fanon, 2020, p. 129 - 130).

Na mesma ótica de Fanon, o sociólogo Paul Gilroy (2001, p. 101 - 109) argumenta que as culturas e identidades negras são indissociáveis da experiência de escravidão vivida no passado, que carrega uma herança racializada espalhada por todo o Atlântico. Nesse sentido, é na memória da escravidão e na experiência do preconceito de raça que muitas vezes se funda a identidade dos afrodescendentes.

Nesse contexto, Kwame Nkrumah (1967), ex-presidente da Gana e teórico político, estuda o conceito de “neocolonialismo”, colocando-o num âmbito de um fenômeno ocorrente nas nações africanas já independentes, sofrendo opressão de maneira diferente. Desse modo, podemos pensar na marginalização do corpo negro no Brasil pós-Lei Áurea em decorrência do neocolonialismo, tendo em vista que estigmatiza a população afrodescendente.

O fim da monarquia no Brasil (planejado principalmente por fazendeiros paulistas) levou à construção de uma república descentralizada controlada e dominada pela elite agrária. Os negros que tinham acesso à educação no geral saudaram o advento da República, acreditando que seria uma melhor garantia de seus direitos do que na monarquia. Os recém-libertos, contudo, não eram tão seguros quanto a isso, visto que eles conheciam essa elite agrária — nesse mesmo contexto, os recém-libertos também creditam a monarquia como boa, pela lei do ventre livre, pela lei dos sexagenários e pela lei áurea. Quanto a isso, Andrews (1998, p. 80) afirma:

Para estes afro-brasileiros, a escolha entre a monarquia, que havia posto um fim à escravidão, e uma República comandada pelos fazendeiros que haviam se recusado a aceitar a emancipação até que ela lhes foi imposta por seus escravos, pesava bastante para o lado da monarquia, especialmente quando os mais destacados abolicionistas negros expressaram publicamente seu descontentamento com o movimento republicano.

Com o advento da República, surge a Constituição de 1891 e junto dela toda uma política de apoio ao embranquecimento da população. Na então vigente Carta Magna, era proibida a imigração africana e asiática para o Brasil, além de fomentar a imigração europeia, existindo, inclusive, um programa estatal para subsidiar a imigração europeia (Andrews, 1988, p. 90-91).

Num contexto de pós-abolição, houve uma grande substituição e marginalização dos trabalhadores afro-brasileiros — a elite esperava e desejava a substituição da mão de obra negra pela branca. Diante de um cenário conturbado e marginalizado, os negros ficaram com trabalhos em serviço doméstico e/ou nas forças armadas, na polícia e nos bombeiros (áreas mal remuneradas), enquanto os europeus ficavam com mais trabalho nas indústrias, no comércio e no transporte.

Nesse ambiente pós-abolição em que o cidadão negro é incorporado à sua própria marginalização dentro da sociedade brasileira, a construção do corpo negro associado ao perigo, à desordem e à irracionalidade não permaneceu restrita ao campo das representações intelectuais ou culturais, mas encontrou materialização concreta nas práticas estatais de controle social. A polícia, enquanto instituição responsável pela vigilância cotidiana dos espaços urbanos, tornou-se um dos principais vetores de tradução dessas imagens racializadas em ação repressiva.

Criminalidade, repressão e raça

A partir de 1870 são introduzidas no Brasil diversas teorias, como o positivismo e o evolucionismo. Contudo, também surgem pseudoteorias raciais, contribuindo para que povos “selvagens” (não-brancos) passem a ser entendidos como primitivos. No final do século XVIII, o termo raça é introduzido na literatura, dando a ideia de existência de heranças físicas permanentes entre os grupos de seres humanos (Schwarcz, 1993, p. 37). É uma investida contra a “igualdade” pregada pelo iluminismo. Citamos também que, diferente dos Estados Unidos, por legislação, no Brasil não há discriminação racial. Na lei, há igualdade racial. Contudo, sabemos que na prática é diferente. Tudo se dá em legislações discriminatórias mais “escondidas” — como proibir religiões de matriz africana, samba, etc.

Surgem, neste momento, discussões entre os chamados monogenistas e poligenistas (Schwarcz, 1993, p. 38 - 43). Os monogenistas acreditavam que a humanidade tinha uma origem comum, e essa origem em comum propiciava uma ideia de desenvolvimento uniforme de todos; ia do mais apto ao menos apto. Contudo, não é uma noção única de evolução. Os poligenistas, entretanto, acreditavam em vários centros de origem humana, que correspondiam às diferenças raciais. Entretanto, com o lançamento da obra *A Origem das Espécies* de Charles Darwin em 1859, ameniza-se a disputa entre monogenistas e poligenistas. O darwinismo, contudo, corresponde a uma continuidade da hierarquização de povos e raças. O evolucionismo ecoou em diversas áreas das humanas e também alcançou um grande público.

Utilizando da ideologia positivista e evolucionista, Herbert Spencer consolida a pseudociência do darwinismo social, que afirma que a humanidade pode até ser uma — mas é hierarquizada a partir das raças. Aí vêm questões de qual raça é mais apta, qual é a mais desenvolvida, qual é a mais “civilizada” — nesse contexto, o parâmetro é o europeu. Na esfera política, o darwinismo sustentou muitas teorias conservadoras — como, por exemplo, uma justificativa do imperialismo europeu através do domínio do mais forte e apto.

Diante desse contexto de crescimento do darwinismo social, surge a antropologia criminal, que se baseava em questões físicas, antropológicas e sociais para analisar o perfil de criminosos:

Para alguns teóricos, o tipo físico do criminoso era tão previsível que seria possível delimitá-lo de forma objetiva. Lombroso, por exemplo, criou uma minuciosa tabela, subdividida em: “elementos anathomicos” (assimetria cranial e facial, região occipital predominante sobre a frontal, fortes arcadas superciliares e mandíbulas além do prognatismo); “elementos physiologicos” (insensibilidade, invulnerabilidade, mancínismo e ambidestria); “elementos psicologicos” (tato embotado, olfato e paladar obtusos, visão e audição ora fracas ora fortes, falta de atividade e de inibição); e “elementos sociológicos” (existência de tatuagens pelo corpo) (Schwarcz, 1993, p. 120).

Esse cientificismo, portanto, levou à formulação de ideias das chamadas “classes perigosas” e “crime e pobreza como patologias sociais”. Aqui, a pobreza não é fruto de uma condição de desigualdade, a pobreza é como se fosse uma doença e, se é pobre, logo é propenso à criminalidade. Com isso, os populares são vistos como classes perigosas. Nesse ambiente de crescimento de teorias racializadas, a materialidade ganha forma no policiamento urbano: essas concepções são atravessadas e orientam a atuação policial.

É também nesse contexto que se cria um ideal de moralidade a partir do trabalho, como aborda o historiador Sidney Chalhoub em seu livro *Trabalho, lar e botequim*, ao estudar os trabalhadores do Rio de Janeiro. Em contrapartida ao trabalho como algo que dignifica o

ser, elabora-se o conceito de “vadiagem” — a ociosidade passa a ser uma ameaça à ordem social e moral. A vadiagem, portanto, passa a ser antecedente do crime, necessitando da ação repressiva para a manutenção da sociedade.

Se um indivíduo é ocioso, mas tem meios de garantir sua sobrevivência, ele não é obviamente perigoso à ordem social. Só a união da vadiagem com a indigência afeta o senso moral, deturpando o homem e engendrando o crime. Fica claro, portanto, que existe uma má ociosidade e uma boa ociosidade. A má ociosidade é aquela característica das classes pobres, e deve ser prontamente reprimida. [...] Os pobres apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente “rolar até o abismo do crime” (Chalhoub, 2012, p. 75 - 76).

Diante disso, costumes populares são criminalizados — inclusive, o índice criminal aumenta absurdamente⁸. Samba, capoeira, beber na rua, estar num bar ou num terreiro: esses são os maiores indícios de criminalização. É criminalizando esses costumes que se trabalha na “prevenção” de um “crime”. Esse direito positivista anda junto com uma polícia científica. Essa nova polícia baseia-se numa institucionalidade em que técnicas policiais (de interrogatório, de prisão, de abordagem, de ronda, etc.) se utilizam. Outro elemento que compõe essa polícia é a estatística e identificação; a polícia passa a identificar esses índices de criminalidade, que viram estatísticas (e estatísticas são vistas como científicas). E essas estatísticas se confirmam no que a elite quer: a visão conjunta de crime e pobreza.

Boris Fausto (2001, p. 49), ao estudar a criminalidade em São Paulo através de uma pesquisa quantitativa, evidencia um considerável aumento do número dos registros de prisões por crimes de contravenções (embriaguez, desordem e vadiagem) no período de 1912 a 1916 em comparação ao período que marca o fim do Segundo Reinado. É também através de sua pesquisa que se notam os números de crimes de vadiagem consideravelmente maiores entre a população brasileira do que entre a população de estrangeiros (Fausto, 2001, p. 55).

O alto fluxo migratório de europeus para o Brasil no período final monárquico e inicial republicano como uma política de branqueamento populacional também ditou o que é considerado vadiagem ou não — nesse sentido, os costumes europeus passaram a ser vistos com bons olhos. É também através dessa política de branqueamento que o Estado brasileiro passa a utilizar mecanismos que contemplem a população branca-europeia. A preferência da mão de obra assalariada estrangeira passa a ser uma característica do período republicano, tratando os libertos com desdém e deixando-os à margem da sociedade.

⁸ Boris Fausto, em seu trabalho *Crime e Cotidiano*, formula uma tabela quantitativa do coeficiente de prisões por 10 mil habitantes na cidade de São Paulo. O ápice dessa tabela está nos anos de 1896 a 1904 — anos iniciais da Primeira República brasileira, em que a repressão era exacerbada.

O filósofo Michel Foucault estuda em sua obra *Vigiar e Punir* o funcionamento das prisões, sendo um dos trabalhos pioneiros a tratar sobre a temática. Embora o foco deste artigo não seja sobre as prisões, é fundamental estabelecer diálogo entre os argumentos expostos neste artigo e a ótica foucaultiana. Para o francês, o poder moderno não se limita a punir, mas também atua classificando, vigiando e normalizando condutas, em que, na medida em que o autor consolida a prisão como uma fábrica de delinquentes, também afirma que a lei e a gestão diferencial das ilegalidades servem ao interesse de uma determinada classe (Foucault, 2014, p. 267).

Sob essa perspectiva, é esse sistema penal que escolhe quais ilegalidades devem ser punidas e quais devem ser toleradas. Isso evidencia como esse mesmo sistema em questão não atua de maneira neutra; ao contrário, funciona de modo que direciona sua repressão para práticas sociais associadas às camadas populares, marginalizadas e, com frequência, racializadas.

A violência policial nos jornais de época

A metodologia utilizada para o cumprimento deste presente artigo é a exposição de manchetes de jornais do período que engloba o final do Segundo Reinado e o início da Primeira República (1877 - 1914) no amplo território nacional, retiradas da Hemeroteca Digital, de modo que dialogue com os principais argumentos trabalhados ao longo do artigo. Inicialmente, serão expostas as manchetes que evidenciam a violência policial em terras brasileiras, seguidas de uma breve explicação, cruzando com debates previamente apresentados.

Em primeiro momento, é necessário entender que as fontes jornalísticas não devem ser compreendidas como registros neutros dos fatos, mas como construções discursivas atravessadas por projetos editoriais e posicionamentos políticos. Assim, os jornais não são meros reflexos da sociedade, mas sim espaços de denúncias, atravessados por disputas de sentidos e de posições ideológicas.

A primeira fonte aqui apresentada trata-se do jornal O Paiz (RJ), Ano 1902\Edição 06403 (1):

Foi hontem preso e recolhido ao xadrez da reparlição central de policia o celebre ex-cabo Malaquias, por ter sido condemnado pelo Dr. juiz da 5ª pretoria a cumprir a pena de 30 dias de prisão, gráo maximo do art. 399, pelo qual foi elle processado.
O couraçadi Riachuelo saiu do dique da Saude, devendo estar hoje ancorado no Poço.

Afim de attender à requisição do ministerio da fazenda, o Sr. ministro da guerra determinou ao chefe da commissão encarregada da construcção do sanatorio em Lavrinhas que seja levantada a olanta dos terrenos doados a este ministerio pelo barão de Bocaina.

Manoel Raymundo, homem trabalhador que só tem a noite de sabbado e o dia de domingo como distracção e repouso dos seus rudes labores, passcinvá hontem na praça 15 de Novembro, com um companheiro, quando foi inopinadamente agredido a bofetadas por um cabo de policia e uma praça, ambos de serviço.

Não fosse a bondosa intervenção de um moço do commercio, esses pessimos representantes da ordem teriam ainda por cima levado presas as victimas da sua brutalidade.

Quantas coisas tristes que nos estão oferecendo estes tempos (O Paiz, 20/04/1902).

Nessa reportagem observamos que o policial “Malaquias” agrediu um “homem trabalhador” que estava de folga. Assim, o jornal noticia uma agressão física cometida por policiais contra um trabalhador em seu momento de lazer, evidenciando o uso arbitrário da força por agentes do Estado. Entende-se, aqui, que a violência não aparece como resposta a um crime, mas como parte do exercício cotidiano da autoridade policial sobre trabalhadores pobres, indicando um padrão de repressão preventiva e disciplinadora. Contudo, a matéria não informa a origem racial da vítima, o que impede afirmar que o episódio tenha sido motivado diretamente por critérios raciais. Ainda assim, a condição de “homem trabalhador” agredido em espaço público permite compreender a ação policial como voltada ao controle das camadas populares, grupo historicamente atravessado por processos de racialização no Brasil pós-abolição.

A segunda fonte, trata-se do jornal *Monitor Campista*, ano 1877\Edição 00026:

Crueldade Policial - Hontem, pelas 7/12 horas da noite, por ocasião de grande tormenta de chuva que cahio, as pobres quitandeiras da praça da Verdura, procuravão abrigo nas differentes casas do largo, sentando-se nas portas destas, com o consentimento de seus donos, que sempre isso tolerarão desde tempos immemoriaes.

Pois bem; o Sr. subdelegado Rocha, armado de seu temivel cacete e com uma phalange de morcegos foi de casa em casa tocando-as todas para o meio da rua!

Arrogando-se mais poder do que os proprios donos das casas que podem receber nestas e consentir que se sentem nas suas portas quem lhes approuver, atropellou aquellas infelizes expondo-as ao temporal com prejuizo de suas quitandas e com detrimento do publico que até ás 9 horas se provê do que é preciso n’aquelle mercado.

Assim como consignamos os actos de cumprimento de dever do Sr. subdelegado, não podemos deixar de profligar esse seu acto de despotismo e barbaridade. Não houve quem não se indignasse com esse procedimento (*Monitor Campista*, 01/02/1877).

As “quitandeiras” expostas na matéria eram mulheres negras angolanas, conhecidas por serem vendedoras ambulantes. Dessarte, a expulsão violenta das trabalhadoras de uma praça pública durante uma tempestade evidencia a repressão policial sobre práticas econômicas populares exercidas por mulheres negras. Sendo assim, a atuação do subdelegado revela uma concepção de ordem urbana que criminaliza a presença negra feminina no espaço público, mesmo quando legitimada por costumes locais e consentimento dos moradores. Embora o jornal utilize uma linguagem moralizante contra o abuso policial, é preciso reconhecer que a denúncia parte de um olhar externo, mediado pela imprensa, o que não permite acessar diretamente a experiência subjetiva das mulheres atingidas.

A terceira fonte exposta aqui também se trata do jornal Monitor Campista, ano 1877\Edição 00037 (1):

Polícia de mordaza. - No domingo ultimo houve um grande reboiço no largo das Verduras, parecendo haver uma conflagração geral !
O povo acudia de uma e outra parte, pensando uns que era a invasão do rio Parahyba e outros que o mundo vinha abaixo.
Nada era. Era apenas o effeito das altas medidas policiaes do inimitavel Sr. subdelegado José Joaquim Coelho da Rocha.
Um preto de nome Adão, estava pacificamente chupando uma canna na praça das Verduras.
Um dos morcegos do Sr. Rocha, implicou com o pobre pretoe obrigou-o a apanhar o bagaço. O preto obedeceu, mas teve immediatamente ordem de prisão por infringir, não as leis penaes, mas as leis do nosso capitão-mór-mirim.
O preto, no seu bestunto, raciocinando melhor que o nosso subdelegado, entendeu que a ordem era illegal e deu ás gambias, refugiando-se na casa do Sr. Manoel José Luiz. Os morcegos perseguirão-no e invadirão essa casa [...].
Um morcego, porém, que ouvio a advertencia, se n mais nem menos e com o auxilio de outuro, agarra esse preto e principia a dar-lhe bofetadas e pranchadas⁹! (Monitor Campista, 20/02/1877).

Mais uma vez, a vítima da violência policial é uma pessoa negra. Com isso, a associação imediata entre corpo negro, desobediência e punição sugere como a polícia atuava na produção cotidiana da criminalização racializada, transformando comportamentos banais em pretextos para a violência. Afirma-se, também, que a violência policial está intrinsecamente ligada a questões de masculinidade, visto que na medida em que “ser homem” passa pela demonstração de coragem e força física (Mauch, 2008, p. 18).

A quarta fonte trata-se do jornal paulista A Gazeta, Ano 1914\Edição 02359:

⁹ Pranchadas: pancadas aplicadas com a parte plana de uma espada, baioneta ou pedaço de madeira, comuns como forma de repressão e intimidação policial.

Soldados do exercito embriagados espancaram alguns civis - Lucta com a polícia: Numa casa de tolerância a rua da Conceição, entre as ruas Senador Queiroz e Mauá, diversos soldados do exército, alcoolizados, promoveram desordem hontem ás 11 e meia da noite, tendo espancado alguns civis que bebiam cerveja em companhia das mulheres da casa (A Gazeta, 01/01/1914).

Aqui, podemos observar o lazer sendo repreendido pelo exército. Mauch (2008, p. 4 - 6) afirma que a maior parte desses conflitos entre homens que envolvem uma violência física primeiramente iniciam com desafios verbais e gestuais, tudo em torno de questões de virilidade. Nisso, espaços de sociabilidade (como bares) são os principais locais para a ocorrência destes conflitos. Nesse contexto, a repressão estatal incidia também sobre práticas de sociabilidade popular, reforçando a atuação policial como reguladora da moral e da ordem pública. Contudo, a matéria não fornece informações sobre a raça dos envolvidos, o que impede sua utilização como evidência direta da racialização da violência. Assim, ela contribui mais para compreender a violência institucional do que sua dimensão racial específica.

De fato, diversas denúncias de violências ocorriam, algumas, até com o caráter apelativo de maior circulação dessas denúncias, como explicita a quinta fonte, do jornal A Lanterna: Folha Anti-Clerical de Combate (SP) Ano 1912\Edição 00143 (1):

Inquisição policial: Ainda perdura no espirito do operariado brasileiro a infame barbaridade commettida pela policia com o operario Francisco Calvo.

Além dos protestos do que já demos noticia, recebemos mais um da Sociedade União Protectoda dos Vendedores Ambulantes, do Rio; que, em energicas palavras, estigmatiza essa brutalidade policial.

E de justiça mencionarmos o nome dos collegas que tambem levantaram o seu protesto contra o servagismo da jesuitica policia paulista. São os seguintes: La Bataglia, A Capital, La Tribuna Española e La Voz de España. A grande imprensa, os jornaes das celeres rotativas têm mais do tratar... E com mais proveito (A Lanterna, 15/06/1912).

A fonte, além de explicitar denúncias reiteradas de tortura, prisões arbitrárias e desaparecimentos de operários sob custódia policial, também age evidenciando a naturalização da violência policial contra trabalhadores organizados, inserindo a repressão dentro de um contexto de controle político e social. Todavia, por se tratar de um periódico de orientação operária e anticlerical, suas denúncias devem ser lidas considerando seu projeto político. Além disso, as matérias não permitem identificar explicitamente critérios raciais das vítimas, mas inserem-se em um padrão de repressão dirigido às camadas populares, historicamente racializadas no Brasil pós-abolição.

Em outra reportagem do mesmo jornal “A Lanterna” do Ano 1912\Edição 00142, foi encontrado outra denúncia do mesmo caso de violência policial cometida contra o operário em questão, em que se explicita o abuso de autoridade como uma ação rotineira da polícia:

Inquisição policial: Encontrou, como era de esperar, um profundo movimento de repulsa no seio da classe operaria e de todos os homens de sentimentos nobres a barbaridade infame commettida pela policia com o operario Francisco Calvo, a quem sugeitou a torturas verdadeiramente inquisitoriaes.

Por toda a parte lançam-se energicos protestos contra tal acto de deshumanidade, esforçando-se todas as associações por tornar largamente conhecidas as violencias de que a policia é autora costumeira (A Lanterna, 09/06/1912).

O jornal “A Lanterna: Folha Anti-Clerical de Combate (SP)” foi um jornal paulista reconhecido por suas origens operárias e ligação com grupos anticlericais e maçons, diversas vezes denunciando instituições com grande poder e influência, como a própria polícia. Na edição do “Ano 1914\Edição 00260 (1)”, o corpo jornalístico expõe o sumiço de outros corpos operários, denunciando ações abusivas da polícia:

REVOLTANTE. A polícia deu sumiço ao operario Manuel Campos, preso ha 44 dias.

Outra prisão arbitrária - O companheiro Manuel Campos, preso, em Santos, no dia 8 de agosto e transportado para esta capital, ainda não apareceu.

A policia burlou a acção da justiça negando a sua prisão quando foram requeridos dois habeas-corpus em seu favor.

Que destino terá a policia dado ao honrado trabalhador?

Terá repetido a infamia praticada com Francisco Calvo, martirizando-o e depois atirando o á alguma estrada distante?

Que é feito de Manuel Campos, srs. da policia?

E a imprensa não diz nem uma só palavra sobre o gravissimo caso! Para outra coisa não está ela arrolhada pelas subvenções oficiais.

Outro operario preso - Uma outra vitica da sanha policial.

Na sexta-feira passada, foi preso o companheiro Alfredo Ovidi, acusado de distribuir boletins de convocação do comicio que se devia realizar no Cambuci.

Admiravel terra ! Prende-se um homem porque distribuia convites para uma simples assembleia de salão!

São já passado 8 dias e de Alfredo Ovidi não se conhece o paradeiro! (A Lanterna, 12/09/1914).

Consideradas em conjunto, as fontes jornalísticas analisadas não permitem afirmar uma racialização automática de todos os episódios de violência policial, mas evidenciam padrões reiterados de repressão dirigidos às camadas populares, entre as quais a população negra se encontrava majoritariamente representada. Assim, mais do que provas isoladas, esses

registros funcionam como indícios de um processo histórico mais amplo, no qual a polícia atuou como agente central na construção do negro como ameaça à ordem social.

Considerações finais

Em um primeiro momento, podemos fazer algumas indagações quanto à violência policial contra negros: a polícia age seletivamente, explicitando um comportamento mais repressor contra pessoas negras? Quais fatores permitem essa atuação distinta sobre a população negra? (Guimarães; Corrêa, 2022, p. 198). E quanto a isso, podemos afirmar que sim, a seletividade policial com pessoas negras é algo notório - e isso é algo que observamos tanto ao estudar fontes referentes ao Segundo Reinado e à Primeira República quanto ao analisarmos a nossa sociedade hodiernamente.

Quanto aos fatores que possibilitam essa atuação violenta dos policiais contra corpos negros, entendemos que essa é uma herança de uma história de um país baseado na escravidão. Sobre a herança da escravidão, Silvio Almeida discorre:

Sobre a relação entre escravidão e racismo, há basicamente duas explicações. A primeira parte da afirmação de que o racismo decorre das marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo. Conforme este raciocínio, as sociedades contemporâneas, mesmo após o fim oficial dos regimes escravistas, permaneceriam presas a padrões mentais e institucionais escravocratas, ou seja, racistas, autoritários e violentos. Dessa forma, o racismo seria uma espécie de resquício da escravidão, uma contaminação essencial que, especialmente nos países periféricos, impediria a modernização das economias e o aparecimento de regimes democráticos (2019, p. 112).

Além da questão do preconceito racial, entendemos também que a propagação do darwinismo social e a ideologia de “classes perigosas” levaram os populares a serem vistos como uma ameaça ao Estado - populares que, em sua maioria, eram pessoas pretas ou pardas.

De maneira que conversa com os estudos de Silvio Almeida acerca da relação de racismo como herança de uma sociedade escravista, as pesquisadoras Sandra Guimarães e Ludmylla Corrêa argumentam sob a ótica da filósofa Angela Davis que “o fim da escravidão não significou o término das privações sofridas pela população negra, mas sim o enfrentamento diário da violência produzida por estruturas racistas, cuja intensidade compara-se à escravidão (2022, p. 197)”. Desse modo, pode-se relacionar o desempenho da ação policial a um processo de racialização estruturada na sociedade brasileira. A escravidão, embora tenha tido seu fim no início da República brasileira, manteve estigmas violentos em relação à população afrodescendente.

A lógica repressiva da polícia não pode ser dissociada da construção histórica do corpo negro como ameaça. Fanon e Gilroy já evidenciavam que o homem negro é constantemente confrontado por uma estrutura de dominação que associa sua existência à violência e à criminalidade, ao mesmo tempo em que enraíza o racismo. Com a construção da república brasileira em concomitância com um projeto de embranquecimento, a marginalização dos corpos negros é agravada, tornando a repressão corriqueira.

Ademais, é importante destacar que este artigo não pretendeu delimitar a temporalidade inaugural da ação policial repressiva, tampouco afirmar que as práticas aqui analisadas tenham se originado exclusivamente no período entre o final do Segundo Reinado e os primeiros anos da República. Trata-se, antes, de um processo histórico de longa duração, verificável ao longo de todo o século XIX, no qual a ação policial foi sendo progressivamente moldada pela lógica do controle social e da repressão das camadas populares. O recorte cronológico adotado, entre 1887 e 1914, justifica-se por permitir observar uma intensificação e especialização dessas práticas no contexto do pós-abolição, momento em que a administração da ordem urbana passou a lidar com novas configurações do trabalho, da pobreza e da criminalidade. Assim, ao invés de marcar uma ruptura, o período analisado evidencia continuidades e reacomodações no papel desempenhado pela polícia, contribuindo para a compreensão da violência estatal como um elemento estrutural da gestão da ordem social no Brasil.

Por fim, entendemos a violência policial não só como uma forma de expressão das masculinidades policiais e do poder, mas também como uma ferramenta estatal para uma repressão das chamadas “classes perigosas”, ou seja, das pessoas marginalizadas, em que se trata majoritariamente de pessoas negras.

Fontes

A Gazeta, Ano 1914\Edição 02359, 01/01/1914. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763900&Pesq=%22dia%20do&pagfis=2>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

A Lanterna: Folha Anti-Clerical de Combate (SP) Ano 1912\Edição 00142 (1), 09/06/1912. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=366153&Pesq=%22roma%20brasileira%22&pagfis=568>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

A Lanterna: Folha Anti-Clerical de Combate (SP) Ano 1912\Edição 00143 (1), 15/06/1912. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=366153&Pesq=%22roma%20brasileira%22&pagfis=572>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

A Lanterna: Folha Anti-Clerical de Combate (SP) Ano 1914\Edição 00260 (1), 12/09/1914. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=366153&Pesq=%22francisco%20calvo%22&pagfis=1035>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

Jornal O Paiz (RJ), ano 1902\Edição 06403 (1), 20/04/1902. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&Pesq=comp%C3%AAndios%20escolares&pagfis=4158>. Acesso em: 14 dez. 2023.

Monitor Campista, ano 1877\Edição 00026, 31/01/1877 - 01/02/1877. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030740&pagfis=21951>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

Monitor Campista, ano 1877\Edição 00037 (1), 19/02/1877 - 20/02/1877. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030740&pagfis=21996>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo 1888- 1988**. Bauru: Editora da USC, 1998.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas:** povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. **A história da polícia no Brasil:** balanço e perspectivas. Ensaio Historiográfico. Topoi 14, jan-jun 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2237-101X014026011>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade:** o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907–1930. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2012.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020. Ubu Editora.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano:** a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Edusp, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro.:** modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GUIMARÃES, Sandra Suely Moreira Lurine; CORRÊA, Ludmylla Bezerra. **Violência policial, racismo estrutural e os limites do estado democrático de direito**. Revista Thesis Juris, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 196–214, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/thesisjuris/article/view/19019>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

MAUCH, Cláudia. Considerações sobre a história da polícia. **MÉTIS: história & cultura**. Caxias do Sul, v. 6, n. 11, p. 107-119, jan.-jun. 2007.

MAUCH, Cláudia. **Masculinidade e violência na construção da autoridade de policiais no início do século XX no sul do Brasil**. Congresso A POLÍCIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: ARGENTINA E BRASIL. Buenos Aires, 2008. Disponível em: <<https://silo.tips/download/masculinidade-e-violencia-na-construcao-da-autoridade-de-policiais-no-inicio-do-s>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

MESQUITA NETO, Paulo. Violência Policial no Brasil: Abordagens Teóricas e Práticas de Controle. In: Dulce Chaves Pandolfi; José Murilo de Carvalho; Leandro Piquet Carneiro; Mario Grynspan. (Org.). **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Infernais sepulcros provisórios: projetos carcerários e sistemas normativos no século XIX no Rio Grande do Sul. (Páginas 47-74) In: MAIA, Clarissa Nunes (et al.). **História das prisões no Brasil**. Volume 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

NKRUMAHN, Kwame. **Neocolonialismo: o último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SCHWACZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Criminalidade e hierarquias sociais em Sant’anna do Catú-Ba: o caso de Manoel grande e Alexandre Correia Lima, 1888

Criminality and social hierarchies in Sant’anna do Catú-Ba: the case of Manoel Grande and Alexandre Correia Lima, 1888

Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus¹, UEFS

Resumo

Esse artigo tem como objetivo examinar um caso de agressão física protagonizado por dois homens de segmentos sociais distintos: o primeiro, era comumente chamado de Manoel grande e o segundo, chamava-se Alexandre Correia Lima. Segundo consta nos autos, a agressão teria ocorrido no ano de 1888 na zona rural da vila de Sant’anna do Catú – Ba e a aparente motivação para a contenda teria sido a realização de uma roçagem indevida. Apesar disso, a leitura da fonte nos mostrou a existência de outras nuances do conflito que foram plausivelmente examinadas por meio da perspectiva interseccional entre as categorias de classe, raça, gênero e geração.

Palavras-chave: Violência Física; Hierarquias Sociais; Homens; Sant’anna do Catú.

Abstract

This article aims to examine a case of physical aggression committed by two men from different social segments: the first was commonly called Manoel Grande and the second was called Alexandre Correia Lima. According to the records, the aggression occurred in 1888 in the rural area of the village of Sant’anna do Catú – Bahia and the apparent motivation for the dispute was the carrying out of an improper clearing. Despite this, reading the source showed us the existence of other nuances of the conflict that were plausibly examined through the intersectional perspective between the categories of class, race, gender and generation.

Keywords: Physical Violence; Social Hierarchies; Men; Sant’anna do Catú.

Introdução

Na obra intitulada *A Imperial Vila de Santana do Catú*, o historiador Marcelo Souza Oliveira refletiu pontualmente sobre o cenário de criminalidade em Sant’anna do Catú no século XIX. Nesse exercício, Oliveira observou que as autoridades municipais enfrentavam problemas relacionados a violência e segurança pública, cenário que teria contribuído para que o governo da província autorizasse “[...] a criação de uma delegacia que deveria promover a segurança pública dos habitantes da região [...]” (Oliveira, 2015, p. 45).

Ainda sobre esse problema social, Oliveira afirmou que as práticas criminosas e a deficiência na segurança pública observadas no município no período analisado eram

¹ Mestre em História pela Universidade do Estado da Bahia e graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana, atualmente, é discente no curso de pós-graduação em História da Bahia pela UEFS. E-mail: lainepomuceno@gmail.com

atravessadas por determinadas variáveis como, por exemplo, a grande extensão do território do Catu e a falta de um contingente efetivo de policiais.

Para além disso, como também observou o autor, “[...] a criminalidade em níveis locais envolvia muitas relações de poder, dependia muito se o criminoso ou a vítima era protegida desse ou daquele senhor de engenho [...]” (Oliveira, 2015, p. 47). Com essa afirmação, Oliveira chama atenção para o fato de que o desfecho de muitos casos criminais poderia desembocar em impunidade, justamente, pela influência social e política exercida pelos senhores de engenho no município catuense.

Na elaboração de suas reflexões, Oliveira não teve a oportunidade de examinar qualitativamente processos-crime que possibilitasse a ampliação das suas observações sobre as relações de poder e, conseqüentemente, as hierarquias sociais no período citado por ele. Com esse comentário, propomos a realização desse exercício, da análise qualitativa, densa de um processo-crime de lesão corporal (IF-Baiano, 1888) que nos ajudará, mesmo que parcialmente, a refletir, sem dúvida, sobre as hierarquias sociais e as tensões existentes na sociedade catuense quatro meses antes do fim oficial da escravidão: o caso de agressão praticado por Manoel Grande contra Alexandre Correia Lima e sua esposa, no ano de 1888.

Esse documento está armazenado no IF-Baiano, *campus* Catu – Ba, e faz parte de um acervo documental maior constituído de processos judiciais produzidos entre os séculos XIX e XX que, hoje, se encontra catalogado. A análise panorâmica das informações contidas no catalogo, especialmente, com relação aos processos criminais de lesão corporal, letal ou não-letal, indica, tanto no século XIX quanto no século XX, a predominância da presença masculina em práticas dessa natureza. Essa análise quantitativa é o elemento impulsionador para que possamos efetuar o exame qualitativo do sumário de culpa citado acima.

Esse exercício será feito tendo como suporte teórico a interseccionalidade, pois, como assertivamente observou a antropóloga Mara Vigoya, em *As cores das masculinidades*, apesar da violência marcar a história do continente americano, principalmente, a partir do processo colonialista, não significa que ela “[...] seja um traço distintivo cultural da região e menos ainda que ela se explique apenas pelo machismo [...]” (Vigoya, 2018, p. 159).

Chegar a essa conclusão equivocada de que as populações americanas são naturalmente violentas, especialmente, com relação aos homens, significa “[...] ignorar os efeitos das relações de poder e das forças econômicas, sociais e políticas na cultura e nos corpos das pessoas socialmente vulneráveis [...]” (Vigoya, 2018, p. 160). A violência interpessoal, mesmo em proporções distintas, é exercida, sofrida e testemunhada tanto por

homens quanto por mulheres, deste modo, “[...] a masculinidade não deve ser interpretada como uma propensão natural para exercê-la [...]” (Vigoya, 2018, p. 163).

Apesar de ser comumente compreendida como um atributo da natureza masculina, a violência física e sua prática são, em verdade, um mecanismo utilizado nas relações interpessoais para a manutenção de diversas desigualdades e hierarquias sociais (Soihet, 2002, p. 270), inclusive, entre homens. Como veremos, o caso de Manoel e Alexandre, entretanto, nos mostra que essa “equação”, em algumas situações, se invertia, afinal, a prática da agressão física poderia partir de um sujeito sem posses, hierarquicamente visto como inferior, contra outro indivíduo com boas condições econômicas e sociais.

“Fazia porque queria”: disputa de terra e homens em conflito

No século XIX, assim como outras regiões do Brasil, Sant’anna do Catú, localizada no Recôncavo Baiano, era um território predominantemente rural formado por sítios, fazendas, engenhos, terrenos não explorados e outros reservados para a criação (Santos, 2025, p. 33). Devido a presença do solo de massapê, o município catuense era produtor e exportador de cana de açúcar, como também de diversos outros gêneros agrícolas como mandioca e fumo, afinal solos arenosos também constituíam o território (Oliveira, 2015, p. 22; Barickman, 2003, p. 42). As atividades agrícolas eram entremeadas, sem dúvida, por atividades pastoris efetuadas também nas redondezas das propriedades rurais. Notoriamente, essas atividades eram, no século XIX, realizadas por sujeitos que poderia estar na condição de livres, libertos ou cativos.

O recenseamento geral do Brasil de 1872 realizado pela Diretoria Geral de Estatística, com relação ao território catuense, apontou que a população cativa do município, no período da realização do censo, era de apenas 3,31% da população total (1872, p. 145), deste modo, como podemos ver a partir desse dado, 16 anos antes do fim oficial da escravidão, a mão de obra escravizada em Catu era pequena em comparação a população geral do território.

Essa informação é fulcral, pois no sumário de culpa que será examinado nesse artigo, produzido em janeiro de 1888, poucos meses antes do fim oficial da escravidão, um dos sujeitos principais do processo, o acusado, era um trabalhador rural livre/liberto, assim como seus companheiros de faina. Notoriamente, esses sujeitos, apesar de estarem na condição de homens livres, possuíam familiares e conhecidos que viveram enquanto escravizados em Sant’anna do Catú ou em outras regiões.

Com essas palavras iniciais, gostaríamos de escrever que foi em uma região localizada na zona rural catuense que o crime de lesão corporal investigado e julgado em 1888 foi

cometido: a região denominada Macacos. Esse território era próximo da fazenda Quiricó, propriedade que é também citada na fonte estudada e, no período em análise, pertencia a família Correia Lima.

Essa fazenda, assim como outras da região, era morada não apenas dos sujeitos pertencentes a família Correia Lima, como também de “agregados”, de muitos homens e mulheres que trabalhavam na propriedade, na condição de livres ou cativos, prestando serviços para essa família.

O espaço doméstico, por ser um ambiente genderizado, era, sem dúvida, ocupado, majoritariamente, pelos serviços realizados pelas mulheres. Já os homens, deveriam se ocupar com as atividades externas como os serviços na roça. Nessas atividades, eles contavam, sem dúvida, com a ajuda feminina.

Uma das atividades que poderiam ser efetuadas na parte externa das propriedades rurais, em seus terrenos, era a roçagem. Nessa tarefa, os sujeitos responsáveis tinham a incumbência de remover a vegetação indesejada como grama e mato utilizando ferramentas específicas como a foice. Foi em janeiro de 1888, realizando a tarefa de roçagem em uma porção de terras nos Macacos, que Manoel grande se envolveu em uma contenta que resultaria na agressão física praticada por ele em Alexandre Correia Lima e sua esposa, Filomena Alexandrina Liger.

Como podemos ler, a partir dos sobrenomes, as vítimas da agressão pertenciam a duas famílias abastadas da vila de Catu: os Correia Lima e os Liger. Assim como os Araújo Góes, essas duas famílias integravam “o grupo de senhores de engenho da localidade” (Santos, 2025, p. 32). No momento da contenta, Alexandre tinha 25 anos de idade e sua esposa, 19 anos, logo eram um jovem casal.

Com relação ao acusado, apesar de ser conhecido como Manoel grande, chamava-se Manoel Martiniano de Santana, tinha 40 anos, “vivía de roças”, era analfabeto e foi definido nos autos como de cor “cabra”, identificação que apontava certo vínculo com a escravidão, apesar da condição livre de Manoel, pois, no período em estudo, eram definidos como “cabras”, homens e mulheres “frutos das mestiçagens” entre “índios e negros, mulatos e negros, negros e brancos” (Almeida; Amorim, 2017, p. 159). Deste modo, como podemos ver, os principais sujeitos do processo crime pertenciam a segmentos sociais distintos.

Manoel, assim como outros companheiros de lida, morava na fazenda Quiricó e, como é possível inferir a partir dos autos, horas antes da agressão, trabalhava na companhia de outro trabalhador, apesar disso, alguns sujeitos que participavam de um adjutório na já citada

propriedade foram chamados para que “acudissem a uma desordem”, como podemos ler a partir do testemunho de José Amâncio (35 anos, lavrador, casado, morador da fazenda Quiricó):

[...] E sendo inquerido sobre os fatos constantes dos corpos de delito de fls. Respondeu que no dia três as cinco horas da tarde estando a trabalhar em uma roça de Tarquillo Correia Lima, dando a ele um adjutório como é costume entre os agricultores, chegou a procura dele testemunha e de outros que ali trabalhavam, um rapazinho a mando de Antônio Porfirio Correia Lima, dizendo-lhes que acudissem a uma desordem que se estava dando no lugar denominado macacos entre Manoel Grande, cor cabra, e Alexandre Correia Lima, ao que ele testemunha e seus companheiros atendendo ao chamado encontrarão o dito Alexandre e sua mulher, Dona Filomena em casa de Antônio Porfirio feridos e queixaram-se que o autor desses ferimentos havia sido o mesmo Manoel Grande devido a uma roçagem que o mesmo Manoel fazia perto da casa de Alexandre (IF-Baiano, 1888, p. 04).

Como podemos ler, apesar de ter sido chamado para “acudir” uma desordem, José Amâncio, ao chegar ao local da contenta, encontrou as vítimas já sendo socorridas na casa de Antônio Porfirio, afirmando ser Manoel grande o responsável pelas agressões. Além de José Amâncio, mais três testemunhas foram ouvidas na fase do inquérito: Manoel Soares (55 anos, viúvo, vive de roças, morador no Quiricó), Paulino (40 anos, vive de roças, solteiro) e Félix Batista dos Santos (42 anos, vive de lavoura, solteiro, morador no Quiricó). Consideramos o testemunho efetuado por Manoel Soares de extrema importância, pois ele estava trabalhando com o acusado no dia da contenta e relatou o seguinte:

[...] respondeu que sendo convidado ele testemunha por Manoel Grande para uma roçagem nos macacos, de fato foi fazer-la com o mesmo Manoel Grande e Faustino, mas que ao chegar ao lugar na terça-feira três do corrente principiou com os dois acima o trabalho e quando a roçagem se aproximando aos fundos da casa de Alexandre Correia Lima, ele testemunha observou a Manoel Grande que se fosse ele dono da casa de Alexandre certamente não gostaria que a roçagem fosse feita por tal modo perto da casa, ao que Manoel respondeu que a terra era sua e que o litígio ou discórdia que havia entre ele Manoel e Alexandre sobre a terra já estava terminado, pelo que ele testemunha prosseguiu no trabalho vendo por essa ocasião chegar a senhora de Alexandre, abrir a casa que estava de toda fechada e postou-se a porta do quintal vendo o trabalho sem que nada dissesse, depois do que, fechou novamente a casa e retirou-se assim como ele testemunha depois disto perto do meio dia, deixando de voltar a tarde por moléstia (IF-Baiano, 1888, p. 14).

Apesar de não ter presenciado a contenta, ao ser ouvido no inquérito, Manoel Soares, como podemos ler no trecho acima, trouxe um elemento pertinente sobre a relação entre Manoel grande e Alexandre Correia Lima: a existência de uma discórdia anterior entre

acusado e vítima sobre a terra que estava sendo roçada. Podemos imaginar, com essa informação, que os diversos encontros ocorridos entre Manoel e Alexandre, certamente, eram perpassados por dado grau de atrito e estranhamento, construindo-se assim uma escalada de tensões no cotidiano desses sujeitos. Com isso, o que seria um dia normal de trabalho preocupado com a limpeza do terreno progrediu para a prática de duas agressões físicas que tinham como pano de fundo a citada discórdia.

Infelizmente, não localizamos na fonte processual mais informações sobre a disputa de terra entre Manoel e Alexandre, mas o que podemos depreender da fala testemunhal era que, na perspectiva do acusado, a terra lhe pertencia e não existia mais desacordos sobre essa questão. Manoel grande só foi ouvido na fase ordinária do processo e, em juízo, afirmou que estava roçando “dentro de sua terra” (IF-Baiano, 1888, p. 57) e que teria sido provocado pelo casal, o que resultou no conflito “dentro da propriedade dele” acusado.

Entretanto, quando nos debruçamos sobre a fala da vítima na fase de inquérito conseguimos verificar, nitidamente, que Alexandre compreendia a situação a partir de outra perspectiva. Abaixo trouxemos a transcrição da fala do Correia Lima para que os leitores possam compreender melhor a afirmação feita acima:

Perguntado como se tinha passado o fato constante de fls. Respondeu que as três para quatro horas da tarde do dia de ontem chegando a sua casa na Fazenda Quiricó, depois de ter aberto a porta da frente pressentiu que no fundo da casa trabalhavam em roçagem, pelo que dirigiu-se mesmo a cavalo ao lugar em que trabalhavam e vendo que era Manoel grande, que sem permissão sua roçava no pé de sua porta de casinha, perguntou-lhe quem lhe havia autorizado de fazer aquela roçagem ao que Manoel grande respondeu que o fazia porque queria, então ele respondente disse-lhe que não consentia que ele prosseguisse no trabalho que arbitrariamente estava fazendo e por essa ocasião apossando-se do cavalo Manoel grande supondo talvez querer ele respondente obstar a força a roçagem deu-lhe por essa ocasião um empurrão que foi retribuído por outro por ele respondente que nessa ocasião Manoel grande marchou com o foice com que roçava, ameaçando mata-lo e de fato descarregou-a não empregando nessa ocasião o golpe porque em defesa ele respondente puxou pelo facão com que é costume andar em viagem e empregou-o em sua defesa, o que fez Manoel grande errar o golpe, concorrendo também para isso ter ele recuado o corpo motivando esta retirada ou movimento embarçou-se nas esporas e caiu de costas; do que aproveitando-se Manoel grande foi sobre ele arrancar-lhe o facão que conservava entre mãos, facão estes que depois de prolongada luta conseguiu arrancar por ter adormecido a mão [...]. depois do que Manoel grande de posse do facão fizera com este os diversos ferimentos que se vê nele respondente, sendo o primeiro no braço esquerdo por ter amparado o golpe que lhe era dirigido de alto a baixo, depois o da cabeça e em último lugar o do braço direito [...]. Perguntado se Manoel grande reside perto em lugar que possa a autoridade fazer-lhe auto de perguntas para esclarecimento do factos? Respondeu que sim, mora perto mas que consta a ele respondente

que temendo ser preso procurou abrigo na casa do Capitão Roberto Batista de Paiva, mas segundo informações que acaba de ter neste momento ele respondente de lá mesmo se retirou (IF-Baiano, 1888, p. 10).

Apesar de Alexandre ter afirmado, em juízo, ter “pressentido” que a atividade de roçagem estava sendo realizada no fundo da casa, acreditamos que sua esposa, provavelmente, comunicou a ele que a atividade de limpeza estava sendo realizada, afinal, como vimos no testemunho de Manoel Soares, Filomena teria visto, pela manhã, que a roçagem estava sendo efetuada. Se essa comunicação realmente aconteceu, não foi informada no inquérito, talvez, com o intuito de proteger a imagem de sua esposa, já bastante exposta devido a agressão.

Um aspecto que chama atenção no depoimento realizado por Alexandre relaciona-se a forma como a vítima teria interagido com o acusado ao confirmar que, de fato, a roçagem estava sendo efetuada nas proximidades de sua casa. Se Manoel grande compreendia que o terreno era seu, não havendo mais discórdia entre eles, Alexandre Correia Lima dirigiu-se verbalmente a Manoel utilizando expressões que denotavam a existência de uma relação de subserviência, de mando e de integral incômodo perante a roçagem realizada, segundo a vítima, sem sua autorização.

Essas expressões nos possibilitam afirmar que o jovem Alexandre não identificava Manoel, um senhor de meia idade, como seu igual, nem como dono do terreno roçado. Em contrapartida, ao afirmar que “fazia porque queria”, Manoel não aceitou ser colocado no lugar de subserviência e obediência irrestrita, como também não recuou de sua crença sobre o pertencimento da terra.

A historiadora Edinelia Maria Oliveira Souza na obra “*Memórias de mundos infames*”, assim como em outras pesquisas publicadas, observou que a “prática da meação, com o arrendamento de terras, além de, em menor medida, com a posse de pequenas propriedades” (Souza, 2025, p. 68) era uma realidade que marcou e marca a vida de trabalhadores e trabalhadoras rurais em todo o território do Recôncavo Baiano.

Souza afirmou ainda que, “desde o período colonial, a prática da agricultura de subsistência desenvolveu-se nos próprios domínios da grande lavoura que tinha como base a mão de obra escrava” (Souza, 2025, p. 68), deste modo, “era comum que escravizados recebessem um dia na semana para o cultivo de suas próprias roças” (Souza, 2025, p. 68).

Essa prática, segundo Souza, possibilitava aos sujeitos escravizados experimentar “momentos de relativa autonomia”, porém, criava-se também “a ilusão do direito à terra”. Apesar da historiadora refletir sobre a prática da meação a partir da relação “senhor de

engenho e cativos”, patentemente, sabemos que essa prática também ocorria entre sujeitos livres que ocupavam, entretanto, segmentos socioeconômicos diferentes, deste modo, nos arriscamos a escrever que, provavelmente, a terra roçada por Manoel poderia ter sido adquirida também por meio da prática da meação.

Como já afirmamos nas páginas iniciais, Macacos era uma localidade relativamente próxima da fazenda Quiricó, essa informação é confirmada pela planta topográfica da vila de Catu produzida por Nemésio Quintino de Menezes em 1888², na qual podemos ver também a proximidade com os engenhos Gameleira e Onça.

Na planta, diferente de outros terrenos, Macacos não foi definida como fazenda ou qualquer outra denominação que demonstrasse tratar de uma propriedade rural dentro dos moldes existentes no século XIX em Catu. Apesar disso, os indícios presentes no processo-crime nos permitem afirmar que era um território habitado e ocupado por membros da família Correia Lima como Alexandre e Antônio Porfírio e que, possivelmente, estava sendo explorado por homens sem posses como Manoel grande a partir da autorização de homens que pertenciam a famílias abastadas como os Correia Lima.

Essas autorizações e acordos, como podemos ver com o caso aqui apresentado, eram tensionados, afinal os sujeitos principais desses contratos poderiam ocupar, na comunidade catuense, espaços sociais distintos. Esses lugares eram atravessados por marcadores sociais como geração, classe e raça que condicionavam a confecção das experiências de gênero desses sujeitos, deste modo, com relação ao caso examinado nesse artigo, não era apenas o domínio de uma porção de terra que estava em disputa, mas também estava em atrito masculinidades que foram elaboradas a partir de vivências distintas.

Como já escrevemos acima, Manoel grande era um homem “mestiço” de meia idade, livre e trabalhador rural empobrecido, já Alexandre Correia Lima era um homem jovem, possivelmente, branco e pertencente a uma família proprietária de terras e de sujeitos escravizados, com isso, ambos tinham vínculos com a escravidão, porém a partir de lugares distintos: Alexandre enquanto proprietário de sujeitos cativos, Manoel enquanto descendente de escravizados. Por não experienciar a masculinidade do mesmo modo, Manoel e Alexandre assimilaram valores e virtudes associados ao masculino como coragem, valentia, probidade, honestidade, virilidade também de forma distinta.

² O acesso a planta da vila elaborada por Nemésio Quintino de Menezes em 1888 foi realizado a partir da leitura da dissertação de mestrado do historiador Joab Silva Santos intitulada “O crime do Catu: casamento e riqueza, crime e poder político no Recôncavo Baiano (1877 – 1888)”.

A análise comparada das falas efetuadas pelo acusado e vítima nos autos permitiu inferir que, diante o modo como eles verbalmente interagiram, processo que demonstrou que a vítima se identificava como hierarquicamente superior ao acusado, a prática da agressão física contra Alexandre foi a maneira encontrada por Manoel para garantir, em certa medida, que ele fosse, ao menos naquele momento de desentendimento, respeitado, tivesse a sua dignidade preservada.

Sem dúvida, ao longo de sua trajetória de vida, Manoel foi recorrentemente, devido a sua condição socioeconômica e ao seu vínculo com a escravidão, desrespeitado, maltratado por sujeitos que o viam como inferior, incluindo nesse grupo, Alexandre Correia Lima. Deste modo, a virulência de Manoel não é compreendida aqui como um elemento atávico relacionado ao fato dele ser um trabalhador empobrecido ou como uma prática voltada para a manutenção e controle de uma relação hierarquizada, mas sim como uma reação extrema perante uma abordagem verbal hostil, que poderia evoluir também para a agressão física, executada por alguém que o via como um sujeito de pouco valor.

Não podemos deixar de escrever, entretanto, que, predominantemente, a violência física e sua prática é compreendida enquanto um atributo utilizado para a afirmação da virilidade masculina, sendo um aspecto que demarcou e demarca a experiência de vida de todos os homens. Na obra “*A dominação masculina*”, Pierre Bourdieu afirma que assim como as mulheres são “submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, a negá-las” (Bourdieu, 2020, p. 86), os homens são socializados a exercer a dominação.

Nesse exercício de dominação ao qual os homens são socializados, a virilidade, “entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência” (Bourdieu, 2020, p. 88), é um componente definido pelo sociólogo como uma carga, uma cilada, pois “impõe a todo homem o dever” de afirmá-la, “em toda e qualquer circunstância”. Ainda segundo Bourdieu, “[...] a virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade [...]” (Bourdieu, 2020, p. 89), afinal a masculinidade é confeccionada a partir da exaltação de valores que se contrapõem aos “medos e as angústias que a feminilidade suscita” (Bourdieu, 2020, p. 89).

Com essa afirmação sobre virilidade enquanto atributo relacional, Bourdieu nos permite reafirmar que indicadores sociais como raça e classe interferem na forma com as masculinidades são construídas (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 254), deste modo, “[...] mesmo que alguns ideais sejam partilhados por homens de amplas camadas, há marcadores e

mesmo expectativas que fazem com que as histórias de vida dos diversos atores sejam marcadas por singularidades [...]” (Souza, 2024, p. 21).

Notoriamente, não podemos deixar de apontar a existência das solidariedades e cooperativismos masculinos, pois como vimos parágrafos acima, Manoel grande foi ouvido apenas na fase ordinária do processo devido ao fato de que ele teria se retirado do local aonde morava após o ocorrido e se abrigado na casa do Capitão Roberto Batista de Paiva. Além disso, verificamos ainda na documentação que Manoel foi defendido por um membro da família Araújo Góes, o advogado Antônio de Araújo Góes. (IF-Baiano, 1888, p. 21)

Deste modo, apesar das observações realizadas acima sobre a confecção das masculinidades ser atravessada por vivências relacionadas, dentre outros marcadores, a geração, a condição racial e socioeconômica dos homens, processo que, como vimos no caso de Manoel e Alexandre, poderia desencadear conflitos, contendas, as sociabilidades experienciadas por esses sujeitos como, por exemplo, nos espaços de trabalho possibilitavam também que estratégias fossem elaboradas para que indivíduos como Manoel, ao serem acusados da prática de um crime, fossem, em certa medida, acolhidos por homens que ocupavam outro lugar social na comunidade, o lugar de prestígio e poder.

Após o fim do inquérito, o ministério público acolheu e apresentou a denúncia ao poder judiciário catuense. No ano da ocorrência do crime, em 1888, o juiz municipal da Vila era o Doutor Ernesto de Paiva Leite, profissional do Direito que mantinha relações estreitas com figuras importantes da comunidade catuense como o Barão de Camaçari (Santos, 2025, p. 129). Na produção das vistas sobre as provas apresentadas com relação ao caso de lesão corporal, Leite foi favorável ao pronunciamento de Manoel Martiniano de Santana, como podemos ler abaixo:

Vistos estes autos

A denúncia de fls. contra o réu Manoel Martiniano de Santana, conhecido por Manoel grande, autos de corpo de delito de fls. 5 e fls. 7, autos de perguntas de fls. 8 e fls. 11, depoimentos das testemunhas do inquérito e da formação de culpa, provado está que o réu, no dia 03 de janeiro do corrente ano, no lugar denominado Macacos, deste termo, praticou nas pessoas de Alexandre Correia Lima e sua mulher Dona Filomena Alexandrina Liger os ferimentos e ofensas constantes dos corpos de delito, com cujo procedimento cometera o réu o crime previsto no artigo 205 do código criminal. Pelo que julgando procedente a denúncia contra o réu, o pronuncio como incurso no artigo 205, supracitado do código criminal, sujeito a prisão e livramento, [...], passe na forma da lei mandado de prisão contra o réu, lance o nome dele no rol dos culpados [...] (IF-Baiano, 1888, p. 56).

Com um discurso permeado pela brevidade, o juiz, como podemos ler, se acautelou exclusivamente das provas apresentadas em juízo, porém não se preocupou em registrar, reproduzir fragmentos dessas provas, limitando-se apenas a cita-las. Manoel grande foi incurso no artigo 205 do Código Criminal do Império Brasil (lei de 16 de dezembro de 1830) que tinha como pena “a prisão com trabalho por um a oito anos, e de multa correspondente à metade do tempo” e, ao ser pronunciado, foi julgado em 1891 por um júri formado, exclusivamente, por homens que eram moradores da vila de Catu, incluindo-se, nesse grupo, Paulino de Araújo Góes, o Barão de São Miguel, escolhido para presidir o júri. Esses sujeitos tiveram a incumbência de responder as seguintes perguntas:

Quesitos

- 1º. o réu Manoel grande, no dia 03 de janeiro de 1888, no lugar denominado Macacos, ter nas pessoas de Alexandre Correia Lima e Filomena Alexandrina Liger produzido os ferimentos, constantes do corpo de delito de fls.?
- 2º. o réu cometeu o crime com superioridade em força e sexo?
- 3º. o réu cometeu o crime com surpresa?
- 4º. existem circunstâncias atenuantes em favor do réu?

Em 26 de agosto de 1891, apesar da confissão feita em juízo pelo réu, decidiu-se em conjunto e por unanimidade pela absolvição de Manoel grande, pois, respondendo aos quesitos acima, na percepção do júri, o réu “Manoel grande não fez nas pessoas de Alexandre Correia Lima e Filomena Alexandrina Liger os ferimentos constantes do corpo de delito de fls.” (IF-Baiano, 1888, p. 69). Apesar de ter agredido membros de duas famílias abastadas de Catu, Manoel grande contou com a ajuda de homens também pertencentes a uma família abastada, os Araújo Góes, pois como vimos acima, seu advogado era membro dessa família e o cidadão catuense que presidiu o júri era o poderoso Barão de São Miguel, também um Araújo Góes.

A partir dos registros feitos na documentação, não há como mensurar a influência exercida pelo Barão na decisão do júri, porém arriscamos a conjecturar que a sua presença ilustre, notoriamente, condicionou a ocorrência da absolvição por unanimidade, afinal, a partir da nomeação de Antônio de Araújo Góes como advogado, conseguimos perceber que era de interesse dessa família que Manoel não fosse condenado, apesar de tratar-se de um conflito que, possivelmente, era recorrente na comunidade catuense.

Será que naquele momento da história do município, as famílias Araújo Góes e Correia Lima estavam em desafeto? Infelizmente, não podemos responder com integral certeza, porém a leitura da dissertação de mestrado do historiador Joab Silva Santos trouxe à

tona o fato de que um membro da família Correia Lima, Francisco Batista Correia Lima (proprietário do engenho Sapé), era próximo de três sujeitos que foram, a mando do Barão de Camaçari (Antônio Calmon de Araújo Góes), brutalmente atacados no ano de 1884: Francisco Maia, Secundino Rabelo e José Freire (Santos, 2025, p. 66).

Diferente do caso de Manoel grande, o crime cometido em 1884 ganhou repercussão nacional ao ponto de ser denominado pela imprensa como “o crime do Catu”, afinal o principal sujeito do processo, Barão de Camaçari, possuía prestígio e influência política na Bahia e no Brasil. A disputa em torno de uma herança e as diversas contentas protagonizadas por homens que se beneficiariam da partilha foram os elementos que desencadearam a emboscada e o espancamento brutal sofrido pelos sujeitos citados acima, com isso, masculinidades também estavam em conflito, afinal não apenas homens poderosos estavam envolvidos, mas também homens escravizados que, devido à violência da escravidão, precisaram obedecer e executar às ordens efetuadas pelo Barão, seu senhor.

Conclusão

No período no qual o processo-crime estudado nesse artigo foi instaurado, a sociedade brasileira, devido, principalmente, a escravidão, era ostensivamente hierarquizada e, com isso, extremamente violenta. Como vimos, essa violência não permeava apenas as relações entre “senhores” e “cativos”, mas também fazia parte da realidade de vida de muitos homens livres, com posses ou não.

Nesse mesmo período, o domínio da terra era, para alguns, sinônimo de poder e prestígio, e, para outros, de trabalho árduo e subsistência, deste modo, litígios em torno do uso e da posse da terra foram recorrentes no Brasil Imperial, inclusive, em Catu. Essas disputas, como vimos a partir dos rastros presentes nos autos processuais, eram permeadas por tensões cotidianas que, ocasionalmente, “explodiam” em agressões físicas como as protagonizadas por Manoel grande e Alexandre Correia Lima.

O caso de Manoel e Alexandre demonstrou que, apesar da prática da violência ser considerada um mecanismo de manutenção das desigualdades e hierarquias sociais (Soihet, 2002, p. 270), reforçando as relações de poder, a agressividade, desembaraçadamente, poderia partir de alguém desprivilegiado. Ainda assim, as práticas violentas efetuadas por agentes aparentemente atípicos traziam à tona as assimetrias sociais que demarcavam e demarcam as relações interpessoais entre homens.

No quadro de criminalidade que conformou a realidade catuense no século XIX, permeado, majoritariamente, pela presença masculina, diversas outras motivações poderiam ser, perante a polícia, apresentadas para justificar a prática das agressões, a disputa de terra é apenas um exemplo possível que nos foi apresentado na análise da fonte processual. Nesse exercício de análise documental, partimos da premissa de que o elemento que nutria as práticas violentas entre homens era a forma como as masculinidades, atravessadas por relações de poder, estavam sendo confeccionadas e como elas interagiam, afinal vimos a partir das informações contidas nos autos que os sujeitos que protagonizaram a agressão física eram homens de segmentos sociais distintos, com uma considerável diferença de idade, além de terem uma relação dessemelhante com a escravidão.

Notoriamente, Alexandre, enquanto membro da família Correia Lima, o que lhe garantia prestígio social em uma sociedade escravista e patriarcal, ao ser agredido e ter sua esposa agredida também por alguém que ele considerava como subordinado, sentiu-se maculado, desonrado, apesar de reflexões dessa natureza não serem apresentadas em sua fala nos autos processuais.

Com isso, não podemos deixar de escrever que ao invés de revidar “arquitetando” uma emboscada, por exemplo, Alexandre optou por procurar a polícia e a justiça na tentativa de reparação de sua honra. Essa escolha civilizada era necessária pois a honra era e é um atributo que regula a vida social e que precisa do assentimento de outros sujeitos, não apenas da autovalidação, então é indispensável “agir para resguardá-la e se manter em conformidade com as regras sociais” (Sutil, 2020, p. 38).

Por fim, devemos salientar ainda que os vínculos existentes entre Manoel e homens como o capitão Roberto Batista de Paiva e a posterior absolvição do réu, apesar da confissão feita em juízo, atestam as afirmações realizadas pelo historiador Marcelo S. Oliveira no tocante a relação entre influência política e social dos proprietários de terra e senhores de engenho e impunidade perante o judiciário.

Fonte:

IF-Baiano, *Campus Catu*, sessão judiciária, cx. 05, doc. 05, 1888.

Referências

ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de; AMORIM, Amanda Moreira de. Um cabra de cor ou um cabra da mãe: dinâmicas de sentido para “cabra” entre os séculos XVI e XIX. **Filol. Linguíst. Port.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 143-161, jan./jun. 2017.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano**. Açúcar, fumo e mandioca no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. KÜHNER, M. H. (trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 18ª ed., 2020.

CONNELL, Robert W; MESSERMISCHDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2013, v. 21, n. 1.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. **A imperial vila de Sant'Anna do Catu**. Histórias de uma comunidade escravista no Recôncavo Baiano. Salvador: Quarteto, 2015.

SANTOS, Joab Silva. **O crime do Catu**: casamento e riqueza, crime e poder político no Recôncavo Baiano (1877 – 1889). Dissertação de mestrado (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

SOUZA, Cleudiza Fernandes de. **Leis dos homens, leis da justiça**: masculinidades, crime e racialização no imediato pós-abolição no oeste mineiro (Oliveira, 1888 – 1928). Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024.

SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. **Memórias de mundos infames**: subalternidades e (re)existências negras no Recôncavo sul da Bahia, EDUNEB, 2024.

SUTIL, Séfora Semíramis. **Os sentidos da honra**: virtudes femininas no universo masculino da região de Formiga – MG (1820 – 1870). Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2020.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Projeto História**, São Paulo, v. 25, p. 269 – 289, 2002.

VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

**“Desnaturadas, bárbaras e cruéis”: as mulheres e o crime de infanticídio na Salvador
republicana (1890-1930)**

*“Unnatural, barbaric and cruel”: women and the crime of infanticide in republican Salvador
(1890-1930)*

Tainara Santos de Santana¹, UNEB

Resumo

Este artigo analisa dois crimes de infanticídio cometidos por mulheres na cidade de Salvador durante a Primeira República, sob a perspectiva do gênero. Investigam-se também as motivações, os conflitos e as estratégias de resistência das réus, bem como as narrativas construídas em torno dessas figuras, frequentemente retratadas como cruéis. Portanto, trata-se de uma reflexão crítica sobre as relações entre gênero, crime, justiça e imprensa, buscando compreender a atuação feminina no contexto social soteropolitano entre o final do século XIX e início do XX.

Palavras-chave: Mulheres; Infanticídio; Salvador.

Abstract

This article analyzes two crimes of infanticide committed by women in Salvador during the First Republic, through a gender perspective. It investigates the motivations, conflicts, and resistance strategies of the defendants, as well as the narratives constructed around these figures, who were frequently portrayed as cruel. Therefore, it constitutes a critical reflection on the relationships between gender, crime, justice, and the press, seeking to understand female agency within the social context of Salvador between the late 19th and early 20th centuries.

Keywords: Women; Infanticide; Salvador.

Introdução

As mulheres aqui estudadas foram julgadas, com base no Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, instituído em 11 de outubro de 1890. Criado de forma pregressa, o código republicano acaba sendo elaborado antes da Constituição, que foi promulgada, no ano seguinte, em 24 de fevereiro de 1891. Composto por quatro livros, o dispositivo penal de 1890 divide-se em 412 artigos e 13 títulos que abrigam crimes da mesma espécie.

O Art. 298 caracteriza o infanticídio como o ato de “matar recém-nascido, isto é, infante, nos sete primeiros dias de seu nascimento, quer empregando meios diretos e ativos, quer recusando à vítima os cuidados necessários à manutenção da vida e a impedir sua morte”. A pena prevista para este crime variava de seis a vinte e quatro anos de prisão.

¹ Graduada em História – Licenciatura pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail para contato: Tainarasantanahist@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6680232572537598>.

Todavia, o parágrafo único estabelecia uma sanção mais branda: se a genitora cometesse o delito para ocultar desonra própria, a pena seria reduzida para o intervalo de três a nove anos.

A partir dessa base legal, busca-se compreender como os discursos jurídicos e sociais se articulavam em torno da figura da mulher que mata. Quando levadas ao júri por infanticídio, as rés podiam utilizar a lei para tentar escapar da condenação ou atenuar a pena, evocando a honra como justificativa para o assassinato dos filhos. Sob outro viés, juízes, delegados e promotores analisavam o caráter da acusada, avaliando, por meio de seu comportamento, se esta era uma "mulher honrada" para embasar tanto a acusação quanto a defesa.

Com o objetivo de traçar um panorama da cidade de Salvador entre o final do século XIX e o início do século XX, articulando o contexto urbano, as experiências femininas e os crimes de infanticídio, discutiremos o mito do amor materno como elemento fundamental na construção das representações sociais sobre essas personagens. Também serão abordados os casos de Maria Apolinara e Maria Brasília, jovens negras e pobres cujas trajetórias de vida foram marcadas por tal crime.

A presente investigação analisa o crime de infanticídio a partir desses casos que estão custodiados no Arquivo Público da Bahia (APEB). Esta documentação, em diálogo com os periódicos consultados no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, permite uma imersão na micro-análise das relações sociais da época. Ao reduzir a escala de observação, conforme propõem Carlo Ginzburg (2006) em *O Queijo e os Vermes* e Natalie Zemon Davis (1987) em *O Retorno de Martin Guerre*, busca-se captar não apenas o ato delituoso, mas as experiências cotidianas, o mundo do trabalho e as estratégias de sobrevivência dessas sujeitas anônimas frente às violências de um espaço-tempo concreto. As fontes jornalísticas oferecem o contraponto necessário para o estudo das representações, revelando como a narrativa social sobre a mulher criminosa era construída de forma intencional e simbólica na virada do século, conforme os mecanismos de controle social da classe trabalhadora discutidos por Sidney Chalhoub (1986) em *Trabalho, Lar e Botequim*.

Para dar sustentação a esta análise, recorreu-se a um quadro teórico que privilegia as dinâmicas de poder e gênero. Através das lentes de Michel Foucault (1975) (1988), especialmente em obras como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*, compreende-se como as instituições operavam na disciplina dos corpos e na gestão dos desvios cotidianos. Esse exercício de poder é confrontado com o conceito de representação em Roger Chartier

(1990), que em *A História Cultural: Entre Práticas e Representações* ensina que tais construções não são neutras, mas sim ferramentas de distinção social. No que tange ao gênero, a interlocução com Joan Scott (1995) é fundamental para tratar a categoria como elemento constitutivo das relações sociais, enquanto Raquel Soihet, no seu livro *Condição Feminina e Formas de Violência* (1989), fornece a base necessária para pensar a especificidade da criminalidade feminina. Por fim, a pesquisa ancora-se na perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez (2020) em *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano* e na historiografia do pós-abolição baiano de Wlamyra Albuquerque (2009) e Walter Fraga (2006), situando estas mulheres em um contexto de exclusão e re-existência frente aos estigmas da Primeira República.

O mito do amor materno

Lúcia Cremonini, jovem de 25 anos que trabalhava para famílias abastadas, foi desvirginada por um padre em uma noite de carnaval. Ao descobrir a gravidez, Lúcia optou por matar a criança logo após o parto, ferindo-lhe o pescoço com uma faca. As circunstâncias da época provavelmente a impeliram ao crime, dado o estigma de ser mãe solteira e engravidar de um clérigo. Após o ato, Lúcia desmaiou e foi encontrada por vizinhas, que alertaram o escrivão. Embora tenha negado o crime inicialmente, a arma encontrada no local a denunciou, levando-a ao julgamento e à condenação à morte. Essa história, narrada pelo historiador italiano Adriano Prosperi em *Dar a alma: história de um infanticídio*, ambienta-se na Europa do século XVIII, mas pouco difere da experiência de mulheres no Brasil da virada do século XIX para o XX.

Em 12 de fevereiro de 1923, o jornal *A Tarde* veiculou em sua coluna sobre “Assuntos Religiosos”, um texto que abordava o mérito e o valor da mulher como mãe, além disso propunha uma reflexão sobre o papel e o comportamento ideal para as progenitoras da época, enfatizando a dignidade e a moralidade como pilares da maternidade. Esta fonte nos revela como o modelo cultural e religioso operava em conjunto com o projeto higienista da medicina. Segundo Martins (2010), essa formação não se restringia aos consultórios, mas utilizava a escola e as revistas femininas como mecanismos de controle para preparar as mulheres para o “exercício de seu papel de mães”:

As escolas não seriam as únicas responsáveis pela formação das mulheres com vistas ao exercício de seu papel de mães. Dentre as múltiplas vozes que se uniram nas páginas das revistas femininas em defesa do discurso maternalista, as dos médicos higienistas tornaram-se crescentemente

audíveis na década de 1920. Preservando o ideário e o modelo pedagógico proposto por Moncorvo Filho no início do século, ancoravam-se nos pressupostos da higiene[...] Assim, informados pelos conhecimentos da eugenia e embebidos da atmosfera nacionalista que enxergava a viabilidade brasileira através de suas crianças, tais médicos justificariam uma necessidade urgente e imperiosa de preparar as mulheres para ser mães (Martins, 2010, p. 170).

A ideia de amor materno como um destino inescapável revela um profundo enraizamento das estruturas que, ao romantizarem a maternidade, desconsideram as experiências individuais e os contextos que podem tornar essa condição uma imposição, e não uma escolha. Assim, compreende-se que a maternidade não era apenas um valor cultural, mas uma estratégia de controle para limitar a atuação feminina em outras esferas, exigindo a aceitação do destino mesmo diante de violências.

Por outro lado, lidar com uma gravidez inesperada era um desafio; para evitá-la, algumas mulheres recorriam a métodos abortivos, prática comum no início do século XX. Utilizavam-se massagens, banhos e chás; quando não dominavam tais técnicas, recorriam ao auxílio de terceiros.

O debate público sobre o tema, porém, era hostil. Em 1915, o jornal *A Notícia*, suscitou um debate acerca da violência sexual de soldados alemães contra mulheres belgas de francesas, durante a Primeira Guerra Mundial, abrindo margem a indagação sobre o aborto ser permitido ou não em casos de violência (A Notícia, 27/07/1915). Ao consultar autoridades locais, o periódico registrou a oposição ferrenha de figuras como o Dr. Pacifico Pereira que afirma “perante o direito e a moral julgo inadmissível a provocação do aborto no caso em questão. Seria pretender apagar a mancha infame de um crime hediondo com outro não menos detestável e atroz” (A Notícia, 15/07/1915).

Na opinião do Afrânio Peixoto:

[...] Toda a sociedade constituída, toda a organização de direito, tem fundamento implícito no respeito inviolável a vida humana. [...] Este respeito à vida começa no momento da fecundação e vai até o último alento da criatura [...] A pratica do aborto será, pois, criminosa [...] (A Notícia, 09/09/1915).

É nesse cenário de profundas pressões sociais e silenciamentos estruturais que se inserem as trajetórias de Maria Brasília e Maria Apolinara. Ao perscrutar os processos-crimes (fontes judiciais que constituem o *corpus* desta pesquisa), nota-se uma ausência de menções ao aborto. Tal lacuna documental permite inferir não apenas uma possível omissão estratégica

das rés, mas também uma precariedade de acesso a redes de solidariedade ou métodos de interrupção da gestação em contextos de extrema marginalidade.

A análise dos rastros deixados por Maria Brasília e Maria Apolinara possibilita um questionamento sobre as motivações subjacentes ao infanticídio. Para além da dicotomia entre presença ou ausência do “amor materno”, emerge a necessidade de observar as intersecções entre pobreza, raça e gênero na cidade de Salvador do pós-abolição. Para essas mulheres, a gravidez poderia não ser cercada por expectativas de celebração, mas sim pelo risco iminente da perda do emprego doméstico e da exclusão definitiva dos espaços de sociabilidade.

Nesse sentido, o infanticídio pode ser interpretado como um ato de desespero absoluto diante de uma estrutura que lhes negava o direito à assistência e lhes impunha o peso da “honra” como moeda de sobrevivência. Maria Brasília e Maria Apolinara deixam de ser meras estatísticas criminais para se tornarem sujeitos históricos que denunciam, através de suas tragédias, a falência de um sistema que criminalizava a miséria sob o manto da moralidade burguesa.

Do defloramento ao infanticídio

Na década de 1920, em Salvador, as trajetórias de Maria Brasília de Jesus e Maria Apolinara emergem dos autos de processos-crime como exemplos da vulnerabilidade social e econômica de mulheres negras no pós-abolição. Ambas compartilhavam trajetórias semelhantes; eram jovens, negras, trabalhavam no serviço doméstico e passaram por situações de violência que resultaram em defloramento. Uma foi deflorada pelo seu patrão, enquanto outra foi atacada na rua, ao retornar para casa após participar de uma festa que acontecia na cidade². Seus casos revelam como as violências de gênero e raça, entrelaçadas à estrutura de classe, foram determinantes em suas histórias.

No dia 01 de junho de 1923, Cândido, um menino de 12 anos, estava no quintal de D. Maria Gomes, procurando uma folha, popularmente conhecida como “vassourinha”, quando se deparou com um cachorro comendo algo, que de início ele afirma não ter conseguido identificar, pois estava sujo de lama. Aquilo que o garoto Cândido encontrou eram partes do bebê de Maria Brasília, que havia sido enterrado por ela dias antes naquele quintal. Com 17 anos, solteira e alfabetizada. Brasília residia na casa da patroa, D. Maria Gomes, no Largo do Tanque, n.º 555. Três dias antes do achado, ela teria dado à luz e enterrara a criança durante a

² Acredito que esses dois casos poderiam ser classificados pela justiça como estupro. Contudo, ao longo de todo o processo, os acontecimentos vivenciados por elas são denominados como defloramento, e, por essa razão, utilizamos essa terminologia na pesquisa.

madrugada. Em seu depoimento, explicou que o filho da patroa, Américo Faustino da Silva, a havia deflorado no sótão da residência.

Ao depor, Américo Faustino da Silva, 21 anos, solteiro e pintor, negou qualquer relação sexual com a jovem, classificando a acusação como calúnia. Afirmou não ter prestado atenção na sua gravidez, com a justificativa que saía de manhã para o trabalho e só chegava à noite, o que, impediria ele de perceber qualquer mudança no corpo de Maria Brasília. As respostas dadas por Américo Faustino durante seu depoimento são breves e afirmando sempre não ter nenhuma relação com o fato. Suas respostas breves e defensivas me intrigam e sinais como esse sugerem um desejo de encerrar o interrogatório rapidamente, o que pode indicar tanto o medo diante das autoridades quanto uma possível ocultação de culpa.

Em 1925, registra-se na 1ª delegacia auxiliar no distrito de Nazaré, o caso de Maria Apolinara, 18 anos, solteira, preta, analfabeta. Natural de Santo Amaro, viera para Salvador trabalhar no serviço doméstico. Em seu depoimento, Maria Apolinara afirmou ser a responsável pelo fato que lhe é atribuído, o crime de infanticídio, e pede licença para contar todo o fato desde o princípio. Ela afirma que namorava um soldado do décimo nono batalhão, mas não sabe, nem pode dizer que ele era o pai da criança, pois afirma que não manteve relações sexuais com esse namorado. Nesse entremeio, relatou que, em janeiro daquele ano, ao voltar de uma festa no Rio Vermelho, foi agarrada e deflorada por um desconhecido. Afirmou também que “não se queixou, nem disse nada a pessoa nenhuma, com vergonha do fato e porque não julgou que o fato tivesse esta consequência”.

Essa "consequência" incidia sobre essas mulheres devido às suas próprias condições de vida. Segundo Maria Aparecida Sanches (1998), as violências submetidas às domésticas no pós-abolição não se restringiam aos castigos físicos; os casos de estupro eram igualmente comuns devido à vulnerabilidade no ambiente doméstico. Encontrando-se sob o domínio dos patrões e devido a uma triste herança colonial, estas mulheres, em sua maioria negras, tinham seus corpos lidos como territórios de posse. A permanência das domésticas na órbita de controle patronal, aliada à impunidade masculina, facilitava a reprodução desses abusos.

A racialização do pós-abolição é central aqui: mulheres negras não estavam protegidas nem nas casas, como Brasília, nem nas ruas, como Apolinara. A ocultação da gravidez por Brasília, movida pelo medo, e o silêncio de Apolinara, possivelmente pelo estigma, demonstram como o infanticídio se tornava uma saída desesperada para preservar a "honra". Um ato que buscava não apenas ocultar o crime, mas também o motivo da sua vergonha, fruto de um defloramento. Dito isto, o que seria o defloramento? Segundo Código Penal de 1890, o

defloramento consistia em tirar a virgindade de uma mulher menor, mediante sedução, engano ou fraude, sendo um crime contra os costumes (Brasil, 1890).

A historiadora Tânia Mara Vasconcelos, em sua tese de doutorado *Sertanejas “defloradas” e “Dom Juans” julgados: relações sexoafetivas de mulheres pobres em processos de crimes contra os costumes em Jacobina – Bahia (1942-1959)* afirma que o termo “defloramento” remete à “defloração”, isto é “queda das flores”, legitimando a associação da mulher com o corpo, um corpo que deveria ser mantido “imaculado” até o casamento, conservando a sua flor, simbolizada pela integridade do hímen (Vasconcelos, 2018).

É importante evidenciar, a distinção jurídica entre o “estupro” e “defloramento”. O segundo exigia uma relação prévia de afeto ou sedução, enquanto o primeiro requeria o emprego da violência. Em processos-crimes de defloramento é bem comum que venha acompanhado por cartas entre as partes, evidenciado as trocas que existiam entre os envolvidos no processo. O que não percebemos nos processos de infanticídio aqui analisados. As acusadas não mantinham nenhuma relação afetiva com seus defloradores.

Sob outro viés, nos autos, a “honestidade” das rés era constantemente questionada: “Qual o procedimento desta moça?” “Com que andava? “Se era uma mulher de boa índole?” eram comuns que aparecessem nos processos-crimes que envolviam mulheres no início do século XX. A República brasileira pretendia tornar a sociedade num lugar, segundo eles, civilizado, sendo a honra da mulher uma conquista da civilização (Castro, 1932). Dessa forma, é possível perceber nos processos como esses “homens da lei” lidavam com os acontecimentos nas delegacias, sendo assim os valores criados por eles, circulavam na sociedade e influenciaram diretamente as decisões em juízo.

A República brasileira passava por um momento de ordenamento dos seus códigos morais e de costumes. Nesse contexto, a honra familiar passou a ser controlada pelo Estado por de diversos mecanismos que envolviam a sociedade; assim, comportamentos considerados “normais” eram amplamente difundidos, visando normatizar as condutas, em especial as das mulheres. Ao julgar se uma mulher era “honesta” ou não, as autoridades levavam em consideração os mais diversos elementos, como as vestimentas, os lugares que frequentava e os horários em que circulava pelas ruas, entre outros fatores.

A preocupação com a conduta situava-se num contexto político e social mais amplo. Não se resumia simplesmente num elemento legal para completar os pré-requisitos de um crime sexual: não se ligava apenas à repressão de um ato criminoso ou à retribuição pertinente ao caso. Pela influência da escola

jurídica positivista, o julgamento de um crime levava em conta a defesa social, pois o crime atingia toda a sociedade, e a conduta total do réu, no sentido de se determinar seu grau de periculosidade. Os juristas estavam, como os médicos, imbuídos na missão de formar cientificamente o cidadão completo, cumpridor de papéis interdependentes: trabalhador, membro de uma família e indivíduo higienizado (moradia, lazer e corpo saudável, por exemplo). O aprofundamento das correlações entre honestidade, moral e bom trabalhador, no meio jurídico, formavam um triângulo referencial riquíssimo na sociedade que se desejava formar (Esteves, 1989, p. 41).

No processo envolvendo Maria Apolinara, sua conduta foi amplamente questionada durante as investigações, evidenciando o julgamento moral direcionado às mulheres da época. Interrogações sobre o hábito de sair à noite e suas companhias eram feitas às testemunhas, numa tentativa de associar seu comportamento social ao crime. Apesar disso, os relatos afirmaram que Apolinara era uma jovem tranquila, de boa índole e honesta, ressaltando sua postura respeitável dentro da rede de sociabilidade a que pertencia. Tais atestados de “boa conduta”, contudo, não foram suficientes para evita sua prisão; no dia 22 de julho de 1925, ela foi detida sob acusação de infanticídio.

Mesmo em menor escala se comparadas aos homens, as mulheres também cometiam infrações. Boris Fausto (1984), ao cruzar dados brasileiros com pesquisas internacionais, conclui que a criminalidade feminina é quantitativamente inferior à masculina, mas frequentemente ligada ao universo doméstico. Nesse sentido, observam-se semelhanças fundamentais entre os casos analisados: tanto Maria Apolinara quanto Maria Brasília residiam na casa de seus empregadores e foram por eles denunciadas. Tal situação evidencia a dinâmica de poder desigual no ambiente doméstico, onde as trabalhadoras, além de exercerem funções subalternas, ficavam expostas ao controle rígido e vigilante de seus patrões.

A construção do “amor materno” como instinto natural impunha expectativas rigorosas sobre as mulheres; contudo, nem todos podem ou desejavam viver essa realidade. O crime de infanticídio não pode ser reduzido a uma simples recusa da maternidade. Dialogando com a historiadora francesa Michelle Perrot, em *Os silêncios do corpo da mulher*, compreende-se que este ato era, muitas vezes, o último recurso de jovens sozinhas:

O infanticídio, praticado sobretudo em situação de sedução que cria o perigo do nascimento ilegítimo, é o recurso de camponesas, jovens, sozinhas, na maioria das vezes criadas, no campo ou na cidade, que, tendo procurado dissimular a gravidez sob as pesadas dobras da saia ou do avental, ou tentado “livrar-se” da criança com a prática de exercícios violentos, vêem-se literalmente coagidas a matá-la para preservar a honra. Aqui se chega às mais remotas profundezas do silêncio solitário (2003, p. 113).

Assim, o infanticídio carrega significados profundos sobre as desigualdades de uma sociedade que colocava a mulher negra em posição de fragilidade absoluta. Os motivos variam desde dificuldades financeiras até a necessidade de ocultar uma gravidez condenada socialmente. A análise dos processos de Maria Brasília e Maria Apolinara revela que a retirada da vida dos filhos surge como desfecho de gestações oriundas de violência. O infanticídio, portanto, não é só um crime; é um reflexo das estruturas sociais e culturais que sufocavam suas escolhas e impunham julgamentos implacáveis as mulheres.

Como ambas eram trabalhadoras domésticas, a decisão configurava-se também como uma estratégia de sobrevivência. Um filho fora do casamento poderia resultar na demissão e no despejo, ameaçando o único sustento disponível. No caso de Apolinara, era uma jovem vinda do interior, com apenas sua irmã de parentesco na capital. Após ser violentada, sem saída, possivelmente, ela parece ter visto no infanticídio a única forma de lidar com as consequências de uma violência que não pôde evitar.

As “mães cruéis” e a imprensa

Os jornais que circulavam no início do século XX, na cidade de Salvador, constituem uma fonte documental privilegiada para o estudo das mulheres criminosas, revelando as tensões entre as práticas cotidianas e as representações morais da época. Frequentemente, a imprensa retratava as acusadas de forma negativa, utilizando termos estigmatizantes para descrever aquelas que cometiam o infanticídio. Essa construção discursiva intensificava o julgamento moral e influenciava a percepção pública. Consoante com Roger Chartier, as lutas de representações possuem tanta importância, quanto as lutas econômicas para compreensão dos mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (1990, p. 17).

É perceptível que a imprensa desempenhou um papel crucial na disseminação de ideias que reforçavam os discursos hegemônicos elaborados por juristas e médicos. Com uma retórica pautada na lógica patriarcal, os periódicos rotulavam mulheres que fugiram dos padrões de comportamento estabelecidos como “normais”. Adjetivos como “desviantes”, “desordeiras”, “turbulenta”, “perigosas”, “cruéis” e “desnaturadas” substituíam a palavra “mulher” em notícias sobre infrações. Assim, os jornais não apenas informavam, mas formavam uma opinião pública que repudiava figuras femininas consideradas ameaças à ordem social.

Em 04 de maio de 1923, o jornal *A Tarde* noticiou a prisão de mulheres que “perturbavam o sossego público” na Rua do Paço.

Quase diariamente a polícia da seção do delegado Lustosa, vinha recebendo queixas contra umas mulheres desocupadas, que levam dia e noite a alarmar a rua do Paço e imediações, promovendo desordens, com ofensas a moral. Ultimamente o rebanho das três mulheres foi engrossado por um indivíduo, também vagabundo, fato que deu maior vulto aos distúrbios, tornando-se por isso mais animadas as reclamações. A autoridade chamada insistentemente a pôr um paradeiro das desordens dos vagabundos, efetuou, ontem, á tarde a prisão de todos eles. Na presença do delegado, deram os seus nomes: Maria Lydia, Saturnina Laura dos Santos, Idalina Moniz do Sacramento e Luiz Antônio. Os quatro continuam sob chaves até segunda ordem (*A Tarde*, 04/05/1923).

Este episódio revela a rigidez dos códigos morais do período republicano; o termo “desocupadas” servia para desqualificar a conduta social de mulheres populares e sua presença no espaço público. O “crime” cometido por elas era o atentado à moral, pilar central do ordenamento social urbano de Salvador, em que qualquer comportamento considerado fora dos padrões estabelecidos era duramente punido. O fato de terem sido conduzidas à prisão por tempo indeterminado demonstra como o sistema jurídico e policial da época estava alinhado com a manutenção da ordem moral e com a punição exemplar daqueles que perturbavam a ordem e atentavam contra o que era considerado um ideal de moralidade.

Em janeiro do mesmo ano, outras notícias destacaram casos semelhantes. Maria Graciliana foi detida após tentar agredir uma companheira, é destacado que “foram precisos dois policiais para que a mulherzinha acesse em seguir para o xilindró” (*A Tarde*, 15/ 01/ 1923) o jornal provavelmente utilizou o diminutivo pejorativo “mulherzinha” para ridicularizá-lá. Já em 20 de janeiro, a imprensa salientava que na Rua do Saldanha eram registrados espetáculos praticados por “mulheres sem classificação social” expressão que sugeria a marginalidade e, possivelmente, prostituição. haja vista que a região da Sé, no início do século XX, era conhecida por abrigar casas de prostituição. O jornal descrevia essas mulheres como perturbadoras que ordem pública que “ofendendo a moral pública com escarcéus e palavras de baixo calão” (*A Tarde*, 20/01/1923). Essas mulheres foram conduzidas até a delegacia para prestar depoimentos ao delegado.

Quando noticiavam o infanticídio, os jornais alteravam o léxico para adjetivos e comparavam as mulheres a “feras” e “seres cruéis”. No jornal *A Capital*, de 19 de outubro de 1926, a notícia sobre um recém-nascido encontrado ressaltava a recorrência desses achados “Mais um crime de infanticídio: o cadáver do recém-nascido encontrado ontem, no Beco do

Pedroso” (A Capital, 19/10/1926). Esse cenário contrasta com registros judiciais: enquanto a imprensa sugeria uma prática cotidiana, no Arquivo Público da Bahia, foram localizados apenas os processos de Maria Brasília de Jesus e Maria Apolinara.³ Essa disparidade pode ser explicada pelo contexto de saúde da época. Com altas taxas de mortalidade infantil e partos domiciliares, muitas mulheres justificavam a ausência da criança afirmando que o bebê nascera sem vida, dificultando a comprovação do crime.

Nas notícias, geralmente, não aparece o nome da pessoa que cometeu o crime, mas remetem sempre a mulher como culpada colocando-as no lugar de uma “*miserável criatura*”, esse tipo de linguagem, carregada de juízos morais, colocava as mulheres em uma posição de extrema vulnerabilidade, pois as apresentava não apenas como criminosas, mas também como figuras moralmente degeneradas, que mereciam desprezo. Ao focar apenas na figura feminina como culpada, os jornais não só reforçavam estereótipos sobre a maternidade ideal e o papel da mulher na sociedade, como também mobilizavam a opinião pública para julgar e punir severamente essas mulheres, alimentando um ciclo de criminalização e exclusão.

Um caso emblemático publicado em *A Capital* (15 de fevereiro de 1927) narra o crime de Helena Ramos Soares, no bairro do Uruguai. Ao chegar na maternidade Climério de Oliveira na manhã do dia 11 de fevereiro, acontece um verdadeiro alvoroço, pois Helena traz consigo a cabeça decepada do seu bebê. Helena era casada com João de Tal, mas ela teria abandonado o mesmo para residir com sua mãe. Ao dar à luz ao bebê no matagal existente no fundo de sua casa, Helena degola seu filho e atira o corpo no mangue. Ela declara para sua mãe que a criança nasceu morta, o que é confirmado a partir do exame procedido pelo médico legista. “Teremos uma perversidade a condenar ou uma louca infeliz a deplorar?” É com esse questionamento que a matéria sobre o crime de Helena termina.

Outro registro, em 07 de maio de 1923, no jornal *A Tarde*, descreve que o corpo de um bebê foi encontrado na praia da Barra. “O achado macabro dos banhistas na Barra” próximo ao forte São Diego, em condições parecidas ao bebê de Helena. Ao dar um pontapé na caixa de sapato, um banhista, a sente pesada e resolve abrir, se deparando com um bebê morto. A criança era branca, tinha cabelos pretos e lisos e tinha o pescoço fortemente amarrado com um lenço. Deste crime só temos essas informações. No entanto, o local e a cor da criança sugerem que o infanticídio também ocorria entre as elites, embora estas possuísem recursos para evitar o escândalo e a punição judicial.

³ Essa disparidade entre as fontes chama atenção, uma vez que, essa diferença pode revelar bastante sobre o funcionamento do sistema judicial da cidade de Salvador e como o discurso jornalístico construiu determinadas percepções sobre o crime e sobre as mulheres envolvidas. Partindo também da hipótese de que essa escassez de registros pode estar relacionada à dificuldade de identificação e comprovação dos casos.

Os periódicos do início do século XX atuavam como importantes dispositivos de formação da opinião pública. Ao publicarem matérias que posicionavam as mulheres como "assassinas", "cruéis" ou "feras", os jornais fortaleciam a narrativa de que o cárcere seria o único destino possível para essas figuras. A partir da análise cruzada entre os processos-crime de Maria Brasília e Maria Apolinara e as notícias sobre tantas outras mulheres, percebe-se que as motivações para o infanticídio eram heterogêneas e profundas.

Subjugadas e desprezadas, residindo em casas de patrões, de pais ou em contextos de extrema precariedade, muitas dessas mulheres viam no infanticídio a única solução restante diante da ausência de horizontes. As rés aqui estudadas realizaram seus partos em locais inapropriados, colocando em risco a própria vida. No entanto, sob a ótica da História das Mulheres, é possível lançar um novo olhar sobre essa prática e interpretá-la como um ato de resistência ou pelo simples desejo de não exercer a maternidade. Assim, o infanticídio pode ser lido, em casos específicos, como uma tentativa extrema de romper com as amarras que vinculavam a identidade feminina unicamente ao ato de gerar e cuidar, oferecendo uma resistência, ainda que trágica, a um sistema que negava às mulheres o direito de decidir sobre seus corpos, vidas e futuros.

Essas mulheres negras, possivelmente cientes das mazelas sociais e do destino que aguardava sua prole em uma sociedade marcada pela racialização do pós-abolição, vislumbravam no ato de matar uma saída desesperada. É imperativo destacar que elas estavam inseridas em um sistema que as marginalizavam e lhe impunha um peso insuportável e as privava de alternativas viáveis. O que, sob uma análise superficial, poderia parecer crueldade, revela-se, na verdade, como o último recurso de mulheres que tentavam o impossível diante de uma estrutura que lhes negava os meios de sobrevivência. Portanto, ao se encontrarem em situações de desespero absoluto, o assassinato das crianças surgia como o único ato possível para romper com o ciclo de violência e estigma.

Conclusão

A partir desta análise, observa-se que os crimes cometidos por essas mulheres podem ser interpretados como uma forma de resistência aos diversos controles exercidos sobre seus corpos e às violências sofridas anteriormente aos delitos. Tais atos, frequentemente lidos apenas como transgressões às normas legais, revelam tentativas de enfrentamento às opressões e condições adversas que as cercavam. Sob a ótica da História Social e das

Mulheres, o crime emerge não apenas como desvio, mas como uma resposta possível diante de horizontes limitados.

Nesse sentido, o uso dos processos-crime foi fundamental para esta pesquisa. Para além de fornecerem dados como nome, idade, filiação, cor e local de moradia, esses registros permitiram compreender de forma profunda como as estratégias de resistência eram aplicadas no cotidiano de mulheres como Maria Brasília e Maria Apolinara. As fontes judiciais possibilitaram enxergar as nuances de suas trajetórias, expondo condições de vida precárias e dinâmicas sociais que moldaram escolhas frequentemente ligadas à sobrevivência e à contestação das violências sofridas.

Por outro lado, o exame dos jornais da época, como outra fonte essencial para o estudo da criminalidade feminina, trouxe uma perspectiva valiosa sobre a recepção social desses atos. As publicações revelaram não apenas os fatos, mas as narrativas construídas em torno dessas mulheres, frequentemente representadas por meio de estereótipos desumanizantes, como “cruéis”, “selvagens” e “desordeiras”. Tais representações, carregadas de preconceitos, reforçavam discursos de controle e marginalização no contexto da racialização do pós-abolição, contribuindo para uma imagem distorcida que desconsiderava os contextos de opressão e reiterava que essas mulheres não pertenciam ao ideal feminino da época.

Trajetória de mulheres, como as aqui apresentadas, abrem caminhos férteis para o campo da História Social do Crime e das Mulheres. Ao adotarmos a perspectiva da "História Vista de Baixo", amplamente difundida pelo historiador E. P. Thompson, deslocamos o olhar das normas jurídicas abstratas para os sujeitos marginalizados, compreendendo suas ações não como desvios patológicos, mas como respostas agenciadas diante de pressões estruturais. Investigar essas mulheres no cenário de Salvador possibilita mapear as tensões entre o controle estatal e as estratégias de sobrevivência das camadas populares, revelando como o infanticídio, em sua face mais trágica, denuncia a precariedade da cidadania feminina e negra na Primeira República. Assim, o estudo desses processos e da imprensa contribui para uma historiografia que devolve a voz e a complexidade a personagens que a documentação oficial muitas vezes tentou silenciar.

Fontes

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

APEB, Seção Judiciária, Série Infanticídio, estante 26, caixa 1060, documento 20, 1923.

APEB, Seção Judiciária, Série Infanticídio, estante 26, caixa 1060, documento 02, 1925.

Biblioteca Nacional – Acervo Digital

BND, A Capital, 19 de outubro de 1926.

BND, A Capital, 15 de fevereiro de 1927.

BND, A Notícia, 15 de julho de 1915.

BND, A Notícia, 27 de julho de 1915.

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)

IGHB, A Tarde, 04 de maio de 1923.

IGHB, A tarde, 07 de maio de 1923.

IGHB, A Tarde, 20 de janeiro de 1923.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Delictos Contra a Honra da Mulher**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. **A história da Sexualidade I: A vontade do saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910**. Editora Unicamp, 2006.

GINSBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela a inquisição**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 167-168.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (org). **O corpo feminino em debate**, São Paulo: UNESP, 2003.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. (Tradução Denise Botmann). 1 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (org). **O corpo feminino em debate**, São Paulo: UNESP, 2003, p. 113.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre. Vol.20, nº 2, jul/dez, p.71-99, 1995.

SOIHET, Rachel. “É proibido não ser mãe. Opressão e moralidade da mulher pobre”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

VASCONCELOS, Tânia Mara. **“Sertanejas defloradas” e “Dom Juans” julgados: Relações sexoafetivas de mulheres pobres em processos de crimes contra os costumes em Jacobina – Bahia (1942 -1959)**. Tese de doutorado – UFF – Rio de Janeiro: 2018.

“Todo caminho deu no mar”: fotografias de viagens de veranistas a Tramandaí (1900-1960)¹

“Every road led to the sea”: photographic records of the trips of summer vacationers to Tramandaí (1900–1960)

Lilian Oliveira Trevisan Lima², UFPel

Resumo

Conhecida como “a capital das praias” do Rio Grande do Sul, para muitos veranistas, principalmente de Porto Alegre e da sua região metropolitana, “Tramandaí” e “praia” são praticamente sinônimos, sendo a temporada balneária um dos pilares da cultura local e fazendo com que milhares de pessoas se dirijam a essa cidade durante os meses de dezembro a março. Partindo desse pressuposto, o presente artigo analisa o processo de modernização das viagens de veranistas ao município de Tramandaí, a partir da análise de registros fotográficos produzidos entre 1900 e 1960, fazendo uma relação entre as transformações nessas viagens com as próprias transformações da prática do veraneio tramandaiense nesse período.

Palavras-chave: Veraneio; Tramandaí; Viagens; Fotografia.

Abstract

Known as “the capital of the beaches” of Rio Grande do Sul, for many vacationers — especially those from Porto Alegre and its metropolitan area, “Tramandaí” and “beach” are practically synonymous. The bathing season is one of the cornerstones of the local culture, drawing thousands of people to the city each year between December and March. Based on this premise, the present article analyzes the modernization process of vacationers’ journeys to the municipality of Tramandaí, through an examination of photographic records produced between 1900 and 1960. It explores the relationship between the transformations in these journeys and the broader changes in the practice of summering in Tramandaí during this period.

Keywords: Summer vacations; Tramandaí; Travel; Photograph.

Introdução

Proposto por Alain Corbin (1989, p. 266), o conceito de “invenção da praia” é utilizado para analisar e compreender transformações ocorridas no imaginário ocidental em relação ao território litorâneo a partir do século XVIII. Por mais que na atualidade a associação entre o litoral com férias, lazer e sociabilidade já esteja bem estabelecida, nem sempre essa foi a visão que se tinha desse local. Durante séculos a relação ocidental com o mar foi pautada no medo e na repulsa, concepção que foi influenciado pela religião cristã,

¹ O título deste artigo foi retirado da canção “Quem Vem Pra Beira Do Mar”, de Dorival Caymmi.

² Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1318188903018957>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4283-4102>. E-mail: lilianotl@hotmail.com

com passagens bíblicas como o dilúvio, que colocavam a imensidão de água como uma forma de punição divina aos pecadores (Corbin, 1989, p. 11).

Foi a partir do século XVIII, que a Inglaterra pós Revolução Industrial passou a vivenciar a difusão de um discurso científico, defendido por diversos médicos, de que temporadas passadas no litoral, banhando-se em águas marítimas, eram um tratamento eficaz para diversas doenças que assolavam a população inglesa desse período (Freitas, 2007, p. 109). É importante destacar que, inicialmente, essa prática era reservada a uma elite culta e viajada, fator determinante para que esse discurso logo fosse difundido por toda a Europa e, posteriormente, levado para outras localidades do mundo por imigrantes europeus (Briz, 2007, p. 255). Acerca disso, Marc Boyer ressalta que:

A Revolução turística do século XVIII é contemporânea da Revolução Industrial. Não é, portanto, sua filha. As descobertas turísticas dessa centúria não derivam dos progressos técnicos da época, pois não foram realizadas pelas classes ascendentes que então se enriqueceram nos negócios e na política. Ao contrário, as invenções do turismo foram obra de privilegiados de nascimento e também de cultura. A antiga superioridade dos nobres manifestava-se na guerra e nos torneios, como oportunamente recordava o sociólogo americano Thorstein Veblen. Essa preeminência não desapareceu com os tempos modernos, embora outros critérios de distinção tenham se imposto, valorizando mais a cultura e o engenho do que a força. (Boyer, 2002, p. 21).

No litoral norte do Rio Grande do Sul, essas ideias foram importadas a partir do século XIX, principalmente por médicos europeus que imigraram para esse estado e por brasileiros que se formaram em medicina na Europa e depois retornaram ao seu país natal (Schossler, 2010, p. 14). Uma das primeiras cidades procuradas nesta região foi Tramandaí, sendo este pioneirismo explicado por sua localização privilegiada, a apenas 123 km de Porto Alegre, capital do estado. Embora a distância entre essas duas cidades seja pequena, a ausência de estradas, caminhos precários e a utilização de carros de boi como meios de transporte, faziam com que as viagens dos primeiros praticantes da vilegiatura³ marítima durassem cerca de oito dias (Schossler, 2010, p. 142). Foi a partir da transição do século XIX para o século XX que essas viagens começaram a passar por um processo lento e gradual de modernização.

Diante deste contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar este processo de modernização das viagens de veranistas a Tramandaí no período de 1900 a 1960, recorte estabelecido em razão tanto da disponibilidade das fontes quanto por esse período ser marcado por diversas transformações nessas viagens.

³ Temporada que se passa fora das grandes cidades, geralmente no campo ou na praia.

Investigar as viagens e meios de transportes dos primeiros veranistas torna-se relevante porque nos possibilita compreender como fatores sociais, econômicos e tecnológicos influenciaram no desenvolvimento dessa prática. Nesse sentido, Marc Boyer afirma que a invenção da bicicleta e do automóvel desempenharam um papel fundamental no acesso ao turismo e ao lazer, pois “aumentaram notavelmente o que podia ser visto e conferiram um interesse propriamente turístico à residência de veraneio” (Boyer, 2002, p. 22). Ainda, Rodrigo Booth afirma que:

A prática do turismo constitui uma das primeiras motivações para se utilizar o automóvel. De modo semelhante ao que ocorre atualmente, nos primórdios do que Guillermo Giucci denominou “modernidade cinética”, uma nova era em termos de mobilidade e transporte marcada pela influência do automóvel, que na América Latina começou a se fazer sentir nas primeiras décadas do século XX, a curiosidade em conhecer o território e a busca do prazer como benefício não produtivo, por meio da realização de atividades ao ar livre, constituíram fortes argumentos no momento de adquirir e utilizar um veículo motorizado (Booth, 2014, p. 278).

As principais fontes utilizadas para essa pesquisa foram 12 fotografias pertencentes ao acervo do Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister (MHMPAH), localizado em Tramandaí. Além do mais, para auxiliar na análise desses registros fotográficos, também foram utilizadas edições da revista *A Gaivota*, disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), em Porto Alegre, e do jornal *Correio do Povo*, pertencentes ao Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), além do diário de viagem do antropólogo Edgard Roquette-Pinto, no qual descreve uma excursão que realizou ao litoral riograndense na primeira década do século XX.

No tocante aos procedimentos metodológicos, para fins de análise das fotografias, foi utilizada a metodologia histórico-semiótica desenvolvida por Ana Maria Mauad, a qual propõe que cada fotografia seja decomposta em unidades culturais — utilizando duas fichas desenvolvidas pela autora, as quais foram aqui adaptadas, sendo criada uma ficha personalizada para analisar as particularidades das fotografias examinadas nesta pesquisa — e, posteriormente, essas unidades sejam realocadas nas seguintes categorias espaciais: espaço fotográfico, que engloba o recorte espacial da fotografia; o espaço geográfico, que abrange o espaço físico; o espaço da figuração, que compreende as pessoas e os animais; o espaço do objeto, que abarca os objetos tomados como atributos da imagem e o espaço da vivência, no qual se enquadram as atividades, eventos, etc (Mauad, 2005, p. 149). É importante ressaltar que uma unidade cultural não se restringe exclusivamente a uma categoria espacial; assim,

pode-se enquadrar em mais de uma, havendo interseções entre elas. Essas categorias possibilitam o restabelecimento de códigos e representações sociais de comportamento (Mauad, 2008, p. 46).

Conforme Cláudio de Sá Machado Júnior (2006, p. 27), as fotografias são fontes valiosas para a pesquisa historiográfica, na medida em que permitem refletir sobre as transformações no ambiente físico e sobre as novas maneiras de auto-representação dos indivíduos, revelando aspectos como a forma como se expõem em público, se deslocam nesses espaços e interagem com seu grupo. O autor ainda afirma que “nas fotografias imprimem-se indícios de costumes, de formas de comportamento e de traços culturais em geral, que determinaram as maneiras pelas quais grupos sociais buscaram representar visualmente pessoas e ambientes diversos” (Machado Júnior, 2006. p. 12).

Cabe aqui destacar que apesar da fotografia ser uma fonte muito rica para a pesquisa histórica, é fundamental tomar alguns cuidados ao trabalhar com esse tipo de documento. Miriam Moreira Leite (1993, p. 97) ressalta que uma das maiores dificuldades na leitura de uma fotografia é “chegar à compreensão do todo através de um fenômeno individual observável” e que após identificar o conteúdo de uma fotografia, é preciso também deduzir o que não pode ser visto, em torno do que está sendo visto.

A fotografia é sempre resultado da escolha de seu produtor, sendo uma “representação a partir do real intermediada pelo fotógrafo que a produz segundo sua forma particular de compreensão daquele real, seu repertório, sua ideologia” (Kossoy, 2002. p. 52). De acordo com Eduardo França Paiva (2002, p. 20) é irreal e pretencioso considerar a imagem como um retrato fiel da verdade, do evento e/ou objeto fotografado, sendo que a “história e os diversos registros históricos são sempre resultados de escolhas, seleções e olhares de seus produtores e dos demais agentes que influenciaram essa produção” (Paiva, 2002, p. 19-20). Acerca dessa temática, Paiva ainda assegura que:

A imagem, bela, simulacro da realidade, não é a realidade em si, mas traz porções dela, traços, aspectos, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nela cultivadas. Cabe a nós decodificar os ícones, torná-los inteligíveis o mais que pudermos identificar seus filtros e, enfim, tomá-los como testemunhos que subsidiam a nossa versão do passado e do presente, ela também, plena de filtros contemporâneos (Paiva, 2002, p. 19-20).

Para a análise dos registros fotográficos, foram levados em conta não apenas os aspectos visíveis no objeto material que é uma fotografia, mas todo o seu contexto de produção, de escolha dos fotógrafos, de padrões de pessoas e objetos fotografados. Todavia,

também houve a tentativa de chegar ao que foi excluído da narrativa fotográfica, entendendo a escolha dessa exclusão e quem foram as pessoas silenciadas durante esse processo de registro das viagens dos veranistas a Tramandaí.

As viagens dos primeiros veranistas a Tramandaí

Em 1906, o antropólogo Edgard Roquette-Pinto visitou Tramandaí durante uma excursão pelo litoral e região das lagoas do Rio Grande do Sul, patrocinada pelo Museu Nacional. Como era costume entre cientistas em excursão, e mesmo outros viajantes, Roquette-Pinto registrou aspectos importantes das localidades por onde passou em um diário de viagem, no qual destacou alguns pontos que chamaram sua atenção no município: “A pequena aldeola tem umas 100 casas, todas⁴ de madeira, cobertas de tiririca-do-brejo (Cyperaceae), baixas e originais, onde se aloja uma pequena população de pescadores” (Roquette-Pinto, 2012, p. 107). O autor ainda reforça que Tramandaí, apesar de ser um pitoresco povoado, também podia ser considerado um grande centro de pesca e que “a pesca do bagre e seu preparo para a exportação, constituem a ocupação única de massa dos habitantes, que têm, nos lagos da vizinhança, um farto viveiro” (Roquette-Pinto, 2012, p. 107).

Embora Roquette-Pinto tenha direcionado sua atenção mais para a pesca, uma outra atividade que vinha se estabelecendo nessa região também integrou suas anotações: a vilegiatura marítima. Sobre seu transporte de Porto Alegre até Tramandaí, o autor salientou que encontrou dificuldades para contratar uma viagem ao litoral por não estar no período da temporada de veraneio:

Para ir da Capital do Estado às costas do Atlântico achei, em começo, grandes dificuldades. Durante o verão a condução para Tramandaí, ponto inicial de minha verdadeira excursão, não é difícil. Tramandaí é mesmo uma das praias de banho da população de Porto Alegre. Na ocasião a estação balneária não havia ainda começado nem um trânsito era, então, feito seguidamente entre esses dois pontos. Não havia, na Capital, quem me quisesse alugar os cavalos necessários; e o preço que me pediam por alguns, de que precisava, era quantia que eu não dispunha (Roquette-Pinto, 2012, p. 103).

O autor também escreveu sobre o ramo hoteleiro que vinha adentrando o município, evidenciando que durante sua passagem por Tramandaí ele se deparou com dois hotéis, ambos construídos por paredes de tábuas e tetos de palha (Roquette-Pinto, 2012, p. 105). Apesar de não citar o nome desses estabelecimentos, ele destaca que ficou hospedado naquele de

⁴ A grafia das citações da obra de Roquette-Pinto foi atualizada.

propriedade de Leonel Pereira de Sousa, que além de hoteleiro também era proprietário do principal estabelecimento de preparo do peixe para a exportação (Roquette-Pinto, 2012, p. 107). De acordo com Schossler (2010, p. 100), esse hotel era denominado como Hotel da Saúde, enquanto o outro empreendimento era o Hotel Sperb, de propriedade de Jorge Eneas Sperb, um imigrante alemão que residia na cidade de São Leopoldo.

As fontes demonstram que, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, o serviço de transporte de Porto Alegre e região para o litoral norte estava diretamente relacionado com os hotéis, sendo, na grande maioria das vezes, de responsabilidade dos próprios hoteleiros (Schossler, 2010, p. 101). Somando essa informação ao fato de que esses empreendimentos geralmente funcionavam apenas de dezembro a março, explica-se não apenas o motivo de Roquette-Pinto não ter conseguido com facilidade se locomover para Tramandaí fora da temporada de vilegiatura, além de evidenciar a importância dos hotéis para a manutenção dessa atividade.

Viajar de Porto Alegre ao litoral no início do século XX, como apontado acima, não era uma tarefa fácil. Contudo, o desejo de encontrar o mar e usufruir de seus benefícios terapêuticos fez com que diversas famílias enfrentassem essa longa e árdua viagem. Sobre o perfil dessas famílias, é importante lembrar quem eram as pessoas que tinham a oportunidade de aproveitar a temporada de veraneio. Segundo Calanca (2008, p. 174) “para a classe operária, a possibilidade de tirar férias está ligada ao direito de férias remuneradas [...]”. No Brasil, esse direito trabalhista foi conquistado apenas na década de 1940, fazendo com que se locomover para uma cidade afastada e passar ali alguns meses não fosse uma realidade possível para a grande maioria da classe trabalhadora, tanto por não poder se afastar de seu trabalho, como também por falta de condições financeiras.

Entretanto, para que a temporada decorresse da forma como os veranistas esperavam, sem dúvidas havia muitos trabalhadores nos bastidores. Ademais, chegando à outra temática guia da pesquisa, as fotografias são fontes extremamente relevantes para o estudo do passado, mas para isso é necessário não se deter apenas no que elas mostram, mas também naquilo que não está ali. No início do século XX, as câmeras fotográficas não eram equipamentos acessíveis, fazendo com que na maioria das vezes, fossem pessoas de classes mais altas que estivessem tanto na frente quanto por trás das lentes.

Posto isto, a Figura 1 apresenta dois registros de um dos primeiros meios de transporte utilizados para que os veranistas chegassem a Tramandaí, muito comuns nas últimas décadas do século XIX e primeira do XX: os carros de boi. O veículo exibido na primeira fotografia

apresenta uma carroceria de madeira com rodas de metal, sendo a traseira maior que a dianteira, ademais, o carro é puxado por um animal que não está posicionado dentro do enquadramento, sendo possível visualizar apenas uma parte de seu corpo.

Quatro pessoas posam para a foto (Figura 1), algumas em cima e outras em frente ao carro, todas elas utilizam chapéus, para a proteção do sol. Ainda, há um tecido cobrindo a carroceria provavelmente pelo mesmo motivo da utilização dos chapéus. Apesar de as fontes evidenciarem que nesse período a prática da vilegiatura estava reservada para a elite, as vestimentas das pessoas presentes nesse registro certamente não eram trajes de pessoas pertencentes a essa classe social, o que levanta as hipóteses de que ou essas pessoas eram uma exceção e, mesmo pertencendo a classes mais baixas tiveram o acesso ao veraneio ou de que estavam indo ao litoral para trabalharem durante a temporada.

Já a segunda fotografia desse conjunto (Figura 1), registra um modelo diferente desse tipo de veículo. Para a proteção do sol, chuva e de outros episódios climáticos, há uma construção de madeira e de palha que forma uma espécie de cabine, o que era extremamente importante nesse período, já que as viagens da capital até o litoral norte, como já apontado anteriormente, poderiam levar mais de uma semana. Pela disposição das pessoas e objetos nesse registro, provavelmente, depois de dias de viagem, finalmente haviam chegado à praia, estacionado o veículo na areia e todos os passageiros saíram da cabine para contemplar o tão esperado mar que aparece no plano de fundo da imagem. O lado traseiro da locomoção é o que está mais próximo da câmera, com os animais ao fundo. Por esse ângulo, é possível visualizar uma grande roda de madeira que permitia o deslocamento, além de uma escada, feita do mesmo material, que foi encaixada na cabine para facilitar que as pessoas entrassem e saíssem dela.

Figura 1 - Carro de boi do início do século XX

Fonte: Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister.

Os passageiros encontram-se em pé na areia e, apesar de estarem na praia, não trajam roupas de banho, mas sim longos vestidos para as mulheres e calças, camisas e casacos para os homens, além de ambos os gêneros estarem usando chapéus, um fato que corrobora a hipótese de que haviam recém chegado à praia, uma vez que o modelo não era adequado para passeios a beira-mar. Ademais, o homem que se encontra mais próximo ao veículo segura em sua mão um objeto que possivelmente é uma espécie de vara ou de chicote, o que indica que ele deve ser o condutor. Por fim, ao fundo da imagem e de maneira desfocada estão posicionadas três crianças — fato que se revela tanto pela estatura delas quanto por seus trajes de calças curtas — que, provavelmente movidos pelo entusiasmo de chegar ao destino, já molham seus pés descalços nas águas do mar.

Ao contrário das fotografias anteriores, que datam da primeira década do século XX, a Figura 2 apresenta três fotografias que registram outros meios de transporte, utilizados a partir da segunda década do século XX. Conforme a vilegiatura marítima foi se popularizando em Tramandaí, o que atraiu cada vez mais veranistas, aumentou também a busca por tornar a viagem mais cômoda e confortável. Todavia, apesar de nesse momento ter havido uma melhoria nos veículos, as estradas ainda eram muito precárias, tornando comuns imagens como a da primeira fotografia. Nesse registro, o centro da imagem é um automóvel, aparentemente um modelo Ford T, símbolo da modernidade do século XX, e que se encontra atolado na areia. Não há passageiros em seu interior, uma vez que esses devem ter saído para

esperar o momento no qual a viagem poderia ter continuidade. No entanto, um homem foi capturado pelo fotógrafo, estando posicionado atrás do veículo, talvez procurando uma maneira de resolver esse problema. Ademais, apesar desse veículo possuir as laterais abertas, é possível visualizar nesse registro que há nelas a presença de cortinas, as quais certamente eram fechadas em determinados momentos para fornecer proteção climática e da intimidade dos passageiros. Ainda, outra questão relevante que essa fotografia levanta é de que não eram fotografados apenas momentos felizes e de divertimento, mas também eram eternizados momentos de insatisfação e percalços, como um carro atolado durante uma viagem à praia.

Figura 2 - Veículos utilizados pelos vilegiaturistas



Fonte: Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister.

Neste mesmo sentido, a segunda e a terceira fotografias também registram intercorrências das viagens. Diante da inexistência de estradas com destino ao litoral norte do Rio Grande do Sul, as viagens eram realizadas por caminhos extremamente precários (Schossler, 2010, p. 171), inclusive com passagens por dentro da água, conforme a terceira fotografia, tornando necessário que os carros fossem puxados por animais, como mostra a imagem. O último registro também demonstra um desses momentos, uma vez que o veículo exibido nessa fotografia passava por um caminho com muito barro.

Outrossim, esse registro possui uma informação extremamente relevante e que não é encontrada na grande maioria das fotografias do acervo do MHMPAH: a identidade não

apenas das pessoas fotografadas, mas também do fotógrafo. Conforme a legenda presente na fotografia, as pessoas registradas são Jorge Eneas, proprietário do Hotel Sperb e que provavelmente é o homem sentado no veículo, Elizabetha, sua esposa e seus filhos Waldemar, Josefina Guilhermina, Elza, Adolfina e Alzira que, apesar de ter seu nome na legenda, não aparece no registro porque era a fotógrafa. Além disso, penas sete pessoas na imagem têm seus nomes identificados na inscrição, sendo duas não identificadas, provavelmente por serem funcionários dessa família.

A Figura 3, por sua vez, é composta por duas fotografias que retratam o destino final da viagem, o momento em que o transporte chega com os veranistas ao local no qual eles ficariam hospedados. No primeiro registro, datado de 1918, um grande número de pessoas, incluindo os seis filhos do proprietário do hotel, posa junto a um ônibus, no qual tanto o nome do Hotel Sperb quanto o do município de Tramandaí estão gravados na lataria e, assim como o veículo anterior, esse também possui teto e laterais abertas. Homens, mulheres e crianças aparecem muito bem arrumados, trajando desde vestidos longos até ternos completos com gravata e chapéu — roupas que devem ter sido escolhidas meticulosamente para esse momento. Sobre essa questão, Leite destaca que:

Como a prática da fotografia inclui despesas ostentatórias com o fotógrafo e o retrato, mas também a preocupação de produzir um espetáculo que será visto e distribuído para outros ramos da família, ela enverga o que alguns chamariam de seus trajes domingueiros, e outros, roupas de sair (de casa) ou de festa (Leite, 1993, p. 97).

O plano de fundo dessa fotografia é preenchido com duas árvores plantadas em frente à uma construção em madeira, provavelmente o salão principal do hotel, permitindo ver dois homens e uma mulher posados em pé em uma das portas. A mulher veste uma camisa branca com o que parece ser um avental escuro por cima, ao passo que os dois rapazes estão vestidos de maneira idêntica: camisas brancas sem casaco e gravata borboleta escura. Levando em conta a indumentária e a posição na qual essas pessoas se colocam na imagem: ao fundo dos hóspedes, quase mesclados na construção, como se fossem um elemento da paisagem, elas possivelmente eram funcionárias do hotel.

O segundo registro, por sua vez, é do ano de 1919 e exhibe seis veículos estacionados em frente ao Hotel Sperb. Os carros estão cuidadosamente posicionados um ao lado do outro, como em um desfile, reforçando que o objetivo do fotógrafo era o de retratar os veículos, símbolos da modernidade e objeto de ostentação. Ainda, um grande número de pessoas,

provavelmente hóspedes do hotel, posam junto aos carros, todos também devidamente posicionados para serem capturados pelas lentes da câmera.

Figura 3 - Veículos em frente ao Hotel Sperb



1.918 - No ônibus, entre veranistas, 6 filhos do hotelheiro: Elsa, Josefina, Alina, Theobaldo, Jorge Luis e Guilherme.

1.919 - Os primeiros automóveis começaram a chegar, levando 10 a 12 horas de P.Alegre à Tramandaí.

Fonte: Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister.

Na legenda da fotografia, uma informação importante se sobressai: as viagens de Porto Alegre a Tramandaí levavam cerca de 10 a 12 horas. Todavia, em 1922, apenas três anos depois, anúncios do Hotel Sperb no jornal *Correio do Povo* frisavam o serviço de diligência de Porto Alegre até Tramandaí que era oferecido pelo proprietário do hotel, destacando que o transporte era realizado em um automóvel da marca N. A. G., que comportava nove passageiros. Além de também realçar que a viagem custava um pouco mais caro do que para outras praias, mas que ela era realizada em apenas seis horas, ao invés de dois ou três dias como ofereciam outras empresas (*Correio do Povo*, 5 de janeiro de 1922, p. 9).

A modernização das viagens a Tramandaí

Na transição da década de 1920 para 1930, cenário de grande modernização em todo o Brasil, as viagens dos veranistas rio-grandenses também passaram por um processo de modernização. Assim, em 1930, a revista *A Gaivota* publicou uma matéria denominada “As viagens às nossas praias outrora e hoje” (*A Gaivota*, 1930, p. 5), na qual comparava as viagens em carros de boi do início do século com as viagens em carros modernos que eram realizadas nesse ano.

Tramandaí, localidade que há apenas algumas décadas não possuía nenhum tipo de espaço adequado para receber esses veranistas, nesse momento já estava se equipando com recursos para maior comodidade daqueles que buscavam a cidade durante a temporada de veraneio. Com os carros começando a se popularizar, empresários que desejavam investir em Tramandaí começaram a pensar em novas oportunidades de empreendimentos para essa região. Como ir de carro a uma cidade que não possui um posto de gasolina? Possivelmente, dentre todo o planejamento que uma estadia de meses requeria, os veranistas ainda precisavam pensar em uma maneira de transportar combustível para a ida, a permanência e a volta. Dessa forma, Ego Hoffmeister⁵, empresário de São Leopoldo, viu nessa demanda uma oportunidade de negócio e construiu, no início da década de 1930, o primeiro posto de gasolina de Tramandaí (Soares; Pupper, 1985, p. 59).

Todavia, apesar de diversas melhorias já serem vistas nesse período, no início da década de 1940 ainda havia uma reclamação geral entre os veranistas: a situação precária das estradas que ligavam a capital ao litoral norte. Assim, em 1942, um grupo de mais de 40 fazendeiros, granjeiros, pequenos proprietários e veranistas realizaram um memorial endereçado ao interventor federal General Cordeiro de Farias, solicitando melhorias na estrada que ligava Viamão ao litoral. Esse memorial foi publicado na revista *A Gaivota* e expressava como essas melhorias favoreceriam tanto os agricultores quanto as pessoas que buscavam o litoral durante a temporada de veraneio (*A Gaivota*, 1942, p. 5).

Apesar desse memorial datar da década de 1940, o desagrado com a precariedade das estradas já era notado anos antes. No ano de 1929, no primeiro número da revista *A Gaivota*, foi publicada uma coluna escrita por D. João Becker⁶ e denominada “Uma viagem a Tramandaí”⁷, na qual ele retratava como foi se locomover de Porto Alegre até a cidade litorânea no dia 5 de fevereiro de 1929, auge da temporada de veraneio. Dentre diversas informações importantes acerca dessa viagem, Becker destacou algumas intercorrências ocorridas na estrada:

Pois, havia esperança de chegarmos, pelas 11 horas, a Tramandaí. Puro engano! Começaram, então, os embarços e as dificuldades! Em consequência de chuvas torrenciais em dias anteriores, estavam grandes trechos da estrada transformados em lamaçais e atoladouros. Amplos lençóis d’água como “mares nunca antes navegados”, ameaçavam a nossa passagem. Um automóvel após o outro atolava. Não sei se meu *Buik* bateu o recorde de

⁵ Pai de Abrilina Hoffmeister, professora que nomeia o museu no qual o acervo analisado neste trabalho está localizado.

⁶ Na ocasião era Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre.

⁷ A grafia das citações retiradas da revista *A Gaivota* foi atualizada.

desporto ou se a outro coube a gloria. O certo é que meu auto ficou duas vezes enterrado. (*A Gaivota*, 1929, p. 7)

Apesar da insatisfação com as condições das estradas e com a negligência estatal com esse tema, empresários continuaram enxergando na temporada de veraneio uma oportunidade de empreendimento. Além dos carros já mostrados anteriormente, com o passar dos anos, os ônibus também passam a protagonizar as fotografias do acervo do MHMPAH.

Desse modo, a Figura 4 é composta por duas fotografias de ônibus da *Transportes Jaeger*, de propriedade de Jaeger e Irmão, empresa que começou seus negócios com o transporte de cargas e, posteriormente, investiu no transporte de passageiros. A primeira fotografia, datada de 1942, mostra um dos ônibus dessa empresa sendo fotografado por um ângulo que possibilita que sejam evidenciadas a frente e a lateral do veículo, na qual é possível ler o nome do empreendimento. Na parte da frente do ônibus é possível identificar uma placa que mostra a linha que ele fazia: Porto Alegre a Tramandaí.

Posando ao lado da porta do automóvel há um homem, a única pessoa retratada, o que atesta que muito provavelmente era o motorista. Ademais, também no ano de 1942, era possível encontrar anúncios dessa empresa na revista *A Gaivota*, os quais apresentavam diversas informações sobre as viagens: durante o verão as linhas eram diárias e em diversos horários de ida e volta, começando às 6 horas da manhã e se encerrando às 17 horas e trinta minutos. Ainda, a partida dos ônibus era de Porto Alegre e a linha final Torres, passando por diversas localidades durante esse percurso, cada uma com um preço diferente de passagem, com a viagem de Porto Alegre a Tramandaí custando Cr\$ 18.000 (*A Gaivota*, 1942, p. 53).

Figura 4 - Ônibus da Transportes Jaeger



Fonte: Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister.

Na segunda fotografia também é possível identificar o nome da empresa na lateral do ônibus, todavia, nesse registro o veículo foi captado por outro ângulo, no qual pode-se ver a sua parte traseira. Além do mais, essa fotografia foi tirada na faixa de areia da praia, ao contrário da primeira, que foi tirada em um cenário urbano, comprovando que nesse caso o ônibus já havia chegado ao seu destino. Assim como no registro anterior, esse também apresenta apenas uma pessoa: um homem usando apenas um calção de banho. Por fim, um dado importante sobre essa fotografia é a inscrição feita em sua parte inferior, que permite ler a frase “Lembrança de Tramandaí 1954”, uma vez que se trata de um cartão-postal registrado na orla da praia de Tramandaí, na qual, possivelmente, fotógrafos ofereciam seus serviços aos banhistas.

Conforme Fernandes Júnior (2002, p. 17), o cartão-postal pode ser compreendido como o primórdio da globalização por meio da imagem, promovendo a democratização fotográfica e garantindo a preservação de memórias que poderiam ter sido descartadas. Já Patrício (*apud* Franco, 2006, p. 37) defende que os cartões-postais podem ser entendidos como um tipo de “promessa da felicidade”, já que geralmente são compostos por imagens clichês que buscam alcançar novos visitantes para o lugar ali retratado. O papel que os cartões-postais exerceram na popularização do veraneio tramandaiense é extremamente importante, uma vez que eles contribuíam com o desejo de estar junto ao mar. Sobre essa questão, Schossler destaca que:

A circulação de cartas, cartões-postais e fotografias com impressões das praias aumentou o desejo da beira-mar dos destinatários que sonhavam em ser remetentes no próximo verão. As imagens do mar, os banhos, o espetáculo da natureza e os relatos dos prazeres de sair da rotina, certamente foram para muitos um primeiro contato com a paisagem marítima, que se constituiu para outros em uma única experiência da beira mar. (Schossler, 2010, p. 120)

Neste mesmo contexto, a primeira fotografia da Figura 5, datada de 1955, também é um cartão-postal que retrata um ônibus na faixa de areia da praia de Tramandaí, com dois homens que não usam roupa de banho, posando ao lado do veículo enquanto alguns passageiros podem ser vistos pelas janelas laterais. Por mais que não seja possível identificar a qual empresa pertencia esse ônibus, em sua lateral está escrito a palavra “praia”, talvez um chamativo ainda maior para os veranistas que buscavam um meio de transporte para o litoral.

Figura 5 - Ônibus que levavam os veranistas a Tramandaí



Fonte: Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister.

Já a segunda fotografia apresenta um ônibus da empresa Expresso Azul, fundada em 1950 pela família Glufke e, apesar de não terem sido encontradas mais informações acerca desse empreendimento, é possível que o número “seis”, presente na lateral do veículo, indique que a empresa possuía, no mínimo, seis ônibus. O registro mostra apenas o veículo, sem nenhuma pessoa em seu interior ou posando ao lado. No entanto, um detalhe chama atenção: a placa que identifica a linha do ônibus indica que ele partia de Osório, município vizinho a Tramandaí, destino final do trajeto. Essa linha de aproximadamente 22 km evidencia que, já

nos anos 1950, Tramandaí era um destino bastante procurado. Esse dado aponta uma mudança significativa no veraneio: enquanto no início do século XX os banhistas costumavam permanecer cerca de três meses na praia, a partir da metade do século passaram a optar por estadias mais curtas, como feriados, finais de semana ou até mesmo apenas um dia de passeio, como a curta viagem realizada por essa linha de ônibus permitia.

Finalmente, a Figura 6 retrata um posto de fiscalização do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) colocado na estrada que levava Porto Alegre ao litoral norte, no ano de 1957.

Figura 6 - Posto de fiscalização do DAER



Fonte: Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister.

Nos anos 1950, com um grande aumento das viagens ao litoral, foi necessário também um aumento na fiscalização estatal nas estradas. Assim, nessa fotografia é possível visualizar uma grande fila de veículos se formando na pista, constatando o significativo número de veranistas que traçavam esse trajeto para chegar ao litoral. Por fim, o contraste desta imagem com as informações reveladas pelas fontes do início do século revela como a modernização dos veículos e das estradas influenciaram diretamente no aumento do número de veranistas que se deslocavam às praias gaúchas.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo analisar a modernização das viagens de veranistas a Tramandaí entre os anos de 1900 e 1960, através de registros fotográficos produzidos neste

período. As fotografias aqui examinadas não foram entendidas como uma reprodução fiel do passado (Paiva, 2002, p. 19), mas sim como uma escolha, dentro de inúmeras outras possíveis, daquilo que seria ou não eternizado pela lente do fotógrafo (Mauad, 2005, p. 136). Deste modo, a escolha de fotografar meios de transporte, etapas das viagens, intercorrências das estradas, etc., mostra que não era apenas o encontro com o mar que despertava o desejo de eternização dos veranistas. Sendo os registros fotográficos uma prova de que as viagens realmente aconteceram, muitas vezes compondo álbuns que seriam exibidos para familiares e amigos ao retornarem às suas cidades natais, havia o interesse de registrar também como era a jornada até o litoral. Outrossim, em um momento em que tanto o acesso à viagens quanto a veículos era extremamente limitado e reservado apenas a classes sociais elevadas, as fotografias também eram uma maneira de ostentar esse poder aquisitivo.

Para além, os meios de transporte podem ser entendidos como um elo entre o desejo pelo mar e sua realização. Tendo em vista que, em sua maioria, os veranistas que se dirigiam a Tramandaí provinham de Porto Alegre e da sua região metropolitana, compreender seus deslocamentos entre as cidades de origem e o litoral é fundamental para também se compreender como ocorreu o desenvolvimento do veraneio tramandaiense.

Logo, a modernização dos veículos e das estradas anda de mãos dadas com a modernização do próprio veraneio, desde os carros-de-boi que transportavam os veranistas que passavam meses isolados no litoral até os carros e ônibus que permitiram viagens mais rápidas tanto para os veranistas que ficavam a temporada toda no litoral, quando para os que agora podiam ficar apenas por um feriado e/ou final de semana.

Fontes

Acervo fotográfico do Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister.

A Gaivota, 1929⁸.

A Gaivota, 1930.

A Gaivota, 1942.

Correio do Povo, 5 de janeiro de 1922⁹.

Referências

BOOTH, Rodrigo. Turismo, panamericanismo e ingeniería civil. La construcción del camino escénico entre Viña del Mar y Concón (1917-1931). **Historia**, v. 47, n. 2, p. 277-311, jul./dez.

⁸ Todos os exemplares foram pesquisados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

⁹ Todos os exemplares foram pesquisados no acervo do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2014. Disponível em: <<https://www.scielo.cl/pdf/historia/v47n2/art01.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

BOYER, Marc. El turismo en Europa, de la Edad Moderna al siglo XX. **Historia Contemporánea**, n. 25, p. 13-31, 2002. Disponível em: <<https://addi.ehu.es/handle/10810/37938>>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRIZ, Maria da Graça. Vilegiatura balnear – Imagem ideal / Imagem real. **Revista do IHA**, v. 3, p. 254–267, 2007. Disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/12546>>. Acessado em: 01 fev. 2024.

CALANCA, Daniela. **História social da Moda**. Tradução Renato Ambrosio. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008.

CORBIN, Alain. **Território do Vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FERNANDES JÚNIOR, Rubens. **Postaes do Brazil**. São Paulo: Metalivros, 2002.

FRANCO, Patrícia dos Santos. Cartões-postais: fragmentos de lugares, pessoas e de percepções. **Métis: História & Cultura**, v. 5, n. 9, p. 25-62, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/782/546>>. Acessado em: 14 fev. 2025.

FREITAS, Joana Gaspar de. O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 7, n. 2, p. 105-115, 2007. Disponível em: <<http://www.aprh.pt/rgci/>>. Acessado em: 04 fev. 2024.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LEITE, Miriam. **Retratos de família**: Leitura da fotografia histórica. São Paulo: EDUSP, 1993.

MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. **Fotografias e códigos culturais**: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta (1919-1922). 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-174, jan./jun. 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5417>>. Acessado em: 27 abr. 2025.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes**. Ensaio sobre história e fotografia. Niterói: EDUFF, 2008.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Relatório da excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul. In: WITT, Marcos (org.). **Fontes litorâneas**: escritos sobre o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. 1. ed. São Leopoldo: Oikos e UNISINOS, 2012, p. 99-132.

SCHOSSLER, Joana Carolina. **“As nossas praias”**: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900 – 1950). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SOARES, Leda Saraiva; PURPER, Sonia. **Tramandaí**: terra e gente. Tramandaí: AGE, 1985.

O fascismo: origens, ideologia, manifestações e legados contemporâneos

Fascism: origins, ideology, manifestations, and contemporary legacies

Alessandro Fernandes¹, UFRGS

Resumo

O estudo analisa o fascismo como fenômeno político e social, examinando as condições históricas que permitiram sua consolidação e a permanência de seus elementos na contemporaneidade. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e documental, incluindo as formulações de Benito Mussolini e Giovanni Gentile, bem como interpretações de Eric Hobsbawm, Robert Paxton e Antonio Gramsci. Conclui-se que, apesar de derrotado historicamente, o fascismo permanece como possibilidade política em contextos de crise institucional, impondo desafios à estabilidade das democracias.

Palavras-chave: Fascismo; Totalitarismo; Nacionalismo; Autoritarismo; Democracia.

Abstract

The study analyzes fascism as a political and social phenomenon, examining the historical conditions that enabled its consolidation and the persistence of its elements in contemporary contexts. The research is based on a bibliographic and documentary review, including the formulations of Benito Mussolini and Giovanni Gentile, as well as interpretations by Eric Hobsbawm, Robert Paxton, and Antonio Gramsci. It concludes that, although historically defeated, fascism remains a political possibility in contexts of institutional crisis, posing challenges to the stability of democratic regimes.

Keywords: Fascism; Totalitarianism; Nationalism; Authoritarianism; Democracy.

Introdução

Diferente de outros marcos culturais e econômicos do século XX que se irradiaram a partir dos Estados Unidos para o mundo, o fascismo e o nazismo representam fenômenos de origem estritamente europeia fundamentados em crises locais profundas (Souza, 2024). Enquanto transformações como a ascensão do Fordismo, a difusão da cultura de massa americana e a hegemonia financeira de Wall Street moldavam o globo, esses movimentos autoritários surgiram como uma reação violenta ao colapso econômico das nações europeias, à instabilidade das democracias parlamentares e ao pavor social frente à Revolução Russa (Hobsbawm, 1995). Ao contrário das tendências de exportação estadunidense, o fascismo configurou-se como um movimento complexo que desafiou a ordem liberal vigente,

¹ Licenciado em História/UFPEL, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais/UNISINOS, Mestre em Gestão e Negócios/UNISINOS, Doutorando, PPGD/UNISINOS e PPGPP/UFRGS. E-mail: alfernandes@edu.unisinos.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0356-2565>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5678292428536920>.

consolidando-se a partir das cicatrizes sociais e políticas deixadas pela Primeira Guerra Mundial no continente europeu.

Originado na Itália, no contexto de profundas transformações econômicas, políticas e sociais no período pós-Primeira Guerra Mundial, o fascismo rapidamente se consolidou como uma resposta autoritária a esses desafios. Sob a liderança de Benito Mussolini, o fascismo oferecia uma alternativa radical ao liberalismo democrático e ao socialismo, promovendo a centralização do poder, o ultranacionalismo e a submissão completa do indivíduo ao Estado. No entanto, os fundamentos do fascismo transcendem sua manifestação histórica específica, sendo fruto de um longo processo de formação ideológica e de apropriação de diversos elementos políticos, filosóficos e culturais.

A análise do fascismo exige uma compreensão de suas múltiplas facetas, que incluem o uso sistemático da violência política, a glorificação de símbolos nacionais e a criação de estruturas sociais hierarquizadas e militarizadas. Historicamente, o fascismo foi capaz de se adaptar a diferentes contextos, servindo como modelo para outros regimes autoritários, como o nazismo alemão. Essas interações geraram um debate acadêmico profundo sobre as semelhanças e diferenças entre os regimes fascistas, em particular no que se refere à implementação de políticas raciais e genocidas².

Além disso, o fascismo desenvolveu uma relação ambígua com a tradição intelectual e cultural da Europa. Embora o movimento tivesse uma retórica anti-intelectual e desdenhosa em relação às elites acadêmicas e à cultura crítica, ele foi influenciado por figuras filosóficas como Friedrich Nietzsche e Giovanni Gentile. Por outro lado, a crítica marxista, exemplificada principalmente por Antonio Gramsci, forneceu uma análise contundente do fascismo como uma expressão da crise do capitalismo e da resposta da burguesia às ameaças revolucionárias.

Este estudo pretende explorar, de maneira detalhada, as origens, o desenvolvimento e as consequências do fascismo, tanto em seu contexto histórico específico quanto em suas implicações mais amplas para as sociedades modernas. A permanência de elementos fascistas em discursos e práticas políticas atuais demonstra que, embora derrotado no campo de batalha da Segunda Guerra Mundial, o fascismo continua a exercer uma influência significativa nas esferas política e cultural.

² Sobre a discussão acerca das aproximações e distinções entre os regimes fascistas, com ênfase nas políticas raciais e genocidas, ver: Hannah Arendt, *Origens do Totalitarismo*; Ian Kershaw, *Hitler* (vols. I e II) e *O que é o Nazismo?*; Emilio Gentile, *Che cosa è il fascismo: discorsi e polemiche*; e Enzo Traverso, *The Origins of Nazi Violence*.

A investigação desse fenômeno é fundamental para compreender os impasses da democracia no século XXI, especialmente ao observar como o atual crescimento de movimentos populistas e autoritários ecoa o colapso das instituições liberais descrito por Hobsbawm (1995) em sua análise sobre a crise da modernidade. Diferente da expansão da hegemonia cultural e do consumo em massa originados nos Estados Unidos, o ressurgimento contemporâneo de discursos antidemocráticos reativa mecanismos de instabilidade tipicamente europeus, nos quais a fragmentação social e a erosão dos consensos liberais operam como catalisadores para a reconfiguração da ordem global. Assim, o estudo do fascismo clássico não se encerra em seu contexto de origem, mas serve como um modelo crítico para identificar como novas crises econômicas e políticas podem converter o descontentamento das massas em projetos de poder que, embora derrotados militarmente em 1945, permanecem latentes como um desafio permanente à soberania democrática.

A fim de compreender a complexidade desse fenômeno e sua persistência histórica, o presente estudo está estruturado em quatro eixos fundamentais. Primeiramente, examinam-se as Origens e Pilares Ideológicos do Fascismo Italiano, detalhando sua gênese teórica, o papel da filosofia de Giovanni Gentile e os mecanismos de controle totalitário. Em seguida, analisa-se a Expansão e Adaptação Global, observando como o modelo italiano influenciou o nazismo e outros regimes europeus por meio da instrumentalização do medo. O terceiro eixo dedica-se às Interpretações Críticas, com ênfase na lente marxista de Antonio Gramsci sobre a crise do capital. Por fim, discute-se a Persistência na História Contemporânea, relacionando as feridas do passado com a ascensão de movimentos populistas no Brasil e no mundo, oferecendo uma síntese dos desafios atuais para a preservação das democracias.

Origens e Pilares Ideológicos do Fascismo Italiano

O fascismo, enquanto ideologia política e movimento, emergiu na Itália no início do século XX, tendo Benito Mussolini como sua principal liderança. Sua formulação teórica está assentada no ultranacionalismo exacerbado, no autoritarismo e na supremacia do Estado sobre o indivíduo (Paxton, 2023). A gênese do fascismo está intimamente vinculada ao contexto da Primeira Guerra Mundial, quando, em 1914, um grupo de nacionalistas italianos, entre os quais se encontrava Mussolini, rompeu com o socialismo ao defender a entrada da Itália no conflito ao lado dos Aliados³. Esse grupo constituiu o *Fascio Rivoluzionario d'Azione*

³ A adesão de Mussolini ao intervencionismo em 1914 reflete uma cisão profunda no movimento socialista internacional da época. Enquanto a ortodoxia marxista e o Partido Socialista Italiano (PSI) defendiam a neutralidade absoluta por interpretarem a guerra como um conflito imperialista burguês que vitimaria o

Interventista, marco inaugural do afastamento de Mussolini da ideologia socialista e da formulação de uma nova concepção política centrada no nacionalismo autoritário (Milza, 1999).

Nesse contexto histórico, Yascha Mounk (2023) observa que a estabilidade de qualquer sistema político depende da percepção de que ele é capaz de garantir o bem-estar dos cidadãos. O colapso do sistema liberal italiano pós-1918 pode ser lido como uma forma primitiva do que Mounk define como o esgotamento das promessas democráticas: quando as instituições falham em prover segurança e crescimento, abre-se espaço para que movimentos autoritários se apresentem como a única solução para o caos.

Mussolini (2019, p. 10) descreveu o fascismo nos seguintes termos:

[...] o fascismo é ação e é pensamento; ação na qual a doutrina é imanente, e a doutrina é emanada de um dado sistema de forças históricas no qual está inserida e operando internamente. Assim, sua forma está relacionada às contingências de tempo e espaço, mas ao mesmo tempo tem ainda um conteúdo ideal, que a torna uma expressão da verdade na mais alta esfera da história do pensamento.

A doutrina fascista, em sua essência, rejeita os fundamentos do liberalismo, do socialismo e da democracia representativa. Em seu lugar, propõe a centralização do poder político e econômico nas mãos de um líder supremo, promovendo a exaltação do Estado como ente absoluto e indivisível (Paxton, 2023). O regime fascista caracteriza-se, assim, pela repressão sistemática a qualquer forma de dissenso, valendo-se de mecanismos coercitivos e de violência institucionalizada com o objetivo de assegurar a unidade nacional e a estabilidade governamental. Essa rejeição radical dos direitos individuais em prol de uma suposta vontade popular monolítica é o que Mounk (2023) tipifica hoje como o perigo extremo da "democracia iliberal": um regime que afirma representar o "povo verdadeiro" enquanto destrói as garantias institucionais e o Estado de Direito que protegem as minorias e os dissidentes.

No início da década de 1920, Benito Mussolini cunhou o termo “totalitário” para descrever o novo modelo estatal instituído na Itália sob o regime fascista. Tal concepção encontrou sua expressão máxima na fórmula: “tudo dentro do Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado”, evidenciando a pretensão de controle absoluto sobre todas as esferas

proletariado, a ala dissidente, influenciada pelo sindicalismo revolucionário, passou a ver no conflito uma oportunidade de revolução nacional. Para esses dissidentes, a guerra funcionaria como um catalisador capaz de destruir as velhas estruturas liberais, permitindo que o nacionalismo substituísse a luta de classes como o motor da história. Essa ruptura é fundamental para entender a transição do socialismo para o fascismo, pois marca a substituição do internacionalismo proletário pelo mito da nação proletária (Milza, 1999; Hobsbawm, 1995).

da vida pública e privada. O totalitarismo, como forma de organização político-social, visa a substituição das instituições tradicionais e a eliminação das normas jurídicas, sociais e políticas vigentes, instaurando um sistema de dominação integral. Nesse modelo, observa-se a atuação de um único partido político, sob a liderança de um ditador, com forte aparato de censura e controle da imprensa, uso sistemático de propaganda estatal, serviço militar obrigatório, práticas de controle populacional e perseguição a grupos religiosos, políticos ou culturais dissidentes (Zamponi, 1997).

Tabela 1: Características Principais do Fascismo Italiano

Característica	Descrição/Manifestação na Itália Fascista
Totalitarismo	Controlo estatal sobre todos os aspetos da vida, ditador/partido único, censura, ausência de dissidência.
Corporativismo	Sociedade organizada em "corporações" subordinadas ao Estado para controlo económico, refletindo a vontade de Mussolini.
Culto da Personalidade	Glorificação pervasiva de Mussolini como <i>Il Duce</i> , líder super-humano e infalível.
Ênfase na Ação/Violência	Glorificação da guerra, conquista, força física em detrimento da razão; enquadramento militarista da sociedade.
Nacionalismo Extremo	Crença na superioridade nacional italiana, desejo de expansão, revivificação do Império Romano.
Anti-Liberalismo/Democracia	Rejeição das instituições democráticas, direitos individuais e valores "burgueses".
Anti-Bolchevismo/Socialismo	Oposição feroz a movimentos comunistas e socialistas, justificação da violência contra eles.

Fonte: De Felice, 1988; Hobsbawm, 1995; Milza, 1999; Neville, 2014.

A atuação dos governos totalitários, comumente, orienta-se por objetivos amplos e específicos, como a industrialização forçada ou a expansão imperialista, aos quais todos os recursos nacionais são subordinados, independentemente dos custos sociais e econômicos. A dissidência é suprimida de forma intransigente, não havendo reconhecimento da conclusão dos objetivos propostos, o que confere ao Estado poderes amplos e permanentes. A base ideológica do fascismo repousa sobre o culto à unidade nacional e à necessidade de um “renascimento” da nação, frequentemente erigido a uma condição quase religiosa,

instrumentalizando-se mitos identitários e, em certas experiências históricas, teorias de pureza racial que culminaram em práticas de exclusão e programas de eugenia (Ducatti, 2023).

A origem etimológica do termo "fascismo" remonta ao símbolo dos fasces, que, na Roma Antiga, representava a autoridade estatal por meio de um conjunto de varas atadas em torno de um machado. Historicamente, essa simbologia foi resgatada pelo *fascio littorio*, sendo posteriormente apropriada pelo regime fascista como um símbolo de unidade e poder autoritário estatal (Paxton, 2023).

Essa simbologia transcendeu o contexto italiano, sendo utilizada em outros momentos históricos, como na França republicana do século XIX, onde o fasces foi empregado para representar a resistência da República contra as elites aristocráticas e eclesiásticas. Nos Estados Unidos, o símbolo também foi adotado, como na moeda de 25 centavos de 1932, associando-se à ideia de poder e unidade nacional (Aguilhon, 1979; Zamponi, 1997).

A ascensão do fascismo foi impulsionada pela atuação das milícias paramilitares, conhecidas como *fasci di combattimento*, que tiveram papel crucial na Marcha sobre Roma em 1922, culminando na nomeação de Mussolini como primeiro-ministro. O Partido Nacional Fascista, organizado a partir dessas milícias, estruturou-se de forma militarizada e submetida à autoridade central de Mussolini. Durante os 23 anos em que esteve no poder, o fascismo consolidou-se como um regime ditatorial, promovendo o uso da força para suprimir a oposição e exercer controle sobre a sociedade e a economia (Trotsky, 2019).

O "Idealismo Atual" e o "Estado Ético" de Giovanni Gentile

Giovanni Gentile, o "filósofo oficial" do Fascismo, forneceu a justificação intelectual para o regime. Seu conceito de "estado ético" afirmava que a liberdade humana só poderia ser alcançada através da completa integração do indivíduo na sociedade. Essa visão de Gentile representa o que Mounk (2023) critica como a supressão do pluralismo. Para Mounk, uma sociedade estável não deve ser um monólito estatal, mas sim como um "Parque Público": um espaço comum onde todos seguem as mesmas regras, mas preservam a liberdade de viver suas identidades privadas sem a interferência totalitária do Estado.

O fato de Gentile ter fornecido uma "justificação filosófica sofisticada" para o Fascismo revela um esforço calculado do regime para controlar não apenas o espaço físico, mas também o discurso intelectual. Como alerta Mounk (2023) em sua análise sobre as redes sociais e a pós-verdade, a deslegitimação das instituições intelectuais e a criação de uma

"verdade oficial" são ferramentas fundamentais para que o autoritarismo corroa a democracia por dentro, utilizando-se das próprias liberdades do sistema para destruí-lo.

O conceito de "estado ético" de Gentile definia o Estado como a encarnação da vontade moral e da lei moral, afirmando que a liberdade humana só poderia ser alcançada através da completa integração do indivíduo na sociedade. Isso forneceu uma justificação filosófica sofisticada para governos autoritários e totalitários. Gentile acolheu a ascensão de Mussolini, vendo-o como uma figura conservadora capaz de resolver as crises do pós-guerra e revitalizar a nação. Como Ministro da Instrução Pública, Gentile implementou reformas educacionais significativas que, embora apregoadas por Mussolini como "a reforma mais fascista", estavam mais enraizadas na sua própria filosofia educacional conservadora e elitista, enfatizando a liberdade intelectual e as humanidades tradicionais (Gentile, 2013).

No seu artigo de 1927, *A Base Filosófica do Fascismo*, Gentile articulou a visão fascista do Estado: "A autoridade do Estado e a liberdade do cidadão constituem um círculo contínuo onde a autoridade pressupõe a liberdade e a liberdade a autoridade. Pois a liberdade só pode existir dentro do Estado, e o Estado significa autoridade". Ele acreditava que o liberalismo havia quebrado este círculo, e que o estado corporativo fascista oferecia um sistema representativo mais sincero e em contacto com a realidade. Gentile descreveu o Fascismo como "um espírito religioso" e "a mais alta forma de democracia", justificando a sua violência como a "eficácia moral tanto do 'sermão quanto do cassete'". Os seus escritos definiam o Fascismo como um movimento político conservador, tradicional e elitista, visando estabelecer um estado autoritário. Notavelmente, Gentile expressou dissidência em relação a certas políticas fascistas, opondo-se ao Pacto de Latrão⁴ por desvirtuarem o carácter autoritário do Estado e criticando abertamente os decretos antisemitas de 1938 devido à sua crença no carácter universal da cultura italiana. *La dottrina del fascismo* (Mussolini, 1936), publicada sob o nome de Mussolini, foi em grande parte escrita por Giovanni Gentile (Gentile, 1924; 2023).

O facto de Gentile, um filósofo renomado, ter fornecido uma "justificação filosófica sofisticada" para o Fascismo, enquadrando-o de forma conservadora e ética, enquanto o próprio Fascismo enfatizava "ação e violência em detrimento da fala e da razão" e atacava a

⁴ Assinado em 11 de fevereiro de 1929 entre a Santa Sé e o Reino da Itália, o Tratado de Latrão é o documento político que integra os Pactos de Latrão, juntamente com a Concordata e a Convenção Financeira. O acordo reconheceu a soberania plena e a independência da Santa Sé, criando o Estado da Cidade do Vaticano como um suporte territorial necessário para garantir a autonomia da Igreja frente a qualquer poder civil. Juridicamente, o tratado definiu os limites territoriais do novo Estado e estabeleceu as bases da sua população, composta por cidadãos e residentes sob a autoridade soberana do Papa. Embora o tratado original tenha declarado o catolicismo como religião oficial, esta disposição foi revogada pela revisão constitucional e pelo Acordo Bilateral de 1984, que modernizou as relações entre a Igreja e o Estado italiano (Oliveira; Marandola, 2019).

"cultura burguesa" que valorizava o intelectualismo, revela um paradoxo fundamental. Isso sugere que o Fascismo, embora ostensivamente anti-intelectual e glorificando a força bruta, procurou e utilizou ativamente uma justificação filosófica de alto nível. Essa estratégia indica que o regime compreendia que, mesmo um movimento construído sobre a ação e a emoção, necessitava de um verniz intelectual para legitimar a sua rutura radical com as tradições liberais e atrair certos segmentos da intelectualidade. O papel de Gentile não era apenas definir o Fascismo, mas elevá-lo para além da mera brutalidade, conferindo-lhe uma percebida necessidade histórica e moral. Isso sublinha o esforço calculado do regime para controlar não apenas o espaço físico, mas também o discurso intelectual (Gentile, 1924; 2023).

O Decálogo Apócrifo: Princípios e Percepção Popular do Fascismo

O documento vulgarmente denominado "**Decálogo do Fascismo**" constitui uma peça de natureza apócrifa e extraoficial que logrou sintetizar, sob uma lógica mnemônica e pedagógica, o *ethos* do fascismo italiano em dez preceitos fundamentais. É imperativo assinalar, sob o prisma da precisão histórica, que tal compêndio não emana de atos normativos diretos de Benito Mussolini, tampouco integra o *corpus* doutrinário formal do Partido Nacional Fascista (PNF). Todavia, sua relevância reside na função de **catecismo cívico informal**, operando como um instrumento de mobilização da militância e evidenciando a hermenêutica popular sobre a ideologia estatal (Galeotti, 2020).

Os dez vetores axiológicos que compõem este decálogo refletem a tentativa de codificar a conduta do "novo homem" fascista:

- **Credo (Acreditar):** Estabelece a fé incondicional no *Duce* e na infalibilidade da doutrina, transpondo o sentimento religioso para a esfera política, o que configura a sacralização da política.
- **Obediência (Obedecer):** Erige a disciplina e a submissão hierárquica irrestrita como dogmas, anulando a autonomia da vontade em favor da coesão do organismo social.
- **Militância (Atacar):** Exalta o carácter intrinsecamente belicoso do movimento, onde o enfrentamento direto e a violência política são legitimados como ferramentas de afirmação ideológica.
- **Expansão (Conquistar):** Manifesta a pulsão vitalista do regime, que identifica a sobrevivência da nação à sua capacidade de projetar poder e subjugar o *outro*.

- **Heroísmo Trágico (Viver perigosamente):** Resgata a estética do risco e a rejeição à segurança burguesa, valorizando a audácia existencial em detrimento da estabilidade democrática.
- **Supremacia do Estado (Servir à pátria):** Postula a absorção da individualidade pelo ente estatal. O cidadão é despojado de direitos subjetivos clássicos, passando a ser compreendido meramente como um meio para a consecução dos fins transcendentais da Nação.
- **Imperialismo (Construir um império):** Projeta a ambição de restabelecer a hegemonia mediterrânea, fundamentando a legitimidade do regime na expansão territorial e no prestígio global.
- **Doutrinação Pedagógica (Educar o povo):** Enfatiza a instrumentalização do ensino e da cultura para a forja de uma consciência coletiva alinhada aos desígnios do regime.
- **Militarização da Sociedade (Armar o povo):** Valoriza a estética da força e a prontidão bélica, transformando o corpo social em um exército permanente em estado de latência.
- **Ruptura Histórica (Esquecer o passado):** Prega a superação das tradições liberais e parlamentares, orientando o esforço nacional para a construção de uma "Nova Ordem" pretensamente infensa às heranças do século XIX.

É fundamental reiterar que este "Decálogo", embora influente na percepção popular e na propaganda informal, representa uma visão simplificada dos complexos ideais fascistas. A ideologia em si era significativamente mais multifacetada, englobando elementos de nacionalismo exacerbado, totalitarismo, corporativismo e um forte militarismo, que moldaram profundamente a sociedade italiana da época e transcenderam a mera lista de princípios aqui apresentada.

O Fascismo como Fenômeno Global e Suas Adaptações

A análise comparada do fascismo revela que, embora o movimento de Benito Mussolini tenha servido de inspiração estética, as experiências nacionais na Hungria, Romênia e França operavam sobre mitologias de purificação adaptadas às suas próprias frustrações históricas. Como observa Roger Griffin (2013), o núcleo comum desses movimentos era o mito da palingenesia, definido como a ideia de um renascimento nacional

após um período de decadência percebida. No governo de Gyula Gömbös na Hungria, essa renovação manifestou-se como um nacionalismo revisionista obcecado pela recuperação de territórios, enquanto a Guarda de Ferro na Romênia radicalizou essa mística ao introduzir um componente religioso ortodoxo singular. Essas variações, detalhadas por Carlos Martins (2023), demonstram que o fascismo histórico não era um bloco monolítico, mas uma teia de ideologias camaleônicas que, segundo Kevin Passmore (2022), buscava criar uma terceira via entre o capitalismo liberal e o socialismo, mobilizando as massas através de uma política de identidade e emoção.

Essa fragmentação identitária torna-se ainda mais evidente ao observarmos o movimento Ustaše na Croácia, que exemplifica o paradoxo de um internacionalismo nacionalista. Ao focar em uma identidade croata hiper-católica e na eliminação violenta de minorias, o grupo de Ante Pavelić ilustra como a ausência de solidariedade era uma característica intrínseca ao sistema. Conforme a tese de Robert Paxton (2007), o fascismo deve ser compreendido menos por seus programas teóricos e mais por sua atuação prática. Essa atuação, como aponta Jason Stanley (2018), baseia-se na criação de uma distinção nítida entre nós e eles, utilizando o passado mítico para justificar a hierarquia e a exclusão. Por serem movimentos baseados na supremacia nacional absoluta, a cooperação entre regimes fascistas era inerentemente instável. Enquanto o socialismo pregava uma união transnacional, o fascismo transformava o continente em um tabuleiro de interesses irreconciliáveis, onde mesmo Estados ideologicamente próximos entravam em choque por disputas territoriais ou raciais.

Por fim, a comparação com o Mouvement Franciste na França e o Nazismo na Alemanha ressalta que o sucesso dessas ideologias dependia da profundidade da crise das instituições liberais locais. Na França, o fascismo de Marcel Bucard encontrou resistência em uma tradição republicana ainda funcional, permanecendo na periferia política até a intervenção estrangeira. Já na Alemanha, o Nazismo conseguiu converter o trauma econômico em um Estado totalitário focado no biologismo racial. A análise de Passmore (2022) reforça que o fascismo não era apenas uma reação ao comunismo, mas um projeto revolucionário de direita que visava reordenar a sociedade de forma radical. Stanley (2018) complementa que essa reordenação dependia da erosão da verdade e da normalização da propaganda divisionista. Assim, embora o nacionalismo exacerbado fosse o ponto comum, a capacidade de cada movimento de sequestrar o Estado dependia da combinação exata entre o vácuo de poder e o consentimento das elites tradicionais, conforme teorizado por Paxton.

Embora o Partido Nazista evitasse uma identificação direta com o fascismo, Adolf Hitler nutria profunda admiração por Mussolini, considerando-se seu discípulo. Não obstante, o nazismo introduziu novos elementos ao ideário fascista, especialmente a questão racial e a implementação de políticas genocidas, o que o diferenciava do fascismo italiano (Kershaw, 2010). No campo intelectual, o filósofo Friedrich Nietzsche é frequentemente associado ao fascismo, embora essa associação seja complexa. Nietzsche criticava a moralidade conformista e proclamava a "morte de Deus", introduzindo o conceito de "super-homem" (Nietzsche, 2011). Apesar de alguns de seus conceitos terem sido apropriados por regimes fascistas e nazistas, Nietzsche rejeitava tanto o patriotismo quanto o antisemitismo, o que torna sua vinculação direta ao fascismo problemática (Julião, 2016).

O fascismo é impulsionado principalmente pelo medo, o que facilita sua disseminação emocional em todas as camadas da sociedade. Este movimento não prospera sem o apoio popular, requerendo tanto a validação das elites quanto a adesão do cidadão comum. Nesse sentido, pode-se argumentar que o fascismo deve ser compreendido menos como uma ideologia política e mais como um método de conquista e manutenção do poder (Albright, 2018). Diferentemente de regimes como monarquias ou ditaduras militares, que se impõem de forma vertical, o fascismo se alimenta da frustração de indivíduos que experimentam traumas, como a perda de uma guerra, de um emprego ou o declínio de sua nação. Quanto mais profunda a fonte da angústia, maior a propensão desses indivíduos a se deixarem seduzir pela promessa de renovação ou pela restituição do que perderam (Albright, 2018).

A concepção fascista da vida, segundo Mussolini, é fundamentalmente religiosa, na qual o indivíduo se relaciona com uma lei superior, transcendendo sua existência individual e sendo elevado à comunhão consciente em uma sociedade espiritual. A ideologia fascista consolidou-se em torno de uma postura agressiva e militarista, com tendências expansionistas, e utilizava a educação como instrumento de doutrinação.

Interpretações críticas do fascismo: a análise marxista

A análise marxista sobre o fascismo, especialmente a elaborada por Antonio Gramsci, define esse regime como uma resposta à crise orgânica do capitalismo, intensificada pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução Russa. Gramsci argumenta que o fascismo surge como uma tentativa da pequena e média burguesia de se reestruturar frente à crise econômica, ao mesmo tempo em que serve aos interesses da grande burguesia, que buscava centralizar seu poder e reprimir a ameaça socialista (Gramsci, 2021). Nesse sentido, a análise marxista

destaca o fascismo como um movimento que, embora sirva à elite capitalista, possui flexibilidade suficiente para adaptar-se a diferentes contextos políticos e sociais, mantendo sua relevância histórica.

Ao estabelecer-se como oposição ao socialismo, o fascismo rejeita a noção de luta de classes, defendida pelos marxistas. Em vez disso, o fascismo propõe uma visão de unidade dentro do Estado, que busca integrar as classes em uma única realidade econômica e ética. Tal doutrina se opõe, também, ao sindicalismo como uma ferramenta de luta de classe; embora o fascismo, ao ser incorporado ao Estado, reconheça as necessidades que deram origem ao socialismo e ao sindicalismo, esses movimentos são então adequados ao sistema corporativo fascista, no qual interesses divergentes são harmonizados na unidade estatal (Mussolini, 2019). A tentativa de harmonização que encobre divisões estruturais de classe encontra paralelo contemporâneo na denominada “síntese identitária”. As derivações do identitarismo atual tendem a desconsiderar o capitalismo como estrutura central de produção de desigualdades, concentrando-se na ampliação da representatividade de grupos subalternizados em espaços institucionais de poder, sem, contudo, promover questionamento substantivo das hierarquias econômicas vigentes (Mounk, 2024).

Essa visão de mundo faz do fascismo uma rejeição resoluta à doutrina marxista, que se fundamenta no materialismo histórico. Para o marxismo, a história é explicada pela luta de classes e pelas mudanças nos processos produtivos, enquanto o fascismo nega essa perspectiva, afirmando a preeminência da nação e da ordem social sobre os conflitos de classe (Mussolini, 2019). Não obstante, a análise marxista considera que essa negação do materialismo histórico não é suficiente para desqualificar o fascismo como um fenômeno que emerge em momentos de crise do capitalismo. A flexibilidade do fascismo permitiu que ele se manifestasse em diversas sociedades ao longo do século XX, adaptando-se às particularidades de cada contexto social e político.

A Persistência do Fascismo na História Contemporânea

A relevância do fascismo no contexto contemporâneo não se manifesta como uma repetição idêntica do passado, mas como uma reativação de feridas históricas em novos solos. Conforme analisa Robert Paxton (2023), o fascismo não deve ser visto como um fenômeno estático, mas como um processo que sobreviveu à derrota de 1945 ao camuflar-se em discursos de identidade nacional e proteção da comunidade. A transição do fascismo histórico

para o contemporâneo é mediada, sobretudo, pelo esgotamento das promessas da democracia liberal e pelos efeitos colaterais da globalização.

Nesse sentido, Yascha Mounk (2019) observa que a estabilidade democrática dependia de um crescimento econômico que beneficiava a maioria; com a estagnação do padrão de vida e o aumento da desigualdade, a confiança no sistema rompeu-se, abrindo espaço para a retórica populista. Ao aplicar a teoria de Paxton (2017) sobre os "*cinco estágios do fascismo*", percebe-se que movimentos como o trumpismo não apenas se enraizaram no sistema, mas subverteram a linguagem do conservadorismo tradicional para normalizar o ressentimento. Esse cenário permitiu a remoção do curativo de feridas sociais não cicatrizadas, canalizando a angústia de setores que se sentem marginalizados pela modernidade (Albright, 2018).

Diferente do século XX, o autoritarismo contemporâneo apresenta facetas distintas que exigem uma demarcação clara para evitar anacronismos. Embora Madeleine Albright (2018) identifique traços antidemocráticos em diversos líderes, é imperativo distinguir suas naturezas políticas sob a luz de Levitsky e Ziblatt (2018). Enquanto Viktor Orbán e Recep Tayyip Erdogan representam o autoritarismo iliberal, caracterizado pela subversão das leis para "capturar os árbitros", como o Judiciário e os órgãos de controle, o regime de Vladimir Putin consolidou uma autocracia personalista de matiz cleptocrático, baseada na supressão física da oposição e no controle estatal direto. Por outro lado, os regimes de Nicolás Maduro e Daniel Ortega representam a degeneração de populismos de esquerda que se converteram em ditaduras militares-ideológicas para garantir a sobrevivência do grupo no poder. O que os aproxima não é uma doutrina única, mas o uso de estratégias que, como aponta Jason Stanley (2018), visam a erosão da verdade e a construção de uma hierarquia excludente entre o "nós" (o povo verdadeiro) e o "eles" (os inimigos do Estado).

No Brasil, esse fenômeno reflete uma tradição autoritária de longa data, conectando o presente às raízes do século passado através da Ação Integralista Brasileira (AIB). A fundação da AIB em 1932 consolidou a influência do fascismo italiano sob uma roupagem católica e nacionalista (Bertonha, 2001). O movimento bolsonarista reativou essa herança ao fundir a mística religiosa com o aparato digital, criando uma base de apoio que busca a deslegitimação permanente de qualquer autoridade institucional que não seja o próprio líder (Singer et al., 2020). Ao utilizar o binômio "Deus e a Bíblia" e a construção de uma "verdade acima de todos", o bolsonarismo opera uma espécie de fascismo de baixa intensidade. Este processo assemelha-se ao diagnóstico de Levitsky e Ziblatt (2018) sobre o rompimento da "tolerância mútua" e da "reserva institucional", onde o desgaste dos freios e contrapesos republicanos

ocorre sob o pretexto de uma limpeza moral e ideológica (Bernardi; De Moraes, 2021). Como alerta Bertolt Brecht (2016), a latência dessa ideologia em tempos de crise demonstra que a agressividade política contemporânea é um camaleão capaz de corroer as democracias por meio de suas próprias ferramentas de liberdade.

Considerações Finais

A análise do fascismo como fenômeno político e social demonstra que essa ideologia se enraizou em contextos de crise, aproveitando-se da instabilidade econômica, do medo social e da incerteza política para se fortalecer. A ascensão de regimes autoritários na Itália e na Alemanha no século XX, sob as lideranças de Benito Mussolini e Adolf Hitler, respectivamente, ilustra como o fascismo se baseia na exaltação do nacionalismo, na centralização do poder e na supressão das liberdades individuais. Ao longo deste estudo, foi possível verificar que, embora o fascismo tenha surgido em resposta às condições particulares do pós-Primeira Guerra Mundial, suas características principais, como o totalitarismo, o militarismo e a manipulação do medo, mantêm relevância na contemporaneidade.

A análise histórica também revelou a importância de compreender as bases filosóficas e as apropriações ideológicas que moldaram o fascismo, assim como as críticas marxistas, em particular as de Antonio Gramsci, que fornecem uma lente importante para interpretar o fascismo como uma reação das elites à luta de classes e ao avanço das ideologias socialistas.

Em conclusão, o fascismo permanece uma ameaça latente, sobretudo em períodos de crise, o que reforça a necessidade de constante vigilância por parte das democracias contemporâneas. A compreensão aprofundada de sua ideologia, estratégias e impactos é essencial para evitar que regimes autoritários voltem a se consolidar, comprometendo os princípios democráticos e os direitos humanos. Assim, a história do fascismo serve de alerta para o presente, demandando uma análise crítica contínua sobre os caminhos que as sociedades modernas podem seguir.

Referências

- AGULHON, Maurice. **Marianne au combat**: l'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880. Paris: Flammarion, 1979.
- ALBRIGHT, Madeleine. **Fascismo**: um alerta. Editora Planeta do Brasil, 2018.
- BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; DE MORAIS, Jennifer Azambuja. Fascismo à brasileira? Análise de conteúdo dos discursos de Bolsonaro após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. **Política & Sociedade**, v. 20, n. 48, pp. 300-327, 2021.

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, pp. 85-105 2001.

BRECHT, Bertolt. **Fear and Misery of the Third Reich**. Bloomsbury Publishing, 2016.

DE FELICE, Renzo. **Entrevista sobre o Fascismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

DUCATTI, Ivan. Fascismo e eugenia na Itália: a classe trabalhadora sob controle. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 15, n. 2, p. 646-662, 2023.

ECO, Umberto. **O fascismo Eterno**. Editora Record, 2018.

GENTILE, Emilio. **Fascismo: Storia e interpretazione**. Gius. Laterza & Figli Spa, 2013.

GENTILE, Giovanni. **Che cosa è il fascismo: discorsi e polemiche**. Vallecchi, 1924.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (Vol. 3): Maquiavel. Notas sobre o estado e a política**. Civilização Brasileira, 2023.

GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. Routledge, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.

KERSHAW, Ian. **Hitler: A biography**. WW Norton & Company, 2010.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

JULIÃO, José Nicolao. Nietzsche entre a Pólis Grega e o Terceiro Reich Alemão. **Cadernos Nietzsche**, v. 37, pp. 271-296, 2016.

MARTINS, Carlos. **Fascismos: para além de Hitler e Mussolini**. Desassossego, 2023

MILZA, Pierre. **Mussolini**. Paris: Fayard, 1999.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **The identity trap: a story of ideas and power in our time**. New York: Penguin Press, 2023. E-book.

_____. **A armadilha da identidade: uma história das ideias e do poder em nosso tempo**. Lisboa: Edições 70, 2024.

MUSSOLINI, Benito. **La dottrina del fascismo**. U. Hoepli, 1936.

_____. A Doutrina. In: MUSSOLINI, Benito; TROTSKI, Leon. **Fascismo: Textos fundamentais e históricos do Século XX**. Nova Fronteira, 2019.

NEVILLE, Peter. **Mussolini**. Routledge, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falava Zaratustra**. Nova Fronteira, 2011.

OLIVEIRA, Sueli Almeida; MARANDOLA, Allan Victor de Almeida. A personalidade jurídica internacional da Santa Sé: status quo. **Scientia canonica**, v. 2, n. 3, p. 109-137, 2019.

PASSMORE, Kevin. **Fascismo: Uma Breve Introdução**. Dialética, 2022.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed., 2023.

_____. The five stages of fascism. In: **Fascism**. Routledge, 2017. pp. 81-103.

SINGER, André et al. Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira? **Folha de São Paulo**, 9 jun. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml>>. Acesso em 22 dez. 2025.

SOUZA, Jessé. **O pobre de direita**: A vingança dos Bastardos. Civilização Brasileira, 2024.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**. A política do “nós e “eles”. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TROTSKY, Leon. **Como esmagar o fascismo**. Editora Autonomia Literária, 2019.

ZAMPONI, Simonetta Falasca. **Fascist Spectacle**: The Aesthetics of Power in Mussolini's Italy. (Studies in the History of Society and Culture, number 28.) Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 1997.

A agência feminina em Cuba: Mariana Grajales e o Pelotão Feminino na Revolução Cubana

Female agency in Cuba: Mariana Grajales and the Women's Platoon in the Cuban Revolution

Mariana Ventura Martins¹, UFRRJ

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma nova proposta de interpretação historiográfica sobre a Revolução Cubana. Valendo-nos dos preceitos da História das Mulheres, abordaremos o processo revolucionário a partir da participação feminina, em específico, do *Pelotón Mariana Grajales*, conhecido popularmente como “Las Marianas”, fundado em 1958 e originalmente composto por treze mulheres. O nome da organização militar é uma referência a Mariana Grajales (1815-1893), mulher negra, que viveu durante o século XIX e atuou na Guerra dos Dez anos (1868-1878), a primeira fase do movimento de independência cubano. Posteriormente, Grajales recebeu o título de *madre de la patria*.

Palavras-chave: Revolução Cubana; Pelotão Mariana Grajales; Mulheres em Cuba; Mariana Grajales.

Abstract

This article aims to present a new historiographical interpretation of the Cuban Revolution. Drawing on the principles of Women's History, we examine the revolutionary process through the lens of female participation, focusing in particular on the *Pelotón Mariana Grajales*, popularly known as “Las Marianas.” Founded in 1958, the unit was originally composed of thirteen women. The name of this military organization pays tribute to Mariana Grajales (1815-1893), a Black woman who lived in the 19th century and played an active role in the Ten Years' War (1868-1878), the first phase of Cuba's independence movement. Grajales was later honored with the title *madre de la patria*.

Keywords: Cuban Revolution; Mariana Grajales Platoon; Women in Cuba; Mariana Grajales.

Introdução

Os eventos políticos que transcorreram em Cuba no século XX são um tema recorrente na historiografia brasileira (Prado, 2013; Ayerbe, 2004; Bandeira, 2009), principalmente a Revolução vitoriosa, em janeiro de 1959, episódio no qual se destacaram nomes como Fidel Castro e Ernesto Che Guevara. Ao enfatizar os sujeitos masculinos, estes trabalhos têm preconizado uma imagem de guerrilha como uma vivência masculina, por excelência. Neste âmbito, são poucos os estudos que se dedicam a pensar a agência das mulheres.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ). Bolsista CAPES. E-mail: mariana.martins@outlook.com.

O processo de independência do século XIX foi um tema bastante evocado durante os anos da guerrilha, isto é, o discurso de tradição e continuação de uma luta pela liberdade e autonomia cubana. Após o êxito dos revolucionários, poemas e canções também foram importantes no processo de vinculação da Revolução de 1959 ao processo de independência, evocando os principais personagens, entre eles: Mariana Grajales, José Martí² e Antonio Maceo³. Logo, compreendemos que o regime revolucionário, a fim de conferir legitimidade à nova ordem política vigente, se apropriou de símbolos do século XIX referentes à independência.

Os eventos ocorridos em Cuba durante o século XIX marcaram o início do que podemos chamar de tradição de luta. A historiografia costuma atribuir uma relação de continuidade entre o processo de independência do século XIX e os eventos do século XX, pois ao longo desse período, Cuba não era completamente soberana, primeiro com o domínio espanhol, depois a intervenção dos Estados Unidos da América⁴, e, por fim, uma ditadura militar encabeçada por Fulgencio Batista⁵.

Os acontecimentos que transcorreram em Cuba após o triunfo da Revolução foram responsáveis por significativas transformações sociais para as mulheres e na luta por seus direitos, pois elas se organizaram politicamente dentro da *Federación de Mujeres Cubanas* (FMC)⁶. Além disso, destacamos que este processo revolucionário tem se mostrado frutífero

² José Martí (1853-1895), filho de pais espanhóis, iniciou sua participação política escrevendo em jornais separatistas. Morreu em combate no vilarejo de “Dos Ríos”, província do Oriente, Cuba. Sua obra mais famosa é *Nuestra America*, onde defende a unidade da América Espanhola e a luta contra o imperialismo. Disponível em https://www.ecured.cu/Jos%C3%A9_Mart%C3%AD. Acesso em: 10 abr. 2025.

³ José Antonio de la Caridad Maceo y Grajales (1845- 1896) foi um líder e estrategista nas guerras de independência de Cuba, no século XIX. Caiu em combate em 1896. Foi o primeiro filho do segundo casamento de Mariana Grajales Cuello.

⁴ Maria Lígia Prado aponta que Cuba transicionou diretamente do domínio espanhol para uma nova forma de dependência externa, sem mediação por processos autônomos ou institucionais (Prado, 1994, p. 62).

⁵ Fulgencio Batista Zaldívar (1901-1973) nasceu em uma família de origem humilde e seguiu uma trajetória notável, desde sua entrada no exército como soldado até alcançar o posto de sargento. Sua ascensão política foi marcada por um golpe militar em 1933, que o levou a se tornar coronel e chefe do exército. Posteriormente, exerceu a presidência da República de Cuba entre 1940 e 1944, e mais tarde, comandou a ditadura cubana de 1952 a 1959.

⁶ Conforme destaca Francisca de Haan, a criação da *Federación de Mujeres Cubanas* (FMC) já figurava com pauta nos congressos da *Federación Democrática Internacional de Mujeres* (FDIM), entidade fundada na França, em 1945, antes mesmo de sua fundação, em 1960, o que permite compreender que tal iniciativa não partiu exclusivamente da direção da Revolução. Ademais, Vilma Espín, militante revolucionária e presidenta da FMC entre 1960 e 2007, também participou da FDIM, evidenciando a articulação entre o movimento feminino cubano e as redes internacionais de mulheres (Haan, 2017). A FMC teve como principal objetivo unificar os diversos movimentos políticos femininos em uma única organização. A centralização das organizações femininas em Cuba foi entendida como uma estratégia para uniformizar tanto as práticas quanto os discursos direcionados às mulheres, atribuindo ao Estado a função de legitimar essa condução. Desse modo, as pautas relacionadas aos direitos femininos passaram a ser canalizadas por meio da *Federación de Mujeres Cubanas*, que atuava como instância responsável por responder e organizar essas demandas. Schactae destaca que, em 1958, das treze pessoas que compunham a direção do Movimento 26 de Julho, apenas três eram mulheres.

quanto à construção discursiva nacionalista sobre o ideal de gênero e os usos da memória. Destes, destacamos, em específico, a retomada da figura de Mariana Grajales, mulher negra que viveu no século XIX e participou da primeira fase das lutas pela independência de Cuba, a Guerra dos Dez Anos (1868-1878).

Indo além, os trabalhos sobre o processo de independência passam pela mesma problemática, pois, em sua maioria, se concentram na figura de José Martí. Com isso, não intentamos desmerecer a relevância dos sujeitos previamente citados, mas enfatizar a necessidade de incluir as mulheres como agentes ativos nas narrativas históricas. Desse modo, o objetivo do artigo consiste em salientar a agência feminina cubana, através da figura de Mariana Grajales Cuello (1815-1893) e o Pelotão Feminino Mariana Grajales, apresentando outra perspectiva acerca da história cubana, em muitos momentos, construída apenas com o ativismo e o heroísmo masculino, silenciando as mulheres.

Durante o século XX, a partir da década de 1970, com o advento de novas abordagens historiográficas, os estudos voltados para as mulheres passaram a ganhar espaço e reconhecimento na academia. Nesse cenário, a historiadora francesa Michelle Perrot tornou-se uma das vozes mais influentes ao advogar pela necessidade de considerar as mulheres como sujeitos históricos dotados de agência e protagonismo. Em suas análises, Perrot defende que compreender a história das mulheres é também reinterpretar criticamente a história em sua totalidade, desestabilizando o cânone tradicional e ampliando os horizontes de investigação (Perrot, 1995, p.9-10). No Brasil, a professora Rachel Soihet também constatou a marginalização das mulheres nos estudos históricos (Soihet, 1997, p. 275-277).

De igual maneira, Perrot afirma que “o militar, o religioso, o político, como as três ordens da Idade Média, constituem três santuários que fogem às mulheres. Núcleos de poder, são os centros de decisão, real ou ilusória, ao mesmo tempo que símbolos da diferença dos sexos”. No entanto, a autora destacou os lugares que competem às mulheres, como lavanderias, igrejas e outros espaços que tradicionalmente representam a feminilidade (Perrot, 1998, p. 37, 117-127).

Assim, entendemos que mulheres que ocupam espaços considerados masculinos são constantemente invisibilizadas nas narrativas oficiais. Na obra *La tierra gira masculinamente, compañero: el ideal de masculinidad del guerrillero*, Andreas Goosses afirma que Che Guevara denominava o guerrilheiro ideal como masculino. Para ele, as mulheres deveriam

Posteriormente, a presença feminina também permaneceu reduzida no Partido Comunista Cubano (PCC). Embora durante a luta armada houvesse um discurso de incorporação das mulheres aos espaços de poder, é possível observar que sua participação era proporcionalmente mais expressiva nesse período do que na estrutura estatal cubana da década de 1970 (Schactae, 2017, p. 5-6).

pegar em armas, ou seja, participar efetivamente da luta armada, apenas em situações de extrema necessidade. No entanto, poderiam exercer outras tarefas como: cozinheiras, professoras e enfermeiras, funções tradicionalmente atribuídas às mulheres (Goosses, 2001, p. 216). Dessa maneira, corroboramos com a compreensão de que a guerrilha foi historicamente construída e representada como um espaço tradicionalmente associado à masculinidade. Segundo Andrea Mazurok Schatae, a construção da imagem do guerrilheiro no contexto da Revolução Cubana constitui-se também como um processo de elaboração de um ideal de virilidade, ancorado na tradição cultural ocidental, e marcado por atributos como força, coragem, bravura, domínio bélico e predisposição ao combate (Schatae, 2021, p. 3).

Mesmo com a persistência dos cânones patriarcais, as mulheres passam, aos poucos, a ocupar espaço na historiografia, como também na memória e identidade nacional, como pretendemos apresentar nas próximas páginas deste artigo. Dando importância à atuação feminina na história de Cuba, nosso objetivo é apresentar e destacar as ligações entre Mariana Grajales Cuello, mulher do século XIX, e o Pelotão Feminino Mariana Grajales, fundado em meados do século XX. Mas quem foi Mariana Grajales? Qual era sua importância? E por que recebe uma homenagem de guerrilheiras?

Mariana Grajales Cuello (1815-1893)

Compreendemos que a Cuba do século XIX foi tanto o cenário do apogeu do colonialismo escravista quanto o momento de origem da luta anticolonial. É neste contexto, inserida em um sistema social escravista e patriarcal, que Mariana Grajales, mulher negra, originária de Santiago de Cuba, viveu. A sua trajetória enquanto uma mulher de origem humilde tipificada como “parda livre”⁷ foi atravessada por indicadores sociais como os de raça, classe e gênero⁸.

Segundo Adys Cupull e Froilán González, no livro *Mariana: Raíz del alma cubana* (2017), os biógrafos de Grajales afirmam haver uma variedade de versões sobre os primeiros anos da vida dessa personagem no imaginário social cubano. É digno de nota que a grafia de um de seus sobrenomes também apresenta variações, não havendo um consenso estabelecido. Sob certas circunstâncias, encontramos “Cuello”, enquanto em outros, “Coello”. Dentre estes, optamos pelo uso do primeiro. A pesquisadora cubana Lidia Sánchez-Fujishiro enfatiza a

⁷ Pessoa de descendência africana, que não era escravizada. Os pardos livres não possuíam os mesmos direitos e privilégios dos brancos, mas não estavam sujeitos à condição de escravidão (Souza, 2023, p.3).

⁸ Quando me refiro a esses atravessamentos, estou fazendo referência ao conceito de interseccionalidade, formulado inicialmente por Kimberlé Crenshaw (1989), que propõe a análise das múltiplas camadas de opressão como gênero, raça e classe que incidem simultaneamente sobre determinados grupos sociais, produzindo formas específicas de marginalização.

importância da oralidade para compreender a trajetória de Grajales, especialmente em sua fase inicial, onde fatos e lendas se confundem (Sánchez- Fujishiro, 2017, p. 151).

Somando a pluralidade de narrativas em torno de Mariana Grajales, ao nos dedicarmos à biografia desta importante personagem da história cubana, temos de lidar com adversidades metodológicas, como a escassez de fontes primárias e a dificuldade de acesso às fontes remanescentes. À vista disso, salienta-se, com base em Lúcia Sánchez-Fujishiro, que Grajales não possuía a habilidade de ler e escrever⁹, por esse motivo, não nos deixou nenhum legado escrito. Como consequência, os estudos realizados sobre sua vida são fundamentalmente baseados em relatos de outros indivíduos, em sua maioria, homens.

A partir dos registros de batismo da Paróquia Santo Tomás, estima-se que essa personagem cubana tenha nascido no dia 12 de julho de 1815, na cidade de Santiago de Cuba. É imprescindível destacar que Grajales foi contemporânea ao período de escravidão em Cuba, abolida somente em 1886, logo, a sua trajetória é marcada por questões raciais. Proveniente de família de negros livres e contexto social desfavorecido, era filha de José Grajales Matos e de Teresa Cuello Zayas.

Durante a juventude, por volta dos dezesseis anos, Mariana uniu-se em casamento com Fructuoso de Los Santos Regüeyferos Hechevarría¹⁰. A partir dessa união, nasceram quatro filhos. Após sete anos de casamento, ficou viúva. Em 1841, Mariana contraiu matrimônio novamente. O segundo marido, Marcos Maceo, também era pardo livre. Juntos tiveram dez filhos, dentre os quais destacam-se Antonio Maceo e José Maceo¹¹, que obtiveram maior reconhecimento nas lutas por independência e foram alcunhados, respectivamente, de titã de bronze e leão do oriente.

Atentando ao fato de que a família Maceo-Grajales era racializada, categorizada como parda livre, são descritos por Cupull e González como inconformados com o sistema colonial e escravista. Os autores afirmam que Mariana foi identificada como um pilar essencial no seio familiar, pois ela desempenhou forte influência na construção do pensamento político do esposo e dos filhos. Em setembro do ano de 1868, os Maceo-Grajales foram pioneiros ao estabelecerem o primeiro conselho revolucionário na região de Santiago de Cuba, semente de um projeto de oposição que crescia na ilha caribenha (Cupull; González, 2017, p. 23-24).

⁹ A autora destaca que Mariana Grajales era uma mulher sem estudos.

¹⁰ Não encontramos evidências para afirmar que também era um pardo livre. Porém, considerando a forma que viviam, acreditamos que estava inserido nessa categoria.

¹¹ José Marcelino Maceo Grajales (1849-1896) foi combatente nas lutas pela independência. Terceiro filho do segundo casamento de Mariana Grajales.

A emergência de Mariana Grajales como importante personagem de Cuba se deu em um contexto de insurgência popular, efervescência política e do início das lutas pela independência de Cuba no ano de 1868. Ela atuou principalmente em tarefas atribuídas ao cuidado, como enfermeira, e viveu próxima às tropas do exército mambí¹². Posteriormente, a partir de uma delação, os espanhóis tomaram conhecimento da participação dos Maceo-Grajales nas lutas anticoloniais e a família passou por grave perseguição, e durante a primeira fase da guerra, faleceram o marido, Marcos, e cinco de seus filhos.

Após uma década de disputas, em 1878, firmou-se o “*Pacto Del Zanjón*”, cujo principal objetivo era encerrar os conflitos bélicos em Cuba. Depois do acordo de cessar-fogo, Mariana Grajales foi para o exílio em Kingston, capital jamaicana, e mesmo em outro país, Grajales continuou colaborando com a causa independentista, pois sua casa se converteu em um centro de simpatizantes da independência e combatentes exilados. Em 27 de novembro de 1893, Mariana Grajales faleceu no exílio, sendo enterrada no Cemitério Católico Romano de Saint Andrew’s. Seu corpo só retornou a Cuba em 1923 (Cupull; González, 2017, p. 35-36).

Enquanto o século XIX ainda vigorava, Grajales ganhou destaque como um exemplo máximo de patriotismo, a mãe que incentivou os filhos a lutarem pela soberania nacional, mesmo que morressem pela causa. Figuras contemporâneas a chamavam de “sublime matrona”. No dia 25 de maio de 1893, José Martí, em carta para Antonio Maceo, descreveu Mariana como “*una de las mujeres que han movido mi corazón*”. Em outra correspondência, ele destaca que foi tratado de maneira afetuosa e como um filho, “*vi la anciana dos veces, y me acarició y miró como a hijo, y la recordaré con amor toda mi vida*” (Martí, 1991, v.2, p.328-329, 460). Após a morte de Grajales, Martí escreveu no Periodico Patria o texto “*La madre de los Maceo*”, onde, entre elogios, a denominou como a “raiz da alma cubana”.

¿Qué había en esta mujer, qué epopeya y misterio había en esa humilde mujer, qué santidad y unción hubo en su seno de madre, qué decoro y grandeza hubo en su sencilla vida, que cuando se escribe de ella como de la raíz del alma con serenidad de hijo, y como de entrañable efecto? Así queda en la historia, sonriendo al acabar su vida, rodeada de los varones que pelearon por su país, criando a sus nietos para que peleen (Martí, 1991, v.5, p. 26. Grifo nosso)¹³.

¹² Segundo Richard Gott, a palavra “mambí”, cunhada pejorativamente pelos espanhóis para denominar os negros rebeldes de Santo Domingo, é uma derivação do termo “mbi”, referência de origem africana, uma forma de insinuar que eram bandidos e criminosos. O título foi novamente utilizado nas guerras pela independência de Cuba, entretanto, passou por um processo de ressignificação, onde os próprios negros adotaram a palavra, como forma de se destacarem (Gott, 2006, p. 91).

¹³ O que havia nessa mulher, que epopeia e mistério haviam nessa mulher humilde, que santidad e unción haviam em seu seio de mãe, que decoro e grandeza havia em sua vida simples, que, ao escrever sobre ela como se escreve da raiz da alma com serenidade de filho e com profundo afeto? Assim, ela permanece na história,

Observamos, a partir do caso de Martí, que ainda no século XIX, tinha-se a construção discursiva em torno de Mariana Grajales, na qual evidenciava-se, sobretudo, a sua maternidade, representada como uma figura abnegada e patriótica. O uso de sua imagem e memória persistiu no século seguinte, seja com nome de hospitais, escolas, praças, estátuas, etc. Neste artigo, enfatizamos, por sua vez, o uso feito, em setembro de 1958, que na ocasião do processo revolucionário em Cuba fundaram um pelotão e o nomearam de “Pelotão Feminino Mariana Grajales”, popularmente conhecido como *Las Marianas*.

Originalmente, composto por treze mulheres. São elas: Isabel Luisa Rielo Rodríguez, Olga Esther Guevara Pérez (Olguita), Ángela Antolín Escalona (Angelina), Edemis Tamayo Núñez (*la Gallega*), Orosia Soto Sardina, Flor Celeste Pérez Chávez, Eva Rodríguez Palma, Lilia Rielo Rodríguez, Rita García Reyes, Juana Bautista Peña Peña, Ada Bella Acosta Pompa, Norma Rosa Ferrer Benítez e Delsa Esther Puebla Viltres (Teté Puebla).

O sociólogo britânico Stuart Hall destaca que a identidade não é algo fixo, mas, ainda assim, ela faz parte de um processo incessante de construção e conciliação, impactado pelo âmbito cultural e social (Hall, 2008, p. 106-109). Desta forma, as mulheres engajadas na luta armada, *Las Marianas*, integram uma lógica de construção identitária para o movimento insurgente, articulada pela necessidade de conectar as lutas do século XIX ao contexto do século XX, por meio da mobilização de símbolos e do resgate de personagens históricos, reafirmando a perspectiva de uma resistência constante pela soberania nacional que tem suas raízes no período colonial. À luz de Hall, sublinhamos que a identidade guerrilheira se estrutura a partir da concepção de uma herança de resistência. E, as mulheres militantes, para se vincularem a esse passado, recuperam o nome e a imagem de Mariana Grajales.

No tocante ao resgate da memória de Mariana Grajales, precisamos nos atentar para a criação do Pelotão Feminino Mariana Grajales, popularmente conhecido como *Las Marianas*. Mas quem foram essas mulheres? E qual é a importância de sua atuação durante a década de 1950?

É necessário reiterar a importância da memória simbólica do processo de independência na formação dos guerrilheiros de 1959, sobretudo na evocação de personagens do século XIX, considerados marcantes na luta pela soberania de Cuba, como José Martí e Mariana Grajales, que, postumamente, foi homenageada pelas mulheres do exército rebelde, atribuindo seu nome a uma unidade militar totalmente feminina.

Sabe-se que as mulheres já participavam das fileiras do *Movimiento 26 de Julio* (M-26)¹⁴ desde sua formação e se envolveram em atividades em Sierra Maestra¹⁵. No entanto, por muito tempo houve certa relutância, por parte dos homens, para que essas mulheres não pegassem armas para combater. Ainda assim, a participação feminina se fez presente desde o início do processo revolucionário em Cuba.

Entre as mulheres que exerceram papel relevante na luta armada, pode ser mencionada Celia Sánchez Manduley (1920-1980), que nasceu em Manzanillo, próximo à Sierra Maestra. Foi membro fundador do Partido Ortodoxo nos anos de sua juventude, em 1947. Coordenou a campanha de anistia dos prisioneiros de Moncada; em 1955, foi membro fundador do M-26, sendo a principal liderança de Manzanillo. Desta maneira, Sánchez organizou a rede urbana de abastecimento e recrutamento do Exército Rebelde. Sánchez foi a primeira mulher combatente a ingressar no *Ejército Rebelde* em abril de 1957, considerada o braço direito de Fidel Castro. Cabe ressaltar ainda que Sánchez pertenceu ao comando geral da organização desde outubro de 1957. Nesse mesmo ano, Che Guevara, em seu diário, a descreveu como uma mulher ativa (Guevara, 2012)¹⁶. Posteriormente, Sánchez recebeu o título de “*heroína de la sierra*”. Enfatizamos que sua influência ajudou a promover a formação do Pelotão feminino Mariana Grajales.

A análise dos manuscritos permitiu observar os desdobramentos que antecederam a formação dessa unidade militar, incluindo as articulações realizadas por mulheres para viabilizar a criação de um grupo composto predominantemente por elas. Destacam-se, também, as ações e decisões do principal líder do processo revolucionário, Fidel Castro, no sentido de promover a integração das mulheres na luta armada. Vale reforçar que a criação do Pelotão Mariana Grajales não foi encabeçada somente por Castro, mas partiu das próprias mulheres.

Em *La contraofensiva estrategica*¹⁷, um livro elaborado por Fidel Castro, cujo principal objetivo era narrar as vitórias do exército revolucionário entre 6 de agosto de 1958 e

¹⁴ O Movimento 26 de Julho foi uma organização revolucionária cubana liderada por Fidel Castro, formada após o fracassado assalto ao Quartel de Moncada em 26 de julho de 1953. Tornou-se a principal força de oposição à ditadura de Fulgencio Batista, culminando na Revolução Cubana de 1959.

¹⁵ A Sierra Maestra, cadeia montanhosa localizada no sudeste de Cuba, desempenhou papel estratégico fundamental na Revolução Cubana, servindo como refúgio e base de operações para os guerrilheiros do Movimento 26 de Julho. Seu terreno acidentado e de difícil acesso favoreceu a guerra de guerrilha contra as forças do regime de Fulgencio Batista.

¹⁶ “Das mulheres, Haydée me parece a mais bem orientada politicamente, e Vilma a mais interessante; Celia Sánchez é muito ativa (...)” Passagem do dia 28 de fevereiro de 1957.

¹⁷ Os trechos aqui trabalhados também estão disponíveis em <http://www.cubadebate.cu/especiales/2010/10/29/lacontraofensiva-estrategica-septiembre-de-1958/>. Acesso em 22 mai. 2025.

o êxito da revolução em janeiro de 1959, consta, na documentação do mês de setembro de 1958, que já havia uma mobilização no mês anterior para a introdução das mulheres na luta armada:

A finales de agosto había presidido una reunión con los oficiales, en el hospital de La Plata, en la que se discutió la incorporación de las mujeres guerrilleras -hasta ese momento haciendo labores de retaguardia- como combatientes en la línea de fuego (Castro, 2010, p.69. Grifo nosso)¹⁸.

Nessa documentação, percebemos que já havia uma movimentação relacionada à participação feminina, o que nos leva a pensar que existia certo apoio à causa. Reforçando essa ideia, Teté Puebla¹⁹, que foi vice-presidente do pelotão e recebeu posteriormente o título de general, salientou que, após insistência feminina, Fidel Castro, o comandante-chefe, concordou com a participação efetiva das mulheres na luta armada. A formação do Pelotão Feminino Mariana Grajales foi fruto dessa movimentação, como aponta outro trecho retirado do livro *La contraofensiva estratégica*:

Frente al criterio de algunos, hablé finalmente y durante largo rato, los convencí del derecho de la mujer a luchar también con las armas en la mano. [...] El 3 de septiembre quedó organizado el pelotón femenino Mariana Grajales, nombre de la madre de Antonio Maceo y ejemplo de patriota cubana (Castro, 2010, p.69. Grifo nosso)²⁰.

Observamos que Fidel Castro reitera a resistência de alguns oficiais do exército revolucionário, pois ele precisou convencê-los a concordarem com a ideia de participação das mulheres na guerrilha. Por outro lado, atentamos para uma divergência sobre a data de fundação do Pelotão, pois Castro, em seus escritos, aponta o dia 3 de setembro de 1958²¹ enquanto Teté Puebla e diversas outras obras apontam o dia 4 de setembro do mesmo ano²².

De acordo com Puebla, em uma reunião que agrupou o Estado Maior do chefe, houve uma discussão que durou aproximadamente oito horas, na qual ocorreu certa hesitação de alguns homens com relação ao ingresso feminino na guerrilha. Segundo Puebla, o principal argumento desses indivíduos foi a escassez de armas, uma vez que consideravam injusto

¹⁸ No final de agosto, ele havia presidido uma reunião com os oficiais, no hospital de La Plata, na qual se discutiu a incorporação das mulheres guerrilheiras – até então desempenhando funções na retaguarda – como combatentes na linha de frente (Castro, 2010, p.69. Tradução nossa).

¹⁹ Teté Puebla (1938-) após a vitória revolucionária, seguiu carreira nas Forças Armadas Revolucionárias de Cuba, tornando-se a primeira mulher a alcançar o posto de general de brigada no país.

²⁰ Diante da opinião de alguns, falei por fim e durante um longo tempo, e os convenci do direito da mulher de lutar também com as armas nas mãos. [...] No dia 3 de setembro, foi organizado o pelotão feminino Mariana Grajales, nome da mãe de Antonio Maceo e exemplo de patriota cubana (Castro, 2010, p.69. Tradução nossa).

²¹ A divergência de data está na página 69 do livro *La Contraofensiva Estratégica* (2010).

²² Ver https://www.ecured.cu/Las_Marianas.

armar as mulheres enquanto havia homens desarmados. Ao passo que Castro respondia que as mulheres eram melhores soldados, pois eram mais disciplinadas. Ele estava decidido a formar o pelotão feminino, e se comprometeu a ensiná-las a atirar e foi o responsável pela escolha do nome que faz referência a uma das principais figuras do processo de independência do país (Waters, 2018, p. 50-53). Sobre a liderança do Pelotão, Fidel Castro afirmou que:

Designé al frente del pelotón de mujeres, con el grado de teniente, a la enfermera rebelde Isabel Rielo, quien llegó a ostentar el grado de capitana de las Fuerzas Armadas Revolucionarias. Como segunda al mando fue nombrada la teniente Teté Puebla. (Castro, 2010, p.69. Grifo nosso)²³.

Como aponta Teté Puebla, no encontro do dia 4 de setembro de 1958, Isabel Rielo²⁴ foi definida como chefe e Puebla a segunda no comando do pelotão. Segundo a mesma, a decisão foi tomada a partir da melhor pontaria entre as duas, e foi determinado que o pelotão portaria apenas fuzil M-1(Waters, 2018, p. 53-54).

Nos registros elaborados por Castro, percebemos que o rito de iniciação, a primeira missão com armas, chamada “*bautismo del fuego*”, aconteceu no mesmo mês de formação do pelotão, no dia 27 de setembro de 1958. O denominado “Combate de Cerro Pelado” ocorreu em Cerro Pelado, no município de Bartolomé Masó.

El pelotón de mujeres rebeldes, Mariana Grajales, entró en acción por primera vez en este combate, soportando firmemente, sin moverse de su posición el cañoneo de los tanques Sherman. Este fué uno de los combates donde hubo más precisión, más coordinación entre las distintas armas y unidades. (Castro, 2010, p.95. Grifo nosso)²⁵.

A partir das fontes, podemos constatar que as guerrilheiras tiveram uma participação importante e estratégica nos combates em que se envolveram e contribuíram fortemente para o avanço da Revolução Cubana, haja vista que saíram vitoriosas em todos os confrontos em que participaram. Nesse sentido, as principais personagens da Revolução de 1959 passaram a integrar a memória revolucionária, como mostrou o poema *Marcha Triunfal del Ejército*

²³ Designei para liderar o pelotão de mulheres, com o posto de tenente, a enfermeira rebelde Isabel Rielo, que chegou a ostentar o posto de capitã das Forças Armadas Revolucionárias. Como segunda no comando, foi nomeada a tenente Teté Puebla (Castro, 2010, p. 69. Tradução nossa).

²⁴ Isabel Rielo (1940-1989) Chefe do Pelotão feminino Mariana Grajales formado em setembro de 1958. Ao final da guerra ela ocupava o cargo de tenente do exército rebelde. Ascendeu a capitã em 1960, trabalhou no corpo médico no Estado Maior e no Instituto Técnico Militar. Posteriormente, foi designada para dirigir o “*Plan Vegetal de Turibacoa*”.

²⁵ O pelotão de mulheres rebeldes, Mariana Grajales, entrou em ação pela primeira vez nesse combate, suportando firmemente, sem recuar de sua posição, o bombardeio dos tanques Sherman. Esse foi um dos combates com maior precisão e coordenação entre as diferentes armas e unidades (Castro, 2010, p. 95. Tradução nossa).

Rebelde, escrito pelo poeta Jesús Orta Ruiz em janeiro de 1959. O poema, escrito após a vitória da Revolução, serviu como o hino dos combatentes e teve como intuito valorizar as ações e os heróis do processo histórico. No parágrafo abaixo, segue um trecho de *Las Marianas*:

*Pasan capitanes, curtidos labriegos que vienen de arar en la Historia.
Pasan las Marianas sin otras coronas que sus sacrificios: cubanas
marciales, gardenias que un día se hicieron leonas val beso de doña
Mariana Grajales. Con los invasores, pasa el Che Guevara, Alma de los
Andes que trepó el Turquino, San Martín quemante sobre Santa Clara,
Maceo del Plata, Gómez argentino (Ruz Orta, 1959. Grifo nosso)²⁶.*

Alguns elementos do poema chamam a atenção do ponto de vista crítico. Em primeiro lugar, destaca-se a escassa presença feminina entre as figuras mencionadas, majoritariamente homens, que revela uma ênfase tradicionalmente masculina na construção da memória heroica. Em segundo lugar, podemos observar a vinculação simbólica entre as “marianas” e Mariana Grajales, o que sugere uma tentativa de representar essas mulheres como herdeiras legítimas de um legado materno-patriótico, personificado em Grajales.

Tal estratégia reforça a ideia de que a participação feminina estaria condicionada à continuidade de uma linhagem revolucionária previamente legitimada, em vez de ser reconhecida como agente autônoma da transformação histórica. Outro aspecto relevante é o uso de termos como “gardenias” e “leoas”, que, embora reconheçam a bravura das combatentes, permanecem atrelados a uma linguagem marcada por conotações de feminilidade e natureza, o que pode contribuir para suavizar ou idealizar o papel das mulheres na luta armada. A própria inserção desses elementos no poema sinaliza uma tentativa de integrar os eventos da independência e a atuação feminina como partes essenciais do processo revolucionário, embora ainda sob os limites simbólicos impostos por uma tradição discursiva predominantemente masculina.

Além disso, a presença das mulheres na luta revolucionária foi rememorada em 23 de agosto de 1960, pelo então primeiro-ministro de Cuba, Fidel Castro, em seu discurso no ato de fusão de todas as organizações políticas femininas do país, que criou a *Federación de Mujeres Cubanas*. Castro salientou a participação das mulheres e mencionou Mariana Grajales como exemplo combativo. Chama a atenção o fato de que, à época, em um evento

²⁶ Passam capitães, camponeses calejados que vieram de arar a História/ Passam as Marianas sem outras coroas que seus sacrifícios: cubanas marciais, gardenias que um dia se fizeram leoas ao beijo de Dona Mariana Grajales/ Com os invasores, passa Che Guevara, Alma dos Andes que escalou o Turquino, San Martín ardente sobre Santa Clara, Maceo do Prata, Gómez argentino. Disponível em <http://www.granma.cu/hasta-la-victoria-siempre-fidel/2016-12-01/marcha-triunfal-del-ejercito-rebelde-01-12-2016-02-12-37> Acesso em: 20.mai.2025.

voltado ao protagonismo feminino, um dos discursos de maior relevância tenha sido proferido por um homem.

(...) Nuestro país puede sentirse afortunado en muchas cosas, pero entre ellas, la primera de todas, por el magnífico pueblo que posee. Aquí no solo luchan los hombres; aquí, como los hombres, luchan las mujeres (...) Y no es nuevo, ya la historia nos hablaba de grandes mujeres en nuestras luchas por la independencia, y una de ellas las simboliza a todas: Mariana Grajales aquella que le dijo al hijo más pequeño: “¡Empínate, para que vayas a luchar también por tu patria!”; Y en esta etapa heroica de nuestro pueblo, también quedarán grabados para siempre muchos hechos, en los cuales fueron protagonistas mujeres cubanas (...) la Revolución tenía en las mujeres verdaderos combatientes, verdaderas luchadoras (Castro, 1960. Grifo nosso)²⁷.

Apesar de haver várias referências ao Pelotão feminino Mariana Grajales, após a Revolução Cubana, sobretudo fora da ilha caribenha, pouco se discute e conhece sobre as treze mulheres que formavam *Las Marianas*. No Brasil, mesmo existindo diversas pesquisas sobre o processo revolucionário cubano, poucos foram os comentários dedicados ao Pelotão e à Mariana Grajales, mulher que emprestou seu nome à unidade militar feminina. Consideramos que esse fator está atrelado principalmente ao fato de que a historiografia reforça a imagem da Revolução Cubana como uma ação fundamentalmente masculina, destacando a figura do guerrilheiro.

Considerações finais

Embora haja avanços nos estudos das mulheres, a história de Cuba ainda é contada a partir de cânones patriarcais, tendo como personagens principais Fidel Castro, Che Guevara e José Martí. No entanto, as mulheres tiveram expressiva participação nos processos de libertação dos séculos XIX e XX.

Apesar dos percalços percorridos para o processo de integração ao panteão nacional cubano, é inegável que Mariana Grajales desempenhou importante papel político à sua época e passou a integrar a memória e identidade cubana. Além disso, é considerada a mãe da nação, exemplo de bondade, patriotismo e o maior símbolo feminino em Cuba. É a partir desse

²⁷ (...) Nosso país pode se considerar afortunado em muitos aspectos, mas, entre todos, o primeiro é o magnífico povo que possui. Aqui, não lutam apenas os homens; aqui, as mulheres lutam como os homens (...) E isso não é novidade, pois a própria história já nos falava de grandes mulheres em nossas lutas pela independência, e uma delas simboliza todas as demais: Mariana Grajales, aquela que disse ao filho mais novo: “Erga-se, para que vá também lutar por sua pátria!” Nesta etapa heróica do nosso povo, também ficarão para sempre registrados muitos feitos dos quais as mulheres cubanas foram protagonistas (...) a Revolução contava, nas mulheres, com verdadeiras combatentes, verdadeiras lutadoras Disponível em <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1960/esp/f230860e.html> Acesso em: 23. mai. 2025.

contexto de valorização da figura da “mãe da pátria” que surge o Pelotão homônimo, tendo como fio condutor expressar a ideia de continuação do legado de luta pela soberania nacional e a um ideal de feminilidade. Por esse motivo, podemos afirmar que a trajetória de Mariana Grajales está vinculada a das treze guerrilheiras do século XX.

Por fim, conclui-se que foi a partir do processo revolucionário que a posição da mulher começou a ser consolidada em Cuba. Entretanto, ainda que avanços importantes tenham sido alcançados na reconstrução das trajetórias femininas na sequência de eventos revolucionários, persistem obstáculos significativos, como os discutidos ao longo deste artigo, notadamente a predominância de fontes e documentos produzidos, em sua maioria, por sujeitos masculinos e a elaboração de um discurso oficial e historiográfico que masculiniza a luta armada, apagando ou secundarizando a presença feminina. Tal assimetria evidencia a urgência de narrativas elaboradas por mulheres e voltadas para as experiências femininas, capazes de ampliar a compreensão histórica, para além das estruturas hegemônicas.

Fontes

CASTRO, Fidel. **La contraofensiva estratégica**. La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2010.

CASTRO, Fidel. **La contraofensiva estratégica**: Septiembre de 1958. Cuba Debate, 2010. Disponível em <http://www.cubadebate.cu/especiales/2010/10/29/la-contraofensiva-estrategica-septiembre-de-1958/> Acesso em: 10. jun. 2025.

CASTRO, Fidel. **Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, primer ministro del gobierno revolucionario, en el acto de fusión de todas las organizaciones femininas revolucionarias**. Salon-teatro de la CTC, 23 de agosto de 1960. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1960/esp/f230860e.html> Acesso em: 10. jun. 2025.

MARTÍ, José. Mariana Maceo: La madre de los Maceo. In: _____. **Obras completas: volume 05**, 1991, p. 26-27. Disponível em: <https://martianoscuba.wordpress.com/obras-completas-de-jose-marti/>. Acesso em: 5. jun. 2025.

MARTÍ, José. Mariana Maceo: Al General Antonio Maceo, 1991, p. 458-461 In: _____. **Obras completas: volume 02**. Disponível em: <https://martianoscuba.wordpress.com/obras-completas-de-jose-marti/>. Acesso em: 5. jun. 2025.

RUIZ, Jesús Ortiz. Marcha Triunfal del Ejército Rebelde. Disponível em: <http://www.granma.cu/hasta-la-victoria-siempre-fidel/2016-12-01/marcha-triunfal-del-ejercito-rebelde-01-12-2016-02-12-37> Acesso em: 20. mai. 2025.

Referências

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 136 p. (Coleção Revoluções do século XX).

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CUPULL, Adys; GONZÁLEZ, Froilán. **Mariana: raíz del alma cubana**. La Habana: Editora Política, 2017.

GOOSSES, Andreas. La tierra gira masculinamente, compañero: el ideal de masculinidad del guerrillero. In: HELFRICH, Silke (org.). **Género, feminismo y masculinidad en América Latina**. El Salvador: Heinrich Böll, 2001, p. 207-223

GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GUEVARA, Ernesto Che. **Diário de um combatente**. São Paulo: Planeta, 2012.

HAAN, Francisca de. La Federación Democrática Internacional de Mujeres (FDIM) y América Latina, de 1945 a los años setenta. In: VALOBRA, Adriana; YUSTA, Mercedes. **Queridas Camaradas: Historias iberoamericanas de mujeres comunistas**. Buenos Aires: Myño y Dávila, 2017, p. 17-44.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 103-133.

Las Marianas. In: EcuRed. Disponível em: < https://www.ecured.cu/Las_Marianas >. Acesso em: 10.jun. 2025.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995. Dossiê: História das mulheres no Ocidente.

PRADO, Giliard da Silva. **Guerrilhas da memória: estratégias de legitimação da Revolução Cubana (1959-2009)**. 2013. 258 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/14538>>. Acesso em: 5 jun. 2025.

PRADO, Maria Lígia. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Editora Atual, 1994.

SÁNCHEZ-FUJISHIRO, Lúdia. **El ayer colonial de la mujer afrodescendiente cubana del siglo XIX: ¿riqueza legitimada?** Disponível em: <<https://santiago.uo.edu/cu/index.php/stgo/article/view/3814>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. O guerrilheiro heróico: o mito Che e a Revolução Cubana. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Online. **Anais do XXXI Simpósio Nacional de História** – História, verdade e tecnologia. Rio de Janeiro: ANPUH, 2021. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-07/1721811600_1769a184b3ae7581ecabaf4654e2cda7.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. A Revolução Cubana e os espaços ocupados por homens e mulheres. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero**, Florianópolis, 2017, p. 1-12.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 275-296.

SOUZA, Priscila de Lima. Pardos letrados em sociedades escravistas: educação e mudança de status social (América Portuguesa e Caribe Espanhol, c.1750-1807). **Almanack**, São Paulo, n. 34, p. 1-26, 2023. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/2236-463334ea00922> >. Acesso em: 18 maio 2025.

WATERS, Mary-Alice. **Marianas en combate**: Teté Puebla e el Pelotón Mariana Grajales em la guerra revolucionaria cubana 1956-58. EUA: Pathfinder Press, 2018.

Além da invisibilidade: a dominação masculina em Bourdieu e a resistência das operárias metalúrgicas de Caxias do Sul/RS (1975–1981)

Beyond invisibility: male domination in Bourdieu and the resistance of female metalworkers in Caxias do Sul/RS (1978–1993)

Stela Tondello Nardello¹, UFRGS

Resumo

Desde o início da indústria em Caxias do Sul, na primeira década do século XX, as mulheres estavam presentes, desempenhando funções repetitivas e de menor prestígio. Na segunda metade do século XX, o movimento feminista traz à tona discussões sobre direitos historicamente invisibilizados, no entanto, nas relações de dominação que permeiam esse contexto, persistem estruturas. Objetiva-se neste trabalho (I) realizar uma reflexão no campo conceitual a partir da obra *A Dominação Masculina* de Pierre Bourdieu (2002), (II) relacionando as denominações conceituais ao estudo das mulheres operárias metalúrgicas de Caxias do Sul no período de 1975 a 1981 a partir do *Jornal de Caxias*. Conclui-se que a dominação masculina se faz presente nas fontes analisadas, com ênfase nas manifestações de resistência que geram fissuras nas ordens de dominação simbólica, mesmo que sutis.

Palavras-chave: Trabalho; Operárias; Dominação masculina; Resistência.

Abstract

Since the beginning of the industrial sector in Caxias do Sul, in the first decade of the 20th century, women were present, performing tasks considered less prestigious and repetitive. In the second half of the 20th century, the feminist movement brought to the fore discussions about historically invisible rights. However, within the relations of domination that permeate this context, structures persist. This work aims to (I) conduct a conceptual reflection based on Pierre Bourdieu's work *Male Domination* (2002), and (II) relate these conceptual terms to the study of female metalworkers in Caxias do Sul from 1975 to 1981, based on the *Jornal de Caxias* newspaper. The conclusion is that male domination is present in the sources analyzed, with an emphasis on the manifestations of resistance that create fissures in the orders of symbolic domination, even if subtle.

Keywords: Work; Working women; Male domination; Resistance.

Introdução

Ao analisar diferentes perspectivas sobre os processos de dominação e de que forma esses se estabelecem em seus processos, Santana (1997) realiza um aprofundamento sobre a análise weberiana a partir também do aporte teórico de Bourdieu, considerando as ações e representações, ou as “expressões de si”, sendo ênfase concedida à dimensão simbólica. Tais violências poderiam constituir-se em violência objetivas - efetivas ou reais - ou subjetivas -

¹ Doutoranda em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: tondellostela@gmail.com.

simbólicas e sutis. É relevante sinalizar que, no campo de forças, as violências podem convergir, se sobrepor, substituir-se ou complementar-se, por exemplo.

Gradativamente e ao longo dos séculos, os pressupostos fundamentados em caracterizações biológicas que procuravam sustentar a concepção de uma inferioridade feminina natural com base em sua capacidade reprodutiva, restringindo-a ao trabalho de cuidado, foram colocados em discussão, seja por influência da pesquisa científica ou de movimentos sociais. Contudo, a desnaturalização das diferenças que permeiam as construções sociais de gênero ainda é necessária, fazendo-se relevante a reflexão acerca das simplificações realizadas sobre a feminilidade, masculinidade e suas manifestações, que reforçam o imaginário de uma mulher “delicada” e um homem “viril”, sendo a masculinidade inscrita nas instituições e corpos como *habitus*². Nesse sentido, as percepções do corpo derivam de construções em uma divisão sexual que por muito tempo demarcou o público e o privado, a primeira esfera correspondente ao masculino e a segunda ao feminino, por mais que o corpo da mulher circule em ambos espaços. Tais dicotomias, que por vezes são assimiladas como categorias naturalizadas, têm construção historicamente datada, e por isso podem ser transformadas (Fianco e Dourado, 2023, p. 11396).

Com relação ao que define socialmente as categorias de “feminino” e “masculino”, em *A Dominação Masculina* (2002), Bourdieu pontua sua constituição como correspondentes homólogos, a exemplo de alto/baixo ou claro/escuro³. Apoiado em tais dicotomias, ao feminino caberia a passividade e sensibilidade. Ao contrário, a concepção androcêntrica não necessitaria de legitimação, sendo a ordem masculina reforçada e consolidada socialmente de maneira constante e a virilidade enfatizada como dever do homem, apresentando ao mesmo tempo peso e privilégio, em uma atitude de “medo do feminino”.

Consoante Burckhart (2017), historicamente a dominação é moldada por narrativas, atuando em diversas mitologias e representações que resultam em construções sociais, conformando sexualidades e gêneros de modo hierárquico e subjugando as mulheres. Segundo o autor, “Essa visão patriarcal e androcêntrica faz, portanto, com que se crie um conjunto de oposição entre os sexos, de modo a estabelecer uma divisão do mundo entre o feminino e o masculino” (2017, p. 210).

² Segundo Setton, “Habitue é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. Habitus como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas [...]” (2002, p.61).

³ Nesse sentido, o autor aborda uma divisão a partir do feminino/masculino. Contudo, sabe-se que atualmente tal binarismo é questionado por outros estudos, sendo tal terminologia adotada nesse momento a fim de facilitar a compreensão leitora.

No que tange ao conceito de dominação simbólica, sua ocorrência não se dá de modo formal, mas de maneira sutil através dos comportamentos e falas espontâneas dos indivíduos, estejam eles na posição de dominadores ou como sujeitos submissos, dominados. Justamente por tais organizações simbólicas não serem perceptíveis em primeira instância, o sociólogo francês Pierre Bourdieu procurou direcionar-se a uma sociedade diferente da sua em certos aspectos, partilhando de determinadas simbologias a fim de que o olhar exterior não levasse à imposição de seu sistema simbólico. Assim, Bourdieu escolhe a sociedade de Cabila, no norte da África, por volta dos anos de 1960 (Fianco; Dourado, 2023, p. 11396).

Também, mesmo após correções serem realizadas em seu texto original, Bourdieu emerge a partir de um determinado contexto sócio-histórico, por volta dos anos 1990, onde a dicotomia entre o feminino e o masculino era reducionista. Diante disso, deve-se considerar o papel do pesquisador como atuante e resultado de seu próprio meio, uma vez que mesmo implícitos diante de dominadores e dominados, certos aspectos podem constituir-se como imperceptíveis mesmo diante daqueles que procuram denunciar tais violências, mas acabam realizando tal processo ancorando seus estudos em privilégios amparados pela academia, que muitas vezes revela uma tradição masculina de pensar a construção do conhecimento e o poder.

Na dominação masculina, a visão preponderante opera a partir dos olhos do dominador, em uma dinâmica que envolve o dominante e o dominado, onde se procura a correspondência a uma determinada identidade, que quando não ocorre é vista como diferença a ser simbolicamente dominada e hierarquizada. Com base em uma concepção falocêntrica, o enfoque seria concedido a um gênero, estando as demais concepções “em desenvolvimento”, sejam elas correspondentes ao feminino ou a homens que não traduzem o modelo idealizado da masculinidade considerada como “ideal”. Consoante Fianco e Dourado (2023, p. 11397), tal ideal se constituiria como irrealizável, alimentando-se precisamente de sua impossibilidade, refletida no dominador e no dominado.

Sob essa ótica, a dominação masculina fundamenta-se em variadas formas de violência simbólica, a exemplo da linguagem, construção da identidade e identificação, onde até mesmo as formas mais violentas de expressão podem ser naturalizadas como desejáveis, orientando uma visão de mundo que coloniza a subjetividade, podendo não restringir-se apenas à divisão feminino/masculino, mas viabilizando a interpretação de outras relações de dominação, como as presentes nas relações étnico-raciais e de classe social, por exemplo. Com base nessa perspectiva, o poder simbólico passa a conferir sentido à vida e às demais

estruturas sociais, difundido através da reprodução, sendo a violência simbólica responsável por assegurar essa dominação através de ações e discursos (Burckhart, 2017, p. 209).

Para que o processo de dominação simbólica se concretize, é necessário o compartilhamento de simbologias entre dominantes e dominados, influenciando suas formas de pensamento e tendo a cultura como um mecanismo que possibilita ao dominado aprender a pensar dentro da lógica do dominador, muitas vezes reproduzindo e defendendo a lógica que o mantém oprimido. Com base nisso, as instituições possuem fundamental importância na construção e reforço de pensamentos e comportamentos (Nascimento Gomes, 2016, p. 30).

Nesse sentido, a Igreja, família, escola e Estado contribuem diretamente para a opressão masculina sobre as mulheres em uma violência de gênero que enfatiza o papel das mulheres como restrito aos trabalhos de cuidado, além de uma visão frágil e inferior. Com base na transmissão geracional, padrões foram construídos e determinadas visões, perpetuadas. Com base nisso, pode-se compreender que as estruturas de dominação podem ser sedimentadas e perpetuar por séculos, propagadas como verdades incontestáveis por intermédio da tradição, fazendo com que o grupo dominado não disponha de recursos para denunciar a dominação (Nascimento Gomes, 2016, p. 30).

Dessarte, a dominação simbólica não se restringe apenas a atuação da mulher no ambiente doméstico, mas na estrutura de trabalho presente na sociedade e seus mecanismos de legislação e controle. Assim, o fato de receberem menos pela execução das mesmas tarefas, trabalharem mais em atividades domésticas, além de não terem, por décadas, possibilidade de manifestação no espaço público são exemplos possíveis. Para Bourdieu, “A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça [...]” (Bourdieu, 2002, p. 18), fazendo-se passível de compreensão a divisão do trabalho entre os sexos, local e instrumentos, além das concepções e tratamento atribuído aos corpos.

Ao longo de sua história, Caxias do Sul consolidou-se como um importante polo industrial, frequentemente exaltado como uma “cidade do trabalho” (Tessari, 2013, p. 227). No entanto, essa narrativa contribuiu para a construção de uma imagem generalizada do “trabalhador”, frequentemente associada ao sujeito masculino, branco e europeu. Durante décadas, a historiografia local reforçou representações estereotipadas sobre as relações entre trabalho, raça e gênero, invisibilizando outras existências. Investigações mais recentes, porém, têm revelado uma realidade mais complexa e diversa, evidenciando a presença e a atuação de

sujeitos historicamente marginalizados nos processos produtivos e nas dinâmicas sociais da cidade.

Durante os primeiros períodos da colonização de imigrantes europeus na região de Caxias do Sul, processo iniciado a partir de 1875, muitas mulheres estavam envolvidas nas atividades agrícolas, trabalhando ao lado de seus maridos e filhos. Os lotes rurais concedidos às famílias imigrantes variavam entre 5 e 100 hectares, mas 65% deles compreendiam uma área que oscilava entre 15 e 35 hectares. As terras mais afastadas do centro urbano, por sua vez, possuíam áreas maiores do que aquelas localizadas nas proximidades (Giron, 1978, p. 24).

Dessa forma, famílias com maior número de filhos começaram a buscar novas terras nas colônias que surgiam ainda na segunda geração. Esse movimento gerou um processo migratório em direção à zona urbana, o qual envolveu também as filhas mulheres, que começaram a procurar empregos em fábricas ou em atividades como costura e serviços domésticos, na esperança de garantir um salário mais elevado ou uma fonte de renda própria – ainda que destinado ao “chefe” da família ou à sogra.⁴

Na obra *Pobres Construtores de Riqueza* (1981), especificamente no subtítulo “A Mulher e a Empresa Capitalista”, Valentim Lazzarotto destaca a expressiva participação feminina nos primórdios da empresa metalúrgica Eberle a partir de registros fotográficos. Em 1904, são registradas 35 mulheres, número que cresce para 130 em 1924, com um aumento ainda maior durante a Segunda Guerra Mundial. Lazzarotto observa que, mesmo com o subsequente surgimento de inovações tecnológicas e maquinários mais sofisticados, “[...] quando a força bruta pode ser dispensável” (1981, p. 111), a presença das mulheres permaneceu constante na Eberle, embora com notável disparidade salarial em relação aos homens que exerciam as mesmas funções⁵. Ademais, as mulheres eram, em grande parte, responsáveis por atividades mais rudimentares, como auxiliar de depósito, escritório, operária e servente. Quanto ao fichamento, a primeira mulher registrada como funcionária da empresa data de 1915, sendo a faixa etária predominante no grupo entre 14 e 20 anos.

⁴ É relevante observar que, embora o salário da trabalhadora fosse frequentemente entregue ao homem considerado “chefe” da família, por vezes tal figura era representada pela sogra, o que revela um tensionamento nas expectativas de gênero, ainda que essa autoridade feminina estivesse inserida em estruturas conservadoras.

⁵ Lazzarotto (1981) observa que, ao longo da década de 1940, grande parte das trabalhadoras encontrava-se em níveis salariais inferiores ao mínimo necessário para a própria subsistência, o que contribuía para que a mão de obra feminina fosse particularmente demandada pelas indústrias em razão de seu baixo custo. Segundo o autor, essa tendência se mantém durante os anos 1950, quando muitas mulheres continuam recebendo salários de subemprego, frequentemente situados nos patamares mais baixos da estrutura remuneratória. Embora esse quadro comece a apresentar sinais de superação apenas no final da década, com elevações graduais nos percentuais relativos ao salário mínimo, a desigualdade permanece evidente.

Conforme Maria Abel Machado (1993, p. 129), as mulheres já estavam inseridas de maneira considerável na indústria de Caxias do Sul nos primeiros anos do século XX, ou seja, desde a fundação das indústrias na região, aspecto já assinalado por Lazzarotto (1981). Nesse panorama, elas eram responsáveis por funções tidas como de menor valor e repetitivas, frequentemente desempenhando as mesmas atividades que os homens, mas com salários substancialmente mais baixos. Essa desigualdade salarial refletia a visão predominante na época, que tomava as mulheres como menos capazes em comparação aos homens, com base em “razões inerentes ao seu sexo”. Tal entendimento era sustentado por estereótipos profundamente enraizados, reflexo das estruturas de poder patriarcais que delimitam os papéis considerados femininos na sociedade.

Assim, as mulheres transitam do espaço privado do lar para o espaço público, mas sem controle sobre o grau de sua participação, sempre marcado por preconceitos e restrições. Esse processo é exemplificado por Margareth Rago ao afirmar que “[...] ao invés de suavizar as exigências morais sobre sua conduta, o discurso burguês moralista se fortaleceu, alertando para ‘os perigos da prostituição e da perdição diante do menor deslize’” (1987, p. 63). Ou seja, a família patriarcal não desaparece com o capitalismo, ao contrário, a mulher passa a servir ao capital em uma jornada dupla de trabalho, o que permite à burguesia industrial reduzir seus custos de produção.

Sob essa perspectiva, as contribuições de Cinzia Arruzza (2015) demonstram que a permanência dessas formas de dominação não deriva da coexistência de dois sistemas autônomos — capitalismo e patriarcado —, mas da capacidade do capitalismo de incorporar, reorganizar e atualizar relações de poder preexistentes. A inserção das mulheres no trabalho assalariado, portanto, não significa a superação das hierarquias de gênero, mas sua inscrição em um sistema unitário cuja dinâmica articula produção e reprodução social. Essa dinâmica se perpetua e se expande ao longo do século XX.

Além disso, esse processo é exemplificado por E. P. Thompson em *A Maldição de Adão* (1987), quando disserta que raramente as mulheres poderiam cometer “lapsos morais” em seus comportamentos nas fábricas, subentendendo-se a existência de uma forte disciplina moral. Ademais, enfatiza a existência de um paradoxo, uma vez que as mulheres operárias passaram a possuir status de assalariadas independentes, mas sofriam a repressão do sistema, sendo cada vez mais dependentes dos patrões e do mercado. Segundo o autor, “a nova independência era sentida como uma perda de status e independência pessoal” (1987b, p. 307)

e o passado visto como “anos dourados”, já que agora viviam “o pior dos dois mundos, o doméstico e o industrial” (p. 308).

Ainda no âmbito contextual deste estudo, o movimento feminista no Brasil revitaliza-se com a chamada “segunda onda” durante o governo de Emílio Médici. Enquanto a Europa e os Estados Unidos viviam intensos momentos de renovação política e cultural, o Brasil e vários países latino-americanos estavam imersos em fases de repressão sob a Ditadura Civil-Militar. A Guerra Fria e seus efeitos globais também desempenhavam um papel crucial nesse contexto. Nesse cenário, o movimento feminista brasileiro, especialmente os primeiros grupos formados em 1972 em São Paulo e no Rio de Janeiro, estavam de alguma forma influenciados pelas dinâmicas do Hemisfério Norte, ao mesmo tempo que uma de suas principais bandeiras se tornava a resistência ao regime autoritário que predominava no país (Otto, 2004, p. 239).⁶

Com base nisso, é possível destacar alguns indicadores-chave. O ano de 1975 foi proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher, dando início à chamada “década da mulher”. Nesse período, os direitos das mulheres foram progressivamente reconhecidos como direitos humanos. Paralelamente, a crescente presença das operárias no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC culminou na realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, em 1978, que trouxe à tona debates sobre a legislação relacionada ao trabalho considerado feminino, como a regulamentação do trabalho noturno, a desigualdade salarial entre os gêneros e a falta de infraestrutura de apoio, como creches, aproximando as mulheres do universo sindical. Com a Anistia concedida em 1979, grupos que antes se viam restritos ao espaço privado passaram a emergir no espaço público.

Dessa forma, este artigo busca realizar uma reflexão no campo conceitual a partir da obra *A Dominação Masculina* de Pierre Bourdieu (2002), relacionando as denominações conceituais ao estudo das mulheres operárias metalúrgicas de Caxias do Sul no período de 1978 a 1993, dialogando com demais referenciais teóricos e trechos presentes no *Jornal de Caxias*, periódico local disponível para acesso digital na Hemeroteca da Biblioteca Nacional ou Centro de Memória da Câmara de Caxias do Sul.

⁶ Sobre a divisão em “ondas feministas”, é necessário problematizar o fato de tal classificação refletir o eixo europeu-estadunidense, além de uma falsa linearidade. A problemática encontra-se na representação de uma narrativa única da história do feminismo ocidental, não atentando para as especificidades dos demais contextos. Logicamente, tais marcos não devem ser desconsiderados, porém é necessário identificar características que sejam apresentadas de maneira menos generalista, trabalhando a partir das similaridades e diferenças. A especificidade da luta contra a Ditadura Civil-Militar é algo que demarca o movimento feminista brasileiro e, com base nesse contexto, a “terceira onda” teria sido iniciada por volta dos anos de 1980, período também abarcado por este trabalho, no qual seriam ampliadas as discussões sobre os conceitos de gênero, binarismo e identidade (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2024, p. 66).

As fontes jornalísticas utilizadas neste trabalho foram selecionadas com base em sua relevância para a compreensão das dinâmicas de dominação e resistência das operárias metalúrgicas de Caxias do Sul, priorizando matérias em que essas trabalhadoras figuram como pauta, ainda que não sejam as autoras diretas dos textos. A escolha recaiu sobre publicações que abordam, direta ou indiretamente, questões estruturais do mundo operário que afetam as mulheres, evidenciando práticas de dominação masculina e formas de resistência que permeavam o cotidiano fabril e sindical.

O recorte temporal entre os anos de 1975 e 1981 foi estabelecido por representar um período de intensificação das mobilizações femininas e operárias, marcado por iniciativas como o I Congresso da Mulher Metalúrgica, além da emergência de debates públicos sobre o lugar da mulher na indústria. Trata-se, portanto, de um intervalo significativo para observar como o discurso jornalístico local, ainda que mediado, capturou momentos em que a presença e a luta das mulheres no espaço operário tornaram-se visíveis.

A mulher como o “outro” na produção

Como já exposto, na segunda metade do século XX o Brasil experimentava os efeitos da “segunda onda” do movimento feminista, com maior repercussão nas regiões Nordeste e Sudeste. Nesse contexto, Daiane Dala Zen (2024) destaca que educadoras como Maria Abel Machado, uma importante referência nos estudos sobre as mulheres operárias de Caxias do Sul, começam a se interessar pelo tema de maneira pioneira.

Em seus apontamentos, Daiane também ressalta que é possível identificar uma certa contradição nas entrevistas que compõe a obra *Mulheres sem Rosto* (1998), evidenciando complexidades nas narrativas e experiências dessas mulheres, pois “[...] conquistam um pequeno espaço demarcado pelo sistema patriarcal, muitas reconhecem o sofrimento e as condições desumanas de trabalho feminino, outras não” (Zen, 2024, p. 146). Isto é, há um forte peso ideológico sobre a mulher e o trabalho, imerso em papéis estigmatizados que nem sempre eram plenamente reconhecidos pelas próprias mulheres.

Sobre isso, pode-se identificar os efeitos da dominação masculina, já que esta poderia não ser reconhecida em razão da naturalização por uma série de repetições históricas que culminaram no panorama apresentado. Desse modo, muitas mulheres também passaram a reproduzir o esquema da dominação “[...] que as levaram a uma representação negativa de seu próprio sexo, de modo a perpetuar os discursos e as práticas machistas” (Burckhart, 2017, p. 212).

Como já mencionado, a atitude de inserção no espaço público e a atuação como operária poderia ampliar a exigência moral aplicada à mulher, que deveria corresponder a uma série de comportamentos e valores que costumeiramente eram associados à figura considerada feminina, a exemplo da obediência e submissão. Fundamentado nessa ótica, o ideal operário no ambiente fabril correspondia ao homem, que além de receber as atribuições vistas como centrais no processo de produção, poderia ausentar a mulher de sua atuação diante do estabelecimento de laços matrimoniais, por exemplo.

Como ressaltado por Araldi (2019, p. 63), a motivação primeira das mulheres ao buscarem obter um trabalho era a necessidade financeira, e a partir do momento em que o “chefe” da família poderia sustentá-la, a fábrica passava a não ser mais o local aceitável e moralmente correspondente a uma mulher casada. A autora também aborda a possibilidade de determinadas mulheres exercerem trabalho remunerado para a metalúrgica Eberle em seus lares, o que pode ser interpretado como uma restrição de circulação no espaço público. Esse mecanismo revela aquilo que Bourdieu (2002) nomeia como *habitus* inscrito nos corpos: a fábrica é percebida como “espaço de homem”, sendo a presença da mulher disciplinada pela moralidade familiar e comunitária.

Ainda, ao utilizar em seu trabalho a História Oral, Araldi (2019, p. 69) assinala uma importante percepção: nas entrevistas realizadas com ex-operários homens da metalúrgica Eberle, praticamente não há menções às operárias e sua condição dentro da lógica de trabalho, já nas entrevistas com ex-metalúrgicas, a questão de gênero constitui-se como principal marcador abordado. Tal aspecto, dentro da lógica da dominação masculina, permite a compreensão sobre como a mulher foi vista como “o outro”, contrária ao padrão do homem como operário de referência. O silêncio masculino observado nas entrevistas analisadas por Araldi revela a eficácia da violência simbólica: ao não nomearem as mulheres, os homens reforçam sua posição como sujeito universal do trabalho fabril, naturalizando a masculinização da identidade operária.

Outro ponto abordado por Bourdieu diz respeito ao assédio sexual, que segundo o autor nem sempre tem relação com a posse sexual propriamente dita, mas estaria diretamente relacionado com a afirmação da cominação em estado puro (2002, p. 31). Em sua tese, Vanderlay Santana Reina (2021, p. 76) pontua que a prática do assédio no ambiente operário constituía-se como naturalizada devido à hierarquia estabelecida pelas relações patriarcais de dominação, sendo as mulheres vítimas de mestres, contramestres e proprietários. A naturalização do assédio como prática cotidiana confirma o que Bourdieu (2002) descreve

como assédio enquanto demonstração de dominação em estado puro, mais do que interesse sexual. O assédio funciona como reafirmação pública da hierarquia de gênero no interior da fábrica.

Na dominação há espaço para resistência?

Sayão (2003, p. 127) pontua que para Bourdieu existe um tratamento aplicado às mulheres que as restringe a objetos e símbolos a fim de perpetuar o capital simbólico e poder masculino. Assim, constituem-se como “mercadorias de menor valor”, restritas a uma série de limitações em “estruturas invariantes” que constituem o *habitus*. Em um diálogo com Michelle Perrot, uma intelectual branca, europeia e que também viveu boa parte de sua vida na França, especialmente no referente à publicação *Os excluídos da História*, Sayão ressalta a importância de conceder um olhar à resistência diante dos processos de dominação simbólica que muitas vezes ocorrem nas instituições já mencionadas, inclusive com ações relacionadas à vida cotidiana, a fim de não se fixar apenas na visão da mulher como um bem simbólico.

Em seu trabalho intitulado *Gênero e classe numa comunidade de mineração de carvão do Brasil em meados do século XX* (2020), Clarice Gontarski Speranza analisa a formação dos papéis de gênero em uma comunidade de mineradores do Rio Grande do Sul - comparando-a, em determinados momentos com Santa Catarina. Nessa localidade, prevalecia uma divisão sexual do trabalho bastante rígida, predominantemente masculina nas minas, enquanto as responsabilidades domésticas eram atribuídas às mulheres, identificando uma tensão em contextos de enfrentamento social. Dentre demais referenciais teóricos, a autora fundamenta-se na perspectiva de patriarcado de Helleith Saffioti (2004) e no modo como esta vislumbra as intersecções entre gênero, raça e classe, enfatizando que em todos os contextos de dominação e exploração há luta e conflitos, e portanto, resistência.

Ainda, Speranza (2020, p. 116) analisa como o lugar socialmente atribuído às mulheres é central para a construção da masculinidade operária. Ao estender essa discussão para o ambiente das fábricas metalúrgicas, pode-se considerar que mesmo com a presença das mulheres nesses espaços, o ambiente fabril seguia sendo concebido como predominantemente masculino. A mulher, nesse contexto, era tratada como figura secundária, reforçando-se a ideia de que a fábrica era “lugar de homem” e que o trabalho ali desenvolvido exigia características supostamente masculinas. Tal concepção contribuía para deslocar as mulheres de forma simbólica, e muitas vezes prática, para o espaço doméstico, restringindo sua atuação pública e reafirmando a divisão sexual do trabalho.

Ademais, para Bourdieu (2002) podem existir lutas cognitivas, a forma mais profunda de resistência acerca da divisão sexual entre homens e mulheres, sendo para isso necessário dar sentido à violência simbólica, como argumentado em

[...] por mais exata que seja a correspondência entre as realidades, ou os processos do mundo natural, e os princípios de visão e de divisão que lhes são aplicados, há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais. A indeterminação parcial de certos objetos autoriza, de fato, interpretações antagônicas, oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica. (Bourdieu, 2002, p. 22).

Conforme argumenta Soihet (1998, p. 85), com base nas análises realizadas a partir da obra de Roger Chartier, há manifestações que provocam brechas e rupturas na hegemonia do poder dominante. A autora ressalta que as expressões de resistência ou as fraturas na dominação masculina nem sempre se apresentam de modo explícito ou são articuladas de forma direta e objetiva.

Com base nisso, pode-se inferir que nem todas as expressões de resistência apresentam-se como grandes movimentos ou conflitos, podendo inclusive manifestar-se na forma de “resistência cotidiana”, conceito elaborado por James Scott (2011) ao alertar para as expressões de “[...] relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante [...]” (2011, p. 219), enfatizando que tais intervenções não caracterizam-se como socialmente relevantes a ponto de marcarem território em manchetes jornalísticas. Em uma nota de rodapé, o autor enfatiza que na maior parte das sociedades camponesas tratadas em sua pesquisa os homens atuam como centralizadores do poder, mas afirma também que as mulheres poderiam exercer uma forma considerável de poder caso não desafiassem o “mito formal da dominância masculina”, ou seja, a partir da resistência cotidiana, ganhos seriam possíveis se a ordem simbólica vigente não fosse diretamente posta em questão.

Nesse cenário, o desenvolvimento do movimento feminista trouxe contribuições fundamentais para o rompimento ou desestabilização de determinadas visões ou comportamentos, principalmente a partir dos anos 1960. Assim, as instituições já mencionadas, que atuaram por décadas de modo a perpetuar desigualdades, puderam ser em parte ressignificadas, como a maior presença da mulher no âmbito escolar, possibilitando maior acesso ao mercado de trabalho e independência financeira ou ainda a ampliação do ato de divorciar-se e uso da pílula anticoncepcional.

Para Lazdan *et al.* (2014, p. 477-481), Bourdieu acaba por cometer certas

generalizações em suas premissas, além de não legitimar por vezes as conquistas e qualidades das mulheres, restringindo a agência à dominação masculina. Tal crítica pode ser de certo modo interpretada a partir da escrita de Bourdieu no prefácio à edição alemã, onde autor refere que na história existe um processo de eternização realizado pelas instituições, pontuando que “[...] é reinserir na história e, portanto, devolver à ação histórica, a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca (e não, como quiseram me fazer dizer, tentar parar a história e retirar às mulheres seu papel de agentes históricos)” (2002, p. 5).

Para Bourdieu, o processo de libertação não depende unicamente da tomada de consciência, “[...] uma vez que a dominação é baseada em estruturas objetivas, que por sua vez são sustentadas pelos mecanismos que elas desencadeiam e que perpetuam sua reprodução [...]” (2002, p. 479). A dominação não é apenas uma ideologia, está inscrita nos corpos e nas coisas, só ocorrendo

[...] com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes. A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato que se efetiva aquém da consciência [...] (Bourdieu, 2002, p.53).

O Jornal de Caxias

A partir de uma intensa transformação nos níveis populacionais e econômicos nas décadas de 1960 e 1970, a necessidade de um meio de comunicação direcionado à Caxias do Sul surge em razão de configurar-se como um centro econômico estadual. A partir dessa demanda o jornal *Correio Riograndense*, tradicionalmente dirigido ao público católico de origem migrante, passa a publicar um encarte de inicialmente 4 páginas, sendo transformado em 3 de março de 1973 no *Jornal de Caxias* - que passou a apresentar 16 páginas e equipe própria (Zugno, 2022).

Posteriormente, o periódico editado pela Sociedade Literária São Boaventura passa a ser constituído por 24 páginas, contando com a direção de Jimmy Rodrigues até março de 1977, substituído pelo Frei Moacir Molon. O jornal perdura até abril de 1980, quando a crise econômica e as divergências sobre a possibilidade de edições diárias fazem com que o *Jornal de Caxias* fosse vendido pelos capuchinhos à Empresa Jornalística *Pioneiro* (Zugno, 2022).

Sobre o *Jornal de Caxias*, Pozenato e Giron (2004, p. 139) afirmam

[...] foi um marco na renovação do jornalismo regional. [...] Adotou uma linha editorial renovadora, abrindo espaço para o pensamento adotado pela

Igreja, que representava a única voz a ser ouvida em tempo de ditadura, durante o qual a imprensa, pressionada pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), era obrigada a calar-se (Pozenato e Giron, 2004, p. 139).

Segundo Bocchese (2019, p. 119), o periódico adotava uma configuração editorial que abrangia temas relacionados à sociedade e a perspectivas mais amplas, incluindo crônicas literárias e colunas críticas sobre diversos meios de entretenimento, como música, cinema, rádio e televisão, além de seções específicas destinadas às mulheres.

José D'Assunção Barros (2022) aponta a periodicidade como característica fundamental aos periódicos impressos, além da publicação a algum tipo de público. Para ele, os jornais exprimem valores e concepções, representando determinados campos de interesse e seus projetos sociais nos mais variados âmbitos. Além disso, de acordo com Rafael Saraiva Lapuente (2016, p. 18), o pesquisador precisa estar consciente e agir com precaução em relação aos interesses que envolvem os periódicos, os quais objetivam atrair leitores e cativar leitores, mesmo que isso comprometa a veracidade dos fatos. Desse modo, é essencial que o pesquisador permaneça atento às influências externas que podem impactar o conteúdo.

Por mais que o *Jornal de Caxias* tenha objetivado configurar-se como um segmento de notícias e aspectos da vida diária em Caxias do Sul, é necessário atentar sobre a perspectiva católica que por anos fez parte de sua direção e no modo como tal conjunto de princípios e valores interage com a construção de notícias segmentadas ao público considerado feminino - já que historicamente, mesmo o *Jornal de Caxias* sendo constituído de uma equipe própria, o *Jornal Correio Riograndense* foi contra o comunismo no pós-guerra e em momentos anteriores manifestou apoio a movimentos totalitários, por exemplo.

Contudo, é interessante observar que por volta da metade da década de 1970, textos sobre a condição das mulheres passam a ser publicados, a exemplo de textos redigidos por Liliana Alberti Henrichs, graduada em História e pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), especialista em História da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e em Arquivos Históricos Públicos pelo Ministério da Justiça/Arquivo Nacional. Liliana foi coordenadora do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (1983-1989) e presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (1983-1985), escrevendo periodicamente na coluna “Mulher” do *Jornal de Caxias*.

Em um texto denominado “A participação da Mulher no trabalho da comunidade”, Liliana Alberti menciona: “Todos concordam que a igualdade dos sexos, tão falada, tende a se equilibrar, com a educação em todos os níveis” (Henrichs, 1975, p. 8), demonstrando que a igualdade entre homens e mulheres já era algo debatido no período em questão, o que condiz

com a contextualização já exposta anteriormente que aponta a década de 1970 como um período de grande efervescência política e cultural. Logo abaixo, também apresenta o título “Opiniões mostram: As mulheres trabalham por necessidade”, onde mulheres com profissões diversas opinam sobre como lidam com a necessidade de ausentar-se do lar para trabalhar e colaborar com o sustento de suas famílias. A divergência de opiniões chama atenção, uma vez que algumas consideram o ingresso no mercado de trabalho como um avanço e outras, mesmo com a perspectiva de seu salário próprio, afirmam que os filhos não estariam sendo criados de maneira considerada adequada, o que se constituiria em um aspecto negativo.

Em seu estudo, Weinstein (2010, p. 145-171) explicita que, antes de serem consideradas operárias, as mulheres eram prioritariamente esposas e mães que deveriam trabalhar fora do ambiente doméstico no momento anterior ao casamento ou durante o casamento para aliviar necessidades financeiras, sendo sua maior contribuição para a família a atuação no lar e a boa educação das crianças. Além disso, embora uma parcela das mulheres pudesse gostar da experiência de trabalho com outras mulheres ou do ganho de seu salário, tais elementos não poderiam ser enfatizados, pois muitos maridos sentiam-se incomodados com o trabalho fabril. Assim, pode-se compreender que mesmo diante da perspectiva de um ambiente de contato e troca de experiências com outras mulheres e ao fato de adquirirem seu salário próprio, o pensamento de complementaridade pairava como lembrete das regras morais socialmente atribuídas a tais mulheres.

Em 1977, é possível perceber que a questão da mulher adquire maior notoriedade a partir da organização da coluna denominada “Mulher”, onde Liliana passa a expor problemáticas, a exemplo do título “Uma nova consciência”, no qual apresenta que

[..] as mulheres não decidem como nem quando vão trabalhar fora de casa. Na verdade, elas, se sujeitam a isso apenas por necessidade econômica quando a remuneração do marido já não mais satisfaz as exigências da vida. E a mulher pensa, em sua maioria, que, passada a crise, voltará feliz ao seu lar, que é no fundo, seu lugar. Mas ela pensa assim graças a uma ideologia que há séculos vem lhe sendo imposta” (Henrichs, 1977, p. 25).

No trecho acima, é possível perceber a relevância do argumento referente ao “trabalho por necessidade” no processo de inserção da mulher no espaço público, podendo-se pressupor, inclusive, que no caso das operárias metalúrgicas tal perspectiva tenha encontrado terreno ainda mais fértil pelo trabalho ser associado a um espaço de atuação masculina, mesmo que dentro do próprio ramo existisse uma divisão sexual do trabalho.

Assim, ao pontuar sobre a ideologia que há séculos vêm sendo imposta e sobre seus efeitos na manutenção do pensamento de que à mulher cabe unicamente o espaço doméstico, sendo sua inserção no espaço público resultado de um processo de complementaridade pela necessidade financeira, o apontamento de Liliana pode ser pensado dentro da lógica proposta por Bourdieu (2002) quando afirma que a masculinidade está inscrita nas instituições e corpos como *habitus*, sendo sua ordem consolidada e reforçada de maneira constante. Assim, o gênero feminino adquire uma noção de concepção “em desenvolvimento”, pois não traduz o modelo idealizado da masculinidade. Em complemento a isso, a família atua como instituição fundamental para o compartilhamento de simbologias entre dominantes e dominados, perpetuando a dominação.

Em matéria correspondente a fevereiro de 1978, também na coluna denominada “Mulher”, Liliana Alberti aborda a realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, no qual comparecem 300 operárias, embora 800 inscritas. Em seu texto, Liliana redige que “[...] mesmo avisadas com bastante antecedência pelo sindicato, muitas empresas resolveram compensar o feriado de carnaval, o que demonstra, sem dúvida alguma, o temor deste tipo de participação.” (Henrichs, 1978, p. 27). Desse modo, a resistência patronal à participação feminina em espaços políticos demonstra que, como argumenta Arruzza (2015), o capitalismo não apenas se beneficia da desigualdade de gênero: ele a reorganiza para manter a exploração.

Em análise, seus apontamentos dirigem-se à organização do encontro, uma vez que coube aos elementos masculinos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, um reflexo da dominação masculina - apenas uma mulher é mencionada em trabalhos acadêmicos construídos posteriormente⁷. Além disso, menciona discriminação salarial no caso específico da metalurgia e a pouca participação nos sindicatos. Ainda, relata denúncias realizadas pelas operárias no congresso, a exemplo das “cantadas” e pressões a que eram submetidas caso não concordassem - como já mencionado acima segundo o assédio em Bourdieu. Ao final, explicita sobre o trabalho noturno, enfatizando que “para as metalúrgicas, será mais uma forma de prejudicar a trabalhadora, privando-a ainda mais de oportunidades educacionais.” (Henrichs, 1978, p. 27).

A análise do Congresso da Mulher Metalúrgica, tal como apresentada por Liliana Alberti (Henrichs, 1978, p. 27), evidencia de forma contundente a persistência das estruturas de dominação masculina no interior das organizações sindicais e fabris. A centralidade dos

⁷ Ver: SANTOS, 2020.

dirigentes homens na condução do evento, ainda que voltado às pautas específicas das mulheres, revela a naturalização do poder masculino também nos espaços de resistência, como os sindicatos. Mesmo diante das denúncias de assédio, discriminação salarial e exclusão sindical feitas pelas operárias, as estruturas simbólicas e materiais que sustentam a masculinização do mundo do trabalho persistem, dificultando avanços concretos na redistribuição de poder e de voz dentro do movimento operário.

Também, outro exemplo constitui-se da coluna “Sociedade e Violência”, com título “Dominação da mulher: uma das formas de manutenção de estruturas injustas”. Sem autoria identificada, a construção remete à fala da professora Lorena Hohlzman da Silva, que no momento pesquisava a mulher no mercado de trabalho gaúcho. Dentre outros aspectos, Lorena menciona a realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, questões envolvendo o sindicalismo e denuncia a opressão de gênero, o trabalho noturno, isenção do repouso-maternidade, ausência de creches, plano teste e o constante tratamento da mulher operária como submissa ao homem, pontuando também a oposição sobre a participação da mulher nos sindicatos pelo patrão e pela própria família sob ameaça de demissão devido a uma possível “oportunidade de desvio de conduta moral”.

Assim, a vigilância sobre o corpo feminino, seja por meio do controle moral ou da proibição tácita à participação sindical, evidencia aquilo que Thompson (1987) descreve como disciplina moral fabril, e que Arruzza (2015) interpreta como parte da reprodução social necessária ao capital: produzir uma trabalhadora disciplinada, sexualmente vigiada e economicamente sub-remunerada.

Também, a partir da ótica de Bourdieu (2002), é possível interpretar tais práticas descritas na coluna jornalística não apenas como exemplos pontuais de desigualdade, mas expressões concretas do habitus social que estrutura a dominação masculina. A dominação se naturaliza por meio de disposições incorporadas, o que contribui para a reprodução de um mundo que legitima o poder masculino.

A marginalização da mulher operária, seja pela ausência de políticas públicas, pela negação do direito à maternidade ou pela vigilância sobre sua moralidade, revela como os campos fabril e sindical operam sob lógicas profundamente masculinizadas. Assim, o que parece ser uma mera injustiça pontual se revela, na verdade, como um componente de um sistema simbólico mais amplo que sustenta a desigualdade de gênero e limita a agência das mulheres no mundo do trabalho.

Por fim, na coluna “8 de março pela primeira vez comemorado”, uma série de depoimentos de mulheres que discutiram a tradicionalidade dos postos atribuídos a elas historicamente são expostos. É mencionado que, por iniciativa do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Caxias do Sul (UCS), “Cerca de 50 participantes estiveram presentes no auditório dos Sindicatos Reunidos [...]” (Jornal de Caxias, 1981, p. 18). Liliana Alberti Henrichs assinala: “[...] vivemos em um sistema em que tudo está determinado e, assim, a mulher não escolhe individualmente, como e quando vai trabalhar”, pontuando que como mão de obra abundante, barata e despreparada, executará os piores serviços.

Além de Liliana, Geci Prates trabalhou seis anos como metalúrgica na Eberle e na Robertshaw – ambas empresas metalúrgicas de Caxias do Sul –, despedida de ambas pelo sistema de contrato, ao final de três anos a fim de prevenir “problemas de casamento e gravidez”. Elizabeth Pereira dos Santos, mulher negra, também trabalhou na metalúrgica Eberle, mas foi despedida por engravidar de gêmeas, o que reforça a visão da mulher como “o outro”.

Esses depoimentos, extraídos de uma ocasião que buscava justamente valorizar a presença e a luta das mulheres no mundo do trabalho, evidenciam de maneira contundente os mecanismos simbólicos e práticos da dominação masculina. Ao descreverem situações como a demissão motivada por gravidez ou pela expectativa de casamento, tais narrativas revelam como o corpo e a vivência das mulheres continuam sendo tratados como um risco ou um desvio dentro da lógica fabril, ainda que as mulheres já integrassem de forma significativa a força de trabalho em momentos anteriores.

A figura da mulher é, portanto, construída como o “outro”, aquele que não se encaixa no modelo universal - mas na verdade masculino - do trabalhador ideal. Além disso, os relatos de Geci Prates e Elizabeth dos Santos introduzem fissuras na ordem simbólica, configurando aquilo que Bourdieu (2002) chama de lutas cognitivas, isto é, momentos em que a interpretação dominante pode ser tensionada.

Esse processo de exclusão e marginalização não opera apenas na prática, mas é sustentado por uma ordem simbólica que naturaliza a associação entre trabalho produtivo e masculinidade, e entre instabilidade, improdutividade e feminilidade. Assim, a experiência das operárias metalúrgicas caxienses não apenas expõe a desigualdade de gênero nas relações de trabalho, mas também explicita como essa desigualdade está enraizada em disposições sociais e culturais que as silenciam, subordinam e excluem.

Considerações finais

Com base no que foi apresentado, é possível concluir que a dominação masculina não apenas persiste nas estruturas sociais contemporâneas, mas também atua de maneira difusa, silenciosa e enraizada nos modos de organização do trabalho, como se verifica no caso das operárias metalúrgicas de Caxias do Sul. Essa forma de dominação não se restringe aos atos explícitos ou às violências materiais, ao contrário, perpetua-se justamente por sua capacidade de parecer legítima, reforçada por hábitos, disposições e normas sociais que desvalorizam a mulher enquanto trabalhadora e sujeito político.

Assim, com base no aporte teórico construído por Bourdieu, certas lacunas que permeiam os processos de dominação puderam ser aprofundadas, contribuindo para uma visão mais ampla, já que a violência não pode unicamente ser restrita aos aspectos tangíveis nas perspectivas de análise, correndo o risco de negligenciar inúmeras proporções.

Logicamente, romper com o opressor universalizante e adotar uma visão emancipadora não é um processo simples e tampouco fácil, sendo necessária uma mudança nas próprias estruturas que compõem a História. Com o passar do tempo e as conquistas obtidas pelas mulheres, os mecanismos de opressão tornam-se cada vez mais evidentes, gerando justificativas e defesas para a dominação - reforçada em muito pelas instituições. À vista disso, Bourdieu (2002), no prefácio à edição alemã reforça que “[...] elas saibam trabalhar para inventar e impor, no seio mesmo do movimento social e apoiando-se em organizações nascidas da revolta [...] formas de organização e de ação coletivas e armas eficazes, simbólicas sobretudo, capazes de abalar as instituições [...]” (2002, p. 5), isto é, que em sua agência e organização coletiva, as mulheres possam transformar tais estruturas historicamente datadas, subvertendo e configurando o panorama vivenciado e promovendo uma nova realidade de igualdade e justiça social.

Sob essa ótica, as fontes jornalísticas que abordam questões referentes às trabalhadoras metalúrgicas de Caxias do Sul, a exemplo do *Jornal de Caxias*, nesse caso, constituem evidências empíricas de que a dominação masculina também é constantemente interpelada pelas vozes das mulheres que se recusam a permanecer no silêncio imposto. Ainda que as operárias nem sempre tenham sido autoras dos textos, suas experiências foram tematizadas, reivindicadas e inscritas nas pautas desses jornais e colunas.

Isso revela que, mesmo em um espaço hegemonicamente mediado por olhares masculinos ou externos, as trabalhadoras marcaram presença e trouxeram à cena pública as desigualdades vividas no chão da fábrica e nos sindicatos. Assim, a realização de eventos

como o I Congresso da Mulher Metalúrgica e os depoimentos de operárias como Geci Prates e Elizabeth Pereira dos Santos revelam resistências à ordem vigente. Esses espaços de encontro e organização coletiva funcionam como rupturas nas estruturas de gênero que procuram naturalizar a exclusão e subordinação das mulheres.

Fontes

HENRICHS, Liliana. **A participação da Mulher no trabalho da comunidade**. Jornal de Caxias, Caxias do Sul, 5 de abril de 1975. Ano III, nº 114, p. 8. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882470&Pesq=Liliana%20mulher&pagfis=2025>. Acesso em: 25 jan. 2025.

HENRICHS, Liliana. **Coluna Mulher**. Jornal de Caxias, Caxias do Sul, 26 de março de 1977. Ano V, nº 215, p. 25. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882470&Pesq=Liliana%20mulher&pagfis=4511>. Acesso em: 25 jan. 2025.

HENRICHS, Liliana. **Coluna Mulher**. Jornal de Caxias. Caxias do Sul, 4 de fevereiro de 1978. Ano V, nº 00260, p. 27. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882470&pesq=&pagfis=6480>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Jornal de Caxias. Caxias do Sul, 20 de outubro de 1979, Ano VII, nº 00349, p. 24. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882470&pagfis=11154>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Referências

ARALDI, Vanessa Cristina. **O trabalho entre o Orgulho, o Aprisionamento e o Aprendizado**: a representação da identidade operária na memória de ex-trabalhadores da metalúrgica Abramo Eberle. 2019. 80 f. TCC (Graduação em História) - Curso de Licenciatura em História, Área do Conhecimento de Humanidades, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

ARRUZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, p. 34-58, 2015.

BARROS, José D'Assunção. Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica. **História Unisinos**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 588-604, 4 nov. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BURCKHART, Thiago. Gênero, Dominação Masculina e Feminismo: por uma teoria feminista do Direito. **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 26, n. 47, p. 205–224, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/6619>. Acesso em: 4 jan. 2025.

FIANCO, F.; DOURADO, I. P. O Almoço na Relva: violência simbólica e dominação masculina em Pierre Bourdieu. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 16, n. 8, p. 11393–11411, 2023. Disponível em: <<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1372>>. Acesso em: 22 dez. 2024.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: Evolução Histórica**. Caxias do Sul: UCS/EST/Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1978.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros. Fortaleza**, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016.

LAZZAROTTO, Valentim. **Pobres construtores de riqueza: absorção da mão de obra e expansão industrial na Metalúrgica Abramo Eberle: 1905-1970**. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.

LAZDAN, A. M.; REINA, F. T.; MUZZETI, L. R.; RIBEIRO, P. R. M. A dominação masculina de Pierre Bourdieu: críticas e reflexões a partir da psicologia analítica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 9, n. 2, p. 470–487, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7050>>. Acesso em: 3 jan. 2025.

MACHADO, Maria Abel. **Submissão e Poder: Mulheres Operárias de Caxias do Sul-1900/1950**. Porto Alegre: PUCRS, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1993.

MACHADO, Maria Abel. **Mulheres sem rosto**. Maneco Livraria & Editora, 1998.

NASCIMENTO GOMES, R. Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. **Libertas: Revista de Pesquisa em Direito**, v. 2, n. 1, 31 dez. 2016.

OTTO, Claricia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 238-241, ago. 2004.

POZENATO, Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 Anos de Imprensa Regional (1897-1997)**. Caxias do Sul, RS: EducS, 2004.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar - A Utopia da cidade Disciplinar Brasil (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REINA, Vanderlay Santana. **Gênero e sindicalismo: um estudo das trajetórias e experiências militantes sindicais no SINERGIA, Bahia, entre 1970 e 1990**. 2021. 490 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Ufba, Salvador, 2021.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 03, p. 57–76, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/780>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, M. A. Visões da dominação. LPH. **Revista de História (UFOP)**, Mariana - MG, v. 1, n.7, p. 219-230, 1997.

SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Perspectiva**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 121-149, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10210>>. Acesso em: 3 jan. 2025

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, jan-jul de 2011, p. 217-243.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], n. 20, p. 60-70, ago. 2002.

SOIHET, Rachel. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas (SP), n.11, p. 89-98, 1998.

SPERANZA, Clarice G. Gênero e classe numa comunidade de mineração de carvão do Brasil em meados do século XX. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, v.1, p. 113-136, nov. 2020-abr. 2021.

TESSARI, Anthony Beux. **Imagens do labor**: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho da antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940). 2013. 318 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: A maldição de Adão. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEINSTEIN, Bárbara. Elas Nem Parecem Operárias: feminilidade e classe na América Latina no século XX. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 145-171, jul. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/18940/11034>>.

ZEN, Daiane Dala. **Mulheres, intelectuais e professoras**: a história das mulheres pelo olhar feminino de historiadoras da região colonial italiana do Rio Grande do Sul. 2023. 229 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2024.

ZUGNO, Vanildo Luiz. **Frades Menores Capuchinhos no Rio Grande do Sul (1896-2021)**. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 2022. (1ª Edição).

Algumas reflexões sobre o tratamento dado à loucura durante a Ditadura Civil-Militar brasileira através do filme “Bicho de Sete Cabeças” (2001)

Some reflections on the treatment given to madness during the Brazilian Civil-Military Dictatorship through the film “Bicho de Sete Cabeças” (2001)

Giovanna Kopp da Cruz¹, UFSM

Resumo

O presente trabalho visa discutir brevemente sobre as transformações na compreensão do conceito de loucura ao longo do tempo, utilizando-se, para isso, do filme “Bicho de Sete Cabeças” (2001), baseado na obra “Canto dos Malditos” (1990) de Austregésilo Carrano Bueno, para entender de maneira mais profunda, através da representação cinematográfica, o tratamento dado à loucura em manicômios durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985).

Palavras-chave: Cinema; Ditadura Civil-Militar; História; Loucura; Manicômios.

Abstract

The present work aims to briefly discuss the transformations in the understanding of the concept of madness over time, using, for this, the film "Bicho de Sete Cabeças" (2001), based on the work "Canto dos Malditos" (1990) by Austregésilo Carrano Bueno, to understand in a deeper way, through cinematographic representation, the treatment given to madness in asylums during the period of the Civil-Military Dictatorship in Brazil (1964-1985).

Keywords: Cinema; Civil-Military Dictatorship; History; Madness; Asylums.

Introdução

A loucura, ao longo dos anos, foi compreendida de diferentes maneiras, e o cinema é um dos suportes que auxiliou na construção de um imaginário acerca dela e dos hospitais psiquiátricos, influenciando o debate público sobre a temática. Durante o período da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), o espaço físico do manicômio começou a ganhar contornos ainda mais delineados, realizando violências grotescas, sejam físicas como simbólicas, além de abandonos de todo tipo contra determinadas populações. A lógica de exclusão e internação de pessoas consideradas “desviantes”, durante décadas, perdurou no Brasil, deixando marcas e feridas que seguem até a atualidade.

Este trabalho se compromete a pensar sobre as interpretações que a loucura ganhou a partir do período ditatorial brasileiro, focando na representação cinematográfica feita no filme *Bicho de Sete Cabeças* (2001). A relação entre cinema e história, aqui, torna-se

¹ Graduanda de História - Licenciatura na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: giovanna.kopp@acad.ufsm.br.

especificamente relevante ao levar-se em conta as várias dimensões presentes nos elementos do cinema, que fazem parte da indústria do lazer, de objetos de obra de arte coletiva, mas especialmente da comunicação em massa (Napolitano, 2003); ou seja, é político, interage com o público e mobiliza perspectivas.

A história do filme, nesse sentido, se baseia em uma história de internamento real que ocorreu durante os anos da Ditadura Civil-Militar no Brasil, e a intenção da presente escrita é refletir sobre o que o filme comunica acerca do lugar que a loucura ocupou neste momento histórico, especialmente no que concerne ao retorno lucrativo que as instituições asilares traziam para os ditadores.

Austregésilo Carrano Bueno², protagonista da vida real a que o filme faz referência, passou três anos dentro de hospitais psiquiátricos, durante a década de 70, sofrendo violências, sendo torturado através do eletrochoque e ingerindo medicações em altas doses. Isso ocorreu porque seu pai encontrou um cigarro de maconha no bolso de seu casaco. Mais tarde, a diretora Laís Bodanzky³ daria vida a Neto através de Rodrigo Santoro⁴, homenageando a vida e obra de Austregésilo.

O contexto manicomial da década de 60 brasileiro ficou conhecido como Indústria da Loucura, porque os hospitais psiquiátricos privados dividem espaço com o modelo crescente das grandes colônias, que já vinham se definindo como modelo de política federal desde a Era Vargas⁵.

Também, no que se refere aos usos da loucura pela Ditadura Civil-Militar, cada vez mais os manicômios viraram locais para amontoar e controlar pessoas, já que o lucro foi compreendido enquanto possibilidade a partir do aluguel de leitos nas clínicas psiquiátricas, mantendo o fluxo de entrada de verba do governo federal para os hospitais privados (De Paula, 2022).

A partir desse momento, a loucura passou mais fortemente a se relacionar com a mercantilização e com a compra de serviços em detrimento da preocupação com o cuidado. O modelo asilar passa a buscar de maneira sistematizada um número cada vez maior de

² Foi um escritor brasileiro, integrante do Movimento da Luta Antimanicomial, representante nacional na Reforma Psiquiátrica do Brasil, e membro da Comissão Intersectorial de Saúde Mental (CISM), do Conselho Nacional de Saúde. Foi a primeira pessoa no Brasil a mover uma ação indenizatória, em 13 de maio de 1998, contra médicos psiquiatras por erros de diagnóstico, tratamentos torturantes e crimes.

³ Diretora, produtora e roteirista brasileira. Seu primeiro longa-metragem foi “Bicho de Sete Cabeças” (2001), com o qual ganhou reconhecimento, crítica e público, além de diversos prêmios.

⁴ Ator e dublador brasileiro.

⁵ Ouvir em: HISTÓRIA FM 152: *História da Psiquiatria: origens, desenvolvimento e controvérsias*. [Podcast]. Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistada: Ana Terra de Leon. [s.l.] Leitura Obrigatória HISTÓRIA, 12 nov. 2023. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/6CBa2gMEMrUs56ftO30sL0?si=bVysmdmbS9C5kD1L-1MB3g>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

hospitalizações e a cronificação de seus usuários como forma de lucrar com isso. Assim, as e os internas/os ficam ali sem nenhuma perspectiva de saída; a estigmatização e a deterioração da saúde física e mental daquelas pessoas, diante disso, ganha contornos cada vez maiores.

Dessa forma, ainda que o filme *Bicho de Sete Cabeças* tenha sido produzido posteriormente, nos diz muito sobre este momento da história, com todas as liberdades de produção e representação que o cinema pode ter⁶. Até porque, como uma forma de comunicação, o cinema está falando algo para alguém e, nesse caso, busca representar uma experiência tão dolorosa de uma das figuras que se transformou em um grande nome do movimento pela Luta Antimanicomial⁷ no Brasil.

Breves ponderações acerca da loucura

Ao longo da história, diferentes termos para definir e compreender a loucura foram utilizados, a depender do contexto político, do modo de organização social, das relações de produção e dos discursos e representações envolvidas. Ou seja, a loucura não foi entendida e interpretada da mesma forma sempre, assim como também não foi vista enquanto problema social, patologia ou doença em todos os períodos históricos e culturais (Lima, 2021). Ela é, ao contrário, um fenômeno social e vai tomando as facetas das condições sócio-históricas em que está amparada.

É a partir da Revolução Industrial, portanto, que os indivíduos tidos como loucos surgem como “desviantes” da norma social que devia ser seguida, em uma dinâmica institucional da loucura. São pessoas à margem da sociedade, das cidades e da vida (Lima; Wilson, 2021), “anormais” que não conseguem produzir na intensidade que a dinâmica produtiva e lucrativa do capitalismo que se forma precisa para existir, sendo necessária a exclusão, gestão e segregação daqueles dentro dos hospícios.

O capitalismo produziu os manicômios e os manicômios também auxiliam na sustentação deste modelo (Lima, 2021). Sobre este aspecto no nascimento da era industrial, o psiquiatra italiano Franco Basaglia disse:

Estrutura econômica e organização social coincidem sempre, e não é casual que os manicômios tenham se estruturado no sentido técnico-industrial com o começo da Revolução Industrial. Assim, em semelhança com as demais

⁶ Aspectos como a montagem da produção e a composição cênica - a exemplo de figurinos, fotografias, trilha sonora, etc -, que também constroem a narrativa cinematográfica, não são o foco de análise deste trabalho.

⁷ O Movimento pela Luta Antimanicomial é essencialmente brasileiro, tendo surgido ao longo dos anos 1970. Previa a derrubada dos muros dos hospitais psiquiátricos, mas também de toda estrutura social, política e econômica que permitisse a lógica asilar.

formas de assistência pública, os manicômios mostram sua mais ampla configuração institucionalizada no momento em que se faz necessário separar o produtivo do improdutivo (1986, p. 4-5).

No Brasil, durante o século XIX, a loucura permanecia como objeto do discurso religioso - semelhante às representações históricas que perduraram durante a Antiguidade Clássica até o período cristão. Já durante a República, ocorreu o deslocamento para a concepção científico médico-psiquiátrica e, aquilo que era enxergado anteriormente como perturbação da ordem social, passa a ser compreendido como doença mental (Batista, 2014, p. 396).

O manicômio, acompanhando as mudanças nas noções de loucura que não pararam por aí, também passa por transformações, entrando na lógica do internamento para cura e tratamento, de acordo com D. M. Delevati, M. L. Figueirêdo e M. G. Tavares:

A função mais antiga é a de recolher os loucos, juntamente com outras minorias, isolando-os em edifícios antigos mantidos pelo poder público ou por grupos religiosos. Em seguida, surgiram as instituições hospitalares com objetivo de realizar tratamento médico, porém os funcionários responsáveis não tinham formação médica, muitas vezes eram religiosos. E a partir do século XIX, surgem as instituições que acolhiam apenas doentes mentais, oferecendo tratamento médico especializado e sistematizado em instituições chamadas de manicômios (2014, p. 125-126).

Isto não significa, claro, que as instituições manicomiais realmente ofereciam tratamentos “especializados”. Muitos das/os pacientes não tinham diagnóstico do que hoje chama-se de sofrimento mental, sendo internados tão e somente por serem homossexuais, prostitutas, alcoólatras, revoltosos, epiléticos, etc (Delevati; Figueirêdo; Tavares, 2014, p. 126). Além do mais, muitas das pessoas que trabalhavam nos manicômios não tinham formação na área da saúde ou experiência no trato com pessoas em sofrimento mental. Os médicos mesmo, eram poucos (Leon, 2023).

Dessa maneira, a relação social que se constrói com a loucura é norteadada pelo seu lugar social e momento histórico, e não pela loucura em si enquanto fenômeno humano. Isso se revela pelo controle social, repressão, dominação racial e internação compulsória de determinados grupos sociais (Lima, 2021), com a ausência de diagnósticos e/ou tratamentos adequados e humanizados quando da presença real de sofrimento psíquico.

Vê-se, deste modo, diversas pessoas sendo internadas em hospitais psiquiátricos sem acompanhamento, análise de realidade ou pesquisa dos métodos mais coerentes de cuidado. Podemos compreender que a preocupação dos hospitais psiquiátricos desde sua organização

inicial não foi com as pessoas “loucas”, mas sim em demarcar e higienizar o espaço social daqueles ditos “sãos” (Lima, 2021).

Alguns apontamentos sobre o filme “Bicho de Sete Cabeças”

Drama brasileiro dos anos 2000, o filme *Bicho de Sete Cabeças* foi dirigido por Laís Bodanzky, teve o roteiro de Luiz Bolognesi⁸ e é baseado no livro autobiográfico “Canto dos Malditos”, de Austregésilo Carrano Bueno. Dentre seu elenco, aparecem alguns grandes nomes do cinema e da televisão brasileiros, a exemplo de Rodrigo Santoro (Neto), Cássia Kiss Magro (Meire, mãe de Neto), Luis Miranda (Marcelo, enfermeiro) e Othon Bastos (Seu Wilson, pai de Neto).

Não cabe aqui fazermos análises estruturais sobre o filme e suas características no âmbito de filmagem, música, montagem, preparação de elenco, prêmios, etc, mesmo que sejam aspectos significativos para entender profundamente uma obra. O que mais interessa, neste momento, é trazer algumas informações sobre o filme de maneira contextualizada, dialogando com o período que busca retratar e as demandas sociais que auxilia a (tentar) sanar.

Percebe-se que Bodanzky busca adaptar a experiência de Austregésilo para as telas justamente por entender que a temática, apesar de espinhosa, era necessária para a discussão pública. Ainda que as condições internas dos hospitais psiquiátricos tenham começado a ir a público a partir de 1970, através da comunicação jornalística⁹ e da articulação do Movimento Antimanicomial, o cinema ainda pouco tinha se aventurado na temática.

Daí, em linhas gerais, surge a história de Neto, um jovem que é internado de maneira forçada em um manicômio pelo seu pai, após este encontrar um cigarro de maconha em seu casaco. O filme retrata a passagem de Neto por dois hospitais psiquiátricos, onde sofre diversos tipos de violência, abusos e medicamentação excessiva sem nenhuma forma de tratamento.

Em *Canto dos Malditos*, Austregésilo conta seu percurso ao longo de três anos dentro de hospitais psiquiátricos de Curitiba e Rio de Janeiro, a partir de 1970, período que já vigorava a Ditadura Civil-Militar brasileira. Tal como na obra cinematográfica, Carrano fumava maconha e foi internado por seu pai para, supostamente, tratar deste vício. Transferido de um hospital para outro, durante suas internações, passou por diversas sessões

⁸ Roteirista, produtor e diretor de cinema brasileiro.

⁹ A jornalista e documentarista brasileira Daniela Arbex é um exemplo de quem, anos mais tarde, escreveu sobre este acúmulo de conhecimento acerca das condições dos hospitais psiquiátricos no país.

de eletrochoque e outras violências, além de ser obrigado a ingerir grandes quantidades de medicamentos.

Em certo momento de sua experiência, Austregésilo (e Neto) ateia fogo na própria cela como forma de chamar atenção de seus familiares sobre a realidade daqueles lugares e sobre as verdadeiras condições a que era submetido. Fora dos manicômios, escreveu “Canto dos Malditos”, lançado em 1990. Ao passo que esta obra tenha sofrido diversas retaliações judiciais, retirada de circulação por algum período, censuras públicas tenham lhe sido impostas, assim como denúncias de alguns daqueles citados no livro (sobretudo médicos e seus familiares), também foi uma produção importante: denúncia escancarada dos abusos cometidos dentro de manicômios por alguém que sentiu na pele as consequências (e razões de existência) do modelo asilar de internação.

Ainda que o filme tenha sido lançado no início dos anos 2000, cabe aqui a análise do contexto que a obra é baseada, com as adaptações e representações que são naturais e necessárias para o cinema. A produção não se propõe como retrato fidedigno da obra de Austregésilo, mas como espaço de representação para que aquela pudesse chegar a mais pessoas. Acredito que este filme se junte a outras produções cinematográficas¹⁰ que são de extrema relevância para a compreensão de como a loucura era percebida e tratada no Brasil, especialmente entre os anos de 1960 e 1980, assim como a real atuação e usos dos hospitais psiquiátricos brasileiros.

Ao olharmos para um jovem que foi internado em um manicômio por carregar um cigarro de maconha consigo, fica evidente que os parâmetros de avaliação, de internação e de tratamento não eram delineados quanto à presença ou ausência de sofrimento psíquico, mas por outros elementos de ordem moral e social. A preocupação não era garantir cuidado e acompanhamento integral ao paciente.

Pelo contrário, o filme nos mostra descasos vários e condições precárias das instalações, dos tratamentos e de higiene, fatos que já chegaram também ao conhecimento público e científico sobre sua veracidade, especialmente por meio da atuação e pesquisa jornalística¹¹ e do Movimento Antimanicomial.

¹⁰ Ver: *Holocausto Brasileiro: A Barbárie Entre Nós*. [Documentário]. Direção: Daniela Arbex, Armando Mendz. Produção: Daniela Arbex, Geneton Neto. Brasil: Pacha Filmes, 2016. 82 min., son., color; **Nise: o coração da loucura**. [Filme]. Direção: Roberto Berliner. Produção: Mariza Leão. Roteiro: Maria Camargo. Intérpretes: Glória Pires, Julio Adrião, Flavio Bauraqui, Fabrício Boliveira. Brasil: Imovision, 2016. 106 min., son., color.

¹¹ *Holocausto Brasileiro: A Barbárie Entre Nós*. [Documentário]. Direção: Daniela Arbex, Armando Mendz. Produção: Daniela Arbex, Geneton Neto. Brasil: Pacha Filmes, 2016. 82 min., son., color.

Ademais, é igualmente relevante apontar a criminalização e a moralização do uso da maconha que fica claro desde o início de *Bicho de Sete Cabeças*. A maconha é vista como viciosa e porta de entrada para outras drogas ainda mais debilitantes, enquanto o tabaco é fumado recorrentemente pela mãe de Neto dentro de casa, por exemplo. Também não nos cabe, aqui, questionar sobre o acesso à informação e sobre como se dava a divulgação de conhecimentos das consequências do uso de drogas naquele contexto; seria uma pesquisa à parte.

O que percebemos, neste sentido, é que o comportamento do filho, que vivia sua fase de rebeldia junto aos amigos, experimentando o que a juventude da época lhe oferecia entre álcool e amores, passa a ser visto como agressivo, rebelde e anormal, “sobrando” somente a alternativa de internação sob a perspectiva familiar e social da época.

Desde a primeira institucionalização, portanto, o protagonista é colocado em uma narrativa que naturaliza a medicalização e o “tratamento”, em um espaço lotado de pessoas jogadas em todos os cantos, muitas delas nuas e machucadas, outras em estado de transe devido a intensidade da sedação.

Os remédios que fazem parte da dieta obrigatória de todos os internos abrem o apetite, de modo que quando recebem visita de seus familiares, estes não acreditem que ali seja um espaço de deterioração porque, ora, seus filhos e familiares estão mais saudáveis e com mais peso do que quando chegaram aos hospitais! Porém, quando a família vai embora, aquelas pessoas voltam para uma realidade violenta de abandono e agonia bastante evidenciada pelo filme.

Quem entra para estas instituições, nunca sai delas sendo a mesma pessoa, é o que o filme demonstra. Os tratamentos de choque mudam completamente os indivíduos e seus comportamentos. A produção de Bodanzky revela isso através das sequências de cenas e das falas dos personagens: o isolamento, o afastamento das pessoas queridas, as lembranças de momentos que passaram e que não voltarão mais e os surtos de violência advindos da confusão mental pela alta dosagem medicamentosa estão bastante presentes.

Os hospitais psiquiátricos são representados enquanto localidades afastadas dos centros urbanos e próximos às regiões rurais, o que interpreto quase como um simbolismo aos distanciamentos de todo tipo que os internos sofriam. Afastamento seja da ampla sociedade que não se interessava por todas aquelas pessoas que representavam a marginalidade e o indesejável; seja da própria família que, nas visitas, eram apresentadas a um espaço completamente diferente daqueles em que os pacientes viviam no cotidiano asilar.

Inclusive, esta é uma informação que encontra respaldo concreto na realidade. Basaglia e Basaglia (1966, in. Almeida, 2025) já definiram que um elemento de extrema importância na lógica manicomial, tido inclusive como prática higienista e de “embelezamento” da cidade, é o isolamento territorial. Localizações de difícil acesso e longe dos centros urbanos eram, muitas vezes, escolhidas como prioritárias para a construção dos antigos manicômios. O argumento principal é que a restrição ao contato externo fazia parte do processo terapêutico (Plataforma Brasileira de Política de Drogas, 2018).

Dialogando com esta noção de distanciamento territorial e trazendo também sobre a homogeneização das pessoas que são internadas - seja esteticamente ou no âmbito laboral -, o sociólogo estadunidense Erving Goffman diz que as vidas eram completamente fechadas na instituição asilar (1961, in. Almeida, 2025, p. 20). Sobre este aspecto de controle pleno que o manicômio exercia sobre as e os internas/os, Goffman chamou de instituição total.

Em frente, há uma cena em uma das instituições que Neto passou que o médico psiquiatra “prepara” sua família para aquilo que encontrarão (ou para aquilo que foi permitido que encontrassem): possíveis delírios, violência e pedidos de ajuda, que nada mais seriam do que efeitos do tratamento bem sucedido de Neto, de acordo com a fala médica. Caso a família quisesse que ele realmente seguisse melhorando, não poderia dar ouvidos ao que dizia.

Em outro momento, este mesmo psiquiatra está falando ao telefone sobre a grande quantidade de internos no manicômio - 472 pessoas -, mas sobre a real possibilidade de até mesmo procurar mais gente para internar, caso isto permaneça fazendo com que o governo envie repasses financeiros à instituição. Este aumento de financiamento governamental em hospitais psiquiátricos não é liberdade cinematográfica, até mesmo quando falamos sobre a perpetuação da lógica manicomial na contemporaneidade brasileira, mas já era verdade durante a Ditadura Civil-Militar.

Ditadura Civil-Militar e manicômio

Não irei desenvolver uma discussão sobre o contexto brasileiro, latino-americano e mesmo mundial que deu início à Ditadura Civil-Militar no Brasil, em 1964. Nos cabe apontar, dentro do recorte aqui realizado, que foi neste período da história brasileira que a chamada “Indústria da Loucura” teve seu boom a partir de um forte aumento do número de hospitais psiquiátricos privados (De Paula, 2022, p. 38).

Até então, os modelos de “hospitais colônias” eram priorizados, uma vez que, como o trabalho forçado de interna/os era a base desta organização (sendo visto como modo de

tratamento terapêutico), o Estado não gastava muito com essa demanda (Leon, 2023). É a partir das décadas de 30 e 40 do século XX que se inicia uma articulação nacional em prol dos hospitais psiquiátricos, com a medicalização da loucura, que passa a ser interpretada como conduta irregular (Batista, 2014, p. 396).

Logo, os governos ditatoriais mantiveram de maneira organizada e sistematizada o envio de verbas para os hospitais psiquiátricos, porque perceberam o retorno que esta ação trazia. O aluguel de leitos naquelas clínicas permitia que a internação de pessoas consideradas loucas ou à margem do sistema produtivo virasse um mecanismo de mercantilização que realmente trazia lucro (De Paula, 2022, p. 38-39).

Aos poucos, os manicômios foram virando grandes depósitos de todos aquelas e aqueles indesejáveis para o meio social, acumulando hospitalizações desnecessárias, controle de pacientes e estigmatização daquelas pessoas. Tudo isso, novamente, porque era lucrativo. Conforme Éder de Mendes Paula:

O ato de amontoar as pessoas como forma de conseguir mais verba impedia um serviço de qualidade, tornava os pacientes ainda mais vulneráveis a abusos e violências de todos os tipos. Os profissionais se tornaram mal remunerados em relação à quantidade de pacientes a serem atendidos, o que acarretava um descaso pela falta de condições de atendimento. A psiquiatria foi se tornando uma zona marginalizada da medicina, o manicômio um lugar símbolo do atraso, pois, os tratamentos continuaram sendo os mesmos de períodos anteriores como o eletrochoque e o choque cardiózólico (2022, p. 40).

Mesmo que este tenha sido também o período das primeiras movimentações do Movimento Antimanicomial no país, que desenvolveu grandes denúncias sobre as péssimas condições das e dos trabalhadoras/es da saúde mental e a precariedade dos hospitais psiquiátricos, articulando-se, em âmbito legislativo, naquilo que se transformaria na Lei 10.216 em 2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, a Ditadura não afrouxou suas rédeas.

Foi somente nos anos 80, com os sintomas da abertura política que veio com um lento processo de redemocratização, que esses movimentos ganharam força e impulso, chegando a espaços que antes ainda não tinham conseguido alcançar. Os debates sobre a construção histórica e social da loucura, os apontamentos sobre os horrores que ocorriam dentro dos hospitais psiquiátricos - especialmente por pessoas que viveram a internação forçada - e a discussão que se ampliava, ainda tímida e receosa, acerca da saúde mental, não encontravam retorno na Ditadura. O manicômio era um dos braços do governo militar (De Paula, 2022, p. 40).

Forma-se, assim, as noções do que era normal e do que era anormal, do que era aceito e do que não poderia ser de forma alguma, justamente para justificar a exclusão de certos indivíduos do tecido social, do convívio com seus familiares, amigos, comunidades e amores, ao passo que as pessoas que foram outrora já não mais importariam, como se perdessem suas principais características e razões de existir, sendo definidas e definidos pela internação.

A imposição de formas de agir e de um controle social pela Ditadura criava regras de conduta para quem estava dentro dos muros manicomiais, mas também fora deles, através de discursos normatizadores da lógica asilar de internação e do uso da repressão. Justamente por isso, entende-se que a Luta Antimanicomial não foi (e nem é) uma luta somente pelo fim do espaço físico dos hospitais psiquiátricos, como se fossem um problema por si próprios, mas sim um movimento político pela desinstitucionalização¹² da vida e contra todas as práticas e discursos que possibilitam o modelo manicomial.

Com esta perspectiva, não seria de se surpreender, de fato, se representantes da Ditadura fossem para as ruas dos grandes centros urbanos procurar por pessoas para serem internadas nos hospitais psiquiátricos, já que isto seria lucrativo e positivo para a manutenção do sistema, tal qual representado no filme *Bicho de Sete Cabeças*.

Conclusão

Por tudo que foi apontado, fica evidente que a Ditadura Civil-Militar brasileira teve papel específico em dar novos contornos ao entendimento da loucura e aos mecanismos de tratamento para ela. Fez, assim, seus próprios malabarismos para que conseguisse lucrar e tirar proveito através das instituições psiquiátricas, que já tinham características essencialmente repressivas.

O cinema, aqui representado pelo filme *Bicho de Sete Cabeças*, nos permite fazer esse deslocamento para pensar sobre outras realidades, os discursos que influenciam noções públicas e os impactos que o sistema ditatorial teve na perpetuação da lógica de segregação pelos manicômios, mudando radicalmente a vida de todas e todos que passassem por aqueles locais de exclusão.

Por fim, produções cinematográficas tais como esta nos permitem aumentar a percepção e o debate públicos ao redor da temática, para que jamais deixemos que se repita tamanha violência com outros Austregésilos do país.

¹² Movimento de pôr fim aos hospitais psiquiátricos e aos tratamentos que ocorriam dentro deles; mas não apenas. É uma luta contra todas as formas de manicômio e de lógicas asilares presentes nos aparelhos repressivos de Estado, entendendo que o problema não são os hospícios por si próprios, mas a estrutura social, política, econômica e cultural que permite sua existência e manutenção.

Fontes

BICHO de sete cabeças. Direção: Laís Bodanzky. Produção: Caio Gullane; Fabiano Gullane; Débora Ivanov. Roteiro: Luiz Bolognesi. Brasil: Buena Vista, 2001. 90 min.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 18 maio 2024.

HISTÓRIA FM 152: **História da psiquiatria:** origens, desenvolvimento e controvérsias. Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistada: Ana Terra de Leon. Podcast. Leitura Obrigatória, 12 nov. 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6CBa2gMEMrUs56ftO30sL0>. Acesso em: 2 abr. 2024.

HOLOCAUSTO brasileiro: a barbárie entre nós. Direção: Daniela Arbex; Armando Mendz. Produção: Daniela Arbex; Geneton Moraes Neto. Brasil: Pacha Filmes, 2016. 82 min.

LEITURA OBRIGATÓRIA. **Como trabalhar com cinema como fonte – Fontes Históricas.** YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dnsUDiJx9E0>. Acesso em: 1 jun. 2025.

LEON, Ana Terra de. **Manicômio:** uma abordagem histórica. Minicurso online. Plataforma Zoom Meetings, 2022.

LIMA, Dassayeve Távora. **Direitos humanos e saúde mental:** luta antimanicomial e redução de danos. Conferência. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2x3-0sQ4ouc>. Acesso em: 3 maio 2024.

NISE: o coração da loucura. Direção: Roberto Berliner. Produção: Mariza Leão. Roteiro: Maria Camargo. Brasil: Imovision, 2016. 106 min.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE POLÍTICA DE DROGAS. **Nota técnica sobre comunidades terapêuticas.** São Paulo, 21 jun. 2018. Disponível em: <https://pbpd.org.br/publicacao/nota-tecnica-sobre-comunidades-terapeuticas/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

SAÚDE MENTAL CRÍTICA. **Saúde mental, reforma psiquiátrica e luta antimanicomial.** Entrevistador: Dassayeve Távora Lima. Entrevistado: Paulo Amarante. Podcast. 18 maio 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0jFGrBDROBeKykoQgYlOf0>. Acesso em: 3 maio 2024.

SOBINFLUÊNCIA EDIÇÕES. **Rádio Aurora:** a loucura é uma linguagem. Entrevistados: Dassayeve Távora Lima; Wander Wilson. Podcast. jan. 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2BCMzPHuaeYMcUh0WWL7SB>. Acesso em: 3 maio 2024.

Referências

ALMEIDA, Vitória de Amorim. **A saúde mental tem Norte:** narrativas sobre a história do Movimento da Luta Antimanicomial do Pará (MLA/PA) na cidade de Belém. 2025. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2025.

BASAGLIA, Franco. **O homem do pelourinho**. 1986. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5263599/mod_resource/content/1/BASAGLIA%20O%20homem%20no%20pelourinho.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.

BATISTA, Micheline. Breve história da loucura, movimentos de contestação e reforma psiquiátrica na Itália, na França e no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, n. 40, p. 391–404, abr. 2014.

BECKER, Juliana Couto; SILVA, Caio Luiz da. Vozes ocultas: histórias marginais dos prontuários ao podcast. In: **ENCONTRO DISCENTE DE HISTÓRIA DA UFRGS**, 7., 2024, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre, abr. 2024.

BORGES, Viviane Trindade. Arquivos marginais e suas trajetórias subalternas em manicômios e nas prisões. Entrevista concedida a Roberto Abib. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 408–422, abr./jun. 2023.

BRASIL. **Estatuto social do Instituto Desinstitute**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://desinstitute.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Estatuto-Desinstitute.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2024.

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DELEVATI, D. M.; FIGUEIRÊDO, M. L. de R.; TAVARES, M. G. Entre loucos e manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica. **Caderno de Graduação – Ciências Humanas e Sociais – UNIT – Alagoas**, p. 121–136, 2014.

DE PAULA, Éder Mendes. A “liberdade é terapêutica”: algumas reflexões sobre a loucura, controle social e ditadura militar no Brasil. **Expedições: Teoria da História e Historiografia**, v. 15, p. 24–47, 2022.

LIMA, Dassayeve Távora. A loucura na sociedade de classes: breve análise sobre a relação social com a loucura no modo de produção capitalista. **Blog da Boitempo**, 2021. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2021/09/14/a-loucura-na-sociedade-de-classes/>>. Acesso em: 10 maio 2024.

LÜCHMANN, L. H. H.; RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 399–407, mar. 2007.

NAPOLITANO, Marco. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

O poder local na Ditadura Militar e as estâncias hidrominerais: o caso de Monte Alegre do Sul – SP

Local power during the Military Dictatorship and the mineral water resorts: the case of Monte Alegre do Sul – SP

Larissa de Godoi¹, UPF

Resumo

Este artigo analisa os impactos da ditadura militar brasileira sobre o poder local, com ênfase nas estâncias hidrominerais, a partir do estudo de caso do município de Monte Alegre do Sul (SP). A pesquisa discute como a centralização político-administrativa imposta pela Constituição de 1967 e pela Doutrina de Segurança Nacional comprometeu a autonomia municipal e a participação popular, especialmente em áreas consideradas estratégicas pelo regime. Ao abordar a nomeação de prefeitos, a atuação da ARENA e o controle sobre recursos naturais, o estudo evidencia como o poder local foi subordinado aos interesses do governo central, afetando o desenvolvimento e a organização política das estâncias durante o período autoritário.

Palavras-chave: Poder Local; Ditadura Militar; Estâncias Hidrominerais; Monte Alegre do Sul; Segurança Nacional.

Abstract

This article analyzes the impacts of the Brazilian military dictatorship on local power, with an emphasis on mineral water resorts, through the case study of Monte Alegre do Sul (São Paulo). The research discusses how the political and administrative centralization imposed by the 1967 Constitution and the National Security Doctrine compromised municipal autonomy and popular participation, especially in territories considered strategic by the regime. By addressing the appointment of mayors, the role of ARENA, and the control over natural resources, the study highlights how local power was subordinated to central government interests, affecting the development and political organization of these municipalities during the authoritarian period.

Keywords: Local Power; Military Dictatorship; Mineral Water Resorts; Monte Alegre do Sul; National Security.

Introdução

O golpe de 31 de março de 1964 representou uma ruptura abrupta na ordem democrática brasileira. Este artigo se propõe a analisar um aspecto específico dessas transformações: o impacto da ditadura militar sobre o poder local, com ênfase particular nas estâncias hidrominerais. Ao longo deste estudo, examinaremos como as políticas

¹ Larissa de Godoi (larissagodoi@gmail.com) é mestranda em História na Universidade de Passo Fundo (UPF), bolsista CAPES/PROSUC II, com pesquisa voltada à relação entre o empresariado, ideologia e poder durante o golpe civil-militar de 1964. É graduada em História (UNIP) e em Midialogia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

centralizadoras do regime afetaram a autonomia municipal e reconfiguraram as dinâmicas políticas.

Para compreender a profundidade dessa mudança, é importante considerar a natureza do novo arranjo político instaurado a partir do golpe:

Depois do golpe de 31 de março de 1964, os militares passaram de uma condição de força moderadora para o exercício do poder de fato no Brasil. Esta mudança não foi apenas uma alteração na liderança do país, mas uma reconfiguração completa do sistema político e administrativo. (Silva, 1999, p. 27).

O novo regime, amparado por setores da elite econômica e política, implementou um projeto de desenvolvimento que priorizava a centralização do poder e o controle social. O golpe militar "fez emergir um novo bloco de poder, amparado tanto na burguesia internacionalizada, como nos oficiais ligados à Escola Superior de Guerra e nos setores mais conservadores da classe média e da elite política". (Silva, 1999, p. 28)

Um marco fundamental na consolidação do regime militar foi a promulgação da Constituição de 1967. Mais do que uma simples reformulação jurídica, tratou-se de um instrumento político voltado à legitimação e à institucionalização do autoritarismo, consolidando o controle do regime sobre as diferentes esferas do poder. Como observam Costa e Vieira, a Constituição de 1967 teve:

dentre outros objetivos, reinstalar a ditadura no país, sendo que apesar de ainda afirmar que todo o poder emanava do povo (art.1º, §1º), muitos direitos e garantias fundamentais foram suprimidos em favor do então regime de exceção (Costa;Vieira, 2022, p. 50).

Dessa forma, a nova Constituição não apenas formalizou a ruptura democrática iniciada em 1964, mas também estabeleceu as bases legais para a centralização política que marcaria o período subsequente.

A implementação dessas mudanças foi justificada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que serviu como base ideológica para o regime militar. Esta doutrina preconizava a necessidade de um controle centralizado para proteger o país contra ameaças internas e externas, legitimando assim a intervenção direta do governo federal em assuntos locais.

Definição de Poder Local

O conceito de poder local é complexo e multifacetado, abrangendo muito mais do que

apenas as estruturas formais de governo municipal. Como aponta Silva (2008, p. 70): "o poder local constitui-se nas relações que delimitam o poder entre os diferentes grupos sociais, ocorrendo externamente a esta esfera". Isso significa que, para entender o poder local, precisamos olhar além das prefeituras e câmaras municipais, considerando as diversas formas de influência e articulação que se estabelecem no território.

Fischer (1992, p. 106) nos oferece uma definição mais abrangente, afirmando que o poder local "alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação e conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto". Essa perspectiva nos ajuda a entender o poder local como um campo de forças dinâmico, onde diferentes atores sociais interagem e disputam espaço.

No contexto brasileiro, o poder local está intrinsecamente ligado à esfera municipal. Como aponta Daniel (1988), o local "remete-se, no Brasil, à esfera municipal, o lugar de exercício do poder, prefeitura e câmara municipal e as múltiplas instituições sociais a esta esfera vinculadas". Entretanto, é importante entender que esse poder não se limita às instituições formais, mas engloba também as relações econômicas, sociais e culturais que se estabelecem no município.

Essa complexidade do poder local torna-se ainda mais evidente quando consideramos a observação de Davidovich (1993, p. 30), que aponta para a existência de grupos dominantes locais que "se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro". Esses grupos, muitas vezes minoritários e parte de uma elite local, acabam exercendo um poder significativo sobre a região e sua população, inclusive transmitindo sua forma de pensar e agir para as novas gerações.

A doutrina de Segurança Nacional e o controle dos municípios

Um dos pilares ideológicos do regime militar foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que justificava a centralização do poder como necessária para a proteção do país contra ameaças internas e externas. Essa doutrina teve impactos diretos na administração municipal, especialmente após a promulgação da Constituição de 1967 e dos Atos Institucionais nº 2, 3 e por fim o 5 (AI-5) em 1968.

A Constituição de 1967, como apontam Costa e Vieira (2014), "manteve a federação e a autonomia municipal, entretanto, de maneira bem limitada".

Esta centralização afetou diretamente a autonomia municipal. Rech (2000, p. 34) argumenta que "Transferir a execução de políticas públicas locais para as esferas dos Estados-membros e da União é retirar do poder local às condições de solucionar os seus próprios problemas". Essa transferência de responsabilidades, sem a correspondente transferência de recursos, criou uma situação de dependência dos municípios em relação ao poder central.

A Constituição de 1967 introduziu mudanças cruciais que afetaram diretamente o poder local:

- I. Criação das Áreas de Interesse da Segurança Nacional, que incluíam municípios de fronteira, capitais, áreas com indústrias estratégicas e estâncias hidrominerais.
- II. Nomeação de prefeitos pelo governo federal ou estadual em municípios considerados estratégicos, em detrimento de eleições diretas.
- III. Instituição do bipartidarismo, com a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) como partido do governo e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como oposição controlada.

As Áreas de Interesse da Segurança Nacional

A lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, definiu os municípios considerados áreas de interesse da segurança nacional. Esses municípios, que incluíam fronteiras, capitais, áreas com indústrias estratégicas, passaram a ter seus prefeitos nomeados pelo governo federal ou estadual, em vez de eleitos diretamente pela população.

Além disso, a lei complementar nº 9 de 31 de dezembro de 1969 definiu que os prefeitos das estâncias hidrominerais também deveriam ser nomeados:

CAPÍTULO V

Das Estâncias

Artigo 118 - A criação de estâncias de qualquer natureza dependerá de aprovação dos órgãos técnicos competentes do Executivo estadual e de voto favorável da maioria absoluta da Assembléia Legislativa.

§ 1º - As estâncias hidrominerais dependerão da comprovação da existência, no território do Município, de fontes naturais de água dotada de qualidades terapêuticas e em quantidades suficiente para atender aos fins a que se destinam.

§ 2º - As estância climáticas e balneárias dependerão de comprovação da existência de condições relativas ao clima altitude e outros requisitos que favoreçam a instalação de hotéis, sanatórios e similares.

Artigo 119 - As estâncias hidrominerais serão administradas por Prefeitos com conhecimentos de administração municipal, nomeados pelo Governador, com prévia aprovação da Assembléia Legislativa. (BRASIL, 1969, p. 11257).

Como destaca Aline Aparecida Faé Inocenti (2014): “todos os municípios de fronteira, capitais de estado e, também, municípios que possuíam reserva natural, como as estâncias hidrominerais, tinham seus prefeitos nomeados pelo governador do estado com aprovação do presidente.” Essa política evidencia o caráter centralizador do regime, ao subordinar as administrações locais à lógica de controle político dos governos estaduais e da União. Ao retirar da população o direito de escolher seus representantes, o regime não apenas restringiu a autonomia municipal, mas também desarticulou os canais tradicionais de participação política no âmbito local.

Em conjunto com a lei complementar, por meio do Ato Institucional no 3 (AI-3), os governadores de Estado passaram a ser indicados de maneira indireta pela ditadura, contribuindo para a supressão das liberdades democráticas e da autonomia prevista pelo sistema federalista brasileiro.

Outra medida que impactou significativamente o poder local foi a instituição do bipartidarismo através do Ato Institucional nº 2 (AI-2). Como explica Dmitri da Silva Bichara Sobreira (2023), “foram extintas as antigas legendas partidárias e criado um sistema bipartidário, composto pela ARENA e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB)”.

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) tornou-se o partido do governo, dominando a maioria das prefeituras e câmaras municipais. Esse domínio foi especialmente forte nos municípios considerados estratégicos onde os prefeitos nomeados eram invariavelmente membros da ARENA, como é o caso do município de Monte Alegre do Sul, analisado nesse artigo.

Para garantir o controle efetivo da população, o que impactou a possibilidade da população exercer outras maneiras de atuar no poder local, o regime militar criou um extenso aparato de vigilância e repressão. O Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964, desempenhou um papel crucial nesse processo. Esse aparato de vigilância criava um ambiente de medo e desconfiança que limitava a participação política e social nos municípios. Essa rede de controle, que operava tanto por meio da coleta de informações dos cidadãos quanto pela intimidação direta, instaurou um clima de medo e autocensura. Como resultado, a vida política local foi profundamente afetada, e as possibilidades de participação social ou contestação tornaram-se cada vez mais restritas.

As Estâncias Hidrominerais como Áreas de Interesse da Segurança Nacional

As estâncias hidrominerais ocuparam uma posição diferenciada neste novo arranjo

político-administrativo. Definidas pela lei federal nº 2.661, de 03 de dezembro de 1955, como localidades reconhecidas por lei estadual e dotadas de fontes de águas termais ou minerais naturais, estas cidades foram consideradas estratégicas pelo regime militar.

Alessandra Bortoni Ninis e José Augusto Drummond observam que estas cidades:

têm características climáticas bem determinadas, dotadas de fontes naturais de águas minerais, vapor ou lama, equipadas com instalações hoteleiras e outros elementos estruturais turísticos, além de serem utilizadas como espaço para tratamento terapêutico ou atividades físicas. (Ninis; Drummon, 2008, p. 151).

A inclusão dessas estâncias como Áreas de Interesse da Segurança Nacional demonstra a importância estratégica que o regime militar atribuía a esses locais, tanto do ponto de vista econômico quanto político. A água era vista como um recurso natural valioso e precisava ser controlada pelo governo central.

Impactos no Desenvolvimento Local

A nomeação de prefeitos e a subordinação direta ao poder central tiveram impactos significativos no desenvolvimento dessas localidades. Por um lado, houve um maior controle sobre os recursos naturais e econômicos desses municípios. Por outro, a falta de autonomia política prejudicou a capacidade de resposta às necessidades locais específicas.

Como aponta Victor Nunes Leal:

como autonomia legal sempre foi cerceada por diversas formas, o exercício de uma autonomia extralegal fica dependendo inteiramente das concessões do governo estadual...ou federal. Já não será um direito da maioria do eleitorado, será uma dádiva do poder (Leal, 1997, p. 50).

Esta prática não apenas privou a população local do direito de escolher seus representantes, mas também garantiu que os prefeitos nomeados fossem alinhados com os interesses do regime militar.

Monte Alegre do Sul: uma Estância Hidromineral sob a Ditadura

Monte Alegre do Sul, uma pequena cidade no interior de São Paulo, oferece um estudo de caso representativo sobre como as políticas da ditadura militar afetaram as estâncias hidrominerais. Embora a cidade seja pequena para os padrões do estado de São Paulo, com uma população de 8.627 pessoas de acordo com o censo do IBGE de 2022, foi um dos municípios reconhecidos como estância hidromineral em 1964 e vivenciou diretamente as

transformações impostas pelo regime, particularmente no que diz respeito à nomeação de prefeitos e à centralização do poder.

Antes de analisarmos o impacto da ditadura, é importante compreender o contexto histórico de Monte Alegre do Sul. Segundo o Atlas de Monte Alegre do Sul: "O local onde seria formado o atual município de Monte Alegre do Sul começou a ser ocupado por volta de 1873, durante o Ciclo do Café" (EMBRAPA, 2024).

A cidade teve suas origens ligadas à construção de uma capela, um padrão comum no Brasil do século XIX, e gradualmente se desenvolveu como um centro agrícola e, posteriormente, como uma estância hidromineral.

O reconhecimento oficial de Monte Alegre do Sul como entidade administrativa ocorreu em 5 de março de 1887, quando a Lei provincial nº 15 elevou o povoado à condição de distrito do município de Amparo, sob o nome de Bom Jesus de Monte Alegre. Neste período inicial, o distrito experimentou significativas melhorias em sua infraestrutura, incluindo a instalação de uma sub-delegacia de polícia, uma escola municipal e uma agência postal, marcando o início de sua estruturação administrativa e social.

Em 1890 é criada uma estação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Esta infraestrutura de transporte não apenas facilitou o escoamento da produção local, principalmente o café, mas também atraiu novos moradores, impulsionando o crescimento demográfico e econômico da região. Subsequentemente, a implementação de serviços de luz elétrica e telefone reforçou este processo de modernização.

Em 24 de dezembro de 1948, a Lei Estadual nº 233 eleva o distrito à categoria de município, desmembrando-o de Amparo e restabelecendo o nome de Monte Alegre do Sul.

A evolução administrativa de Monte Alegre do Sul continuou com a criação e incorporação do distrito de Mostardas ao município, através da Lei Estadual nº 8092 de 28 de fevereiro de 1964, expandindo assim sua área de influência e complexidade administrativa.

Em 1964, obteve a certificação como estância hidromineral e passou a integrar o Circuito das Águas (EMBRAPA, 2024). Além disso, consolidou-se também a atividade de extração e engarrafamento de água mineral, que se tornou a base econômica do município.

Como uma estância hidromineral reconhecida, Monte Alegre do Sul foi diretamente afetada pelas políticas do regime militar, especialmente após a Constituição de 1967. Algumas das principais mudanças incluíram:

- **Nomeação de Prefeitos:** Com base na legislação da época, os prefeitos de Monte Alegre do Sul passaram a ser nomeados pelo governador do estado, com aprovação

do presidente da República, em vez de serem eleitos diretamente pela população. Os dois prefeitos nomeados pelo governador foram Claudio Tedeschi que governou entre 8 de abril de 1965 a 6 de julho de 1975 e Nereu Beneduzzi durante o período de 7 de julho de 1975 a 25 de maio de 1979. Nereu já havia sido prefeito pela UDN entre 4 de abril de 1957 a 14 de abril de 1961. É importante destacar que durante o período quase não houve variação entre as nomeações, proporcionando ainda mais a concentração de poder e as relações personalistas que se desenvolveram com essas figuras, ainda hoje reconhecidas na cidade como grandes políticos do período.

- **Controle Econômico:** Como uma estância hidromineral, Monte Alegre do Sul tinha importância estratégica para o regime. O Atlas menciona que "Durante as décadas de 1970 e 1980, o governo estadual direcionou verbas que serviram para promover as estâncias hidrominerais e fortalecer o turismo como segmento econômico na região" (EMBRAPA, 2024). Embora isso possa ter trazido investimentos, também significou um maior controle estadual e federal sobre a economia local, limitando a economia do município ao turismo.
- **Limitação da Autonomia Municipal:** A inclusão de Monte Alegre do Sul como uma Área de Interesse da Segurança Nacional significou uma redução significativa na autonomia municipal. Decisões importantes sobre o desenvolvimento da cidade passaram a ser tomadas em conjunto com esferas superiores do governo estadual, ao invés da população.
- **Domínio da ARENA:** Como em outros municípios considerados estratégicos, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), dominou a política local em Monte Alegre do Sul durante este período. Em 26 de maio de 1979 a cidade volta a ter um prefeito eleito, José Augusto Povia que também pertencia ao partido ARENA, mostrando uma continuidade no processo de abertura da ditadura militar, com forte presença do PMDB até o ano de 2000.

No entanto, o legado do período da ditadura permaneceu visível em vários aspectos. Em primeiro lugar, podemos observar o impacto na estrutura econômica da cidade, fortemente centrada no turismo e na indústria de águas minerais, como mostra a Lei nº 384 de 2 de dezembro de 1.968 que dispõe sobre a criação do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal da Estância de Monte Alegre do Sul (1969):

(...) i) desenvolver projetos turísticos, tais como, conjuntos hoteleiros,

parques e clubes esportivos, clubes de campos e de veraneio, visando aproveitar as facilidades proporcionadas pela EMBRATUR, em colaboração com a Secretaria de Turismo.

É possível observar impactos também na infraestrutura urbana, desenvolvida em parte com os investimentos do período militar. Um exemplo é operação do Balneário Municipal através da autarquia do governo estadual de "Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias - FUMEST", estabelecida na Lei nº 415 de março de 1971. O Balneário permanece aberto e em funcionamento ainda em 2025, sendo visto um atrativo turístico da cidade, destacando as propriedades da água e seus benefícios.

Conclusão

O estudo do poder local durante a ditadura militar nos permite compreender melhor as complexidades da relação entre os diferentes níveis de governo no Brasil. A experiência das estâncias hidrominerais, como exemplificado pela cidade de Monte Alegre do Sul, ilustra como políticas nacionais podem ter impactos em realidades locais específicas, ainda que de municípios com um número reduzido de habitantes como é o caso descrito nesse artigo.

A centralização imposta pelos governos militares impactou diretamente na participação popular e no exercício do poder local. Por um lado, a suspensão das eleições diretas para governadores e prefeitos em áreas consideradas de segurança nacional, incluindo as estâncias hidrominerais, privou a população de seu direito fundamental de escolher seus representantes por meio do voto direto. Esta medida não apenas enfraqueceu os mecanismos democráticos, mas também criou uma desconexão entre os líderes locais e as comunidades que deveriam representar.

Por outro lado, a repressão política e a censura implementadas pelo regime militar tiveram um efeito inibidor sobre a formação e atuação de grupos cívicos e movimentos sociais nos municípios. O temor de que qualquer iniciativa popular pudesse ser interpretada como uma ameaça à segurança nacional, resultando em prisões e até mesmo torturas, criou um ambiente de medo e autocensura. Este clima repressivo não apenas suprimiu as vozes dissidentes, mas também impediu o desenvolvimento natural de uma sociedade civil engajada e participativa, essencial para o funcionamento saudável do poder local.

Ademais, a substituição de uma política de base local por diretrizes emanadas do poder central resultou em uma homogeneização forçada das políticas públicas, ignorando muitas vezes as particularidades e necessidades específicas de cada município. Esta abordagem não apenas diminuiu a eficácia das políticas implementadas, mas também alienou

ainda mais a população local dos processos de tomada de decisão que afetavam diretamente suas vidas.

A transição para a democracia trouxe novos desafios e oportunidades para o poder local no Brasil. Municípios que haviam sido submetidos a um controle rígido durante a ditadura tiveram que reaprender a exercer sua autonomia política e administrativa. Este processo de readaptação, que em muitos aspectos ainda está em curso, oferece um rico campo para futuras pesquisas.

Além disso, o estudo das políticas da ditadura em relação ao poder local nos leva a refletir sobre questões mais amplas de federalismo, democracia e desenvolvimento local no Brasil contemporâneo. Como equilibrar as necessidades de coordenação nacional com o respeito à autonomia local? Como garantir que o poder local seja verdadeiramente representativo e eficaz na promoção do bem-estar das comunidades?

Estas questões permanecem relevantes e desafiadoras, sublinhando a importância contínua de estudos sobre o poder local e suas transformações ao longo da história brasileira. A compreensão deste passado recente é fundamental para informar debates atuais sobre descentralização, participação cidadã e desenvolvimento local sustentável.

Em última análise, o estudo do poder local durante a ditadura militar nos lembra da importância crucial de instituições democráticas robustas e da participação cidadã ativa em todos os níveis de governo. Ele nos desafia a continuar buscando formas de fortalecer o poder local de maneira que promova tanto a eficácia administrativa quanto a vitalidade democrática.

Fontes

BRASIL. **Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969.** Dá nova redação ao art. 1º do Ato Complementar nº 36, de 13 de março de 1967. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1969. Seção 1, p. 11257.

MONTE ALEGRE DO SUL (Município). **Lei nº 384, de 2 de dezembro de 1968.** Monte Alegre do Sul, SP, 2 dez. 1968.

Referências

COSTA, Jorge Heleno; VIEIRA, Lucas Augusto Tomé Kanno. **O Município brasileiro:** aspectos históricos sobre sua formação até o reconhecimento como ente federado. *Revista Brasileira de História do Direito*, v. 8, n. 2, 2022. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/historiadireito/article/view/9349>>. Acesso em: julho de 2024.

DANIEL, Celso. **Poder local no Brasil urbano.** *Revista Espaços & Debates*. São Paulo: Cortez, n. 24, 1988, p. 26-39.

DAVIDOVICH, Fany. **Poder local e município**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, n. 27, 1993, p. 5-14.

EMBRAPA. **Atlas escolar de Monte Alegre do Sul no Circuito das Águas Paulista**. Brasília: 2024.

FISCHER, Tânia. **Poder local**: um tema em análise. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 4, 1992, p. 105-113.

INOCENTI, Aline Aparecida Faé. **A Doutrina de Segurança Nacional em uma Estância Hidromineral**: o município de Piratuba/SC (1964-1985). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

NINIS, A. B.; DRUMMOND, J. A.. **Áreas (des)protegidas do Brasil**: as estâncias hidrominerais. Ambiente & Sociedade, v. 11, n. 1, p. 149–166, jan. 2008.

RECH, Adir Ubaldo. **O poder local**: formação e papel dos municípios no estado brasileiro. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, 2000. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/75473>>. Acesso em: julho de 2024.

SILVA, André Luiz Reis da. **A Guerra Fria internalizada**: da crise do populismo à política externa do governo Castelo Branco (1964-1967). História: debates e tendências, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 153 - 174, jun. 1999.

SILVA, Maria da. **Poder local**: conceito e exemplos de estudos no Brasil. Sociedade & Natureza, v. 20, n. 2, p. 69–78, dez. 2008.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e os "governadores biônicos"**: uma análise sobre a política partidária paraibana durante a Ditadura Militar. O Poder Político: História dos Partidos, Associações e Movimentos no Brasil (Séculos XX e XXI), v. 7, n. 1, 2023.

História e Evolução Constitucional da Gestão Hídrica no Brasil

History and Constitutional Evolution of Water Management in Brazil

José Cristiano Santos de Paula¹, UPF

Resumo

Este artigo analisa a constitucionalização dos recursos hídricos no Brasil (1824-1997), investigando transformações nos paradigmas jurídicos de gestão da água. Por meio de análise documental comparativa dos textos constitucionais brasileiros e legislação complementar (Código das Águas/1934, Lei 6.938/1981, Lei 9.433/1997), examina-se a transição do modelo privatista imperial para o paradigma público-participativo. A metodologia emprega análise categorial dos dispositivos sobre dominialidade hídrica, estabelecendo comparações entre marcos normativos e contextos histórico-políticos. A pesquisa identifica três fases: liberalização hídrica (1824-1891), nacionalização estratégica (1934-1967) e democratização participativa (1988-1997). Os resultados demonstram que a constitucionalização efetiva ocorreu com a CF/1988, consolidando-se com a Lei 9.433/1997, influenciada por demandas democratizantes internas e paradigmas internacionais de governança ambiental.

Palavras-chave: Recursos hídricos; Legislação ambiental; História constitucional; Constitucionalização.

Abstract

This article analyzes the constitutionalization of water resources in Brazil (1824-1997), investigating transformations in legal paradigms of water management. Through comparative documentary analysis of Brazilian constitutional texts and complementary legislation (Water Code/1934, Law 6.938/1981, Law 9.433/1997), it examines the transition from the imperial privatist model to the public-participatory paradigm. The methodology employs categorical analysis of provisions regarding water ownership, establishing comparisons between normative frameworks and historical-political contexts. The research identifies three phases: water liberalization (1824-1891), strategic nationalization (1934-1967), and participatory democratization (1988-1997). The results demonstrate that effective constitutionalization occurred with the 1988 Federal Constitution, consolidating with Law 9.433/1997, influenced by internal democratizing demands and international environmental governance paradigms.

Keywords: Water resources; Environmental legislation; Constitutional history; Constitutionalization.

Introdução

A constitucionalização dos recursos hídricos no Brasil apresenta trajetória marcada por transformações nos paradigmas de dominialidade e gestão da água ao longo de sete cartas constitucionais (1824-1988). Embora a historiografia constitucional tenha examinado amplamente a evolução dos direitos fundamentais e da organização federativa (Silva, 2014), e

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail para contato 152963@upf.br

a literatura ambiental tenha analisado a emergência das políticas hídricas contemporâneas (Machado, 2014), permanece lacunosa a análise diacrônica das mudanças específicas nos dispositivos constitucionais sobre recursos hídricos e suas implicações para os modelos de gestão adotados em cada período histórico. O professor José Afonso da Silva nos ensina que “em síntese, a constituição é o conjunto de normas que organiza os elementos constitutivos do Estado” (Silva, 2014, p. 40). Temos aqui uma noção de constituição estatal que, apesar de ser clara, não expressa senão uma ideia parcial de seu conceito, uma vez que a toma como algo desvinculado da realidade social, quando deveria ser concebida como uma estrutura normativa que envolve um conjunto de valores sociológicos, políticos e jurídicos.

Sobre isso, Silva (2014) escreveu “Ferdinand Lassalle as entende no sentido sociológico, para ele, a constituição de um país é, em essência, a soma dos fatores reais do poder que regem esse país, sendo esta a constituição real e efetiva, não passando a constituição escrita de uma folha de papel” (Silva, 2014, p. 40). O sentido político construído por pensadores como Carl Schmitt, na obra *Teoria da Constituição*, publicada em 1928, considera as constituições como decisão política fundamental, ou seja, decisão concreta de conjunto sobre o modo e forma de existência da unidade política. Schmitt (1928) faz distinção entre constituição e leis constitucionais: aquela se refere exclusivamente à decisão política fundamental (estrutura e órgãos do Estado, direitos individuais, vida democrática); as leis constitucionais são os demais dispositivos inscritos no texto do documento constitucional que não contêm matéria de decisão política fundamental.

Outra corrente é liderada pelo pensador austríaco Hans Kelsen, que desenvolveu uma teoria pura do direito que compreende a constituição em dois níveis diferentes². No sentido lógico-jurídico aduz que a constituição é uma norma fundamental hipotética, sendo um conceito teórico que demanda de uma pressuposição lógica necessária. Esta norma funcionaria como fundamento último de todo o sistema jurídico, não sendo uma norma escrita ou criada por alguém. Dito de outra forma, é o que justifica a validade de toda a ordem jurídica. Já no sentido jurídico-positivo, a constituição, para Kelsen (1962) funcionaria como norma positiva suprema, sendo um documento concreto e escrito, contendo as regras efetivamente criadas pelo poder constituinte. Tendo o poder de regular como outras normas deveriam ser criadas, estabelece-se como a lei nacional no seu mais alto grau hierárquico.

² A Teoria Pura do Direito, obra publicada em 1934 pelo jurista austríaco Hans Kelsen (1881-1973), propõe o estudo do direito como sistema normativo estruturado hierarquicamente, depurado de elementos sociológicos, políticos ou morais. Segundo Kelsen, cada norma retira sua validade de outra superior, culminando na “norma fundamental hipotética”.

Buscando uma clara compreensão, podemos dizer que para Kelsen (1962) existe uma constituição imaginária, que fundamentam logicamente todo o direito, e uma constituição real, que se refere ao texto constitucional conhecido por todos. A primeira explica por que a segunda é válida; a segunda, por sua vez, estabelece como criar as demais normas do sistema jurídico. Nesse contexto, Silva (2014) segue nos ensinando que “Hans Kelsen, as vê apenas no sentido jurídico; constituição é, então, considerada norma pura, dever-ser, sem qualquer pretensão a fundamentação sociológica, política ou filosófica”. Explica que

A concepção de Kelsen toma a constituição em dois sentidos: no lógico-jurídico e no jurídico-positivo; de acordo com o primeiro, a constituição significa norma fundamental hipotética, cuja função é servir de fundamento lógico transcendental da validade da constituição jurídico-positiva que equivale à norma positiva suprema, conjunto de normas que regula a criação de outras normas, lei nacional no seu mais alto grau. (Silva, 2014, p. 41).

Silva (2014), por sua vez, critica a unilateralidade das teorias constitucionais clássicas, uma vez que cada uma delas enfoca apenas um aspecto da constituição. Explica que para superar essa limitação, alguns autores propõem um conceito unitário que interage com todas as dimensões (sociológica, política e jurídico-normativa), sendo vista como uma totalidade integrada, e não apenas como normas jurídicas isoladas, propondo uma conexão orgânica e uma integração dialética dos diferentes aspectos, em uma organização suprema que daria sentido a vida coletiva. Sobre isso, escreveu “busca-se, assim, formular uma concepção estrutural de constituição, que a considera no seu aspecto normativo, não como norma pura, mas como norma em sua conexão com a realidade social, que lhe dá o conteúdo fático e o sentido axiológico”. (Silva, 2014, p. 41).

Essa visão total, proposta pelo estudioso, entenderia a constituição como um sistema vivo que reflete as forças sociais, expressa decisões políticas fundamentais e estrutura hierarquicamente o direito, integrando esses conceitos na dinâmica real da sociedade. Temos aqui uma tentativa de superar o reducionismo das teorias brevemente analisadas, restando uma visão mais holística e dinâmica da constituição. Nessa perspectiva integradora, a análise da constitucionalização dos recursos hídricos no Brasil busca investigar as transformações nos paradigmas jurídicos de gestão da água. Por meio de análise documental comparativa dos textos constitucionais brasileiros e da legislação complementar, este estudo será desenvolvido a partir do entendimento da constituição enquanto sistema orgânico, adotando uma abordagem holística que considera as interações entre norma, realidade social e decisões

políticas fundamentais. Tal método permite compreender não apenas as mudanças textuais, mas as reconfigurações estruturais que moldaram o atual marco regulatório hídrico nacional.

A relevância desta investigação justifica-se pela necessidade de compreender como as transformações constitucionais influenciaram a atual crise de governança hídrica no país. Embora o Brasil detenha aproximadamente 12% das reservas de água doce mundial, enfrenta paradoxos como distribuição desigual dos recursos e eventos climáticos extremos que evidenciam fragilidades nos marcos regulatórios historicamente construídos³. Diante desse cenário, emerge a seguinte questão central: como a evolução dos dispositivos constitucionais sobre recursos hídricos refletiu as mudanças nos paradigmas de dominialidade e gestão da água no Brasil entre 1824 e 1988, e quais implicações essas transformações produziram para o atual modelo de governança hídrica nacional?

Este estudo tem como objetivo geral analisar a trajetória constitucional da regulação hídrica brasileira, identificando rupturas e continuidades nos modelos de gestão. Especificamente, busca-se: examinar a evolução dos dispositivos constitucionais sobre águas nas cartas de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967/69 e 1988; identificar os fatores históricos, políticos e sociais que impulsionaram mudanças na regulação constitucional hídrica; e compreender como essa evolução constitucional fundamentou o atual marco regulatório estabelecido pela Lei 9.433/1997. A metodologia adotada baseia-se em análise documental comparativa dos textos constitucionais brasileiros e legislação complementar, apoiada em revisão bibliográfica especializada. Utiliza-se abordagem histórico-jurídica que privilegia a análise diacrônica das transformações normativas em perspectiva de longa duração.

A regulamentação hídrica nas primeiras constituições brasileiras (1824-1891)

A gestão dos recursos hídricos no Brasil passou por diversas transformações ao longo dos séculos, refletindo a mudança na percepção da água como recurso estratégico. Em sua história o Brasil já adotou sete constituições, sendo uma no período monárquico e seis delas no período republicano. Observamos na leitura dos dispositivos constitucionais uma evolução na abordagem da questão ambiental, em que pesem os recursos hídricos. A primeira Constituição Brasileira foi outorgada, isto é, imposta unilateralmente pela vontade do Imperador Dom Pedro I, em 25 de março de 1824⁴. É importante salientarmos que essa Carta

³ Disponível em <https://www.gov.br/mre/E2%80%8B/pt-br/assuntos/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/meio-ambiente-e-mudanca-do-clima/recursos-hidricos-no-brasil>. Acesso em 14 maio 2025.

⁴ A Constituição de 1824 estabelecia os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Poder Moderador, que pertencia à figura do imperador. A Carta Magna garantia a unidade territorial e instituiu a divisão do governo em quatro poderes. Ela também estabelecia o voto censitário, ligado à renda do cidadão.

Constitucional ocorreu apenas dois anos após a emancipação política do reino de Portugal, consistindo na primeira Constituição Política do Império do Brasil⁵.

José Afonso da Silva (2014) caracteriza a Constituição de 1824 por sua marcante centralização política, configurando-se como “uma edificação possante, sólida, maciça, magnificamente estruturada, constringindo rijamente nas suas malhas resistentes todos os centros provinciais e todos os nódulos de atividade política do país: nada escapa, nem o mais remoto povoado do interior, à sua compressão poderosa” (Silva, 2014, p. 76). Essa centralização extrema do poder imperial refletia-se também na ausência de regulamentação específica sobre recursos naturais, incluindo as águas, que permaneciam subordinadas à lógica privatística da propriedade fundiária. Tal documento instalou um governo monárquico, hereditário, constitucional e representativo. E, apesar de ter sido uma das primeiras Constituições do mundo a incluir em seu texto um rol de direitos e garantias individuais, em nenhum de seus artigos se abordou a temática dos recursos hídricos (Brasil, 1824)⁶. Nesse sentido, entende-se que a água era explorada sem regulamentação, sendo utilizada principalmente para abastecimento e transporte.

O período republicano e a centralização do controle hídrico (1891-1937)

Em 1891, foi promulgada pelo Congresso Constitucional a Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil (grafia da época), sendo a primeira Carta Republicana do país. De caráter liberal e federalista, inspirou-se na Constituição norte-americana de 1787, estabelecendo o presidencialismo, a descentralização do poder e a laicização do Estado⁷. Rompeu com a divisão quadripartita do Império de inspiração de Benjamin Constant, adotando a “doutrina tripartita de Montesquieu, estabelecendo como órgãos da soberania nacional o Poder legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si” (Silva, 2014, p. 81).

A nova ordem concedeu autonomia aos estados da federação, garantiu liberdade partidária e instituiu o voto direto, embora restrito a homens alfabetizados, excluindo as mulheres, os analfabetos e os militares de baixa patente. Essa descentralização política refletiu-se na distribuição de competências sobre recursos naturais. Entretanto, a Constituição

⁵ BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 14 de maio de 2025.

⁶ BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil, art. 179. Rio de Janeiro, 1824.

⁷ A Proclamação da República ocorreu em 15 de novembro de 1889, marcando o fim da monarquia no Brasil e o início do regime republicano. O evento foi liderado por militares, com destaque para o Marechal Deodoro da Fonseca, que se tornou o primeiro presidente do país.

de 1891 não estabeleceu dispositivos específicos sobre regulamentação das águas (Brasil, 1891), mantendo-as subordinadas à lógica da propriedade privada vigente no Código Civil. A ausência de dispositivos constitucionais específicos sobre recursos hídricos nas cartas de 1824 e 1891 refletia não apenas a abundância aparente dos recursos, mas também a concepção predominante da água como bem inesgotável e de livre apropriação.

Vale destacar uma importante iniciativa do imperador Dom Pedro II, ainda em 1861, ao determinar o reflorestamento da Floresta da Tijuca com o objetivo de garantir a oferta de água, que estava ameaçada pelo desmatamento ocorrido naquela região. Durante uma das maiores secas já registradas no Rio de Janeiro, o imperador compreendeu que a solução estava nas terras altas da região, onde poderia garantir a recuperação hídrica por meio do reflorestamento. Segundo Motta (2014), era sabido que o local abrigava várias minas de água essenciais para a população, sobretudo para os mais pobres. Diante disso, foi determinada a desapropriação das chácaras dos nobres, que haviam se estabelecido nas encostas, e a realização do reflorestamento, o maior promovido no país até então. A presença de um manancial local no parque da Floresta de Tijuca também serviu como uma alternativa para atenuar a falta d'água.

A Floresta da Tijuca se tornou um dos maiores parques urbanos replantados do mundo, ajudando na regulação do clima e na preservação da biodiversidade. Esse foi um dos primeiros projetos de recuperação ambiental da história brasileira, tornando-se uma referência de gestão sustentável que perdura até hoje. Destaca-se, ainda, o Código Penal de 1890, que continha em seu texto dispositivos voltados à proteção das águas, reforçando a importância da preservação dos recursos hídricos no período. No capítulo III – Dos Crimes contra saúde pública, o artigo 162 daquele diploma legal tipificava como crime “corromper ou conspurcar a água potável de uso comum ou particular, tornando-a impossível de beber ou nociva à saúde. Pena: prisão celular de 1 (um) a 3 (três) anos” (Brasil, 1890, art. 162).

O Código Civil de 1916 fez menção à água com regulação do direito de uso desse recurso apenas no que diz respeito ao direito de vizinhança e na utilização da água como um bem de domínio privado e de valor econômico limitado⁸. O dispositivo legal estabelecia que a utilização da água era permitida, desde que fossem resguardados os direitos de vizinhança,

⁸ O Código Civil Brasileiro de 1916, instituído pela Lei nº 3.071, entrou em vigor em 1º de janeiro de 1917 e permaneceu válido até 2003. Conhecido como Código Beviláqua, em homenagem ao seu principal autor, Clóvis Beviláqua, foi um marco na codificação do direito civil no Brasil, estruturado em uma abordagem individualista e patrimonialista. Seu texto regulava aspectos como direito de propriedade, obrigações, família e sucessões, refletindo influências do Código Civil Alemão de 1896. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm. Acesso em 16 maio 2025.

respeitadas as relações entre particulares e garantida a prevenção ou resolução de conflitos decorrentes do seu uso. Com o crescimento urbano e criação de novas cidades, a administração federal percebeu a necessidade de estabelecer normas reguladoras, uma vez que os serviços de abastecimento de água continuavam precários.

Além disso, tornava-se essencial superar a cultura marcada pelo patrimonialismo clássico, expressa nos dispositivos constitucionais, cujo texto reconhecia o direito à propriedade, sem definir claramente a dominialidade das águas, levando à interpretação de que estas estavam automaticamente vinculadas à propriedade do solo. A transição do modelo econômico agrário para o industrial, ocorrida entre o final do século XIX e início do XX, passou a exigir maior utilização da energia elétrica para os processos produtivos. Essa transformação, aliada ao crescimento urbano, evidenciou a inadequação do tratamento privatístico das águas estabelecido pelo Código Civil de 1916.

A terceira Constituição Brasileira e a segunda da República foi promulgada em 16 de julho de 1934, em meio a transformações políticas impulsionadas pela Revolução Constitucionalista de 1932, que pressionou o governo de Getúlio Vargas a convocar uma Assembleia Constituinte⁹. A nova Carta Magna preservou o modelo republicano federativo, mas apresentou significativos avanços sociais, especialmente nos direitos trabalhistas (salário-mínimo, jornada de oito horas, férias remuneradas), além de criar a Justiça Eleitoral e do Trabalho, órgãos específicos para regulamentar as eleições e as relações trabalhistas. Sobre isso, o professor Josaphat Marinho nos ensina¹⁰:

A constituição de 1934, proveniente como as outras de um processo de rebelião, consagrou inovações e singularidades irrecusáveis. Sobrevindo a dois momentos revolucionários contrastantes – 1930, em que se implantou, com o Governo Provisório, a ditadura Vargas, sem nenhum freio ou contrapeso, e 1932, que significou reação ao prolongamento do regime de fato –, o novo instrumento constitucional, já por essa gênese, assim como em razão de tendências emergentes da Primeira Grande Guerra, haveria de conciliar e condensar ideias em ascensão e de dar a outras dimensão compatível com as circunstâncias históricas (Marinho, 1987, p. 18-19).

A Constituição de 1934 trouxe avanços no campo da educação, tornando o ensino primário obrigatório e gratuito. No âmbito da cidadania, possibilitou, pela primeira vez, o voto feminino no Brasil. No entanto, a questão ambiental, especialmente no que se refere aos

⁹ A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um movimento armado liderado pelo estado de São Paulo contra o governo de Getúlio Vargas, exigindo a convocação de uma Assembleia Constituinte e a promulgação de uma nova Constituição. O conflito durou 87 dias, de 9 de julho a 4 de outubro de 1932, e, apesar da derrota militar dos paulistas, resultou na elaboração da Constituição de 1934.

¹⁰ Josaphat Marinho (1915-2002) foi um jurista, professor e político brasileiro, atuando como senador e relator do atual Código Civil. Destacou-se na defesa da democracia e dos direitos fundamentais.

recursos hídricos, ainda não recebeu ampla abordagem nesse texto constitucional. O artigo 5º, inciso XIX, alínea “j” apresentava dispositivos constitucionais que destacavam a necessidade de conferir maior atenção à proteção e gestão desses recursos dispondo que “compete privativamente à União: [...] XIX – legislar sobre [...] j) bens do domínio federal, riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia hidrelétrica, florestas, caça e pesca e sua exploração” (Brasil, 1934, art. 5). José Afonso da Silva analisa as inovações estruturais introduzidas pela Constituição de 1934:

A nova Constituição não era tão bem estruturada como a primeira. Trouxera conteúdo novo. Mantivera da anterior, porém, os princípios fundamentais: a república, a federação, a divisão de poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e coordenados entre si), o presidencialismo, o regime representativo. Mas ampliou os poderes da União, enumerados extensamente nos arts. 5º e 6º; enumerou alguns poderes dos Estados e conferiu-lhes os poderes remanescentes (arts. 7º e 8º); dispôs sobre os poderes concorrentes entre União e Estados (art. 10). Discriminou, com mais rigor as rendas tributárias entre União, Estados e Municípios, outorgando a estes base econômica em que se assentasse a autonomia que lhes assegurava. (Silva, 2014, p. 84).

Essa ampliação dos poderes da União, especialmente no que concerne à competência legislativa sobre recursos estratégicos, refletiu-se diretamente na regulamentação dos recursos hídricos. Se anteriormente a água estava ligada à propriedade da terra, a Constituição de 1934 a reconheceu como bem da nação, marco fundamental na redefinição de sua gestão. Essa mudança transformou a água em recurso estratégico, sujeito à regulamentação estatal visando seu uso racional e sustentável. Tal perspectiva permitiu que a água fosse vista como um direito coletivo, essencial para o desenvolvimento urbano, agrícola e industrial, além de reforçar a necessidade de sua proteção contra o desperdício e a degradação. Apesar dos avanços sociais, essa Constituição teve vida curta, sendo substituída pela Constituição de 1937, que consolidou o Estado Novo sob o comando de Vargas.¹¹¹²

A primeira legislação brasileira voltada à regulamentação dos recursos hídricos foi o Código de Águas de 1934, instituído pelo Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, que estabeleceu o regime jurídico para as questões relacionadas ao uso e à gestão da água.

¹¹ A Constituição Brasileira de 1937, outorgada pelo presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, marcou o início do Estado Novo, um período de governo autoritário no Brasil. Conhecida como "Polaca", por ter sido inspirada na Constituição polonesa de 1935, foi elaborada pelo jurista Francisco Campos e caracterizou-se pelo forte centralismo, pela extinção dos partidos políticos, pela censura à imprensa e pela supressão de direitos civis, incluindo a proibição do direito de greve. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 16 maio 2025.

¹² O Estado Novo (1937-1945) foi um período de governo autoritário liderado por Getúlio Vargas, marcado pela centralização do poder, censura e extinção dos partidos políticos. Com inspiração em regimes europeus, promoveu a industrialização e consolidou direitos trabalhistas, mas também restringiu liberdades civis.

Considerado inovador para a época, o diploma legal representou importante avanço ao consolidar juridicamente as mudanças constitucionais recentes. Embora seu foco principal fosse a regulamentação da produção de energia elétrica – demanda do processo de industrialização em curso –, o Código de Águas provocou transformações conceituais fundamentais: reclassificou a água como bem público, definiu critérios para seu aproveitamento racional e estabeleceu princípios que orientariam a evolução normativa posterior.

Quanto a dominialidade, o Código de Águas de 1934 estabeleceu classificação tripartite que redistribuiu competências sobre os recursos hídricos. As águas da União compreendiam as marítimas, aquelas situadas nos territórios federais, além das que constituíssem limites interestaduais ou internacionais, ou cujos cursos tivessem origem ou destino em mais de um estado.¹³ As águas estaduais abrangiam aquelas que servissem de limite entre municípios ou percorressem territórios municipais distintos. Por fim, as águas municipais eram aquelas cujo corpo d'água estivesse inteiramente contido nos limites municipais. Essa reclassificação superou o regime privatístico do Código de 1916, estabelecendo hierarquia de competências que fortalecia o papel regulador do Estado na gestão hídrica.

Quanto ao uso, o Código de Águas de 1934 classificou as águas em três categorias principais: águas comuns, águas públicas e águas particulares. As águas comuns eram de uso livre e abrangiam os mares territoriais (incluindo golfos, baías, enseadas e portos), correntes e lagos navegáveis ou flutuáveis, além de fontes e reservatórios públicos. A navegabilidade e a fluviabilidade constituíam critérios técnicos fundamentais, vinculados aos interesses econômicos de transporte e comunicação da época. As águas públicas subdividiam-se em: de uso comum, acessível a todos; e dominicais, situadas em terrenos públicos pertencentes à União, estados ou municípios, passíveis de concessão administrativa para exploração econômica. Por fim, as águas particulares eram aquelas localizadas em terrenos privados, desde que não enquadradas nas categorias anteriores, mantendo-se sob domínio do proprietário do solo.

As águas comuns de todos e as águas públicas de uso comum possuem conceitos semelhantes, mas com distinções relevantes. Enquanto as primeiras são de acesso livre e irrestrito, as segundas estão sob administração estatal, podendo ter regras específicas para uso

¹³ Os territórios federais eram divisões administrativas diretamente ligadas à União, sem autonomia estadual. Criados principalmente para fortalecer a presença do Estado em regiões estratégicas, foram extintos pela Constituição de 1988, transformando alguns em estados e incorporando outros a unidades federativas existentes.

e conservação. Ambas são de aproveitamento coletivo, porém as águas públicas de uso comum contam com gestão e regulamentação estatal. As águas particulares, por sua vez, incluem nascentes e todas as águas situadas em terrenos privados, desde que não estejam classificadas como águas comuns de todos, públicas de uso comum ou dominicais (BRASIL, 1934). Essa classificação refletia a necessidade de conciliar interesses públicos e privados, estabelecendo hierarquia normativa que privilegiava o controle estatal sobre recursos estratégicos, especialmente aqueles vinculados à navegação e geração de energia.

O Código de Águas estabeleceu ainda critérios abrangentes sobre diversos aspectos da gestão hídrica: a relação entre águas e terrenos marginais, o acesso aos corpos d'água, os limites das águas públicas e o aproveitamento pelos usuários. Regulamentou também nascentes, águas subterrâneas e pluviais, bem como aquelas consideradas nocivas ou contaminadas. No âmbito econômico, o Código disciplinou a utilização da energia hidráulica, a propriedade das quedas d'água e questões relacionadas à navegação, portos, caça e pesca. Ademais, tratou da derivação – transferência de volume de água entre corpos hídricos – e da desobstrução dos cursos de água. Por fim, estabeleceu mecanismos de tutela dos direitos pela administração pública e particulares, definindo responsabilidades, competências administrativas, regime de concessões e autorizações, além de fiscalização e penalidades (Brasil, 1934).

É fundamental destacar que água e recursos hídricos não são conceitos equivalentes. A água é um elemento natural, independente de qualquer uso ou finalidade. Já os recursos hídricos referem-se à quantidade de águas superficiais ou subterrâneas, disponíveis em uma determinada região ou bacia, para aproveitamento humano, econômico ou ambiental. Essa diferenciação reforça o entendimento de que “recursos hídricos” denota água passível de utilização, enquanto “água” designa o elemento em sua dimensão natural mais ampla. Nesse sentido, o Código de Águas de 1934 possui caráter mais abrangente, regulamentando o elemento hídrico em seus múltiplos aspectos jurídicos – dominialidade, uso, aproveitamento –, razão pela qual permanece vigente mesmo após a promulgação da Lei Federal nº 9.433/1997, que estabeleceu especificamente a Política Nacional de Recursos Hídricos, focada na gestão sistêmica desses recursos.

Ressalta-se que, apesar de permanecer em vigor, o Código de Águas sofreu modificações ao longo dos anos, com diversos artigos sendo revogados ou adaptados em razão das disposições introduzidas pela Constituição Federal de 1988. Entre as principais mudanças, destaca-se a alteração da dominialidade das águas, reconfigurando a propriedade e

gestão dos recursos hídricos no Brasil. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu nova classificação jurídica, extinguindo a categoria de águas municipais e distribuindo a dominialidade exclusivamente entre a União e estados. O Artigo 20, inciso III, atribui à União os lagos, rios e cursos d'água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham. O Artigo 26, inciso I, por sua vez, estabelece que as águas superficiais e subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito pertencem aos estados, ressalvadas as de domínio federal. Essa reconfiguração fortaleceu a vinculação do uso da água ao interesse público e ao desenvolvimento sustentável, servindo de fundamento constitucional para a posterior Lei das Águas¹⁴.

A Constituição de 1937, outorgada durante o Estado Novo, manteve a estrutura de dominialidade das águas estabelecida nas constituições anteriores, sem introduzir inovações significativas na regulamentação dos recursos hídricos. O texto constitucional concentrou-se prioritariamente no aproveitamento econômico das quedas d'água para fins de geração de energia elétrica, aspecto estratégico para o projeto desenvolvimentista do governo Vargas. O artigo 143 estabeleceu a separação jurídica entre as quedas d'água e o solo para efeitos de exploração ou aproveitamento industrial, mantendo a distinção já presente no ordenamento anterior (Brasil, 1937). Complementarmente, o artigo 144 consagrou a nacionalização progressiva das quedas d'água, reforçando o controle estatal sobre esse recurso considerado estratégico para a industrialização nacional. Essa abordagem instrumental refletia a concepção predominante da época, que priorizava os recursos hídricos como insumos para o desenvolvimento econômico, especialmente para a expansão da infraestrutura energética. Assim, a Constituição de 1937 não avançou na regulamentação da gestão hídrica em sentido amplo, limitando-se a consolidar mecanismos de controle federal sobre o aproveitamento hidroenergético, aspecto que permaneceria central nas políticas públicas subsequentes.

Em 1946, foi promulgada a nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil, marco da redemocratização após o Estado Novo e início da Quarta República¹⁵. Elaborada pela

¹⁴ A Lei nº 9.433/1997, conhecida como Lei das Águas, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, regulando a gestão e o uso sustentável da água no Brasil. Ela estabelece princípios como o caráter público da água, o uso múltiplo e a prioridade do abastecimento humano em casos de escassez. O texto completo da lei pode ser acessado em: [Brasil. Presidência da República. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm). Acesso em 21 maio 2025.

¹⁵ A Quarta República Brasileira (1946-1964), também conhecida como República Populista, foi um período democrático marcado por intensa participação política e instabilidade institucional. Iniciada com a promulgação da Constituição de 1946, essa fase teve como característica a ascensão de líderes carismáticos e políticas voltadas ao desenvolvimento econômico. O período foi encerrado com o Golpe Militar de 1964, que instaurou a Ditadura Militar no Brasil.

Assembleia Constituinte, buscou restaurar princípios democráticos e ampliar direitos políticos e sociais. Silva (2014, p. 86) observa que havia, também, no mundo do pós-guerra, “extraordinária recomposição dos princípios constitucionais, com reformulação de constituições existentes ou promulgação de outras (Itália, França, Alemanha, Iugoslávia, Polônia, e tantas outras), que influenciaram a reconstitucionalização do Brasil”.

No tocante aos recursos hídricos, manteve a estrutura de dominialidade anterior, reforçando a prevalência dos corpos d’água públicos sob titularidade da União e dos estados, com exclusão dos municípios dessa competência. O artigo 34 estabelecia que “incluem-se entre os bens da União os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos do seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro” (Brasil, 1946). Essa continuidade normativa consolidou o modelo centralizador de gestão dos recursos estratégicos, mantendo o foco no aproveitamento hidroenergético como instrumento de desenvolvimento nacional, sem incorporar ainda uma abordagem ambiental estruturada.

Do regime militar à Constituição Cidadã: evolução da gestão da água (1964-1988)

O golpe militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart, instaurou regime autoritário caracterizado por censura, repressão política e centralização do poder. Durante os 21 anos de ditadura militar, foram decretados diversos Atos Institucionais que restringiram direitos civis e consolidaram o Poder Executivo¹⁶. Nesse contexto, foi promulgada em 24 de janeiro de 1967 uma nova Constituição, redigida por juristas ligados ao regime e aprovada sob pressão militar, com o objetivo de institucionalizar o governo autoritário e incorporar os Atos Institucionais ao ordenamento constitucional, alinhando-se à doutrina de segurança nacional vigente durante a Guerra Fria¹⁷.

Posteriormente alterada pela Emenda Constitucional nº 1 de 1969, que ampliou ainda mais os poderes militares, a Constituição de 1967 manteve a estrutura de dominialidade dos recursos hídricos, estabelecida anteriormente com inovações pontuais. O artigo 4º incluiu entre os bens da União, os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhassem mais de um estado, servissem de limite com outros países ou se estendessem a

¹⁶ Os Atos Institucionais foram decretos emitidos pelos militares entre 1964 e 1969, durante a Ditadura Militar no Brasil. Com força constitucional, esses atos ampliaram os poderes do Executivo, restringiram direitos civis e legitimaram a repressão política, consolidando o regime autoritário.

¹⁷ A Guerra Fria (1947–1991) foi um conflito político-ideológico entre Estados Unidos e União Soviética, marcado pela disputa entre capitalismo e socialismo. Embora nunca tenha havido um confronto direto, o período foi caracterizado por corrida armamentista, espionagem, intervenções militares e influência geopolítica global.

território estrangeiro. Incorporou ainda a plataforma submarina entre os bens federais, inovação em relação à Constituição de 1946. O artigo 5º, por sua vez, estabeleceu que pertenciam aos estados os lagos e rios em terrenos de seu domínio, bem como aqueles que tivessem nascente e foz dentro do território estadual (Brasil, 1967).

Essa configuração reforçou a centralização na administração dos recursos estratégicos, alinhando-se à doutrina de segurança nacional característica do regime militar. A vinculação entre domínio dos recursos hídricos e desenvolvimento econômico-militar consolidou-se juridicamente, estabelecendo bases para as políticas ambientais e hídricas das décadas subsequentes.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, denominada "Constituição Cidadã", representou marco fundamental na redemocratização brasileira e na evolução do tratamento constitucional dos recursos hídricos. Elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte após décadas de regime autoritário, a nova Carta Magna incorporou demandas sociais e ambientais emergentes no contexto internacional das décadas de 1970 e 1980, período marcado pela crescente conscientização ecológica global. No tocante aos recursos hídricos, a Constituição de 1988 promoveu transformações estruturais na dominialidade das águas: extinguiu definitivamente a categoria de águas municipais e redistribuiu as competências entre União e estados, conforme estabelecido nos artigos 20, inciso III, e 26, inciso I. Mais significativamente, inovou ao dedicar capítulo específico ao meio ambiente (Capítulo VI, artigo 225), consagrando-o como direito fundamental e bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A constitucionalização da questão ambiental promovida em 1988 estabeleceu fundamentos jurídicos para uma gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, superando a visão meramente instrumental e econômica que caracterizara as constituições anteriores. A nova ordem constitucional criou, assim, as bases normativas para a posterior instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos pela Lei nº 9.433/1997, consolidando a transição de um modelo centralizador e desenvolvimentista para um sistema descentralizado e participativo de gestão das águas.

O estudo da constitucionalização dos recursos hídricos no Brasil exige uma abordagem interdisciplinar que reconheça o direito não apenas como um sistema normativo, mas também como um fenômeno histórico e cultural. Nesse sentido, as contribuições de Jacques Le Goff e Pierre Nora, em *História: novas abordagens* (1974), são fundamentais para

sustentar a perspectiva metodológica deste trabalho. Ao defender a ampliação dos objetos da história para além da narrativa política tradicional, os autores vinculados à Escola dos Annales ressaltam a importância de se investigar instituições, práticas jurídicas e mentalidades, inserindo temas como o direito e a relação da sociedade com a natureza no campo legítimo da pesquisa historiográfica. Segundo Le Goff e Nora (1974), a renovação historiográfica propõe a ampliação dos objetos de estudo, incorporando instituições, práticas sociais e representações culturais antes negligenciadas pela narrativa tradicional. Os autores enfatizam que “a história deve abrir-se a novos objetos, métodos e abordagens” (Le Goff; Nora, 1974, p.15).

A análise da trajetória constitucional da água, de 1824 a 1997, insere-se, portanto, em uma perspectiva de longa duração, que considera as transformações nos paradigmas jurídicos como expressão de mudanças sociais e institucionais mais amplas. Como observa José Reinaldo de Lima Lopes (2011), o direito deve ser compreendido em sua historicidade, devendo, portanto, ser compreendido como produto de concepções culturais que moldam a organização do Estado e as formas de exercício do poder. Conforme Lopes (2011), o direito deve ser compreendido como produto de processos históricos, refletindo os valores sociais e políticos de cada época. O autor ressalta que “o direito não é um conjunto atemporal de normas, mas um fenômeno histórico em constante transformação” (Lopes, 2011, p. 42). Essa visão também se articula com o entendimento de José Afonso da Silva (2010), para quem a Constituição representa, simultaneamente, uma ordem normativa e um reflexo das disputas sociais em torno da titularidade e do uso de bens coletivos, como a água. O autor destaca que “a Constituição é, simultaneamente, ordem jurídica e expressão da realidade social” (Silva, 2010, p. 88), devendo, portanto, ser compreendida não apenas como instrumento normativo, mas também como produto das dinâmicas históricas e políticas que a moldam.

No campo do direito ambiental, Paulo Affonso Leme Machado (2014) e Édís Milaré (2015) destacam a água como bem público essencial à vida, cuja gestão deve atender ao princípio da sustentabilidade e ao interesse coletivo. Esses autores evidenciam que a evolução normativa brasileira acompanhou uma mudança de paradigma: de uma concepção patrimonialista, em que a água era vista prioritariamente como recurso econômico, para uma concepção socioambiental, na qual prevalece o entendimento de que se trata de um direito difuso e de um bem de uso comum do povo – perspectiva consolidada sobretudo a partir da Constituição de 1988 e da Lei nº 9.433/1997. Como enfatiza Milaré (2015, p. 73), “a água é bem de uso comum do povo, não podendo ser reduzida a mero recurso econômico”.

Essa transformação não pode ser compreendida sem referência à história ambiental – campo que, como afirma Donald Worster (2003), busca integrar os processos naturais às dinâmicas sociais e políticas, reconhecendo os rios e demais elementos da natureza como agentes históricos centrais. No contexto brasileiro, José Augusto Pádua (2002) demonstra que a relação entre desenvolvimento econômico e degradação ambiental já era objeto de debate desde o século XIX, o que reforça a importância de situar a regulação da água em um panorama histórico mais amplo de disputas pela apropriação dos bens naturais. Segundo Pádua (2002, p. 57), “o debate ambiental no Brasil remonta ao período escravista, quando a destruição da natureza já era objeto de denúncia”.

Assim, ao adotar como referencial a renovação historiográfica proposta por Le Goff – articulada com a história do direito e com a história ambiental – este trabalho buscou evidenciar que a constitucionalização da água no Brasil não constitui apenas um processo jurídico-formal, mas um fenômeno histórico mais amplo, que expressa a transformação das percepções sociais sobre a natureza e o papel do Estado em sua tutela. Trata-se de um movimento de ressignificação cultural, política e simbólica, no qual a água deixa de ser compreendida unicamente como recurso econômico para afirmar-se como bem comum, elemento de identidade coletiva e direito fundamental. Nessa perspectiva, a incorporação da água ao texto constitucional revela não apenas uma conquista normativa, mas também a consolidação de uma nova sensibilidade histórica diante das relações entre sociedade e meio ambiente, reafirmando o compromisso ético com a sustentabilidade e com as gerações futuras.

A Política Nacional de Recursos Hídricos e o marco legal contemporâneo (1997 em diante)

A crise ambiental tornou-se evidente na década de 1960, refletindo a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, além de marcar os limites do crescimento econômico. Questões como desmatamento, poluição industrial e degradação dos recursos naturais passaram a ganhar grande destaque. Nesse contexto, surge uma consciência ambiental impulsionada pela publicação da obra *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, que alertou para os efeitos devastadores dos pesticidas sobre os ecossistemas¹⁸. Nos anos 1970, essa consciência expandiu-se e adquiriu dimensão política, sobretudo após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, em 1972. Como

¹⁸ *Primavera Silenciosa* (1962), de Rachel Carson, é uma obra pioneira que denunciou os impactos ambientais do uso indiscriminado de pesticidas, especialmente o DDT. O livro influenciou políticas ambientais e ajudou a impulsionar o movimento ecológico moderno.

observa Enrique Leff “naquele momento é que foram assinados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade” (LEFF, 1998, p. 16). Essa inflexão global repercutiu também na América Latina, onde começaram a se consolidar marcos jurídicos voltados à gestão racional dos recursos naturais.

No Brasil, a evolução da questão ambiental e o avanço das discussões sobre sustentabilidade, tornaram necessária a criação de uma legislação abrangente, capaz de responder às novas demandas ecológicas. Nesse cenário, foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente, pela Lei nº 6.938/1981, que integrou expressamente os recursos hídricos ao conjunto dos bens ambientais. A lei consagrou princípios como a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar, definiu os recursos ambientais em sentido amplo — abrangendo águas interiores, superficiais e subterrâneas, atmosfera, solo e biosfera —, e estabeleceu instrumentos e objetivos para a gestão integrada do meio ambiente (Brasil, 1981).

A Política Nacional do Meio Ambiente estabeleceu diretrizes para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental no Brasil, com o propósito de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção dos recursos naturais, assegurando um ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Entre seus principais instrumentos estão o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e o licenciamento ambiental, responsáveis por institucionalizar a gestão e o controle das atividades potencialmente poluidoras. É nessa estruturação institucional que repousa a relevância histórica dessa legislação. A relevância histórica dessa legislação reside justamente em sua estruturação institucional, que introduziu princípios como a racionalização do uso de recursos naturais, o planejamento ambiental e a educação ambiental. (Brasil, 1981).

A Lei nº 6.938/1981 foi aprovada durante o governo do general João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar, e representou um avanço significativo ao estabelecer as bases normativas para a gestão sustentável dos recursos naturais em um contexto ainda autoritário. Tal avanço antecipou, de certo modo, o movimento de abertura política e a incorporação progressiva de valores participativos na administração pública ambiental.

A redemocratização do Brasil ocorreu após um longo período de governos autoritários, marcado por restrições às liberdades civis, censura à imprensa e perseguições políticas. A partir de 1970, intensificaram-se os movimentos sociais, que reivindicavam o retorno do regime democrático, entre eles o Movimento Diretas Já, que defendia eleições presidenciais

diretas¹⁹. Em 1985, a eleição de Tancredo de Almeida Neves simbolizou a transição para a democracia, embora seu falecimento antes da posse tenha levado à assunção do vice, José Sarney. Esse período culminou na Constituição de 1988, que consolidou direitos fundamentais e garantias democráticas, inaugurando uma nova fase na história política e institucional brasileira.

O processo de elaboração da Constituição de 1988 teve início em 1987, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, composta por parlamentares incumbidos de redigir um novo texto constitucional que simbolizasse a transição democrática. A chamada “Constituição Cidadã” consagrou avanços expressivos, entre eles a ampliação dos direitos fundamentais, a valorização da participação popular e a incorporação dos princípios voltados à proteção ambiental. Pela primeira vez na história constitucional brasileira, a questão da água foi tratada de forma sistemática, figurando em diversos dispositivos que estabeleceria diretrizes para sua gestão e preservação. A Carta de 1988 redefiniu a dominialidade das águas, ao incluir entre os bens da União os lagos, rios e correntes de água que banham mais de um estado (art. 20, III), e entre os bens dos Estados, as águas superficiais e subterrâneas localizadas em seus territórios (art. 26, I). Também atribuiu à União a competência exclusiva para legislar sobre águas (art. 22, IV) e para explorar o potencial energético dos cursos d’água (art. 21, XII, b).

Além da repartição de competências, a Constituição introduziu a dimensão ambiental integrada da gestão hídrica. O artigo 23 conferiu competência comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e dos Municípios, para proteger o meio ambiente, combater a poluição e preservar os recursos hídricos. Já o artigo 225 consagrou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A proteção das águas aparece ainda associada a outras temáticas estruturantes: o aproveitamento econômico e social de recursos hídricos em regiões de baixa renda (art. 43), a exploração de potenciais hidráulicos (art. 176), a fiscalização da água destinada ao consumo humano pelo Sistema Único de Saúde (art. 200, IV) e o reconhecimento dos direitos originários dos povos indígenas sobre os recursos naturais em suas terras (art. 231).

¹⁹ O Movimento Diretas Já foi uma mobilização popular ocorrida entre 1983 e 1984, que reivindicava a realização de eleições diretas para presidente da República no Brasil. Surgiu como resposta ao regime militar e teve grande adesão da sociedade civil, políticos e artistas. Apesar da ampla participação, a Emenda Dante de Oliveira, que propunha o voto direto, não foi aprovada, e a eleição de 1985 ainda ocorreu de forma indireta.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representou, assim, um marco histórico e jurídico na proteção ambiental, ao elevar o meio ambiente — e, consequentemente, a água — à condição de direito fundamental. Ao incorporar princípios como o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade do poluidor e a preservação da biodiversidade, a nova ordem constitucional inaugurou um paradigma socioambiental que influenciaria profundamente a formulação de políticas públicas e de legislações posteriores.

Na década de 1990, foi instituída uma política específica para o setor hídrico: a Política Nacional dos Recursos Hídricos, por meio da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Essa política estrutura-se a partir de um arranjo institucional sistêmico e fundamenta-se em princípios e instrumentos de gestão. A legislação estabelece que a água é um bem público, cujo uso pode ser concedido mediante outorga, sendo competência privativa da União legislar sobre o tema. Entre seus princípios, destacam-se o uso racional e sustentável dos recursos hídricos, a gestão descentralizada e a participação da sociedade. Quanto aos principais instrumentos de gestão, a lei prevê a outorga de direitos de uso da água, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e o Planos de Recursos Hídricos, que orientam o planejamento em diferentes níveis federativos. A partir dessa norma, foi criado o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), composto por órgãos federais, estaduais e comitês de bacia hidrográfica, com o objetivo de assegurar uma gestão integrada e participativa da água no Brasil.

Ao longo dos anos, diversas leis, decretos e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e de outros órgãos ambientais foram editados, estabelecendo normas e diretrizes complementares à gestão dos recursos hídricos. Essas regulamentações contribuíram para a proteção, o uso sustentável e fiscalização das águas no país, conforme apresentado no quadro “Leis, Decretos-Leis e Resoluções” (Ana, 2019).

Quadro 1 – Leis, Decretos-Leis e Resoluções (Ana, 2019)

Leis, Decretos-Leis e Resoluções
nº 020/86 sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional;
nº 94.076/87, de 5/03, institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas;
nº 274/00 revisa os critérios de Balneabilidade em Águas Brasileiras;
nº 4.613/03, de 11/03, regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
nº 357/05 dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes para o seu enquadramento (alterado por nº 370/06, nº 397/08, nº 410/09 e, nº 430/11 e; complementada por nº 393/07);
nº 396/08, dispõe sobre a classificação e diretrizes para o enquadramento das águas subterrâneas;

Fonte: Agência Nacional de Águas (Ana). *Leis, decretos-leis e resoluções*. Brasília, 2019.

Dessa forma, observa-se que o arcabouço jurídico brasileiro relativo aos recursos hídricos evoluiu de forma contínua ao longo das décadas, influenciado tanto pelos preceitos constitucionais quanto pelas diretrizes estabelecidas por organismos internacionais. Atualmente, a gestão dos recursos hídricos organiza-se a partir da cooperação entre os entes federativos, abrangendo múltiplas dimensões – ambiental, social, econômica e institucional – e promovendo uma abordagem integrada, participativa e orientada pela sustentabilidade.

Assim, a consolidação de uma política hídrica nacional pautada em princípios de sustentabilidade e participação social reflete não apenas a maturação institucional do Estado brasileiro, mas também a incorporação de uma nova racionalidade ambiental, na qual a água deixa de ser vista como mero insumo produtivo e passa a ser reconhecida como bem público essencial à vida e ao equilíbrio ecológico. A trajetória histórica que conduziu à constitucionalização da proteção ambiental e à criação de instrumentos normativos de gestão dos recursos hídricos demonstra a transição de um modelo centralizador e desenvolvimentista para um paradigma democrático e integrado de governança ambiental. Dessa forma, a evolução do direito das águas no Brasil revela-se indissociável da própria formação do Estado contemporâneo, expressando, em última instância, o esforço coletivo de construção de uma sociedade comprometida com a justiça ambiental e com a sustentabilidade das gerações futuras.

Conclusão

A evolução da legislação ambiental e dos dispositivos jurídicos voltados aos recursos hídricos no Brasil reflete a crescente preocupação com a gestão ambientalmente sustentável e

a preservação dos bens naturais ao longo das décadas. Desde os primeiros instrumentos normativos até a Constituição de 1988, observa-se um avanço significativo na forma como a água passou a ser compreendida, valorizada e protegida no ordenamento jurídico nacional.

A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/1997, consolidou princípios fundamentais – como a gestão descentralizada, o uso racional e a participação social –, garantindo maior eficiência e legitimidade à administração das águas. Ademais, a integração entre os entes federados e a articulação com múltiplas áreas do conhecimento revelam um modelo de governança orientado ao equilíbrio entre desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental.

Dessa forma, constata-se que o arcabouço jurídico brasileiro mantém-se em processo contínuo de aperfeiçoamento, incorporando preceitos constitucionais e influências internacionais na formulação de políticas de gestão hídrica. A consolidação desse sistema reafirma a água como um bem público essencial à vida e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cuja proteção representa um compromisso histórico e ético com as presentes e futuras gerações.

Fontes

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília: Presidência da República, 1967. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. **Constituição política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1824. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Código Penal de 1890. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934**. Dispõe sobre o Código de Águas. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 10 jul. 1934. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24643.htm>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm>. Acesso em: 15 maio 2025.

Referências

LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlicher Orth. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LOPES, J. R. de L. **O direito na história: lições introdutórias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

MARINHO, Josaphat. A Constituição de 1934. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 24, p. 18-19, 1987. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20331/1/ARTIGO_Constituicao1934.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. 10. ed. São Paulo: RT, 2015.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **O rural à la gauche: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SILVA, J. A. da. **Curso de direito constitucional positivo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SILVA, Vicente Gomes da. **Legislação ambiental comentada**. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

WORSTER, D. **Rios de império: água, aridez e o crescimento do Ocidente**. Trad. J. A. Drummond. Rio de Janeiro: Record, 2003.

**“Não há distância que nos separe”: a zona urbana picoense através dos programas da
Rádio Difusora de Picos (1980-2000)**

“No distance can separate us”: the urban area of Picos through the programs of Rádio
Difusora de Picos (1980–2000)

Graziela Reis da Silva¹, UFRN

Resumo

O presente trabalho investiga quais aspectos da vida urbana picoense foram difundidos pela programação da Rádio Difusora de Picos nas décadas de 1980 e 1990 e que permanecem vivos na memória dos ouvintes. A partir da metodologia da História Oral, foram realizadas entrevistas com pessoas que acompanhavam ativamente a programação radiofônica no período. O recorte teórico baseia-se em Pesavento (2007; 2008), para refletir sobre a cidade; em McQuail (2012), para compreender o funcionamento dos meios de comunicação de massa; e em Pollak (1989; 1992), para analisar como as memórias são socialmente construídas. A análise evidencia que o rádio, além de informar, mediava percepções sobre o espaço urbano e exerceu papel fundamental na construção da memória coletiva da cidade.

Palavras-chave: Picos-PI; Rádio; Cidade; Memória.

Abstract

This study investigates which aspects of urban life in Picos, Brazil, were disseminated through the programming of Rádio Difusora de Picos during the 1980s and 1990s and remain alive in the memory of its listeners. Based on the methodology of Oral History, interviews were conducted with individuals who actively followed the station's programming during that period. The theoretical framework draws on Pesavento (2007; 2008) to reflect on the concept of the city, McQuail (2012) to understand how mass media operates, and Pollak (1989; 1992) to analyze how memories are socially constructed. The analysis reveals that radio, beyond informing, mediated perceptions of urban space and played a fundamental role in shaping the city's collective memory.

Keywords: Picos-PI; Radio; City; Memory.

Introdução

Picos é um município que fica localizado na região centro-sul do Piauí. Os primeiros processos de povoamento da área datam do século XVIII e, em 2022, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possuía 83.090 habitantes e contava com a terceira maior cidade do estado, ficando atrás apenas de Teresina e Parnaíba. Desde o final da década de 1970, com a instalação da primeira emissora de rádio na cidade de Picos, o

¹ Formada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN). Email: grazielareis11@gmail.com.

veículo passou a exercer um papel de utilidade pública, prestando serviços à população urbana e rural do semiárido piauiense.

Em um contexto no qual poucos indivíduos tinham acesso a outros meios de comunicação, segundo Sousa e Lima (2018), o rádio tornou-se um canal fundamental para a transmissão de músicas, notícias e avisos de interesse coletivo. Até a virada do século, era o principal meio de comunicação utilizado pelos habitantes locais e da macrorregião. Durante as décadas de 1980 e 1990, o rádio ocupava um lugar central no cotidiano picoense; estava amplamente presente em residências, comércios, bares e outros espaços de convivência (Matos, 2021). Esse protagonismo decorria da limitada acessibilidade a meios de comunicação, como a televisão, que só veio a ser incorporada posteriormente pela maior parte da população.

Por meio da programação, as rádios contribuíam para a cobertura do cotidiano citadino, noticiando as mudanças, movimentações e transformações no ambiente urbano local. No entanto, a forma como isso ocorria ainda é uma questão em aberto para a historiografia. Segundo Aquino (2013), as primeiras experiências com a radiodifusão em Picos tiveram início por meio de amplificadoras, embora não haja documentação disponível que registre com precisão essas iniciativas. Posteriormente, ocorreram as primeiras instalações de emissoras de rádio. Porém, conforme o autor, as pesquisas sobre o rádio no Piauí ainda são escassas, o que repercute na compreensão acerca do trabalho exercido por esse meio na região. Por essa razão, esta investigação se debruça sobre o tema.

Nesse viés, o presente trabalho busca compreender quais aspectos da vida urbana picoense foram evocados e reforçados pela programação radiofônica produzida na região e de que modo essas representações permanecem vivas na memória dos ouvintes, influenciando suas percepções sobre a cidade de Picos. Nessa análise, observam-se também as relações de poder estabelecidas em torno do rádio, que condicionavam a produção dos conteúdos e orientavam as narrativas produzidas e disseminadas sobre o espaço urbano.

Para tanto, esta pesquisa utiliza fontes orais em sua construção. Adota-se, nesse processo, a metodologia da História Oral, entendida como uma prática de apreensão de narrativas que se utiliza de recursos eletrônicos para recolher testemunhos, analisar processos sociais e identificar como os sujeitos interpretam sua realidade com base nas experiências do passado (Meihy; Holanda, 2015). Na seleção dos entrevistados, o objetivo foi compreender como trajetórias distintas se aproximavam ou se distanciavam da imagem de cidade difundida pelos programas de rádio. Estabeleceu-se, inicialmente, que todos deveriam ter sido ouvintes

de rádio no período de 1980 a 2000, garantindo que tivessem contato com a mesma programação radiofônica e, conseqüentemente, com um repertório comum de referências.

Além desse ponto em comum, buscou-se reunir trajetórias distintas para ampliar as possibilidades de análise. Um dos participantes, além de ouvinte, atuou profissionalmente nas rádios picoenses, oferecendo uma perspectiva interna sobre a produção da programação. Outro conheceu Picos apenas após o ano 2000, permitindo comparar a expectativa construída pelo rádio com a sua experiência concreta na cidade. Também foi incluído um entrevistado que migrava sazonalmente para a cidade, representando as vivências marcadas pela transitoriedade, e outro que, não sendo natural de Picos, mudou-se para trabalhar e fixou residência, consolidando vínculos permanentes com o espaço urbano. Todos relataram ter como principal referência de programação a Rádio Difusora de Picos, razão pela qual foi selecionada como foco da pesquisa.

A instalação das rádios em Picos: importância e disputas políticas

O rádio chegou ao Brasil em 1922, no Rio de Janeiro, durante o centenário da Independência. Na ocasião, o primeiro discurso transmitido foi o do então presidente Epitácio Pessoa. Desde o início, o veículo esteve vinculado à necessidade da elite brasileira de projetar uma imagem de país moderno e alinhado ao progresso, além de ser percebido como um instrumento de transformação social. Nesse contexto, tinha duas funções.

De um lado, apresentou a pretensa pujança nacional e, de outro, serviu de mostruário ao progresso vindo do exterior. [...]Parcela da elite desperta para as potencialidades do rádio. Ao contrário do que vai ocorrer a partir da década de 1930, estes pioneiros fazem isto, em um primeiro momento, sem interesses preponderantemente econômicos ou políticos. As irradiações têm pretensão educativo-cultural, incluindo, além de música gravada e ao vivo, até mesmo palestras de cunho científico. Indo ao encontro de valores burgueses, expressões musicais mais populares como o samba encontram resistência para serem veiculadas (Ferraretto, 2014, p. 12).

Nesse sentido, cabia aos ouvintes assimilar produções artísticas e científicas alinhadas aos padrões europeus e norte-americanos. Para que isso fosse possível, as próprias manifestações culturais brasileiras eram frequentemente cerceadas, de modo a impedir que ganhassem popularidade e alcançassem grande projeção. Dessa forma, evidenciava-se o poder dos meios de comunicação de massa como instrumentos de controle. Além disso, vale destacar que a programação radiofônica não se restringia ao conteúdo musical. Com o passar do tempo, os programas ganharam maior relevância, sobretudo quando passaram a incorporar o jornalismo, ampliando ainda mais sua influência sobre a sociedade.

Em 1941 entra no ar o “Repórter Esso”. O contexto histórico que envolveu a criação do jornal falado no Brasil diz respeito a necessidade de um setor informativo no rádio, no período da Segunda Guerra Mundial. Irradiado pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, o “Repórter Esso” foi considerado Testemunha ocular da história, slogan que se referia à importância do programa, diante da transmissão de notícias. Constituiu-se num programa de caráter informativo e noticioso, em nível nacional, que passava a ser a verdade, para a população brasileira, conquistando vários ouvintes e levando os acontecimentos do Brasil e do mundo através das ondas do rádio (Lima, 2007, p. 51).

Logo, o rádio foi se fixando, para aqueles que o acessavam, como fonte confiável de informação. No Piauí, a primeira emissora de rádio foi inaugurada em 1930, a Rádio Educadora de Parnaíba, que produzia programas de cunho jornalístico e cultural. De acordo com Aquino (2013), a rádio possuía estreita ligação com a prefeitura do município, por meio da qual o prefeito anunciava os trabalhos que vinha desenvolvendo para a população. Por isso, a conjuntura política local sentiu-se incomodada, e a rádio acabou sendo fechada. Em Picos, a implantação da primeira rádio ocorreria apenas quase na década de 1980.

Para Nascimento (2006), o cotidiano dos meios de comunicação de massa está constantemente ligado às questões políticas do país. É por esse motivo que, em Picos, ocorre uma grande disputa em torno da audiência do rádio. Segundo Sousa e Lima (2018), em 1979 foram instalados os transmissores da Difusora AM de Picos, implantada por seu idealizador, Helvídio Nunes de Barros, que, na época, era senador da República pelo Piauí e filiado ao partido ARENA. De acordo com Aquino (2013), antes da chegada da primeira rádio em Picos, assim como nas grandes cidades do país, havia apenas as amplificadoras: alto-falantes distribuídos pela cidade, que serviam como referência de comunicação local.

A rádio ficou marcada pela vinheta “Difusora: não há distância que nos separe”. Ela foi um marco para a comunicação de Picos e da macrorregião, como é possível perceber na entrevista concedida por Bento Ribeiro da Costa. Durante sua adolescência, o entrevistado residia no interior do município de Conceição do Canindé, que fica a 112 km de Picos. Ele vivia do trabalho na roça e mudou-se para Picos na década de 1980 para trabalhar. Tinha o rádio como principal meio de comunicação e ouvia, diariamente, a programação das rádios picoenses.

Nos meus quatorze, quinze anos, por aí assim, já comecei a sintonizar rádio, né!? Naquela época quais rádios a gente sintonizava? Sociedade Da Bahia, é, Rural de Petrolina, sempre a gente sintonizava. A pioneira de Teresina, Difusora de Teresina, essas assim, né!? Depois de muito tempo foi que surgiu aqui a Difusora de Picos que a gente também sintonizava. Era aquelas

rádios, era Rede Nacional do Rio, as de São Paulo. Era essas difusoras que a gente conseguia, Cajazeiras da Paraíba, Educadora do Crato, essas coisas assim. Rádio AM que conseguia penetrar no interior nosso (Bento Ribeiro da Costa, 2024).

Nota-se, a partir de seu relato, que a programação ouvida até o período em que a Difusora AM foi fundada era, sobretudo, de rádios localizadas em outros estados do Brasil. Com a fundação da emissora picoense, ela passou a integrar o catálogo de programação do ouvinte, mostrando que o alcance da rádio ultrapassava os limites do município de Picos. Conforme Sousa e Lima (2018), a primeira rádio picoense tinha o objetivo de levar aos ouvintes uma programação variada e pretendia reservar um horário para um programa destinado ao homem da zona rural, à época carente de meios de comunicação, informação e transporte. Assim, surgiu o programa *Correspondente do Interior*, que, com mais de trinta anos de história, exerce serviços de utilidade pública ao atender aos interesses dos ouvintes.

Odorico Carvalho (músico, compositor, apresentador e ex-radialista picoense), em entrevista concedida para este trabalho, falou sobre a audiência do programa. O entrevistado participou da primeira equipe que compôs a Rádio Difusora de Picos, convidado por Helvídio Nunes de Barros. Além dele, José Nunes de Barros (ex-prefeito de Picos), Padre Alfredo Shäffler, Gracinha Granja e Remédios Maia auxiliaram na consolidação do projeto iniciado por Helvídio. Na década de 1980, esteve afastado dos trabalhos no rádio, pois foi morar em Pernambuco, mas manteve-se ativo na audiência.

A Rádio Difusora de Picos, então, tinha um programa lá, o Correspondente do Interior, que no horário, acho que era meio-dia, não tinha pra ninguém, era o interior todo ligado. ‘Cê’ passava no interior era o eco, todo mundo ouvindo. Porque era ali que as pessoas daqui que moravam em São Paulo, Brasília, ligavam pra mandar notícia. Ou alguém no interior que tá aqui, que veio de uma cidade vizinha, botava o aviso pra vir pegar aqui, aquelas coisas todas, né!? Até gente anunciando que o jumento dele perdeu, sumiu, queria saber onde era [risos], esse tipo de coisa, tinha umas coisas muito engraçadas (Odorico Carvalho, 2024).

O programa fazia anúncios de festas, convites de missa, emitia notas de falecimento e, acima de tudo, transmitia recados. Desde a chegada da Rádio Difusora ao município, o programa produzia um serviço de utilidade pública, principalmente entre as décadas de 1970 e 2000, pois a internet e o celular ainda eram uma realidade distante para a maior parte de Picos e da macrorregião. É possível identificar, acima, na fala do entrevistado, que ele atribui a maior audiência do programa aos moradores do interior, mas sua utilização não estava restrita às regiões interioranas, como é possível perceber na fala de Bento Ribeiro.

Teve um tempo aqui que a Rádio Difusora ela tinha uma programação de avisos, né!? O pessoal que vinha dos interior pra fazer tratamento, fazer alguma coisa aqui em Picos, aí naquele tempo não tinha celular ainda. A comunicação era através do rádio. Aí o pessoal ia lá no rádio e botava o aviso. Eu sintonizava muito para saber quem era as pessoas que tava passando ali, nas regiões. Aquilo era uma expectativa grande, né!? Quando eu vim morar aqui em Picos que eu vinha, já aconteceu de vir aqui com pessoas para fazer, passar pelo médico aqui em Picos, aí eu tinha aquele costume de ir na rádio passar um aviso. O pessoal já ficava na expectativa de ouvir, né[risos], esperar aquele horário para ouvir (Bento Ribeiro da Costa, 2024).

O que se percebe é que, como o acesso a jornais e revistas era menor no campo, e como inexistiam outros meios de comunicação, o rádio acabava sendo prevalente nesses locais. Isso colaborou para a audiência dos programas de rádio, como mostra a entrevista concedida por Miguel Artur da Silva. Devido à migração sazonal, o entrevistado mantinha contato com Picos, onde realizava alguns trabalhos. No entanto, mantinha residência fixa na cidade de Patos do Piauí, para onde retornava no período de chuvas para realizar o plantio e a colheita dos alimentos que seriam consumidos durante o período de seca. Foi perguntado ao entrevistado se ele fazia uso de outros veículos de comunicação, como a televisão, e ele relatou que só ouvia os programas de rádio, pois a televisão não era um bem acessível.

A televisão não conseguiu tomar o espaço do rádio porque o rádio ele atendia toda a macrorregião de Picos e na cidade era pouco pessoal que tinha televisão. Televisão era aparelho de rico, os pobres não tinham acesso nessa época ainda. Quando alguém comprava um aparelho era aquela coisa, juntava um ‘mói’ de gente pra ir ver (Miguel Artur da Silva, 2023).

Em sua fala, é possível notar que, até mesmo na cidade, o rádio era muito utilizado, pois outros meios de comunicação, como a televisão, não eram acessíveis a todos os cidadãos. Outro motivo que colaborava para a força do rádio era a falta de energia elétrica na macrorregião de Picos. Em concomitância, a importância da utilização do veículo também é percebida na entrevista de Cleidiane Alves da Silva. Ela relembra que, na sua adolescência, antes de mudar-se para Picos, residia no interior do município de Pimenteiras, quando começou a ouvir os programas das rádios picoenses.

Todo dia tinha que ouvir era ‘O Correspondente do Interior’, meio-dia. Porque como eu comentei contigo, já tinha as pilhas ali contadas pra assistir, pra o mês, se não desse pra o mês tinha que comprar que era pra repor, pra todo dia meio-dia saber as notícias da região e da macrorregião. Eles traziam notícias da cidade de Picos, de outras regiões próximas, as vezes anunciavam também acidentes, mortes, é, se alguém da cidade vizinha ou do interior iria pra sua cidade como não tinha outro meio de comunicação a pessoa mandava uma carta avisando, né!? Dizendo pra eles lerem e dizerem ‘aviso

para os meus pais que irei viajar para minha cidade dia tal, tal hora, que ele vá me esperar' (Cleidiane Alves da Silva, 2024).

Nesta pesquisa, percebeu-se que o programa *O Correspondente do Interior* é um elemento marcante na memória dos entrevistados, sendo citado por todos eles em algum momento das entrevistas. Outrossim, como evidencia o relato acima, diante da precariedade do fornecimento de energia elétrica, as pessoas se organizavam previamente para garantir o funcionamento do rádio, com o intuito de se manterem informadas sobre os acontecimentos em Picos e nos municípios vizinhos.

Depois da Rádio Difusora de Picos, em julho de 1985, foi oficialmente inaugurada a Rádio Grande Picos AM, na frequência de 850 KHz. A rádio possuía os mesmos apresentadores da Rádio Difusora; modificavam-se apenas os nomes dos programas e os estilos musicais. Enquanto a grade da Difusora trazia mais sertanejo e jovem guarda, a sua concorrente focava no brega, que era apreciado pelos jovens da época. De acordo com Aquino (2013), a partir de entrevistas concedidas pelos locutores das rádios, a rádio mais antiga sempre teve mais audiência: o público picoense sempre optava pela primeira emissora da cidade.

É válido questionar os motivos pelos quais o mesmo grupo de comunicação possuía duas rádios AM no mesmo município. Ao entrevistar Carluis Barros, filho de Helvídio Nunes de Barros, Aquino (2013) questionou a existência das duas rádios. Ele respondeu que havia a possibilidade de mais um canal AM para Picos e, por questões políticas, era mais interessante que este ficasse sob a supervisão da família Helvídio Nunes, pois, se não fosse administrado por eles, seria administrado por outro grupo político.

Nesse contexto de disputa política, foi fundada a Rádio Cidade Modelo LTDA, chamada FM Cidade Modelo, inaugurada oficialmente em janeiro de 1989. “A rádio foi fundada pela família Barros Araújo, que nas décadas de 1980, 1990 e 2000 protagonizou politicamente a cena municipal e regional em Picos” (Coutinho, 2021, p. 74). A primeira equipe que compôs a rádio fazia parte da grade de locutores da Grande Picos AM, que, ao serem convidados, migraram para a rádio nova. De acordo com Aquino (2013), a FM Cidade Modelo acabou conquistando o público ouvinte da Rádio Difusora. Por isso, em abril de 1993, foi oficialmente ao ar a Rádio Grande Picos FM, a terceira emissora do Sistema de Comunicação de Picos (SCP), fundada pelo Grupo Helvídio Nunes de Barros.

As rádios FM possuem uma qualidade de áudio melhor, enquanto as AM possuem maior alcance; por isso, a FM Cidade Modelo acabou conquistando muitos ouvintes. Compreende-se que a fundação da nova emissora de rádio pela família Helvídio Nunes

buscava recuperar a hegemonia que havia sido perdida com a inauguração de outra rádio. Assim, percebe-se que a manutenção das rádios de Picos-PI estava diretamente vinculada à política, e os ouvintes eram objeto de disputa entre as famílias que controlavam o poder político e econômico do município. Essa questão incidia diretamente na forma como a programação era produzida e no conteúdo que era transmitido. Ou seja, se a cidade era citada através da programação, é possível concluir que essa menção ocorria mediada pelas perspectivas dos sujeitos ligados às rádios.

A Rádio Difusora de Picos e o cotidiano picoense: memórias dos ouvintes

O rádio pode ser utilizado para manipular a opinião pública. Esse recurso foi empregado muitas vezes ao longo da história, inclusive durante a Ditadura Militar no Brasil (Nascimento, 2006), período em que a primeira rádio de Picos foi inaugurada. Por isso, entende-se que os centros urbanos também podem ser representados de forma positiva ou negativa pelos grupos que controlam o rádio, com o objetivo de produzir determinadas percepções sobre as cidades e sobre os sujeitos que as administram. Assim, as memórias construídas sobre as urbes são um elemento de suma importância para compreender as relações de poder que mediam aquilo que é difundido e lembrado sobre os espaços urbanos.

Com frequência, a transformação do espaço foi de tal ordem, a modernidade implantada tão avassaladora que apagou do espaço materialidades e sociabilidades do passado. E, como de praxe, o objeto da atenção do historiador passa por fora da experiência do vivido, nessa tarefa de resgate das representações da cidade passada que se produz por uma reconfiguração temporal [...] construído pela força do imaginário, que é capaz de dar a ver e ler a temporalidade transcorrida (Pesavento, 2007, p. 16).

Os meios de comunicação integram-se ao cotidiano das pessoas por meio de imagens e sons que buscam, entre outras coisas, narrar o cotidiano das cidades. Por meio deles, “as pessoas se informam e conhecem a cidade, os feitos de seus cidadãos, os costumes, as tradições, a história, os conflitos, enfim” (Feitosa; Costa, 2019, p. 05). Enquanto a imprensa atua predominantemente pela visão, o rádio se constrói na esfera da audição, mobilizando emoções e sensações capazes de reforçar determinadas narrativas. Desse modo, esses meios assumem um papel importante na formação de memórias sobre os espaços citadinos.

Nas lembranças mais próximas, aquelas de que guardamos recordações pessoais, os pontos de referência geralmente apresentados nas discussões são [...] de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores. Em relação ao desembarque da Normandia e à libertação da França, os habitantes de Caen ou de Saint-Lô, situadas no centro das batalhas, não atribuem um lugar

central em suas recordações à data do acontecimento [...] e sim aos rancos dos aviões, explosões, barulho de vidros quebrados, gritos de terror, choro de crianças. Assim também com os cheiros: dos explosivos, de enxofre, de fósforo, de poeira ou de queimado, registrados com precisão (Pollak, 1989, p. 09).

Ou seja, as músicas, as vozes dos locutores, as transmissões de eventos e até mesmo os ruídos do cotidiano narrados pelo rádio criam um repertório sensorial que contribui para a maneira como a cidade é lembrada e significada por seus habitantes. Em concomitância, conforme McQuail (2012), os meios de comunicação também podem ser usados para fins individuais, privados ou organizacionais. Os mesmos veículos que veiculam mensagens públicas para grandes públicos, para fins coletivos, podem transportar notícias pessoais, mensagens advogando causas, apelos de caridade, anúncios de emprego ou de casas vagas, entre muitos outros tipos de informação e de cultura. O programa *Correspondente do Interior*, citado por todos os entrevistados, é um exemplo disso.

Miguel Artur da Silva, entrevistado nesta pesquisa, relatou que os programas da Rádio Difusora que mais acompanhava eram os jornalísticos e o *Correspondente do Interior*. O entrevistado integra o grupo de sujeitos identificados por Carvalho (2015) que, a partir da década de 1970, migrou para Picos em busca de melhores condições de ensino. Após concluir os estudos, Miguel ingressou na área da saúde, onde atua até os dias atuais. Tal trajetória ajuda a compreender o interesse pelos programas radiofônicos voltados para notícias e informações que, segundo ele, permanecem vivos em suas memórias. O entrevistado, inclusive, elenca os principais temas abordados nos jornais que costumava ouvir.

As notícias principais eram as comerciais e criminais. Falava também dos políticos, mas na época os políticos principais eram o finado Helvídio Nunes, era o, os Torres, em geral, os Nunes que eram os chefão de Picos mesmo. Os comerciais eram comerciais curtos, suportáveis. Eles falavam mais era sobre promoção, sobre o preço de mercadoria, onde mais encontrava mercadoria mais barata. As promoção que tinha na época, que eram chamadas antigamente de “queima”, hoje chama “promoção”, mas no passado era os “queima”. Inclusive, tinha vários programas de saneamento básico na cidade, porque tava crescendo, então tinha pra ajudar no desenvolvimento. Eles também falavam sobre isso nos jornais (Miguel Artur da Silva, 2023).

De imediato, o primeiro ponto que chama atenção na fala do entrevistado diz respeito à memória construída a partir do conteúdo político veiculado nos jornais da Rádio Difusora. Na lembrança de Miguel Artur, a “família Nunes” abrigava os políticos mais influentes do município, sendo Helvídio Nunes a figura de maior destaque. É importante notar que, nas décadas de 1980 e 1990, outras famílias disputavam o poder político em Picos, mas é a

“Nunes” que permanece viva na memória do entrevistado. Tendo em vista que Helvídio Nunes esteve diretamente envolvido na implantação das primeiras rádios picoenses, percebe-se como o poder político se articulava ao controle dos meios de comunicação, que eram utilizados como meio para conseguir prestígio.

Lima (2018) corrobora essa análise ao afirmar que Helvídio Nunes permanece na memória picoense como o principal responsável por viabilizar programas radiofônicos que retratavam a realidade socioeconômica, social e política da macrorregião. Aquino (2013) complementa essa perspectiva ao afirmar que a implantação das rádios em Picos foi permeada por intensas disputas políticas, nas quais Helvídio Nunes se destacou e utilizou a chegada da emissora como estratégia para ampliar sua influência. Isso ajuda a explicar sua permanência na memória do entrevistado.

Outrossim, os aspectos comerciais destacados na entrevista revelam um cotidiano urbano em transformação. As propagandas sobre “queimas”, como eram chamadas as promoções, e as informações sobre onde encontrar mercadorias mais baratas apontam para um período de crescimento e concorrência do comércio local. Do mesmo modo, as notícias sobre programas de saneamento básico foram interpretadas como iniciativas voltadas à melhoria das condições de vida na cidade, que, segundo se depreende da fala do entrevistado, passava por um processo de crescimento.

Contudo, como explica Sousa (2021), nas décadas de 1980 e 1990, todo o espaço urbano picoense era marcado pela ausência de saneamento básico. Os problemas persistiam, sobretudo, devido à ineficiência do poder público municipal, que deveria adotar medidas para solucioná-los. No entanto, na memória do entrevistado, não é perceptível uma associação direta entre as moléstias e a gestão municipal, apenas a ideia de que os governantes vinham adotando ações para contê-las.

Em continuidade, o entrevistado Odorico Carvalho também teceu comentários sobre as questões políticas envoltas no rádio. Além de ser ouvinte dos programas e ter participado da primeira equipe que compôs a Rádio Difusora, ele destacou-se em trabalhos produzidos na rádio Grande FM. É necessário perceber que, ao se referir à população por meio das ondas do rádio, os profissionais não agem com neutralidade, mas com base em princípios, valores e crenças do meio no qual estão inseridos. O entrevistado reconhece essa relação e discute como isso ocorreu dentro da sua passagem pelas rádios nas quais atuou.

A gente sabe que nenhum jornal é isento de ideologias, né? Todo jornal traz a ideologia da, de quem manda. Embora eu tenha tido muita sorte onde eu trabalhei, nos jornais, nas rádios e na TV. E também, lá, Doutor Helvídio e

Doutor Zé Nunes nunca chegaram pra mim e falaram “diga isso, não diga aquilo”, agora eu não vou tá lá trabalhando com eles e descendo a lenha neles, né!? Falando [risos], falando mal. Até porque eles me trataram sempre tão bem que era impossível de ter uma desavença nessa área, né? (Odorico carvalho, 2024).

Ele estabelece uma discussão muito importante ao abordar a questão da ideologia e sua relação com os meios de comunicação. Reconhece sua responsabilidade profissional como jornalista e observa que sua forma de atuação era influenciada pelas relações pessoais que mantinha com os proprietários dos veículos para os quais trabalhava. No âmbito das relações trabalhistas, esse tipo de postura pode funcionar como uma estratégia de resguardo por parte dos trabalhadores, mas acaba influenciando a forma como o público percebe os proprietários dos veículos de comunicação.

Apesar das menções ao setor político, são as propagandas do comércio picoense que se destacam como elementos recorrentes na memória de todos os entrevistados. Conforme observam Sousa e Lima (2018), os anúncios veiculados pela Rádio Difusora auxiliavam os ouvintes a localizar produtos e serviços na cidade de Picos, uma vez que o comércio local ocupava grande parte da programação. Isso também está presente nas lembranças de Bento Ribeiro, que costumava ouvir a Rádio Difusora de Picos durante suas jornadas de trabalho na cidade de Picos.

As rádios sempre tiveram patrocinador, sempre. Inclusive, tinha uns programas aí que era mais completo com comercial que com músicas, mas é assim mesmo, faz parte, porque a rádio funciona através da contribuição do comércio, né!? Se não fosse também, ela não tinha como funcionar. O pessoal que trabalhava, muitos no rádio, se ganhava era um salário. As vezes nem um salário, trabalhava no rádio só pelos comerciais, que era quem mantinha eles (Bento Ribeiro da Costa, 2024).

A fala do entrevistado acima revela a expressiva participação do comércio nos programas de rádio, pois, segundo ele, era esse setor que ajudava a manter as emissoras funcionando, já que muitas não dispunham dos recursos necessários para se sustentar. Vale destacar que os programas podem evitar tratar de certos problemas da cidade por diferentes razões, entre elas o receio de abordar temas sensíveis para patrocinadores e autoridades locais. Ao mesmo tempo, o fato de o comércio ser uma presença constante na memória dos entrevistados mostra a associação entre esses meios de comunicação e o espaço urbano picoense, que foi se consolidando como local de acesso a bens e serviços.

Como ocorre com outros veículos de comunicação, os programas de rádio também promovem a cidade ao divulgarem o comércio local, de forma a torná-lo competitivo em

relação aos estabelecimentos das cidades vizinhas, incentivando o consumo nos locais anunciados. As ondas radiofônicas funcionavam como pontes de comunicação entre os cidadãos e entre o campo e a cidade e, por esse meio, a propaganda estimulava o crescimento do comércio. Ao mesmo tempo, a própria dinâmica comercial, marcada por constantes transformações, também produzia representações sobre o espaço urbano. Nesse processo, os setores comerciais do centro de Picos vão se consolidando como elementos indicadores do crescimento da cidade, como é possível ver abaixo.

Tinha sempre propaganda, mas assim, pra mim recordar quais eram as lojas é mais difícil, mas sempre teve. Lojas de tecidos, lojas de calçado. Sempre que a cidade ia crescendo e novas lojas sendo inauguradas, eles anunciavam. Eu não me lembro se era nessa época que já tinha as lojas do Paraíba, mas acho que sim, que é uma loja do qual me lembro que sempre tinha anúncio (Cleidiane Alves da Silva, 2024).

Através da fala, é possível perceber como as propagandas sobre o comércio e as percepções construídas sobre a cidade se articulam: a entrevistada sugere que o crescimento urbano de Picos estava associado à dinâmica do setor comercial, evidenciando que a inauguração de novas lojas era percebida como sinal da expansão cidadina. Essa percepção não se restringe à vivência individual, mas se inscreve em uma lógica de construção simbólica do espaço urbano que é mediada pela comunicação. Assim, os anúncios da Rádio Difusora de Picos não apenas informavam sobre a chegada de novos empreendimentos, mas também ajudavam a consolidar uma imagem de cidade em transformação e desenvolvimento.

É perceptível que, na memória dos entrevistados, há uma prevalência das propagandas relacionadas ao setor comercial picoense. Essas lembranças não são meramente individuais; fazem parte da memória coletiva, que é o conjunto de recordações compartilhadas por um grupo social (Pollak, 1989). No entanto, essas memórias também revelam esquecimentos e ausências, pois, à medida que o setor comercial vai se consolidando como um marco característico da urbe, vão sendo silenciadas as desigualdades sociais presentes na cidade. Porém, por meio das lembranças sobre os anúncios, também se revelam os problemas socioeconômicos enfrentados pelos cidadãos, como é possível ver a seguir.

Picos sempre foi o lugar do comércio, né? A gente chegava ali no Centro e encontrava de tudo. Ainda hoje encontra, aí os comerciais dos programas mostravam esses pontos de venda. Agora assim, anunciava no rádio quem tinha dinheiro. Era mais essas lojas grandes e a gente nem tinha dinheiro pra comprar as coisas, até material escolar antes, pra estudar, a gente tinha que vir trabalhar na roça pros outros, pra fazer o dinheiro e levar pra lá pra comprar (Miguel Artur da Silva, 2023).

O relato evoca diversas camadas da experiência urbana em Picos. Em primeiro lugar, destaca-se a centralidade do Centro da cidade como polo comercial e espaço simbólico de referência. A lembrança da variedade de produtos e da vitalidade econômica ali concentrada revela como esse espaço permanece vivo na memória. Isso não surpreende, pois “o centro foi, por muito tempo, o cartão de visitas de uma cidade. Mesmo que tais espaços tenham sofrido degradação, deixaram marcas que funcionam como padrões de referência identitária para uma cidade” (Pesavento, 2008, p. 04). Por isso, o Centro de Picos permanece como um marco identitário, não apenas por reunir grande número de estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, mas também por ser cenário de inúmeras vivências e desejos de moradores da cidade e da macrorregião.

Ao mesmo tempo, porém, a fala revela outro lado da cidade: uma realidade marcada pela exclusão social. Embora o setor comercial apareça como sinal de desenvolvimento, ele também expõe as desigualdades históricas no acesso ao consumo. Os anúncios veiculados no rádio, restritos aos comerciantes com poder econômico, funcionavam como vitrines de um mundo ao qual parte da população não podia pertencer. Como destaca Miguel, os sonhos de consumo promovidos pelas propagandas contrastavam com a dura realidade de muitos moradores, que, como ele, precisavam trabalhar desde cedo para adquirir bens básicos. O relato seguinte reitera como isso ocorria.

Quando se ouvia essas propagandas de loja dizendo quais eram os itens que oferecia, muitas coisas eu não tinha nem noção do que se tratava, mas quando falava de loja de departamento de roupa, de brinquedo, era quando meu olho brilhava, eu ficava mais atenta [risos]. Eu pensava ‘nossa, tem roupa tal, tem brinquedo tal’, que era tudo que uma criança de interior almeja ter, né? Que era o meu caso, eu não tinha por que não tinha condições de comprar. E eu achava que a cidade era o máximo, era como se fosse, hoje em dia, a Capital, onde tudo que você quisesse e buscasse iria ter, tudo de mais moderno. Como eu morava no interior, não tinha energia, aqui tinha, tinha carros, tinha loja, tinha lugar pra você sair (Cleidiane Alves da Silva, 2023).

Como mostra a fala da entrevistada, as propagandas voltadas ao setor comercial faziam com que a cidade fosse percebida como um lugar moderno, dotado de infraestrutura e repleto de possibilidades. Através da rádio, destacavam-se os diversos estabelecimentos tidos como capazes de atender às demandas da população local e das áreas circunvizinhas. Assim, para muitos ouvintes, especialmente aqueles que viviam em povoados e comunidades rurais, a cidade se apresentava como o oposto de sua realidade: enquanto lhes faltavam bens de consumo e serviços básicos, o espaço urbano surgia como o território do acesso, da

abundância e da novidade. Desse modo, as propagandas ativavam a imaginação dos receptores, principalmente das crianças, e, ao mesmo tempo, influenciavam práticas de consumo.

No entanto, muitos dos que ouviam os anúncios e sonhavam com os produtos oferecidos não tinham condições de adquiri-los. Percebe-se, nesse contexto, a presença de um processo de exclusão social que, conforme define Guerra (2012, p. 92), “designa não só a degradação do mercado de emprego e a decadência/regressão das solidariedades sociocomunitárias, mas sobretudo a sobrevivência (im)possível de uma população localizada à margem do progresso econômico e da partilha dos benefícios daí resultantes.” Ou seja, os relatos evidenciam que, mesmo inseridos no espaço urbano, muitos sujeitos permaneciam à margem dos benefícios associados ao desenvolvimento da cidade.

Além do comércio, outro aspecto frequentemente lembrado pelos entrevistados são os eventos religiosos. Segundo Santos (2017), Picos é uma cidade tradicional e fortemente marcada pela religiosidade. As transformações ocorridas a partir da década de 1970, como a construção da Rodovia Transamazônica e a chegada das Indústrias Coelho à região, impulsionaram o crescimento da cidade, mas não apagaram os costumes enraizados na cultura local. Um dos elementos que permanecem vivos na memória dos moradores é a presença constante das práticas religiosas, especialmente as ligadas à Igreja Católica, frequentemente anunciadas nos programas de rádio, como podemos ver a seguir.

As coisas de igreja comumente eles anunciavam, quando ia ter missa, “vai ter missa”, “vai ter comemoração do Sagrado Coração de Jesus”, “comemoração de Nossa Senhora dos Remédios”. Sempre avisava quando tinha missa, quando tinha também visita de sétimo dia, era isso que eles falavam (Cleidiane Alves da Silva, 2024).

As menções aos anúncios de eventos religiosos, como os citados acima, revelam o papel do rádio na manutenção e difusão dos costumes católicos entre a população de Picos e das localidades vizinhas. A rádio atuava como elo entre a Igreja e a comunidade, reforçando valores, práticas e tradições que constituem parte significativa da identidade cultural e religiosa local. Além dos informes pontuais, a programação radiofônica incluía também conteúdos religiosos mais estruturados, como os programas voltados à evangelização. Ou seja, a rádio não se limitava à função informativa, mas assumia também um papel formador ao transmitir os preceitos do catolicismo e oferecer espaço para mensagens religiosas, orações e reflexões.

Picos sempre teve muito evento de igreja, ali no Centro mesmo tem aquela igrejona. No rádio também tinha, sempre teve missa dominical e tinha um programazinho que parece que era de uma e meia a duas da tarde, também da igreja. “Igreja Peregrina” o nome, se não me engano. E quando tinha evento de igreja eles sempre anunciava. Mesmo quando não tinha mais programa da igreja, os avisos tinha (Miguel Artur da Silva, 2024).

A igreja à qual o entrevistado se refere é a Catedral Nossa Senhora dos Remédios, localizada no Centro da cidade. O programa citado, em consonância com Sousa e Lima (2018), era chamado *Igreja Peregrina* e ia ao ar das onze e trinta ao meio-dia, sob a responsabilidade da Diocese de Picos. A lembrança desse programa indica que a rádio funcionava como uma extensão da vida religiosa da cidade, permitindo que os rituais e valores do catolicismo alcançassem também as populações das áreas rurais de Picos e da macrorregião. Isso revela que Picos, mesmo em expansão, marcada por processos de modernização, ainda estava profundamente enraizada em valores religiosos. Por esse motivo, assim como o comércio, a Igreja Católica se tornou uma característica da urbe.

Nesse sentido, observa-se que o foco dado a determinados conteúdos nos programas da Rádio Difusora de Picos influenciava diretamente a forma como os sujeitos passaram a perceber o espaço urbano picoense. Percebe-se que os elementos que predominam nos relatos dos entrevistados estão fortemente vinculados aos setores político, comercial e religioso. No entanto, chama atenção a ausência de menções a problemas urbanos. Isso sugere que a programação da rádio operava também por meio de exclusões, evitando temas que pudessem comprometer a imagem de certos grupos, especialmente os políticos locais, vinculados à própria direção da emissora. Assim, o conteúdo radiofônico não apenas informava ou entreteinha, mas também filtrava e condicionava o que seria lembrado sobre a cidade.

Considerações finais

Diante do exposto, é possível compreender que a Rádio Difusora de Picos exerceu um papel central na construção das memórias sobre a cidade. Ao privilegiar conteúdos voltados para os setores político, comercial e religioso, a emissora contribuiu para consolidar uma imagem de cidade atrelada à política, ao comércio e ao catolicismo. Ao mesmo tempo, omitiu questões estruturais e problemáticas que também compunham o cotidiano urbano. Esse processo seletivo revela como o rádio influenciou diretamente a forma como os moradores de Picos e da macrorregião lembram e significam o espaço urbano.

Além disso, a análise das entrevistas evidencia como o rádio funcionava como uma ponte entre o campo e a cidade, entre a informação e a construção do imaginário, tornando-se

um veículo fundamental na formação de vínculos com o espaço urbano. A centralidade do rádio nas lembranças dos entrevistados mostra que sua influência vai além da simples transmissão de conteúdos: ele produziu sentidos sobre o que era viver em Picos e fazer parte daquela comunidade urbana. Portanto, estudar a memória radiofônica é também estudar os modos como a cidade foi narrada, celebrada e, muitas vezes, silenciada.

Fontes

CARVALHO, Odorico Leal. **Entrevista concedida a Graziela Reis da Silva**. Picos-PI, 08 de janeiro de 2024.

DA COSTA, Bento Ribeiro. **Entrevista concedida a Graziela Reis da Silva**. Picos-PI, 20 de janeiro de 2024.

DA SILVA, Cleidiane Alves. **Entrevista concedida a Graziela Reis da Silva**. Picos-PI, 23 de dezembro de 2023.

DA SILVA, Miguel Artur. **Entrevista concedida a Graziela Reis da Silva**. Picos-PI, 23 de dezembro de 2023.

PANORAMA: Picos. **IBGE**, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/picos/panorama>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Referências

AQUINO, Leonardo Roberto de. **A história do rádio na cidade de Picos: memória e comunicação de um povo (1979-1993)**. 2013. 58 p. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos, 2013.

CARVALHO, Mara Gonçalves de. **Picos: história, desenvolvimento e transformação do centro histórico**. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. 2015. Programa de pós-graduação em História do Brasil, Teresina-PI, 2015.

COUTINHO, Vinícius da Silva. Os impactos da pandemia no radiojornalismo da Cidade Modelo FM. In: SOUSA, Evandro Alberto de; BERTI, Orlando Maurício de Carvalho (org.). **Radiojornalismo e pandemia no sertão do Piauí**. 1. ed. Teresina: EdUESPI, 2021, p.72-90.

FEITOSA, Sammara Jericó Alves; COSTA, Arabela Elisa Martins Eulálio Neves. A Memória da Cidade dos Sonhos: a Produção Memorial do Jornal Diário do Povo do Piauí sobre Teresina. In: XXI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, 2019, São Luís do Maranhão. **Anais do evento**, São Luís do Maranhão: INTERCOM, 2019. p. 01-15.

FERRARETTO, Luiz Artur. De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 3, n. 1, 2014.

GUERRA, Paula. Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 10, p. 91-110, 2012.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Invisíveis asas das ondas ZYQ-3: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948-1962)**. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. 2007.

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2007.

MCQUAIL, Denis. **Teorias da comunicação de massa**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer e como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A censura e o rádio no Piauí. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTIAGO JR. F. C. Fernandes(org.). **Encruzilhadas da História: rádio e memória**. 1. ed. Recife: Bagaço, 2006. p. 23-58.

PESAVENTO, Sandra J.; VISÍVEIS, Cidades. cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 1, n. 1, p. 3-12, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Edna Maria Rocha. **Memória e modernização: os acontecimentos sociais e econômicos que influenciaram Picos na época da Ditadura Civil-Militar**. 2017. 61 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos, 2017.

SOUSA, Márcia de Araújo; LIMA, Nilsângela Cardoso. O Correio Radiofônico do Sertão: difusora AM e o “Correspondente do interior” no cotidiano de Picos e Macrorregião. **Rádio-Leituras**, v. 9, n. 2, 2018.

SOUSA, Nayara Gonçalves de. Na Flanerie pela cidade os cheiros nos consomem: memórias olfativas em torno da cidade de Picos-PI nas décadas de 1980 e 1990. **Faces de Clío**, v. 7, n. 14, p. 139-159, 2021.

Coletivos negros como sinônimo de permanência para estudantes negros da Universidade Federal de Pelotas

*Black collectives as a synonym for retention of Black students at the Federal University of
Pelotas*

Milene do Nascimento Pereira¹, UFPel

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a atuação dos coletivos negros presentes na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e sua relação com a permanência de estudantes negros no ensino superior. A pesquisa possui uma metodologia qualitativa, de caráter descritivo, e foi desenvolvida a partir do mapeamento de oito coletivos negros existentes na instituição, no ano de 2024, utilizando formulário online como instrumento de coleta de dados, preenchido por integrantes dos próprios coletivos. A partir da análise dessas informações e do diálogo com a bibliografia sobre movimento negro, políticas afirmativas e racismo institucional, o texto discute como esses coletivos se constituem enquanto espaços de acolhimento, organização política, enfrentamento ao racismo e fortalecimento identitário no contexto universitário. Argumenta-se que tais experiências coletivas desempenham papel central na sustentação das trajetórias acadêmicas de estudantes negros, ao criar um espaço de pertencimento em um ambiente historicamente excludente.

Palavras-chave: coletivos negros; permanência; políticas afirmativas; racismo institucional; fortalecimento identitário.

Abstract

This article aims to analyze the role of Black student collectives at the Federal University of Pelotas (UFPel) and their relationship to the retention of Black students in higher education. The research employs a qualitative, descriptive methodology and was developed based on the mapping of eight existing Black collectives within the institution in 2024, using an online questionnaire as the data collection instrument, completed by members of the collectives themselves. Through the analysis of these data and dialogue with the literature on the Black movement, affirmative action policies, and institutional racism, the article discusses how these collectives are constituted as spaces of support, political organization, resistance to racism, and identity strengthening within the university context. It is argued that such collective experiences play a central role in sustaining the academic trajectories of Black students by fostering a sense of belonging in a historically exclusionary environment.

Keywords: Black collectives; student retention; affirmative action policies; institutional racism; identity strengthening.

Introdução

A presença de estudantes negros nas universidades públicas brasileiras representa uma conquista histórica, mas a garantia da permanência ainda enfrenta inúmeros desafios. Entre

¹ Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas. Membro-fundadora do Coletivo Preto Beatriz Nascimento. E-mail: millene348nascimento@gmail.com.

eles, destacam-se o racismo institucional, a invisibilidade e a falta de pertencimento. Nesse contexto, os coletivos negros têm se consolidado como importantes espaços de acolhimento, fortalecimento identitário e enfrentamento político.

Neste artigo, compreende-se o movimento negro a partir de uma concepção ampliada, que ultrapassa organizações políticas formais ou institucionalizadas, como a Frente Negra Brasileira (FNB) ou o Movimento Negro Unificado (MNU) – que serão abordados nos próximos tópicos. Entende-se o movimento negro como um campo múltiplo de práticas coletivas, educativas, culturais e políticas, que se expressam também por meio de aquilombamentos contemporâneos, como os coletivos negros universitários, os quais enfrentam o racismo estrutural em diferentes escalas da vida social (Almeida 2018; Gomes, 2017; Nascimento, 2022).

Na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), esses coletivos contribuem significativamente para a permanência dos estudantes negros, criando redes de apoio que rompem com a lógica excludente do meio institucional. A pesquisa utiliza-se do método qualitativo, com caráter descritivo interpretativo (Gil, 2008), por meio do mapeamento dos coletivos negros existentes na UFPel – utilizando a plataforma *Google Forms* como recurso de coleta de dados. Foram mapeados oito coletivos na universidade, que serão discutidos posteriormente. Os integrantes dos grupos cooperaram com a pesquisa por meio do preenchimento do formulário, fundamentando o objetivo deste artigo, de compreender como as experiências coletivas atuam na sustentação das trajetórias acadêmicas negras.

Dos norteadores bibliográficos imprescindíveis para esta pesquisa, o primeiro foi o livro *Ações Afirmativas nas Instituições Federais do Sul: O Desafio da Permanência, Avaliação e Acompanhamento* (2016) organizado por Georgina Helena Lima Nunes². Este livro vai discutir não só as ações afirmativas, mas o movimento negro na região Sul e suas contribuições na mobilização por políticas de acesso e permanência, e sobre o protagonismo dos coletivos negros na UFPel, na luta pela implementação das cotas e de direitos equânimes para os ingressantes negros. O segundo é *O Movimento Negro Educador: Saberes Construídos nas Lutas Por Emancipação* (2017) de Nilma Lino Gomes³, livro conhecido em

² Georgina Helena Lima Nunes é “Professora Associada na Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação. Doutora (UFRGS) e Pós-Doutora em Educação (UNIOESTE), Pesquisadora com ênfase em Relações Raciais com recorte em Gênero, Ações Afirmativas e Educação Escolar Quilombola. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Baoba, Insiração de Enraizamento de Políticas de Ações Afirmativas na Pós-Graduação; Coordenadora da Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas” (Plataforma Lattes, 2025).

³ Nilma Lino Gomes é pedagoga, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora titular aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Plataforma Lattes, 2025). É uma das principais intelectuais do movimento negro brasileiro, com ampla atuação nos campos da educação,

escala nacional, que traça a narrativa dos movimentos negros no Brasil, como uma luta emancipatória, de caráter político, social e educacional.

Coletivos negros

Ao se referirem a coletivos, muitas pessoas imaginam um agrupamento, uma forma de organização ou acolhimento em que determinados indivíduos se unem por uma causa em comum. A interpretação não está errada, mas limitada. Os coletivos negros agem na mesma intenção de um movimento negro educador⁴ (Gomes, 2017), pois buscam trazer ao centro os conhecimentos ditos marginalizados; as tensões e epistemologias de referências negras, pautadas com a devida importância; e os saberes e vivências que os próprios estudantes trazem consigo, elencando essas questões em discussões críticas de teor político-social, se tornando um movimento político-educacional.

No contato do estudante negro com o espaço universitário, há a desilusão, ao se deparar com um espaço comumente padronizado, competitivo, com metodologias vazias e currículos acadêmicos excludentes⁵, no que diz respeito a questões étnico raciais, e que trazem à tona a reflexão feita por Nascimento (2022):

Tinha pouquíssimas crianças negras, iguais a mim, na escola. E esse fenômeno acontece comigo até hoje. Eu me sinto mal, me dá uma sensação de isolamento quando estou num grupo que não tem muitos pretos [...] Acho que muita criança negra tem esse mesmo problema e é por isso que não estuda, muitas vezes não passa de ano, tem dificuldade na escola por causa de um certo tipo de isolamento que não é facilmente perceptível. E aquela mecânica de educação que não tem nada a ver com esses grupos de educação familiar, a mecânica da leitura, onde você não sabe quem é, porque não está nos livros (Nascimento, 2022, p. 141).

O trecho elucida algumas razões plausíveis sobre o fracasso escolar do estudante negro, que transgredir o nível do ensino básico, ao ensino superior, e até mesmo a espaços fora do âmbito educacional, que toleram esses sujeitos, mas não visa inclui-los, como aponta Nunes (2016):

relações étnico-raciais e políticas de ações afirmativas, destacando-se por suas contribuições teóricas sobre o movimento negro educador e a educação antirracista no Brasil (Plataforma Lattes, 2025).

⁴ Segundo Gomes (2017, p. 13) “o movimento negro é educador”, pois é por meio deste que nasce um espaço educativo, político, cultural e social que vai passar a discutir as transversalidades negras e as questões étnico raciais de modo epistemológico.

⁵ “O currículo, portanto, passa a ser objeto de bastante discussão dos coletivos, que se apoiam na leitura de autores decoloniais, pós-coloniais, subalternos, fanonianos, afrocentrados, pan-africanistas, feministas e *queers*, que vão lastrear um novo discurso político e subsidiar exigências por mudanças epistemológicas na academia” (Guimarães; Rios; Sotero, 2020, p. 321).

Tanto quanto os/as cotistas necessitam permanecer na universidade, as instituições precisam *querê-los/as*. *Querê-los/as* na sua totalidade e complexidade de quem está se constituindo, na maior parte dos casos, a primeira geração familiar que chega a uma universidade pública. Chegam à universidade com mérito das suas trajetórias individuais e coletivas e nesta condição que irá se construir outra história de universidade e sociedade brasileira (Nunes, 2016, p. 11).

Frente a este lugar de “pertencimento não pertencente” os autores Guimarães, Rios e Sotero (2020), dirão que:

Aglutinam-se em coletivos aqueles que encontram na universidade se não um ambiente hostil, ao menos um ambiente em que sua presença é notada como discrepante - seja pela cor, pela condição econômica, pela formação cultural, pela orientação sexual, seja ainda pela origem territorial (especialmente das periferias dos grandes centros urbanos, do interior dos estados ou mesmo de outras regiões do país), isto é, algo frequentemente interpretado por esses alunos como sentimento de deslocamento (Guimarães; Rios; Sotero, 2020, p. 313).

Este desencontro epistemológico cria o embate entre a teoria e a prática pois, em teoria existe um aporte legislativo que demanda que sejam abarcadas as inúmeras singularidades, visto a diversidade cultural, social e política presente no país. Como exemplo, podemos citar as Leis 10.639/2003⁶ e 11.645/2008⁷ que, embora não sejam obrigatórias no Ensino Superior, devem fazer parte de todo e qualquer planejamento, pois como um professor vai entrar em uma sala de aula sem saber sobre questões étnico raciais? Como um profissional da área da saúde vai oferecer um bom atendimento sem ter tal compreensão? Ou mesmo alguém que lida com o público sem ter o preparo necessário? Essas questões perpassam nosso cotidiano e estão presentes em nossa sociedade. Como formar um profissional ou um indivíduo capacitado negligenciado as questões raciais?

Temos, nas políticas de ações afirmativas, a Lei de Cotas 12.711/2012⁸ que destina 50% das vagas do ensino superior para estudantes negros (pretos e pardos), indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, estudantes de baixa renda e estudantes que cursaram o ensino básico em instituição pública (Brasil, 2012). A obrigatoriedade na implementação da Lei de Cotas no ensino superior foi uma virada de chave no Brasil, um momento em que

⁶ Torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos níveis de ensino básico (Brasil, 2003).

⁷ Altera a Lei nº 10.639/2003, incluindo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena nos níveis de ensino básico (Brasil, 2008).

⁸ Agora alterada para a Lei nº 14.723/2023, que baixa a renda per capita de 1,5 salário-mínimo para 1 salário-mínimo, e inclui pessoas quilombolas, como sujeitos de direito (Brasil, 2023).

inúmeros jovens negros, que por vezes não se imaginavam no espaço acadêmico, tiveram a oportunidade de ingresso por conta do sistema de cotas.

Em oposição, surge o movimento anti-cotas, com o discurso de que “pessoas negras não são melhores que as outras, e se realmente desejam igualdade, devem passar pelas mesmas formas de ingresso”. As mesmas formas de ingresso que excluíram pessoas negras deste espaço por décadas? Nada se discute sobre as cotas como uma forma de reparação por um passado escravocrata de quase meio século, mas ainda há êxito em deferir discursos de cunho racista e meritocrático. Contudo, a Lei do Boi de nº 5.465/1968 não causou tamanho escândalo quando reservou vagas em cursos de Agronomia e Medicina Veterinária para filhos de fazendeiros durante 17 anos no Brasil (Geledés, 2017, p. 1). Esta lei não foi tomada com repressão, ou vista como “esmola”. Era tida com prestígio pela classe mais abastada da sociedade, que visava a expansão agrária e capital, e, como podemos deduzir, não incluía pessoas negras. A explicação para sua vigência é explicada pelo conceito de branquitude⁹. Neste, pessoas brancas não são racializadas, e seus privilégios são mantidos, signatários do pacto subjetivo, até que seja desmantelado por “outros”.

Agora, aos ingressantes pelo sistema de cotas raciais, como se não bastasse a destilação de ódio verbal – e às vezes físico – houve um alto índice de fraude de cotas. Com isso, conseguimos destacar três extremos a serem analisados. No primeiro, há a tentativa de negar a política ao sujeito que sempre foi posto de lado na sociedade e tratado como o “outro”, o deslocado, o diferente. Não há sucesso. Na segunda tentativa, propagam “argumentos” para diminuir os esforços do sujeito de direito. Sem sucesso. Na terceira tentativa, tenta-se transformar-se no “outro”, pois seu lugar de privilégio está em risco, e o sujeito se sente no direito de cometer tal fraude. Sem sucesso. Neste momento ficaremos diante do que Robin DiAngelou (2018) definirá como “*Fragilidade Branca*”¹⁰:

Essa fragilidade é apontada por ela como um estado inerente à branquitude, no qual o estresse racial se torna intolerável para as pessoas brancas. Quando incitadas ao debate racial, nessa perspectiva, as pessoas tendem a reagir defensivamente e a responder com raiva, medo e culpa (Bento, 2022, p. 112).

Visto o descontentamento diante da ascensão de políticas de equiparação, partiremos para os casos decorrentes por esses sujeitos. Casos de fraude de cotas já ocorreram em

⁹ “O termo branquitude não se refere às pessoas em suas singularidades; trata-se de uma categoria social, que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para as pessoas identificadas como brancas em uma sociedade onde o racismo é estrutural” (Pinheiro, 2023, p. 40).

¹⁰ Título do artigo de Robin DiAngelou (2018), descrito por Cida Bento (2022).

diversas universidades no país, inclusive na UFPel. Há uma imagem que repercutiu bastante, de uma turma de graduandos em Medicina na UFPel no ano de 2016¹¹. Dentre os estudantes, há alunos cotistas, que ingressaram por cotas raciais, mas na imagem **só havia pessoas brancas**. Diante do grave incidente, docentes, técnicos, comunidade externa, e militantes do movimento negro na cidade de Pelotas se uniram ao grupo de estudantes, que por tamanha urgência, fundaram o Coletivo Quem Ri de Nós Tem Paixão¹², formalizando o Setorial de Negras e Negros da UFPel, para denunciar a negligência que estava havendo no ingresso por cotas na Universidade¹³. A denúncia foi feita ao Ministério Público Federal (MPF) (Nunes, 2019). Junto ao Núcleo de Ações Afirmativas e Reitoria, foi criada uma Comissão para averiguar e revisar a situação, onde, dos fraudadores, 24 foram desligados do curso de medicina (CCS UFPel, 2016. p. 1). A partir do caso a universidade adotou o processo de ingresso por meio das bancas de heteroidentificação, para que se haja certeza de que, estejam ingressando os sujeitos de direito. Ação que só foi possível por meio de denúncias mobilizadas por um coletivo negro (Nunes, 2019).

Antes deste, houve coletivos como o Negada, que “surtiu em 2011 através de um grupo de amigos, estudantes da Universidade Federal de Pelotas que ao perceber que poucos alunos negros se encontravam dentro da universidade resolvem se organizar para lutar por melhores condições dentro e fora da instituição” (Almeida; Rubim; Souza, 2014, p. 75). O grupo foi uma das organizações responsáveis pelo primeiro Fórum #cotassim¹⁴ na UFPel, onde lutavam pelo direito ao ingresso de pessoas negras na universidade pelo processo de cotas e discutiam formas de implementação das ações afirmativas, antes da Lei 12.711/2012. Vale lembrar que “das universidades situadas no Rio Grande do Sul, a UFPel foi a única

¹¹ O caso foi coberto pela RBS Tv, e a reportagem sobre o caso está disponível no G1 RS, pelo site: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/12/federal-de-pelotas-desliga-24-alunos-de-medicina-por-fraude-em-cotas.html>.

¹² Nome dado em homenagem ao bloco carnavalesco da cidade de Pelotas, Quem Ri de Nós Tem Paixão (1921-1940) (Nunes, 2016).

¹³ “No campo das reivindicações, uma pauta comum dos coletivos negros é supervisionar a aplicação da política de cotas, garantindo reserva de vaga a candidatos fenotipicamente negros (pretos e pardos). Essa pauta é de certo modo incorporada aos coletivos em sua interação com a sociedade civil (outras organizações negras) e com o Estado (em particular o Ministério Público). O estabelecimento de comissões de heteroidentificação racial surge como a principal demanda, com base no argumento da existência de ‘fraude nas cotas’, compreendida como falsidade na declaração racial por pessoas brancas, ou seja, pessoas que não são socialmente negras ou indígenas e que usariam de má-fé no processo seletivo para conquistar uma vaga pública, uma vez que a única exigência para acessar a referida política seria a ficha de autodeclaração. Sem mecanismos de controle de possíveis burlas, a burocracia universitária se viu pressionada pelas ações coletivas estudantis. Os coletivos lutam também por cotas nos concursos públicos para docentes, empenhando-se principalmente na abertura de concursos para especialistas em áreas de pesquisa e ensino do interesse da formação comunitária negra” (Guimarães; Rios; Sotero, 2020, p. 318).

¹⁴ “O Fórum Cotassim foi um movimento que envolvia docentes, estudantes, ativistas do movimento social negro e coletivos negros, que atuou de forma intensa nos dois anos anteriores à Lei 12.711/2012, tendo como pauta central a elaboração de estratégias para a implementação de ações afirmativas” (Nunes, 2016, p. 65).

universidade pública e federal a não estabelecer nenhuma forma de ação afirmativa antes da lei 12.711/2012” (Nunes, 2016, p. 65), ainda que grande parte dos ingressantes – e a população local – fossem negros.

A partir deste processo de reivindicação, fica explicitado o nível do racismo presente na instituição. Sem a movimentação dos coletivos, não havia fomento para ações eficazes de acesso e permanência de estudantes negros. Durante o Fórum #cotassim houve debates com a comunidade acadêmica, onde muitas pessoas se posicionavam contra o processo de cotas com recorte racial, afirmando que possuíamos uma política igualitária e que esta seria “uma lei racista, que gera preconceito” (Almeida; Rubim; Souza, 2014, p. 78). Essas pessoas, além de, aparentemente, não possuírem letramento racial algum, não buscavam se integrar sobre as pautas que discutissem a verdadeira questão racial no Brasil. Isso mostra qual o lugar que o sujeito negro é colocado em nossa sociedade, devido a ideologias opressoras que estão interseccionadas ao ideário brasileiro por séculos, evidenciando que as correntes da escravidão só se tornaram invisíveis, mas continuam privando a população negra dos seus direitos. Podemos observar que:

A presença negra e indígena na universidade tem sido construída, paulatinamente, a cada esforço empreendido por tais coletivos que resistem a inusitadas formas de opressão, entre elas, a opressão de um conhecimento validado como científico que não os reconhece como sujeitos dialógicos (Nunes, 2016, p. 64).

Sendo assim, os coletivos negros não são apenas um movimento de integração, eles agem de forma orgânica e organizada em uma vertente político social democrática que anseia lutas pelos direitos que, em teoria, deveriam estar sendo cumpridos, mas que não recebem a devida atenção. A atenção que me refiro não é uma supervisão – apesar de também ser necessário –, mas de um olhar de cobrança por parte da sociedade, pois são políticas que dizem respeito a reparação histórica, a equiparação para um acesso digno a espaços que são do direito de todos – que neste caso se refere ao âmbito educacional – e que vão de encontro aos direitos humanos. Mas ao que parece, ao ser levantada a pauta, só um grupo se compromete com a responsabilidade, enquanto o outro grupo assiste e, de vez em quando aplaude quando há alguma vitória. Isso é igualdade?

Por esta razão, é necessário trazer para o centro da discussão movimentos negros que foram pioneiros na luta por direitos à população. Movimentos que, não só visaram a causa da população negra, mas se tornaram porta de entrada para populações consideradas marginalizadas socialmente. O movimento negro reascendeu a chama da busca e conquista

por justiça, sendo protagonista em políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais. Atualmente vemos como a integração das cotas vem se tornando positivas, expandindo para cotas socioeconômicas, cotas para pessoas indígenas, cotas para pessoas portadoras de alguma deficiência, pessoas quilombolas, e pessoas trans. Esta foi uma luta coletiva, que vem abarcando uma diversidade que há poucos anos não passava de uma possibilidade imagética.

Pioneirismo dos movimentos negros no Brasil

A Frente Negra Brasileira (FNB)¹⁵, foi uma das primeiras organizações a mobilizarem a população negra a se integrar ativamente de movimentos sociais e políticos na década de 1930, comovendo mais de cem mil integrantes de diferentes regiões do Brasil (nordestinos, gaúchos, paulistas etc.), inspirando nomes como Abdias do Nascimento e Sebastião Rodrigues Alves. Teve seu fim em 1937, a partir de um golpe de Estado durante o Estado Novo, sob o governo de Getúlio Vargas (IPEAFRO, [s, d], p. 1).

O movimento de pessoas negras é latente desde a diáspora. O fim de uma organização não significa o fim do movimento, pelo contrário. Após a FNB irão surgir mais dois movimentos que vão ser conhecidos em escala nacional: o Teatro Experimental do Negro (1944 – 1961) – surge com o objetivo de mobilizar e expor os talentos de artistas negros, muitas vezes excluídos ou subalternizados pelo ramo teatral (Nascimento, 2004) – e posteriormente o Movimento Negro Unificado (MNU) – surge de forma imponente e, como o próprio nome diz, unificada, no ano de 1978, em plena ditadura civil-militar no Brasil, com um ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, com o objetivo de acabar com o mito da democracia racial, expondo a violência sofrida naquele momento pela população negra de São Paulo. O movimento teve um grande impulso, por militantes do movimento negro brasileiro como Lélia Gonzales, Abdias do Nascimento, Milton Barbosa, entre outros, se espalhando rapidamente pelo restante do Brasil nas décadas de 1970 e 1980, mobilizou debates que originaram leis de ações afirmativas, e se mantém de pé até os dias de hoje (Pinho, 2023). Existem muitas outras organizações, tais como o Grupo Palmares (RS), Geledés Instituto da Mulher Negra (SP), Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (RJ), etc. Diante do exposto é possível compreender a potência do movimento negro coletivo.

Agora, retomando o contexto universitário, é impossível que essa esfera não seja atingida pelo impacto do racismo estrutural que irá se atualizar com o passar do tempo e invadir diferentes espaços de diferentes maneiras, inclusive

¹⁵ Mais informações na obra *Negros e Política: 1888 – 1937* (2005), escrito por Flávio Gomes (Nascimento, 2004).

A estabilidade dos sistemas sociais depende da capacidade das instituições de absorver os conflitos e os antagonismos que são inerentes à vida social. Entenda-se *absorver* como *normalizar*, no sentido de estabelecer normas e padrões que orientarão a ação dos indivíduos (Almeida, 2018, p. 29-30).

Pois “embora a Universidade pretenda ser um espaço democrático, plural e tolerante, ela, na maior parte das vezes, reproduz práticas observadas na sociedade como um todo” (Gill; Santos, 2023, p. 2-3), ou seja, sua estrutura histórica está assentada em princípios de hierarquia, seletividade e meritocracia, que operam de forma racializada (Bento, 2022). Nesse sentido, não se trata de um espaço que lute, de fato, por igualdade, mas por uma lógica de virtuosidade acadêmica que reconhece apenas determinados sujeitos, saberes e trajetórias como legítimos. Os coletivos negros, portanto, não reivindicam uma igualdade abstrata dentro dessa estrutura, mas tensionam seus fundamentos, ao exigir condições reais de permanência para os estudantes negros, denunciando os limites do modelo universitário hegemônico (Almeida, 2018; Guimarães; Rios; Sotero, 2020), além de contribuir com a desconstrução da barreira sócio-ideológica, forjada durante séculos, por meio deste discurso no país. Em uma tentativa de fuga imediata desta desordem, os

Estudantes visam criar um espaço próprio, onde possam construir e exercer algumas das múltiplas formas de representar as identidades negras. Ou seja, constroem o coletivo como um espaço onde criem, celebrem e cultivem sistematicamente uma história do protesto e da mobilização negra no Brasil e no mundo - uma história diaspórica, pois -, onde expressem uma sensibilidade e uma estética próprias, e onde se organizem para reivindicações específicas - em particular contra as discriminações percebidas no sistema universitário e em favor de um currículo que contemple a experiência negra (Guimarães; Rios; Sotero, 2020, p. 314).

Os movimentos como os coletivos negros são um exemplo de alternativa para a desconstrução-construção por meio da educação, da troca de saberes entre indivíduos, da valorização das trajetórias e do saber ancestral, para que haja a valorização dessas narrativas.

Coletivos negros presentes na Universidade Federal de Pelotas

Aqui, serão discutidos os coletivos que foram mapeados na UFPel no ano de 2024. Dentre estes haverá coletivos autônomos (organizados e autogeridos por estudantes), coletivos tripartites (composto por docentes, técnicos administrativos e estudantes) e coletivos com vínculo institucional. Por meio do formulário – feito na plataforma *Google Forms* – foi possível identificar os objetivos de cada movimento, que foram preenchidos pelos membros e representantes de cada grupo. Por questões de sigilo, o formulário não será disponibilizado publicamente, mas parte das informações coletadas embasaram a escrita deste artigo. Foram

mapeados oito coletivos: Coletivo Preto Beatriz Nascimento; Coletivo Carolina Maria de Jesus; Coletivo Hildete Bahia; Coletivo Negro Luís Gama; UFPRETA; Coletivo Tim Lopes; ProEDAI; Coletivo Lélia Gonzales. Os quais discutiremos a seguir, em uma análise individual e descritiva.

O Coletivo Preto Beatriz Nascimento¹⁶ é um coletivo interdisciplinar, pois abarca estudantes de diversos cursos. O grupo surgiu por meio de insatisfações de estudantes dos cursos de Geografia e História, que unificados, se mobilizaram, criando um espaço para discutir sobre o racismo que permeia o espaço acadêmico, buscando estratégias para combater a insatisfação, e mais do que isso, acolher outros estudantes negros.

O Coletivo Carolina Maria de Jesus¹⁷ surgiu no ano de 2022, e abarca estudantes do curso de Terapia Ocupacional. Os objetivos centrais do grupo são:

Acolher os estudantes ingressantes no curso advindos de cotas raciais; denunciar as fraudes de quem se inscreve indevidamente na modalidade de cota racial; analisar a estruturação da grade curricular do curso, do qual privilegia o saber e a subjetividade eurocêntrica, não abrangendo a subjetividade negra; participar de ações de discussões de pautas negras na universidade e com a comunidade externa (resposta de membro do grupo).

O Coletivo Lélia Gonzalez¹⁸, fundado no ano de 2020 e idealizado por estudantes do curso de Relações Internacionais, com o objetivo de “Trazer para as relações internacionais autores negros e promover o acolhimento no curso” (resposta por membro do coletivo). O Coletivo teve uma grande mobilização durante a pandemia, de forma híbrida, por meio do perfil @coletivo_leviagonzalez no *Instagram*, com vídeos e postagens, informativas e educativas, conversando com epistemologias de intelectuais negros

O Coletivo Negro Luís Gama¹⁹ é oriundo de estudantes do curso de Direito. Ele foi fundado em 2019, com o objetivo de “Oferecer acolhimento, a promoção e a valorização do debate para construção de ideias, um espaço para dialogar, sobretudo um lugar de reconhecimento, visibilidade e inclusão. Um lugar de pertencimento, onde encontramos forças para resistir” (resposta de membro do grupo).

¹⁶ “Beatriz Nascimento foi uma grande intelectual, pesquisadora e historiadora negra, pioneira nos estudos voltados para a história dos quilombos no Brasil. Ela considerava fundamental ampliar esses saberes no meio social, reforçando a importância da contribuição negra no país” (Nascimento, 2022, p. 143).

¹⁷ O coletivo carga o nome de Carolina Maria de Jesus em homenagem a uma das maiores literatas negras que o país já teve, que durante sua vida teve suas obras subestimadas, ganhando notoriedade nacional postumamente (Gomes; Lauriano; Schwarcz, 2021).

¹⁸ O coletivo carrega o nome da socióloga, intelectual, feminista e ativista negra, Lélia Gonzalez. Pioneira nos estudos étnico raciais e de gênero no Brasil, e no contexto latino-americano (Gomes; Lauriano; Schwarcz, 2021).

¹⁹ Seu nome carrega a representatividade do advogado autodidata e abolicionista negro, Luís Gama. Ele foi escravizado e conquistou sua liberdade. Estudou Direito e lutou contra o sistema escravista, promovendo a libertação de centenas de pessoas escravizadas (Gomes; Lauriano; Schwarcz, 2021).

O Coletivo Tim Lopes é uma iniciativa dos estudantes negros do curso de Jornalismo, tendo sua fundação no ano de 2019, após a indignação frente as publicações de fotos dos estudantes do curso, onde só havia pessoas brancas, deixando de fora os estudantes negros, que logo em seguida se mobilizaram coletivamente em resposta à exclusão. O coletivo realizou ações externas, como a mobilização de uma mesa composta apenas por jornalistas negros, na Semana Acadêmica do Jornalismo²⁰, e tinha como objetivo “reunir e agregar os alunos negros para discutir a nossa presença no curso e na área jornalística em geral” (resposta de membro do grupo).

Durante a Pandemia, o grupo manteve suas ações de maneira híbrida, o que acabou gerando certa desestruturação do grupo, considerando a limitação do contato, seguida pela formação acadêmica de seus fundadores e integrantes. Contudo, não podemos desconsiderar a importância e impacto de sua história e trajetória, no curso de Jornalismo, na universidade e na carreira de cada um de seus integrantes. O nome do coletivo foi em homenagem ao jornalista negro Arcanjo Antonio Lopes do Nascimento (Tim Lopes), que deixou seu legado, marcado pela carreira da comunicação, e sua morte prematura que chocou o país, sobretudo a imprensa negra, considerando violência e impunidade perante corpos negros²¹.

A UFPRETA é um dos coletivos mais antigos, presentes e atuantes na UFPel. Sua organização é tripartite (composta por docentes, técnicos administrativos e estudantes). Seu objetivo central é denunciar os casos de racismo recorrentes na universidade; discutir e valorizar as pautas que dizem respeito à negritude, além de acolher as pessoas negras inseridas no espaço acadêmico. O coletivo conta com a participação de ativistas do movimento negro da cidade de Pelotas, e está frequentemente presente em mobilizações dentro e fora do espaço acadêmico.

No ano de 2023, a UFPRETA e o ProEDAI foram responsáveis por promoverem na UFPel, seu primeiro evento, voltado para a valorização da ciência e epistemologia negra, o “Tem Ciência Preta Aqui”²². O evento juntou centenas de pessoas, entre ouvintes, palestrantes e apresentadores que construíram uma ruptura no que se entende por ciência, com uma metodologia que visava desconstruir a mecanização imposta pelo meio acadêmico, criando um espaço de debate político sobre a importância da produção de conhecimento negra.

²⁰ Mais informações no perfil do *Instagram* do coletivo: @timlopescoletivo.

²¹ Arcanjo Antonio Lopes do Nascimento foi sequestrado e assassinado em junho 2002, após ser descoberto com uma microcâmera, por traficantes da Zona Norte do Rio de Janeiro, enquanto cobria uma reportagem sobre abuso infantil e venda de drogas na região (Villarreal, 2024, p.1).

²² Mais informações no site: <https://wp.ufpel.edu.br/proedai/2023/11/06/tem-ciencia-preta-aqui/>.

O Projeto Exatas Diversidades Afro Indígenas – ProEDAI, é um grupo de estudos organizado por docentes e acadêmicos do Centro das Engenharias, que além de “Acolher e incentivar alunos negros e indígenas nas engenharias” (resposta de membro do grupo), tem dentre seus objetivos integrar e orientar alunos cotistas, para que possam usufruir dos recursos e auxílios da UFPEL, contribuindo na sua permanência no curso. O grupo promove reuniões para manter o vínculo com esses estudantes, ajudando na capacitação na área de Engenharia, incentivando a participação de projetos de ensino e extensão e reforçando a importância das cotas raciais (WordPress Institucional UFPEL, [s, d], p. 1).

E por fim, o Coletivo Hildete Bahia²³, fundado no ano de 2019, por estudantes do curso de Enfermagem, com o objetivo de “realizar ações efetivas que coloquem as experiências de grupos historicamente excluídos dos espaços de poder no centro da Universidade” (resposta de membro do coletivo). O diferencial deste coletivo é que, atualmente, ele é um projeto de extensão, coordenado pela professora Dr. Marina Soares Mota, gerando não só um espaço de resistência, mas oportunizando que os estudantes negros que o compõe, tenham possibilidades de participar de bolsas, ações e eventos promovidos pelo coletivo, ajudando também no currículo acadêmico (Portal Institucional UFPEL, [s, d], p. 1). O coletivo tem seleção de novos membros todos os semestres, o que gera a manutenção do grupo, fazendo com que esteja sempre em movimento, e de portas abertas para novos integrantes.

Um aspecto notável é que a maioria dos coletivos analisados carrega o nome de intelectuais, pesquisadores, pessoas negras que se tornaram referência por meio de suas trajetórias e seus trabalhos. Uma homenagem a quem veio antes.

Ao analisar cada coletivo de maneira individual, fica evidente que cada um possui uma especificidade que o distingue dos demais. No entanto, algumas pautas não são alteradas, e vamos entendê-las como centrais: acolher os estudantes e servidores negros, discutir pautas raciais, **resistir contra o racismo (seja ele institucional ou estrutural)**, e denunciar casos de racismo. Sendo assim, os coletivos são um mecanismo de permanência, que preza pela integração, e mais do que isso, pela continuidade dos estudantes negros, até sua conclusão no curso.

²³ Hildete Bahia da Luz, mulher negra nordestina, professora e enfermeira, “vinda da Bahia para a fundação da Faculdade de Enfermagem da UFPel em 1976, foi professora emérita da instituição e contribuiu significativamente para a formação de enfermeiros e o desenvolvimento da enfermagem na região, falecendo em 7 de janeiro de 2024” (Silveira, 2025, p. 1).

É importante que os estudantes continuem prezando pela construção deste espaço onde se sintam pertencentes, pois a subjugação racial, além de levar à evasão de alguns, pode causar o “embranquecimento progressivo” em outros, para ser aceito por aquele meio. Renega-se a própria cultura, para pertencer, mas o pertencimento não se concretiza. O sujeito negro agora é o outro do branco, e o outro de si mesmo (Fanon, 2020). Este embate ideológico gera o adoecimento mental. Segundo Fanon (2020), o racismo não só oprime o corpo negro, mas penetra sua psique, instaurando um conflito interno entre quem se é e quem se precisa performar para sobreviver. Esse processo produz angústia, sensação de não lugar e um profundo esvaziamento de si. Sueli Carneiro (2011) também destaca que o racismo estrutura as relações sociais de forma a negar à população negra os meios de se constituir como sujeito pleno.

Toda a dificuldade que alunos pobres enfrentam para se manter na universidade - a falta de bolsas de estudos, de restaurantes e alojamentos universitários razoáveis, a rigidez da disciplina escolar (com seus horários, testes etc.) - explícita, para os ativistas, o *racismo institucional*. Isto é, são lidos como formas de expulsá-los, como recusa em acolhê-los, como incompreensão racialmente motivada. A denúncia de racismo, entretanto, não vem desacompanhada, como apenas denúncia, mas, ao contrário, enseja formas de resistência organizada - e por isso os coletivos se apresentam às vezes como *quilombos* Guimarães; Rios; Sotero, 2020, p. 321).

O aquilombar no espaço universitário, fortalece os laços identitários e ancestrais, mostrando que, esta não precisa ser uma trajetória violenta, como afirma Nascimento (2022):

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição (Nascimento, 2022, p. 130).

É necessário que os estudantes negros construam seus caminhos, sem que precisem desprender-se de suas origens – ou podem acabar perdidos (Fanon, 2020). Unificados, prezam pela filosofia africana Ubuntu (eu sou porque nós somos).

O objetivo do movimento negro não é promover a ascensão do sujeito negro a partir da inspiração em ideais que não lhe pertencem — muitas vezes à custa da repressão de sua identidade para se adequar aos padrões hegemônicos — e, só então, ser considerado cidadão, como se, antes disso, não fosse gente (Santos, 2021). O movimento negro coletivo busca

afirmar e fortalecer sua negritude (Gomes, 2017), promovendo autonomia²⁴, superação dos estereótipos introjetados e a valorização de referências negras como fontes de saber. Graças ao pioneirismo do movimento negro, hoje o branco já não é mais o único modelo de ascensão.

Isto não significa conformidade com a realidade, mas continuidade de uma luta diaspórica, que ainda não chegou ao fim.

Considerações Finais

A partir do levantamento feito por meio da análise de mapeamento, foi possível compreender que esses espaços coletivos, que chamamos de aquilombamentos universitários, são fundamentais no encontro, e na troca identitária entre os estudantes negros. Seja na pluralidade ou singularidade cultural, eles agem em manutenção da permanência, resistindo à opressão que lhes é imposta – algo que a própria estrutura marcadamente racista não combate. Uma vez que o racismo não é combatido em escala estrutural social, ele invade outros ambientes, como o institucional (Almeida, 2018), causando intencionalmente a evasão do sujeito negro, que em uma tentativa, não de fuga, mas de resgate, procura abrigo nos coletivos.

Assim, os coletivos negros universitários devem ser compreendidos como um movimento que atua na construção de alternativas concretas de existência, permanência e produção de conhecimento. Ao tensionar o discurso liberal-hegemônico, os coletivos explicitam as fissuras no modelo excludente vigente, reafirmando a centralidade da educação verdadeiramente comprometida com a democracia.

Os coletivos negros têm a capacidade de validar as “escrevivências”²⁵ de cada um, além de dialogar com intelectuais que discutem essa luta diária, em busca de direitos equânimes. O coletivo é um espaço pedagógico (Gomes, 2017), pois trata dessas questões de maneira didática e sensível, tornando-se assim, um espaço de acolhimento, onde o sujeito passa a compreender as subjetividades acerca de sua vivência negra, além de compartilhar suas percepções com pessoas que irão lhe entender e validar sua trajetória, além de aprimorá-la por meio dos debates coletivos, que de alguma forma, deixam suas contribuições. Um ato importante, que ressalta um significado que fará toda a diferença na sua carreira acadêmica,

²⁴ “Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade (Santos, 2021, p. 41).

²⁵ “Criado por Conceição Evaristo, o termo ‘escrevivência’ traz a junção das palavras ‘escrever e vivência’, mas a força de sua ideia não está somente nessa aglutinação; ela está na genealogia da ideia, como e onde ela nasce e a que experiências étnicas e de gênero ela está ligada [...] ‘a escrevivência não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade’” (Herminio, 2022, p. 1).

pois este estudante terá com quem contar. Será sua rede de apoio no meio do caos, prezando pela estabilidade de sua saúde mental. Além de discutirem sobre referências negras, eles se tornam suas próprias referências, por meio da autonomia desenvolvida na troca de aprendizados, que vão muito além do que é discutido em sala de aula.

Este movimento negro educacional é emancipatório (Gomes, 2017), sendo capaz de tencionar ausências, como a escassez de docentes negros na universidade e o debate crítico das questões étnico raciais e questões que dizem respeito a diversidade, prezando pela democratização do que entendemos por ensino. Embora tenhamos o aparato das Leis de Ações Afirmativas, lembremos que leis não extinguem o racismo – e é o racismo que exclui os sujeitos. Portanto é necessário que haja uma intervenção coletiva – político, educacional e social – promovida por todos os sujeitos, mobilizados pela luta antirracista, que tomem essas pautas como indispensáveis na sociedade.

A ausência de estudos sobre coletivos negros na região Sul do Brasil ganha destaque, sobretudo se comparada a outras regiões como o Sudeste e o Nordeste. Como se no Sul esses movimentos não existissem, quando na verdade estão sendo silenciados. Conseguimos, através desta busca, identificar o silenciamento dos mesmos. Assim, a pesquisa reafirma a urgência de políticas institucionais que dialoguem com os saberes oriundos desses coletivos, pretendendo contribuir para a produção de novas investigações que tomem as vivências negras como ponto de partida, ampliando o debate não hegemônico construído por esses grupos.

Fontes

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Diário Oficial da União, Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Diário Oficial da União, Brasília, 13 nov. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm>. Acesso em: 19 jun. 2025.

_____. **Portal Institucional UFPEL.** Coletivo Hildete Bahia: Diversidade e Saúde. Disponível em: <<https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u1948>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

_____. **WordPress Institucional UFPEL**. ProEDAI – Projeto Exatas Diversidades Afro Indígenas. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/proedai/sobre/>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

_____. **Portal UFPEL – Coordenação de Comunicação Social (CCS)**. UFPel Desliga do Curso 24 Estudantes de Medicina Denunciados por Fraude nas Cotas Raciais. Disponível em: <<https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2016/12/30/ufpel-desliga-do-curso-24-estudantes-de-medicina-denunciados-por-fraude-nas-cotas- raciais/>>. Acesso em: 10 maio 2025.

_____. **Portal Geledés**. Lei de Cotas – A Desinformação e o Paralelo Histórico, 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/lei-de-cotas-desinformacao-e-o-paralelo-historico/amp/>>. Acesso em: 10 maio 2025.

HERMINIO, Beatriz. **A escrivência carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo**. São Paulo: Instituto de Ciências Avançadas da Universidade de São Paulo, 2022. 1 p. Disponível em: <<https://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

IPEAFRO, Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros. **Frente Negra Brasileira**. Blog, Rio de Janeiro, [s, d]. 1 p. Disponível em: <<https://ipeafro.org.br/acervo-digital/documentos/antecedentes-do-ten/frente-negra-brasileira/>>. Acesso em: 19.06.2025.

PINHO, Bruno. **Movimento Negro Unificado (MNU)** – O que é, história e importância. Blog Politize, p. 1, 2023. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/movimento-negro-unificado/>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SILVEIRA, Daniel. **Painel Mulheres Negras na História de Pelotas define indicadas**: Homenagem organizada por secretarias municipais será apresentada dentro das programações de aniversário da cidade e do Julho das Pretas. Prefeitura Municipal de Pelotas, 25 de jul. de 2025. 1 p. Disponível em: <<https://www.pelotas.com.br/noticia/painel-mulheres-negras-na-historia-de-pelotas-define-indicadas>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

VILLARROEL, Rafael. Zeus, condenado pela morte de Tim Lopes, é considerado foragido após não se apresentar para colocar tornozeleira eletrônica. **CNN Brasil**, 2024. 1 p. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/zeu-condenado-pela-morte-de-tim-lopes-e-considerado-foragido-apos-nao-se-apresentar-para-colocar-tornozeleira-eletronica/>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

Referências

ALMEIDA, André; RUBIM, Eliane; SOUZA, Sabrine. Coletivo Negada: Trajetória e lutas da juventude negra de Pelotas na contemporaneidade. São Leopoldo: **Identidade!** v. 19, n. 1, jan.-jun. 2014. p. 74-79. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/identidade>>. Acesso em: 05 maio 2025.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, Coleção Feminismos Plurais / Djamilla Ribeiro (coordenação). 2018. 203 p.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 152 p.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**: Consciência em Debate. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011. 192 p.

FANON, Franz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 320 p.

GILL, Lorena Almeida; SANTOS, Dulcinéia Esteves. O assédio moral contra estudantes em uma instituição pública: o caso da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). **Dialogia**, São

Paulo, n. 45, mai/ago. 2023. p. 1-13. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/45.2023.23351>>. Acesso em: 11 maio 2025.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ; Lilia Moritz. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. 720 p.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes Construídos nas Lutas por Emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 160 p.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Organizado por Flavia Rios e Marcia Lima. Rio Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.

GUIMARÃES, A.S.A; RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Coletivos Negros e Novas Identidades Raciais. Dossiê Raça, Desigualdades e Políticas de Inclusão. **SciELO**, Novos Estud. CEBRAP. 39 (2). 2020. p. 309-327. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/vWCWgfkQDBqTLWVVJLgzjCN/#>>. Acesso em: 10 maio 2025.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: Trajetórias e Reflexões. **SciELO**, Estud. av. 18 (50), Abr 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100019>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

NASCIMENTO, Maria Beatriz [1942-95]. **O Negro Visto Por Ele Mesmo**. Organizado por Alex Ratts. São Paulo: Ubu Editora, 2022, 240 p.

NUNES, Georgina Helena Lima (Org.). **Ações Afirmativas nas Instituições Federais da Região Sul: o Desafio da Permanência, Avaliação e Acompanhamento**. Pelotas: Ed. UFPel, 2016. 149 p.

NUNES, Georgina Helena Lima. Comissão de Heteroidentificação da Universidade Federal de Pelotas: um enfoque sobre as ações afirmativas em curso na região sul / Rio Grande do Sul. Goiás: **Revista da ABPN**, v. 11, n. 29, 2019. p. 159-173. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/757/657>>. Acesso em: 10 maio 2025.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como Ser Um Educador Antirracista**. 5ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160 p.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 176 p.

Resenhas**Entre Memória e História: a reconfiguração da independência por Valdei Araujo***Between Memory and History: the reconfiguration of independence by Valdei Araujo*Maria Eduarda Fernandes Dantas¹, UEFS

A presente resenha analisa a obra *A Independência Narrada: Introdução à História da Historiografia no Brasil*, de Valdei Araujo, publicada pela *Editora Proprietas* em 2022, no contexto do bicentenário da Independência. Dirigida a um público acadêmico especializado — sobretudo historiadores, estudantes de graduação e pós-graduação em História, pesquisadores da teoria da história e da história da historiografia —, a obra também interessa a profissionais das áreas de educação preocupados com os usos públicos da história. Longe de se limitar à reconstituição factual do evento de 1822, o livro convida à reflexão sobre os modos pelos quais a Independência foi narrada, disputada e consagrada como matriz simbólica da nação brasileira. Trata-se, portanto, de um trabalho que não apenas apresenta interpretações sobre o passado, mas investiga as condições históricas e epistemológicas que possibilitaram tais interpretações.

Nesse sentido, no bicentenário da emancipação política do Brasil, Araujo entrega ao debate historiográfico uma obra que se distingue por sua sofisticação metodológica e potência interpretativa. Longe de reiterar o gesto celebrativo em torno do 7 de setembro ou de reproduzir protagonistas consagrados, o autor propõe uma abordagem radicalmente distinta: desloca o foco do acontecimento para as formas pelas quais ele foi narrado. Em vez de buscar nas fontes uma essência do evento, o autor interroga os modos pelos quais diferentes agentes históricos — autores, compiladores, leitores e instituições — produziram sentidos para a Independência e, com isso, também para a própria ideia de Brasil. Esse deslocamento não é meramente formal: ele coloca em xeque a estabilidade dos marcos fundacionais da nação e os critérios pelos quais os discursos históricos adquiriram autoridade.

Esse gesto analítico é tanto oportuno quanto necessário. Em um momento em que os usos públicos da história ganham centralidade nas disputas políticas e culturais, o livro reposiciona a escrita da história como prática de poder, linguagem e mediação. Ao reconstituir

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Membro da Associação Atlética Acadêmica de História da UEFS e delegada do curso de História no Congresso Estudantil Universitário.

o que denomina de “República das Letras”, Araujo insere o Brasil no circuito transatlântico de produção de conhecimento histórico, revelando como, desde o final do século XVIII, a história da Independência foi moldada por vozes múltiplas, em diferentes línguas, gêneros e suportes. Dessa forma, o livro reconfigura a história da historiografia brasileira ao demonstrar que os discursos sobre a emancipação não apenas narraram o passado, mas também instituíram um regime de historicidade que naturalizou hierarquias, apagou diferenças e produziu uma memória nacional seletiva.

A arquitetura da obra é cuidadosamente pensada para sustentar essa crítica. Na introdução, Araujo propõe uma periodização que rompe com as cronologias convencionais e opera com três momentos fundamentais: a “independência prefigurada” (1808–1821), o “tempo das disputas” (1821–1825) e a “independência domesticada” (1826–1831). Essa estrutura permite compreender como o evento-processo da Independência foi sendo antecipado, disputado e, por fim, estabilizado discursivamente. A partir desse recorte, o autor passa a examinar como a história se tornou uma linguagem política central para a legitimação do novo Estado, ao mesmo tempo em que era campo de debates estéticos, editoriais e epistemológicos.

No primeiro capítulo, intitulado *Modernidade e crise da representação*, Araujo explora o método compilatório como forma de produção histórica moderna, com foco na *Universal History*, publicada na Inglaterra e posteriormente traduzida para o português por Antônio de Moraes Silva. Ao analisar esse empreendimento editorial, o autor evidencia a emergência de uma nova experiência da história, marcada pela fragmentação da autoria, pela ampliação do público leitor e pela circulação de modelos de narrativa histórica globalizados. Trata-se de um momento em que a história deixa de ser monopólio dos eruditos e se torna um produto do mercado editorial, submetida a critérios de legibilidade, entretenimento e autoridade. O capítulo ainda aprofunda a análise do “tacitismo” como linguagem política dominante no início do século XIX, mostrando como autores como José Bonifácio mobilizaram essa tradição retórica para construir uma história do presente marcada pela prudência e pelo desejo de ordem.

A continuidade do argumento se desenvolve no segundo capítulo, *Variedade e experiências da história no Brasil joanino*, no qual Araujo mapeia a proliferação de gêneros narrativos entre 1808 e 1821. Nesse período, obras como a *Corografia Brasílica*, de Aires de Casal, e as *Memórias* de Pizarro de Araújo passam a compor um repertório textual que articula a experiência colonial à nova centralidade política do Brasil enquanto sede do

Império. O autor demonstra que esses textos, longe de serem apenas descrições geográficas ou crônicas locais, operam como formas de construção da autoridade e da continuidade histórica, servindo à necessidade de inventariar o território, naturalizar a monarquia e consolidar o Brasil como unidade inteligível. Nesse sentido, o capítulo contribui para desmontar a ideia de que a historiografia oitocentista seria meramente imitativa, revelando sua inserção ativa nos circuitos internacionais de produção do saber.

O terceiro capítulo, *Independência, revolução e escrita da história*, aprofunda essa abordagem ao tratar das transformações estéticas e políticas da narrativa histórica durante o auge do processo de emancipação. Araujo mostra que, entre 1821 e 1825, a escrita da história se torna instrumento de disputa pela legitimidade do novo regime. Panfletos, manifestos, relatos diplomáticos e mesmo dispositivos como panoramas e dioramas são mobilizados para reorganizar a experiência histórica em chave nacional. O destaque à obra de Ferdinand Denis, bem como às produções de autores franceses e ingleses, evidencia como o Brasil se tornou objeto de interesse de uma opinião pública ilustrada europeia. Simultaneamente, a circulação de tais representações operava como reforço simbólico da soberania brasileira. Com isso, a história passa a integrar o repertório de sensibilidade da elite política, funcionando como instrumento de consolidação de uma memória oficial e pedagógica da nação.

O percurso da análise culmina no quarto capítulo, *A história domesticada*, no qual Valdei Araujo investiga a obra monumental de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Encarregado por Pedro I de narrar a história da Independência, Cairu desenvolve um projeto historiográfico que busca integrar o passado colonial ao presente imperial, organizando o Brasil como continuidade civilizatória da monarquia portuguesa. A escrita da *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil (1826–1831)* é interpretada como o esforço de converter a ruptura revolucionária em mito fundador pacificado. Araujo argumenta que esse gesto tem consequências duradouras, pois inaugura uma tradição historiográfica conciliatória, marcada por um vocabulário liberal-conservador que sobrevive até os dias atuais. Ao evidenciar o papel do Estado na produção de narrativas históricas oficiais, o autor desmonta a pretensão de neutralidade da historiografia oitocentista e revela sua função política na domesticação da diferença.

A força da obra reside, portanto, em sua capacidade de articular história intelectual, teoria da história e crítica da cultura em uma análise coerente, empírica e teoricamente sustentada. O gesto de Valdei Araujo é, ao mesmo tempo, historiográfico e político. Ao historicizar a própria historiografia, ele evidencia como a história tem sido mobilizada para

justificar pactos, excluir vozes e fixar identidades. No entanto, ao fazê-lo, também aponta para as brechas e contradições desses projetos narrativos, sugerindo a necessidade de uma escuta mais ampla às formas silenciadas de historicidade. Embora o foco da obra recaia sobre autores letrados e textos impressos, sua reflexão abre espaço para que se pense a relação entre historiografia e outras formas de memória, inclusive aquelas não autorizadas pelo cânone acadêmico.

Portanto, *A Independência Narrada* é uma contribuição indispensável ao campo da história da historiografia e à reflexão crítica sobre a construção do Brasil como nação. Sua leitura interessa não apenas aos especialistas, mas também àqueles comprometidos com uma história pública plural, consciente de seus limites e implicações políticas. Em tempos em que a memória é campo de batalha, a obra de Valdei Araujo nos oferece uma ferramenta rigorosa para pensar a história não como espelho, mas como encruzilhada: um lugar em que os sentidos se constroem, se confrontam e, por vezes, se desfazem.

Referências

ARAUJO, Valdei. **A independência narrada**: introdução à história da historiografia no Brasil. 1. ed. Niterói: Editora Proprietas, 2022.